



MEMORIAL

MINISTÉRIO PÚBLICO DE SANTA CATARINA

Gunter Axt, organizador

Prefácio de **Camille Paglia**

HISTÓRIAS DE *vida*

Mulheres do Direito, mulheres no Ministério Público.

VOLUME III



HISTÓRIAS DE
vida

Mulheres do Direito, mulheres no Ministério Público.

VOLUME III

Coordenação: CEAF – Memorial do MPSC

Organização: Gunter Axt

Florianópolis
2015

Coordenação: Helen Crystine Corrêa Sanches, Vanessa Wendhausen Cavallazzi

Organização, entrevistas, edição de entrevistas e introdução: Gunter Axt.

Apoio na pesquisa e assistência nas entrevistas: Daniella Talarico, Manoela de Souza, Mariane Júlia dos Santos, Priscilla Nathani Pessoa de Lima, Cássio Coutinho Bogdan, Marcelo Augusto de Oliveira de Melo, Adriano Enderle, Marcos Lauermann dos Santos, Matheus Fernando Silveira, Dandara de Oliveira, Cristhina Boni Lavratti.

Transcrição: Angélica Bersch Boff, Jefferson Campos Beck, Manoela de Souza, Mariane Júlia dos Santos, Marcelo Augusto de Oliveira de Melo, Priscila Nathani Pessoa de Lima, Cássio Coutinho Bogdan, Matheus Fernando Silveira, Marcos Lauermann dos Santos, Adriano Enderle.

Tradução do inglês: Cristina Macedo.

Revisão: Elizabeth Castillo Fornés.

Revisão institucional: Rosiane Maria Campos.

Apoio técnico-administrativo: Thiago Maio.

Fotografias, projeto gráfico e editoração: Coordenadoria de Comunicação Social.

Impressão: Alpha Print.

Tiragem: 1600 exemplares.

Histórias de vida : mulheres do Direito, mulheres no
Ministério Público / organizado por Gunter Axt. -
Florianópolis : MPSC, 2015.
452 p. - (Histórias de vida ; v. 3)

Memorial Ministério Público de Santa Catarina.
ISBN 978-85-62615-10-8

1. Ministério Público – Santa Catarina – História.
2. Mulher. 3. Axt, Gunter. I. Série.

CDD : 341.413

Catálogo na publicação por: Clarice Martins Quint (CRB 14/384)

ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE SANTA CATARINA

Procurador-Geral de Justiça

Sandro José Neis

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos

Fábio de Souza Trajano

Subprocuradora-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos e Institucionais

Vera Lúcia Ferreira Copetti

Colégio de Procuradores de Justiça

Presidente: Sandro José Neis

Paulo Antônio Günther

José Galvani Alberton

Odil José Cota

Paulo Roberto Speck

Raul Schaefer Filho

Pedro Sérgio Steil

José Eduardo Orofino da Luz Fontes

Humberto Francisco Scharf Vieira

João Fernando Quagliarelli Borrelli

Hercília Regina Lemke

Mário Gemin

Gilberto Callado de Oliveira

Antenor Chinato Ribeiro

Narcísio Geraldino Rodrigues

Jackson Corrêa

Anselmo Jerônimo de Oliveira

Basílio Elias De Caro

Aurino Alves de Souza

Paulo Roberto de Carvalho Roberge

Tycho Brahe Fernandes

Guido Feuser

Plínio Cesar Moreira

André Carvalho

Gladys Afonso

Paulo Ricardo da Silva

Vera Lúcia Ferreira Copetti

Lenir Roslindo Piffer

Paulo Cezar Ramos de Oliveira

Gercino Gerson Gomes Neto

Francisco Bissoli Filho

Newton Henrique Trennepohl

Heloísa Crescenti Abdalla Freire

Fábio de Souza Trajano

Norival Acácio Engel

Carlos Eduardo Abreu Sá Fortes

Ivens José Thives de Carvalho

Walkyria Ruicir Danielski

Alexandre Herculano Abreu

Durval da Silva Amorim

Vânio Martins de Faria
Américo Bigaton
Eliana Volcato Nunes
Mário Luiz de Melo
Rogério Antônio da Luz Bertoncini
Genivaldo da Silva
Rui Arno Richter
Lio Marcos Marin
Cristiane Rosália Maestri Böell
Luiz Ricardo Pereira Cavalcanti - *Secretário*

Conselho Superior do Ministério Público

Membros Natos

Presidente: Sandro José Neis - Procurador-Geral de Justiça
Gilberto Callado de Oliveira - Corregedor-Geral

Representantes do Colégio de Procuradores

Odil José Cota
Pedro Sérgio Steil
Vera Lúcia Ferreira Copetti

Representantes da Primeira Instância

Narcísio Geraldino Rodrigues
Gladys Afonso
Durval da Silva Amorim
Rui Arno Richter
Gercino Gerson Gomes Neto
Fábio de Souza Trajano
Américo Bigaton
Ivens José Thives de Carvalho
Secretário: Fernando da Silva Comin

Corregedor-Geral do Ministério Público

Gilberto Callado de Oliveira

Subcorregedor-Geral

José Galvani Alberton

Índice

APRESENTAÇÃO	9
Lio Marcos Marin	

PALAVRA DA COORDENAÇÃO DO MEMORIAL	11
Helen Crystine Corrêa Sanches	

PREFÁCIO.....	15
Camille Paglia	

MULHERES DO DIREITO, MULHERES NO MINISTÉRIO PÚBLICO	25
Gunter Axt	

ENTREVISTAS

Hercília Regina Lemke	117
Rosa Maria Garcia	127
Vera Lúcia Ferreira Copetti	145
Lenir Roslindo Piffer.....	159
Maria Auxiliadora Alves.....	171
Heliete Marly Filomeno Leal.....	201
Heloísa Crescenti Abdalla Freire	227
Sonia Maria Demeda Groisman Piardi	255
Márcia Aguiar Arend	293
Kátia Dal Pizzol.....	319
Rosemary Machado Silva.....	331
Regina Kurschus	347
Avone Chagas.....	365
Havah Emília Piccinini de Araújo Mainhardt	375
Walkyria Ruicir Danielski.....	391
Gladys Afonso	415
Eliana Volcato Nunes	435

Apresentação

Os membros do Ministério Público costumam estar em contato com a dimensão de gênero em múltiplas perspectivas no dia a dia de sua atuação, como nas Varas da Família, da Infância e da Juventude, das Execuções Criminais, da Cidadania e da nova “Maria da Penha”. Mas não havíamos parado para nos interrogar sobre a especificidade de gênero no contexto de nossa própria instituição. Não que existam, na atualidade, registros de discriminações com relação às nossas colegas, pelo contrário! Porém, foi sempre assim, com a igualdade de acesso estabelecida por regra? Quais foram os desafios que as pioneiras precisaram enfrentar e que eventualmente desconhecíamos como instituição e como colegas? Há um olhar feminino sobre a Justiça e o Ministério Público?

Há poucas décadas, a presença das mulheres nas Faculdades de Direito em todo o país era assistemática e difusa. Hoje, em muitos dos cursos jurídicos, elas já são a maioria dos alunos. Essa transformação vem se refletindo nas carreiras jurídicas, porque cresce a visibilidade numérica e qualitativa das mulheres no Judiciário e no Ministério Público. Se tamanha transformação foi operada em espaço de tempo relativamente curto e se a categoria de gênero vem sendo, cada vez mais, tratada no universo da prática jurídica, por que seguirmos sem nos inquirir a respeito?

O desafio foi cometido ao nosso Memorial, por intermédio do CEAF, que estruturou um elaborado projeto de pesquisa, cujos resultados recebemos agora, materializados neste importante livro, que vem a ser o terceiro da série *Histórias de Vida*. Pela qualidade da edição e profundidade da reflexão proposta em suas páginas, parabenizamos o Memorial, setor responsável por uma produção de conteúdo de centralidade estratégica para o debate institucional contemporâneo. Percebendo a importância da proposta encarnada pelo nosso Memorial, nossa Administração procurou apoiar as atividades do setor de forma decisiva. Em menos de cinco anos de existência, o Memorial do Ministério Público de Santa Catarina publicou oito diferentes edições, além de artigos, capítulos de livros e da promoção de seminários.

Nesta edição, apenas a questão de gênero motivou o desenvolvimento de uma extensa introdução de cerca de 100 páginas, o que nos sugere a notável riqueza dos depoimentos aqui reunidos, os quais discorrem sobre os mais variados aspectos da atuação ministerial, da área Criminal à Cidadania e Direitos Humanos, passando por considerações sobre a Administração, além dos desafios que se colocam ao Ministério Público hodierno. Trata-se de um retrato rico e vibrante da contribuição

feminina. Este livro é, ao mesmo tempo, um registro da memória das mulheres que ajudaram a construir o Ministério Público, uma ferramenta de comunicação para com todos aqueles que se interessam por compreender melhor a diversidade e a complexidade do trabalho ministerial e um profícuo instrumento de meditação.

A sinceridade com que as depoentes tratam de assuntos delicados nos remete para a necessária coragem individual em fazê-lo, mas também nos dá a oportunidade de registrar a importância da maneira como o Ministério Público se conforma, fundando-se na interlocução livre de ideias e acolhendo a diversidade de opiniões e de pensamentos, o que é absolutamente essencial para a vitalidade da Ordem Democrática. Assim sendo, é com regozijo também que percebemos que, se a instituição não foi capaz de, no passado, pautar o debate sobre a questão de gênero, em boa parte, talvez, porque ninguém soubesse exatamente como fazê-lo, ela esteve em sintonia com os movimentos no sentido da inclusão propositiva da mulher no mercado de trabalho e no espaço público, por vezes, inclusive, assumindo tomadas de posições vanguardistas nesse processo.

Foi graças a essa pesquisa que soubemos, por exemplo, que uma das primeiras mulheres a ingressar no ente ministerial no Brasil o fez no Ministério Público de Santa Catarina, em 1939. Agora, no presente momento, este livro contribui para sistematizar as informações a respeito da trajetória das mulheres na área jurídica e, especificamente, no Ministério Público, pretendendo colaborar para suscitar o debate em torno de um tema sobre o qual muito pouco se pesquisara e se escrevera até aqui. E percebe-se que, enquanto as mulheres ajudavam a defender a cidadania, no exercício de suas atribuições constitucionais, como fazem todos os promotores e procuradores de Justiça, especialmente desde a Constituição de 1988, elas estavam também afirmando a sua identidade no espaço público e, dessa forma, concorrendo para o empoderamento cívico de todas as mulheres. Esta publicação, portanto, é, creio, a homenagem mais importante que podemos fazer em reconhecimento à significativa contribuição das mulheres para a construção do Ministério Público e para a defesa da cidadania por intermédio do ente ministerial.

Lio Marcos Marins

*Procurador-Geral de Justiça de Santa Catarina
Florianópolis, março de 2015.*

Palavra da Coordenação do Memorial

A participação das mulheres, em condições de igualdade, no espaço público, e, especialmente, no Sistema de Justiça brasileiro, ainda tem merecido pouca atenção pelas Ciências Sociais e pelo Direito. O avanço dos movimentos de mulheres e feministas, inclusive no Brasil, especialmente a partir do último século, proporcionou as condições formais para o exercício pleno da cidadania, sem, contudo, viabilizar a afirmação de uma identidade de gênero que se configura na ação e na própria história das instituições.

Embora seja possível observar que a discussão sobre a inserção das mulheres nas instituições políticas e nas instâncias de poder timidamente venha ganhando projeção no debate público, a partir da eleição da primeira mulher presidente da República em 2010, a realidade cotidiana, em grande medida, ainda pode ser caracterizada como injusta, marcada por desigualdades enraizadas em estruturas rígidas e patriarcais, em assimetrias que se estendem do público ao privado.

Dessa forma, na paisagem político-cultural do mundo contemporâneo, a identidade feminina vem ganhando espaços de reconhecimento social que reforçam a sua condição de sujeito ativamente capaz de exercer as transformações sociais necessárias à emancipação de gênero, por meio de ações que combatem a discriminação e favorecem a igualdade.

Na tentativa de reescrever um novo processo que possa superar os fatos da história, em que as mulheres ocupavam posições subalternas no exercício do poder, na visibilidade de suas práticas sociais e políticas nas instituições é como, na presente obra, o Ministério Público contribui para a construção de um caminho ainda por vir no reconhecimento social de gênero e na implementação de ações orientadas para favorecer a equidade.

A partir dessas premissas e, na perspectiva de colaborar para a reflexão sobre a importância e a presença das mulheres na realização da Justiça e no Direito, o Memorial do Ministério Público de Santa Catarina dedicou-se, nos últimos quatro anos, com um entusiasmo atípico à tradição jurídica, ao registro e sistematização das entrevistas realizadas com procuradoras e promotoras de Justiça pioneiras, que

ingressaram na instituição imbuídas pelo propósito de realização pessoal e profissional, plasmado pela transformação do Ministério Público no contexto nacional, a partir da década de 1970.

Os depoimentos das colegas que participam da presente obra são entremeados de sentimentos e vivências incomuns à época, num esforço simbólico de coragem e confiança em nos permitir acessar um pouco de sua intimidade, compartilhando e revivendo os dramas e as alegrias que permearam a concepção do ser mulher e ser promotora em Santa Catarina, o que justificou a ampliação do prazo de desenvolvimento do trabalho com o cuidado e a sensibilidade imprescindíveis para que se pudesse honrar e respeitar cada trajetória individual, única e singular.

Com poucas referências da atuação feminina nas instituições jurídicas, as entrevistas nos reportam aos desafios enfrentados para, conciliando a vulnerabilidade da condição de gênero e as exigências pessoais, justificar e legitimar sua atuação em idênticas condições asseguradas aos demais membros, sem relegar as suas especificidades associadas à maternidade e ao cuidar, por exemplo.

Com ou sem o apoio do grupo familiar, mas, imbuídas do ideal que via na atuação ministerial um horizonte para a concretização da igualdade, os relatos sensibilizam pela determinação em superar as desconfianças e as críticas, pelo destemor em enfrentar as ameaças e os atentados, descortinando um universo que nos possibilita refletir sobre a inestimável contribuição das mulheres para a construção da identidade do Ministério Público que hoje vivenciamos.

Ao inquirir sobre uma possível especificidade da participação feminina no Ministério Público, fenômeno que adquiriu uma investidura mais sistemática recentemente, mas que, como se descobriu nas pesquisas, é mais antigo do que se imaginava, não se pretende afirmar que as mulheres estejam pleiteando políticas diferenciadas, que se desviem do padrão igualitário das normas e procedimentos básicos da instituição; pelo contrário, reafirma-se um desejo de que a memória sobre essa trajetória seja registrada e reconhecida, até para que as gerações vindouras possam compreender as escolhas do passado e a dimensão de certos desafios enfrentados individual e coletivamente.

Num destino que se entrelaça com a história da presença feminina nas instituições jurídicas em outros países e no contexto nacional, como se verá na brilhante análise que nos oferece o historiador Gunter Axt, na introdução da presente obra, os *deficits* de reconhecimento presentes na sociedade brasileira, em relação às mulheres, nos permitem refletir sobre os avanços e os desafios para suplantar as condições que historicamente as impediram de participar do espaço público, em condições de igualdade, fragmentando e desvalorizando as subjetividades femininas.

Por meio de um amplo diálogo com a historiografia existente sobre gênero e sobre a presença feminina no Direito, inclusive com referência à reflexão norte-americana, o amplo estudo desenvolvido indica que o debate sobre os desafios e a identidade da instituição se qualificam com a sua contextualização e com o diálogo com a sociedade, o que mostra a riqueza das entrevistas, que abrangem ainda todos os aspectos da atuação ministerial e permitem um retrato dessa trajetória nos últimos anos assim como uma perspectiva dos desafios ao Ministério Público na atualidade.

Justamente por isso, a obra transcende os limites institucionais para reportar-se, num contexto mais amplo, à questão de gênero vivenciada por todas as mulheres operadoras do Direito no Brasil, e, dada a importância desse contingente hoje, a toda a sociedade.

A publicação dessas entrevistas no âmbito do Programa de História Oral, que constitui o terceiro volume da série editorial *Histórias de Vida*, consolida o Memorial como um relevante espaço de interlocução do Ministério Público com a sociedade, com produção de conteúdo de referência, academicamente reconhecido, assumindo-se como protagonista central da dimensão sociocultural do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF).

A reconstrução da narrativa institucional e o resgate de fontes inéditas da história catarinense, além das demais atividades desenvolvidas pelo Memorial do Ministério Público, como a produção de pesquisas, a construção dos bancos de dados e imagens e a realização de diversos eventos abertos à comunidade, simbolizam uma trajetória exitosa iniciada em 2010, coroada pelo reconhecimento público com o *Prêmio Lucas Alexandre Boiteux de História*, concedido pelo Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina (IHGSC), em 2014.

Num cenário em que a revolução tecnológica vem transformando a própria sociedade em ritmo acelerado, os desafios que competiram ao CEAF nos últimos anos consistiram em suplantar as limitações estruturais e os poucos investimentos até então realizados, para afirmar-se como o alicerce indispensável para o aperfeiçoamento da própria instituição na contemporaneidade, a partir dos valores referenciados pelo passado, como propõe o Memorial, reforçando, assim, o seu papel social.

O aumento exponencial da demanda processual e extraprocessual relativa ao *deficit* social na concretização de direitos fundamentais e à necessidade permanente de aperfeiçoamento, especialmente diante das inúmeras atribuições e das rápidas mudanças legislativas que vivenciamos atualmente, impactou a expansão rápida do Ministério Público catarinense nos últimos anos, com a ampliação do quadro de pessoal e de serviços.

Os investimentos realizados na estruturação e na ampliação do CEAF, a partir dessas necessidades, pavimentaram e conduziram um novo caminho, que, em suas diversas dimensões de atuação, promoveu ainda mais de vinte mil participações em cursos e eventos, viabilizando, em 2014, o seu credenciamento como Escola de Governo, junto ao Conselho Estadual de Educação.

Nessa trajetória, outras ações desenvolvidas no CEAF desde 2011, em parceria com outros setores da instituição, como os projetos *Excelência no Atendimento ao Cidadão*, o *Conhecendo a Instituição* e a elaboração do *Manual dos Processos de Trabalho das Promotorias de Justiça*, também contribuíram na consolidação do seu papel para a qualificação da atuação, fundada no aprendizado e na gestão institucional.

Por essa razão, o credenciamento do CEAF indica um compromisso público da instituição com o aperfeiçoamento das funções para a melhoria dos serviços prestados à sociedade. Um compromisso que ultrapassa uma gestão e se consolida como política estratégica na condução do Ministério Público catarinense.

Nesse contexto, a obra que se apresenta assume especial relevância na medida em que se integra e concorre para a edificação de uma instituição que reconhece e valoriza a contribuição das mulheres na sua transformação, investindo e apoiando os esforços que a projetam para o futuro, a partir da reflexão proporcionada pela narrativa que nos conduz a um só porvir, fundado no respeito amplo à igualdade e na construção de uma sociedade mais humana, justa e fraterna.

Helen Crystine Corrêa Sanches

Promotora de Justiça

Coordenadora do Memorial

Florianópolis, março de 2015.

Prefácio

Camille Paglia

*Professora de Humanidades e Estudos de Comunicação da
University of the Arts of Philadelphia, Pennsylvania.*

Em frente ao Supremo Tribunal Federal, na Praça dos Três Poderes, em Brasília, ergue-se a imponente estátua da Justiça, com os olhos vendados, os seios descobertos, e as mãos segurando, delicadamente mas com firmeza, uma espada no colo, como uma Madona medieval entronizada embalando o Menino Jesus. Esculpida em 1961, a partir de um robusto bloco de granito claro, de Petrópolis, por Alfredo Ceschiatti, a estátua invoca a antiga personificação alegórica da Justiça como uma deusa romana, Iustitia. Antes dela veio Dike, a deusa grega da Justiça, que supervisionou as leis humanas, assim como sua mãe, Themis, erguendo uma balança e brandindo uma espada, representou a lei divina.

Esta tradição simbólica começou no Egito, onde a deusa Maat monitorava e mantinha o equilíbrio físico e moral do universo. Os corações dos mortos egípcios eram pesados em uma balança, equilibrados pela “Pena de Maat”. A balança sagrada também apareceu na astrologia babilônica e sobrevive até hoje na Constelação de Libra. Brilhantemente, Ceschiatti integrou a espada e a balança da Justiça, cujos ombros femininos inclinam-se para braços robustos de angularidade cubista: suas mãos fortes, uma voltada para cima e a outra para baixo, parecem testar o peso de sua temível lâmina, que invoca o poder de punição do estado.

A antiga balança de Themis representava a sistemática e científica pesagem de provas, o triunfo da razão fria sobre a emoção explosiva e o preconceito inflexível. Este é o grande tema da *Oresteia*, de Ésquilo, onde Fúrias Femininas impiedosas, espíritos de natureza tormentosa impulsionados por vingança, rendem-se às novas instituições da civilização, representadas pelo tribunal ateniense de Justiça sobre o Areópago. A deusa guerreira Atena, carente de mãe, lança o voto decisivo para a rendição do poder feminino primordial e o triunfo da razão masculina, aspirando ao abstrato e impessoal.

Cesciatti, estranhamente achatou a cabeça da Justiça, como se estivesse aludindo ao busto de Nefertiti, com sua conceitualmente protuberante peruca-coroa, ou ao *Chac-Mool* mesoamericano, que supervisionou, com olhos alertas, o ritual de sacrifício de sangue, garantindo o surgimento do sol. A Justiça está recebendo pressão e iluminação de cima, em uma nova era conduzida pela mente e não pela paixão. Após a impulsividade caótica do tribalismo e guerra de clãs, a codificação do Direito produz um padrão mais elevado e um sistema de calculado processo equitativo. A lentidão cerimonial da lei abre espaço para o pensamento.

A faixa icônica que veda os olhos da Justiça, significando a imparcialidade da lei em relação à riqueza, fama ou poder, não era um tema antigo, mas apareceu pela primeira vez na Renascença do norte europeu. Uma análise marxista, com seu cinismo instintivo, insistiria que a lei é sempre um produto de exploração política e econômica e que, enquanto inerentemente opressiva, serve apenas a uma elite dominante. Mas o idealismo, por mais sabotado que seja pela realidade desordenada, é um valor humano fundamental que nos separa do reino animal.

Hoje há um novo dilema frente à Justiça de olhos vendados: o gênero deve ser visível ou invisível para a lei? As mulheres devem, na busca pelo objetivo nobre da igualdade, ser tratadas exatamente da mesma forma que os homens ou devem receber privilégios e proteções especiais da lei? E, neste caso, a base para essa distinção de gênero é biológica ou cultural? Este argumento, que tem dividido o feminismo, não será resolvido tão cedo.

Apesar da majestosa deificação da Justiça, mulheres reais, durante a maior parte da história mundial, raramente conseguiram exercer o poder da lei em seu próprio benefício, salvo se tivessem herdado autoridade real do pai ou emprestada do marido morto. Frequentemente, as mulheres foram vítimas da lei, ao invés de suas agentes. Na literatura, vê-se a Antígona, de Sófocles, perseguida pelo draconiano Creonte; a bíblica Maria Madalena, e Hester Prynne, em Nathaniel Hawthorne, condenadas ao ostracismo por adultério; Joana D'Arc, julgada e condenada por inquisidores do sexo masculino; Hedda Gabler, em Ibsen, levada ao suicídio por seu aprisionamento claustrofóbico pelo Juiz Brack.

A mulher, como defensora e praticante da lei, como advogada ou juíza, constitui-se em fenômeno moderno no qual o Brasil desempenhou um papel pioneiro. Shakespeare, cuja admiração por mulheres fortes e articuladas pode ter sido inspirada em parte pela combativa Rainha Elizabeth I, previu esta evolução em *The Merchant of Venice*, onde sua engenhosa heroína, Portia, disfarça-se de homem, como assessor jurídico, para frustrar o contrato cruel do usurário Shylock, no tribunal. No

entanto, a maior parte do público seria apresentada à *persona* decidida da mulher advogada por meio do cinema de Hollywood, no qual ela agora domina as regras e estratégias do que foi outrora um jogo exclusivamente masculino.

Nos Estados Unidos, depois da conquista do direito de votar, por meio de uma emenda constitucional, em 1920, houve um aumento de mulheres optando por profissões masculinas. Este foi, na minha opinião, o melhor e mais produtivo período do feminismo – quando as mulheres expressaram abertamente admiração pelas conquistas do sexo masculino e exigiram simplesmente a oportunidade de igualá-las ou ultrapassá-las. Muitos filmes de estúdio da era clássica de Hollywood mostraram mulheres profissionais com grande poder no trabalho, mesmo que o enredo fosse, frequentemente, focado nos conflitos enfrentados por uma mulher de sucesso em conciliar seu trabalho com as necessidades emocionais de seu marido e do casamento – um difícil problema que até hoje perturba as mulheres.

Rosalind Russell desempenhou o papel de uma repórter de jornal de fala rápida em *His Girl Friday* (1940) e uma juíza em *Design for Scandal* (1941) e *Tell it to the Judge* (1949). Katharine Hepburn atuou como uma famosa e multilíngue jornalista (baseada em Dorothy Thompson) em *Woman of the Year* (1942) e uma advogada corajosamente assertiva na defesa dos direitos das mulheres em *Adam's Rib* (1949), onde ela confronta seu marido, um promotor público assistente (Spencer Tracy), na Sala de Audiências. A enorme autoridade e comando cristalino da retórica de Hepburn ante o júri (em roteiro escrito especialmente para ela por Ruth Gordon e Garson Kanin) continuam a ser um modelo inspirador para as mulheres advogadas de todos os lugares.

No período pós Segunda Guerra Mundial, o vitorioso mas exausto EUA retrocedeu a uma cultura reacionária de domesticidade, e filmes centrados em profissionais mulheres tornaram-se muito mais raros. Em *Witness for the Prosecution* (1957), por exemplo, a mulher novamente sabota a lei em vez de fazer cumprir-la: em depoimento no bando de testemunhas, a perturbadoramente glamurosa Marlene Dietrich é desonesta e serpenteante, outra sedutora Eva. Seria necessário um longo tempo antes de advogadas voltarem para a tela do cinema. Em *Lipstick* (1976), lançado pouco depois do ressurgimento do feminismo no final da década de 1960, Anne Bancroft desempenha o papel de uma promotora inflexível, iniciando e conduzindo uma ação penal pelo estupro de uma modelo (Margaux Hemingway). Em *Legal Eagles* (1986), uma jovem advogada, representada pela vivaz Debra Winger, entra em confronto com um promotor assistente (Robert Redford) no tribunal. Em *Mujeres al borde de un ataque de nervios* (1988), de Pedro Almodóvar, uma dublê,

interpretada por Carmen Maura, descobre que seu amante está prestes a fugir com uma advogada feminista grosseiramente indelicada.

No entanto, o papel mais importante de advogada, desde *Adam's Rib*, foi certamente o da promotora assistente interpretada por Kelly McGillis em *The Accused* (1988). Jodie Foster ganhou seu primeiro *Oscar*, de Melhor Atriz, por interpretar uma vítima de estupro cujo caso é investigado e levado a juízo por McGillis. O filme baseou-se em fatos reais que ocorreram em 1983, na comunidade luso-americana de New Bedford, Massachusetts, no passado, um dos principais portos baleeiros do mundo. Uma jovem mãe, Cheryl Araujo, foi estuprada por quatro imigrantes portugueses sobre uma mesa de bilhar em um bar. O subsequente e bem-sucedido julgamento dos estupradores, televisionado ao vivo, foi um espetáculo nacional, prenunciando o julgamento de 1994-1995 do famoso atleta O. J. Simpson, acusado por duplo assassinato, durante o qual a promotora chefe, Marcia Clark, foi catapultada ao estrelato midiático.

Como se tornaram mais habituais na vida real, as advogadas desapareceram gradualmente da tela do cinema, mas se multiplicaram na televisão, como em *L. A. Law* (1986-1994), seriado de grande sucesso sobre um escritório de advocacia de Los Angeles. Em *Ally McBeal* (1997-2002), Calista Flockhart (que mais tarde casou-se com Harrison Ford) desempenhou o papel de uma advogada constantemente atrapalhada com melodramas românticos. Em *Sex and the City* (1998-2004), seriado sobre mulheres profissionais em Manhattan, que alcançou popularidade mundial, uma advogada de língua afiada, Miranda Hobbes (Cynthia Nixon), se aborrecia com os problemas usuais em relacionamentos íntimos com homens. *Judging Amy* (1999-2005), tinha seu foco em uma jovem juíza presidindo uma Vara de Família, enquanto em *Boston Legal* (2004-2008), Candice Bergen atuou como uma litigante mordaz e cofundadora de uma renomada firma de advocacia de Boston.

A trajetória das mulheres, nos termos da lei, tem sido uma longa saga de ganhos, perdas e recuperações. No alvorecer da civilização na Mesopotâmia Antiga, uma nova cultura urbana trouxe maior sofisticação, permitindo que as mulheres gozassem de mais direitos do que tiveram mais tarde. Na Suméria, as mulheres de classe alta podiam realizar negócios e vender escravos domésticos. Entretanto, o adultério feminino era punido com a morte. Após a conquista da Suméria pela Babilônia, as mulheres sob o Código de Hamurábi tinham menos direitos, mas ainda podiam comprar e vender, herdar e legar propriedade, participar em processos judiciais como autoras, rés ou testemunhas, e até mesmo atuar como juízas.

No Egito, os direitos legais eram determinados principalmente pela classe social e não pelo gênero. No entanto, mulheres de diferentes níveis sociais tinham igualdade com os homens. As egípcias podiam ser proprietárias de casas e terras e participar de litígios. Na Judeia, ao contrário, a vida das mulheres era estritamente circunscrita pelo patriarcado, conforme imposição da religião. Maridos hebreus podiam ser polígamos, enquanto as esposas tinham que ser monogâmicas. Esposas dirigiam-se a seus maridos como “senhor e mestre”, ecoando um título honorífico usado pelos escravos. Um marido podia se divorciar de sua esposa, mas não o contrário. Mulheres hebreias não podiam herdar bens, salvo se não houvesse herdeiro vivo do sexo masculino.

Em Atenas, no apogeu da cultura clássica, as mulheres não tinham direitos de cidadania e eram definidas pela lei apenas em relação a um pai ou marido, que atuava como guardião. Contudo, o marido não podia gastar o dote de sua esposa, em relação ao qual ela conservava seus direitos. Com exceção de pequenas transações comerciais permitidas aos empresários da classe trabalhadora, tais como vendedores de produtos hortícolas, as mulheres atenienses não podiam firmar contratos. Tampouco podiam herdar a crucial posse da terra, que ia diretamente para filhos ou netos, ignorando filhas. Na comédia de Aristófanes, *Women of the Assembly* (391 a. C.), mulheres atenienses disfarçadas de homens assumem o governo e aprovam leis para libertar as mulheres e estabelecer um paraíso comunista de riqueza compartilhada e bem-estar social universal. Estranhamente, Esparta, inimiga mortal de Atenas e cidade-estado militarista, que nada criou de importância cultural duradoura, concedeu muito mais *status* e visibilidade para suas mulheres, que foram reconhecidas em toda a Grécia como atletas profissionais.

Durante a República, os antigos romanos reverenciavam a lei como princípio moral fundamental do universo. As Doze Tábuas, primeiro código de leis, em Roma, foi também a primeira obra sobrevivente da literatura romana. O *paterfamilias*, chefe de família que poderia ser um filho após a morte do pai, agia como um juiz com autoridade legal absoluta e poder de vida e morte sobre os membros da família, que não tinham nenhuma possibilidade de apelação. A identidade das mulheres romanas da República era absorvida no clã: os homens tinham três nomes, enquanto as mulheres eram conhecidas apenas por uma versão feminina de seu nome de clã; irmãs, como clones, carregavam o número de sua ordem de nascimento. As matronas romanas, notáveis por sua força de personalidade, tinham, na verdade, certos direitos de propriedade, mas as mulheres romanas recebiam educação mínima e não podiam ocupar cargos públicos.

Sob o cristianismo, as mulheres eram corrompidas filhas de Eva, conforme definido pelas complexidades crescentes do Direito Canônico medieval; seres não confiáveis e inferiores, eram classificadas com as crianças e os deficientes mentais, e não podiam possuir bens ou firmar contratos. Um marido cristão, exercendo a autoridade punitiva de Adão depois do “Pecado”, era o guardião de sua esposa, cujo patrimônio automaticamente tornava-se seu. As mulheres não podiam depor em audiências ou atuar como testemunhas.

Na China Antiga, as mulheres não tinham direitos legais e não podiam possuir terras ou herdar bens. Somente as concubinas gozavam de privilégios especiais. No entanto, as sogras na China tinham, frequentemente, poder quase ditatorial em casa. O Partido Comunista Chinês tornou a emancipação feminina o pilar central da modernização. Em 1953, a Lei Eleitoral da República Popular da China concedeu às mulheres o direito de votar e de ocupar cargos políticos.

Tanto no Japão quanto na China, o confucionismo destacava o coletivo sobre o individual, tradição que tendia a suprimir a preocupação com os direitos das mulheres. O Japão possuía, até o período Samurai militarista, um sistema matrilinear. As mulheres japonesas não tinham situação legal e não podiam ter propriedades até a reabertura do Japão ao Ocidente, no século XIX. A Segunda Guerra Mundial, com sua destruição catastrófica de cidades japonesas, acabou com o feudalismo no Japão. A ocupação do Japão pelos Aliados (e em grande parte pelos americanos) no pós-guerra, introduziu um sistema parlamentar, bem como direitos femininos ao estilo ocidental. Em 1947, o Japão aprovou a Lei de Práticas Trabalhistas, que garantia a igualdade de remuneração para as mulheres – 16 anos antes de os EUA aprovarem uma lei semelhante.

O feminismo, como movimento político, começou nos Estados Unidos e Grã-Bretanha, que compartilhavam uma tradição de Direito comum de mil anos, com base em precedentes consuetudinários e judiciais (em oposição ao Direito Civil, baseado em estatutos legislativos, que vieram da Europa para o Brasil). Sob a lei comum, uma mulher perdia todos os direitos de propriedade ao se casar, e sua identidade jurídica era dissolvida na de seu marido.

O primeiro manifesto feminista foi publicado por uma escritora britânica inspirada pela Revolução Francesa: em *A Vindication of the Rights of Woman* (1792), Mary Wollstonecraft defendia que fosse concedido o direito de voto às mulheres e de que fossem educadas para o ingresso em profissões. Ela protestou ferozmente contra o falho estatuto jurídico das mulheres casadas, pelo qual não tinham direitos, mesmo em relação à guarda de seus filhos. Aos 38 anos, Wollstonecraft morreu

de infecção após o nascimento de sua filha Mary, que acabaria por se casar com o poeta romântico Percy Shelley Bysshe e escrever o romance clássico de horror gótico, *Frankenstein*.

O feminismo, como ativismo organizado, surgiu a partir do movimento abolicionista entre os *Quakers*, na Inglaterra e nos Estados Unidos. Foi em “reuniões” (cultos) *quakers* e sociedades antiescravagistas que as mulheres foram, pela primeira vez, autorizadas e incentivadas a participar em falas públicas, tradicionalmente consideradas impróprias e até mesmo escandalosas para senhoras respeitáveis (que deveriam evitar a exposição aos olhos masculinos). Houve uma forte presença das *quakers* na campanha em favor do “sufrágio feminino” (direito ao voto), de Lucretia Mott e Susan B. Anthony a Alice Paul. A primeira convenção pelos direitos das mulheres, realizada na pequena cidade de Seneca Falls, ao norte do Estado de Nova York, em 1848, emitiu um documento revolucionário declarando que “todos os homens e mulheres são criados da mesma forma” e que quaisquer leis opostas a tal igualdade são contrárias à grande “lei da Natureza” e, portanto, “não têm validade”.

Mais tarde, no século XIX, o movimento das americanas tornou-se disperso devido à cruzada pela *Temperança*, que pressionou o governo a proibir a fabricação e venda de álcool. Susan B. Anthony e Elizabeth Cady Stanton foram muito ativas nesta campanha puritana, assim como Carrie Nation, inacreditável justiceira que posava para fotos com a machadinha assustadora que usava para quebrar barris de cerveja. Os movimentos *Women’s Christian Temperance Union* (1874) e *Anti-Saloon League* (1893), finalmente conseguiram seu objetivo: em 1919, a Lei Seca tornou-se legislação nacional nos EUA, através de uma emenda constitucional; quatorze anos depois, foi revogada: tinha sido um fracasso total que apenas criara uma rede subterrânea de contrabando, estabelecendo as bases para o atual tráfico internacional de drogas.

Com sua intromissão autoritária em assuntos de decisão privada, a cruzada *Temperança* seria comparada à campanha hostil e às vezes histérica contra a pornografia na década de 1980, pelas feministas Andrea Dworkin e Catharine MacKinnon, uma professora de Direito e a filha de um juiz de longa data da Corte de Apelações dos EUA, em Washington, D.C. Dworkin e MacKinnon enviaram um decreto-lei para as prefeituras que proibia a venda e distribuição de pornografia, que elas arbitrariamente definiram como violação dos direitos civis das mulheres. Dworkin e MacKinnon queriam banir até mesmo revistas masculinas reconhecidas, como *Playboy* e *Penthouse*. Seu decreto, aprovado em lei pelas cidades de Mineápolis e Indianápolis, foi derrubado em recurso pelos tribunais superiores como uma vio-

lação dos direitos de liberdade de expressão, garantidos pela Primeira Emenda da Constituição dos EUA. No entanto, o decreto-lei foi aprovado no Canadá, onde tornou-se difícil e, por vezes, interrompida, a importação de livros sobre sexo, incluindo, ironicamente, os de Dworkin.

Na década de 1920, depois que as mulheres conseguiram o direito de voto nos Estados Unidos e Reino Unido, o feminismo organizado desapareceu. Quando Simone de Beauvoir começou a escrever sua obra épica, *O Segundo Sexo* (publicada em 1949), foi considerada irremediavelmente antiquada por colegas intelectuais de Paris. O livro profundamente pesquisado e filosófico de Beauvoir teria seu impacto retardado. Em 1963, Betty Friedan, educada escritora de uma revista americana, publicou um livro raivoso e altamente pessoal, que se tornou um surpreendente *best-seller*: *The Feminine Mystique*, que expressava as insatisfações de mulheres afluentes, de classe média, com sua falta de oportunidades profissionais e seu aprisionamento nos papéis de esposa e mãe.

Em 1967, Friedan foi cofundadora do *National Organization for Women* (NOW), primeiro grupo, em mais de quatro décadas, dedicado a ações políticas pelos direitos das mulheres. Entretanto, feministas mais jovens, algumas delas lésbicas, trouxeram dos direitos civis e movimentos antiguerra da década de 1960, um estilo político mais conflituoso. Por volta de 1970, Friedan estava afastada do NOW, que, em sua opinião, havia se tornado um movimento anti-homens, anticasamento, e antifamília, bem como demasiadamente centrado no lesbianismo (que ela chamou de “a ameaça da lavanda”), e tudo isso, conforme ela corretamente profetizou, iria conduzir muitas mulheres para longe do feminismo. O manifesto do feminismo radical foi *The Dialectic of Sex* (1970), de Shulamith Firestone, que usou terminologia extraída de Marx e Freud para propor a reprodução cibernética substituindo a gravidez, e que os filhos fossem criados em coletividades, abolindo, assim, a estrutura familiar tradicional.

Duas grandes questões públicas causaram alvoroço em torno do movimento feminista recém-renascido. Em 1972, o Congresso dos EUA, instado pelo grupo *National Organization for Women*, aprovou a Emenda dos Direitos Iguais, que proibia discriminação por lei federal ou estadual “em razão de gênero”. Dentro de um ano, a E.D.I. foi ratificada por 30 dos 38 Estados necessários. No entanto, um movimento de “PARE E.D.I.” foi lançado por uma mãe conservadora e advogada, Phyllis Schlafly, argumentando que a emenda prejudicaria as mulheres em áreas fundamentais, tais como pensão alimentícia, guarda dos filhos e alistamento militar (do qual as mulheres são isentas). Em 1982, o limite de tempo oficial, já prorrogado

por quatro anos pelo Congresso, expirou, e o E.D.I. extinguiu-se. Além disso, a campanha vigorosa de Schlafly havia mobilizado conservadores de todo o país (incluindo cristãos evangélicos), levando a um imenso renascimento da ideologia e ativismo conservadores, que continuam até hoje.

O segundo alvoroço foi a respeito do aborto. Em 1973, a Suprema Corte dos Estados Unidos decidiu, por razões de privacidade, que uma lei do Texas que proibia o aborto, era inconstitucional. Antes disso, cada Estado tinha o direito de determinar as suas próprias leis sobre o assunto. Agora o aborto (nos primeiros três meses de gravidez) tornara-se um direito em todo o país. O caso de *Roe vs. Wade* iria inflamar paixões nos EUA nos próximos cinquenta anos. Ele colocou a Igreja Católica e os cristãos evangélicos contra o feminismo e tornou o aborto a questão número um a motivar ainda os eleitores liberais durante as campanhas presidenciais norte-americanas (porque o presidente nomeia os juízes para o Supremo Tribunal, o que pode subverter o caso *Roe vs. Wade*). O movimento *Planned Parenthood Federation*, vilipendiado e bloqueado pelos conservadores, controversamente recebe financiamento do governo para oferecer serviços de planejamento familiar e aborto para as mulheres, algumas das quais carecem de seguro de saúde. O grupo predecessor de *Planned Parenthood* foi o *American Birth Control League*, fundado em 1921 por Margaret Sanger, que havia sido presa e levada a julgamento depois de abrir uma clínica de controle de natalidade no Brooklyn, em 1916.

Desde o final da década de 1980, a abordagem dominante na teoria feminista, tanto nos EUA quanto no exterior, derivou-se do pós-estruturalismo de Michel Foucault e sua discípula Judith Butler, acadêmica americana. A premissa deste sistema, com seu jargão distorcido, é de que o gênero é uma ilusão de linguagem, através da qual toda a realidade é refratada. Não podemos saber nada sobre nós mesmos ou sobre o mundo, exceto por meio da linguagem, que é inerentemente traiçoeira. O corpo em si não existe, a não ser como objeto passivo de obscuro controle social. O gênero está em contínua mudança em uma arena a-histórica de desempenho subjetivo. É difícil entender como o feminismo é auxiliado por um sistema teórico tão divorciado dos problemas e aspectos práticos enfrentados pela maioria das mulheres na vida cotidiana. A recusa por feministas pós-estruturalistas a estudar, respeitar, ou mesmo reconhecer a natureza e a biologia, irá, inevitavelmente, limitar o alcance de seus discursos autorreferenciais a uma pequena elite.

Hoje, as principais questões enfrentadas pelo feminismo são: a mulher é uma vítima, mutilada pelos horrores da história, ou ela é agente capaz e resiliente, responsável por suas próprias ações e desejos? Em que medida o Estado deve atuar

para promover o avanço decisivo das mulheres na sociedade? As quotas legalmente impostas e outros tratamentos preferenciais são autenticamente progressistas, ou são reacionários, paternalistas e infantilizadores? As mulheres devem, tendo escapado do controle de pais e maridos, transferir essa dependência humilhante para a burocracia labiríntica do Estado? Ou as mulheres devem, como testemunho de sua própria força e coragem, valorizar a liberdade acima de tudo, apesar de sua dor e risco?

Philadelphia, maio de 2015.

Mulheres do Direito, mulheres no Ministério Público

Alegorias, cisnes e reis

A representação da Justiça com alegorias inspiradas em potestades femininas invocadas do mundo antigo greco-romano, como a célebre Themis, disseminou-se a partir de fins do século XIX. Em tribunais, escolas de Direito e em escritórios de advocacia, replicam-se estátuas, esculturas, vitrais, pinturas, tinteiros, porta-cane-tas que insistiram desde então em conferir, à imagem do Direito, corpo e alma de mulher – uma dama serena, altiva, firme, ponderada, elegante e austera. No Brasil, o viés foi encampado até mesmo por luminares do modernismo, como Alfredo Ceschiatti e Carlos Maximiliano Fayet, cujas criações de silhuetas arrojadas, rompendo com o *kitsch* neoclassicista, foram plantadas, respectivamente, em frente à sede do Supremo Tribunal Federal, em Brasília, e no frontispício do prédio do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre. A ubiquidade dessa representação poderia sinalizar percepção para uma correspondente presença orgânica do protagonismo das mulheres nas nossas Cortes. Mas não é assim.

Bastam alguns passos trançados pelos saguões e corredores dos prédios que albergam as mais tradicionais escolas de Direito para notar o evidente contraste entre esse cenário alegórico e os retratos de formandos que pendem do alto de imponentes paredes, ou os bustos de bronze que guardam, orgulhosos, os patamares, reluzindo, todos, quase que invariavelmente, rostos masculinos. Na medida, contudo, em que o olhar percorre as turmas de diplomados que se sucedem ao longo dos anos, começam a aparecer faces femininas, como, por exemplo, nos quadros que adornam as divisórias da sede da centenária Faculdade de Direito de Pelotas, no Rio Grande do Sul, nos informando figurarem, a partir dos anos 2000, as mulheres como maioria entre os novos bacharéis aí graduados. A mesma ambiência se repete em outros endereços.

Anteriormente rarefeita, nos albores do século XXI, a presença feminina nas faculdades de Direito se tornou predominante, caracterizando um fenômeno social

de alta reverberação que, certamente, está impactando as profissões jurídicas no Brasil. Apesar de sua envergadura, e embora amplamente reconhecida por todos, a mudança tem passado em geral ao largo do radar analítico de historiadores, cientistas sociais e juristas.

De fato, a despeito de um contínuo crescimento e reconhecimento acadêmico dos estudos sobre a mulher em universidades e centros de pesquisas brasileiros nos últimos anos (ROSEMBERG, 2013: 348), a história da presença feminina no Direito permanece como tema pouco visitado¹. Esse descompasso é tanto mais evidente diante da importância com que a abordagem vem há vários anos se revestindo em outros países, notadamente nos Estados Unidos, mas também no Canadá, na Inglaterra, na França e até na Índia, o que talvez se explique em função de contextos específicos entre nós.

As Ciências Sociais, no Brasil, vêm se debruçando sobre o mundo jurídico apenas mais recentemente, reflexo, no passado, da visibilidade privilegiada como agente protagonista da história dimanada por um Poder Executivo que tradicionalmente sobrenadou as demais instâncias de soberania do país. Passados 25 anos de nova experiência democrática, durante os quais o Judiciário e o Ministério Público foram guindados ao centro do sistema político-institucional de forma inequívoca, a lacuna permanece longe de ser superada, apesar da safra de pesquisas que cada vez mais compulsam os processos judiciais como fontes. Em parte porque a formação de base jurídica (necessária para a compreensão dos fenômenos próprios do campo do Direito) dos professores e pesquisadores segue em geral rarefeita; em parte, também, porque as instituições do meio jurídico professam uma cultura organizacional própria, com uma linguagem que, aos olhos dos elementos externos, beira o hermetismo. Arquivos mal-organizados e ainda pouco acessíveis aos pesquisadores agigantam os escolhos. Finalmente, o Direito no Brasil tem tradição em pesquisa recente e a maior parte dos trabalhos nas pós-graduações tende a debater questões teóricas e conceituais atinentes a direitos individuais ou sociais, desinteressando-se pela exegese das fontes produzidas no passado.

No plano da memória, por sua vez, muitas instituições disputam o protagonismo no acolhimento da primeira bacharela, juíza, ou promotora, como se todas as inquietações em torno da presença feminina nas profissões jurídicas estivessem equacionadas depois da chegada das pioneiras e não houvesse muito mais a ser

¹ “São raros os estudos sobre este tema, em que pese seu interesse. Na academia, discute-se pouco o Judiciário. As dissertações de mestrado e teses de doutorado dissecam os direitos individuais e sociais. Mas evitam estudar o Poder Judiciário ou mesmo o chamado estudo de caso. Por isso, esta área, em geral, e o papel das mulheres da magistratura, em particular, são temas quase desconhecidos.”. FREITAS, 2007.

debatido. Como Maria Vèrone mencionou em 1925, no discurso que celebrava os 25 anos de admissão da primeira advogada por um tribunal francês, “Quem, algum dia, poderá saber as dificuldades que Jeanne Chouvin precisou enfrentar?”. (MOSSMAN, 2007: 390). Raramente se fala das segundas e terceiras ingressas, até porque costuma haver razoável lapso de tempo entre a chegada de uma e das outras, o que reforçaria a perspectiva de exceção, ou de transformação gradual, e não a de solução sistêmica em passe de mágica, como se parece pretender. Se ressaltadas as exceções à regra, mais frequentes para o Ministério Público do que para o Judiciário e a OAB, percebe-se que a política de memória das instituições sugere estar desatenta à problematização da questão de gênero. As próprias mulheres falam pouco de suas trajetórias, raramente indo além de algumas entrevistas curtas e esparsas concedidas à imprensa².

² Sem a pretensão de uma revisão exaustiva, cabem, talvez, breves comentários sobre a bibliografia disponível. Francisco Carlos de Bandeira Lins, Procurador de Justiça, publicou em 2000, pela Associação paulista do MP, estudo discutindo a possibilidade de conflito entre a realização profissional e a realização familiar envolvendo promotoras de São Paulo, tomando por base dados demográficos, estatísticos e do próprio Departamento de Recursos Humanos da instituição. Foi o primeiro estudo sobre a presença feminina no Ministério Público. Em 2013, Francisco Lins publicou um curto artigo na revista da Associação do Ministério Público de São Paulo reiterando as conclusões desenvolvidas treze anos antes e dirimindo dúvidas em relação às datas de ingresso das pioneiras, tanto no MP, quanto no Judiciário. Em 2003, o Procurador de Justiça Joaquim Cabral Netto fez constar em seu livro sobre a história do Ministério Público de Minas Gerais uma pequena nota sobre as primeiras mulheres na instituição. Em 2005, as historiadoras Cíntia Vieira Souto, Márcia de la Torre e Patrícia Sanseverino, organizaram a obra *Olhar Feminino*, reunindo entrevistas coletadas com promotoras e procuradoras de Justiça do Ministério Público do Rio Grande do Sul, em trabalho com o qual tive a honra de colaborar e que se trata do esforço mais abrangente sobre a presença feminina no Direito no Brasil, ainda que especificamente voltado para o Ministério Público. A primeira entrevista realizada por historiador com uma promotora (Sophia Galanternick, pioneira do MP gaúcho), foi publicada em 2000, em obra organizada por Loiva Otero Félix. Em 2008, o Memorial do Ministério Público do Maranhão publicou artigo sobre as primeiras promotoras na instituição. Recentemente, alguns trabalhos têm se debruçado sobre a feminização das carreiras jurídicas. Em 2006, a cientista política Maria Tereza Sadek quantificou o crescimento da presença feminina na magistratura brasileira em 27%, reforçando a percepção de uma tendência de mudança no perfil social da magistratura constatada no final dos anos 1990. Eliane Junqueira, em artigo de 1998, procura refletir sobre a especificidade da feminização na magistratura carioca, considerando em especial o vetor da dupla jornada e da difícil conciliação entre vida profissional e privada, bem como o impacto da identidade de gênero sobre o perfil das decisões judiciais. O Desembargador Vladimir Passos de Freitas, em um ensaio publicado no *site* Conjur, em 2007, relaciona, ensaísticamente, algumas possíveis características que impregnariam a atuação das juízas, em comparação com os juizes do sexo masculino. Rennê Martins Barbalho (2008), em sua tese de doutorado promove um diálogo entre a Sociologia das Profissões e a Sociologia de Gênero, se debruçando sobre as organizações imbuídas do objetivo de fortalecer a equidade de gênero no mundo profissional do Direito, tais como a Comissão da Mulher Advogada da OAB e a Associação Brasileira das Mulheres de Carreiras Jurídicas, entidade fundada em 1985. Em artigo de 2010, Maria da Glória Bonelli, se valendo de um conjunto de depoimentos não identificados (o que em parte compromete a aferição dos dados tabulados) sustenta que a ampliação do acesso das mulheres à magistratura paulista coincidiu com o momento de reforma do Judiciário, em 1994, quando aumentou a pressão externa sobre a tradicional Corte

Enfim, os desafios que as mulheres enfrentaram para avançar na consolidação de sua posição na área jurídica brasileira têm sido pouco debatidos, tanto na academia, quanto no meio jurídico ou no ambiente feminista. Um silêncio que suscita indagações.

Em 2011, em passagem por São Paulo, onde participava do III Congresso da revista *Cult*, o filósofo esloveno Slavoj Žižek exortou-nos a relacionar dois filmes, que aparentemente nada tinham em comum, então muito badalados por terem se destacado na consagrada premiação do *Oscar*: *O discurso do rei* e *Cisne negro*. Espremita a história de ambos, notou, o primeiro conta a trajetória de um homem sem qualquer desenvoltura que enfrenta todos os obstáculos pessoais para se afirmar no espaço público, apoiado por uma mulher inteligente e compreensiva (mas sem protagonismo), e acaba obtendo sucesso e comovendo os que o cercam, enquanto o segundo representa a desventura de uma moça talentosíssima que, ao alcançar o estrelato, se destrói em autocomsumpção, numa espécie de histeria vitoriana em plena era pós-moderna. Os dois filmes, percebidos em cotejo, seriam, assim, reveladores de um traço ideológico da sociedade, que ainda hoje se insinuaria tacitamente: quando as mulheres foram para o mercado de trabalho formal, fora de casa, se esperaria delas, de forma difusa, talvez, serem cisnes negros em terras de reis gagos.

O *insight*, se capaz de encerrar algum potencial explicativo, poderia dar pistas para a compreensão de fenômenos tais como o elevado padrão de cobrança autoimposto por muitas pioneiras, ou o contraste entre a presença já expressiva das mulheres no primeiro grau, tanto no Judiciário, quanto no Ministério Público, e a sua participação aguada, numericamente tímida, na Alta Administração da maior parte de instituições jurídicas, isto é, o território onde a competência profissional se combina com a desenvoltura política na construção de uma narrativa para o espaço de poder.

Para Žižek (2011), com efeito, a eficácia de uma ideologia seria proporcional a sua capacidade de não se fazer notar. É o que Pierre Bourdieu (1999: 7) chamaria de “paradoxo da doxa”, no preâmbulo do seu clássico *A dominação masculina*, isto é, que a ordem do mundo, estabelecida com seus direitos, imunidades e privilégios, seja grosso modo respeitada *a priori*, sem maiores insubordinações, dispensando

pela sua democratização, mas avança pouco em relação às questões próprias do gênero na magistratura. Em artigo de 2011, Bonelli desenvolve melhor suas opções metodológicas e conclui que a barreira de progressão na carreira é maior na jurisdição comum do que na federal, tanto para o Judiciário, como para o Ministério Público, muito embora na jurisdição federal seja maior a exposições à ingerência da política externa.

Nilza Menezes, em artigo de 2012, considera o Judiciário de Rondônia no seu conjunto, incluídos os servidores, o que lhe permite também constatar uma instituição predominantemente feminina, considerando a maioria de servidoras, mas hierarquizada, na medida em que a incidência de mulheres diminui entre juízes e se reduz mais ainda no segundo grau.

justificativas, numa espécie de “submissão paradoxal” que resultaria de uma “violência simbólica” contra aqueles que estariam fora do nicho de privilégios.

Mas convém prestar atenção em que aquilo que a teoria oferece com uma mão, pode tirar com a outra. O próprio Bourdieu (1999: 101) convoca os pesquisadores interessados numa história das mulheres a ir além dos grandes modelos interpretativos, debruçando-se sobre a história dos agentes e das instituições, que replicariam, mais ou menos conscientemente, os padrões hierárquicos. Hierarquias, outrossim, não são apenas reproduzidas e construídas. Também são desconstruídas, reinventadas, enfrentadas coletiva e/ou individualmente, eventual ou sistematicamente, ao nível do cotidiano. Ideologias ou feixes de reprodução hierárquica, por mais longevos e diacrônicos que sejam, não são engrenagens irremediavelmente aplastantes, das quais não há saída, como pretendeu certa vulgata acadêmica constituída a partir da obra de Michel Foucault. Tampouco podem os indivíduos ser interpretados de forma essencialista e reducionista. Para Félix Guattari (1992: 19), que se ampara no conceito de subjetividade polifônica de Mikhail Bakhtin, com efeito, os componentes de subjetivação do indivíduo são parciais e heterogêneos, expondo-o a múltiplas influências, a diversas formações discursivas, o que oportuniza margem de invenção. Para o filósofo Henri Bergson (2006), por mais estáveis que pareçam os mecanismos de subjetivação, a imponderabilidade do tempo sempre se insinua, pois a transformação está no devir e o espaço de criação se estabelece no plano da ação pragmática do indivíduo.

Destarte, a história das instituições e das relações de poder, segundo o historiador português António Manuel Hespanha, têm cada vez mais dirigido seu lume para os “poderes efetivos”, percebendo os indivíduos como “motores da história” (e não mais as leis, o Direito ou as classes sociais), procurando captá-los numa espécie de geometria inter-relacional, micromodelizada, adaptada aos lugares, aos contextos. Nada a ver, com certa concepção pós-moderna de História ultrafragmentada e, a tal ponto relativizada, que nada mais lhe cabe dizer. O poder, aqui, “interpessoaliza-se, depende dos fatores moles que movem o interior de nós mesmos – os afetos, os poderes de sedução, as hegemonias, as dependências emocionais, os encantamentos, os aborrecimentos de toda a espécie, a beleza e a fealdade”. (2012: 69-70). Narrativas diversas, projetos diversos, multivocalidades, enfim, poderíamos aduzir é o que a memória, especialmente aquela acessada pela História Oral, pode agregar à reflexão cada vez mais complexa em torno da História Política. O poder social, como ensina ainda Hespanha (2012: 73), não se exprime de forma monótona. Sua visibilidade, suas formas de hegemonia e os mecanismos de dependência que engendram encerram enorme diversidade, não podendo ser reduzido a modelo único.

Como registra Elizabeth Jelin (2000), em torno de um fato estabelecem-se múltiplas narrativas que disputam o sentido do vivido, o que faz da memória um espaço de luta simbólica. Não se pretende escorregar numa espécie de relativismo subjetivo, como aquele criticado por Beatriz Sarlo (2007) por atribuir foros de verdade *a priori* a qualquer testemunho, pelo simples fato de ser um depoimento. A memória é feita de um feixe de opiniões, sentimentos, verdades, silêncios, oculações e embates. Acessar as múltiplas vibrações em torno das vozes da memória nos ajuda a tecer uma percepção mais tangível do complexo passado exalado da inesgotável diversidade do humano. A narrativa humana é feita de tentativas, ensaios, fracassos, êxitos, faltas, conquistas, algo que testemunhos mnemônicos podem nos ajudar a captar.

Próximos passos

Antes de apresentar as entrevistas reunidas nessa edição, parece-me apropriado partilhar com o leitor um resumo explicativo da metodologia que possibilitou a construção do documento oral aqui reproduzido.

Depois disso, proponho uma reflexão de síntese sobre a maneira como a historiografia vem compreendendo algumas das principais questões que dizem respeito à relação entre gênero, trabalho e espaço público, o que pode ser percebido como um ponto de partida para a tessitura do contexto que acolherá a análise dos depoimentos.

Em seguida, talvez possa ser útil uma resenha sumarizada da trajetória da presença feminina no Direito, em especial na advocacia, nos Estados Unidos, porque é nesse país em que a pesquisa sobre a dinâmica entre gênero e profissões jurídicas parece mais desenvolvida; porque muitas das questões propostas pelas pioneiras no Direito podem ter-se tornado paradigmáticas, sendo revisitadas ao longo do século XX e em outros países; e porque, como no Brasil a pesquisa sobre as mulheres no Direito é rarefeita e disposta num plano epidérmico, a necessária interlocução para que percebamos as especificidades da experiência feminina no Ministério Público precisa ser feita com base nas informações e reflexões sistematizadas para outra nação e, nesse particular, há certa vantagem no diálogo com os Estados Unidos, tendo-se em vista serem ambos países americanos, de dimensões continentais, multiétnicos, com culturas juvenis, dinâmica social semelhante e de recentíssimas instituições com soberania independente.

A seção seguinte se propõe a condensar as poucas informações coligidas sobre as pioneiras no Direito e no Ministério Público no Brasil, do século XIX aos anos 1960, o que foi feito a partir da escassa historiografia disponível e, no caso específico do Ministério Público de Santa Catarina, com base em pesquisa realizada junto ao Arquivo Geral da instituição, que guarda pastas funcionais, livros de registros e pastas de concursos antigos, os quais nos foram muito úteis³.

Ouvir contar, saber ouvir

As entrevistas aqui reunidas foram captadas no âmbito do Programa de História Oral do Memorial do Ministério Público de Santa Catarina, instalado em 2010. Este é o terceiro volume de uma série editorial empenhada em divulgar e propor algumas reflexões sobre o conteúdo organizado por esse Programa.

O documento oral é o único construído pelo historiador, normalmente acostumado a escarafunchar o passado em arquivos que reúnem acervos constituídos por outras pessoas, em outras épocas. O método empregado nesta tarefa requer tempo e, sobretudo, disposição para ouvir. Não nos interessa arrancar das pessoas uma frase de efeito ou uma informação retumbante, que será destacada nas páginas de algum jornal, para desaparecer logo depois em meio à voragem das manchetes seguintes. (AXT, 2013).

É preciso escutar. Queremos ouvir o que as pessoas têm a dizer. Interessamo-nos pelas suas memórias, pelos seus afetos e lembranças. Dedicamos-lhes o tempo e a atenção que forem necessários. Contando histórias de vida, vamos, aos poucos, divisando no horizonte os sentires individuais, a história da instituição ministerial, dos municípios pelos quais passaram as entrevistadas, da Justiça e da participação das mulheres no Direito. Como diz Maria de Lourdes Monaco Janotti, a História Oral “rompe com os silêncios provenientes do cotidiano, do fazer anônimo, revelando acontecimentos, experiências e mentalidades que não se encontram nos documentos escritos e nas versões oficiais”. (1996: 60). Assim, ao extrapolar “o limite da vida privada, o depoimento adquire seu significado coletivo desde que tenha como referencial a mesma factualidade comungada pelos grupos sociais a que pertence”. (2010: 18). A tese, como registra Janotti, foi desenhada por Maurice Halbwachs (1994: 69) e ainda hoje é referência primordial para o entendimento da relação entre memória individual e coletiva.

³ Agradeço, especialmente, pela localização de fontes de interesse, à dedicação e ao trabalho de pesquisa dos estagiários, estudantes de História da UFSC e da UDESC, Cristina Schreiber, Alan Michelmann e Marcos Lauermann. Também desejo agradecer, pelo auxílio na sistematização de informações, às estagiárias Cristhyne Boni Lavratti e Dandara Oliveira.

A entrevista produzida pela História Oral, como propõe Daphne Patai (2010: 20), “depende da intervenção de um entrevistador que coleta e apresenta uma versão das histórias colhidas”. As entrevistas são “um ponto de intersecção entre duas subjetividades”, isto é, a memória das entrevistadas e as perguntas do entrevistador, ambientado num dado contexto. O momento original da entrevista perde sua totalidade, pois não obstante a gravação digital imortalizar o áudio, não registra as expressões faciais (e sabemos que a linguagem não é apenas falada, ou escrita, mas também imagética, corporal...), a temperatura ambiente, os odores, os ruídos do entorno, as características da iluminação no entorno, etc. A gravação, assim, primeiro documento do processo de entrevista, já é um registro diferente do momento primordial.

Muito embora algumas perguntas sejam recorrentes de uma entrevista para outra, não parti de um questionário-padrão, rígido. As indagações realizadas tendem a ser simples, diretas e não diretivas, pois as opiniões do entrevistador são irrelevantes no contexto proposto. Sempre procuro fazer o mínimo possível de perguntas, para que as entrevistas possam fluir, nesse sentido seguindo recomendações bastante conhecidas no que respeita às técnicas de História Oral. (Thompson, 1992: 257-261). Naturalmente, por vezes se estabelecem longos e animados diálogos entre entrevistador e entrevistado, fundamentais para estimular a fluidez da entrevista, mas o leitor raramente os perceberá, pois procuro reduzir minhas próprias intervenções ao mínimo, a fim de tornar a leitura mais leve e agradável no momento da publicação da entrevista.

Como Ronald Chester, em *Unequal Access* (1985: 4), eu decidi deixar que as mulheres ouvidas me contassem suas histórias, antes de esboçar qualquer conclusão, motivo pelo qual começamos esse projeto pelas entrevistas. Na medida do possível, quis perceber “como as vidas dessas pessoas se apresentavam por elas mesmas” (PATAI, 2010: 20), tomando suas histórias como relatos subjetivos, os quais, captados de forma relacional, podem compreender a possibilidade de generalizações explicativas. Por isso, as entrevistas serão avaliadas em seu conjunto, mas também comentadas em sua relação com outros depoimentos coletados no âmbito desse mesmo Programa, ou em outros, bem como dialogarão, na medida do espaço possível, com documentos e narrativas interpretativas sobre a presença feminina no Direito e, especificamente, no Ministério Público.

O tipo menos estruturado de entrevista contribuiu para que os assuntos das próprias mulheres emergissem mais do que os do entrevistador. (PATAI, 2010: 29). Dessa forma, cada entrevista tem a sua especificidade. Algumas investem mais nas questões de gênero, tecendo elementos da trajetória pessoal, outras enveredam

preferencialmente por temáticas conceituais e problemáticas de gestão próprias à instituição ministerial ou à Justiça. É claro que, em se tratando de promotoras e procuradoras de Justiça e de entrevistas promovidas ao abrigo de um Programa de História Oral de um projeto de memória institucional, o Ministério Público é um dos fortes elos a conectar todas as entrevistas.

Os depoimentos aqui reunidos encerram grande riqueza de conteúdo, discutindo aspectos relacionados à história do ente ministerial, ao cotidiano do trabalho do promotor e aos enormes desafios que hoje rondam a Justiça e, em especial, o Ministério Público no Brasil. Esta introdução, não obstante, se concentrará sobre a reflexão em torno dos aspectos de gênero, vez que a análise do conjunto dessas temáticas, em toda a sua diversidade, nos conduziria para um texto excessivamente longo e complexo.

O momento da realização da entrevista foi sempre muito gratificante: ouvir o relato de outra pessoa sobre suas experiências de vida costuma ser prazeroso. Como enfatiza Paul Thompson (1992), a História Oral é um trabalho sedutor, que envolve outro tipo de escuta, e, nas palavras de Daphne Patai (2010: 29), “uma forma de concentração e receptividade excepcionalmente intensa, distinta da escuta que normalmente fazemos no dia a dia”, capaz de absorver o interlocutor. Emergiram enredos anedóticos, engraçados, mas muitas histórias também eram doloridas, difíceis de contar e de ouvir. O texto final, que o leitor segura em mãos, é uma acomodação possível desses sentires, transpostos da linguagem falada para a escrita, processo no qual se estabelecem filtragens e lapidações, que não deixam, contudo, de obedecer a uma rigorosa metodologia.

A partir da gravação digital, as entrevistas foram inicialmente transcritas e, depois, editadas. Não imprimimos ficção literária ao depoimento, porém, procuramos adaptar a dinâmica da linguagem falada à escrita, esconsando o texto de vícios da oralidade – tão comuns a todos nós –, repetições desnecessárias, passagens truncadas, etc. Ajudamos a estruturar parágrafos, a limpar a narrativa, tornando-a mais saborosa ao leitor. Verificamos a precisão de datas e nomes próprios, confrontando-os com documentos impressos, pois não é infrequente que nos atrapalhemos com estes dados mais objetivos no momento de dar vazão ao fluxo da memória e, o que interessa ao entrevistador não é a produção de um relatório, mas a construção de uma peça que possa ser representativa da trajetória individual e possa carregar significados para os grupos nos quais essa se inscreve. Cuidamos, enfim, de preservar a coloquialidade original do documento, limitando as intervenções quase sempre à forma, para evidenciar o conteúdo. De um modo geral, o papel do editor de uma entrevista transcrita talvez seja próximo ao do

tradutor, que não promove uma transposição mecânica de uma língua para a outra, mas procura transmitir ao leitor de outro idioma o sentido original das palavras dado pelo autor.

É evidente que a edição do texto é um processo trabalhoso, que consome muitas horas de concentração. Mas tende a facilitar a posterior aprovação da entrevista, agilizando-a e reduzindo a interferência do depoente sobre o texto, além de proporcionar ao leitor um resultado mais agradável e de conferir ao livro uma dinâmica mais uniforme, sem discrepâncias entre depoimentos truncados e mal-estruturados e outros, que, pela intervenção excessiva, nem sempre afeita à metodologia da História Oral, podem parecer mais com artigos científicos, redigidos com pesada formalidade.

Sendo nossa intenção arquivar as entrevistas no banco de História Oral e publicá-las, sob a forma de coletâneas como esta, não se pode prescindir da concordância dos entrevistados com o resultado final. Nossa expectativa caminha no sentido de que os ajustes processados sejam sempre pontuais, o que geralmente se verifica. Há, contudo, casos de alterações mais extensas, ou, até mesmo, de não aprovação do texto final. O momento em que a entrevista se processa tende a ser bem mais descontraído do que aquele em que as versões do entrevistado ganham a materialidade do papel, quando, então, é normal que dúvidas apareçam.

As pessoas costumam se interessar pela proteção de suas *personas* públicas, preocupando-se com a calibragem de adjetivações e o tom do discurso que restará impresso. Ao longo dos anos, percebi que tendem a aprovar suas entrevistas com mais agilidade aqueles indivíduos cuja trajetória de vida tem baixo índice de impacto sobre o espaço público, estando mais circunscrita ao universo privado, ou aqueles que, no extremo oposto, ocuparam altos cargos na esfera pública, tais como procuradores-gerais de Justiça, presidentes de Tribunais, ministros ou governadores. Uma explicação para esse fenômeno é que os primeiros talvez possuam uma projeção menos articulada de sua narrativa pessoal no espaço público, enquanto os que estão no segundo grupo, justamente, a teriam já mentalmente predelineada. Nesse intermeio, juízas, advogadas, professoras de escolas de Direito, promotoras de Justiça, integram em geral um grupo de depoentes intelectualmente sofisticados, profissionalmente ativos, com trânsito de destaque na arena pública, mas com presença escassa em altos postos de comando, o que lhes dá consciência da complexidade do público, mas lhes oportuniza menos o desenho mental de uma narrativa pré-articulada sobre si. Isto ajudaria a explicar por que entrevistas com mulheres do Direito tendem a consumir uma média maior de tempo para serem aprovadas do que entrevistas com homens. Há, por sua vez, entre homens e mulhe-

res, parece-me que em porcentagem semelhante, indivíduos cuja dinâmica pessoal foi sempre mais voltada para a oralidade do que para a escrita. Esses tendem a ser grandes contadores de histórias, narradores fascinantes, mas podem se defrontar com certo estranhamento ao visualizarem suas palavras por escrito.

O processo de lembrar, acionado pelo gatilho da História Oral, encerra enorme complexidade. Atuando com a disciplina desde os anos 1990, já entrevistei pessoas que estavam deprimidas e amarguradas e que pareciam se redespertar para a alegria de viver depois de sessões de entrevistas. Há também aqueles que no meio de uma narrativa começam a relembra e a verbalizar antigos traumas ou momentos de intensa emoção e explodem em lágrimas. Não é incomum encontrarmos aqueles que afirmam nada ter a registrar, pouco se lembrarem, mas em função da entrevista acionam canais inesperados e a memória passa a fluir como um jorro. Cada indivíduo reage de sua maneira numa entrevista.

Mulher, trabalho e espaço público

“Cherchez la femme”: o célebre aforismo que Alexandre Dumas (pai), cinzelado em 1854 no seu *Les Mohicans de Paris*, ganhou coro ao longo do século XIX e do XX. No âmbito do Direito e da Medicina Legal, foi replicado pelo criminologista italiano Cesare Lombroso, quem, a propósito, considerava a criminalidade feminina ainda mais monstruosa do que a praticada pelos homens, ligando-a aos ciclos biológicos da mulher. De qualquer forma, a ideia de que na raiz do problema há sempre a urdidura de uma essência feminina, corrosiva, deletéria e irracional, espelha a matriz polissêmica do conceito de poder no plano ideológico mais amplo: em maiúsculo e no singular designa o espaço público, território da ordem e da razão, apanágio masculino, mas quando em minúsculo e no plural, se estilhaça em múltiplas influências difusas, território sub-reptício no qual reinam as mulheres. Nesse horizonte, o homem público encarnaria a honra e a virtude; a mulher pública constituiria a vergonha, é a parte dissimulada, noturna, escondida – um território de passagem sem individualidade própria. Um é o político de renome, o grande magistrado; a outra é a meretriz. (PERROT, 2010: 167-175).

Ao longo do século XIX aprofundou-se o discurso de divisão das tarefas e de segregação sexual dos espaços. O filósofo Hegel falava em “vocação natural” dos dois sexos e Auguste Comte foi mais longe ao preconizar a “inaptidão radical do sexo feminino para o governo, mesmo da simples família”. (PERROT, 2010: 178). “Baseado na crença de uma natureza feminina, que dotaria a mulher biologicamente para executar as funções da esfera da vida privada, o discurso é bastante conhecido:

o lugar da mulher é o lar, a sua função consiste em casar, gerar filhos...”. (MALUF; MOTT, 1998). Na vida privada, a figura obcecante da maternidade reveste, contudo, a mulher de potência civilizadora, vibrada no diapasão das funções educadora e cuidadora. (PERROT, 2010: 169; BEAUVOIR, 2009).

Mas se esse é o discurso hegemônico, na prática as relações que se estabelecem no cotidiano podem se revestir de feição mais aperiódica e irridente. As mulheres não foram passivas nem submissas, mas se afirmaram por outras palavras, outros gestos, traçando outros caminhos, adaptando-se, tentando furar barreiras, percorso este nem sempre representado nas fontes dominantes, ou na forma como elas tendem a ser interpretadas. (PAGLIA, 1990; PERROT, 2010: 185, 212).

A historiadora Camille Paglia conclui que mesmo na conservadora sociedade do Antigo Egito, uma mulher poderia desenvolver funções públicas; e que as famosas cariátides da Acrópole da Atenas clássica são “uma admirável exibição de potência feminina”. (2014: 8, 21-25). O arqueólogo Fábio Vergara Cerqueira, por sua vez, mostra como uma nova historiografia que se desenvolve, sobretudo a partir do último quartel do século XX, vem redescobrimdo a participação feminina no espaço público na Grécia Antiga, território de emulação da origem do discurso misógino ocidental, identificando, por meio do estudo das fontes iconográficas, os rastros de mulheres de classes populares economicamente ativas, bem como de cidadãs privilegiadas assumindo funções cívicas no âmbito religioso, inclusive disputando cargos eletivos, o que há não muito tempo seria considerado um delírio pelos historiadores. (CERQUEIRA, 2008: 158).

Michelle Perrot sublinha que os motins por alimentos na França do século XIX foram em geral animados e despoletados por mulheres, que hauriam a sua legitimidade na ideia de guardiãs dos víveres e do teto, oportunidades nas quais elas intervinham coletivamente, rosto descoberto, lançando projéteis, guardados nos bolsos dos seus aventais, tais como pedras ou artigos de mercado, e vituperando insultos, aos gritos, numa grande balbúrdia. São bem conhecidos os traumas do sangrento charivari iniciado no mercado de *Les Halles* pelas peixeiras, em cinco de outubro de 1789, que culminou com a transferência da família real do idílico retiro aristocrático de Versalhes para o burburinho do abandonado palácio das Tulherias, no coração de Paris, elevando a Revolução Francesa a um patamar mais potente (APPLEWHITE; LEVY, 1984): “Onde está o ‘povo’, a mulher está energicamente presente”, com sua linguagem subversiva, irônica e irreverente, valendo-se de toda “uma rede de comunicações horizontais que escapa aos ouvidos do poder”, usando estratégias de inversão e de derrisão, algo que a nova moral burguesa do século XIX foi cada vez tolerando menos. Na Inglaterra, foi por volta de 1850 que os *pubs*

começaram a se tornar lugares de frequência exclusivamente masculina, pois, até então, as mulheres bebiam e cantavam com os seus homens nas tavernas. Na França, o sindicalismo foi progressivamente recusando as formas tradicionais de expressão reivindicatória das mulheres em público, compreendendo-as como inadequadas à dignidade pretendida aos trabalhadores. (PERROT, 2010: 199, 206, 211).

No século XIX, o cotidiano assume valor positivo e as mulheres cada vez mais regram o tempo doméstico. A cronologia da vida feminina era pautada na França burguesa, assim como alhures, pela primeira comunhão, pelo noivado e pelo casamento, dinâmica expressa na moda dos álbuns de fotografias, hábito que ritualizam o tempo e as vivências familiares, pelo menos antes de sua banalização. Se o tempo dos homens é o da vida pública, a vida privada é o seu refúgio, onde descansam do esforço profissional. (MARTIN-FUGIER, 1991). Na provinciana cidade do Desterro (hoje Florianópolis) do século XIX, não era diferente: a presença feminina economicamente enérgica era constante nas vendas e pequenas casas comerciais, enquanto “o isolamento nas atividades de esposa, mãe e dona de casa tornou-se forma de distinção para uma classe urbana abastada”. (PEDRO, 2013: 285).

No meio rural brasileiro, o trabalho feminino foi permanente. Nas regiões cafeeiras, os fazendeiros contratavam famílias inteiras de imigrantes e as mulheres ajudavam na lavoura, junto com os homens, além de cuidar do trabalho doméstico e do roçado de subsistência. Nas áreas de colonização europeia e asiática, especialmente na região Sul, geriam os trabalhos domésticos, mas também colaboravam na roça, na manutenção de benfeitorias, no trato dos animais... Igualmente desenvolviam uma série de tarefas ligadas à subsistência, as mulheres que viviam no mundo caboclo ou integravam o universo mestiço livre. Por seu turno, há relatos em áreas como o Rio Grande do Sul ou no Nordeste, de esposas, viúvas ou filhas de estancieiros, assumindo com descortino a administração das propriedades na ausência dos homens durante as quadras revolucionárias, como aconteceu na Revolução Farroupilha, que se estendeu de 1835 a 1845. Isto sem mencionar aquelas que se engajaram diretamente nas linhas de confronto, como a célebre Anita Garibaldi, natural de Laguna. (RAMOS, 2008).

Anita, a propósito, não foi a única mulher a acompanhar o seu homem na batalha. O médico Ângelo Dourado – que se alistara na coluna de Gumercindo Saraiva durante Revolução Federalista de 1893 a 1895, sangrento conflito civil que conflagrou os Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e do Paraná –, em *Voluntários do martírio* (1977), revela a forte adesão de contingentes populares à coluna, que em dado momento chegou a contar com cerca de seis mil homens, seguidos por cerca de até duas mil mulheres e crianças. Nesse fenômeno típico

dos exércitos pré-modernos, as mulheres viviam do pequeno comércio, prestavam serviços diversos, assistiam a seus homens em caso de ferimento ou simplesmente não queriam ser deixadas para trás. Algumas eram enfermeiras, outras vivandeiras. Algumas se prostituíam, outras pegavam em armas ao lado dos homens. (CABEDA; MEIRA, 2009; WOLFF, 2013: 428).

No final do século XIX, nas cidades, na medida em que emergia o processo de industrialização, as mulheres das camadas populares assumiam um papel preponderante, sobretudo em alguns setores, como o da fiação e tecelagem, no qual chegaram a representar mais de 70% da mão de obra empregada. Entendia-se que as mulheres teriam mais delicadeza para lidar com certos produtos, bem como seriam mais dóceis e paciosas. Além disso, em função da dificuldade de inserção no mercado de trabalho, os salários percebidos eram invariavelmente mais baixos do que aqueles auferidos pelos homens. As tarefas repetitivas, monótonas e rotineiras eram consideradas menos qualificadas na hierarquia laboral, portanto, naturalmente, destinadas às mulheres. Apesar de as mulheres terem inclusive participado dos movimentos sociais e operários no início do século XX no Brasil (BORELI; MATOS, 2013: 128), foram aos poucos sendo expulsas das fábricas, na esteira do avanço da industrialização e da incorporação da força de trabalho masculina. No Brasil, a Primeira Guerra Mundial trouxe por consequência o aumento da produção industrial, mas como o país praticamente não enviou tropas para o conflito, ao contrário do que aconteceu na Europa e nos Estados Unidos, os postos de trabalho foram sendo preenchidos por homens. Depois da Guerra, uma confluência de argumentos religiosos, jurídicos e higienistas fez recrudescer a oposição ao trabalho feminino fora do ambiente doméstico. Além disso, desenvolveram-se setores, como a indústria de base e a metalurgia, que lidavam com tarefas consideradas essencialmente masculinas. Os números são persuasivos: se em 1872 as mulheres constituíam 76% da força de trabalho empregada na indústria, em 1950 não passavam de 23%. (RAGO, 2013: 582). Grosso modo, o trabalho não doméstico seguia sendo percebido socialmente como uma espécie de fatalidade a que estariam condenadas as mulheres das camadas populares e imigrantes ou que se imporia em épocas de crises e de calamidades, como as guerras.

Paralelamente, melhoravam as condições da instrução para as mulheres e aos poucos elas foram ocupando os espaços que se abriram no magistério. Se ainda no início do século XIX era relativamente comum que mesmo as mulheres da elite fossem relegadas à mais completa falta de instrução, aos poucos se robustecia a percepção de que mulheres minimamente instruídas poderiam ser melhores mães e donas de casa, bem como poderiam representar seus maridos e pais em ambientes sociais com mais graça e descortino. Em meados do século XIX, a pioneira Nísia

Floresta, num prisma mais radical, acreditava, provocando escândalo, que somente por meio da educação as mulheres poderiam ser resgatadas da sua condição de submissão, caminhando, então, no sentido da emancipação. De qualquer forma, a escolarização começava, assim, a chegar às mulheres. Não a todas, evidentemente. A população de origem africana, em virtude da escravidão, era alijada do processo e raríssimas foram as negras, escravas ou libertas, que se alfabetizaram. Já as comunidades de imigrantes, como os alemães e os italianos, procuravam organizar núcleos escolares para as suas crianças, às vezes as suas próprias expensas, às vezes recebendo auxílio de suas regiões de origem, posteriormente dos governos estaduais. Algumas ordens religiosas femininas dedicavam-se à educação de meninas órfãs. Já as filhas de grupos sociais privilegiados, além de serem alfabetizadas e de receberem noções básicas de matemática, podiam complementar sua formação com o estudo do piano e o do francês, considerados ferramentas úteis para serem esgrimidadas socialmente. Habilidades com tarefas domésticas, culinária, bordados e o gerenciamento de serviços, também lhes eram ensinadas. Mas, nos últimos anos do século XIX, a necessidade de ampliar a instrução começou a se afirmar, como extensão do que se entendia ser a essência da função feminina, a maternidade (com o ensinamento das primeiras letras) e a assistência. Surgiram as Escolas Normais, que se empenhavam na formação de jovens professoras primárias: a docência poderia ser uma ocupação digna para mulheres das camadas médias e “não subverteria a função feminina fundamental, ao contrário, poderia ampliá-la ou sublimá-la”. (LOURO, 2013: 443-450).

Nesse horizonte foi se construindo uma nova concepção para o trabalho da mulher fora de casa. Ainda assim, as jovens atraídas ao magistério por necessidade ou por ambicionarem o trânsito por outras esferas sociais, seriam “cercadas de restrições e cuidados para que a sua profissionalização não se chocasse com a sua feminilidade”. (LOURO, 2013: 453). A esta altura, as mulheres também começavam a exercer novas funções na burocracia dos escritórios. No início do século XX, “a difusão da máquina de escrever abriu para as mulheres o promissor ofício de datilógrafa”, em bancos, seguradoras, telegrafia, secretarias... (BORELLI; MATTOS, 2013: 134). Para as mulheres, o trabalho fora de casa deveria ser preferencialmente transitório, aceitável para as moças solteiras (até o momento do casamento), ou para aquelas mulheres que ficassem sós, se constituindo em arrimo de família ou de si próprias, como viúvas, órfãs e as chamadas solteironas. Esse caráter transitório, ou fatalista, do trabalho feminino também contribuía para que os seus salários permanecessem mais baixos: “a incompatibilidade do casamento e da maternidade com a vida profissional feminina foi (e continua sendo!) uma das construções sociais mais persistentes”. (LOURO, 2013: 454). Na medida em que avançou a feminização do magistério, algumas mulheres reagiram a essa tensão optando até pelo celibato e renunciando ao casamento. (LOURO, 2013: 465).

Embora as Escolas Normais se enchessem de moças, tanto nos assentos quanto junto às lousas, a hierarquia doméstica continuava a ser replicada: as mulheres ficavam nas salas de aula, enquanto os homens comandavam o sistema a partir dos postos de direção: “a sua presença era vista como necessária exatamente por se creditar à mulher menos firmeza nas decisões, excesso de sentimento, tolerância, etc.”. Guacira Louro cita o educador Paschoal Lemme, que em suas célebres memórias registrou a interrupção da rotina das aulas em seu tempo de normalista (1919-1922) com a revolta dos rapazes diante da nomeação de Ester Pedreira de Melo para dirigir a escola, a primeira mulher a ascender a essa posição no Rio de Janeiro. (2013: 460).

No Rio Grande do Sul, Luciana de Abreu foi a primeira a se graduar na antiga Escola Normal, em 1872, uma moça que não tinha parentes a constranger com seu comportamento ousado porque fora abandonada na Roda dos Expostos da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre. Foi considerada uma das primeiras a conferenciar em público no Brasil. Mas a formação de nível superior era outro degrau importante a ser vencido. Se já se toleravam mulheres alfabetizadas e até as alfabetizadoras de crianças, a sua presença nas faculdades era escandalosa. Apenas em 1879, com a reforma Leôncio de Carvalho, o ensino superior foi-lhes permitido. A primeira mulher a se formar em uma faculdade no Brasil foi Rita Lobato – filha de um rico estancieiro sul-rio-grandense, que foi apoiada pelo pai quando decidiu estudar Medicina no Rio de Janeiro, graduando-se em 1887. Nos Estados Unidos, já em 1849 uma mulher conseguira igual façanha. Apesar das resistências, a Medicina foi de certo modo considerada um desdobramento lógico da natureza feminina devotada à assistência, sem mencionar o fato de que os pudores do século XIX faziam com que muitas damas rejeitassem serem examinadas por médicos do sexo masculino. Mas as conquistas de algumas no campo da Medicina estado-unidense estavam longe de ser a regra: a primeira médica canadense precisou se formar nos Estados Unidos, em 1867. Em 1888, graduaram-se, em Recife, as primeiras brasileiras em Direito. A data não é defasada em relação às conquistas no resto do mundo. No Canadá, a primeira matrícula feminina em uma Faculdade de Direito aconteceu em 1891. Mas na Província do Quebec, apenas em 1941 a primeira mulher recebeu autorização para advogar. Na Índia, a primeira mulher graduou-se em Direito em 1892. Na Nova Zelândia, a primeira foi admitida para advogar junto a um tribunal em 1897. No início dos anos 1880, em Torino, embora sem jamais conseguir ser provisionada por um tribunal, a italiana Lydia Poët advogou junto ao escritório do irmão. Em 1900, a Assembleia Nacional Francesa emendou a legislação, tornando a França um dos primeiros países a reconhecer, formalmente (o que não significava reconhecimento prático), o direito das mulheres a advogarem junto a um tribunal. No Brasil, depois das primeiras graduadas, seriam ainda necessários vários anos

para que uma mulher conseguisse exercer a advocacia. A pioneira se chamava Mirtes Gomes de Campos, formada em 1898 no Rio de Janeiro e admitida pelo Instituto dos Advogados do Brasil em 1906. Em São Paulo, Maria Immaculada Xavier da Silveira foi a primeira admitida pela OAB, em 1932. (KAY, 2002; SANSEVERINO et al., 2005: 16-22; MOSSMAN, 2007; COLLING, 2011).

Em 1907, nas escolas de nível superior no Brasil,

apenas uma mulher estudava arquitetura, uma estudava engenharia, seis estudavam direito, seis se dedicavam à medicina; nove à obstetrícia, 22 à odontologia e 56 à farmácia. Neste mesmo ano, enquanto em todo o Brasil, na educação primária era maior o número de professoras, perfazendo dois terços, nenhuma mulher ensinava nas escolas superiores – medicina, direito ou politécnica. Somente em 1924, pela primeira vez uma mulher foi indicada para integrar o corpo permanente de professores de uma escola profissional, a Escola de Medicina do Rio de Janeiro. Carlota Pereira de Queiroz, eleita a primeira deputada brasileira, educadora e médica graduada; foi a primeira mulher a integrar a Academia Nacional de Medicina. (COLLING, 2011: 178).

Enquanto isso, a enfermagem se afirmava como uma profissão essencialmente feminina.

Essas pioneiras eram quando muito toleradas. E tinham a sua esfera de trânsito sempre abafada, lutando permanentemente, de forma individual e/ou coletiva, pela conquista de espaços. A organização do movimento feminista e sufragista no Brasil, sobretudo a partir da década de 1920, deu impulso aos avanços no sentido da equalização de direitos. Logo após a Revolução de 1930, dez Estados da Federação passaram a admitir o voto feminino, confirmando sugestão que o senador catarinense Lauro Müller fizera no Primeiro Congresso Internacional Feminino, organizado em dezembro de 1922, no Rio de Janeiro, pela Federação Brasileira para o Progresso Feminino, liderada por Bertha Lutz⁴. Em 24 de fevereiro de 1932, na esteira de forte mobilização do movimento feminista, o novo Código Eleitoral estabeleceu o voto secreto e o voto opcional feminino. Dessa forma, o Brasil tornou-se o segundo país da América Latina a estender esse direito às mulheres (seguindo o Equador) e antecipou-se a países europeus, como a França e a Itália. Em seguida, a Constituição de 1934 concretizou várias reivindicações das feministas, que tinham Bertha Lutz como representante na comissão que elaborou o anteprojeto do texto, tais como o direito à igualdade salarial e ao descanso semanal, ou mesmo o direito de as brasileiras casadas com estrangeiros poderem manter a sua nacionalidade e

⁴ Na oportunidade, proferindo a conferência de encerramento, Lauro Müller recomendou que as feministas procurassem os governadores de seus Estados encontrando aqueles que estivessem dispostos a instituir o voto feminino por interpretação da Constituição Federal, pois “os homens são como carneiros: quando um vai na frente, os outros vão atrás”. (SOIHET, 2013: 225).

a transmitirem aos filhos. A Constituição de 1934 foi suspensa com a instalação da ditadura varguista, chamada eufemisticamente de Estado Novo, em 1937, retardando a consolidação de algumas conquistas. Mas, em 1943, a nova Consolidação das Leis do Trabalho, editada em pleno regime ditatorial, enraizou formalmente a equiparação salarial entre homens e mulheres e coibiu a participação de mulheres em tarefas inadequadas para a sua capacidade física. Regulamentou-se, ainda, a licença-maternidade e estabeleceu-se a exigência de creches nas empresas com mais de 30 trabalhadoras. Finalmente, em 1962, o Estatuto da Mulher Casada retirou do Código Civil o direito de o marido impedir sua esposa de trabalhar fora do domicílio. A partir dos anos 1960, a empregabilidade feminina cresceu exponencialmente, diversificando-se e chegando a cada vez mais setores, o que teve relação com um conjunto de fatores, como as mudanças de mentalidade trazidas pelos movimentos feministas e pela nova cultura da juventude, a difusão do consumo da pílula contraceptiva, a aceleração da urbanização e da industrialização no Brasil. Em 1977, a Lei do Divórcio representou outro divisor de águas, deixando o casamento de ser domínio da moral eclesiástica ao facultar o direito à dissolução do vínculo. (SOIHET, 2013: 224-228; BORELLI; MATTOS, 2013: 142-3; CORTÊS, 2013: 268).

Na prática, a implantação dessas medidas se daria de forma penosa e muitas discriminações continuaram ocorrendo. Houve historicamente um lapso de tempo e de espaço entre a letra da lei, a adesão cultural da população à mesma e a capacidade das instituições jurídicas de estabelecer o seu cumprimento. Um exemplo característico pode ser buscado em aspectos do Estatuto da Mulher na legislação penal. Embora a prática de adultério tenha deixado de ser criminalizada apenas em 2005, desde o Código Penal do Império, de 1830, um homem acusado de matar a esposa supostamente adúltera não podia mais ser inocentado por “legítima defesa de injusta agressão da honra”, como previam até então as Ordenações Filipinas, organizadas em 1603. (CORTÊS, 2013: 275). No entanto, os arquivos judiciais brasileiros estão repletos de exemplos de réus confessos de crimes dessa natureza que seguiram sendo inocentados. O historiador John Chasteen localizou, na fronteira do Rio Grande do Sul com o Uruguai na década de 1870, o interessante caso de um cidadão que foi hostilizado pela comunidade por ter se queixado ao juiz de Direito sobre o adultério da esposa: o estigma social apenas foi levantado quando a assassinou, juntamente com o amante, crime do qual, naturalmente, acabou sendo inocentado. (CHASTEEN, 2001: 76).

Já os promotores do Ministério Público do Estado de Santa Catarina são unânimes em relatar que, pelo menos até princípios da década de 1980, era praticamente impossível lograr-se a condenação no âmbito do Tribunal do Júri de réu confesso pelo assassinato da esposa supostamente adúltera na região oeste de

Santa Catarina, mesmo com o provimento de recurso da Promotoria pelo Tribunal de Justiça, determinando a realização de segundo julgamento. (AXT, 2013). Ainda em 1979, o *playboy* Doca Street, julgado pelo assassinato de sua amante, a *socialite* Ângela Diniz, cometido em 1976 na badalada praia de Armação dos Búzios (RJ), foi condenado a apenas dois anos de reclusão por homicídio culposo, sendo imediatamente beneficiado pelo *sursis*, amparando-se, sua defesa, a cargo do célebre advogado Evandro Lins e Silva, na tese da legítima defesa da honra ofendida. O desfecho provocou uma onda de protestos das feministas e da imprensa, talvez representando um ponto de inflexão na maneira como a sociedade tolerava os crimes passionais praticados contra as mulheres. O julgamento foi anulado e um novo foi realizado, com Doca sendo dessa vez condenado a 15 anos de detenção, tendo cumprido cinco em regime fechado. (LAGE; NADER, 2013: 297).

Pioneiras no Direito estado-unidense

Até onde se sabe, as primeiras mulheres a conseguirem atuar no Direito em tempos modernos foram estado-unidenses. “*Gentleman M. B.*” aparece nos registros dos Estados Unidos em 1638 como fazendeiro, liderança local e advogado. Mas o que não estava explícito é que esse cavalheiro era de fato uma mulher: Margaret Brent, que foi a primeira a ser provisionada para advogar junto a um tribunal. Seriam necessários mais de 200 anos para que outras repetissem a façanha. Em 1869, Myra Bradwell (Illinois), Mary Magoon (Iowa) e Belle Mansfield (Iowa) requisitaram acesso à comunidade jurídica. (MORELLO, 1986: 8-9).

Como notaram Virginia Drachman (1998: 2-3) e Cynthia Epstein (1981: 20-25), a história das mulheres no Direito é diferente daquela das mulheres em outras profissões, porque essa era a área de saber mais cerrada ao gênero feminino e um campo no qual a masculinidade foi parte fundante da identidade da profissão. Em 1920, nos Estados Unidos, as mulheres eram 86% dos professores de escolas primárias, 66% dos assistentes sociais, 5% dos médicos, mas apenas 1,4% dentre todos os advogados. Em 1970, ainda representavam 2% dos profissionais em Direito, porcentagem que saltou para 12%, em 1980 e quase 32%, em 2008, segundo dados apurados por Jessica Nelson. Nos cursos jurídicos, as mulheres representam hoje 47% dos estudantes nos Estados Unidos. (NELSON, 2010: 1).

Para Karen Morello (1986: 76), ao mesmo tempo em que no século XIX se acirrava o discurso que procurava restringir os direitos cívicos das mulheres, atando-as às atividades domésticas, os reflexos da Revolução Industrial as impulsionavam para fora de suas casas, pois foram requisitadas como mão de obra nas

fábricas, nos hospitais e nos escritórios. Além disso, os crescentes confortos da vida moderna passaram a conceder às donas de casa um tempo extra, que poderia ser investido na leitura e nos estudos, por exemplo. Camille Paglia (1992: 7), a propósito, notou esse paradoxo numa perspectiva ainda mais ampla, pois atribui à cultura patriarcal, em contraste com tempos ainda mais antigos, a forja de uma ambiência de relativa paz urbana que permitiu às mulheres saírem de casa sem serem massivamente violentadas.

Nos Estados Unidos, a consolidação da marcha para o Oeste abriu um espaço para absorção de mão de obra feminina em todos os tipos de atividades, o que teria sido aproveitado pelas pioneiras no Direito. Finalmente, naquele país, as mulheres teriam se beneficiado do movimento abolicionista, que incorporou o conceito de equidade para além dos negros, alcançando-as. De resto, nos períodos de conflagração, como a Segunda Guerra Mundial e a Guerra da Coreia, quando muitos homens foram enviados ao *front* de batalha, as barreiras à educação mista nas universidades foram relaxadas e o número de mulheres estudantes de Direito aumentou conjunturalmente. (NELSON, 2010: 9).

Ao longo desse percurso, o acesso à profissão jurídica foi obtido por meio de instituições controladas por homens, tais como tribunais, associações de magistrados, escolas de Direito: a profissão que escolheram fazia e interpretava as leis que negavam o seu acesso aos direitos de cidadania, incluindo a prática do Direito. No momento em que tentaram integrar a profissão jurídica, as mulheres se confrontaram com uma tensão entre gênero e identidade profissional, o que as advogadas do século XIX denominaram de “o fardo da dupla consciência”. (DRACHMAN, 1998: 2-3).

Poucas escaparam a essa tensão. Como estudantes de Direito, por exemplo, se debateram com a dúvida entre falar espontaneamente como faziam os rapazes nas salas de aula ou recolherem-se recatadamente, como se esperava das damas. Nas cortes e nos júris, deveriam retirar o chapéu, como determinava o código de posturas para os advogados, ou mantê-los, como faziam em público as senhoras daqueles tempos? Dramas como estes eram discutidos entre as pioneiras, muitas vezes em cartas, trocadas no âmbito de um clube de advogadas, chamado *Equity Club*, que funcionou no final dos anos 1880 (DRACHMAN, 1998: 95), suscitando muitas questões que permaneceram em aberto ao longo do século XX, não apenas nos Estados Unidos, mas também em outros países.

Porque as respostas das pioneiras não necessariamente se pautavam pelo enfrentamento, mas pela tentativa de acomodação, de ocupação de espaços como numa guerra de posições; Michael Grossberg (1990: 133-148) chegou a sustentar,

injustamente, que elas ingressaram na profissão sem desafiar as premissas de gênero que regravam o mundo ao seu redor. Mas o fato é que a simples presença de uma mulher defendendo um réu num Tribunal do Júri era já desestabilizadora dessas premissas...

Em 1869, a Sra. Bradwell, esposa de um eminente juiz e deputado e fundadora do hebdomadário de sucesso *Chicago Law News* (CHESTER, 1985: 88; GORECKI, 1990), peticionou, junto à Suprema Corte de Illinois, o direito de advogar e ouviu como resposta: “Deus desenhou os sexos para preencher diferentes esferas de ação, pertencendo aos homens o dever de fazer, questionar e executar as leis”. A Corte ignorou o precedente de Mansfield, em Iowa, e rejeitou a candidatura de Bradwell, sobretudo porque ela era casada. Um juiz chegou a argumentar que o marido de uma advogada, que eventualmente gerisse mal os fundos ou as causas de um cliente, poderia ser responsabilizado pelos prejuízos. Em 1875, o Juiz Ryan, da Suprema Corte de Wisconsin sentenciou: “a lei da Natureza destina e qualifica o sexo feminino para manter e amamentar as crianças da nossa espécie e para custodiar os lares do mundo, garantindo a sua manutenção no amor e na honra. [...] Admitir mulheres advogando seria emascular a Constituição”. Esta “jurisprudência das esferas separadas” era ancorada na própria tradição reinterpretada da *Common Law*, segundo a qual mulheres casadas não dispunham de independência legal de seus maridos, além de cotidianamente incensada na camaradagem cerzida entre juízes e advogados, que reforçava a ideia de inadequação das mulheres ao ambiente jurídico. A imagem de uma Constituição emasculada revela o quanto se temia que a autorização para advogar implicasse a subversão da hierarquia doméstica e a extensão às mulheres do direito ao voto. (DRACHMAN, 1998: 9-18).

Diante da resistência da Corte Estadual, Bradwell, amparando-se na 14ª Emenda, que garantia direitos iguais a todos os cidadãos em território estado-unidense, resolveu tentar a sorte em apelação à Suprema Corte dos Estados Unidos. A decisão, em 1873, estabeleceu não estarem as mulheres garantidas pelas mesmas imunidades e privilégios que a Constituição estendia aos cidadãos do sexo masculino. A Corte recusou-se a identificar, em *Bradwell v. State of Illinois*, como uma questão de gênero, para reduzir o caso a uma disputa em torno de uma simples licença, motivo pelo qual repassou às Assembleias Estaduais a competência para legislar sobre a matéria. A decisão complicou a situação, pois criou uma jurisprudência para dois níveis de cidadania. A partir daí, as pretensões femininas encontraram novas barreiras e sua luta se fragmentou, pois precisava ser ganha em cada Estado, em cada trincheira. A Associação dos Tribunais da Cidade de Boston, por exemplo, não aceitou mulheres como membros até 1916. (DRACHMAN, 1998: 19-36). E, mesmo no Canadá, o caso Bradwell foi citado com frequência pelos tribunais para

justificar a negação da licença de atuação às mulheres nas duas primeiras décadas do século XX. (MOSSMAN, 2007: 384).

Contudo, entre 1882 e 1893, uma nova jurisprudência da integração foi aos poucos substituindo a das esferas separadas, constituindo-se no primeiro sucesso das mulheres em utilizar o sistema judicial para modificar o seu *status* legal na sociedade. A ideia que se tornou predominante era que se um estatuto não expressasse claramente a limitação de uma liberdade, então era porque essa limitação não existia. A maior parte dos Estados foi entendendo não haver restrição explícita para que as mulheres falassem em público ou assumissem responsabilidades públicas. Entre 1888 e 1923, 20 das 21 Cortes Estaduais americanas admitiram a advocacia feminina. (DRACHMAN, 1998: 19-36).

Quando a presença feminina no Direito começou a parecer irreversível, passou-se a discutir o perfil mais adequado a uma mulher que pretendia seguir carreira jurídica. Um exemplo interessante são os debates travados em Harvard em torno das candidatas com o supostamente melhor perfil para enfrentar as barreiras de gênero e lograr aceitação de seu pedido de inscrição na prestigiosa universidade. Em 1899, Francis Keay, apesar de seu bom *background* educacional, foi considerada portadora de certa ansiedade na hora de prestar exames, o que a desqualificaria para o enfrentamento das agruras do mundo jurídico. Uma década mais tarde, em 1909, Inez Milholland tentou furar o bloqueio desafiando a Faculdade a rejeitar a visão sentimentalista cor-de-rosa associada às mulheres no período vitoriano, substituindo-a pela perspectiva prática e científica, permitindo a uma moça acesso ao melhor treinamento jurídico do país para poder enfrentar com desenvoltura a discriminação de gênero que ela sabia que iria encontrar futuramente no exercício da profissão. Mais uma vez, Harvard negou a candidatura e permaneceu impermeável às mulheres até 1950, quando foram admitidas as primeiras doze alunas. (MORELLO, 1986: 103; DRACHMAN, 1998: 141; BLACK, 2002).

Afinal, os círculos concêntricos de desafios se sobrepunham. Nem todas as mulheres que conseguiram ser provisionadas pelos tribunais eram bacharéis em Direito e, dentre as que o eram, restava-lhes estudar em escolas de segunda grandeza, vez que os cursos de primeira linha relutaram em admitir a presença feminina. Mulheres cujos pais, maridos ou irmãos fossem advogados poderiam estudar Direito no resguardo familiar, usufruindo a proteção doméstica, mas aquelas que pretendessem se candidatar a uma faculdade de Direito precisavam romper com esta zona de conforto e se aventurar em ambientes impessoais dominados pelos homens, um passo que dependia do suporte de um pai ou de marido solidário. Mas também do apoio das mães, como no caso de Letitia Burlingame, que viveu na

companhia da mãe em Ann Arbor durante os estudos jurídicos – a família preferiu quebrar temporariamente o núcleo de convivência a deixar a filha sozinha numa universidade em outra cidade. Além disso, concluir o curso, conseguir o diploma e arranjar trabalho na área eram coisas bem diferentes. Ada Kepley foi a primeira a graduar-se em Direito nos Estados Unidos, pela *Union College of Law*, em 1870. Mary Ann Shadd Cary foi a primeira afrodescendente a conseguir entrar numa escola de Direito, em 1869, mas jamais lhe permitiram receber seu diploma depois de formada. Charllotte Ray teve mais sucesso em Howard, em 1872, pois era filha de um proeminente líder sindical, tornando-se, assim, a primeira negra a obter o diploma de Direito nos Estados Unidos, mas, uma década mais tarde, ela desistia do exercício da profissão diante das barreiras discriminatórias encontradas e tornava-se professora no Brooklyn, em Nova York. O magistério continuaria sendo o destino de muitas jovens formadas em Direito, pois no mundo jurídico, as instituições se fechavam ao exercício profissional de seu *métier*. Mulheres casadas com advogados tinham melhores oportunidades de trabalho, pois poderiam ajudar no escritório do marido. (DRACHMAN, 1998: 40-59).

A aceitação da coeducação foi resultado de uma lenta e laborada conquista. Alguns professores entusiasticamente apoiavam a educação mista, mas a maioria simplesmente dizia que se demitiria se precisasse dar aulas para negros ou mulheres, como o fez o professor Spencer Miller, da Universidade da Pensilvânia em 1871. (DRACHMAN, 1998: 42). Além dos argumentos difusos sobre as esferas diferentes e a natureza dos sexos, os professores não toleravam a ideia de forçar jovens rapazes a compartilhar com moças o espaço da biblioteca, por exemplo, que, dessa forma, de templo destinado aos estudos, poderia desandar para território de distrações e flertes. Alunos e professores seguiram, além disso, ao longo de mais da metade do século, acreditando que o tempo e o esforço investidos no treinamento de uma mulher seriam perdidos, pois que muitas sequer faziam o curso de Direito almejando uma posição profissional permanente e, as que o pretendessem, encontrariam barreiras intransponíveis no mercado. Assim, consolidou-se entre muitos a percepção de que uma jovem em uma escola de Direito estabeleceria uma competição desnecessária, desperdiçando a vaga que seria melhor aproveitada por um rapaz. (EPSTEIN, 1981: 61-65; CHESTER, 1985: 16, 30, 44).

Quando conseguiam ingressar em um curso de Direito, sem nenhum manual de etiqueta a seguir, as mulheres precisaram construir uma nova metodologia de convivência. Em geral, evitavam comentar a hostilidade que a coeducação recebia e atravessavam a faculdade como se esse debate jamais tivesse existido. Todas se esforçavam para fazer com que os homens ao seu entorno se sentissem o mais confortável possível, evitando confrontos desnecessários, até porque muitas tinham

perfeita consciência da condição de pioneiras e de que seu exemplo seria seguido pelas que viriam na sequência, ou que o seu fracasso importaria no fechamento das portas entreabertas a duras penas. (DRACHMAN, 1998: 54, 58).

Mas a relação longe estava de ser equitativa. Mesmo nas universidades nas quais os professores encorajavam a presença feminina, como em Michigan, no final do século XIX, não era considerado cavalheiresco expor as mulheres aos mesmos padrões de exigência estabelecidos para os rapazes. (DRACHMAN, 1998: 57). Já um velho professor de Columbia, onde as mulheres apenas foram admitidas a partir de 1928, acreditava que as alunas estariam excepcionalmente bem-preparadas porque precisaram fazer o curso na defensiva, num ambiente hostil, sendo-lhes exigido provar não apenas serem boas, mas melhores dos que os homens que ali estavam. (EPSTEIN, 1981: 61-65).

Para que se tenha uma ideia do contexto, na Universidade de Boston, as mulheres eram convidadas a se retirarem da sala quando sexo fosse discutido, mesmo que em perspectiva jurídica. Mulheres grávidas costumavam ser banidas dos cursos, porque seria inadequado expor os jovens estudantes a sua condição. (CHESTER, 1985: 44). No século XX, essas práticas foram aos poucos caindo em desuso, mas consolidou-se o inusitado "*Ladies Day*", uma tradição espalhada pelo país pela qual as mulheres eram instadas a responder todas as perguntas dirigidas à classe durante um dia inteiro. Em Harvard, ainda em 1961, na véspera da temida celebração, as estudantes se preparavam para serem tratadas como animais em jaulas de um zoológico em dia de piquenique com a família, especialmente nas aulas do Professor W. Barton Leach, que apenas lhes facultava a palavra nessa oportunidade, dirigindo-lhes perguntas especialmente difíceis ou constrangedoras, como as relacionadas ao sexo. (NELSON, 2010, 10). A *New York Un.* foi, em 1967, a primeira instituição de ensino superior a proibir o *Ladies Day*, o que a teria tornado um dos destinos preferidos pelas mulheres nos anos 1970. (EPSTEIN, 1981: 35).

Quando a presença feminina na advocacia começou a se tornar incontornável, a perspectiva vitoriana redesenhou a sua mensagem, dimensionando duas esferas separadas no seio da profissão jurídica: a do mundo industrial, capitalista e dos grandes negócios – a violenta e brutal arena da vida, como então se dizia –, na qual atuariam os homens; e uma dimensão distinta, da generosidade e da caridade, própria ao universo feminino. A atuação feminina era de fato mais evidente na reclusão dos escritórios e na advocacia assistencial do que no júri ou nos grandes negócios. (DRACHMAN, 1998: 80).

As mulheres vitorianas se dividiram na reação a essas perplexidades. Muitas acolheram um tipo de acomodação, pela qual se acreditava que as advogadas iriam

complementar a atividade dos homens, sem competir com eles. Para outras, como Sara Killgore Wertman, que pavimentou o caminho para o estudo e a prática do Direito em Michigan, as advogadas deveriam enfatizar a sua feminilidade, evitando reproduzir os mesmos padrões metodológicos e éticos dos homens, de forma a perseguir uma espécie de purificação da profissão que a promovesse a horizontes mais elevados e coletivos. Para várias associadas do *Equity Club*, a propósito, os homens ingressavam na profissão jurídica para auferir dinheiro e poder, algo que as mulheres deveriam transcender, em função de características que elas mesmas admitiam ser próprias do universo feminino, como a modéstia, a sensibilidade e o espírito protetor inerente à maternidade. Curiosamente, a maioria das associadas do grupo, embora integrasse a pequena vanguarda na profissão jurídica que tinha frequentado uma faculdade, tinha vindo das camadas médias da população e se identificava com o ativismo reformista, do qual participava de maneira militante, aí incluídos o sufrágio feminino, a reforma educacional, as normas menoristas e o conjunto de propostas que pretendiam revisar as leis que governavam o casamento, o divórcio e o estupro. Estavam, portanto, identificadas com a construção dos direitos da mulher e das crianças. Por outro lado, advogadas como Lelia Robinson, que quebrou as barreiras para a educação e a prática jurídicas em Massachusetts nos anos 1880, propugnavam que o sucesso feminino na profissão somente poderia ser alcançado se o gênero jamais fosse tomado como referencial: antes de serem mulheres advogadas deveriam ser simplesmente advogadas, sem matizar distinções diante dos outros membros dos tribunais. Para advogadas como Robinson, uma mulher poderia ser uma dama em família e privadamente, mas numa Corte deveria se comportar profissionalmente, sacrificando a sua feminilidade. Robinson não estava só: Florence Cronise acreditava que esse sentimentalismo feminino não tinha lugar na profissão jurídica e as advogadas deveriam eliminá-lo de sua prática. (DRACHMAN, 1998: 64-78).

Algumas charges e romances da época dão conta da perspectiva inquietante que a figura feminina produzia no júri, estabelecendo múltiplos questionamentos. A fragilidade supostamente intrínseca da mulher a tornaria incapaz de enfrentar a dramaticidade do crime, o rigor do embate verbal? Como conciliar a convicção da necessidade de proteção da mulher, compartilhada pela sociedade vitoriana, com a sua exposição psicológica e física num ambiente de embate? A percepção romantizada da vida que se imaginava ser apanágio feminino obstruía em que medida a aplicação do Direito? Ou, ao contrário, a feminilidade recheada de ardis seduziria sub-repticiamente os jurados para inocentar um bandido monstruoso? Numa época de arraigadas convicções cavalheirescas, contraface para a falta de autonomia das mulheres, que armas os promotores e advogados empregariam, sem serem grosseiros, para se defenderem num Júri da graça e do encantamento femininos? (DRACHMAN, 1998: 84-88).

De sua parte, os depoimentos das pioneiras no Direito indicam que a atuação de Júri foi em geral uma decisão difícil de ser tomada, que lhes exigiu poderosa dose de coragem pessoal e não raro apenas foi possível graças ao incentivo de colegas (juízes ou advogados que confiavam nas suas capacidades). As mulheres que passaram a enfrentar o Júri, como Lelia Robinson, convergem no entendimento de que o passo amplificou o alcance de suas carreiras, mas importou em algum prejuízo para o convívio familiar. Se algumas abraçaram entusiasticamente os desafios da Sala de Júris, várias se queixavam da hostilidade e rudeza de juízes e advogados masculinos, os quais tentavam deliberadamente antagonizá-las ao ponto de tornar a sua presença o mais desconfortável possível. Catharine Waugh McCulloch, advogada solteira de Illinois, queixou-se, por exemplo, das bravatas de um advogado que, antes do Júri, prometeu fazê-la limpar o chão do tribunal tão logo se confrontassem, ocasião na qual de fato acabou referindo-se a ela diversas vezes como “Kitty”, como se ambos fossem amigos próximos: ela repeliu o ataque a sua reputação interpelando-o friamente e sublinhando que apenas seus familiares gozavam do privilégio de chamá-la pelo apelido, fazendo-o corar na frente do juiz. Já Kate Kane, solteira, que advogava em Milwaukee desde 1878, entornou, certa feita, um copo d’água na face do juiz, que a coagia, sistematicamente, por ter tido o pedido de soltura de um cliente seu desprezado. O episódio a levou às grades e repercutiu no *New York Times*, que interpretou o comportamento de Kane como uma espécie de ataque histérico pelo qual se comprovaria cabalmente a inadequação feminina para o ambiente do júri. Não ocorreu aos jornalistas indagar-se sobre o abuso de poder do juiz. (DRACHMAN, 1998: 91-3).

A relação com a imprensa era outro componente delicado da equação. A maior parte dos jornalistas nutria estranhamento em face do desempenho feminino no mundo jurídico. Não raro, havia hostilidade. De qualquer forma, ávidos por notícias que despertassem a curiosidade dos leitores, os jornais seguiam cada movimento das mulheres, o que as obrigava a lidar com a questão relativa ao excesso de evidência. Com tanta pressão, os mínimos detalhes tornavam-se relevantes, de forma que debater o código de vestimenta assumia dimensão estratégica. O recomendável era usar conjuntos bem-cortados, em preto, sem decotes acentuados, elegantes, mas confortáveis (de maneira a permitir liberdade de movimentos), acentuados por laços e joias comedidas. A indumentária deveria transmitir a gravidade de um agente do Direito, sem deixar de preservar a feminilidade. Exageros e futilidades da moda precisavam ser evitados. O grande dilema, já comentado, girava em torno do uso do chapéu. (DRACHMAN, 1998: 95).

O fardo da dupla jornada – isto é, a difícil fórmula que permite conciliar vida profissional com a familiar e a doméstica – já estava posto para as advogadas do

final do século XIX. As senhoras do *Equity Club* descreviam rotinas estressantes, que se emaranhavam em múltiplas tarefas, desde detalhes da alimentação ou educação dos filhos pequenos, até causas de impacto defendidas nas Cortes, passando pela redação de artigos ou ensaios para revistas e jornais e pelas orientações ao jardineiro, dentre outras coisas. Mesmo com maridos que as apoiavam e as estimulavam, algumas temiam estar negligenciando os filhos e o próprio companheiro, tendo se debatido com este drama de consciência por anos. Mais da metade das associadas ao *Equity Club* era composta de senhoras casadas. Dentre as solteiras, muitas eram jovens e tenderiam a buscar o matrimônio. Algumas pioneiras do século XIX resolveram, entretanto, abandonar a profissão depois de casadas, ou porque precisavam cuidar de parentes adoentados. Mas a preocupação em torno dos problemas de saúde advindos da intensa carga de tarefas derivada da dupla jornada estava também posta e algumas precisaram se afastar da profissão para se recuperar do esgotamento físico. Um censo de 1890 identificou que 14% das advogadas praticantes eram viúvas ou divorciadas. Censos elaborados nos anos 1930 e 1940 mostraram que a taxa de advogadas casadas continuava mais alta do que a de médicas casadas, mas que as operadoras do Direito estavam adequando o tamanho de suas famílias ao volume de suas atividades profissionais: cada vez mais advogadas tinham apenas um, ou no máximo dois filhos. (DRACHMAN, 1998: 98-100; 180).

No século XX, o aumento do número de faculdades de Direito, o avanço do conceito de educação mista (acelerado pela Primeira Guerra Mundial) e a instituição dos cursos noturnos, permitiu a ampliação do contingente de estudantes mulheres, abrindo ainda o Direito para grupos de imigrantes e setores das classes trabalhadoras. Surgiu uma nova geração de advogadas, algumas das quais ativistas mais radicais em prol de bandeiras como o aborto e a reforma do sistema prisional, ou comprometidas com a prestação de serviços jurídicos gratuitos aos pobres. (DRACHMAN, 1998: 136).

Apesar do pioneirismo registrado no século XIX, a primeira onda significativa de mulheres no Direito aconteceu nos anos 1920. Em 1909 havia 205 advogadas nos Estados Unidos, contingente que saltou para 1.171 em 1920. Os anos 1920 foram tempos de oportunidades para as mulheres. A queda da barreira para a advocacia em quase todos os Estados coincidia com a adoção do sufrágio feminino. Os cursos de Direito se tornaram bem mais receptivos às mulheres. A depressão econômica dos anos 1930, contudo, barrou o seu progresso na conquista de espaços, pois os postos de trabalho passaram a ser muito mais disputados. Por outro lado, também criou algumas oportunidades, como no âmbito do trabalho voluntário e assistencial, no qual, em época de crise, muitas se realizaram e encontraram clientes dispostos a arriscar serem juridicamente orientados por uma mulher. (CHESTER, 1985: 9-15).

Nos anos 1920, as mulheres também começaram a ingressar nas carreiras públicas. Em função da crise econômica e da política desenvolvimentista do *New Deal*, apesar das discriminações, de perceberem menores salários e de receberem funções com menos visibilidade, o serviço público federal ofereceu às mulheres melhores condições do que elas poderiam encontrar em qualquer outro ramo do Direito. Ainda assim, essas oportunidades se dispunham em nichos específicos, tais como a mediação de conflitos, o controle da atividade industrial, a redação do esboço de leis e regulamentos, o auxílio na formulação de políticas públicas e, sobretudo, o Serviço Social. Posições menos visíveis, certamente, mas nem por isso desprezíveis. A adoção do sufrágio feminino fez com que os partidos organizassem comitês de mulheres, investindo na cooptação e na formação de lideranças, algumas das quais encontraram posições na Administração Federal como retribuição pelo seu engajamento. Na linha de frente, entretanto, a presença feminina era pouco perceptível. Por volta de 1935, o Procurador Federal do Distrito de Columbia, Leslie Garnett, explicou que as mulheres não tinham a frieza necessária para o trabalho acusatório da Promotoria, motivo pelo qual não seriam jamais ali admitidas. (TANI, 2012).

Durante a Segunda Guerra Mundial, aumentou o número de estudantes do sexo feminino e surgiram empregos temporários, mas, depois de encerrado o tormentoso conflito, os postos de trabalho foram devolvidos aos homens. De um modo geral, a educação das mulheres nos anos 1940 e 1950 não focava as carreiras, mas o desenvolvimento de habilidades para o meio doméstico. As mulheres conseguiram consolidar carreiras jurídicas mais frequentemente apenas a partir dos anos 1960, quando uma legislação antidiscriminação começou a ser implementada. Os anos 1970 ofereceram grandes oportunidades às mulheres (CHESTER, 1985: 9-15). Mesmo assim, os analistas tendem a concordar que no mundo das grandes e poderosas firmas de advocacia, a falta de equidade entre os gêneros ainda persiste nos Estados Unidos. (EPSTEIN, 1981; BOWMAN, 1998: 171). Bowman (1998: 175), contudo, está entre os autores que encontram dificuldades em reconhecer atualmente uma segregação de trabalho como resultado de discriminação de gênero no âmbito do conjunto da profissão jurídica.

Pioneiras no Ministério Público

Se nos Estados Unidos as mulheres tinham de conquistar o direito de advogar junto aos tribunais, no Brasil, depois de passarem a ser admitidas nos cursos de Direito, precisariam vencer a barreira da Ordem dos Advogados e, se desejassem seguir uma carreira estatal, era necessário transporem o concurso público, para ingresso na magistratura ou no Ministério Público. Também no Brasil era comum a

figura dos rúbulas, provisionados pelos tribunais, os quais, ao longo do século XX, persistiram, sobretudo, no interior, onde havia carência de bacharéis graduados para advogar. No próprio Ministério Público, em alguns Estados, até inícios da segunda metade do século XX, subsistia a figura dos promotores adjuntos, com frequência leigos nomeados politicamente para substituir o promotor público em suas ausências ou impedimentos, alguns dos quais chegaram até mesmo a fazer júris. Todavia, não há notícias a respeito de qualquer mulher que tenha sido provisionada rúbula por um tribunal ou nomeada adjunta de promotor em alguma cidade do interior. A partir de meados da década de 1930, começam a aparecer as primeiras promotoras interinas, isto é, bacharéis ou quintanistas de Direito nomeadas para atuarem interinamente, sem usufruírem ainda da estabilidade. Com a introdução dos concursos públicos para ingresso na carreira ministerial a partir de 1941, em Estados como Rio Grande do Sul e Maranhão, surgem também as primeiras promotoras efetivas, que anteciparam em mais de dez anos a chegada das magistradas concursadas no Judiciário brasileiro. Quanto às advogadas, não é difícil imaginar a dificuldade do exercício da profissão num cenário em que defensoras não auferiam prestígio algum junto aos tribunais, moucos ao timbre feminino. Portanto, uma coisa era se formar, outra bem diferente era atuar na profissão. Nesse contexto, o Ministério Público acabou funcionando como uma porta de acesso – que se dilatou sem pressa, mais por espasmos do que de forma sistemática – das mulheres à linha de frente das profissões jurídicas.

É provável que o golpe de Estado que levou à instalação da República em 1889 tenha retardado o ritmo dos avanços femininos no Brasil. Em função da conhecida questão sucessória, desdobrada da falta de simpatia da elite política diante da iminência de um Terceiro Reinado conduzido pela Princesa Isabel – que além de sabidamente carola (o que desconcertava os liberais), era mulher –, é razoável supor que o Imperador Dom Pedro II, mesmo que de forma tímida, estivesse envolvido em promover a evidência intelectual feminina. Em 1875, por exemplo, o Imperador passou a prestar assistência financeira a Maria Augusta Generosa Estrela, uma jovem que deixou o Rio de Janeiro para se formar em Medicina no *New York Medical College and Hospital for Women*, em 1881. (COLLING, 2011: 179). Em 1887, Rita Lobato repetia a façanha em território brasileiro, graduando-se em Salvador, depois de iniciado o curso no Rio de Janeiro, em 1884.

Em 1888, as primeiras brasileiras formaram-se em Direito em Recife: Delmira Secundina da Costa, Maria Coelho da Silva Sobrinho e Maria Frágoso. No ano seguinte, colou grau Maria Augusta Meira de Vasconcelos. Nenhuma delas, contudo, conseguiu exercer a profissão. Maria Augusta Meira de Vasconcelos, filha do professor Capitão Ascêncio Minervino Meira de Vasconcelos, sustentou polêmicas por meses pelos jornais, terminando por escrever ao Marechal Deodoro

da Fonseca, chefe do Governo Provisório, perguntando-lhe quais as funções que, como bacharel, poderia afinal exercer. Acabou recebendo por resposta do órgão, que então equivalia à Ordem dos Advogados, que em Roma as mulheres não exerciam magistraturas e o Direito brasileiro se inspirava no Romano: nenhuma função, portanto! (FERREIRA, 2001).

Com a derrubada do Império, o estorvo que a Princesa Isabel representava para os misóginos foi removido, e o conservadorismo de gênero pôde se legitimar sem peias, provavelmente reforçado pelo positivismo comtista, que usufruiu razoável prestígio entre uma parcela dos primeiros dirigentes republicanos e que era infenso a admitir a capacidade gerencial das mulheres.

No sul do Brasil, a itaquense Natércia da Cunha Silveira, que provinha de família libertadora, isto é, opositora ao regime castilhistaborgista (de influência comtista em alguns setores), instalado no Rio Grande do Sul desde a proclamação da República, foi a primeira a se formar em Direito, bacharelando-se em 1925 na Faculdade de Direito de Porto Alegre. Também encontrando obstância em advogar, Natércia seguiu os passos de Maria Augusta de Vasconcelos, tornando-se uma militante feminista: nos anos 1930, se destacou na pugna pelo direito ao sufrágio. (AXT, 2014: 51).

Nas carreiras jurídicas estatais, a presença feminina começou pelo Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Iracema Tavares Nardi foi nomeada Promotora de Justiça da Comarca de Guaranésia em 14 de junho de 1935, sendo, em 1956, promovida para a Comarca de Belo Horizonte, onde exerceu suas funções no Juizado de Menores até se aposentar, em 9 de março de 1967. (CABRAL NETTO, 2003: 397).

Poucos dias depois da pioneira mineira, em três de julho de 1935, Maria da Conceição Amorin Mota, inscrita na seccional da OAB desde 1930, foi nomeada Promotora Pública do Ministério Público do Maranhão. Obteve estabilidade no cargo depois de dois anos, como previa a Constituição estadual de 1935, aposentando-se décadas mais tarde por tempo de serviço. A segunda mulher a ingressar no Ministério Público local foi Arcelina Rodrigues Mochel, nomeada interinamente em três de junho de 1937, quando ainda quartanista de Direito, e aprovada em primeiro lugar no concurso público de 1941, tendo sido nomeada para a Comarca de Pinheiro, que não chegou, todavia, a assumir, por ter-se agastado com o procurador-geral, que teria mandado descontar de seu ordenado, injustamente, despesas que fizera, em nome do Estado, para socorrer jovens vítimas de estupro. Decepcionada, mudou-se para o Rio de Janeiro, onde abraçou a causa emancipacionista feminina, sendo em 1945 eleita vereadora do Distrito Federal pelo Partido Comunista. Além delas, Aurora Correa Lima foi aprovada em terceiro lugar no mesmo concurso público

para ingresso na carreira de 1941. Aposentou-se por tempo de serviço em 1973, após dez anos como procuradora de Justiça. Foi a primeira mulher a chegar ao segundo grau da instituição ministerial no Brasil. (Concurso, 2008: 49-50).

Até onde sabemos, a quarta mulher a ingressar no ente ministerial foi Sophia Galanternick, nomeada Promotora Pública no Rio Grande do Sul em 30 de junho de 1938. Sophia graduou-se em Direito pela Faculdade de Pelotas, em 1936. Duas outras mulheres se diplomaram nessa mesma turma: Heloísa Assumpção e Maria Soares. Juntamente com Maria Pottoff, que se graduava em Porto Alegre no mesmo ano, eram as primeiras que se formavam no Estado austral desde que Natércia Silveira o fizera.

Sophia Galanternick começou pelo Júri, ainda quintanista, como Defensora, a convite do Juiz Solon Macedônia Soares, professor de Direito Civil. A estreia de uma mulher no Tribunal do Júri causou sensação em Pelotas, repercutindo intensamente na imprensa. Seu desempenho foi tão elogiado que o Juiz Solon, bem-relacionado com os dirigentes estaduais da época, sugeriu sua nomeação para o cargo de promotora pública. Em seu discurso de posse, Sophia revelava consciência da responsabilidade para com a condição de gênero: “Ocupando tal cargo, tenho de lutar para vencer, pois outras mulheres almejam idêntica posição e infelizmente ainda não está arraigada no espírito da nossa gente a certeza da vitória da mulher no Judiciário e demais Poderes da soberania nacional. É tal a prevenção que agora existe contra a capacidade da mulher que, falhando uma, entendem ser impossível às outras triunfar”. (SANSEVERINO et al., 2005: 26).

Como promotora, em Carazinho, foi designada para atuar em Passo Fundo no famoso Caso Creso [de Barros Jorge Monteiro] – Tenente-Coronel mandante do brutal assassinato de Valpírio da Cruz, ocorrido em 1937. Corajosa e ciosa de suas atribuições, enfrentou um oficial militar em plena ditadura estado-novista. O processo acabou desaforado para Porto Alegre. A própria Sophia comenta:

O Abdon [de Melo] era uma pessoa aberta, a gente conversava com ele. Se ele dizia que pão é pão, pão era pão. O Anor não⁵. Pois ele mandou um ofício que, quando viesse um réu, um militar, que eu não fizesse nada, que eu mandasse o processo. [Em] primeiro lugar, promotor não manda processo, quem manda é juiz. [Em] segundo lugar, eu nunca passei do prazo. [...] Mas suponhamos que eu pudesse – como é que eu iria justificar, perante o juiz, que o processo sumiu ou que eu não estou cumprindo o meu dever? Respeitosamente, eu escrevi com todos os efes e erres e perguntei para Sua Excelência quem é que ia responder pelo meu prazo. E ele não deu resposta. Morreu o pedido. [...] No momento em que foi aberto o concurso [para ingresso na carreira, em 1941],

⁵ Abdon de Melo e Anor Butler Maciel foram Procuradores-Gerais do Estado no Rio Grande do Sul.

nenhum promotor poderia ser removido ou promovido. [Mas] o procurador trouxe promotor de Caxias do Sul para Porto Alegre [...], promotor de não sei onde para não sei onde... Mas não adiantava fazer nada, o regime era aquele, a gente tinha que ficar quieta. [...] [No concurso] os colegas, todos, estavam sabendo [da notícia de sua demissão pelos jornais], ninguém chegava perto de mim. Estava todo mundo constrangido: não sabiam se falavam comigo ou não falavam. [...] Eu estava num nervosismo que não sabia o que eu ia fazer mais, mas eu fingia estar quieta. Quando o procurador me viu lá, me mandou um ofício, sem envelope [...]: [Tendo o governo do estado resolvido exonerar-vos por julgar inconveniente aos interesses da administração o desempenho do cargo de promotor por mulher casada, venho, por esse meio, agradecer-vos os bons serviços prestados ao Ministério Público]⁶. Guardei o ofício e fiquei sentada esperando que ele me chamasse para o exame oral e ele me chamou. [...] Ele não pôde me reprovar, porque havia muita gente presenciando o meu concurso. [...] Ele teria dito que, se eu podia casar com um israelita, ele, também, podia me demitir. Ao contrário, meu marido não era israelita, a israelita era eu. Eu convidei ele para o meu casamento, ele se fez representar.⁷

Sophia vinha enfrentando situações de hostilização na comarca, antes mesmo de se inscrever no concurso, que podiam ser consequência de sua condição de gênero, retaliação pelas posições corajosas assumidas, ou reação ao seu novo *status* de mulher casada (e com um advogado com banca na cidade). O antissemitismo que Sophia atribui ao procurador-geral certamente não melhorava o quadro. O juiz de Direito e o juiz Municipal (nomeado), por exemplo, marcavam audiências simultâneas no Fórum. Sendo impossível estar em dois lugares ao mesmo tempo, representavam contra ela por ausência. Diversos pedidos de licença para tratamento de saúde preservados em sua pasta funcional podem sugerir estresse. Conseguindo ser aprovada no concurso de 1941, a despeito de tudo, pediu afastamento com licença não remunerada três meses depois, pois foi transferida para a distante Comarca de Jaguarí: “eu me casei para ficar com o meu marido, não para ficar separada.” Em 1957, pleiteou junto ao Conselho Superior, órgão responsável pelas progressões na carreira, a reversão ao cargo, tendo recebido por resposta: “não ser aconselhável no momento a readmissão pretendida pela bacharela Sophia Galanternick, tendo em vista o largo tempo em que está afastada das funções, não muito apropriadas, aliás, por sua índole, a pessoas do sexo feminino”. Sophia foi atuar então como advogada de multas e acidentes de trânsito, aposentando-se em 1998. Faleceu em Porto Alegre, em 12 de novembro de 2003. (SANSEVERINO et al., 2005: 28).

⁶ Entre colchetes, transcrição dos termos do documento original localizado no Arquivo Geral do Ministério Público do Rio Grande do Sul.

⁷ Sophia Galanternick Sturm, depoimento ao Memorial do MPRS, 18 de outubro de 2000. (SANSEVERINO et al., 2005: 322-358).

Entrementes, Auri Moura Costa, nomeada Juíza da Comarca de Várzea Alegre, no Ceará, em 1939, tornava-se a primeira magistrada brasileira. (LINS, 2000). Ainda em 1939, Nayá Gonzaga, natural de Porto União, foi nomeada pelo então Interventor do Estado de Santa Catarina, Nereu Ramos, para o cargo de promotora pública da Comarca de Caçador, em 20 de julho de 1940, assumindo o posto dez dias depois. Nascida em 21 de dezembro de 1917, formou-se pela Faculdade de Direito de Curitiba em 1939 e tinha familiares em Caçador, como o irmão Cid Gonzaga, jornalista, diretor do jornal local *Imprensa*. Conhece-se pouco da atuação de Nayá, mas é sabido que, em três de outubro de 1940, cerca de três meses antes de entrar no gozo de uma licença de saúde de 90 dias, enviou apelo ao procurador-geral do Estado para reformar a Cadeia Municipal, onde os apenados estariam recolhidos em situação notadamente precária⁸. Foi exonerada a pedido em seis de julho de 1942. Poucos dias antes, em 20 de junho, Nayá unira-se em matrimônio com Moacir Pedro Lebre de Sampaio, agrônomo de 26 anos de idade, natural de São Paulo, e que trabalhava para o Ministério da Agricultura, encarregado da fiscalização de farinhas em Santa Catarina. Moacir e Nayá tiveram um filho. Moacir faleceu baleado

⁸ “Caçador, 3 de Outubro de 1940.

Exmo. Snr. Dr. Manoel Pedro da Silveira, D. Procurador Geral do Estado. Florianópolis.
Exmo. Snr.

Para conhecimento de V. Exia transcrevo na integra o officio, de hoje datado e por mim recebido do snr. Delegado de Policia.

Ei-lo: - 'A Exma. Snra. Dra. Promotora Pública.

Assunto: - Comunicação - Faz. - 1º Levo ao vosso conhecimento que a situação material da Cadeia Pública desta cidade, é bastante precária no que concernem as necessidades mínimas de conforto e higiene que deve ser proporcionado aos presos recolhidos a mesma. 2º Esta circunstancia a meu ver fere profundamente o nosso foro de povo civilizado, pelo que solicito-vos as necessárias providências. (assig.) Boanerges G. Ramos - Delegado de Polícia.'.

A esse pedido acrescento o meu testemunho pessoal.

Da visita que fiz ao dito presidio, tenho a dizer que, desoladora foi a minha impressão. Em quatro estreitos cubículos encontrei 12 presos que há meses, ali se acham recolhidos, sem o mais leve conforto para resistir as agruras de tempo nesta região. O inverno atravessaram sem cama e sem cobertas e agora, ainda que numa Estação menos rigorosa, continuam, especialmente à noite, sofrendo a algidez dos ventos primaveris, pois os cubículos ainda que na parte superior de edificio, dão para a rua e não os abriga dos ventos e das chuvas que passam através das grades.

Durante inverno, informaram-se o Carcereiro e o Sargento Comandante do Destacamento, que os presos precisavam aquecer-se ao sol, por que amanheciam enregelados.

A cadeia, além de falta de espaço e de condições higiênicas não oferece garantia para segurar presos de certa responsabilidade; construída de madeira e mal conservada, poderá ceder ao mínimo esforço de um recuso mais astucioso.

Município de grande criminalidade, não é possível que continuemos sem os meios de recolher com segurança os criminosos e que ao mesmo tempo não lhes possamos dar aquilo a que por espirito de humanidade, fazem jus.

Neste sentido faço um apelo a V. Excia para, com o prestigio das altas funções que exerce no Estado, pleitear junto do Exmo. Snr. Dr. Interventor Federal, a construção nesta cidade de uma cadeia Pública, resolvendo de vês este problema tão imperioso à vida policial e judiciaria da Comarca.

Na certeza de que V. Excia tomará na devida conta este apelo, apresento a V. Excia as minhas Respeitosas Saudações. Nayá Gonzaga, Promotor Público.⁷.

em 21 de maio de 1947 em um tiroteio provocado por soldados do destacamento local que tinham antiga rixa com dois irmãos Iared, em cuja companhia ele se encontrava em um café de Caçador no momento do assalto. Segundo o jornal *A Noite*, do Rio de Janeiro, o crime não teria tido motivações políticas⁹. Em Caçador, há uma escola de educação básica que homenageia Nayá Gonzaga Sampaio, que faleceu no Rio de Janeiro, em 8 de abril de 2003.

A sétima mulher a ingressar no ente ministerial no Brasil foi Zuleika Sucupira Kenworthy, empossada interinamente em 1º de agosto de 1946, na pacífica Comarca de Dois Córregos, no interior de São Paulo. Em 1948, já atuando na Comarca de Capivari, logrou aprovação em concurso público, efetivando-se na função. Uma de sete filhos de um industrial inglês que se transferiu para o Brasil, onde se casou com uma moça do Ceará e fundou a Companhia Nacional de Estamparia, Zuleika decidiu ser promotora pública por influência dos filmes de júri que assistia no cinema: “Quando o filme estava quase terminando, o advogado descobria algo e soltava o réu. Saía danada de raiva do cinema!”. Ela queria livrar a sociedade dos criminosos e entendeu que a Promotoria era o melhor caminho. Um dos tios era delegado de Polícia e frequentava a casa dos pais na companhia de promotores, cujas figuras a impressionavam. Na época, com efeito, a atuação do Ministério Público era mais visível na área Penal e a instituição ainda não tinha as amplas atribuições cíveis que passou a envergar em especial desde a Lei da Ação Civil Pública, de 1985. Católica, Zuleika recebeu uma educação esmerada, tocava piano, participava do Coro da Basílica Nossa Senhora do Carmo, falava francês e inglês. Formou-se no Largo de São Francisco, em 1945, com boas médias, sendo a única mulher em sua turma e uma das quatro em toda a Faculdade na primeira década de 1940. Prestou três concursos para conseguir ingressar na carreira: “Era profissão de homens, mas era o meu sonho. [...] Diziam para eu desistir, mas disse ‘vou conseguir nem que seja com 60 anos!’”. Depois de aprovada, ouviu de um importante procurador que se ele estivesse na banca, não teria passado. “Respondi: ‘o senhor ainda vai ver como uma mulher pode ser bom promotor!’”. No interior, soube que as mulheres nas comunidades proibiam os maridos de falar com ela: “Achavam que advogada não era boa coisa, era ‘mulher livre’”. Vivenciou situações delicadas, como ajudar a colocar um juiz na cadeia, por envolvimento com menores; enfrentar sozinha uma greve de 200 trabalhadores rurais que ameaçavam saquear a cidade de Piraju por falta de pagamento dos seus salários e condenar alguns bandidos. Todavia, jamais se sentiu ameaçada. Em 1954, já trabalhando em São Paulo, passou a atuar na Vara

⁹ *A Noite*, segunda-feira, 2 de junho de 1947, Rio de Janeiro, p. 11. Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=348970_04&pagfis=46468&pesq=&url=http://memoria.bn.br/docreader#.

de Menores e preocupou-se em organizar o serviço de recolhimento provisório para infratores entre 14 e 18 anos. Zuleika dirigiu o Instituto Latino-Americano de Criminologia, em São Paulo, e participou de congressos internacionais sobre Criminologia e prevenção da delinquência. Aposentou-se em 1978, três anos depois de ter sido promovida a procuradora. Zuleika mora em São Paulo, na companhia de uma sobrinha, e tem 102 anos de idade. “A melhor coisa que eu fiz na minha vida”, diz, “foi ajudar a despertar nas mulheres a coragem para enfrentar o concurso para promotor”¹⁰.

Das sete mulheres que entraram no Ministério Público até 1946¹¹, seis delas começaram interinamente e apenas uma (Aurora Corrêa Lima) ingressou direto por concurso, o que não apenas pode estar indicando disposição da instituição em conhecê-las e testar a experiência de convívio com mulheres antes de efetivá-las (das sete, três não conseguiram permanecer na carreira: Arcelina, Sophia e Nayá), como pode estar sinalizando a existência de algum tipo de política estatal. Afinal, com exceção de Zuleika, as demais encetaram suas atividades ministeriais durante o período em que Getúlio Dornelles Vargas esteve no Governo, seja como presidente eleito indiretamente pelo Congresso, em 1934 (depois de comandar o país desde 1930 como chefe do Governo Provisório vitorioso na Revolução de 3 de Outubro), seja como ditador, a partir de novembro de 1937. Nesse sentido, o Ministério Público seria ideal para acolher uma política de valorização da capacidade profissional e intelectual de bacharelas, pois os procuradores-gerais, chefes da instituição, eram cargos de confiança nomeados *ad nutum* pelos governadores e, a partir de 1937, pelos interventores, investidos, estes, na função pelo próprio presidente da República. Os tempos eram de respeito à autoridade constituída e uma promotora, mesmo sendo mulher, seria considerada por ser uma autoridade, algo que aconteceria mais dificilmente com uma advogada. Ademais, o Ministério Público ainda não usufruía autonomia institucional e orçamentária, tampouco os membros tinham paridade de vencimentos com os magistrados, o que transmitia a muitos a imagem de que os promotores, embora submetidos ao procurador-geral e, portanto, ao Executivo, fossem servidores subordinados aos juízes. Para alguns, ademais, o Ministério Público ainda era percebido como uma espécie de estágio na carreira jurídica, para se galgar postos mais vistosos ou elevados, sobretudo na política e na magistratura, condição que se coadunava com a ideia de transitoriedade

¹⁰ Zuleika, a pioneira da Promotoria. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 10 de maio de 2009; *Jornal da Cidade*, Holambra, 17 de janeiro de 2014, p. 12 e 13. No site da Associação Paulista do Ministério Público, há uma breve entrevista, sem data de realização, publicada em vídeo no Mural dos Aposentados. Disponível em: <http://www.apmp.com.br/index.php/aposentados/mural-dos-aposentados/video/dra-zuleika-sucupira-kenworthy>.

¹¹ É possível (e provável) que na medida em que pesquisas sobre a história do Ministério Público avancem em outros Estados da Federação, novas pioneiras sejam identificadas.

que se pretendia então imprimir à aceitação do trabalho feminino fora de casa, isto é, admitido para mulheres solteiras.

Mas por que Vargas se daria a esse trabalho? Ele tinha apoio de parte do Movimento Feminista e fora por suas mãos que a legislação eleitoral editada pela Revolução de 1930 estendera o direito do sufrágio às mulheres, atendendo a uma reivindicação antiga. Como acontecera nos Estados Unidos, depois da adoção do sufrágio feminino, os partidos começariam a se preocupar com a formação de lideranças. O Tribunal do Júri, afinal, apenas deixaria de funcionar como uma importante vitrine, na qual se gestavam oradores e próceres políticos, nos anos 1980. E Vargas sabia bem isso, até mesmo porque iniciara a sua carreira em 1907, em uma Promotoria Pública.

Vargas, certamente, prescindiu dos partidos e das eleições para governar entre fins de 1937 e 1945. Mas ele sabia que a ditadura não duraria para sempre. Tanto é que esteve na origem da organização de dois dos mais importantes partidos na democracia pós-1945, o PSD e o PTB. O primeiro reuniu essencialmente o *establishment* estado-novista, enquanto que, em torno do segundo se adunaram lideranças trabalhistas que foram atraídas pelo governo durante o Estado Novo.

Mas havia ainda outro estímulo, mais pessoal. Sua amada e estudiosa filha, Alzira, era arquivista e secretária pessoal de Getúlio desde 1932, sendo oficializada na função em 1937, quando cursava o último ano da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro. O convívio com a filha fez o até então machista Getúlio mudar as percepções sobre educação e o trabalho femininos, como sugere a própria Alzira, em suas memórias. (VARGAS, 1960: 74-105).

Depois das pioneiras dos anos 1930 e 1940, as instituições jurídicas parecem ter-se fechado novamente para as mulheres, com algumas exceções. Com a instituição do concurso público para ingresso na carreira no Ministério Público de Minas Gerais em 1947, Maria Angélica Lacerda Amarante logrou aprovação, em 1955, no sétimo certâmen do *Parquet* mineiro, tornando-se a segunda mulher a ingressar naquela instituição. (CABRAL NETTO, 2003: 397). No Ministério Público paulista, algo semelhante sucedeu: talvez o exemplo de Zuleika, passados oito anos, tenha servido para estimular outras candidatas a tentar o concurso, bem como seu bom desempenho tenha ajudado a desarmar os espíritos prevenidos contra a capacidade feminina. Em 1954, Maria José Del Papa Zacharias era aprovada num concurso e assumia uma Promotoria no Ministério Público de São Paulo. Foi seguida de Maria Yvone Domingues Cocco, empossada em 1957, e de Wilma Terezinha de Góes Maurício, que assumiu em 1964. Até fins de 1980, 32 mulheres haviam ingressado no Ministério Público daquele Estado. (LINS, 2000).

Mas a grande novidade dos anos 1950 foi a chegada da gaúcha Thereza Grisólia Tang ao Judiciário de Santa Catarina, em 1954, onde ingressou por meio de concurso público. Thereza tornou-se a primeira Desembargadora no Brasil e foi a primeira mulher a presidir uma Corte, em 1989. A segunda magistrada no Judiciário catarinense assumiu em maio de 1973. (LINS, 2000; RUFINO, 2007).

Thereza, que por 20 anos brilhou como uma exceção à regra, disse em entrevista ao jornal *O Estado*, de 15 de outubro de 1975, que veio tentar a sorte em Santa Catarina devido ao bloqueio que refratava a participação feminina no Judiciário do Rio Grande do Sul. A esse respeito, registra o Professor André da Rocha, da Faculdade de Direito da Universidade Federal daquele Estado:

Havia um instituto, o regimento do Tribunal previa a expressão literal: “recusa imotivada”. Assim, rejeitava inscrições de mulheres para os concursos. Fez isso durante anos! Não havia juíza, porque o Tribunal não aceitava inscrição, em concurso, de mulheres. Acho que a primeira mulher que conseguiu inscrição foi a Maria Berenice Dias, porque era filha do Desembargador César Dias, um grande nome do Tribunal. (AXT, 2014: 82).

Já a professora Guiomar Estrela, que se graduou na Faculdade de Direito da mesma universidade, nos tece um bom panorama dos anos 1950 e 1960, e que nos remete também para o que as teorias de gênero chamariam de *mommy track*, isto é, os efeitos desmobilizadores sobre as carreiras femininas trazidos pela maternidade. (SCHWARTZ, 1989):

Casei-me quando estava no meio do 5º ano. [...] No outro ano eu tive o primeiro filho. Foi um atrás do outro. São cinco. Então, durante vinte anos o meu diploma morou dentro da gaveta. [...] Não existia pré-escola, creche, nada dessas coisas. [...] Na Faculdade, quando uma de nós noivava ou casava, os estudantes festejavam: “Que bom! Essa é carta fora do baralho!” Porque não iria competir profissionalmente. [...] E, na verdade, as primeiras não competiam. Muito poucas advogaram. [...] Várias colegas faziam concurso para o serviço público. Uma colega morreu de desgosto por não poder fazer concurso para a Magistratura. O tribunal não deixava entrar mulher. [...] Avany de Moraes Henriques era professora já, diplomada, era mais velha que nós. Resolveu fazer Direito porque tinha paixão por ser juíza. Alguém na família era juiz. Ela era uma pessoa já mais retraída, porque não era da nossa idade, não acompanhava os nossos programas, as nossas coisas. Mas ela nunca conseguiu. Tentou, insistiu; o Tribunal barrou. [...] Quanto a mim, com os filhos criados, vinte anos depois, ingressei no Mestrado. (AXT, 2014: 82).

Em Santa Catarina, as mulheres também perceberam os concursos como uma janela de oportunidade. O Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Estado, Lei nº 249, de 12 de janeiro de 1949, bem como a Lei nº 733, de nove de setembro de 1952, a Lei Orgânica do Ministério Público do Estado, passaram a estabelecer a necessidade de concurso público para ingresso na carreira. Naqueles tempos, os concursos se

constituíam em prova de títulos e análise de um trabalho jurídico conduzidas por uma comissão formada pelo procurador-geral do Estado, pelo presidente da seção catarinense da OAB, por um representante do Tribunal de Justiça indicado pelo presidente da Corte, por um subprocurador-geral e pelo secretário do Ministério Público. Dentre os requisitos para a inscrição estavam a média aritmética das notas finais de cada matéria do curso jurídico, a inscrição na Ordem dos Advogados e idoneidade moral comprovada, normalmente atestada, em documento registrado, por um juiz de Direito. Os concursos eram para o preenchimento de vagas em comarcas específicas, a partir das quais o aprovado poderia seguir, mais tarde, carreira.

Henny Mary Hildebrand da Silva foi a primeira a tentar a sorte, inscrevendo-se no concurso que previa o preenchimento do cargo de Promotor Público da Comarca de Ibirama, em 1953. Nascida em oito de novembro de 1928, era solteira e advogava desde 1952, primeiramente como solicitadora e em seguida como bacharela, nas Comarcas de Florianópolis e de São José. Colara grau em oito de dezembro de 1952, na Faculdade de Direito de Santa Catarina, com média 8,63. Não logrando aprovação, inscreveu-se em seguida no concurso para preenchimento das vagas de Promotor Público nas Comarcas de Urussanga, Orleans e Concórdia, que somou dez inscritos. Realizado em 15 de março de 1954, o certâmen classificou-a em 7º lugar. Depois disso, Henny casou-se, teve filhos e tornou-se professora do curso de Serviço Social da Fundação Universidade Regional de Blumenau (FURB). Em 1980, defendeu dissertação de mestrado intitulada *A interpretação do Direito*, junto ao Programa de Pós-graduação em Direito da Universidade Federal de Santa Catarina. O trabalho, que procurava explorar a dinâmica da reconstrução do pensamento jurídico contido na lei a partir da legitimação da interpretação, foi orientado pelo Professor Luiz Fernando Coelho. Henny faleceu em 2012.

Maria de Lourdes Medeiros Vieira, nascida em Florianópolis em 30 de julho de 1922, participou do concurso para preenchimento da Promotoria Pública da Comarca de Bom Retiro. A ata, com o resultado final, foi celebrada em 7 de junho de 1958, não aprovando a candidata entre os três primeiros colocados. Maria de Lourdes estava inscrita na OAB sob o número 1.018 e formara-se com média 8,14 na Faculdade de Direito de Santa Catarina em 8 de dezembro de 1957, desde então atuando como professora do Colégio Dias Velho. Ela voltou a se inscrever para o concurso que se realizou em sete de julho de 1959, para ingresso nas Comarcas de Bom Retiro, Ituporanga, Taió e São Miguel d'Oeste. Ficou em décima posição dentre 21 candidatos. Como parte dos requisitos, apresentou monografia intitulada *Alguns aspectos do novo Código de Menores*, pelo qual mostrou estar atualizada com os debates que a respeito transcorriam na Câmara Federal e nos congressos de juízes de Menores, que aconteciam periodicamente em diversas cidades brasileiras. O trabalho, inclusive, foi publicado no *Diário da Tarde*, de Florianópolis, em maio de 1959, o que pode

ser considerado indicativo de prestígio social e intelectual. A entrega de trabalhos acadêmicos pelos candidatos era opcional. A maioria das peças era composta de pequenos artigos, com menos de seis páginas. A monografia de Maria de Lourdes tinha 35 páginas, sendo suplantada em dimensão apenas pela do candidato Aloyzio Callado, um estudo sobre a evolução da criminalidade em São José, com 195 páginas.

Depois de sucessivas derrotas, Maria de Lourdes foi nomeada para exercer o cargo isolado, de provimento efetivo, de Defensora Pública na Comarca da Capital em 25 de janeiro de 1961, tomando posse cinco dias depois. A Defensoria Pública em Santa Catarina foi estabelecida pelo Artigo 6º da Lei nº 2.437, de 21 de outubro de 1960, que criou 15 cargos¹² que funcionavam por designação do procurador-geral do Estado junto às então comarcas de quarta entrância, com vencimentos idênticos aos atribuídos aos promotores públicos das comarcas de segunda entrância. A posse de Maria de Lourdes e dos demais defensores públicos se deu um dia antes do término do Governo de Heriberto Hülse, da UDN, o primeiro vice-governador eleito da história de Santa Catarina, que substituiu Jorge Lacerda, também da UDN, mas originalmente ligado às hostes do PRP, falecido em acidente aéreo em Curitiba em 16 de junho de 1958. Hülse foi sucedido por Celso Ramos, do PSD, quem, sob o argumento de inconstitucionalidade, anulou o artigo 6º da Lei 2.437, por meio da Lei 2.680, de 27 de abril de 1961, dispensando os defensores públicos apenas três meses depois de empossados¹³. Maria de Lourdes aposentou-se como funcionária pública e vive em Porto Alegre.

Aida Soares Mourão foi nomeada por ato governamental de 17 de dezembro de 1961 para exercer, em substituição, o cargo de Promotor Público na Comarca de Turvo, enquanto durasse o impedimento do titular. Tomou posse em 12 de janeiro de 1962. Em 20 de junho, foi nomeada, também em substituição, para a Promotoria Pública da Comarca de São José, sendo exonerada em 24 de julho, não mais retornando ao Ministério Público. Exerceu a advocacia em Curitiba, onde reside.

Histórias de Vida no Ministério Público de Santa Catarina

Este livro reproduz 17 entrevistas. No âmbito do Programa de História Oral do Memorial do MPSC foram ouvidas 18 mulheres, mas um depoimento não foi

¹² Três na Comarca da Capital; dois na de Lages; dois na de Blumenau; dois na de Joinville; dois na de Tubarão; um na de Itajaí; um na de Rio do Sul; um na de Criciúma.

¹³ O órgão, cujo destino fugaz foi nesse momento capturado nas dobras dos embates interpartidários, apenas voltou a ser organizado em Santa Catarina, último Estado brasileiro a fazê-lo, a partir da Lei Complementar nº 575, de 2012 (depois que, em decisão de 14 de março de 2012, o Supremo Tribunal Federal considerou inconstitucional o sistema de Advocacia Dativa adotado pela Constituição estadual de 1989), sendo o concurso para provimento dos cargos realizado em 2014.

aprovado a tempo de integrar a edição. Das 17, 16 são promotoras ou procuradoras de Justiça. Além das promotoras e procuradoras de Justiça, foi entrevistada a servidora mais antiga, que ingressou na instituição em 1987: Avone Chagas, que é natural de Florianópolis e bacharel em Direito pela FEPEVI.

Abaixo, segue uma tabela com a relação das mulheres que ingressaram como membros do Ministério Público até 1988. Na coluna Obs. com a letra "F" figuram aquelas já falecidas; com a letra "E", as que logramos entrevistar e, com a letra "NE", as que não puderam ser ouvidas, para o que concorreram diversos motivos, como idade avançada de algumas, problemas de saúde que impediam o encontro, ausência do país durante o período de coleta de entrevistas, dificuldades de agenda de nossa parte ou, finalmente, declinação do convite.

Ingresso	Nome	Afastamento	Obs.
1940	Nayá Gonzaga Sampaio	Exonerada a pedido em 06/7/1942	F
1961	Maria de Lourdes Medeiros Vieira ¹⁴	Exonerada em 27/04/1961	E
1962	Aida Soares Mourão	Exonerada em 24/07/1962	NE
1972	Hercília Regina Lemke	Em atividade	E
1979	Rosa Maria Garcia	Aposentada por tempo de serviço do cargo de procuradora de justiça em 03/08/2001	E
1980	Vera Lúcia Copetti	Em atividade	E
1981	Leocádia Marília Schiocchet da Costa	Falecida no exercício do cargo de promotora de justiça em 18/07/1988	F
	Jorgelita Toner Favaretto ¹⁵	Aposentada voluntária por tempo de contribuição em 27/03/2009	E
1982	Lenir Roslindo Piffer	Em atividade	E
	Maria Auxiliadora Alves	Aposentada por tempo de serviço 15/03/1995	E
1983	Heliete Marly Filomeno Leal	Aposentada por tempo de serviço em 19/09/1991	E
	Heloísa Crescenti Abdalla Freire	Em atividade	E
	Sonia Maria Demeda Groisman Piardi	Em atividade	E
	Márcia Aguiar Arend	Em atividade	E

¹⁴ Embora tenha tentado por duas vezes o concurso público para ingresso na carreira ministerial, Maria de Lourdes jamais chegou propriamente a integrar o quadro de membros, mas, como Defensora Pública, tomou posse junto ao procurador-geral do Estado, então o chefe do Ministério Público, a quem coube também a chefia da Defensoria Pública, pelo curto período de três meses durante os quais esse órgão existiu.

¹⁵ Jorgelita Favaretto não aprovou a sua entrevista.

1985	Viviane D'Ávila Winckler	Aposentada por tempo de contribuição em 16/10/2011	NE
	Kátia Helena Scheidt Dal Pizzol	Em atividade	E
	Rosemary Machado Silva	Em atividade	E
	Regina Kurschus	Aposentada por tempo de contribuição em 15/12/2010	E
	Maria Regina Dexheimer Lakus Forlin	Em atividade	NE
1986	Marisa Fátima Lara Souza	Falecida no exercício do cargo de promotora de Justiça em 29/03/2008	F
	Havah Emília Piccinini de Araújo Mainhardt	Em atividade	E
1988	Walkyria Ruicir Danielski	Em atividade	E
	Gladys Afonso	Em atividade	E
	Ivanize de Souza de Oliveira	Aposentada voluntariamente por tempo de serviço em 07/11/2010	NE
	Elizabete Mason Machado	Aposentada voluntariamente por tempo de contribuição em 01/07/2012	NE
	Eliana Volcato Nunes	Em atividade	E

As promotoras e procuradoras de Justiça ouvidas são mulheres brancas e provenientes de famílias de classe média, ou, com pouca incidência, da classe média alta. Conforme indica o quadro abaixo, quatro delas registraram ser o Direito uma tradição em família. Nove são naturais de diversas cidades de Santa Catarina (com predomínio de Florianópolis, capital do Estado), três são oriundas de São Paulo (mas os pais de Regina Kurshus nasceram em Florianópolis), três do Rio Grande do Sul e uma do Paraná. Sete entrevistadas cursaram a Faculdade de Direito da Universidade Federal de Santa Catarina, em Florianópolis; quatro na UNIVALI, em Itajaí; duas na Universidade de Caxias do Sul, na região serrana do Rio Grande do Sul, e três em outras universidades (Católica de Santos, Mackenzie e Federal do Paraná). Nenhuma delas, portanto, se formou nos cursos de mais evidência nacional, como os da Federal do Rio Grande do Sul, da Federal do Rio de Janeiro ou da Universidade de São Paulo, o que reforça a origem de classe média dessas moças, mas não indica necessariamente que elas tenham recebido uma formação de segunda grandeza, até porque os cursos de pós-graduação em Direito da Federal de Santa Catarina e da Federal do Paraná estarão entre os melhores avaliados do país a partir do final dos anos 1980. Oito delas eram solteiras ao ingressarem na instituição e cinco já casadas. Duas, ainda, estavam divorciadas e uma era viúva. Das solteiras, apenas duas não chegaram posteriormente a se casar e não tiveram filhos. Dentre os companheiros, não há prevalência de profissionais ligados ao Direito.

Nome	Origem	Instituição de formação	Idade e estado civil no momento do ingresso	Tradição de Direito na família
Hercília Regina Lemke	Joaquim Távora, PR	Universidade Federal do Paraná	Casada com um advogado, com filhos; 25 anos	Pai promotor de Justiça no Paraná; 5ª geração de bacharéis; tataravô formado em Coimbra.
Rosa Maria Garcia	Itajaí, SC	UNIVALI	Solteira; 31 anos	Sem tradição familiar no Direito.
Vera Lúcia Copetti	Araranguá, SC	Universidade Federal de Santa Catarina	Casada com um médico, com filhos; 25 anos	Sem tradição familiar no Direito.
Lenir Roslindo Piffer	Tijucas, SC	UNIVALI	Solteira; 26 anos	Sem tradição familiar no Direito.
Maria Auxiliadora Alves	Florianópolis, SC	UFSC	Separada judicialmente, com filhos; 35 anos	Sem tradição familiar no Direito.
Heliete Marly Filomeno Leal	Florianópolis, SC	UFSC	Casada com um dentista, com filhos; 41 anos	Sem tradição familiar no Direito.
Heloísa Crescenti Abdalla Freire	Santos, SP	Faculdade Católica de Direito de Santos	Separada judicialmente, sem filhos; 23 anos	Família com tradição no Direito, pais advogados, tio-avô presidiu o TJSP.
Sonia Maria Demeda Groisman Piardi	Caxias do Sul, RS	UCS	Viúva, com filho; 30 anos	Família sem tradição no Direito.
Márcia Aguiar Arend	Florianópolis, SC	UFSC	Casada, com filhos; 24 anos	Família sem tradição no Direito.
Kátia Helena Scheidt Dal Pizzol	Florianópolis, SC	UFSC	Solteira; 25 anos	Família sem tradição no Direito.
Rosemary Machado Silva	Blumenau, SC	UNIVALI	Solteira; 25 anos	Pai promotor no MPSC.
Regina Kurschus	São Paulo, SP	Mackenzie	Solteira; 32 anos	Família sem tradição no Direito.
Havah Emília Piccinini de Araújo Mainhardt	Lages, SC	UNIVALI	Solteira; 25 anos	Família sem tradição no Direito.
Walkyria Ruicir Danielski	Passo Fundo, RS	UFSC	Casada; 22 anos	Pais advogados.
Gladys Afonso	São Paulo, SP	UFSC	Solteira; 24 anos	Mãe magistrada.
Eliana Volcato Nunes	Erechim, RS	UCS	Solteira; 23 anos	Tradição difusa da família no Direito (tio-avô juiz no RS).

A origem majoritária na classe média é compatível com o estrato apanhado nas entrevistas publicadas nos dois primeiros volumes dessa série (AXT, 2011; 2013), confirmando, portanto, um padrão para o Ministério Público, válido pelo menos até fins dos anos 1980. Com salários mais baixos do que os integralizados à magistratura e com menos prestígio social, o Ministério Público costumava atrair mais os filhos da elite durante a primeira metade do século XX, antes da organização da carreira, pois, nesses casos, as Promotorias podiam funcionar como um trampolim para uma trajetória política ou jurídica de mais evidência.

Ainda em comparação com os entrevistados que ingressaram na instituição entre 1953 e 1972, diminui entre as mulheres, contudo, o predomínio da origem catarinense e da formação na Universidade Federal de Santa Catarina, tendência que parece ser coerente com a progressiva desregionalização que marca os concursos públicos na área jurídica no Brasil já a partir dos anos 1980, o que se explica em função do surgimento de novos cursos, da ampliação de vagas no ensino superior e do progresso econômico que embalou o país nos anos 1970, mas, talvez, possa ter também alguma relação com o alargamento das garantias de transparência para os concursos que a redemocratização dos anos 1980 trouxe. De qualquer forma, o pequeno universo das entrevistadas neste livro poderia estar em sintonia com a tese de Thomas Kuhn (2003), para quem o conhecimento não evolui cumulativamente a partir do *establishment*, mas aos saltos, dimanado do que é gestado nas fímbrias dos grandes centros, nos quais o saber e as relações interpessoais estão fortemente hierarquizados.

No que respeita ao estado civil, a realidade das ingressantes a partir dos anos 1970 muda em relação àquela das pioneiras dos anos 1930, solteiras ao chegar à instituição e pressionadas a se afastarem ao contraírem núpcias, como se viu. De resto, como notou Bandeira Lins (2000; 2014) é normal que as ingressantes conservem o estado de solteira, o que é comum também entre os homens, sinal de que a aprovação no concurso é difícil para quem tem encargos familiares, mas também, creio, indicativo de que a carreira pode oferecer estabilidade para a posterior constituição da vida familiar, já que a maioria das solteiras se casou. Porém, contrariamente ao que se verificou em São Paulo, em Santa Catarina há apenas um caso de casamento com colega de Ministério Público e nenhum de união com membro da judicatura, o que possivelmente faça das premissas sugeridas por Bandeira Lins, se válidas, sustentáveis apenas para São Paulo.

A aceitação de duas candidatas separadas judicialmente no início dos anos 1980 sinaliza no sentido de uma mudança cultural, com a instituição se mostrando progressista. É verdade que em princípios do século XX estimava-se que cerca de 14% das advogadas nos Estados Unidos eram viúvas ou divorciadas, o que estaria afinado com a ideia de que o trabalho fora de casa seria uma espécie de fatalidade à qual estariam condenadas aquelas mulheres que não podiam contar com o sustento provido por um homem. Mas uma coisa é a advocacia, uma profissão liberal, e outra o Judiciário e o *Parquet*, carreiras de Estado. Como os preconceitos da época funcionavam como uma espécie de sistema que não atingia apenas as mulheres, mas também os homens, cabe invocar o testemunho de dois prestigiados Desembargadores do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul que podem nos oferecer uma perspectiva sobre a matéria: Hermann Homem de Carvalho Roenick e Osvaldo Stefanello, respectivamente:

Existiram [...] motivos de ordem particular que me levaram à aposentadoria. Hoje, reconheço que foi tolice, não havia nada de mais, porque é algo comum, mas eu estava-me separando de minha esposa. Achava que um Juiz separado, divorciado, desquitado, seja lá o que for, não possuía mais as plenas condições para o exercício da função ¹⁶.

Fui o primeiro Juiz desquitado a entrar na Magistratura do Rio Grande do Sul. Na época ainda não havia o divórcio, que foi concretizado anos depois. Sei que houve muita resistência em me aceitarem, porque a pessoa desquitada era um tanto estigmatizada, não só a mulher, mas também o homem. Existia o preconceito [...]. Qualquer detalhe que fugisse da normalidade era problema; o simples fato de ser solteiro já era considerado quase um empecilho para o concurso. A regra era ser casado, morar com a família, etc.¹⁷.

Heloísa Abdalla e Maria Auxiliadora Alves não sentiram resistências de parte da instituição por conta de seu estado civil. Mas Heloísa conta que, antes de vir para Santa Catarina, ouviu de um professor da Faculdade de Direito, procurador de Justiça aposentado em São Paulo, que ela dificilmente lograria aprovação em um concurso, porque além de ser mulher, era separada. Em 1979, dois meses depois de o Desembargador Hermann pedir aposentadoria no Rio Grande do Sul, constrangido pelo processo de separação, a televisão brasileira começou a transmitir o impactante seriado *Malu Mulher*, com a carismática Regina Duarte no papel de uma socióloga que se separava do marido para tentar uma vida melhor a sós. A Rede Globo, produtora e emissora do programa, apostou na chance de tirar proveito do processo de abertura política que desabrochava para explorar temas polêmicos na teledramaturgia, com personagens revestidos de densidade sociológica. O simples fato de os episódios não terem sido cerceados pela censura já foi uma conquista. A fenomenal audiência alcançada pelo seriado sugeria que um novo país estava nascendo¹⁸.

Para muitas das mulheres pioneiras, ainda nos anos 1960 e 1970, o desafio do ingresso numa carreira jurídica e do exercício da profissão começava na coragem necessária para fazer o curso de Direito. Heliete Leal conta que o Direito era um sonho pessoal, mas comunicou a mãe sobre a iniciativa de se inscrever no vestibular

¹⁶ Hermann Roenick ingressou na magistratura em 1957. Foi promovido por merecimento a juiz de Alçada em 1971 e em 1973, por merecimento, a desembargador do TJRS, atuando, entre outras, na 4ª Câmara Cível. Aposentou-se em dois de março de 1979. Depoimento ao Memorial do Judiciário, 30.11.1998. (FÉLIX; GRIJO, 1999).

¹⁷ Oswaldo Stefanello ingressou no Judiciário sul-rio-grandense como pretor em 1967, tendo servido as então Pretorias de Faxinal do Soturno e de Rolante. Aprovado em concurso para juiz de Direito, assumiu em outubro de 1968, passando a jurisdicionar na Comarca de Frederico Westphalen. Tornou-se presidente da Corte. Depoimento ao Memorial do Judiciário, 12.07.2005. (AXT et al., 2005).

¹⁸ O seriado não foi um sucesso apenas no Brasil. Exibido em vários países, recebeu prêmios na Espanha, em Portugal, na Grécia, na Tchecoslováquia, na Inglaterra, na Suécia e nos Estados Unidos, sempre mobilizando milhões de espectadores, o que é um forte indício da universalidade das temáticas abordadas.

apenas depois do fato consumado, pois “na época, ‘moça direita’, não fazia Direito”. Havia um novo contexto favorável às mulheres. As vagas aumentaram no ensino superior a partir dos anos 1960 e já surgiam grupos de estudos preparatórios, que ajudavam as aspirantes, como registra Heloísa Abdalla. Mas seria necessário esperar os anos 1980 para que as escolas do Ministério Público fossem organizadas.

Algumas contam que se inscreveram no Direito mais por contingências, como ausência de outras opções ou necessidade de trabalhar fora para ajudar no sustento da família. De um modo geral, entretanto, o Direito era percebido como uma vocação e um sonho a ser perseguido.

Para muitas, a carreira pública era uma meta. A esse respeito, Heloísa Abdalla invoca sugestão de seu pai: “é melhor para uma mulher ter uma carreira pública; a advocacia é boa, mas incerta...”. Sonia Piardi, que saiu de uma situação financeira mais confortável no Rio Grande do Sul para assumir a Promotoria em Santa Catarina, conta que uma das coisas que lhe fazia perseverar era justamente a chance de alcançar a estabilidade.

Para diversas ingressantes nos anos 1980, o Ministério Público era o objetivo a ser alcançado. Desde 1981, com a Lei Complementar nº 40 e, em 1985, com a Lei da Ação Civil Pública, a instituição passava por profundas transformações e prometia um futuro dinâmico, conectado às novas aspirações democráticas que o país embalava na esteira do processo de abertura política, ao final do longo regime militar que se iniciara em 1964. Na Constituição Federal de 1988, o capítulo do Ministério Público representou uma revolução institucional importante¹⁹. Como sublinha a esse propósito Eliana Volcato:

“Tínhamos consciência do momento histórico e da profundidade das alterações em curso. Acho, inclusive, que muitas pessoas se

¹⁹ Pela primeira vez, um texto constitucional disciplinou de forma orgânica e harmônica a organização e as atribuições da instituição ministerial no País. Na área criminal, explicitou que ao Ministério Público competia, privativamente, a promoção da ação penal pública. Conferiu-lhe ainda o exercício do controle externo da atividade policial, na forma de lei complementar, ao nível federal e estadual. Permitiu-lhe requisitar diligências investigatórias e determinar a instauração de inquérito policial. Na área cível, além da promoção da ação de inconstitucionalidade, a Constituição passou a reconhecer-lhe a defesa dos interesses indígenas em juízo e a promoção da ação civil pública. Além disso, deferiu-lhe explicitamente a vigilância da probidade administrativa dos governantes. Erigido quase como um quarto Poder, ao Ministério Público foi cometido o zelo das principais formas do interesse público. Foi responsabilizado pela defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis. As garantias de unidade, indivisibilidade e autonomia firmaram-se na base da independência funcional dos membros. Isto é, os poderes do procurador-geral passaram a encontrar limite constitucional na independência funcional dos membros. Portanto, a hierarquia do Ministério Público foi desenhada como sendo administrativa e não funcional. A Constituição repisou os princípios de autonomia financeira da instituição traçados pela Lei Complementar de 1981. Mas avançou ao admitir iniciativa no processo legislativo, no tocante à edição de leis complementares, à criação ou extinção de cargos, organização de serviços auxiliares e de concursos.

interessaram pelo Ministério Público, naquela época, justamente em função desse contexto. A nova Constituição já estava em debate e a partir dos cursos de Direito acompanhávamos esse processo. A Constituição anterior não era estudada. As faculdades não davam ênfase ao Direito Constitucional, até porque era uma Carta percebida como carente de legitimidade.”.

Hercília Lemke foi a primeira ingressa por concurso no Ministério Público de Santa Catarina. Entre ela e Rosa Garcia se passariam quase oito anos, lapso de tempo que nos remete – se considerada a solução de continuidade dos ensaios dos anos 1940 e 1960 – a um padrão semelhante ao verificado anteriormente nos Ministérios Públicos de Minas Gerais e de São Paulo, isto é, como se a experiência com a primeira promotora precisasse ser testada e digerida pela instituição antes de novas candidatas serem efetivamente aceitas.

Em geral, as primeiras mulheres que conseguiram furar as barreiras dos concursos entre os anos 1950 e 1970 tinham em comum a origem familiar com tradição no Direito, o que não apenas lhes proporcionava razoável intimidade com o etos da classe jurídica, como lhes garantia em pais, irmãos ou maridos, aliados empenhados em colaborar, de dentro do sistema, o que de forma alguma embaça o seu mérito pessoal, mas apenas pode ajudar a explicar que seus nomes tenham parecido mais palatáveis. Maria Berenice Dias, filha do influente Desembargador César Dias Filho, aprovada no concurso para ingresso na magistratura gaúcha em 1971, conta:

Somente após ter logrado o privilégio de ser a primeira mulher a integrar a Justiça gaúcha é que vim a saber que, em todas as vezes que o Tribunal Pleno rejeitava as mulheres, dizia César Dias que eu, sua filha, seria a pioneira. Sem dúvida, minha maior mágoa é não ter tido a possibilidade de dar-lhe a alegria de ver seu vaticínio se tornar realidade. Tenho certeza de que orgulho teria em ver que meu ingresso também teve o ineditismo de três gerações integrarem o Poder Judiciário do Estado do Rio Grande do Sul²⁰.

Mas a brecha na casamata ainda estava longe de significar ampla descompressão. A vitória de Hercília em 1971 semeou otimismo entre as aspirantes que vieram na esteira, frustrando, contudo, expectativas. Como registra Maria Auxiliadora Alves, já no ano seguinte, em Santa Catarina:

“[...] todas as mulheres inscritas [...] foram reprovadas no psicotécnico. Como isso era possível? Será que nenhuma possuía capacidade mental e psicológica para assumir o Ministério Público? Seriam todas desequilibradas, frágeis, incompetentes? Por que apenas homens eram aprovados? Fui tirar satisfação e ‘arrei um barraco’ na Procuradoria. [...] Exigi a devolução da minha taxa de inscrição do concurso, alegando que se tratava de apropriação indébita! [...], pois sabiam desde o início que eu jamais iria passar.”.

²⁰ DIAS, Maria Berenice. *César Dias Filho, meu pai*. Investidura Portal Jurídico. Disponível em: <http://www.investidura.com.br/biblioteca-juridica/artigos/judiciario/2255-desembargador-cesar-dias-filho-meu-pai>.

A questão foi pautada nos mesmos termos pela Procuradora de Justiça do Rio Grande do Sul, Eunice Chalela, cuja inscrição no concurso de 1974 foi indeferida, mas aceita no ano seguinte, quando, contudo, foi reprovada na prova de títulos, depois de bem-avaliada nas etapas antecedentes:

[...] as pessoas deveriam ter a coragem de dizer: ‘não, não aceitamos mulheres na Instituição!’. Bem mais fácil do que nos obrigar e constranger a um concurso onde você estudava muito, tinha de trabalhar muito, até o vexame público de, depois, ter que explicar como é que você é aprovada e não ingressa.²¹ (SANSEVERINO et al., 2005: 30).

No Brasil não se enraizou a depreciante tradição do *Ladies Day*, mas o tom dos embaraços urdidos para as primeiras candidatas que ousaram arrostar os múltiplos escolhos não ficava muito distante. Maria Auxiliadora Alves descreve o drama do assédio numa biblioteca, com o qual, sabendo ser parte da cultura machista, lidou com jeito, sem enfrentamento direto, o que, na oportunidade, provavelmente, teria inviabilizado o seu esforço pela candidatura.

Já para a Procuradora de Justiça do Rio Grande do Sul, Marly Mallmann, aprovada em concurso público em 1976: “As notas eram baixas e se sabia que o examinador, por ser [candidata] mulher, perguntava muito mais, muito mais mesmo! De a gente sortear um ponto e ele: ‘Mas eu vou te perguntar outro. Posso te perguntar?’. Como é que nós iríamos dizer que não perguntasse?”. (SANSEVERINO et al., 2005: 221-240).

Por sua vez, a Desembargadora do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, Maria Isabel de Azevedo Souza, recorreu ao Poder Judiciário para assegurar participação no concurso do Ministério Público daquele Estado de 1978, pois sua inscrição havia sido indeferida. Nas informações prestadas ao mandado de segurança conheceram-se as razões da recusa: a Administração Superior do ente ministerial entendeu que havia um conflito entre o Código Civil, que determinava devesse a mulher residir no domicílio do marido (a candidata era casada com um juiz federal), e o Estatuto do Ministério Público de 1973, que exigia morasse o promotor na comarca. Depois de uma liminar, a segurança foi concedida por escassa maioria de 6 a 5. Entenderam os vencidos que a Comissão Disciplinar do órgão poderia decidir de plano e em sessão secreta sobre a conveniência da admissibilidade de um candidato: “muitas vezes se examinou, se meditou sobre essa situação no Tribunal Pleno, e muitas vezes negamos inscrições a senhoras em condições semelhantes. [...] O Tribunal de Justiça de Pernambuco nega absolutamente inscrição de mulheres na magistratura em virtude da situação que se cria, que se está criando com

²¹ Na terceira vez que tentou, em 1976, Eunice finalmente logrou aprovação.

algumas candidatas que foram admitidas”. Segundo outro desembargador: “temos praticamente por norma indeferir a inscrição de candidatas que são casadas com um advogado, entendendo que a condição do cônjuge torna, para a candidata, incompatível ou altamente inconveniente o ingresso na magistratura”²². Maria Isabel conseguiu fazer o teste. Sendo aprovada em primeiro lugar, tornou-se a primeira mulher no seu Estado a ingressar na magistratura pelo Quinto Constitucional.

Em entrevista à revista *Veja* em fevereiro de 2012, a Ministra Ellen Gracie Northfleet, primeira a chegar ao Supremo Tribunal Federal e, também, a presidi-lo (entre 2006 e 2008), comentou, a propósito das sucessivas tentativas das bacharelas em Direito de lograr aprovação nos concursos durante os anos 1960/70, que: “Não era uma recusa formal [...]. Preenchíamos os formulários e eles simplesmente eram descartados, sem maiores explicações”. O mandado de segurança julgado pelo Pleno do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul aquilata como as decisões se davam e nos remete à existência, sim, das peças formais: as opiniões dos desembargadores vencidos reverberam, em 1978, em Porto Alegre, o mesmo discurso vocalizado na resposta do Instituto dos Advogados do Brasil à jovem pernambucana Maria Augusta Meira de Vasconcelos, em 1890, bem como ecoam o similar pensamento drapejado na resposta à petição de Myra Bradwell ao Tribunal de Illinois, em 1869. Como registrou o Desembargador Milton dos Santos Martins, que emitiu um dos seis votos em favor da segurança a Maria Isabel de Azevedo Souza:

No caso presente, nota-se, ainda, data vênica, preconceitos contra os direitos da pessoa, por ser mulher. Não se reconhecem direitos fundamentais de trabalhar e residir. [...] Por tudo isso, estamos examinando o “mérito” do julgamento que fez o Conselho Superior do MP. [...] É um julgamento [...] que traz um preconceito de que a mulher casada não pode, quando o homem casado poderia [...] esse julgamento tem de ser enfrentado pelo Judiciário.

Segundo Maria Auxiliadora Alves, o debate não seria estranho ao Ministério Público de Santa Catarina:

“[...] antes de a Rosa ser aprovada no concurso, corriam especulações que procuravam explicar a existência dessa barreira não declarada à presença feminina na instituição. A Dra. Hercília pertencia a uma família de juristas e seu marido era um advogado reconhecido em Blumenau. Não sei dizer se essa condição contou em favor de alguma indicação, porque ela evidentemente tem os seus méritos, mas, talvez, tenha ajudado a afastar as resistências que pesavam sobre as outras, dela fazendo uma exceção. Além disso, falou-se em certo desconforto na Alta Administração, por conta de ela ter assumido a jurisdição na mesma comarca e na mesma região em que o marido advogava. Hoje me pergunto se o mesmo tipo de especulação seria aplicado a

²² Revista de Jurisprudência do TJRS n. 75, p. 206-222 (citado por SANSEVERINO et al., 2005: 31-33).

um homem, promotor, casado com uma advogada, ou uma juíza. De qualquer forma, admita-se, muitas de nós, que se inscreviam nos concursos e eram sumariamente repelidas, não percebíamos a Hercília como uma pioneira, mas sim como alguém que criara um problema para as que vinham na sequência. Mas até que ponto isso também não seria uma introjeção da lógica de uma instituição marcada pelo domínio masculino? Talvez o erro tenha sido da própria Procuradoria, pois se a tivessem designado para uma região diferente daquela em que o marido atuava, especulações como essas jamais teriam se criado.”.

A chegada de Hercília foi uma lufada de ar fresco num ambiente adusto à presença feminina, mas seria necessária ainda quase uma década para que outras bacharelas fossem acolhidas. O depoimento de Maria Auxiliadora é revelador daquilo que Bourdieu compreendia como uma espécie de introjeção da lógica hierárquica, e que nós poderíamos referir de modo mais descontraído como falta de solidariedade de gênero entre as mulheres, algo que a entrevistada não percebia há 40 anos, mas constata, hoje em dia, em um contexto cultural já diverso.

Outro traço em comum entre as ingressantes na judicatura ou no *Parquet* no sul do Brasil na década de 1970 foi o início da carreira em comarcas nas quais florescia a colonização germânica. Havia certo consenso entre juízes e membros do Ministério Público, aferido com base nas opiniões formuladas em outros depoimentos coletados no âmbito desse Programa de História Oral (AXT, 2011; 2013), que reconhecia tais comarcas por pacatas, menos violentas, o que se atribuía a um espírito mais ordeiro emulado pelos descendentes de alemães. Acreditava-se, além disso, que nessas localidades havia mais respeito às autoridades constituídas, o que poderia facilitar a aceitação das mulheres, malgrado o sentimento atavicamente machista da população. Para a Desembargadora Maria Berenice Dias (FÉLIX; GRIJÓ, 1999), com efeito: “Não enfrentei resistências por parte da sociedade nas comarcas em que jurisdicionei. Eram regiões de colonização alemã, em que as pessoas eram muito respeitosas com a autoridade”.

Rosa Garcia nos oferece outra pista sobre uma possível orientação da Procuradoria-Geral para acomodar as primeiras promotoras: ao pedir uma comarca pequena ao procurador-geral, provavelmente porque se sentisse pouco segura, ouviu dele que melhor seria começar logo por uma grande, para não ficar isolada. Numa época em que inexistiam os cursos preparatórios e de vitaliciamento, os quais hoje introduzem os candidatos e os jovens promotores na dinâmica ministerial, ter a chance de interagir com colegas que estavam há mais tempo na profissão era certamente importante. Rosa começou por Blumenau, uma das maiores comarcas do Estado, e importante zona de colonização alemã. Numa época de comunicações precárias, em que as estradas eram ruins e a telefonia deficiente, as entrevistadas são unânimes em reportar a importância do contato com colegas, promotores e ju-

izes mais antigos na carreira, ao chegarem à primeira comarca. As duas primeiras, Hercília e Rosa, também serviam de esteio àquelas que estavam chegando, vez que algumas começavam a carreira pelas comarcas onde elas estavam lotadas.

A dinâmica dos concursos mudou rapidamente a partir do final dos anos 1980. A instituição estava crescendo e precisava de bons candidatos. Estava aberta aos jovens e deixava de empanar a inscrição das mulheres. Como lembra Gladys Afonso: “fizemos inscrição no dia 17 de junho [...] e eu tomei posse no dia 16 de agosto [...]. Foi relâmpago: em dois meses eu estava no Ministério Público. Achava que eu não iria passar, porque eu era recém-egressa da universidade.”

Depois de vencerem as barreiras do curso de Direito, do registro na OAB e do concurso público para o ingresso na carreira, as jovens promotoras precisavam conviver numa instituição nova e se afirmar junto às comunidades. As entrevistadas são unânimes em declarar não terem encontrado resistências, senão residuais, à condição de gênero no seio do Ministério Público. Para Hercília: “Um ou outro, na instituição, dentre os mais velhos, estranhou, mas como vim para ficar, me aceitaram. Eu era nova, tinha apenas 24 anos. Então, além da questão de gênero, havia também o problema da idade. Ajudou o fato de eu ser casada e ter três filhas. Apesar da pouca idade, tinha bagagem.”

A relação entre gênero, estado civil e carreira foi diretamente abordada para Rosa Garcia: “Na prova oral, enquanto eu estudava na biblioteca do Ministério Público, alguns procuradores me perguntaram se, caso fosse aprovada, faria carreira ou permaneceria sempre como substituta. Naquele tempo, este era um tema que preocupava a instituição. Garanti-lhes que não apenas faria carreira, como também iria para o Oeste se necessário fosse.”.

Havia, de fato, uma prevenção à disposição das mulheres que pretendiam fazer carreira, não apenas em função da necessidade de se exporem aos desconfortos das pequenas cidades do interior, como, ainda, pelo desafio de conciliação da mobilidade própria da função com a vida familiar. Lenir Piffer, por exemplo, recorda que seus colegas, servidores na Justiça Federal, consideraram “uma loucura” quando ela resolveu se inscrever em concurso para ingresso no Ministério Público, porque, se aprovada, precisaria peregrinar pelo interior. Na própria instituição, segundo ela: “Alguns, creio, achavam que as mulheres não seguiriam a carreira, que casariam, precisariam sair para cuidar dos filhos, para se dedicar à maternidade, para acompanhar o marido... Ninguém mais pensa assim hoje.”.

A vida de casada, de fato, trouxe pouca mobilidade para algumas, como Rosemary Machado Silva, que jamais quis sair da região de Joinville. Havah Mainhardt

conta que, depois que se casou, repensou a velocidade da progressão na carreira. Já Maria Auxiliadora Alves, que era separada, não se casou novamente, mas preferiu permanecer na região de São Bento do Sul e Rio Negrinho. Márcia Arend, no extremo oposto, que ingressou no Ministério Público com 24 anos, foi para Lages com os três filhos pequenos, sendo, um deles, uma criança recém-nascida, deixando o marido em Florianópolis: a família viveu separada pela distância por mais de dois anos, enfrentando o cataclismo das enchentes dos anos 1980 em Santa Catarina, até conseguir se reunir novamente. Heloísa Abdalla, por sua vez, atribui ao marido um estímulo fundamental para se inscrever em promoções e não congelar na carreira.

De qualquer forma, a história do Ministério Público de Santa Catarina está repleta de homens que optaram por fazer sua carreira em cidades como Itajaí, Brusque, Braço do Norte ou Tubarão, dentre outras, alguns dos quais têm suas memórias publicadas nos dois volumes anteriores a este. (AXT, 2011; 2013). Outros, além disso, animaram a sua passagem pelo Ministério Público como substitutos, estacionando e permanecendo em Florianópolis. Ninguém jamais pensou em relacionar o desinteresse desses homens pela mobilidade e progressão na carreira com alguma questão de gênero ou com o seu estado civil.

Conta a Desembargadora Maria Berenice Dias (FÉLIX; GRIJÓ, 1999):

sempre fui promovida por antiguidade, sempre fiquei à margem de qualquer outra atividade que não fosse, exclusivamente, a jurisdicional. Nunca pedi nem remoção, e no dia em que quis fazer uma permuta, o Presidente da época disse: 'É por isso que mulher não pode ser Juíza'. [...] Entre os vinte e dois integrantes do Órgão Especial, sete votaram contra a minha promoção [para o Desembargo] por antiguidade.

A carreira lenta ou estacionada numa comarca, portanto, segundo a desembargadora gaúcha, podia se tratar também de uma tessitura ou uma alhada do sistema... Ademais, a cada promoção, ampliavam-se as chances de as pioneiras chegarem ao segundo grau da jurisdição, posição que, certamente, se estabeleceu em outro desafio, pois este é um espaço que concentra poderes, jurisdicionais e administrativos, enastrando perfis.

Como recorda Rosa Garcia, primeira a chegar ao segundo grau no Ministério Público de Santa Catarina, numa passagem eloquente:

"Eu acho que a minha chegada à Corregedoria, em 1992, como secretária, foi mais impactante do que ao Colégio de Procuradores. Foi a primeira vez que uma mulher ocupou um cargo na Administração Superior. E é interessante observar que isso se deu não em decorrência de uma remoção ou promoção, mas por um convite. Estava estabelecida uma nova realidade. Então, ainda havia muita conversa a portas fechadas, das quais eu não participava... Não sabia bem o porquê, mas

sentia que tinha sido difícil para eles me trazerem. Um dia perguntei para um procurador: ‘Vem cá, você não se sente à vontade comigo aqui?’. ‘Rosa, agora sim, mas no começo foi tão difícil!’. Simplesmente, aqueles homens não estavam acostumados à ideia de uma mulher compartilhando os seus segredos, as suas articulações. Não era nem uma atitude machista. Era um estranhamento, um não saber como fazer, desdobramento de uma situação nova. Aquele sempre tinha sido um espaço de homens. Foi um momento difícil, para mim e para eles. Depois, com a convivência, foi tornando-se fácil. De repente, todo aquele constrangimento silencioso passou. [...] Acho que essa experiência de convivência na Corregedoria aplainou o acesso à promoção para o segundo grau, porque eu passei a ter contato direto e permanente com os procuradores e o constrangimento que mencionei foi dissolvendo-se. [...] Mesmo assim, foi emocionante, para mim, quando sentei pela primeira vez no Colégio de Procuradores. [...]. Ajudou o fato de que sempre contei com muito respeito e com um bom suporte por parte dos colegas. Sempre me senti ouvida. Então, quando me sentei ali, naquela cadeira, percebi, na perspectiva de membro do Ministério Público, que aquele era de fato um colégio igualitário. Eu me senti igual. Tive voz, tive voto, tive tudo. Ninguém me tratou de forma diferente porque eu era mulher.”.

Rosa fala em “estranhamento” e num “constrangimento silencioso”, diferenciando-os de uma “atitude machista” explícita, o que nos remete à ideia da existência de um sistema de valores tácito, a sedimentar alicerces invisíveis, que antecedem à ação dos indivíduos, sejam eles mulheres ou homens. A imagem oferece uma perspectiva palpável daquilo que as teorias de gênero costumam chamar metaforicamente de “telhado de vidro”, isto é, uma barreira invisível que impede as mulheres de alcançarem os postos de maior responsabilidade. (BRYANT, 1985).

As instituições e os grupos sociais engendram hábitos, que se reproduzem no cotidiano, espontaneamente, automaticamente até, e, quando práticas que lhes são estranhas se insinuam e novos dispositivos ou janelas para *status* jurídicos diferenciados se desenham, para se convolverem em cultura enraizada, faz-se necessário espigar novos procedimentos, metodologias e costumes. Diplomas legais, como os atinentes às políticas de cotas, e a imposição paulatina de barreiras concretamente perceptíveis sinalizam para o horizonte que se tinge ao largo; mas é na relação interpessoal, disposta no dia a dia, que solidariedades se conformam e qualificações diversas se aquilutam, tisnando vezos antigos. Uma transformação de *status* jurídico pressupõe o desdobrar-se de uma condição histórica antecedente, ao mesmo tempo em que seu grau de eficácia se estriba na dinâmica da comuta cultural que se impregna no tecido social.

Para Heliete Leal, com efeito,

“vão se estabelecendo redes de solidariedade e de lealdade masculinas, muitas delas sub-reptícias. Um aspirante a um cargo de diretor, por exemplo, começa a cercar o chefe, sai para um chopinho, viaja junto, no mesmo carro. Se uma mulher procede assim, é logo taxada de ‘piriguete’. Mulher competente não se vale desses artifícios. Ela não assedia o chefe e acredita que ele vai escolhê-la pela sua competência. Acaba perdendo espaço, porque o homem acompanhou, viajou com ele, foi almoçar com o chefe e assim por diante. Há uma diferença muito grande.”.

As mudanças estavam em curso e ganhavam densidade com os espaços que, paulatinamente, as mulheres conquistavam. Mas uma nova cultura de convivência e de relações de poder precisava ser gestada, internamente à instituição e, externamente, na interface com o entorno comunitário. Assim como acontecera com as pioneiras estado-unidenses da era vitoriana e dos princípios do século XX, não havia um manual a ser seguido. Toda uma metodologia precisava ser elaborada, o que se daria pela tentativa e acerto, pela acomodação, pelo humor, pela dor e pelo enfrentamento de embates diários. Um processo, todo ele, mais empírico e intuitivo do que reflexivo.

A instituição não sistematizou uma reflexão sobre a condição de gênero, e as próprias mulheres aceitaram conviver com este silêncio, como de resto fizeram as pioneiras na educação mista, que, depois de vencerem as barreiras mais drásticas para o ingresso nos cursos jurídicos, agiram como se a coeducação jamais tivesse sido repelida, o que, na oportunidade, lhes pareceu a melhor opção, tanto como forma de sobrevivência como maneira de pavimentar o percurso para as que viriam no seu encalço e nas gerações seguintes. Diferentemente do que poderia ser interpretado por alguns analistas mais ansiosos, esse pode ser o tipo de estratégia de mudança de *status quo* com alto potencial de efetividade cultural em longo prazo que o filósofo francês François Jullien (2013) caracterizaria como “transformação silenciosa”, inspirando-se na compreensão do modelo chinês de percepção da ideia de revolução, que despreza a ênfase nos enfrentamentos estrepitosos ou nas rupturas ruidosas, para apostar na paulatina e tácita reconfiguração de usos e práticas.

As brasileiras, contudo, talvez tenham enfrentado um embaraço adicional, pois diferentemente do que se deu nos Estados Unidos, com entidades como o *Equity Club*, os espaços para as trocas de experiências entre as pioneiras no Direito, a partir de uma perspectiva de gênero, apenas vêm se afirmando muito recentemente. A principal consequência disso talvez tenha sido suscitar a sobrevivência de uma consciência de identidade de gênero mais difusa no Brasil. Depoimentos como o discurso de posse de Sophia Galanternick, em 1938, revelam que as mulheres

tinham plena noção de que, de seu sucesso pessoal no enfrentamento das adversidades de gênero, dependeria a aceitação de outras que viriam na esteira. Mas sem ambientes para intercâmbio de impressões, as respostas ao sistema tendiam a ser mais individuais do que coletivas, assim como a consciência em torno das múltiplas dobras e curvas do cipoal simbólico hierárquico podia restar incipiente. Como registra Rosa Garcia, a esse propósito:

“Não se tinha notícias de outras mulheres atuando como promotoras de Justiça. Então, foi a primeira vez em que a questão feminina se apresentou para mim como um desafio. Naquela época eu não tinha elementos suficientes para compreender que os valores que trago comigo, como mulher, que são os valores da vida privada, poderiam me ajudar muito no espaço público. Isso hoje é fato, e esses valores cada dia mais se tornam universais. Mas o mundo ainda era outro e o Ministério Público, como outras instituições congêneres, era visto pela própria sociedade como espaço do homem, do mundo masculino. O fato de ser mulher, em certa medida, apresentava-se como barreira. Percebi, finalmente, que só o fato de desejar ser membro do Ministério Público já me colocava ao lado das mulheres e suas lutas, pois, afirmar-se como mulher aqui passava por transpor barreiras que estavam além da dimensão do indivíduo. Tratava-se de um desafio de gênero, um desafio sociológico.”.

Para Rosa Garcia, com efeito, a instituição sempre depositou confiança na maneira como as promotoras lidavam com as resistências locais, mas não havia uma reflexão específica sobre a dimensão de gênero:

“Tudo era tratado com normalidade, um verdadeiro ‘faz de conta’, como se não existisse. Na minha leitura, a Administração Superior confiava muito na triagem do concurso, pelos seus critérios subjetivos de avaliação e, no mais, seguia um destino institucional sem volta, que era a chegada da mulher. Assim, eventuais problemas que surgissem em razão de gênero, estado civil, inclusive questões de segurança pessoal, deveriam ser, em princípio, geridos pelas próprias mulheres, e quando necessária a intervenção da instituição, a solução era encaminhada caso a caso. [...] No meu tempo, no tempo da Hercília, e de tantas outras pioneiras, a pressão da mulher para ocupar esses espaços de poder era muito grande e a compreensão disso, a assimilação, foi lenta e gradual, sempre de acordo com as culturas regionais. A instituição não nos repelia, mas também não debatia as especificidades da nossa presença.”.

A instituição optou por não distinguir, o que, para os padrões da época, já era uma forma de reagir ao preconceito sistêmico. Nenhuma das entrevistadas relata situações de compressão emanadas da Alta Administração, como as mencionadas por algumas promotoras e juízas no Estado vizinho, o Rio Grande do Sul. Vera De Boni, magistrada com atuação destacada e nacionalmente reconhecida na área da Infância e Juventude, conta, por exemplo:

Incomodei-me seriamente com o Tribunal de Justiça, fui sindicada pela Corregedoria-Geral, a pedido de um colega Juiz, porque eu vivia com uma pessoa sem estar casada. [...] Teve um Juiz-Corregedor que ficou andando em Tupanciretã durante uma semana, ouvindo diversas pessoas representativas da comunidade, o padre, o prefeito, o presidente da OAB, diversos advogados, para saber como é que a comunidade via aquela relação não formalizada de casamento [...]²³.

Já Sandra Goldman Ruwel, que ingressou no Ministério Público gaúcho em 1990 e fez trajetória de destaque na área Criminal, relata ter recebido sugestões da Corregedoria-Geral para que o seu noivo, mais tarde esposo, não a visitasse na comarca, pois a situação poderia despertar constrangimentos, já que ainda não eram casados. Em outro episódio, sua única testemunha em um júri era uma moça que trabalhava numa boate chamada *Big River*, motivo pelo qual o advogado de defesa questionou sua credibilidade, insinuando se tratar de uma prostituta: “Pedi um aparte e, como estratégia de acusação, afirmei que também frequentava o *Big River* e isso não seria motivo para ser considerada uma prostituta ou não ter credibilidade moral. Os jurados riram. Lembro-me que o réu foi condenado.”. Mas Sandra respondeu a uma sindicância, com o deslocamento de promotores-corregedores para a comarca: “Foi uma situação extremamente constrangedora. [...] Pergunto-me se teria sido investigada daquela forma se fosse homem.”. (SANSEVERINO et al., 2004: 34).

Por seu turno, para a Procuradora de Justiça Marly Malmann, do Ministério Público do Rio Grande do Sul, era possível perceber uma fiscalização mais firme da Corregedoria sobre as mulheres: “nós fomos muito examinadas”. Numa oportunidade, o Corregedor-Geral se opôs a que aceitasse a promoção para a Comarca de Guaíba, por ser considerada então muito violenta para uma mulher. (SANSEVERINO et al., 2004).

A política de tratamento equânime por parte da Alta Administração, sem distinção de gênero, evitou que coações como as relatadas acima se verificassem, mas também pode ter impedido que especificidades fossem percebidas. São comuns, entre promotores, relatos de ameaças sofridas a sua pessoa. Até o início dos anos 2000, enquanto o crime organizado ainda não havia escancarado a sua face mais medonha no Brasil, os próprios destinatários dessas intimidações faziam delas com frequência pouco caso, tocando a vida e o exercício profissional sem maiores sobressaltos. Dificilmente as bravatas se confirmavam. Mas chama a atenção, em alguns dos relatos reunidos neste livro, não apenas a sua concretização, como a violência dos ataques.

²³ Depoimento de Vera Lúcia Deboni ao Memorial do Judiciário, 11.12.2003. (AXT et al., 2004).

Sonia Piardi, viúva e morando só com um filho pequeno, viu sua residência por várias vezes arrombada, tendo objetos pessoais vandalizados e surrupiados, durante investigações e denúncias que conduzia contra autoridades policiais e políticas envolvidas em falcatruas em Sombrio, comarca onde já havia enfrentado esquemas de corrupção e para onde, não obstante os poderes locais claramente a rejeitarem, precisou voltar em função da evolução da carreira. Lenir Piffer também faz um relato parecido: “Morei muito mal em Indaial, numa casa de madeira, nada segura, sendo inclusive vítima de furto. Quando nasceu meu segundo filho, saí um tempo em licença. Quando retornei, encontrei a casa toda revirada.”.

Já com Walkyria Danielski, a intimidação, que teria partido de sua decisão de enfrentar alguns júris complexos, assumiu contornos bem mais agudos: sua residência em São Miguel d’Oeste foi invadida e uma das babás que a ajudava com as três crianças foi assassinada. O atentado aconteceu num momento em que Walkyria não estava em casa com os filhos. Para lidar com o trauma, Walkyria recebeu 15 dias de licença, os quais conseguiu emendar com um período de férias, mas depois de um mês precisou retornar à comarca, para completar o interstício. Por um ano, a família viveu separada, com as crianças morando com os avós, em Porto Alegre e em Florianópolis, pois a ameaça era real e os responsáveis pelo crime não foram identificados.

Os casos se destacam dos outros relatos que colhi ao longo dos anos, sobre ameaças a promotores, pelo grau de violência que atingiram. Além disso, os atentados tinham por endereço certo os filhos, como se os criminosos pretendessem se vingar da promotora destemida na sua condição de mãe. A maneira como reagiram a essas situações traumáticas também chama a atenção, não apenas pela coragem, mas ainda pela disposição de seguir adiante, com uma vida o mais próximo possível do normal, não permitindo que a paranoia em torno da insegurança contaminasse suas rotinas. Walkyria, a propósito, continuou sofrendo intimidações por outras comarcas pelas quais passou e nem assim passou a evitar as Varas Criminais, com as quais mais se identificava: em Laguna, lançaram foguetes e fogos de artifício sobre sua casa e em Florianópolis, um *blogueiro* descompensado, em represália, concitou pela internet a população a agredir sua filha universitária.

Apenas Maria Auxiliadora Alves faz referência a sindicâncias sofridas no exercício da Promotoria que teriam sido, em seu entendimento, desnecessárias. Ela estava com um grave problema de saúde, tendo desenvolvido estresse, depressão e, mais tarde, transtorno bipolar. Seus pedidos de licença-saúde acabaram motivando uma sindicância, quando ela preferia ter merecido algum tipo de apoio da instituição: “o Ministério Público esperava tanto que fôssemos super-homens e

mulheres-maravilha a serviço da Justiça, que a simples ideia de um promotor doente era de difícil compreensão". Depois de aposentada, por três meses esteve internada numa clínica de reabilitação, em Florianópolis, não tendo também recebido apoio dos entes institucionais. O caso poderia ser isolado, mas há outros testemunhos que sinalizam uma falta de metodologia clara do Ministério Público para tratar de seus doentes. No mesmo tom, Márcia Arend diz:

"Prestamos o concurso e somos jogados aos leões e depois ninguém mais quer saber como estamos. Se ficarmos doentes, o que é comum, a instituição não sabe o que fazer. A doença, do corpo e da alma, parece ser estigmatizada entre nós. Penso, por exemplo, na colega Leda Maria Hermann, uma pessoa genial, mas que desenvolveu uma patologia que altera estados de depressão profunda com euforias, justamente porque cada um reage de um jeito diferente a esse conjunto de pressões e de desafios que nos assoberba."

A falta de acompanhamento ou de uma política específica também é apontada por muitos depoentes, homens e mulheres, como um problema no momento da aposentadoria. Segundo Sonia Piardi, a propósito: "A aposentadoria é um baque para quem possui tal grau de envolvimento com a profissão, com os direitos indisponíveis e as causas coletivas. Ademais, a instituição não está ajudando o procurador ou promotor de Justiça a se preparar para esse momento e pouco valorizava os anos de dedicação. Até bem pouco tempo atrás, o camarada se aposentava e não recebia sequer um 'obrigado!'" . Sonia e Márcia acreditam que esse contexto começou a mudar nos últimos anos, mas ainda haveria um importante caminho a ser trilhado.

Há também quem tenha percebido a instituição como compreensiva e apoiativa, como Márcia Arend, que conseguiu reunir a família em Florianópolis, depois de dois anos e meio no interior, graças à sensibilidade do procurador-geral, que lhe propôs uma remoção por ofício para uma vaga de Substituto para a qual ninguém havia se inscrito.

Se a relação com a instituição – não obstante a ausência após a posse de discriminação explícita – continuou um desafio descortinado no porvir, vez que as especificidades de gênero nunca realmente chegaram a ser debatidas, a afirmação da autoridade feminina junto às comunidades nas quais atuaram as primeiras promotoras converteu-se em um capítulo à parte. O que vestir? Quais espaços frequentar? Como se relacionar com as pessoas? Qual a melhor conduta a assumir?

Antes, é claro, era preciso chegar lá – nas comarcas, cujas sedes eram em muitos casos cidades pequenas, distantes da capital ou dos grandes centros. Também era necessário organizar a hospedagem e instalar-se na Promotoria. Tarefas hoje em dia consideradas relativamente simples, mas que há 30 ou 40 anos podiam assumir

dimensões épicas. Os membros do Ministério Público catarinense entrevistados são unânimes em registrar a precariedade das instalações na maior parte do interior, bem como as tremendas dificuldades de comunicação, até os anos 1980. (AXT, 2011; 2013). Mas no caso das mulheres, esses relatos ganham contornos de mais contraste. Algumas, jamais haviam saído do conforto das áreas mais urbanizadas e da proteção do ambiente familiar, tendo inclusive recebido uma educação de colégio de freiras, que certamente não as preparava para expedições solitárias ao interior do país. De forma que o primeiro trajeto assume feições de um rito de passagem, entre o mundo privado, familiar, e, do outro lado, o espaço público.

Rosa Garcia estabeleceu uma espécie de paradigma ao se tornar a primeira a chegar ao oeste do Estado, uma região então identificada pela sua infraestrutura inconsistente e pelos índices mais altos de violência (para os padrões da época), em função dos crimes de pistolagem e, especialmente, dos chamados crimes em defesa da honra (AXT, 2011; 2013): “Solteira, pedi a minha mãe para me acompanhar. Foi grande a curiosidade daquelas pessoas.”.

Como algumas das advogadas nos Estados Unidos do século XIX e princípios do século XX, os pais, e especialmente as mães, acompanhavam as filhas em caso de transferência de cidade. Kátia Dal Pizzol, que assumiu sua primeira comarca (Joaçaba) aos 25 anos, solteira e sem saber dirigir, pediu aos pais que a escoltassem. Regina Kurshus jamais prescindiu da companhia da mãe, que, aliás, a seguiu em todos os júris que fez. Heloísa Abdalla relata uma epopeia para chegar ao Planalto Norte:

“Era um *Chevette Hatch* [...]. Em dia de chuva, pingava água no meu pé esquerdo, quando dirigia; [...] Aí, juntei minhas coisas. Não coube tudo no carrinho [...]. Eu tinha comprado uma televisão também, porque nos hotéis não tinha. [...] Errei o caminho, me perdi. Quando cheguei, saía fumaça do capô por todos os lados, porque tinha vazado a água do radiador. Foi uma novela! (risos). [...] cheguei [...] muito mais tarde do que eu havia imaginado. Já estavam me ligando do Fórum, para que eu fosse correndo para lá, porque tinha uma audiência. O juiz estava esperando eu chegar para instalá-la. Nem tirei nada do carro e fui para o Fórum.”.

A transferência para uma cidade do interior tendia a representar um choque cultural. Para Eliana Volcato:

“A primeira comarca em que atuei sozinha foi a de Bom Retiro. [...] Foi um choque, porque da janela do quarto de hotel eu via as vacas pastando. Eu tinha 23 anos, era uma menina, morava no centro da cidade de Porto Alegre e, de repente, me vi colocada num lugar sem opções culturais e completamente isolada da família.”.

A hospedagem, geralmente disponível apenas em hotéis muito simples, também podia se converter em um enredo à parte, como no divertido e vivaz depoimento de Regina Kurshus:

“Eu era uma guria. Estava saindo de casa pela primeira vez. Eu ficara apenas um tempo curto em São Paulo sem minha mãe, albergada no colégio das freiras. Eu fora criada nesse ambiente. A maioria de minhas colegas preparou-se para casar, administrar o lar. Tínhamos um olhar romântico da vida. Creio ter sido das poucas que cursou uma faculdade. De repente, eu passara em um concurso e estava assumindo uma comarca, como promotora! [...] não podia me instalar em qualquer lugar: tinha minha honra como profissional e minha honra como mulher para resguardar! O recepcionista retrucou: ‘Olha, vou contar para a senhora: o hotel já foi assaltado e incendiado três vezes...’. Fiquei em choque! [...] telefonei para o Procurador-Geral, o Dr. João Carlos Kurtz, aos prantos, claro: ‘Doutor, o hotel foi assaltado e incendiado, como é que eu vou me hospedar lá?!’. ‘REGINA! Tu não és Promotora?!’. ‘Eu sou sim, mas eu não sou a *She Ra*!!!’ (risos). Levei uma tremenda bronca! Mal prestei atenção, pois eu realmente estava angustiada! A choradeira era sem fim... Um fiasco! [...] Me toquei para lá [outro hotel, em uma cidade vizinha]. Já caía a noite quando cheguei. Porém, não havia vagas. ‘Mas onde que eu vou ficar?!’, perguntei mais do que aflita para o rapaz da recepção, que me sugeriu, então: ‘A senhora pode se hospedar no Batalhão da Polícia Militar...’. Bom, tomei outro choque! Como é que uma mulher se hospedaria no batalhão da Polícia, com todos os soldados????!! Outra choradeira... (risos).”.

Dada a enorme dificuldade de se conseguirem moradias para aluguel no interior, era comum os promotores se hospedarem na sede dos batalhões da Polícia Militar, ou em hotéis muito simples, para “viajantes”, como se costumava dizer naqueles tempos, espaços em que uma mulher não se sentiria nada à vontade.

Para Gladys Afonso, essa combinação de precariedade infraestrutural, violência endêmica e cultura machista fazia de algumas cidades, em especial no Oeste, um ambiente mais hostil à presença feminina. Mais uma vez, a palavra “choque” se apresenta para caracterizar a experiência²⁴:

“Nunca tinha saído dessa região de Blumenau, Joinville... Quando cheguei ao oeste de Santa Catarina, especialmente Campo Erê, tive um choque. Era uma cidade de latifundiários, de grandes propriedades. A riqueza nas mãos de meia dúzia e o restante muito pobre. Quarenta e seis por cento da população era analfabeta. [...] Nem lugar para resi-

²⁴ A noção de “choque” não é apontada por Eliane Junqueira (1998) no seu estudo sobre as magistradas no Rio de Janeiro, mas cabe notar que desconhecemos a identidade de suas depoentes e as suas opções metodológicas para a realização das entrevistas. Eliana, ao contrário, identificou nas suas depoentes um sentimento de enlevo com o prestígio inerente ao cargo: “Magistratura é uma coisa lindíssima, bonita, você tem compensações. Quando você vai ser magistrada no interior, você tem três autoridades. Você tem padre, delegado e juiz. São as três autoridades”, teria lhe dito, por exemplo, uma juíza.

dir tinha. Eu morei seis meses em um hotel precário, até porque em função do isolamento era impossível residir numa comarca próxima. Na época, nem se admitia que o promotor morasse fora da comarca. Depois de seis meses, consegui alugar um apartamento, razoável, até, considerando as condições locais. A cidade tinha uma rua central e quatro ou cinco paralelas. Era tudo. As pessoas viviam mais nas fazendas. A incidência de alcoolismo era altíssima: às oito horas da manhã o bar já estava lotado de gente bebendo. A cidade era extremamente violenta. A região também era foco de ação do movimento dos sem-terra. [...] A par de todas estas tensões, nunca uma mulher trabalhara lá na Promotoria, tampouco aparecera alguém tão jovem para a função. No início, a população masculina recusava-se a falar comigo: não queriam ser atendidos por uma mulher. Mas com o tempo se acostumaram à ideia. Os jús ajudaram a posicionar o Ministério Público na comarca, que estava muito tempo sem promotor. Logo que cheguei fiz algumas denúncias contra o delegado, até que chegou a um ponto em que a cidade já não me encarava mais só como uma jovem promotora, mulher, que chegou ali sem saber o que fazer.”.

Para Vera Copetti, a precariedade da infraestrutura também podia representar ameaça à saúde dos filhos e das parturientes, dificuldades que podiam ser compensadas com o calor humano dos moradores da região:

“A rodovia BR-282 não estava asfaltada, o traçado era sinuoso, difícil e estreito. A comarca era praticamente isolada do mundo. Em tempos de chuva, ficava praticamente impossível sair ou chegar à cidade. Conseguir um telefone e até mesmo captar o sinal da televisão era difícil. As moradias eram muito precárias. Morávamos em uma casa que pertencia a nossa Associação, mas estava malconservada. O Fórum era um puxado de madeira em cima da Prefeitura. A sala era pequena e muito fria no inverno. Mas o povo é muito amistoso. Passei por dificuldades pessoais e recebi muita ajuda e solidariedade. [...] Meu terceiro filho nasceu em Bom Retiro, no hospital local. Deu tudo certo porque as pessoas foram solidárias e ajudaram quando precisei. Fiz amigos queridos lá. O calor humano, afinal, compensou o frio e as deficiências estruturais.”.

As instalações, portanto, não eram muito melhores no ambiente de trabalho. A descrição de Heliete Leal para o Fórum de Tijucas serve de bom parâmetro para as condições que muitas pioneiras encontraram:

“Funcionávamos em um prédio de uma antiga escola. Não tinha nem mesmo uma pia para lavar as mãos. Os processos eram empoeirados, imundos [...]. O pé-direito era tão alto que pendia do teto uma lâmpada que projetava claridade insuficiente para iluminar os processos. Quando começava a escurecer, por volta das 5 horas da tarde, já não era mais possível ler. O sanitário ficava nos fundos, numa casinha em anexo, fechada a chave. Em dia de temporais e chuvas, era preciso recorrer ao guarda-chuva para usar o banheiro. O mobiliário era todo da magistratura. A máquina de escrever era do promotor. O Ministério Público não tinha nada. Todo dia eu carregava e levava a maquininha elétrica, porque não podia deixar no Fórum, se não ela podia

desaparecer. [...] Nós não tínhamos assessores, assistentes, tampouco estagiários. Batíamos na máquina manual todas as denúncias, todos os processos. O promotor era um ser isolado, sozinho em um local insalubre, onde as baratas corriam à solta. [...] Não havia habitação disponível para o promotor em Tijucas. Aliás, não tinha nem mesmo um restaurante. Eu fazia minhas refeições no Tiradentes, o clube de futebol. Era permitido que eu almoçasse lá, junto com os jogadores. Conhecia todos.”.

Ou, ainda, em São João Batista:

“Bem, mas naquela noite eu ficara até as dez horas, trabalhando sobre os processos, consultando o arquivo. Eu trabalhava no andar de cima de um prédio de dois pisos. Saí de meu gabinete, apaguei as luzes e quando fui descer a escada, com a iluminação já meio tênue, fiquei com a impressão de que o corrimão estava se mexendo... Foi uma impressão ruim, então voltei e acendi as luzes. Milhares de baratas estavam descendo e outro tanto subindo pelo corrimão! Vinham da cozinha, que ficava logo abaixo da escada. Diante daquela aberração, eu comecei a gritar: acho que surtei. Eu gritei tanto, tanto, que o vigia lá de fora pensou ‘estão matando a promotora!’. Ele subiu pelo cano que ficava junto à parede externa, quebrou o vidro e entrou pela janela para me salvar. Encontrou-me lá em cima, no patamar, gritando como uma louca. Perguntou: ‘O que foi, promotora? O que foi?!’. Eu não conseguia falar, só apontava, meio catatônica (risos). Olha, isso foi comentado durante um mês na cidade. No dia seguinte, eu chamei o juiz e disse: ‘ou o senhor manda dedetizar o Fórum ou eu não venho mais’. Falei que ia para a capital e que iria denunciar para o procurador-geral e para a imprensa aquele estado de coisas. Coitado do juiz, mas eu entrei em desespero total (risos).”.

A barata, aliás, personagem coadjuvante em algumas entrevistas reunidas neste livro, nos remete à dinâmica do contraste entre a coragem em enfrentar situações de perigo, que fariam muitos homens tremer, e a fragilidade tipicamente atribuída às mulheres. A mesma promotora que aqui se assume catsaridafóbica ao extremo e se diverte com a própria reação exagerada, enfrentara sozinha uma rebelião de detentos em um presídio de Curitiba durante sua gestão como secretária de Justiça de Santa Catarina e, no interior, dormia com um revólver engatilhado sob o travesseiro, para o caso de precisar se defender de algum invasor noturno que se insinuasse em represália às suas atuações firmes no Tribunal do Júri.

A contraface do estranhamento das mulheres para com o ambiente que encontravam era a curiosidade que suscitavam quando chegavam a uma localidade que se defrontava com uma promotora pela primeira vez. Rosemary da Silva conta que, justamente por isso, costumava conceder muitas entrevistas à imprensa, cujo interesse amplificava-se quando a atuação se referia à área Criminal, exatamente como acontecera com as advogadas vitorianas nos Estados Unidos, ou com as primeiras promotoras dos anos 1930. A esse propósito, o jornal *Do Vale*, em 2 de

julho de 1982, comentou a estreia de Leocádia da Costa, falecida prematuramente, no júri na cidade de São João Batista:

Promotora Leocádia surpreendeu no julgamento.

A grande e grata surpresa do bom público que compareceu na Sociedade Recreativa 19 de Julho, em São João Batista, no último dia 30 de junho para acompanhar o julgamento do réu João Peixer, foi a representante do Ministério Público, Doutora Leocádia Marília Schiocchet, que desenvolveu seu libelo acusatório com muita propriedade, objetividade, inteligência e rara felicidade, argumentando com a desusada proficiência, de quem realmente conhece as complicadas lides jurídicas. Sua oração, pontilhada de gráficos e provas convincentes, embora serena, sem os arroubos de quem procura convencer pelos gritos e pela retórica, a Promotora foi acompanhada pelos senhores jurados e pela plateia presente; debaixo de um silêncio sepulcral, tornando-se assim na figura central do julgamento. Tendo sido esta a primeira vez que o público batistense assistia, funcionando num Tribunal do Júri, para defender a sociedade na acusação de um réu, uma representante do sexo feminino, a Doutora Leocádia, após o encerramento dos trabalhos foi muito comentada pelos populares, cada qual tecendo comentários, os mais elogiosos ao seu trabalho e a sua atuação.

São recorrentes os relatos de situações em que a presença de uma autoridade judicial feminina provocou desestabilização, e com o tempo até subversão dos padrões de relações interpessoais então vigentes. Algumas dessas passagens são relembradas hoje com descontração, até porque muitas delas foram enfrentadas com o humor, sem acirramento de conflitos. O exemplo característico é o das pessoas que demandam à Promotoria e encontrando uma moça no gabinete julgam se tratar da secretária. Como registra Havah Mainhardt:

“Em Cunha Porã, quando pediam para falar com o promotor e viam que era mulher, às vezes chegavam perto da porta do gabinete, me viam, pois eu costumo trabalhar com a porta aberta, e então eu escutava dizerem: ‘É uma promotora? Não tem um promotor? Em Maravilha (comarca vizinha) tem um promotor de Justiça! Eu posso ir para Maravilha?’. Eu estava preparada e já havia orientado o pessoal do cartório para responderem que, dependendo da situação, não poderia ser em outra comarca e eles então convenciam o cidadão a conversar comigo. Mas muitas vezes as pessoas ainda perguntavam: ‘Escuta aqui, mas a senhora é promotora de Justiça mesmo? Há quanto tempo?’. Desconfiavam, apesar de eu ‘caprichar no figurino de promotora’, não por vaidade, mas para aparentar ser mais madura. Eu costumava usar vestidos bem sóbrios ou terninhos. Na época, muito mais que hoje em dia. Não que o figurino fosse importar, mas as pessoas iam ver que a promotora estava sempre com vestimentas apropriadas. Eu sentia isso como uma necessidade. Não minha, nem sei bem o porquê, mas eu me preocupava em parecer mais madura. No início da carreira, no interior, eu sentia que, à primeira vista, havia certa decepção de parte das pessoas. Por certo elas esperavam conversar com o promotor de Justiça e a ideia que faziam era de ‘um homem maduro e experiente’.”.

Da mesma forma, para Kátia Dal Pizzol:

“O pessoal às vezes batia à porta do gabinete e pedia para falar com o promotor. Achavam que éramos as secretárias. Eu e a Regina éramos bem abusadas (risos) e costumávamos pregar uma peça num promotor substituto que apareceu por lá: quando as pessoas pediam para falar com o promotor, as encaminhávamos para ele: ‘É lá, naquele gabinete.’. No fim do dia ele se exclamava: ‘Puxa vida, atendi tanta gente hoje!’ (risos). ‘Pois é, as pessoas queriam falar com o promotor, então a gente enviava a você.’ (risos). Mas, afinal, levávamos aquilo na esportiva, na brincadeira. Nunca nenhuma de nós se ofendeu com esta fixação das pessoas em encontrar um promotor homem e não mulher. Havia toda uma mentalidade a ser modificada e isso se daria com o tempo, por acomodação.”.

As pessoas tinham uma imagem de como deveria ser um promotor e esta percepção certamente não contemplava a figura esguia de uma jovem mulher, como lembra Vera Copetti:

“Nos lugares por onde passei nunca tinham visto uma promotora antes. E eu sou do tipo ‘*mignon*’, meu tom de voz é baixo e, depois de algum tempo na comarca, as pessoas diziam: ‘Dra., a gente levou um susto, porque esperávamos uma senhora grandona, gorda e forte’. No imaginário deles, a promotora era uma espécie de ‘leão de chácara’.”.

Para ela, de fato,

“essas atitudes nunca representaram um sério obstáculo. A condição feminina jamais foi uma barreira para exercer as atividades funcionais. Esses episódios acabaram sendo levados para o lado folclórico. Depois de percebido o erro as pessoas se recompunham e pediam desculpas. Também atuei por muito tempo no Júri e não tive dificuldades por ser mulher.”.

No mundo jurídico, havia um código de condutas e de vestimentas que trazia a imagem adequada que se esperava de um juiz ou um promotor. Desembargador aposentado, especialista em Direito Ambiental, o pelotense Eládio Luiz da Silva Lecey registra, a esse respeito:

Fui o primeiro Juiz que usou cabelos longos. Cheguei a presidir sessão no Tribunal de Alçada usando “rabo de cavalo”. [...] A sociedade vê o Juiz com uma postura mais convencional, com roupas mais escuras e eu me vestia realmente de forma diferente. [...] Sempre gostei de usar roupas mais desestruturadas [...]. Depois soube que sofri discriminação dentro da própria classe, [...] alguém não me colocou no primeiro curso de formação de Juizes [...] porque eu não tinha o perfil do Juiz, pelos cabelos e pelas roupas²⁵.

²⁵ Depoimento de Eládio Luiz da Silva Lecey ao Projeto *Memória Ajuris*, 13.06.2005. (AXT, 2006).

Já o Desembargador José Aquino Flores de Camargo, que presidiu a Associação dos Juízes do Rio Grande do Sul e o Tribunal de Justiça do mesmo Estado, recorda, a propósito do exame psicotécnico que realizou para o ingresso na magistratura:

Lembro-me até hoje do psicotécnico que realizei no Tribunal, com a psicóloga. Naquela época, havia protótipos de Juízes e de advogados, e sempre fui muito expansivo, comunicativo. Estávamos na sala de espera aguardando a entrevista com a psicóloga, todos em silêncio, quando não me contive e comecei a puxar assunto com os outros. Aquilo tudo estava sendo observado, e, quando entrei na sala da psicóloga, ela me fez uma série de perguntas sugerindo se eu não estava escolhendo a profissão errada. Como eu era muito expansivo, argumentativo, ela indagou-me se eu não preferia ser advogado ao invés de juiz²⁶.

Se havia esse contexto para os homens, é claro que as mulheres precisaram se questionar sobre como se vestir na condição de promotoras e sobre qual imagem desejavam transmitir. Sim, as jovens promotoras entendiam que havia um código de vestimenta a ser seguido, que estabelecia *tailleurs* sóbrios, saias, sapatos de saltos altos e bolsas. Jamais calças compridas ou tênis, porque essas indumentárias não afirmariam a sua feminilidade e estabeleciam uma aura de informalidade que também não se ajustaria à dignidade requerida pela posição. Então, era preciso ser formal, elegante (mas sem exageros), sóbria e feminina. Muito jovens, elas estavam preocupadas em exalarem credibilidade e em parecerem mais velhas:

“Fui desfazer a minha mala e saiu uma barata enorme de dentro! Obviamente, eu dei um berro e liguei para a portaria. [...] Chegou lá um rapazinho, bem novinho, bem do interior, todo sem-graça [...]. Ele deu um jeito lá, achou a barata, matou-a. Eu estava com as malas todas abertas, aqueles *tailleurzinhos* – como a gente era muito nova, tinha que usar *tailleur* para dar uma ‘cara de autoridade’, não usava calça comprida de jeito nenhum! Precisávamos ter a figura que correspondesse ao cargo ocupado. E tinha muito sapato, muita bolsa... O rapaz viu aquilo tudo aberto, não disse nada, e foi embora. Passaram-se alguns meses – acabei ficando dois anos em Canoinhas, morando nesse hotel – e um dia uma funcionária me disse: ‘Doutora, a senhora lembra aquela noite que a senhora chegou ao hotel e tinha uma barata?’. ‘Claro, como é que eu vou esquecer isso?’. ‘Então, o Fulano chegou lá embaixo de volta na cozinha e disse assim: ‘Nossa, quem é essa moça que chegou? Ela deve ser vendedora de roupas, porque tem tanta roupa, tanta bolsa, tanto sapato na mala dela!’ (risos). Ele ficou impressionado! Não queria acreditar que eu era a nova promotora.”.

Para Maria Auxiliadora Alves, “vestir-se de promotora” era assumir uma *persona* (conceito aqui empregado na acepção imprimida por Camille Paglia), pela qual sua espontaneidade característica precisaria ser filtrada:

²⁶ Depoimento de José Aquino Flores de Camargo ao Memorial do Judiciário, 14.05.2004. (AXT et al., 2004).

“Boa parte do meu temperamento vem, creio, da família do meu pai. [...] Tinha origem cigana. [...] Esse meu lado cigano, mais espontâneo e falador, foi deixado de lado durante minha carreira profissional, somente aflorando na minha infância e, depois, quando me aposentei. [...] No ambiente profissional, sempre adotei uma postura mais séria, deixando as brincadeiras para os momentos de lazer, com os amigos. Quando vestia o *tailleur* e colocava meus sapatos – nunca de salto alto, pois tenho os pés chatos – evitava troças e brincadeiras. Acredito que o promotor de Justiça não deve trabalhar com uma roupa desorganizada, pois está no exercício de uma função pública, representando a sociedade e a cidadania. Esse cargo é de muita responsabilidade e o indivíduo deve se portar à altura de suas atribuições.”.

Não é diferente a perspectiva de Regina Kurshus: “Então, lá fui eu. Me livrei das roupas de menina, dos trajes mais esportivos que usava e me fantasiei de mulher!”.

A tensão entre a condição de gênero e a aura acrisolada do cargo, bem como o bascular entre a vida privada e a projeção na arena pública, onde a “fantasia” de mulher promotora precisava ser trajada, são condensados com fecúndia em hilariantes passagens havidas no Tribunal do Júri, narradas por Regina Kurshus. Na sua estreia no Júri, numa calorenta tarde em uma pequena comarca do interior, sua beca ficou enganchada num momento em que ela se deslocava com espontânea rapidez para reagir a uma provocação dos advogados, o que terminou por deixá-la de dedo em riste, em frente a todos, apenas trajando roupas de baixo, desconcertando-a, naturalmente. Anos mais tarde, já mais calejada, Regina interpelou um advogado que se queixou porque aparecera uma parte de sua coxa quando, em meio a uma arguição, andando de um lado para o outro no salão, perdera atabalhoadamente os sapatos ao tentar se livrar do fio do microfone que se enroscara nas suas pernas: “Doutor! Qual é o seu problema com coxa de mulher?! Porque é assim: mulher tem perna! O senhor também tem coxa, só que a sua não é muito apreciável!”. Noutra oportunidade, ruborizou um juiz que se levantava com frequência do palanque para rumar ao toalete, durante cuja ausência os advogados aproveitavam para apatifar: “Olha, se fores de novo para o banheiro, sou baixinha, tu vais passar e vais ficar sem teus instrumentos, porque eles vão ficar aqui na minha mão!”. Encabulado, o juiz reclamou aos colegas da Promotora, os quais acabaram lhe recomendando tentar acalmar os advogados, pois a ela ninguém conteria.

Para quem debutara no tribunal sendo literalmente exposta, Regina, que se tornou uma lenda no júri popular em Florianópolis, pontificou com desenvoltura no processo de afirmação da identidade feminina em ambiente formal, uma arena pública hegemonzada pelo perfil masculino. De forma intuitiva, aplicava uma receita da dramaturgia moderna, cerzida pelo grande Samuel Beckett no seu teatro

de enfrentamento: como que ao receber uma mão com cartas dispostas em leque numa ordem que a desconcertaria, ela as toma, as reembalalha e as devolve, numa inversão das regras no seio da mesma linguagem. A tentativa de lhe fragilizar, assim, pelo mesmo diapasão, mas na frequência invertida, converte-se em acanhamento do outro, por meio de um mecanismo que escancara a lógica hierárquica subjacente ao discurso. E quem disse que o Tribunal do Júri não é um grande teatro?

A forma como Heloísa Abdalla e Rosa Garcia lidaram com o porte de armas, escolhendo um modelo de revólver, uma ferramenta característica do mundo masculino, que coubesse na bolsa, adereço tipicamente feminino, é também simbólica dessa capacidade de se afirmar com feminilidade num espaço público no qual os códigos de conduta eram regidos pelos homens (o feminino engolindo o símbolo de poder masculino):

“Um belo dia a Rosa me falou: ‘Heloísa, estou pensando em comprar uma arma; você quer uma, também? A cidade é violenta, a gente vive na estrada, sozinha...’. Fiquei na dúvida, mas acabei achando uma boa ideia. Dentre os diversos tipos, escolhemos a mais apropriada para nós, um modelo que coubesse na bolsa (risos): um revólver Taurus, cano curto, de cinco tiros. [...] Aí andávamos com a arma e o porte registrado, tudo na bolsa. Só que não sabíamos atirar. Falei para a Rosa: ‘Eu acho que seria interessante a gente aprender a atirar’. Naquele tempo, ninguém ensinava os promotores a atirar. Hoje existem aulas práticas de defesa nos cursos preparatórios. [...] O comandante [do Batalhão da Polícia Militar] prontamente nos atendeu e designou o instrutor de tiro, o Tenente Knopp, para nos dar aula. No Salão Nobre do quartel ele ministrou a parte teórica, com apostilas, ensinando o funcionamento da arma. Para as aulas práticas, foi engraçado, porque como não havia estande de tiro no quartel, os policiais treinavam no meio do mato, bem longe da cidade, armando os alvos junto a um barranco. Vestimos calças compridas, porque não sabíamos o que encontraríamos. [...] Fomos em uma perua, ou um jipe, não lembro mais ao certo. Nós e mais uns seis ou sete policiais: o tenente e os soldados para ajudar a armar o alvo. No começo, a gente errava: o alvo nem furava. O tenente, muito educado, dizia: ‘quem sabe a senhora levantou um pouquinho a mão na hora de atirar?’. Imagina, éramos péssimas (risos)! Nem na parte grande do alvo a gente conseguia acertar! Isso que era uma distância de no máximo 15 metros. Mas melhoramos um pouco.”.

Rosa “esqueceu”, por recomendação de um advogado antigo da comarca, a arma no porta-luvas quando deixou o carro na lavagem (expediente, por suposto, impensável nos tempos bem menos *naïves* de hoje). O objetivo foi alcançado: todos na comarca saberiam a partir dali que as promotoras andavam armadas e eram perigosas: “a bandidagem nos respeitava”, conclui Heloísa.

A relação entre moda, gênero e o exercício de uma função com enorme prestígio social também é tratada por Heliete Leal:

“Eu acho que a moda é essencial. A mulher não pode viver desalinhada, desajeitada e fora da sua época. Mulher que não se cuida passa a imagem de relaxada. Quem não gosta de si mesma, não gosta dos outros. Eu tive quatro filhos e criei mais três: sete, no total. Nunca trabalhei desarrumada, despenteada, sem maquiagem. Eu sou um produto dos anos sessenta, quando uma mulher jamais saía de casa sem os olhos pintados. [...] Nunca me senti uma mulher bonita. Portanto, andar bem-vestida e de sapatos de salto alto é uma forma de melhorar o que a natureza me deu. Agora, também acho que as mulheres precisam se arrumar de acordo com a sua idade. Ninguém precisa se vestir de velhinha porque tem 60 anos ou mais. Mas, minissaia, calças justíssimas e estampadas, decotes exuberantes, não ficam bem. [...] Defendo a teoria de que a mulher deve ser discreta, na moda, sem exageros e sobretudo, deve se cuidar. Acho que a cirurgia plástica, quando necessária, deve ser feita, se trouxer satisfação pessoal. [...] Mas não vejo problema algum, também, em uma mulher continuar sendo naturalmente elegante e agradável, de bem com a sua idade. Trata-se de uma escolha muito pessoal. Apesar de querer ter um rosto conservado, eu não tenho problemas com a minha idade.”.

Diferentemente do que Eliane Junqueira (1998) percebeu nos anos 1990 para as juízas no Estado do Rio de Janeiro, portanto, a noção de “fantasiar-se de promotora” não parece estar importando numa negação do próprio gênero, expressa numa maneira austera de vestir-se, mas, ao contrário, numa afirmação pessoal em espaço público que realça traços de feminilidade, mesmo que esse processo implique uma perda de espontaneidade de menina, como algumas falas sugerem. Nesse sentido, as promotoras estariam engajadas na construção de uma *persona* (PAGLIA, 1990) e sua estratégia de empoderamento seria coerente com o entendimento que Gilles Lipovetsky esgrime em relação à moda, isto é, que ela pode funcionar como um poderoso instrumento de afirmação indetentária, inclusive, e talvez, especialmente, para grupos não hegemônicos socialmente.

Para o jogo das relações sociais nas cidades do interior, nas quais se inscreviam os indivíduos, também era preciso adotar uma nova metodologia de interação. Situações inusitadas podiam estalar em eventos ou clubes, nos quais, justamente, os lugares sociais estavam predefinidos e as expectativas entre gênero, estado civil e respeitabilidade do posto colidiam entre si. Como sublinha Hercília Lemke:

“Recordo um caso no *Rotary Club* de Gaspar, em um 7 de Setembro. Era praxe organizarem uma mesa com autoridades, o juiz, o promotor... Eu fui com meu marido. Como o jantar não começava nunca, já num atraso fenomenal, perguntei o que estava acontecendo. Não sabiam em que lugar acomodar meu marido e estavam constrangidos em me indagar. Ele era um advogado conhecido, pois já advogava havia muitos anos e Gaspar pertencia à Comarca de Blumenau até 1971. Fui logo dizendo: ‘Meu marido é um homem inteligente, sem nenhum problema de autoafirmação’. Desta forma, resolvido o impasse ele se sentou tranquilamente na mesa com a esposa do juiz, a escritã e outros.”.

Também, para Rosa Garcia:

“Todos queriam saber se eu era ou não casada... Um clube campestre era a menina dos olhos da cidade. O presidente, um médico, enviou-me, pela escritã, um formulário para que eu me associasse. Senti-me muito honrada. Como deixei em branco o campo destinado ao cônjuge, acabei sendo ignorada. Fiquei sabendo, pela própria escritã – que se não me engano chamava-se Janete –, que a diretoria não concebia a presença de uma mulher, na minha posição, solteira e desacompanhada nas dependências do clube. Assimilei o golpe. Não adiantava conflitar. Situações como esta se repetiram aos montes.”.

Para Heloísa Abdalla, o problema residia em espaços de sociabilidade constituídos para a frequência masculina, em face dos quais, inclusive, as próprias mulheres se sentiam incomodadas ao ver uma companheira capaz de ali circular com a mesma investidura masculina:

“Nas cidades pequenas, os espaços de convivência são concebidos para os homens. O churrasco é só para homem, jogo disso, jogo daquilo... Os homens, se quisessem, tinham programa todos os dias. Nós não: éramos mais recolhidas. A nossa vida no interior era do Fórum para casa, da casa para o Fórum, do Fórum para o hotel, e assim era. A gente não conseguia fazer muitas amizades. Não sabíamos até onde podíamos nos envolver com as pessoas da cidade, se haveria uma tentativa de se prevalecerem depois da amizade. A gente tem uma vida muito solitária. Nos convidavam para aquelas reuniões do *Rotary*, do *Lions*, etc. Nessas situações, eu gelava. Porque encontrava lá todos os homens da cidade – o juiz, o prefeito, o delegado – conversando em pé, eventualmente com um copo na mão, enquanto as mulheres ficavam sentadas em uma roda, uma ao lado da outra, paradas, olhando para um lado, para o outro, tomando Guaraná, ou então aquela *meia de seda*, um coquetel típico de mulher. Eu não as conhecia. Aí eu pensava: ‘o que eu vou fazer? Se vim para cá como autoridade, devo ficar do lado dos homens; mas, por outro lado, eu sou mulher!’. Era uma situação constrangedora! Então eu chegava, cumprimentava os homens e ia falar com as mulheres. Elas perguntavam: ‘a senhora não quer sentar aqui com a gente?’ Eu sentava e tentava interagir com elas, o que era sempre interessante. [...] De vez enquanto um juiz ou outro deixava escapar: ‘minha mulher tem um pouco de ciúmes de você’. À toa, porque eu era só colega de trabalho, como se fosse um colega homem. Na prática, nunca tive nenhum problema. Eu sempre soube, obviamente, me comportar muito bem. Eu não consumia álcool de jeito nenhum. Estava lá realmente pelo meu cargo. Não era a Heloísa que estava sendo convidada, era a promotora de Justiça. Éramos sempre convidadas para compor as mesas das solenidades. Depois de casada, era engraçado, porque abordavam o meu marido: ‘O senhor não vai ficar chateado?... mas nós vamos convidar a doutora para compor a mesa!’. Ele dizia: ‘Mas é claro, vocês têm mesmo que convidá-la para a mesa!’. Mas antes sempre pediam desculpas para o meu marido (risos).”.

Maria Auxiliadora Alves vivenciou situações parecidas:

“Em Capinzal, eu tinha uma amiga chamada Solange. Ela era enfermeira e seu marido, Pedro, era médico, portanto, possuíam um bom nível cultural. [...] Certa vez, houve um baile e a Solange me convidou para acompanhá-los. Inicialmente, disse que não gostaria de ir, porque se tratava de uma festa para casais. Depois que me divorciei, nunca mais quis morar novamente com um homem. Porém, afinal, fui à festa. O Pedro, muito gentil, me tirou para dançar, uma música que eu gostava e me lembrava dos tempos de juventude. Nos dias seguintes, a Solange foi bombardeada com insinuações, sendo reprendida por ter permitido que o marido dançasse com uma promotora de Justiça divorciada. As pessoas lhe perguntavam se ela não temia perder o marido.”.

A perspectiva das esposas dos colegas juízes ou promotores pode ser divisada nesse raro depoimento de um cônjuge:

As esposas de Magistrados, antigamente, não trabalhavam, eram do lar, só conheci a Dulce Uflaker, a Eli Freitag e eu, que éramos professoras. [...] Tínhamos um temperamento completamente diverso, eu mais extrovertida e ele mais contido, acho que também mudei um pouco e fiquei mais contida, mas fui muito submissa, ser esposa de Juiz não é fácil, eu estou falando de Juiz de antigamente, hoje não sei de nada, antigamente era sim. [...] Hoje sou a Eneida, mas naquela época eu era a esposa do Juiz, que não podia ter muitas amizades nas cidades, porque já comprometia o trabalho dele, então nós vivíamos muito um pelo outro e pelo meu filho, ele nasceu depois de três anos de casada. Vejam bem como foi a vida de interior, éramos só nós três, então acho que isso une muito²⁷.

Sonia Piardi, consciente do poder que as esposas enfeixavam, procurava justamente delas se aproximar: “Foi difícil, principalmente no relacionamento com as pessoas. Eu somente podia conviver com os magistrados. [...] Já sou, por natureza, um pouco reclusa. Foi uma época de muita solidão. A estratégia era me dar bem com as esposas dos juízes, mostrando que era inofensiva...”.

Mas havia redes de solidariedade feminina. Sonia Piardi registra a grande alegria que sentiu com a designação da colega Vera Copetti para Araranguá, região na qual atuava: “Ela foi a minha família. Como ela é uma profissional muito séria e competente, eu podia discutir com ela os casos mais complicados que me chegavam. Porque a solidão também é profissional: a gente precisa ter com quem conversar sobre o nosso trabalho, sobre nossos conceitos.”. Antes dela, Rosa Garcia havia se sentido acolhida por Hercília Lemke, assim como Heloísa Abdalla encontrou em Rosa um esteio. Heloísa, além disso, menciona a convivência com as escritãs e cartorárias (um setor do universo das profissões da área jurídica no qual as mulheres tendiam a ser maioria em Santa Catarina):

²⁷ Depoimento de Eneida Terezinha Barbosa ao Projeto *Memória Ajuris*, 22.12.2004. (AXT, 2006).

“Tendo eu feito boas amizades com as donas dos cartórios, do tabelionato, do registro de imóveis – todos pertenciam a mulheres, mais ou menos da idade da minha mãe (‘Ai, chegou uma moça nova... coitada, não tem família’.), elas me convidavam para tudo: jogo de baralho, lanche na casa de uma, na de outra, toda noite tinha um programa.”.

Nem todas, entretanto, tinham a mesma sorte, como registra Lenir Piffer:

“Lembro que a cartorária do Registro Civil de Pouso Redondo, que fazia parte da comarca, me convidou para um jantar, se mostrando muito amigável... Eu aceitei e fui com meu marido. Depois, fiquei sabendo, ela era amiga da família de um acusado em um processo de júri que estava comigo, em que o marido matara a mulher, um empresário de Pouso Redondo, sujeito influente. Percebi que o convite tinha esta intenção, de estabelecer uma proximidade em função do processo.”.

Havah Mainhardt conta, por sua vez, que o padre foi um importante aliado no seu esforço de integração com a comunidade:

“Em Cunha Porã [...] foi um pouco mais difícil ser aceita, pelo fato de ser uma comunidade pequena, onde quase toda a população era de ascendência germânica, naturalmente mais fechada. Mas eles respeitavam muito a autoridade que o cargo de promotor de Justiça me conferia. E para ganhar a confiança da comunidade, aos finais de semana eu ia à Igreja e, graças ao atendimento ao público, pude conhecer um pouco mais as pessoas. O padre de lá era muito envolvido com a comunidade; ia às escolas, promovia festas comunitárias, então ele começou a me convidar para esses eventos, e eu não recusava. [...] A realidade era essa: a missa de domingo e o dia a dia do Fórum. Fui madrinha da churrasqueira que o padre inaugurou (risos). Contribuí comprando muitos bilhetes da promoção para a construção da churrasqueira que foi feita no pavilhão da Igreja.”.

A relação com a imprensa, para além da curiosidade inicial com a chegada das mulheres às Promotorias e aos Júris, foi diferentemente apreciada pelas entrevistadas. Aquelas envolvidas com as atividades na área da Moralidade Administrativa ou na área Criminal tendem a proceder de maneira mais reservada, esquivando-se do assédio dos jornalistas. Por sua vez, para quem opera na área da Cidadania ou do Meio Ambiente, a imprensa pode ser percebida como uma aliada no esforço de conscientização das comunidades em torno de novas políticas, sobretudo no interior do Estado, onde as emissoras de rádio desempenham um papel particularmente relevante. A esse respeito, parece-me bastante representativa a fala de Gladys Afonso:

“Desenvolvi uma excelente relação com a imprensa. Nas ações ambientais, a imprensa às vezes me criticava. Mas depois que eu saí da cidade, os jornalistas passaram a dizer que minha ação trouxera uma efetividade muito grande. Isto é, com o tempo, aqueles formadores de opinião que eram críticos, acabaram mudando de perspectiva. Acho

que isso faz parte do convívio. Na Assessoria esta relação continuou muito saudável. Aqui na Corregedoria não tenho mais contato com a imprensa, até porque eles não nos procuram. [...] Muitas vezes recorri à imprensa para acessar informações, para divulgar ações, para mobilizar apoios. No interior, o rádio tem enorme amplitude, então, eu me comunicava muito com os radialistas. O promotor tem que saber que a imprensa é uma forte aliada, mas é preciso dosar essa relação com cautela, pois o excesso de exposição é negativo.”.

A percepção em torno do convívio com a magistratura não oferece indícios da existência de conflitos sistêmicos, como eventualmente representantes da geração anterior de entrevistados pareceram indicar. Pelo contrário, as promotoras ouvidas para este livro convergem na descrição de relações amigáveis e cooperativas com a judicatura, ocasionalmente arranhadas por um ou outro conflito pontual, mas que não chegaria a empanar o contexto. É certo que a equiparação de vencimentos entre membros do Ministério Público e da magistratura, bem como o estabelecimento da autonomia orçamentária, cinzeladas na Constituição de 1988, eliminaram um importante foco de atrições entre as duas carreiras estatais. Quanto à dissintonia a propósito da questão de gênero, Sônia Piardi menciona o tropeço em um juiz machista, comportamento que Heloísa Abdalla também atribui a um delegado. Mas ambas referem-se a tratar de casos isolados, circunscritos ao início de suas carreiras. Nesse sentido, a fala de Lenir Piffer parece emblemática:

“Tínhamos um relacionamento muito bom com os magistrados, isso eu sempre vi, o que ajudava. Mas, tirando isso, não tínhamos servidores, estrutura e até a comunicação com a Procuradoria-Geral era difícil. Não havia as facilidades de hoje, como internet, celular, telefone... O promotor ficava isolado. Era difícil até mesmo trocar uma ideia com os colegas. Então, era com o juiz com quem mais conversávamos. Havia algo de muito positivo nisso, porque a necessidade de convivência nos levava a sempre buscar juntos a melhor solução. Podíamos até divergir em torno de questões jurídicas, mas isso jamais comprometeu a colaboração, fundamental para que avançassem ações na área da Infância e Juventude, por exemplo. Nunca tive dificuldades com magistrados.”.

A questão da dupla jornada e da eventual sobrecarga em função da dificuldade de conciliar vida profissional e familiar (não mencionando os aspectos anteriormente tratados sobre a questão da segurança pessoal e da família, bem como sobre a movimentação na carreira) não é exatamente apontada como um problema pelas depoentes. Eliana Volcato, mãe de uma filha e que “casou tarde” acredita que a carreira não atrapalhou a convivência familiar. Havah Mainhard compartilha igual perspectiva: “Eu não acho difícil conciliar o exercício da profissão e a família, apesar de gerar um pouco de estresse. Talvez porque só tive uma filha e pelo fato de o marido ser compreensivo, não seja tão complicado conciliar.”.

Já Márcia Arend ressalva que, como até a Constituição de 1988 o pleito para a licença-maternidade só poderia ser feito por mulheres grávidas, ela precisou tomar posse 40 dias depois de dar à luz, nesse período, incluída uma licença de 30 dias alcançada por ter feito uma laqueadura tubária. Vera Copetti, como já assinalado, lembra como a precariedade da infraestrutura no interior poderia engendrar óbices adicionais ao processo de gravidez. E Sônia Piardi comenta o problema em conseguir boas escolas para os filhos em algumas comarcas, um drama que alcançava, ademais, todas as famílias que habitavam essas localidades, independentemente da profissão exercida.

Rosemary Silva recorda-se de uma inusitada situação quando os filhos pequenos foram visitá-la no Fórum de surpresa, interrompendo férias com os avós em Florianópolis: entraram em Plenário no meio de uma sessão, com cachorro e tudo, promovendo uma pequena confusão. Outras depoentes fazem menção, de fato, à presença de familiares nas dependências do Tribunal do Júri. Regina Kurshus se desdobrava como podia para cuidar da mãe que, depois de idosa, desenvolveu Mal de Alzheimer e, para não deixá-la só, a levava junto para o Fórum, experiência também comentada a partir da perspectiva da servidora Avone Chagas. A dificuldade de conciliar a rotina de trabalho com os cuidados para com a mãe precipitou a sua aposentadoria. Com Heliete Leal, que tinha sete filhos para cuidar, se passou algo semelhante:

“Com quatro filhos em idades que iam de adolescente a criança de seis anos e mais três meninas adolescentes sob a minha guarda, ficava inviável. Hoje a minha menor já está com trinta anos. [...] Eu estava viúva, com o filho mais velho se formando, uma filha na faculdade, uma prestando vestibular e uma no ginásio, mais três moças também em fase de estudos. Decidi antecipar o meu pedido de aposentadoria. Mas foi sofrido sair do Ministério Público, porque eu gostava muito, trabalhava com muito entusiasmo, com muita dedicação e amor. Tudo o que eu quis na vida foi trabalhar com o Direito.”.

Para Márcia Arend, o drama da múltipla chamada à mulher é perceptível pelas promotoras de forma candente também quando se encontram em atuação, em especial nas Varas da Infância e da Juventude:

“Se o Fórum é o local da dor, o Juizado é o extremo da dor. Lá existem todas as formas de abandono, de falta de civilidade; é o ser humano na sua forma mais crua, que maltrata crianças. Condensam-se ali todas as formas de incivilidade que vão formar o que os leigos chamam de criminosos. São adolescentes que não receberam afeto e cuidados no tempo devido. Acho que o verbo mais feminino que existe é o cuidar. Essa múltipla chamada para a mulher nos dias de hoje dificultou as formas do cuidar e esse cuidar vai implicando deixar os filhos, na escola ou em casa, e esse abandono é uma das causas dessa massa de jovens rebeldes. Como fazer uma audiência, em tal ambiente, sem uma ferramenta de abordagem que contemple minimamente

essas circunstâncias? [...] A própria abordagem para a compreensão do sujeito nessas circunstâncias exige um equipamento que obriga a sair do Direito, disciplina que não equipa com o coração, mas com a letra fria da lei, que quer estabelecer quem é culpado e quem não é, para aplicar uma reprimenda ou uma medida qualquer. A lógica operacional do Direito embota e menoscaba a historicidade do ser humano. [...] Quando lidamos com as dramáticas vidas de mães e filhos, de adolescentes infratores, nem sempre o que entregamos de Direito para as pessoas é o que elas esperam [...]: entregamos o Direito, mas não terminamos o conflito. [...] Quando trabalho na Vara da Infância [...] ao final do dia estou sugada, tragada, pois estendo tempo para conversar com as pessoas; não consigo deixar de me envolver com os dramas: fico inconformada, tento ajudar.”.

A contundente menção ao inevitável envolvimento com o drama dos outros, em especial das mulheres, e da Infância e Juventude, nos remete à delicada questão da existência ou não de um jeito feminino de fazer Justiça. De certa forma, a polêmica reifica o debate vocalizado pelas pioneiras do vitoriano *Equity Club*. Nos Estados Unidos, atualmente, as feministas discordam entre si sobre a pertinência da diferenciação da natureza do trabalho jurídico de homens e mulheres. Algumas temem o risco de reforço de estereótipos essencialistas, que desconsiderariam as particularidades individuais entre as mulheres: há quem possa ser mais carreirista e materialista, há quem seja mais engajado em perspectivas humanistas e acalente preocupações sociais. O mesmo acontece com homens e mulheres. Estudos sobre a advocacia de mediação, por exemplo, não revelam diferenças de estilo entre homens e mulheres, não obstante as advogadas estarem super-representadas neste campo. (HARRINGTON; RIFKIN, 1989). Para além disso, as evidências empíricas que comprovariam a validade dessa distinção estão longe de serem esmagadoras. (BOWMAN, 1998: 173). Ainda assim, autores como Suzanna Sherry (1986) e Menkel-Meadow (1985, 1986), sustentam que as julgadoras mulheres exibem preocupação maior com o contexto e com a comunidade, do que com a abstração e a rigidez das leis, como em teoria tenderia a fazer a maioria dos homens.

No Brasil, a tese é encampada intuitivamente pelo Desembargador Vladimir Passos (FREITAS, 2007), para quem, falando da magistratura,

as juízas colocam, conscientemente ou não, seus sentimentos nas decisões. Têm maior dificuldade, por exemplo, em negar um remédio a um doente que não dispõe de verba para adquiri-lo. Administram bem emoção e razão, mas, na dúvida, podem optar pela emoção mais do que os homens, que preferem ficar com a razão.

Essa dinâmica seria já perceptível no ambiente de trabalho de cada um, pois “juízas têm concepções estéticas absolutamente diferentes dos juizes. Seus gabinetes são mais bonitos, costumam possuir flores e quadros. Procuram aliar bom gosto à aridez e formalismo da rotina forense.”. Esse maior envolvimento afetivo com o

objeto e o sujeito da ação jurisdicional promoveria uma Justiça menos tecnicista, mas poderia apresentar outros desdobramentos, como eventualmente se converter em potencializador de estresse para suas agentes, agravado por uma tendência de as juízas serem mais detalhistas do que os homens, postura que se torna cada vez mais complicada de ser administrada, tendo em vista a avalanche da explosão processual que assoberba os fóruns na contemporaneidade. Segundo Freitas, esse pendor a uma maior capacidade de compreensão orgânica do feito não redundaria, outrossim, em prolações clementes, pois “juízas na área Criminal costumam ser mais severas que juízes”,

talvez porque tenham recebido uma formação mais teórica, com menos envolvimento na prática advocatícia, ou, quem sabe, porque boa parte delas, sendo mães, trazem consigo a missão de educar, de mostrar os erros e os acertos.

Os depoimentos reunidos aqui, neste volume, ainda não nos permitem alcançar ilações conclusivas a propósito da questão, mas é interessante notar que há uma convergência entre eles, embora não exista um padrão quanto à área de atuação preferida de cada entrevistada. Há certo senso comum que atribui, às mulheres das carreiras jurídicas estatais, maior propensão para a atuação na área da Infância e da Juventude, o que, para as magistradas, parece ser confirmado por Eliane Junqueira (1998) e Vladimir Freitas (2007). Mas aqui encontramos também promotoras agindo na área Penal, no Direito Público, na Moralidade Administrativa, na Corregedoria-Geral... Eliana Volcato e Regina Kurshus são taxativas, inclusive, em afirmar não se sentirem nada confortáveis nas Varas da Infância e da Família, justamente em função do alto desgaste emocional decorrente do exercício profissional nesse campo. Conforme Eliana, de certa forma reforçando as percepções de Márcia Arend:

“Acho que o Direito não é uma solução para esse problema, pois não é um instrumento adequado. Atualmente até existem algumas coisas interessantes, mas não gosto, o problema é anterior ao Direito, é social e cultural. Admiro as pessoas que têm a força de trabalhar nesta área, que demanda uma imensa energia emocional. Trabalhei muito pouco na área da Infância e apenas como substituta; nunca aceitei uma Promotoria de Infância. A primeira vez que ingressei com uma ação de destituição do poder familiar fiquei arrasada, muito mais do que a mãe que foi requerida. Prefiro o Direito Penal, porque, por incrível que pareça, o promotor não se envolve emocionalmente com a vítima. É diferente na relação do Direito da Infância, onde a vítima é a criança e ela está no meio da situação. No Direito Penal o réu sabe que eu sei, e eu sei que ele sabe que eu sei, e está todo mundo muito bem-resolvido psicologicamente. Nós só precisamos ‘fechar a conta’ ao final.”.

Para Regina:

“Considero brigas em família algo inaceitável. Há coisas que me revoltam, me embrulham o estômago. Acho nojentas aquelas exigências mil no momento da separação do casal. [...] Aquele ambiente de brigas, conflitos e mesquinharias me desgostava. Os meus estagiários também se sentiam mal ali. Pedi para o procurador-geral para ser retirada daquela Vara. A coisa foi ainda mais inquietante com a Vara de Menores. Aquele nível de injustiça me devastava. Como é que uma mulher pode conceber uma vida, pôr uma criança no mundo e depois simplesmente abandoná-la? Eu não consigo entender isso. Deus me livre! As crianças são para mim o sumo da alegria e da pureza. Não posso ver a inocência ser conspurcada pela maldade. Era minha própria confiança e fé na vida que ficavam abaladas.”.

Junqueira (1998) e Freitas (2007), a propósito, notam que as juízas tenderiam a ser bastante críticas em relação ao excesso de demandas das mulheres em Varas de Família: “Acho que os homens são mais benevolentes com as mulheres-partes em ações de alimentos; nós é que somos mais duronas”, teria dito a Junqueira uma juíza entrevistada²⁸, o que não significaria repúdio à questão de gênero ou alienação, mas, ao contrário, uma forma de consciência que é, justamente, infensa à ideia de vitimização: “quanto mais a gente proteger as mulheres, mais elas vão ser discriminadas”, disse-lhe outra juíza. Assim, para Eliane Junqueira e para Vladimir Freitas, as juízas acreditariam que avançar na questão da mulher significa ajudar a romper a dependência econômica a que esta foi submetida, incentivando-a a ocupar um espaço autônomo na sociedade. As depoentes de Junqueira, além disso, acreditam que as mulheres podem decidir com mais conhecimento de causa naqueles temas que se relacionam às lides domésticas ou à maternidade, que seriam, enfim, típicos do universo feminino, mas acham que, no restante, não é possível distinguir diferenças técnicas apreciáveis entre o procedimento dos juízes e das juízas.

Segundo Kátia Dal Pizzol, “é possível que exista uma diferença que se reflita no exercício da profissão”, pois homens e mulheres são educados e criados de formas diferentes, mas ela não saberia dizer qual. Para Rosemary Machado Silva, “talvez seja um olhar mais protetor”, que viria da experiência da maternidade. Para Havah Mainhardt a diferença é inerente, sempre existe, tendo relação com um melhor desempenho em assuntos mais afetos à esfera de compreensão feminina. Todavia, segundo ela, “nenhuma relevância isso tem”. “Relevante, para pessoas de qualquer gênero, acredito que seja buscar o equilíbrio, ser respeitoso, ser prudente, estudioso, pontual e trabalhador.”. Para Sonia Piardi:

“Nós, de modo geral, nos envolvemos mais. Nós nos entregamos mais. Talvez o homem, porque saiu para o trabalho mais cedo do que

²⁸ Eliane Junqueira adotou um modelo metodológico que preserva a identidade das depoentes, o que, infelizmente, não nos permite uma avaliação no contexto das fontes originais.

a mulher, por conta também da educação recebida, que sempre lhe propiciou maior liberdade do que para a mulher, consegue sair de seu gabinete e esquecer os percalços que enfrenta no dia a dia. Nós não! Eu não consigo! Se tenho algum assunto grave para resolver, por mais que faça meditação, ou que vá para festa e tal, não consigo desligar até encaminhar adequadamente a questão. Acho que nós somos assim... Não posso dizer mais abnegadas; talvez, mais preocupadas... creio que este ainda não é o termo apropriado... Mais ansiosas, talvez?"

Regina Kurshus caminha na mesma direção:

"Acho que somos todos uma extensão da Criação. Deus está um pouquinho dentro de todos nós. Não sou carola, esse é apenas um princípio ético ao qual me agarro. Na tribuna, eu me sentia um pedacinho de Deus. Sentia como se estivesse desempenhando uma missão. Errando ou acertando, procurava dar o melhor de mim, seguir os sinais que me eram revelados, olhar o ser humano para além da letra fria da lei, tentando compreender o seu drama existencial. Mas sem pieguismo, sem moleza."

Posição semelhante é captada por Rosa Garcia, para quem, ressaltadas as especificidades de cada indivíduo, seria possível identificarem-se sínteses relacionadas ao gênero, modos genéricos de proceder, que não interfeririam nas questões de ordem técnica da operação do Direito, mas influenciariam numa perspectiva ética diversa, no que diz respeito ao entendimento dos dramas sociais e do viver. Esse conjunto de opiniões convergiria para a compreensão proposta por um ramo célebre da teoria feminista, a chamada "ética do cuidado", uma teoria normativa sobre a compreensão moral do certo ou errado, baseada nas análises de respostas práticas de indivíduos, que escapariam à planificação universalizante, a situações concretas. Para Carol Gilligan (1984), considerada fundadora da corrente, homens e mulheres têm tendência a perceber a moralidade em termos diferentes, com as mulheres enfatizando a empatia e compaixão. Para Rosa Garcia, com efeito:

"Acho que a mulher tem um jeito de lidar com o mundo e o homem tem outro. Posso falar por mim, não por todas as mulheres... Mas vejo as mulheres como sendo mais sistemáticas, apreciando as coisas bem-pensadas e preparadas. Ao mesmo tempo, parece que temos presente essa coisa da mãe, o que oportuniza uma visão mais ampla da vida. Ao tratar de um processo, olhamos para além do ato em si, percebemos o indivíduo no seu contexto social, familiar. Creio que se trata de uma visão mais holística, mais humana, e que resulta desses valores da vida privada que estão em nós, e que hoje, mais do que nunca, segundo Luc Ferry, tendem a se tornar universais e a fundar a ética, a moral, a lei, fazendo do humano a forma possível de transcendência. É claro que existem homens e mulheres que são assim, ou assado, mais ou menos sistemáticos, mais ou menos atentos ao contexto sociofamiliar. Mas estou aqui me referindo a uma perspectiva de síntese: eu acho que há um agir da mulher e há um agir do homem. A condição mulher, objetivamente falando, não interfere, não dificulta, nem beneficia a nossa atuação enquanto operadoras do Direito, porque a

forma de atuar do membro do Ministério Público está dentro de uma conformação jurídica específica. Mas, enquanto agentes políticos, por exemplo, a nossa percepção é um pouco diversa... E isso, querendo ou não, todos os dias, de forma homeopática, vai estabelecendo uma especificidade no agir, vai estabelecendo rotinas e interferindo nos valores postos, na forma de se fazer política, e assim por diante...”.

A preocupação com o preparo e o detalhe talvez funcionem como motores a inspirar a atenção para com a própria instrução e para com a docência. Parte das mulheres aqui ouvidas procurou especializar-se nos cursos de pós-graduação, embora a prática não fosse estimulada pela instituição. Como diz Márcia Arend:

“Vivi naquele tempo em que os que estudavam eram considerados como ovelhas desgarradas. Havia um senso comum que desaprovava quem se especializasse, embora discursivamente todos fizessem de conta que toleravam. [...] Sentia que precisava me reequipar intelectualmente para não sucumbir a esse sistema quantitativo.”.

A atração pelos estudos de pós-graduação contrasta com a presença tímida na liderança das diretorias da associação de classe, muito embora dela participem e colaborem, assim como de resto acontece com as magistradas. (FREITAS, 2007). A presidência da Associação costuma funcionar como um estágio importante para se alcançar o alto comando institucional, âmbito no qual as mulheres ainda permanecem pouco representadas. Talvez porque tenham outros interesses, como a família, os estudos e o lazer, não se sentindo motivadas para o embate político. Talvez porque um “telhado de vidro” ainda exista na instituição, apesar de todas as conquistas das últimas décadas. Talvez essas duas instâncias se combinem. De qualquer forma, as entrevistadas concordam em suas análises sobre a questão que a mudança é cultural e gradual, pois há, na base de tudo, carência de espaços de sociabilização femininos capazes de ajudar a integrar mais as mulheres às redes de solidariedade interpessoais. Heloísa Abdalla nota que “as mulheres enfrentam, sim, dificuldades maiores no exercício da profissão. Porque o sistema era, culturalmente até, preparado para melhor acolher os homens. Por exemplo, era muito difícil encontrar uma residência razoável para alugar em algumas cidades do interior. Ora, os homens adaptam-se a essas condições com mais facilidade. Como o colega que se hospedava no quartel.”. Para Sonia Piardi, com efeito:

“A mulher tinha que provar que era competente não só no concurso, mas a cada ato, situação que não acontece com os homens. O homem... sei lá... já estava naturalmente inserido no contexto. Depois, ele joga futebol, toma cachaça e cerveja no bar, tem mais oportunidades de identificar-se com os componentes do segundo grau, cujo quadro ainda é predominantemente masculino... Nós não fazemos isso. De forma que o homem se aproxima mais facilmente de quem está no comando da instituição, por dispor de oportunidades que não estão ao nosso alcance. Hoje, eu até tomo cerveja junto (risos), mas não

como eles. Porém, nos anos 80 e 90, não tomava, bem como não ia à boate com eles depois dos encontros regionais (risos). São, ou eram, coisas próprias das diferenças entre os gêneros que favorecem a cumplicidade masculina, que os tornam mais próximos entre si. [...]. Isso é algo que talvez ajude a explicar a reduzida incidência feminina na Administração Superior. Esses territórios de sociabilização ajudam no estabelecimento de afinidades. São ambientes que as mulheres não frequentavam, mas que sempre fizeram parte do universo masculino. Por sua vez, as mulheres não tinham espaços de sociabilização próprios, que auxiliassem na formação de laços políticos.”.

Para Rosa Garcia, as mulheres ainda precisam desenvolver mais sua compreensão do mundo político e promover um espírito de corpo mais arregimentado:

“A presença da mulher nas altas esferas administrativas e na política da instituição ainda é tênue. Às vezes a mulher trabalha muito, mas desvinculada de uma visão política. O homem parece estar sempre ligado no político. O espaço público, para além do terreno profissional – já em grande medida consolidado – é uma fronteira a ser conquistada pelas mulheres. Nesse sentido, falta às mulheres mais espírito de corpo. Elas ainda não comungam da visão de que quando perde uma, perdem todas. Não que tenhamos de combinar previamente tudo o que vamos fazer, votar, decidir, não. Nem os homens procedem assim. Mas, se quisermos ocupar as instâncias de poder na instituição, temos de apurar a nossa sensibilidade e a nossa intuição, para que tomemos mais decisões em conjunto e focadas em objetivos claros e que beneficiem o maior número de mulheres possível.”.

Com a perspectiva de quem tem experiência com a política partidária fora da instituição, Heliete Leal sustenta:

“Eu acho que os homens se protegem, porque a presença das mulheres tem-se expandido e muitos ainda não conseguiram absorver esse avanço. Nós educamos os nossos filhos de maneira extremamente diferente de como educamos as nossas filhas. [...] Na área política, isso é bastante perceptível. Os homens mantêm o seu espaço de poder com unhas e dentes. Porque cada mulher que entra na política, é um homem que saiu. [...] Cada um que se elege, não quer mais sair. Para além das vantagens financeiras, do bom salário, há essa vertigem do poder, o prestígio, a publicidade... [...] Ora, esse poder de reeleger deputados, governadores, é guardado a sete chaves. A maioria dos partidos é feita de homens. Se eles precisam ter mulheres na legenda, para atender, digamos, às exigências de cotas, escolhem ‘laranjas’. A mulher percebida com reais possibilidades de se eleger, começa a ser boicotada, solapada.”.

Apesar da clareza compartilhada pelas entrevistadas em torno das questões de gênero, a identificação com o feminismo contemporâneo parece ser reticente e crítica. Para Regina Kurshus,

“Eu não me sensibilizo com esta vitimização das mulheres. Talvez tenha sido excesso de feminismo, ou simplesmente o andar da mo-

deriedade, não sei, mas parece que muitas mulheres hoje em dia querem tudo, sem se doar em nada. Querem casar, querem uma vida confortável, mas não querem cuidar da casa, do marido, dos filhos. Vivem de cara amarrada, de olhar enviesado, pensando na pensão. Podem me criticar, mas eu prefiro mil vezes trabalhar com homens.”.

Avone Chagas, servidora da Secretaria de Educação, que começou a trabalhar no Ministério Público em 1987, graças a um convite formulado pelo então procurador-geral, também diz preferir ambientes nos quais não haja predomínio do elemento feminino, numa tomada de posição que indica falta de identificação com o perfil mais estereotipado da mulher, que se deslocaria do ambiente doméstico para o profissional sem abraçar uma ética do trabalho que se revista de densidade intelectual e objetividade procedimental.

Heliete Leal, que dentre todas as entrevistadas tem militância feminista evidente, participando de movimentos como o *Grupo Soroptimista* e a *Ação Mulher Progressista*, ligada ao Partido Progressista, se expressa na mesma direção:

“Esse feminismo norte-americano que propugna uma mulher desfeminizada, de costas para a moda, que repele a maternidade, rejeita um companheiro, não passa, na melhor das hipóteses, de uma falsa ilusão de independência. A independência está na cabeça, não na maneira de se vestir. Autonomia e independência são valores que precisamos introjetar. Eu sempre fui extremamente independente. Decidi estudar e fui trabalhar. A maternidade só me trouxe alegria. [...] Esse feminismo norte-americano, meio acadêmico, meio militante, acaba ficando refém das próprias teses ultrapassadas [...]”.

Nesse sentido, o feminismo propugnado por Heliete Leal estaria mais próximo daquele professado pela historiadora da arte Camille Paglia, para quem é equivocada a redução da história à opressão masculina e a vitimização feminina e para quem a mirada em direção à arte revela justamente “o poder cósmico” das mulheres e um “senso de insignificância dos homens diante delas”. (STANFILL, 1991; PAGLIA, 1990). Em tal contexto, o feminismo de Camille é, precisamente, pró-sexo, incensa a moda como uma ferramenta de afirmação da identidade feminina (e não de sua opressão), respeita a biologia feminina, enaltece a maternidade e acredita que a construção da projeção da presença das mulheres no espaço público se dará pela emulação de sua identidade e de sua desenvoltura intelectual, e não pela sua negação ou vitimização.

De qualquer forma, a preocupação das entrevistadas, como a leitura dos depoimentos deixará claramente transparecer, vai muito além da questão de gênero, tema central sobre o qual se debruçou esta introdução. Um passeio pelas páginas que se seguem pode colocar o leitor em contato com inúmeros aspectos atinentes à trajetória do Ministério Público e da cidadania no Brasil, tais como os

primórdios do processo de informatização da instituição, ou o início da atuação nas áreas da Moralidade Administrativa, da Saúde, do cuidado com o Idoso, do consumidor e de Fundações, bem como a mudança de paradigma em áreas como a Eleitoral. Os testemunhos subsequentes representam um eloquente retrato da presença atuante do Ministério Público em diversos aspectos da nossa vida. Uma instituição que se transformou profundamente dos anos 1980 para os dias atuais. Como dizem várias entrevistadas, tudo precisava ser inventado, pois não havia um manual de procedimentos, e foi na base do método da tentativa e do erro, do exercício de criatividade. Muitas são as conquistas acumuladas e consideráveis os avanços auferidos, mas muitos também são os desafios que se colocam pela frente, debate ao qual as entrevistadas não fogem, o que vale a pena destacar.

Para Vera Copetti, com efeito:

“A minha geração teve a felicidade de vivenciar o salto dado pelo Ministério Público com a Lei da Ação Civil Pública e com a Constituição de 1988. Foi a fase da luta. Depois veio o esforço de consolidação e, hoje, vivemos o momento de concretização do resultado de todas aquelas lutas. Os desafios hoje residem, internamente, no esforço de aprimoramento da nossa capacidade de dar respostas aos problemas sociais. É preciso melhorar a nossa estrutura e completar o nosso quadro, sempre defasado. Externamente, os desafios dizem respeito a levarmos a sociedade a compreender a natureza das nossas funções e a nos dar apoio, mantendo as nossas atribuições e conquistas, de modo com que não se percam ou sejam diminuídas.”.

Para Rosa Garcia, de fato:

“O Ministério Público, sem a ferramenta crucial da Ação Civil Pública, por exemplo, estaria mortalmente aleijado. Outro instrumento poderoso é o Inquérito Civil Público. Mas sempre existiu e existirá iniciativa de toda ordem, principalmente no Parlamento, para tentar usurpar poderes e garantias, e uma das que vejo com muita preocupação é a responsabilização dos seus membros pela sua atuação institucional, visando indenizações e danos morais e obrigando as Associações, cada vez mais, a instituir fundos para custear a defesa dos seus membros.”.

Heloísa Abdalla acredita que:

“O Ministério Público faz o que pode. A gente vê em cada promotor a garra de lutar contra esse estado das coisas. É bem provável que a situação estivesse muito pior no Brasil se a Constituição não tivesse empoderado o Ministério Público. Eu sei que a indignação habita dentro do peito de todo promotor e de toda promotora, porque às vezes lutamos para investigar, para punir, para condenar, mas não logramos sucesso. As leis parecem que são todas feitas para os criminosos, para os corruptos. Eles podem tudo, a gente, do lado da lei, não pode nada.”.

Para Gladys Afonso,

“A população hoje, efetivamente, nos percebe como guardiães da cidadania e o impacto desse sentimento sobre a Administração Superior é tremendo. O número de licitações cresceu exponencialmente, assim como o quadro de servidores. A demanda de trabalho é quase inenunciável. Muitos setores administrativos estão estrangulados. Crescemos sem planejamento, de forma desenfreada.”.

Para Sonia Piardi:

“Bom, nós temos muitos inimigos, por conta do trabalho realizado. Talvez, nem tenha como ser diferente. Afinal, quem transgredir a lei não pode ser nosso amigo, não pode estar do nosso lado, não é? Então, creio que nosso grande desafio resida na melhor qualificação de nossa tarefa de bem defender a sociedade, de levar adiante nossas lutas e de firmar, junto aos Tribunais Superiores, a nossa identidade. Acho que o Ministério Público sofre uma grande crise de identidade junto aos Tribunais. Quem atua no STF é o procurador-geral da República; no STJ são os subprocuradores da República. Praticamente o mesmo se dá na Justiça Comum, onde atuam os procuradores de Justiça: a maioria entra muda e sai calada. Nosso grande desafio, portanto, é a conquista de uma identidade própria no segundo grau de jurisdição e nos Tribunais Superiores, compatível com aquilo que é determinado pela Constituição Federal.”.

E, para Walkyria Danielsky,

“talvez o nosso maior desafio esteja em mapearmos o nosso limite, a nossa medida. Nosso papel precípua é garantir os direitos fundamentais da sociedade. O Ministério Público chamou a si esta responsabilidade, até porque não havia mais quem o fizesse naquele momento. Talvez, hoje, possamos parar para refletir, reconhecendo não ser possível, tampouco desejável, fazer tudo sozinhos. Precisamos de parcerias, em todos os Poderes e com a própria sociedade. O caminho do diálogo e da parceria nem sempre é o mais fácil, pois é preciso compor; porém, os resultados podem ser mais efetivos e o processo para se chegar lá, ao fim e ao cabo, bem menos traumático. Acredito no Ministério Público. Seus agentes são, no geral, idealistas, abnegados e muito sérios. [...] Há, sem dúvida, o desafio de sensibilizar as novas gerações de membros para a missão humanística do agente ministerial, tendo em vista sempre a trajetória de conquistas, erros e acertos, trilhada até aqui. [...] O risco de burocratização e de descompromisso com a missão institucional pode começar já na seleção excessivamente técnica do candidato. Além disso, com a consolidação material da instituição, alguns podem estar procurando-a com vistas a um conforto pessoal e não estando necessariamente comprometidos com o enorme desafio de ajudar a sociedade.”.

Como registra Márcia Arend,

“o promotor de Justiça deve ser um sujeito inconformado, pois o coeficiente de injustiça é intenso e só se expande. É por essa razão que acredito que o novo promotor de Justiça deve ser tangido pela dor,

por um coeficiente de aflição intenso, não se acomodando na condição de funcionário público que cumpre metas e horários, de quem se cobra fundamentalmente uma quantidade de processos realizados ao final do dia. Mas, infelizmente, essas são as métricas que os órgãos controladores existentes estabelecem como paradigmáticas. Acredito que a métrica da eficiência quantitativa vai inibindo a criatividade dos sujeitos. Se nada vai ser considerado em termos dos desafios, sendo o grande objetivo vencer números, então ocorrerá uma erosão na dimensão de criatividade. Penso ser um dos grandes problemas do Ministério Público. Algo que vai produzindo uma letargia. Sinto que estamos vivendo em um período quase ‘eclipsal’, de falta de luz.”.

Para Eliana Volcato, finalmente, o Ministério Público tem uma vantagem no conturbado contexto político institucional atual,

“pois trabalhar com a diversidade de pensamento é bem-aceito dentro da instituição. Faz parte da nossa natureza e da nossa essência. Isso nos dá melhores condições institucionais para recepcionar esse novo quadro que se afirma nas ruas. Ainda assim, permanece o desafio no sentido de identificar uma unidade e uma racionalidade de pensamento nessas manifestações tão dispersas. Isto é, qual problema deveremos atacar primeiro? Pois todos os anseios – educação, saúde, transporte... –, tudo o que estava sendo pedido nas ruas passa pela nossa atribuição. De forma que, um pensamento estratégico nunca foi tão urgente.”.

Enfim, no Brasil tudo indica que as mulheres conseguiram avançar inicialmente nas profissões jurídicas pelas carreiras estatais, mais do que pelas liberais – muito embora também nos Estados Unidos, nos anos 1920 e 1930, o Estado tenha representado a abertura de possibilidades consistentes. No século XIX, o interesse feminino pelo Direito e as condições para o ingresso das mulheres nos cursos superiores apareceram um pouco mais tarde no Brasil, em comparação com os Estados Unidos, mas é bastante razoável supor que a proclamação da República, em 1889, tenha atrasado seu progresso. Sob o Governo de Getúlio Vargas, o Ministério Público, então uma instituição identificada com a área Penal e ainda atrelada ao Poder Executivo, foi a porta de entrada das mulheres nas profissões jurídicas e os indícios apontam no sentido de uma ação estatal nesse sentido. Mas, entre as decisões dos governos e a cultura fermentada nas instituições, pode haver considerável descompasso, de sorte que muitos foram os óbices estabelecidos ao desempenho das mulheres, a começar pela aceitação das que estavam na condição civil de solteiras, o que equivalia a reconhecer que a capacidade profissional feminina era tolerável apenas quando em caráter transitório.

A partir de fins dos anos 1940, recrudescceu a perspectiva conservadora na questão de gênero e, não obstante a fórmula dos concursos públicos para ingresso nas carreiras de Estado comesasse a se espalhar, as candidaturas femininas eram

sistematicamente rejeitadas. Até meados dos anos 1970, logravam mais êxito no ingresso na magistratura ou no Ministério Público as moças que pertenciam a famílias com tradição na área jurídica. O preconceito e a discriminação não eram apenas difusos, sendo também lapidados em decisões dos Conselhos Superiores e dos Tribunais Plenos, que os legitimavam com base em dispositivos do Código Civil ou de Estatutos.

No sul do Brasil, tanto no Judiciário quanto no Ministério Público, as ingressantes tendiam a iniciar a sua trajetória por zonas de colonização germânica, às quais se atribuía então o registro de menores índices de violência e de mais respeito à autoridade constituída. Tudo indica que isso acontecia em virtude de uma preocupação institucional em proteger as ingressantes, mas que, na prática, criava um estatuto diferenciado, pois a progressão na carreira se dava num outro ritmo. No Ministério Público de Santa Catarina, as pioneiras passaram a encarar, sem distinções a partir dos anos 1980, as cidades do oeste do Estado, consideradas mais violentas e com infraestrutura urbana mais precária.

Ao final dos anos 1970, acelerou-se o ritmo do ingresso das mulheres na instituição ministerial, com a queda sucessiva de barreiras que obstavam a sua admissão nos concursos. As ingressantes são unânimes em reconhecer não terem, a partir de então, enfrentado um machismo senão residual, mas, ao mesmo tempo, seus relatos nos remetem à necessidade de permanente negociação, junto às comunidades nas quais atuavam, entre a imagem que as prerrogativas das funções transmitiam e as expectativas culturais em torno do papel social de gênero, um processo delicado para o qual não havia um manual de procedimentos estabelecido e tampouco espaços para a troca de vivências e impressões. Tudo precisava ser inventado; uma nova cultura para a relação que as comunidades faziam entre a questão de gênero e a instância de poder precisava ser engendrada.

Ao seu favor, as mulheres tiveram contextos mais amplos que estavam se desenrolando: de afirmação da autonomia feminina em todo o mundo ocidental, de abertura política no Brasil e de construção de uma nova instituição ministerial. Também no Brasil e, sobretudo, no Ministério Público, as instituições precisavam ser reinventadas e uma nova dinâmica estava em processo de construção. Mas isso não significou que muitas das questões enfrentadas e discutidas pelas pioneiras vitorianas do Direito, no século XIX, deixassem de estar presentes: o que vestir, como se comportar socialmente e em ocasiões formais, como lidar nas comunidades com o seu estado civil, tudo, enfim, continuava em aberto. Novas *personas* precisam ser construídas.

O caminho escolhido foi o da consolidação no espaço público pela afirmação de uma feminilidade diferente dos padrões da época, capaz de abraçar a autonomia individual e a desenvoltura intelectual, que provava no dia a dia competência e compromisso inarredável com a Justiça, e que rejeitava a perspectiva dos lugares tradicionais ocupados pelas mulheres, mas também o discurso de vitimização diante de uma cultura machista. Além disso, essa construção se deu pela composição e pela mediação, até porque esta é uma das atribuições essenciais que cabem ao membro do Ministério Público nas comunidades.

Internamente, se a base da igualdade formal passou a estar estabelecida a partir dos anos 1980 – de acesso, de vencimentos, de promoção, de autonomia funcional, etc. –, a presença feminina na segunda instância e na Alta Administração seguiu rarefeita, aspecto que pode ser apreciado em tempos atuais, apesar de as pioneiras já terem chegado ao Conselho Superior, ao Colégio de Procuradores e à Corregedoria-Geral, o que sugere que poderia ser aplicável a metáfora do “telhado de vidro”, isto é, uma barreira invisível que impediria a chegada das mulheres aos postos superiores. Índícios que reforçam essa percepção podem ser eventualmente percebidos na persistência de alguns mitos em torno da trajetória feminina, como o de que as mulheres preferem estacionar na carreira. Não se fez ainda um detalhado estudo quantitativo sobre a porcentagem de homens e mulheres que “estacionam” na carreira, recusando promoções, por exemplo, mas as evidências coletadas pela História Oral sugerem que a prática pode ser até mais comum entre homens. Talvez, pela ausência de espaços de interlocução e de troca de experiências – como aqueles que as advogadas estado-unidenses desenharam já no século XIX –, esse seja o tipo do fardo carregado sob a forma de autoculpabilização silenciosa pelas mulheres do Ministério Público durante anos, sem que existisse base empírica para tanto.

Outra forma pela qual o “telhado de vidro” poderia estar se sustentando é justamente pela ausência de espaços de sociabilização transversais capazes de melhor integrar as mulheres. Assim como nas comunidades, os lugares sociais estavam predefinidos para os gêneros e a figura de uma mulher com autoridade era desconcertante, não apenas para alguns homens, mas também para muitas mulheres, ainda atadas à dinâmica da vida privada, no plano da Administração Superior havia um conjunto de fluxos que se não eram explicitamente excludentes, nem sempre eram confortáveis para as mulheres, tais como o chopinho no final do expediente, em torno do qual a conversa central é o futebol (tema que sabidamente integra e relaxa homens de todas as idades e classes sociais, e que, em geral, é algo essencial para a vivência masculina), ou uma viagem de automóvel pelo interior com o chefe, traço mais difícil de ser assimilado por uma mulher, independentemente

de seu estado civil, do que por um colega do sexo masculino. É em torno desses pequenos hábitos cotidianos que lealdades interpessoais são cerzidas, aspectos, portanto, que dispõem os homens ainda em posição de vantagem no que respeita à ocupação dos espaços públicos de poder.

Por outro lado, não seria irrazoável perceber que as mulheres nas carreiras jurídicas estatais também tendem a desenvolver mais do que os homens outros interesses além da profissão, tais como a especialização em nível de pós-graduação, o que eventualmente pode estar contribuindo para despertar menos atração pela política institucional. As mulheres, além disso, tendem a se revelar excelentes gestoras, mas um senso exacerbado de responsabilidade, o compromisso em mostrar qualidade acima da média, a preocupação com os detalhes e uma possível propensão maior ao envolvimento emocional com o objeto, talvez lhes tragam mais estresse no exercício das atribuições administrativas e políticas, aspecto que talvez faça soar um alarme interno em benefício da autopreservação. Enfim, talvez todos esses fatores se combinem para configurar o mencionado “telhado de vidro”.

Muito embora esses aspectos sejam individualmente percebidos, mais de forma difusa do que articulada, as entrevistadas parecem concordar que a mudança passa por uma metamorfose cultural, o que somente pode ser construído aos poucos, cotidianamente, sem conflitos escancarados. A falta de entusiasmo de algumas com a eficácia das políticas de cotas ou as reticências com que são encarados os excessos de demandas das mulheres sobre os maridos em processos de divórcio nas Varas de Família podem estar sinalizando nesse sentido.

Parece também evidente que para si mesmas, as mulheres do Ministério Público não esperam tratamento diferenciado em relação aos colegas homens. Elas são claras em afirmar que a condição de gênero não influi no rendimento e no desempenho profissional, dimensões que são aferidas, tanto para os homens quanto para as mulheres, primeiramente no concurso de ingresso na carreira e, depois, pelos órgãos de controle interno, como a Corregedoria-Geral e o Conselho Superior, no âmbito dos quais as regras são equalizadas. Portanto, as próprias mulheres oferecem indicações de rejeição a estratégias protetivas que desviem a ética meritocrática. Como há, todavia, a identificação nos depoimentos de especificidades na trajetória de gênero, em grande parte em função dos contextos culturais vivenciados, palpita o desejo de reconhecimento dessa memória.

Além disso, os depoimentos convergem no entendimento de que pode haver, sim, alguma particularidade no olhar feminino sobre a Justiça, que derivaria justamente de vivências, experiências e desafios específicos. Algo que se relacionaria

a um cuidado maior com os detalhes e a uma tendência a formar uma perspectiva mais orgânica ou contextual dos sujeitos do Direito. Uma ideia difusa de que o formalismo da lei e a frieza das engrenagens institucionais do Direito não seriam suficientes para imprimir a Justiça almejada.

Referências Bibliográficas

AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.). *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996. 304 p.

APPLEWHITE, Harriet B.; LEVY, Darline G. Responses to political Activism of Women of the People in Revolutionary Paris, 1789-1793. In : *Women and the Structure of Society – selected research from the fifth Berkshire Conference on the History of Women*, edited by Barbara J. Harris and Joann K. McNamara. Duke Press Policy Studies, 1984.

ARIÈS, Philippe. *Ensayos de la memoria. ¿Qué nos lleva a escribir memorias?* Colômbia: Norma, p. 411-422, 1995.

AXT, Gunter. *Ajuris, 60 anos. O fazer-se da magistratura gaúcha*. Porto Alegre: Nova Prova, 2006.

_____. *Histórias de Vida*, volume 1. Florianópolis: Memorial do MPSC/PGJ-SC, 2011.

_____. *Histórias de Vida*, volume 2. Florianópolis: Memorial do MPSC/PGJ-SC, 2013.

_____. *A Faculdade de Direito de Porto Alegre/UFRGS: memória, ensino e política desde 1900*. Porto Alegre: Ed. Paiol, 2014.

AXT, Gunter; TORRE, Márcia de la (Org.). *Histórias de Vida: representações do Judiciário*. Porto Alegre: TJRS/Memorial do Judiciário, v. 3, 2003.

AXT, Gunter; BIANCAMANO, Mary da Rocha; FOGAÇA, Rosimeri (Org.). *Histórias de Vida: representações do Judiciário*. Porto Alegre: Tribunal de Justiça do RS/Memorial do Judiciário, v. 4, 2004.

_____. *Histórias de Vida: representações do Judiciário*. Porto Alegre: Tribunal de Justiça do RS/Memorial do Judiciário, v. 5, 2005.

BARBALHO, Rennê Martins. *A feminização das carreiras jurídicas e seus reflexos no profissionalismo*. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, UFSCar, São Carlos, 2008.

BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BERGSON, Henri. *O pensamento e o movente*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

BLACK, Barbara Aronstein. *Something to Remember, Something to Celebrate: Women at Colombia Law School*. Colombia Law Review, v. 102, n. 6, p. 1451-146, out. 2002.

BONELLI, Maria da Glória. Profissionalismo e diferença de gênero na magistratura paulista. In: *Civitas*, Porto Alegre. v. 10, n. 2, p. 270-292, mai./ago., 2010

_____. Profissionalismo, gênero e significados da diferença entre juízes e juízas estaduais e federais. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*. São Carlos, Departamento e Programa de Pós-graduação em Sociologia da UFSCar, 2011, n. 1, p. 103-123. Disponível em: www.contemporanea.ufscar.br/contemporanea/index.php/.../article/.../7. Acessado em 8 de novembro de 2014.

BORELLI, Andrea; MATOS, Maria Izilda. Espaço feminino no mercado produtivo. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Org.). *Nova História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2013.

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1999.

BOWMAN, Cynthia Grant. Bibliographical Essay: Women and the Legal Profession. *Journal of Gender, Social Policy & The Law*, v. 7, p. 149, 1998.

BRYANT, Gay. *The Working Woman Report: Succeeding in Business in the 80's*. Paperback, out. 1985.

CABEDA, Coralio Bragança Pardo; MEIRA, Antônio Gonçalves. *Nossas Guerras. Considerações históricas dos seus recursos*. Porto Alegre: Edigal, 2009.

CABRAL NETTO, Joaquim. *História do Ministério Público de Minas Gerais. Uma Instituição Centenária*. Belo Horizonte: Ed. Speed, 2003.

CERQUEIRA, Fábio Vergara. *Evidências iconográficas da participação de mulheres no mundo do trabalho e na vida intelectual e artística na Grécia Antiga*. Campinas: IV Encontro de História da Arte – IFCH/Unicamp, p. 151-185, 2008.

CHASTEEN, John Charles. *Héroes a caballo: los hermanos Saravia y su frontera insurgente*. Montevideo: Ediciones Santillana/Fundación Bank Boston, 2001.

CHESTER, Ronald. *Unequal Access: women Lawyers in Changing America*. Amherst: Bergin; Garvey Publishers, Inc., 1985.

COLLING, Ana Maria. As primeiras médicas brasileiras: mulheres à frente de seu tempo. *Fronteiras*, Dourados, MS, v. 13, n. 24, p. 169-183, jul./dez. 2011.

CONCURSO Celso Magalhães de Monografias. MP Memória. São Luís: PGJ-MA/Memorial, n. 1, p. 48-50, 2008.

CORTÊS, Iáris Ramalho. A trilha legislativa da mulher. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Org.). *Nova História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2013.

DOURADO, Ângelo. *Voluntários do martírio. Narrativa da Revolução de 1893*. Porto Alegre: Martins Livreiro Editor, 1977.

DRACHMAN, Virginia G. *Sisters in Law: women lawyers in modern American History*. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1998.

EPSTEIN, Cynthia F. *Women in Law*: Basic Books, 1981.

FÉLIX, Loiva Otero; GRIJÓ, Luiz Alberto (Org.). *Histórias de vida. Entrevistas de magistrados gaúchos*. Porto Alegre: Tribunal de Justiça do Estado do RS, 1999.

FÉLIX, Loiva Otero. *Histórias de vida do Ministério Público do Rio Grande do Sul: lembranças para o futuro*. Porto Alegre: PGJ-RS/Projeto Memória, 2000.

FERREIRA, Luzilá Gonçalves. *Presença feminina*. Recife, Assembleia Legislativa de Pernambuco, 2001. Disponível em: <http://www.alepe.pe.gov.br/sistemas/perfil/presencafeminina/MAugustaMVasconcelos.html>.

FEUVRE, Nicky Le; LAPEYERE, Nathalie. *Les "scripts sexués" de carrière dans les professions juridiques en France*. In: GIANNINI, Mirella (Org.). *The feminization of the professions*. Thematic issue. Knowledge, Work & Society, Paris, n. 1, v. 3, p. 101-126, 2005.

FREITAS, Vladimir Passos de. *Evolução Feminina: Falta de Estudos sobre atuação das mulheres no Judiciário*. Conjur, 2007. Disponível em: http://www.conjur.com.br/2007-jul-08/falta_estudo_atuacao_mulheres_judiciario. Acessado em: 8 de novembro de 2014.

GILLIGAN, Carol. *In a Different Voice*, Cambridge: Harvard University Press, 1982.

GORECKI, Meg. *Legal Pioneers: Four of Illinois. First Women Lawyers*. Illinois Bar Journal. p. 510-515, out. 1990.

GOUVEA, Henny Mary Hildebrand da Silva. *A interpretação do Direito*. Dissertação apresentada junto ao Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 1980.

GROSSBERG, Michael. Institutionalizing Masculinity: The Law as a Masculine Profession. In: CARNES, Mark C.; GRIFFEN, Clyde (Ed.), *Meanings for Manhood: Constructions of Masculinity in Victorian America*. Chicago: University of Chicago Press, 1990.

GUATTARI, Félix. *Caosmose: um novo paradigma estético*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1994.

HARRINGTON, Christine B.; RIFKIN, Janet. *The Gender Organization of Mediation: Implications for the Feminization of Legal Practice*. Madison: Institute for Legal Studies, University of Wisconsin-Madison Law School, 1989.

HESPAÑA, António Manuel. *Caleidoscópio do Antigo Regime*. São Paulo: Ed. Alameda, 2012.

JANOTTI, Maria de Lourdes Monaco. História oral: uma utopia? *Revista Brasileira de História, Memória, História, Historiografia*, ANPUH, São Paulo, v. 13, n. 25/26, p. 7-16, set. 92/ago. 93.

_____. Refletindo sobre a história oral: procedimentos e possibilidades. In: MEIHY, José Carlos Sebe B. (Org.). *(Re)introduzindo História Oral no Brasil*. São Paulo: Xamã, 1996.

_____. A incorporação do testemunho oral na escrita historiográfica: empecilhos e debates. *História Oral*, v. 13, n. 1, p. 9-22, jan./jun. 2010.

JELIN, Elizabeth. Memórias em Conflicto. In: *Revista Puentes*, n. 1, Buenos Aires e Madrid, 2000.

JULLIEN, François. *As transformações silenciosas*. Porto Alegre: Paiol, 2013.

JUNQUEIRA, Eliane B. A mulher juíza e a juíza mulher. In: BRUSCHINI, Cristina; BUARQUE DE HOLANDA, Heloísa. *Horizontes plurais: novos estudos de gênero no Brasil*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, Editora 34, 1998.

KAY, Fiona M. *Crossroads to Innovation and Diversity: The Careers of Women Lawyers in Quebec*. McGill Law Journal, v. 47, p. 699-745, 2002.

KUHN, Thomas. *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva, 2003.

LAGE, Lana; NADER, Maria Beatriz. Violência contra a mulher: da legitimação à condenação social. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Org.). *Nova História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2013.

LINS, Carlos Francisco Bandeira. *Mulheres no Ministério Público: o conflito entre realização profissional e realização familiar visto a partir de dados demográficos*. São Paulo: Associação do MP, 2000.

_____. *Mulheres no Ministério Público do Estado de São Paulo*. São Paulo: Associação do MP. Disponível em: <http://www.apmp.com.br/index.php/artigos/1430-mulheres-no-ministerio-publico-do-estado-de-sao-paulo-carlos-francisco-bandeira-lins>. Acessado em 7 de novembro de 2014.

LIPOVETSKY, Gilles. *O Império do Efêmero: a Moda e seu Destino nas Sociedades Modernas*. São Paulo: Cia. Das Letras, 1989.

LOPES, Mônica Sette. Magistradas brasileiras e sua prática profissional. *Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região*, Belo Horizonte, 28 (58), 5-6, jan./dez. 1998.

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In: PRIORE, Mary del; PINSKY, Carla B. (Org.) *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Ed. Contexto, 2013.

MALUF, Marina; MOTT, Maria Lúcia. Recônditos do mundo feminino. In: SEVCENKO, Nicolau. *História da vida privada no Brasil*, v. 3, São Paulo: Cia. Das Letras, 1998.

MARTIN-FUGIER, Anne. Os ritos da vida privada burguesa. In: PERROT, Michelle (Org.) *História da Vida Privada. Da Revolução Francesa à Primeira Guerra*. v. 4, p. 193-261, São Paulo: Ed. Cia das Letras, 1991.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. Definindo história oral e memória, *Cadernos CERU*, São Paulo, v. 2, n. 5, p. 52-60, 1994,

MELO, Mônica; NASTARI, Marcelo; MASTURA, Leila. *A participação da mulher na magistratura brasileira*. Disponível em: <http://www.mulheres.gov.br/mais-mulheres-no-poder/debates/arquivos-relacionados-ao-tema-debates>, 2005. Acessado em 7 de novembro de 2014.

MENEZES, Nilza. O Poder Judiciário em Rondônia. *MÉTIS: história & cultura* – v. 11, n. 21, p. 193-208, jan./jun. 2012. Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/metis/article/view/2075/1225> Acessado em 8 de novembro de 2014.

MENKEL-MEADOW, Carrie. *Portia in a Different Voice: Speculations on a Woman's Larynging Process*, BERKELEY WOMEN'S LJ. 39, 1985.

_____. The comparative sociology of woman lawyers: the "feminization" of legal profession. *Osgoode Hall Law Journal*, Toronto, v. 24, n. 4, p. 897-919, 1986.

MINEIRO, Beatriz Sofia. *Código de Menores dos Estados Unidos do Brasil*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1929.

MONTENEGRO, Antonio Torres. *História oral e memória: a cultura popular revisitada*. São Paulo: Contexto, 1992.

MORELLO, Karen B. *The Invisible Bar: The women lawyer in America, 1639 to the present*. New York: Random House, Inc., 1986.

MOSSMAN, Mary Jane. The first women lawyers: "piecemeal progress and circumscribed success". *Osgoode hall law journal*, v. 45, n. 2, p. 379-396, York University, Toronto, verão de 2007.

NELSON, Jessica Louise. *Gender and Justice: the experience of Female Lawyers in Indianapolis*. A Thesis Presented to the Department of History and Anthropology. Indianapolis: Butler University, mai. 2010.

PAGLIA, Camille. *Personas sexuais: arte e decadência de Nefertite a Emily Dickinson*. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 1990.

_____. Entrevista concedida à revista *Veja*, 1992.

_____. *Imagens cintilantes: uma viagem através da arte desde o Egito a Star Wars*. Rio de Janeiro: Ed. Apicuri, 2014.

- PATAI, Daphne. *História oral, feminismo e política*. São Paulo: Letra e Voz, 2010.
- PEDRO, Joana Maria. As mulheres do sul. In: PRIORE, Mary del; PINSKY, Carla B. (Org.) *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Ed. Contexto, 2013.
- PERROT, Michelle. *Os excluídos da história: operários, mulheres, prisioneiros*. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 2010.
- RAGO, Margareth. Trabalho feminino e sexualidade. In: PRIORE, Mary del; PINSKY, Carla B. (Org.) *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Ed. Contexto, 2013.
- RAMOS, Eloísa Helena Capovilla da Luz. As mulheres no cotidiano farroupilha no Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, revista *Justiça & História* (Impresso), v. 6, p. 199-214, 2008.
- RUFINO, Regina Célia Pezzuto. Thereza Grisólia Tang: a pioneira na conquista feminina na Magistratura Catarinense. In: *Persona*. Disponível em: <<http://www.revistapersona.com.ar/Persona69/69Regina.htm>>. Acesso em 29/06/2014.
- SADEK, Maria Tereza. *Magistrados: uma imagem em movimento*. Rio de Janeiro: FGV Editora/FGV Direito Rio, 2006.
- SANSEVERINO, Patrícia; SOUTO, Cíntia Vieira; TORRE, Márcia de la (Org.). *Histórias de Vida do Ministério Público do Rio Grande do Sul: olhar feminino*. Porto Alegre: Memorial do MPRS, 2005.
- SARLO, Beatriz. *Tempo Passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. São Paulo: Companhia das Letras, Belo Horizonte: UFMG, 2007.
- SCHWARTZ, Felice N. Management Women and the New Facts of Life. *Harvard Business Journal*, jan./fev. 1989.
- SHERRY, Suzanna. *Civic Virtue and the Feminine Voice in Constitutional Adjudication*, 72 VA. L. Rev. 543, 1986.
- SOIHET, Raquel. A conquista do espaço público. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Org.). *Nova História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2013.
- STANFILL, Francesca. Woman warrior: Sexual Philosopher Camille Paglia jousts with politically correct. *New York Magazine*, 4 mar. 1991.
- TANI, Karen M. *Portia's Deal*, 87 Chi.-Kent. L., rev. n. 549, Chicago, 2012. Disponível em: <http://scholarship.law.berkeley.edu/facpubs/1648>.
- THOMPSON, Paul. *A voz do passado: História Oral*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- VARGAS, Alzira. *Getúlio Vargas, meu pai*. Porto Alegre: Ed. Globo, 1960.
- WOLFF, Cristina Scheibe. Em armas: amazonas, soldadas, sertanejas, guerrilheiras.

In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Org.). *Nova História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2013.

ŽIŽEK, Slavoj. *Em defesa das causas perdidas*. São Paulo: Boitempo, 2011.

Hercília Regina Lemke



Hercília Regina Lemke nasceu em 30 de novembro de 1946, em Joaquim Távora/PR, e se formou em Direito, no ano de 1969, pela Universidade Federal do Paraná. Ingressou no Ministério Público de Santa Catarina em janeiro de 1972, como promotora de Justiça substituta da 6ª Circunscrição Judiciária da Comarca de Indaial. Foi nomeada, em julho de 1972, para o cargo de promotora de Justiça da Comarca de Gaspar, e, promovida, por merecimento, ao cargo de promotora de Justiça da 2ª Vara da Comarca de Jaraguá do Sul, em julho de 1985, onde permaneceu até junho de 1987, quando foi removida, por antiguidade, para o cargo de promotora de Justiça da 2ª Vara da Comarca de Indaial. Em julho de 1989, foi promovida à Comarca de Blumenau, ainda no cargo de promotora de Justiça. Foi coordenadora do DECOM, em Blumenau e, em abril de 1993, coordenadora do Centro das Promotorias da Coletividade na mesma comarca, cargos que ocupou até ser promovida, por merecimento, a procuradora de Justiça, em maio de 1998. No biênio 2002/2004 fez parte do Conselho Superior do Ministério Público.

HERCÍLIA REGINA LEMKE¹

Memorial do MPSC – *A senhora é natural de onde?*

Hercília Regina Lemke – Sou natural do Estado do Paraná, da cidade de Joaquim Távora.

Memorial do MPSC – *Sua família também é do Paraná? O que seus pais faziam?*

Hercília Regina Lemke – Eu sou nascida e criada no Paraná. Minha mãe e meu pai também são paranaenses. Meu pai foi promotor de Justiça, e minha mãe, depois que casou, deixou de trabalhar profissionalmente. Meu pai era da época em que promotor de Justiça ainda advogava; moramos em onze cidades: Ibiporã, Arapongas, Maringá... Depois fui para Curitiba, onde cursei Direito na Universidade Federal e lá conheci meu marido. Depois de casada, passei a residir em Blumenau.

Memorial do MPSC – *A sua família, então, tem tradição jurídica?*

Hercília Regina Lemke – Pertenço à quinta geração de bacharéis em Direito. Meu tataravô se formou em Coimbra: ele era brasileiro, mas foi para Portugal estudar. E meu trisavô se formou na primeira universidade de Direito do Brasil, em Olinda. Meu avô, eu não tenho certeza, mas papai cursou a Universidade Federal do Paraná, onde eu e minhas filhas também estudamos. Minha filha mais velha é juíza federal em Curitiba, a do meio é advogada em Blumenau e a mais nova é promotora de Justiça em Camboriú, continuando a tradição jurídica na família.

Entrei no Ministério Público em 6 de janeiro de 1972. Fui da primeira turma de promotores substitutos de Santa Catarina. Havia vinte e uma vagas, mas somente onze foram aprovados. No meu concurso, não havia outra mulher inscrita. Achei estranho, porque no Paraná, desde a minha infância, já havia mulheres atuando no Ministério Público. Nunca imaginei ser a primeira mulher a ingressar na carreira do Ministério Público de Santa Catarina por concurso. Foi um susto! Quando cheguei para o psicotécnico, numa sala enorme, numa escola (não me lembro de qual, pois não conhecia Florianópolis), olhei para dentro e não identifiquei outras mulheres... Meu marido me acompanhava e me confirmou, então, ser eu a única inscrita. As mulheres nem mesmo se inscreviam, porque sabiam que seriam reprovadas, de antemão.

¹ Entrevista realizada na Procuradoria-Geral de Justiça de Santa Catarina em 5 de setembro de 2012, por Gunter Axt, com assistência de Cássio Bogdan. Transcrição de Cássio Bogdan.

Pois bem, fiz o concurso, passei e fui trabalhar como substituta em Indaial, que na época era sede de Circunscrição. Substituía, ainda, em Ibirama e em Timbó. Em julho de 1972, fui para Gaspar, já como titular. Faltavam promotores e quase todos foram diretamente para a segunda entrância, mas como eu queria ficar ali, por perto, preferi Gaspar, que era de primeira entrância. Lá permaneci doze anos, tempo no qual minhas filhas cresceram. Morava em Blumenau, que era sede da Circunscrição. Depois disso, eu fui para Jaraguá do Sul, seguindo mais tarde para Blumenau, designada para instalar o DECOM.

O Ministério Público de Santa Catarina tinha iniciado, de forma pioneira no Brasil, a Defesa Comunitária do Ministério Público – DECOM. O hoje Procurador de Justiça, Dr. José Galvani Alberton, era o idealizador do projeto, com o apoio do então Procurador-Geral de Justiça, Dr. João Carlos Kurtz. Blumenau, entre as grandes comarcas, era a única que não tinha ainda instalado o DECOM. Os promotores de Justiça que, à época, trabalhavam em Blumenau (não eram muitos), não tiveram interesse em assumir a tarefa. Era um novo conceito de Ministério Público. Fui contatada pelo Dr. João Carlos Kurtz para assumir a tarefa.

Isto foi antes da Lei de Ação Civil Pública, de 1985, então, não havia instrumentos claros, era tudo na cara e na coragem! Tínhamos que recorrer ao Código Penal, ao antigo Código de Leis do Consumo, para tentar extrair elementos que nos permitissem realizar aquela defesa comunitária.

Coincidiu, com a instalação do DECOM, o plano de estabilização econômica do Presidente José Sarney. Aquela sequência de planos quase nos enlouqueceu! Eu ficava em uma salinha no fundo do corredor, diante da qual se formavam filas imensas, para falar com o promotor de Justiça. E, além da população em geral, havia os chamados “fiscais do Sarney”, que controlavam os preços cobrados pelos comerciantes. Aparecia de tudo! Desde gente reclamando que o cacho de bananas no quitandeiro estava alguns centavos mais caro, até denúncia contra uma mulher que batia no cachorro... Em função dos planos, a imprensa diuturnamente publicava reportagens e comparecia na sede do DECOM, tanto para saber notícias como para cobrar soluções. Houve situações pitorescas, como uma em que o Dr. João Carlos Kurtz veio nos visitar, com os assessores da Procuradoria de Justiça. Foram passando, ao largo da fila no corredor, para me encontrar na sala que ficava ao final, e as pessoas começaram a bradar: “Você está pensando que só porque está de terno e gravata vai passar na nossa frente? Tem que esperar igual a nós para falar com ela!”. Ele relata que quase apanhou (risos). Foi uma época de muito sufoco e agitação. Uma equipe de estagiários da Prefeitura me auxiliava e havia até um delegado que a integrava! Foi um enorme aprendizado. Tudo tinha de ser criado, praticamente do nada; não havia um manual que nos orientasse.

Memorial do MPSC – *Havia um **deficit** de participação das pessoas, que estavam saindo do regime militar e queriam encontrar canais de comunicação para se expressarem...*

Hercília Regina Lemke – Sim, pela primeira vez um órgão se abria para o público, para receber as pessoas. Estávamos empenhados na construção de um novo país, de uma nova sociedade. Tudo era experimental. O modelo partiu de uma ideia do Dr. José Galvani Alberton. Algum organismo tinha de atender à população no meio daquele turbilhão e o Ministério Público, com credibilidade junto à sociedade, chamou a tarefa a si. A iniciativa foi um sucesso, tanto que foi copiada em outros Estados. Foi um marco.

Na esteira desses acontecimentos, veio a Constituinte. Houve muito envolvimento dos promotores e procuradores. Numa ocasião, a pedido do Dr. Moacyr de Moraes Lima Filho, que era Presidente da Associação do Ministério Público, organizei em Blumenau, em minha casa, uma reunião com Vilson Souza, parlamentar da nossa bancada em Brasília. A ideia era pedir apoio para as nossas atribuições em Brasília. Eu tenho amizade com o Vilson Souza, que foi considerado o melhor Deputado Federal da Constituinte; ele disse algo que lembro até hoje: “Tudo bem, eu apoio vocês. Eu só quero saber como é que vocês vão dar conta de tudo isso! Depois não venham reclamar!” (risos). Foi outra luta! Era tudo novo, diferente, ninguém sabia exatamente como fazer.

Nessa época, em 1987, eu estava me retirando do DECOM. Voltei para Indaial, onde fiquei só um mês, porque me removi para Blumenau...

Memorial do MPSC – *Indaial era sua comarca de origem, então?*

Hercília Regina Lemke – Não, na verdade era Jaraguá do Sul, mas como eu ficara aquele tempo todo em Gaspar, houve possibilidade de mudar para Jaraguá. Numa daquelas sortes da vida, abriu Blumenau, pois aumentou o número de vagas. Eu e o Luiz Carlos Schmidt de Carvalho até discutimos nossas preferências. Escolhi a Vara da Família e ele, a Criminal. Como eu era mais antiga, tinha precedência. O então Procurador-Geral, o Dr. Hipólito Luiz Piazza, reforçara a recomendação, sob o argumento de que seria mais tranquilo. Eu, na oportunidade, ministrava aulas na Universidade Regional de Blumenau.

Nesta época, começamos a instalar as Coordenadorias, que existem até hoje; as chamávamos de Centros da Coletividade. Quando houve a abertura do Centro da Coletividade em Blumenau, o Dr. Carvalho e eu fomos para esta área. Fiquei na Ambiental, no Consumidor e na Sonegação Fiscal, e ele, na Moralidade Administrativa. Infelizmente, o Carvalho veio a falecer.

Memorial do MPSC – Num acidente de helicóptero, não é?

Hercília Regina Lemke – Sim. Ele ficou uns dois anos na Coletividade, saindo para assumir a Secretaria de Estado. Faleceu no exercício do cargo. Éramos muito amigos; foi uma perda triste. Quando ele saiu, assumi a coordenação-geral da Coordenadoria, onde fiquei até ser promovida para procuradora de Justiça.

Na área da Coletividade, atuei intensamente com loteamentos irregulares. O Prefeito, Renato Vianna, era de agradável convívio e profissional sério, o que facilitava a compreensão. Chegou-se a um ponto em que não se tomavam iniciativas, na área ambiental, sem consultarem a Promotoria. Blumenau aumentou sua cobertura vegetal e regularizou muitas áreas que estavam em risco. No início, havia um passivo volumoso. Enfrentei a situação ajuizando Ação Civil Pública contra os loteadores e também contra a Prefeitura Municipal. E, quando cabível, ação penal ambiental. Jogava em todas as frentes. O Presidente da Câmara dos Vereadores, Arlindo de Franceschi, era um dos loteadores com mais problemas. Ele ficou irado, porque consegui a indisponibilidade de seus bens, inclusive da Ferrari. Ele achou um horror! Deu declarações nas rádios, dizendo que ia embora de Blumenau, porque certa promotora o perseguia. Realmente, não dei trégua para os loteadores irregulares. Um grupo de loteadores procurou-me, pedindo-me para auxiliá-los a organizar uma associação de loteadores para evitar os loteamentos irregulares. Eu disse: “Se é para fazer direito, então vamos fazer”. Ajudei-os e nasceu a Associação de Loteadores de Blumenau.

A população nos apoiava. E nos demandava também. A Promotoria vivia cheia. Foi um período de muito trabalho. O Juiz, Newton Janke exclamava: “Lá vem a Hercília de novo...”. Eu dizia: “Preciso para ontem essa liminar!”. Ele era engajado, estava preocupado em mudar as coisas, em fazer justiça. Foi um trabalho muito gratificante.

Memorial do MPSC – A senhora pegou as grandes enchentes dos anos 1980?

Hercília Regina Lemke – Sim. Eu morava em um morro e fiquei ilhada. Não pude fazer muita coisa. Contudo, foi de certa forma, também graças a esses fenômenos, que a consciência da população se apurou. As associações de moradores tornaram-se atuantes. Eu tive apoio. Por sorte, sempre trabalhei com gente boa! O Tenente da Polícia Ambiental era Jorge Luiz Heckert, sempre pronto para entrar em campo ao meu lado! Havia muita união.

Um dia, estava dando uma aula, quando o pessoal de uma associação de moradores entrou em sala para me alertar que um morro estava sendo invadido.

Estavam desmatando e abrindo um loteamento sem a documentação pertinente e o responsável pela comercialização dos lotes era o presidente da Associação de Moradores. Fiquei furiosa! Não dava para descuidar.

Memorial do MPSC – E as encostas dos morros?

Hercília Regina Lemke – Bem, as encostas dos morros... O que eu subi de morro, vocês não fazem ideia! Tentando tirar as pessoas de lá... O problema nem era tão grave naquela época. Deteriorou-se depois, com o crescimento da cidade. A dificuldade maior era no bairro Garcia, que tem a maior área de preservação ambiental e também de maior risco. Fizemos de tudo para impedir as pessoas de se instalarem nessas áreas de grande risco. Este trabalho foi em conjunto e dele participaram, além do Ministério Público, a Polícia Ambiental e a Fundação do Meio Ambiente de Blumenau. Foi difícil, pois mesmo com as consequências dramáticas das enchentes, certas medidas eram polêmicas. Por outro lado, havia adesão e pessoas dispostas a colaborar. Alguns prefeitos de Blumenau, como Renato [de Mello] Vianna e Victor Fernando Sasse foram muito parceiros nessa empreitada.

Não obstante, nem todo loteador era bandido. Era preciso manter um distanciamento crítico da situação. Recordo-me de um vereador que estava loteando uma área, com seriedade; tinha conseguido todas as autorizações, mas esbarrava na resistência do IBAMA em conceder permissão para o corte de árvores. Fui verificar pessoalmente. Apesar das reclamações, tudo estava em ordem. Já que o empreendimento havia sido autorizado, não se tratava de área de preservação total (não se tratava de APP e não havia árvores nativas a serem preservadas), então, não havia por que não conceder a autorização. O IBAMA solicitou a minha manifestação no processo que tramitava naquele órgão. Era necessário equilíbrio: nada de devastação, mas preservação absoluta num ambiente urbano não é razoável. Com ironia, escrevi na minha manifestação: “Tendo em vista que o loteamento é direcionado para pessoas, as quais, para ali morarem, precisam construir casas, no caso de não poderem retirar parte das árvores, sugiro que se transforme em um loteamento para macacos.”. Como é que autorizam um loteamento sem poder cortar as árvores? O IBAMA aprovou.

Outra polêmica foi com respeito ao *Shopping Center*, em Blumenau, aquele do Centro. Atrás, na área onde ficava o Colégio Santo Antônio, hoje Bom Jesus, havia um parque, cuja integridade precisava ser preservada. Respeitaram todo o processo, mas depois de inaugurado o empreendimento, resolveram construir algo nesse terreno anexo. Estabeleceu-se um impasse. Um veículo da Prefeitura veio me buscar, em casa, para uma reunião. Havia meia dúzia de advogados de São Paulo. Discutiam, argumentavam. Lá pelas tantas perdi a paciência e lasquei:

“Ou vocês assinam o acordo, ou eu saio daqui e vou direto para a Promotoria pedir ao juiz uma liminar para embargar a obra. Querem pagar para ver?”. Enjoei, não queria mais conversa. Blefei, porque eu não sabia se conseguiria a liminar (risos). Mas funcionou.

Memorial do MPSC – E o problema de coleta de lixo?

Hercília Regina Lemke – Sim, participei desta discussão também. Mas a grande discussão foi a construção do aterro sanitário para os resíduos industriais. Depois de muita polêmica, um inquérito civil e a aprovação do Conselho Superior do Ministério Público, finalmente foi construído, de forma moderna, e hoje é exemplo.

Outra polêmica foi a da cervejaria projetada para a Praça Dr. Blumenau, uma praça tradicional no centro de Blumenau, que estava servindo para drogados e traficantes e impedindo o acesso da população. A polêmica foi imensa, envolvendo historiadores, jornal, rádio e a população. Por fim, após um longo inquérito civil, levei o projeto para ser discutido no Ministério Público, e, depois, para o Conselho Superior, que aprovou e foi liberada a construção da cervejaria.

No local foi construído um museu da cerveja e uma cervejaria nos moldes europeus, e os jardins e estátuas todos recuperados, tudo revitalizado, entregue ao uso da população.

Em 1998, fui promovida a procuradora de Justiça. Para ser sincera, eu não queria, pois sou muito agitada. Preferia estar na turbulenta atividade do dia a dia da Promotoria de Justiça. Mas continuo trabalhando na mesma área, com Meio Ambiente, Direito do Consumidor, a área Coletiva. Fui professora titular na FURB por 14 anos. Entrei e logo prestei concursos de ingresso; depois, concurso público para titular. Sou mestra em Direito pela UNIVALI/FURB. Minha dissertação intitulou-se *A Propriedade e a Função Socioambiental da Propriedade*.

Memorial do MPSC – A senhora foi a primeira mulher atuando sistematicamente no Ministério Público. Como as pessoas reagem?

Hercília Regina Lemke – A maior parte dos colegas que encontrei encarou de forma natural a convivência profissional com uma mulher. Em Blumenau, fui muito bem-recebida, mesmo por veteranos, como o Enéas Athanázio, que se tornou um querido amigo. Um ou outro, na instituição, dentre os mais velhos, estranhou, mas como vim para ficar, me aceitaram. Eu era nova, tinha apenas 24 anos. Então, além da questão de gênero, havia também o problema da idade. Ajudou o fato de eu ser casada e ter três filhas. Apesar da pouca idade, tinha bagagem.

Em Gaspar, contudo, cidade menor, o susto inicial na população foi mais perceptível. As pessoas resistiam um pouco a me consultar sobre os problemas da competência da Promotoria. Não sabiam bem como conciliar, na sua cabeça, minha condição de mulher, jovem, com a seriedade do cargo. Às vezes, para tratar assuntos da Promotoria, alguns procuravam o juiz, que os encaminhava para mim. Percebi que conquistara a confiança dos gasparenses quando um empresário, um senhor mais velho, pediu para falar comigo. Ouvi toda a história dele. Não era caso para a promotora, mas para um advogado. Ele, então, retrucou: “Eu tenho advogado. Queria apenas saber a sua opinião”.

Nos eventos sociais, por vezes, surgiam situações inusitadas. Recordo-me de um caso no *Rotary Club* de Gaspar, em um 7 de Setembro. Era praxe organizarem uma mesa com autoridades, o juiz, o promotor... Eu fui com meu marido. Como o jantar não começava nunca, já num atraso fenomenal, perguntei o que estava acontecendo. Não sabiam em que lugar acomodar meu marido e estavam constrangidos em me indagar. Ele era um advogado conhecido, pois já advogava havia muitos anos e Gaspar pertencia à Comarca de Blumenau até 1971. Fui logo dizendo: “Meu marido é um homem inteligente, sem nenhum problema de autoafirmação”. Desta forma, resolvido o impasse: ele se sentou tranquilamente na mesa com a esposa do juiz, da escrivã e outros. Enfim, parece até um folclore, mas situações como estas aconteciam, porque as pessoas não tinham muita ideia de como adaptar o protocolo a uma situação na qual a autoridade era uma mulher. Mas tirando isso, eu fui muito bem-aceita. Fui promotora em Gaspar por doze anos e jamais enfrentei problemas de rejeição.

Memorial do MPSC – E em Ilhota?

Hercília Regina Lemke – Ilhota e Luís Alves pertenciam à Comarca de Gaspar, sendo esta a sede da Comarca. Em Luís Alves, os problemas maiores decorriam das festas na Igreja; as brigas geravam diversos inquéritos policiais; terra da cachaça... Em Ilhota, os dramas eram os inúmeros acidentes de trânsito; a rodovia cortava e ainda corta a cidade. Os atropelamentos e mortes eram em número elevado para a pequena cidade.

Memorial do MPSC – Como eram as relações com a Procuradoria? Alguma vez essa questão de gênero influenciou?

Hercília Regina Lemke – Não, jamais. Talvez tenha tido sorte... Quando ingressei, o Procurador-Geral era o Dr. José Daura, homem muito sério e que, apesar de pertencer à velha guarda, tradicional, jamais fez qualquer distinção. Depois, o Dr. Napoleão Xavier do Amarante me ajudou em uma situação difícil,

quando queriam me mandar para o oeste de Santa Catarina, para que eu desistisse da carreira. Mas foi um incidente isolado. Quanto ao Dr. João Carlos Kurtz, o que menos contava era a questão de gênero, pois ele e o Dr. José Galvani Alberton estavam empenhados na construção de um novo Ministério Público e buscavam adesões, pessoas em sintonia com aquela mentalidade. E se passaram quase dez anos até que a Dra. Rosa Maria Garcia ingressasse. Por muitos anos, fui a única promotora, pois outras mulheres seguiam sem disposição para enfrentar o clima de resistência que imaginavam iriam encontrar já no concurso. Depois da Rosa, outras chegaram. Hoje nós somos um terço do quadro. No começo, o povo estava pagando para ver. Foi o que aconteceu comigo. Queriam ver se eu teria sucesso, se eu não iria embora, se faria carreira, se aguentaria o ritmo do dia a dia de uma Promotoria, porque a pressão é grande.

Mas como venho de uma família de tradição jurídica, sempre acreditei que iria trabalhar no ramo. Nunca me imaginei exclusivamente no lar, sem uma vida profissional ativa.

Assim, como minhas filhas mais tarde, eu respirava Direito na casa dos meus pais. Convivia com os amigos de papai, juízes, promotores, advogados... Embora eu não nutrisse uma vocação específica para o Ministério Público, mas sim, originalmente, para a advocacia, foi como promotora de Justiça que construí minha carreira. Casei com um advogado. O meio familiar, com certeza, contribuiu, também, em alguma medida, pois eu tinha acesso aos juízes, aos advogados. O pai do Dr. Paulo Roberto de Carvalho Roberge, por exemplo, era Juiz Diretor do Fórum na época em que instalei o DECOM, o que facilitou ter cedido um espaço, sem o qual não teríamos como operar, pois o Ministério Público não tinha recursos naqueles tempos, para alugar dependências. Eu sempre convivi com o meio jurídico, primeiro como filha (papai era promotor e advogado) e, depois, como esposa de advogado. Não era uma novidade; eu pertencia ao meio.

Agora estou prestes de me aposentar. Sou a mais antiga na carreira. Os colegas aprovados no mesmo concurso já se aposentaram, como o Dr. Demétrio Constantino Serradini, ou seguiram para o Quinto Constitucional, como o Dr. Moacyr de Moraes Lima Filho. O Dr. Paulo Antônio Günther foi meu colega de faculdade no Paraná, nos formamos no mesmo ano, mas ele entrou no concurso seguinte. O Dr. Hans Bartek Peter Eduard Pilchowski também foi meu colega, mas não de turma, mas entrou no concurso seguinte. Hoje ele está aposentado. Naquela época, muitos que estavam entrando no Ministério Público de Santa Catarina eram naturais do Paraná ou tinham estudado lá.

Memorial do MPSC – *Seu marido é catarinense?*

Hercília Regina Lemke – Sim, de Blumenau. Estudou em Curitiba, onde nos conhecemos, na faculdade. Foi por causa dele que vim para Santa Catarina. Bem, acho que já falei o bastante.

Memorial do MPSC – *Nós agradecemos muito pela atenção.*

Hercília Regina Lemke – Eu é que agradeço.

Rosa Maria Garcia



Rosa Maria Garcia nasceu em Itajaí/SC, em 21 de outubro de 1947. Filha de Affonso Garcia, agricultor e comerciante, e Izabel Pereira Garcia, florista e dona de casa, graduou-se em Pedagogia pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Vale do Itajaí – FEPEVI, em 1972; e, em Direito, pela Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Vale do Itajaí – FEPEVI, em 1977. Coursou mestrado em Direito Público na Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, tendo concluído os créditos em 1987. Ingressou no Ministério Público de Santa Catarina em 26 de janeiro de 1979, quando foi nomeada promotora de Justiça substituta da 6ª Circunscrição Judiciária da Comarca de Blumenau; promotora de Justiça da Comarca de Pinhalzinho, em 7 de dezembro do mesmo ano; promotora de Justiça da Comarca de Maravilha, em 6 de outubro de 1980; promotora de Justiça da Comarca de Braço do Norte, em 9 de dezembro do mesmo ano; promotora de Justiça da 2ª Vara da Comarca de Videira, em 18 de março de 1982; promotora de Justiça da 2ª Vara da Comarca de Canoinhas, em 7 de abril do mesmo ano; promotora de Justiça da 2ª Vara da Comarca de Palhoça em 9 de março de 1984; promotora de Justiça da 2ª Vara Criminal de Blumenau em 31 de agosto de 1987; promotora de Justiça da 4ª Vara Cível de Blumenau, em 4 de abril de 1991 e nomeada para

a 3ª Vara Cível de Blumenau no mesmo mês. Designada secretária-geral da Corregedoria-Geral do MPSC, em 21 de agosto de 1992 foi nomeada promotora de Justiça da 4ª Vara Criminal da Comarca da Capital, em 28 de maio de 1993; coordenadora-geral do Centro das Promotorias da Infância, em 2 de junho de 1995; e, por fim, nomeada procuradora de Justiça, em 26 de novembro de 1996. Na Alta Administração, substituiu como Corregedora-Geral, sendo nomeada, em 18 de dezembro de 1999 e afastando-se em 1º de janeiro de 2000. Fez parte do Conselho Superior do MPSC por dois mandatos consecutivos (1999-2001), tendo sido eleita, pela classe, no primeiro mandato, e pelo Colégio de Procuradores, no segundo. Aposentou-se em 3 de agosto de 2001, por tempo de serviço. Externamente ao Ministério Público, foi professora de 1º e 2º grau da Rede Estadual, na cidade de Itajaí, ministrando as disciplinas: Ciências, Biologia, Moral e Cívica e Sociologia, de 1967 a 1972; secretária-geral e diretora administrativa da Fundação de Ensino do Polo Geoeducacional do Vale do Itajaí – FEPEVI -, atual UNIVALI, de 1974 a 1977; coordenadora da Comissão Comunitária do Departamento de Apoio ao Campus Universitário da FEPEVI, de 1977 a 1978; professora de Direito Social para o curso de Administração da Faculdade de Canoinhas, no período de março a dezembro de 1982 e professora de Direito Ambiental na FURB, Blumenau, de março a julho de 1990.

ROSA MARIA GARCIA¹

Memorial do MPSC – A senhora é natural de Itajaí?

Rosa Maria Garcia – Sou natural de Itajaí.

Memorial do MPSC – E como foi a opção pelo Direito? Havia alguma tradição na família?

Rosa Maria Garcia – Um primo do meu pai era Desembargador, Adão Bernardes; mas não se tratava propriamente de uma tradição familiar. Quando criança, sonhava em ser médica. Na adolescência, desejei ser aeromoça. Contudo, minha dificuldade com línguas era um obstáculo. Cursei Pedagogia, mas achei que necessitava de algo mais. Daí o Direito.

¹ Entrevista realizada por Gunter Axt, com assistência de Alexandre Martins e Daniella Talarico na sede da Associação do Ministério Público de Santa Catarina em 22 de março de 2011. Transcrição de Jefferson Campos Beck.

Memorial do MPSC – *Em Itajaí mesmo?*

Rosa Maria Garcia – Sim, toda a minha formação foi em Itajaí. Eu sou oriunda da escola pública. Cursei o segundo grau no Colégio São José e frequentei as faculdades da UNIVALE, antiga FEPEVI.

Um professor da Faculdade de Direito, Juiz no Tribunal Regional do Trabalho, José Luiz Moreira Cacciari, um grande magistrado, dizia-me: “Rosa, você é uma promotora nata”. Ele fora membro do Ministério Público. Achava que o Ministério Público era uma grande oportunidade para a realização profissional. Entendia ser uma instituição moderna e insistia que eu tinha o perfil adequado para o exercício da função. Acabei me convencendo dos argumentos dele e me entusiasmei com a possibilidade de ser promotora.

Ouvi falar da Dra. Hercília Regina Lemke, como sendo a primeira mulher a ingressar na instituição, nos anos de 1970. Não se tinha notícias de outras mulheres atuando como promotoras de Justiça. Então, foi a primeira vez em que a questão feminina se apresentou para mim como um desafio. Naquela época eu não tinha elementos suficientes para compreender que os valores que trago comigo, como mulher, que são os valores da vida privada, poderiam me ajudar muito no espaço público. Isso hoje é fato, e esses valores cada dia mais se tornam universais. Mas o mundo ainda era outro e o Ministério Público, como outras instituições congêneres, era visto pela própria sociedade como espaço do homem, do mundo masculino. O fato de ser mulher, em certa medida, apresentava-se como barreira. Percebi, finalmente, que só o fato de desejar ser membro do Ministério Público já me colocava ao lado das mulheres e suas lutas, pois, afirmar-se como mulher aqui passava por transpor barreiras que estavam além da dimensão do indivíduo. Tratava-se de um desafio de gênero, um desafio sociológico.

Dediquei-me a estudar e me inscrevi no concurso de 1978, juntamente com outros 140 candidatos. Havia até professores meus inscritos para a seleção. Fui classificada! Na prova oral, enquanto eu estudava na biblioteca do Ministério Público, alguns procuradores me perguntaram se, caso fosse aprovada, faria carreira ou permaneceria sempre como substituta. Naquele tempo, este era um tema que preocupava a instituição. Garanti-lhes que não apenas faria carreira, como também iria para o Oeste se necessário fosse.

Eu nunca tinha advogado e não se exigia o estágio de três anos, como hoje, para o ingresso na carreira. Não havia a Escola do Ministério Público, nem curso de preparação. Entrávamos no exercício da função sem maiores orientações ou experiência. Tudo o que sabíamos sobre a instituição era autodidata, resultado de leituras e, eventualmente, uma ou outra conversa.

Memorial do MPSC – E havia outras mulheres inscritas no concurso?

Rosa Maria Garcia – Um bom número de mulheres, naquela época, já cursava a Faculdade de Direito. Dentre os candidatos inscritos no concurso, 40% eram mulheres, eu acho.

Memorial do MPSC – E a sua primeira comarca, qual foi?

Rosa Maria Garcia – Pela classificação no concurso, eu poderia optar dentre algumas comarcas. Pedi ao Procurador-Geral, Dr. Napoleão Xavier do Amarante, uma bem pequena, porque achava que poderia ter dificuldade de adaptação às novas funções nas comarcas maiores. Mas ele achou que eu deveria ir para uma comarca grande, pois, no isolamento da pequena comarca eu custaria mais a compreender a dinâmica ministerial, a filosofia da instituição, etc.

Fui para Blumenau, e lá encontrei José Enéas Cezar Athanázio, nosso renomado autor de contos e crônicas, bem como André Mello Filho, Carlos Armando D’Avila dos Santos, Mário Edgar Wolff... Logo me entrosei, e me senti acolhida como pessoa e como profissional. A convivência com esses membros do Ministério Público, para mim, foi de fundamental importância. Eles foram verdadeiros mestres.

A minha primeira audiência, em fevereiro de 1979, foi um caso de divórcio. A Lei do Divórcio entrara em vigor havia pouco. Havia muito preconceito ainda em relação a essa matéria. Deparei-me, em seguida, com uma pilha de processos que procurei enfrentar com muito zelo. Não sabia como proceder em face de um deles. Como o Dr. Napoleão recomendara que eu consultasse os colegas quando necessário... depois de muito pensar fui falar com o Enéas, e ele, meio que sorrindo disse: “Rosa, você vai fazer parte do folclore do Ministério Público, aqui é só dar ciente”. Ruborizei. Eu consumira um dia inteiro para descobrir isso! Veja as consequências da falta de prática forense na formação da gente. Conto isso sem constrangimentos, pois fatos como este eram corriqueiros, e até para que valorizemos o esforço que hoje se faz para que o promotor não chegue despreparado à comarca.

Permaneci um ano como promotora substituta em Blumenau. Daí, fui promovida a promotora pública e nomeada para Pinhalzinho. A primeira promotora a chegar ao Oeste! Solteira, pedi a minha mãe para me acompanhar. Foi grande a curiosidade daquelas pessoas. Todos queriam saber se eu era ou não casada... Um clube campestre era a menina dos olhos da cidade. O presidente, um médico, enviou-me, pela escrivã, um formulário para que eu me associasse. Senti-me muito honrada. Como deixei em branco o campo destinado ao cônjuge, acabei sendo ignorada. Fiquei sabendo, pela própria escrivã – que se não me engano chamava-se

Janete –, que a diretoria não concebia a presença de uma mulher, na minha posição, solteira e desacompanhada nas dependências do clube. Assimilei o golpe. Não adiantava conflitar. Situações como esta se repetiram aos montes.

Memorial do MPSC – *A Corregedoria promoveu alguma inquirição na comarca, para sentir como as pessoas percebiam uma promotora solteira?*

Rosa Maria Garcia – Não, a instituição nunca tomou nenhuma medida como essa, tendo sempre depositado inteira confiança na maneira como lidávamos com as resistências locais. O Ministério Público também não tinha um preparo prévio para situações de gênero. Tudo era tratado com normalidade, um verdadeiro “faz de conta”, como se não existisse. Na minha leitura, a Administração Superior confiava muito na triagem do concurso, pelos seus critérios subjetivos de avaliação e, no mais, seguia um destino institucional sem volta, que era a chegada da mulher. Assim, eventuais problemas que surgissem em razão de gênero, estado civil, inclusive questões de segurança pessoal, deveriam ser, em princípio, geridos pelas próprias mulheres, e quando necessária a intervenção da instituição, a solução era encaminhada caso a caso. No decorrer dessas entrevistas, a equipe do Projeto Memória poderá constatar isso.

Situando as coisas, podemos dizer que na região sul do Brasil, a questão da mulher sempre foi um tanto velada. Nunca foi abertamente discutida e enfrentada. Por isso, as mulheres do Ministério Público do Nordeste, quando nos encontrávamos nos congressos, diziam: no Nordeste é mais fácil ser mulher, porque lá o machismo é explícito, o que facilita o enfrentamento e o combate. Na verdade, como já disse, no meu tempo, no tempo da Hercília, e de tantas outras pioneiras, a pressão da mulher para ocupar esses espaços de poder era muito grande e a compreensão disso, a assimilação, foi lenta e gradual, sempre de acordo com as culturas regionais. A instituição não nos repelia, mas também não debatia as especificidades da nossa presença. Ainda hoje é um pouco assim, até pela postura das próprias mulheres: somos todos promotores. Fui sempre tratada com enorme respeito e consideração pelos colegas, pelos meus pares. Todavia, sentia haver nesse contato um cuidado adicional, como se a espontaneidade nas relações interpessoais não fosse exatamente a mesma... Sempre fui promovida por merecimento. Os meus colegas, especialmente os da minha turma de concurso, com os quais eu concorria se regozijavam com isso. Era uma manifestação de carinho, de apreço, como se sentissem: “É mulher, que bom que foi promovida por merecimento”. Mas eu não estava querendo nenhuma proteção especial.

Memorial do MPSC – *E como a senhora lidou com os júrís?*

Rosa Maria Garcia – Meu primeiro júri foi em Blumenau. Toda a minha família foi assistir... Foi um acontecimento! De Pinhalzinho, onde não cheguei a fazer nenhum júri, fui para Braço do Norte. Ali enfrentei um júri pesado, envolvendo um marido que matou a mulher enquanto ela dormia. Na minha próxima Comarca, Canoinhas, participei de mais de 40. O Juiz era o Volnei Ivo Carlin, com quem consegui desenvolver uma ótima parceria. Juntos, colocamos a comarca em dia. No júri, como eu havia cursado Pedagogia, usava técnicas de sala de aula, rabiscando esquemas no quadro-negro e fazendo croquis da ambiência do crime. Isso foi novidade em Canoinhas. Quando eu esquecia o quadro-negro, os jurados até reclamavam...

Canoinhas, na época, era uma comarca tensa. Em 1982, quando cheguei, sabendo se tratar de uma mulher, o delegado destacou um policial para guardar a frente de minha casa. Toda manhã eu acordava com um guarda diante de minha janela! Pedi para dispensá-lo, até porque não havia a menor conveniência em se criar um precedente daqueles. Na minha concepção, medidas desse tipo poderiam ser usadas como óbice para a entrada de outras mulheres na carreira.

Mas em seguida enfrentamos uma onda de crimes de aluguel, de pistolagem. Eu não andava armada e nem sabia atirar. Fomos aconselhadas, eu e a Heloísa Crescenti Abdalla a comprar um revólver. A Dra. Heloísa era Promotora Substituta, tinha apenas 23 anos, e vinha da cidade de Santos-SP. Cada uma comprou o seu Taurus, calibre 38, cano curto. Coloquei o meu no porta-luvas e deixei o carro no posto de combustíveis para uma lavagem. Foi o suficiente para que se espalhasse a notícia de que as promotoras andavam armadas. Além disso, fizemos treinamento de tiro com a Polícia Militar. Agora, quando estávamos renovando o nosso porte de armas de fogo, vi a Heloísa atirando, acho que ela aprendeu bem...

Isso era necessário, até porque acontecera um incidente, num júri. O delegado lançou-se em nossa direção, em pleno julgamento, interrompendo-o, pois teria visto alguém na plateia pronto para nos agredir. Tratava-se de um conhecido pistoleiro, réu em outro processo. Prenderam o indivíduo, que estava armado. Todavia, era comum pessoas andarem armadas em Canoinhas. E no Salão do Júri, não havia qualquer tipo de fiscalização; não sei se existe hoje em dia.

A região de Canoinhas abrigara refugiados do Contestado. Os sobreviventes daquele episódio se estabeleceram numa área remota, a Serra do Lucindo. A Polícia lá não entrava. E quem vinha de lá, deixava as armas num bar, na entrada da cidade, um estabelecimento de beira de estrada, junto ao qual o ônibus fazia uma parada informal, mas sistemática. Nunca me aventurei a ir àquela serra.

A cidade acolhia bom número de ervateiros, gente que vinha de fora, para colher erva-mate. No meio deles, abrigavam-se pistoleiros. Depois da colheita, muitos ficavam debalde, sem trabalho, largados nas lavouras, o que favorecia a ambiência para o crime. O índice de alcoolismo era elevado. Em geral, a violência estava relacionada ao consumo abusivo de álcool. Em festas, botecos e acampamentos comumente estourava uma briga, um entrevero. Todos portavam armas brancas, nem que fossem pequenos canivetes ou ferramentas de trabalho. Muitos usavam armas de fogo. Apesar disso, a Comarca de Canoinhas foi uma das mais acolhedoras por onde passei. Fiz grandes amizades, participei de muitos eventos festivos, lecionei na faculdade... Deixou saudades.

Memorial do MPSC – *A economia da região era basicamente erva-mate?*

Rosa Maria Garcia – Produzia-se erva-mate, batata, aveia, madeira, cebola...

Memorial do MPSC – *Disputa de terra, também havia?*

Rosa Maria Garcia – Poucas. Alguma grilagem, mas os conflitos em torno de divisas não eram frequentes.

Memorial do MPSC – *E como era a comunicação, nessa época, com a Procuradoria-Geral de Justiça?*

Rosa Maria Garcia – Foi sempre excelente. Éramos ouvidos e havia disposição para ajudar. Promoviam-se, com razoável frequência, eventos de conagração da classe. Eram ótimas oportunidades para nos encontrarmos e nos conhecermos. Organizavam-se, também, muitas reuniões de trabalho. Foi um momento rico do Ministério Público, que começou com a elaboração da nossa primeira lei orgânica nacional e, em seguida, a sua implantação.

Memorial do MPSC – *Eram encontros promovidos pela Associação ou pela Procuradoria-Geral?*

Rosa Maria Garcia – A Associação os promovia, com apoio do Procurador-Geral, João Carlos Kurtz. Debatia-se muito. Viajava-se muito. Anos depois, tínhamos saudades daquele tempo.

Memorial do MPSC – *A senhora acompanhou o período da gestão do Dr. Hipólito Luiz Piazza, durante o qual se verificaram conflitos com a Associação?*

Rosa Maria Garcia – Vivi intensamente aquele momento. Sempre fui envolvida com as questões institucionais, uma pessoa de tomar posições; eu tenho lado. Eu estava em Blumenau nessa época. Eram poucos os membros que apoiavam o procurador-geral. Aquele foi um momento tormentoso, mas o Ministério Público

fortaleceu-se com os debates que emanaram dali. Todos nós amadurecemos. Depois que tudo passou, conheci melhor o Dr. Piazza. Hoje me sinto grande amiga dele, apesar das divergências do passado.

Memorial do MPSC – *Depois de Canoinhas, a senhora foi para?...*

Rosa Maria Garcia – Para Palhoça, e de lá, para Blumenau, agora como promotora de quarta entrância.

Memorial do MPSC – *Dentre os temas mais debatidos naquele momento estava o das convocações. Havia muitos titulares deslocados em Blumenau?*

Rosa Maria Garcia – Não, porque quando cheguei a Blumenau já estávamos na gestão do Dr. Piazza e ele suspendera as convocações. Eu não era contra as convocações, porque achava que precisava de uma boa equipe na Procuradoria para auxiliar na sustentação dessas mudanças que se anunciavam. A convocação representava modernidade, novas ideias, tais como os Centros de Coletividade. Eu estava imbuída desse novo espírito, então, achava que a convocação não era uma coisa errada. O Ministério Público evoluía para as Promotorias Especializadas e Centros de Apoio. Em minha opinião, a desconvocação atrasou esse processo de modernização que estava em curso.

Memorial do MPSC – *E como era a infraestrutura que o promotor dispunha para a execução da sua atividade funcional?*

Rosa Maria Garcia – Muito simples. Mas a sociedade também era outra e tinha-se muita liberdade para empregar a criatividade. Toda a iniciativa que tomávamos repercutia, porque tudo era novo, estávamos inventando uma nova instituição.

Em Canoinhas eu contratei um funcionário, às minhas próprias expensas, para me ajudar na Promotoria... Evidentemente, não havia recomendação da Administração nesse sentido, mas também não havia uma proibição expressa. Talvez esse jovem estudante, cujo nome não me recordo, tenha sido o primeiro ou um dos primeiros estagiários do MPSC. Senti que precisava tomar alguma providência, pois o trabalho se avolumava e eu não dispunha de nenhum auxiliar. Quando eu queria fazer croquis dos crimes, ia ao local. Preparar um júri consumia uma semana. Então, começou a haver acúmulo de trabalho... Embora era um trabalho muito mais sossegado, se comparado com os dias de hoje, principalmente no que diz respeito à mídia. Trabalhava-se bastante, mas não havia esta pressão externa, enlouquecida, que gera tanto estresse.

Quando entrei no Ministério Público, a máquina de escrever elétrica era considerada uma revolução. Fui uma das primeiras a tê-la. Acompanhei, também, a chegada dos primeiros computadores. Não faz muito tempo... Conheci o computador já na Procuradoria, em 1995. Conheci, no sentido de começar a manuseá-lo. E, por muito tempo usei o computador apenas como máquina de escrever... Uma pena!

À medida que a sociedade foi evoluindo, a demanda foi crescendo e o Ministério Público precisou adaptar-se e se aparelhar. Na Palhoça, eu tive uns três ou quatro estagiários. Já era uma mão na roda. Como vocês podem ver, desde sempre eu incentivei a presença de estudantes estagiários na instituição. Mas, como tudo o que se implanta de novo, o regime de estágio passou por várias etapas, precisou ser disciplinado, organizado. Não havia rotinas estabelecidas, regulamentos claros. Hoje é uma realidade.

Memorial do MPSC – *E a senhora se recorda da natureza das demandas na época?*

Rosa Maria Garcia – Na área Criminal, eram basicamente os homicídios; muito estelionato, pequenos furtos... E a droga já começava a se insinuar... Faziam-se processos enormes para pequenas quantidades de maconha. Percebíamos que já estávamos mexendo em abelheiros, que vinha coisa feia pela frente. A figura do traficante não era tão evidenciada. Talvez tenhamos errado em não combater a droga antes de sua expansão. Sempre acreditei que punir pequenos delitos produz um exemplo edificante. Na área Cível, na primeira instância, trabalhei com Direito de Família, sucessões... Quando estive na Palhoça, voltei a minha atenção à questão ambiental e promovi ações em defesa do manguezal. Em Blumenau, como coordenadora daquele núcleo regional de estudos, e contando com os demais promotores, bem como com o apoio da ACMP e da PGJ, promovemos um seminário: “O Ministério Público e o Meio Ambiente”. Já na segunda instância me ative aos mandados de segurança, quase sempre envolvendo questões do funcionalismo público. Foram períodos de grandes debates nacionais: a Constituinte, a promulgação da nova Constituição, reformas administrativas, planos econômicos, brigas por direitos...

Memorial do MPSC – *E como a senhora percebeu o impacto dos novos diplomas surgidos em princípios dos anos 1990, tais como o Estatuto da Criança e do Adolescente?*

Rosa Maria Garcia – Em 1992, ainda promotora, fui convidada pelo Dr. Moacyr de Moraes Lima Filho, Corregedor-Geral do Ministério Público, para assumir o cargo de secretária da Corregedoria. Já em 1995, o Dr. Moacyr de Moraes Lima Filho era o Procurador-Geral, e me nomeou para coordenar o Centro de Apoio à Infância e Adolescência. Então, para melhor desempenhar essa nova função, eu e o meu querido e saudoso amigo, Luiz Carlos Schmidt de Carvalho, meu conterrâneo, fomos a São Paulo para buscar novas ideias e manter novos contatos. O Carvalho

também estava na coordenação de um Centro de Apoio. Constatei que no MP de São Paulo havia um bom grupo de trabalho dedicando-se à área da Infância, para dar conta da implantação do Estatuto. Para tanto, foram instaurados dois inquéritos civis, um contra o governador e outro contra o prefeito de São Paulo. Aquelas ideias me pareceram boas, mas nós queríamos mais. Aqui, o procurador-geral havia definido a Infância e a Juventude como prioridade de sua gestão, e eu contava com uma equipe de primeira linha para fazer esse trabalho, composta pelos psicólogos Patrícia Lima e Paulo Volpato, pela Ilze, nossa Assessora Jurídica, e outros funcionários muito dedicados, além do apoio da equipe de informática. Assim, partindo dessas ideias, que vimos em São Paulo, resolvemos fazer uma ampla pesquisa, dentro de um inquérito civil, com a força do inquérito civil. Aí nasceu o Inquérito Civil Público nº 001/95/CPI. Resolvemos que ele teria abrangência estadual. A ideia era avaliar a situação desse segmento da população em todos os municípios e conhecer os programas de atendimento, para, numa fase posterior, firmar Ajustes de Conduta e propor ações civis públicas. Houve grande impacto na sociedade, com grande visibilidade na imprensa... Várias entrevistas para jornais foram concedidas e muitos programas de televisão foram feitos para divulgar o inquérito e os seus resultados. Foi o primeiro inquérito civil que atingiu o Estado inteiro.

Para a instauração desse inquérito trabalhamos, aproximadamente, quatro meses. Organizamos uma pesquisa, com questionários. Propusemos às Promotorias da Infância que os aplicassem, levantassem os dados, as informações... E tudo isso era trazido para o inquérito. Um dos nossos objetivos básicos era contribuir para a implantação dos Conselhos Municipais da Criança e os Conselhos Tutelares, duas grandes conquistas outorgadas pelo Estatuto. Foi um trabalho muito bem-sucedido. Em 1996, o Dr. Gercino Gerson Gomes Neto assumiu a coordenação do Centro de Apoio e lá encontrou esse inquérito na fase de ajuste de condutas. Ele desenvolveu ali um trabalho de peso, dando sequência ao que até então havia sido feito. No final, tive a notícia de que no território catarinense foram instalados Conselhos Tutelares em todas as cidades e era expressivo o número de Conselhos Municipais em funcionamento, além dos inúmeros programas de atendimento que foram criados nesse período, por força ou influência desse inquérito civil. Penso que de todos os inquéritos em que me envolvi, esse foi o que alcançou maior repercussão.

Antes disso, e para atender a uma solicitação de uma CPI instalada pelo Senado Federal, para enfrentar o tema da violência contra a mulher, fizemos também uma ampla pesquisa na Corregedoria, enquanto fui secretária. Recebemos da CPI uma sugestão de questionários e um histórico desse trabalho, com os objetivos e outros dados. Aqui fizemos uma adaptação para a realidade local e resolvemos levantar os dados tão somente nas cidades que tinham Delegacia da Mulher em funcionamento,

e onde atuavam, por consequência, os promotores mais experientes da época. Assim sendo, obtivemos uma amostra pequena, mas com dados muito confiáveis. A nossa preocupação, além de atender à CPI, era fazer com que esses primeiros achados sobre a violência doméstica em Santa Catarina servissem de base para pesquisas futuras. Nós conseguimos apurar, por exemplo, o momento do dia em que a mulher catarinense sofria mais agressões, o dia da semana, o perfil dos agressores... Ficamos conhecendo coisas a esse respeito que até então não tínhamos qualquer informação. Todo esse material foi fotocopiado e hoje faz parte do meu arquivo pessoal.

Então, toda a metodologia para estes dois trabalhos de pesquisa, com abrangência estadual, precisou ser desenvolvida. Eram iniciativas. No caso da pesquisa sobre a violência doméstica contra a mulher, comecei convidando os colegas para reuniões e acabamos todos motivados para a ação. Os resultados desses trabalhos que realizamos, com certeza, contribuíram para o surgimento de cabeças mais críticas.

No caso da violência contra as mulheres, por exemplo, havia uma tendência a responsabilizá-las moralmente pela impunidade do agressor, já que muitas vezes elas acabavam retirando a queixa. As Delegacias da Mulher ainda estavam sendo implantadas. Não se entendia com clareza o tipo de pressão doméstica que a mulher sofria, nem o que a levava a não registrar ou a retirar uma queixa contra um agressor.

O Aduino Viccari, servidor na época, bolou um sistema para ajudar na sistematização dos dados coligidos por meio desses questionários. Coisa simples. Afinal, não se tratava de uma dissertação ou de uma tese, de um trabalho científico propriamente dito, mas, na medida do possível, fez-se um trabalho sério. E por meio da sistemática estabelecida, ficou mais fácil visualizar o perfil estadual da violência contra a mulher. Por exemplo, restou devidamente demonstrado que a incidência maior da violência se dava das seis da tarde à meia-noite de sábado, e muito relacionada ao consumo de bebida alcoólica pelos homens, o que potencializava a explosão de violência.

Conhecer a situação da criança de rua foi igualmente revelador. Observou-se, por exemplo, que as crianças reproduziam certos valores machistas da sociedade. Os “mocós” eram cuidados pelas meninas, enquanto os meninos buscavam alimentos e subsistência nas ruas.

Concluindo, na primeira instância, além de passar pelas Promotorias, estive na Corregedoria e no Centro de Apoio, onde me envolvi com esses trabalhos que acabo de relatar. Além disso, nessa época integrei várias vezes a Diretoria da Associação.

Já na Procuradoria de Justiça (segunda instância), além do serviço inerente ao órgão, fui duas vezes membro do Conselho Superior, uma vez eleita pela classe

e outra, pelo Colégio. E hoje, na condição de aposentada, sou vice-presidente da ACMP, e a minha preocupação maior agora já não é com o direito da criança, mas com a efetivação dos direitos outorgados pelo Estatuto do Idoso.

Memorial do MPSC – *E como foi a sua relação com a Associação?*

Rosa Maria Garcia – Inicialmente, fui convidada mais para formar chapa. Eu era nova na carreira, ainda, e acho que não havia campanha ou disputa. Na segunda vez, já tinha cargo definido, posição. Envolvi-me na campanha. E então, tanto para o Conselho Superior, quanto para as campanhas da Associação, palmilhei o Estado, conversando com os colegas. Percorri o Estado em campanha pelo menos umas seis vezes. Minha visão de Associação se acentuou no momento em que me aposentei. Enquanto membro ativo, me envolvia muito com a Procuradoria. Quando eu me aposentei, percebi o quanto a Associação representava o nosso único canal de comunicação com o Ministério Público.

Memorial do MPSC – *Quando a senhora se aposentou?*

Rosa Maria Garcia – Eu me aposentei em 2001, com 53 anos de idade.

Memorial do MPSC – *E como a senhora vê o papel da Associação hoje?*

Rosa Maria Garcia – Eu acho que houve uma grande evolução. É uma instituição que cresceu bastante. Antigamente, a nossa Associação era muito pequena. Quando eu entrei no Ministério Público, só a figura do procurador-geral revestia-se de mais destaque. Com o passar do tempo, a Associação foi ganhando corpo, visibilidade. Um ponto de inflexão foi durante o conflito com o Dr. Piazza, pois foi a primeira vez que a Associação fez oposição pública a um Procurador-Geral.

Eu acho que nós, hoje, estamos numa situação confortável: temos independência e também compreensão de que as oposições nunca devem ser sistemáticas. Elas devem ser de acordo com a necessidade, para se dar um passo à frente, para se garantir uma conquista. Há uma preocupação grande em reunir a classe, em defender questões de interesse do Ministério Público, acima das divisões internas.

Memorial do MPSC – *Como é que a senhora vê os desafios do Ministério Público hoje no Brasil?*

Rosa Maria Garcia – Precisamos estar permanentemente engajados e mobilizados no esforço de manutenção das conquistas institucionais. Nada veio graciosamente. Tudo foi corolário de uma luta renhida, constante, sofrida. Eu entrei na instituição em 1979 e acompanhei todas as transformações pelas quais passamos, a começar pela discussão e implantação da Lei Orgânica Nacional do Ministério

Público. Muita gente se envolveu naquele processo de reformulação institucional. O Ministério Público catarinense, apesar de pequeno em número de membros, era muito ativo e estava renovando-se, por isso tinha assento e voz nos grandes debates nacionais. E o nome de João Carlos Kurtz, como chefe da nossa instituição, pelo seu carisma e a sua visão de um Ministério Público moderno e eficiente, nos enchia de orgulho. De lá para cá, agregamos outras conquistas estratégicas. Evoluímos muitíssimo, mas tudo o que está consolidado não é necessariamente eterno. Não podemos jamais descartar a ameaça de retrocessos. E há setores na sociedade que desejariam impor restrições à nossa ação.

Eu acho que o Ministério Público, fundamentalmente, garante a democracia. Então, baseada nisso, entendo que devam ser preservadas e protegidas as suas conquistas, e sempre garantida a sua independência.

Além disso, nem tudo o que pleiteamos ao longo do tempo foi conquistado. É o caso, por exemplo, da eleição do procurador-geral de Justiça de forma direta. Ainda somos submetidos ao processo de escolha pelo chefe do Executivo a partir de lista tríplice. Queiramos ou não, isso não condiz com a tão sonhada e necessária independência. Também acredito que o Ministério Público deve perseguir o aprimoramento das Procuradorias, Promotorias e Centros de Apoio, o que representa considerável luta pela frente.

Memorial do MPSC – *A senhora acha que existem ameaças hoje?*

Rosa Maria Garcia – Sim, permanentes. Nunca foi fácil ser promotor. Quando ingressei, colegas mais antigos diziam: “Os maiores amigos nossos somos nós mesmos, e os nossos pares”. Mexemos, afinal, em muitos interesses, bulimos com poderosos em todas as esferas. Então, temos de ser vigilantes. O Ministério Público, sem a ferramenta crucial da Ação Civil Pública, por exemplo, estaria mortalmente aleijado. Outro instrumento poderoso é o Inquérito Civil Público. Mas sempre existiu e existirá iniciativa de toda ordem, principalmente no Parlamento, para tentar usurpar poderes e garantias, e uma das que vejo com muita preocupação é a responsabilização dos seus membros pela sua atuação institucional, visando indenizações e danos morais e obrigando as Associações, cada vez mais, a instituir fundos para custear a defesa dos seus membros.

Memorial do MPSC – *Como a senhora vê hoje o segundo grau no Ministério Público?*

Rosa Maria Garcia – Na época em que fui promovida a procuradora, montamos uma comissão, com a parceria incansável do Sérgio Rizelo, para estudar uma

melhor distribuição dos serviços das Procuradorias. O nosso objetivo, evidentemente, era a especialização dessas unidades. A gente plantou ali uma sementinha importante. Conseguimos, na época, convencer os demais a aceitar a divisão da distribuição por tipo de processo e, no que fosse possível, por assunto. Acho que poderíamos ter avançado bem mais nesse sentido, mas mexer nessas estruturas é coisa para gigantes. Para serem mais atuantes politicamente, os procuradores precisariam sentir o peso e a importância dos seus pareceres como sendo uma posição firme que tomam não só dentro do processo, mas como agentes políticos que são, e para tanto, deveriam trabalhar muito mais com a mídia, pois como membros maduros e experientes, estão prontos para isso. Mas, para tanto, as Procuradorias teriam de ser especializadas e a questão da comunicação, repensada. A Cristiane, durante a última campanha para a Procuradoria-Geral de Justiça, reportou uma coisa interessante: hoje temos vários órgãos atuando juntos, mas com baixa eficácia de comunicação entre eles. E isso passa pelas Procuradorias. Seria preciso fazer fluir melhor a comunicação, tanto interna quanto externa.

Memorial do MPSC – *Há algum outro processo que tenha lhe chamado a atenção?*

Rosa Maria Garcia – Em Canoinhas, foi a primeira vez que ofereci denúncia em crime de trânsito, porque até então esses eram considerados crimes culposos, e seguiam o rito sumário. Mas já se discutia, grosso modo, que poderia também ser um crime doloso. Por exemplo: jogar o carro por cima de alguém, propositadamente ou não, não tomar os cuidados devidos com um carro que viesse a causar danos, tudo isso poderia caracterizar o dolo eventual. Evidentemente, quando essa discussão começou a ser gestada, o carro não era mais símbolo de riqueza, e os carros de “segunda mão” já pertenciam às camadas mais populares da população. Então, seguindo a corrente do dolo eventual, eu ofereci denúncia em Canoinhas num crime de trânsito. Foi grande a repercussão. Estou falando do ano de 1983, mais ou menos, e grande repercussão significava, além dos comentários locais, o fato de ter sido noticiado na imprensa da capital.

Também em Canoinhas, ofereci a minha primeira denúncia contra erro médico. Processamos duas ou três médicas. Foi um drama, porque o médico era considerado intocável. A sociedade não estava acostumada com isso. Foi grande a polêmica. Nessas horas, a Procuradoria-Geral nos dava muito apoio. Eu nunca sofri o menor constrangimento. “Ofereceu denúncia, conte com a gente!” – assim eu percebia o respaldo institucional.

Memorial do MPSC – *E a relação com as outras autoridades nos municípios, inclusive as da área judiciária: eram cordatas, de coleguismo, ou houve alguma dificuldade maior?*

Rosa Maria Garcia – Dificuldade mesmo, nunca houve, embora com alguns tenha sido possível uma relação mais amigável do que com outros, o que é perfeitamente natural. Vez por outra, emergiram contrariedades, atrapalhando um pouco o andamento do trabalho. De um modo geral, contudo, foi bastante cordata a minha relação com o Judiciário, bem como com as autoridades municipais, estaduais e federais dessas cidades por onde passei. Também destaco a minha relação com as autoridades policiais como muito respeitosas e pacíficas nessas minhas andanças pelo Estado.

Com o Executivo municipal, por sua vez, sempre encontrei canais abertos. Minha índole é discreta. Eu chegava a uma nova comarca sem fazer alarde. Creio que isso também ajudou. Era grande, também, o respeito pela autoridade do promotor, em todas as cidades.

Memorial do MPSC – *A senhora diria que a sua condição de mulher estabeleceu alguma orientação específica na forma de tratar os processos, diferente do padrão da instituição, ou o gênero não interfere em absolutamente nada, no que diz respeito ao dia a dia da atividade funcional?*

Rosa Maria Garcia – Eu acho que interfere. Acho que a mulher tem um jeito de lidar com o mundo e o homem tem outro. Posso falar por mim, não por todas as mulheres... Mas vejo as mulheres como sendo mais sistemáticas, apreciando as coisas bem-pensadas e preparadas. Ao mesmo tempo, parece que temos presente essa coisa da mãe, o que oportuniza uma visão mais ampla da vida. Ao tratar de um processo, olhamos para além do ato em si, percebemos o indivíduo no seu contexto social, familiar. Creio que se trata de uma visão mais holística, mais humana, e que resulta desses valores da vida privada que estão em nós, e que hoje, mais do que nunca, segundo Luc Ferry, tendem a se tornar universais e a fundar a ética, a moral, a lei, fazendo do humano a forma possível de transcendência. É claro que existem homens e mulheres que são assim, ou assado, mais ou menos sistemáticos, mais ou menos atentos ao contexto sociofamiliar. Mas estou aqui me referindo a uma perspectiva de síntese: eu acho que há um agir da mulher e há um agir do homem. A condição mulher, objetivamente falando, não interfere, não dificulta, nem beneficia a nossa atuação enquanto operadoras do Direito, porque a forma de atuar do membro do Ministério Público está dentro de uma conformação jurídica específica. Mas, enquanto agentes políticos, por exemplo, a nossa percepção é um pouco diversa... E isso, querendo ou não, todos os dias, de forma homeopática, vai estabelecendo uma especificidade no agir, vai estabelecendo rotinas e interferindo nos valores postos, na forma de se fazer política, e assim por diante...

Por outro lado, a presença da mulher nas altas esferas administrativas e na política da instituição ainda é tênue. Às vezes a mulher trabalha muito, mas desvinculada de uma visão política. O homem parece estar sempre ligado no político. O espaço público, para além do terreno profissional – já, em grande medida consolidado – é uma fronteira a ser conquistada pelas mulheres. Nesse sentido, falta às mulheres mais espírito de corpo. Elas ainda não comungam da visão de que quando perde uma, perdem todas. Não que tenhamos de combinar previamente tudo o que vamos fazer, votar, decidir, não. Nem os homens procedem assim. Mas, se quisermos ocupar as instâncias de poder na instituição, temos de apurar a nossa sensibilidade e a nossa intuição, para que tomemos mais decisões em conjunto e focadas em objetivos claros e que beneficiem o maior número de mulheres possível.

Memorial do MPSC – *A senhora chegou a passar pelas Comarcas de Maravilha e Videira?*

Rosa Maria Garcia – Não, eu só fui nomeada para lá. Fiz uma permuta com o meu querido amigo Milton Pascoto, que foi para Videira, enquanto eu segui para Canoinhas. Aconteceu algo semelhante com Maravilha: foi uma remoção, mas, porque havia muitas comarcas vagas, segui direto para Braço do Norte, sem chegar a assumir Maravilha.

Memorial do MPSC – *A senhora foi a primeira mulher a integrar o Conselho Superior e o Colégio de Procuradores. Em sua opinião, a sua condição de gênero impactou ou influenciou o comportamento desses órgãos colegiados?*

Rosa Maria Garcia – Isso foi em 1996, quando cheguei ao Colégio de Procuradores. Ocupei uma Procuradoria Cível, e se cogitava da necessidade de reforma para esses órgãos, como acontece até hoje, mas era um momento relativamente calmo. Eu acho que a minha chegada à Corregedoria, em 1992, como secretária, foi mais impactante do que ao Colégio de Procuradores. Foi a primeira vez que uma mulher ocupou um cargo na Administração Superior. E é interessante observar que isso se deu não em decorrência de uma remoção ou promoção, mas por um convite. Estava estabelecida uma nova realidade. Então, ainda havia muita conversa a portas fechadas, das quais eu não participava... Não sabia bem o porquê, mas sentia que tinha sido difícil para eles me trazerem. Um dia perguntei para um procurador: “Vem cá, você não se sente à vontade comigo aqui?”. “Rosa, agora sim, mas no começo foi tão difícil!”.

Memorial do MPSC – *E por quê? Ele explicou o motivo?*

Rosa Maria Garcia – Eu também percebia esta dificuldade no tratamento. Simplesmente, aqueles homens não estavam acostumados à ideia de uma mulher

compartilhando os seus segredos, as suas articulações. Não era nem uma atitude machista. Era um estranhamento, um não saber como fazer, desdobramento de uma situação nova. Aquele sempre tinha sido um espaço de homens. Foi um momento difícil, para mim e para eles. Depois, com a convivência, foi tornando-se fácil. De repente, todo aquele constrangimento silencioso passou. Enfim, era algo que estava no plano do imaginário.

Acho que essa experiência de convivência na Corregedoria aplainou o acesso à promoção para o segundo grau, porque eu passei a ter contato direto e permanentemente com os procuradores e o constrangimento que mencionei foi dissolvendo-se. O estranhamento deixou de existir. Quando fui promovida, todos já haviam se habituado à presença de uma mulher no segundo grau.

Mesmo assim, foi emocionante, para mim, quando sentei pela primeira vez no Colégio de Procuradores. Quando pedi a palavra e ouvi: “Pois não, a Doutora Rosa...”. No início, fiquei um pouco assustada com tanta responsabilidade, mas logo em seguida eu me acostumei e tudo se normalizou. Ajudou o fato de que sempre contei com muito respeito e com um bom suporte por parte dos colegas. Sempre me senti ouvida. Então, quando me sentei ali, naquela cadeira, percebi, na perspectiva de membro do Ministério Público, que aquele era de fato um colégio igualitário. Eu me senti igual. Tive voz, tive voto, tive tudo. Ninguém me tratou de forma diferente porque eu era mulher. Contudo, no dia da minha posse, o auditório estava repleto de flores azuis e de gente. E ouvi das minhas amigas promotoras: “Rosa, porque és a primeira, vamos te saudar e homenagear com flores, mas daqui para frente é todo mundo igual”. E hoje a posse é igual para todos. Mas a minha foi bem-comemorada, uma festa da mulher!

Também integrei o Conselho Superior do Ministério Público por duas vezes. Uma vez fui eleita pela classe, e na outra cheguei como representante do Colégio de Procuradores, depois de disputar uma eleição interna. Uma das minhas bandeiras lá foi o voto aberto. Nunca imaginei que veríamos a situação atual, em que está tudo *on-line*. É uma maravilha. É um grande progresso. Mas naquele tempo, o voto ainda era secreto. Iniciava-se uma luta renhida. Aliei-me ao núcleo de Tubarão, que na época foi o primeiro a manifestar apoio a essa ideia. Aposentei-me na metade do segundo mandato. O voto aberto ainda levou um bom tempo para ser instituído.

Memorial do MPSC – *A senhora acha que as promoções ainda sofriam algum tipo de injunção subjetiva?*

Memorial do MPSC – Sim, sem dúvida. Eis porque a minha posição era favorável ao voto aberto no Conselho.

Memorial do MPSC – *E como foi a sua recepção como procuradora no Tribunal de Justiça?*

Rosa Maria Garcia – Quando atuei pela primeira vez perante o Tribunal, em 1996, a Desembargadora Thereza Tang já estava aposentada. Não havia outras desembargadoras, de sorte que era mais uma vez um ambiente predominantemente masculino. Mas fui muito bem-recebida. Tratada com sobriedade e leveza. Nunca sofri nem discriminação nem também fui merecedora de alguma distinção especial pelo fato de ser a primeira mulher a representar o Ministério Público diante da Corte. Tudo sempre se processou na mais completa normalidade. Lá pelas tantas fui até alvo de sondagens, pois abria vaga pelo Quinto. Mas eu nunca incentivei esses movimentos. Sempre fui membro do Ministério Público e jamais quis deixar de sê-lo. De tal maneira que nunca me inscrevi para o Tribunal. Alguns talvez tenham achado que eu não me inscrevia por receio de sofrer discriminação. Mas a verdade é que jamais fui assaltada por tal inquietação. Meu compromisso sempre foi com o Ministério Público. O fato de ter sido a primeira mulher no segundo grau era algo também que me amarrava ainda mais a esse compromisso.

Memorial do MPSC – *A senhora gostaria de deixar registrada mais alguma coisa?*

Memorial do MPSC – Eu sou a primeira procuradora de Justiça de Santa Catarina – esse é o meu título maior. Encaro essa promoção como uma homenagem. Assim, por acaso, acabei fazendo parte da história do Ministério Público, pois sempre que uma conquista é pioneira, ela se torna, em alguma medida, uma referência para os outros. Sou muito grata a tudo o que esta instituição me possibilitou conquistar.

Vera Lúcia Ferreira Copetti



Vera Lúcia Ferreira Copetti nasceu em Araranguá/SC, em 15 de junho de 1955. Filha de Armelindo Daros Copetti e Maria Ferreira Copetti, formou-se em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina em 1978. Ingressou no Ministério Público de Santa Catarina em 29 de outubro de 1980, atuando como promotora de Justiça substituta na 15ª Circunscrição Judiciária de Rio do Sul, até ser promovida, por antiguidade, para o cargo de promotora de Justiça, em 9 de dezembro de 1980, para a Comarca de Bom Retiro. Em junho de 1982 foi promovida, por antiguidade, para a Comarca de Santa Cecília e, em janeiro de 1983, assumiu a Promotoria de Justiça da Comarca de Araranguá. Em maio de 1985 foi removida para a Comarca de Orleans. Foi promovida, por merecimento, em agosto de 1985, para a Promotoria de Justiça com atribuições junto à 1ª Vara da Comarca de Campos Novos, sendo removida, também por merecimento, para a Promotoria de Justiça com atribuições junto à 2ª Vara de Laguna, em agosto de 1987. Foi promovida, por merecimento, para a Promotoria de Justiça com atribuições junto à 2ª Vara de Joaçaba, em outubro de 1987. Devido ao ajuste à Lei Complementar 110/94, assumiu a 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Joaçaba, exercendo o cargo até ser promovida

a procuradora de Justiça, em março de 2006. Em abril de 2007 assumiu a Coordenadoria-Geral do Centro de Apoio Operacional da Cidadania e Fundações, e do Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude e, em abril de 2011, a Coordenadoria do Centro de Apoio Operacional da Moralidade Administrativa. Eleita, pelos membros de primeiro grau, cumpriu mandato no Conselho Superior do Ministério Público no biênio 2010/2012 e, reeleita, cumpre o segundo mandato no mesmo Conselho, biênio 2012/2014.

VERA LÚCIA FERREIRA COPETTI¹

Memorial do MPSC – *Dra. Vera, a senhora é natural de onde?*

Vera Lúcia Ferreira Copetti – Araranguá, no sul do Estado.

Memorial do MPSC – *A senhora estudou em Araranguá ou em Florianópolis? Como foi a sua formação?*

Vera Lúcia Ferreira Copetti – Completei o segundo grau em Araranguá. Cursei Direito na Universidade Federal de Santa Catarina.

Memorial do MPSC – *Por que a opção pelo Direito? Havia alguém na sua família com tradição na área? O que seus pais faziam?*

Vera Lúcia Ferreira Copetti – A minha família é simples. Meu pai era dentista prático e minha mãe, dona de casa. Ninguém tinha tradição no Direito. O meu pai lia muito. Adotei o mesmo hábito, desde criança, apreciando particularmente as leituras que envolvessem argumentação. A opção pelo Direito foi uma consequência desse gosto pela leitura. Sempre pensei em estudar Direito.

Memorial do MPSC – *Como foi o período da faculdade? A senhora se engajou em movimentos estudantis?*

Vera Lúcia Ferreira Copetti – Não. Era a época do AI-5 e as atividades estudantis estavam reguladas pelo Decreto 477. Não podíamos participar de reuniões, mas mesmo assim elas existiam. Não participei de movimentos clandestinos. Havia repressão e eu era nova e ingênua. Mas gostaria de ter tido essa experiência.

Memorial do MPSC – *Algum professor lhe marcou mais?*

¹ Entrevista realizada na Procuradoria-Geral de Justiça, em Florianópolis, no dia 8 de março de 2013, por Gunter Axt, com assistência de Cássio Bogdan. Transcrição de Marcos Lauermann dos Santos.

Vera Lúcia Ferreira Copetti – Fui aluna de professores marcantes. Do Ministério Público eram o Dr. Henrique Espada Rodrigues Lima, o Dr. Nuno de Campos, o Dr. Valdemiro Borini, Promotor do Júri, este uma pessoa muito respeitada e competente.

Memorial do MPSC – *Nessa época houve o célebre julgamento do Gilberto Gil, que o Dr. Valdemiro Borini protagonizou.*

Vera Lúcia Ferreira Copetti – Sim. Ele e o “Jaraguá” (José Manoel Soar) se digladiavam no júri. Nós íamos aos júris para assistir aos dois se enfrentando.

Memorial do MPSC – *Qual foi o ano da sua formatura?*

Vera Lúcia Ferreira Copetti – Dezembro de 1978.

Memorial do MPSC – *Como surgiu a opção pelo Ministério Público?*

Vera Lúcia Ferreira Copetti – Nós tivemos professores muito bons vinculados ao Ministério Público. Eles passavam uma boa imagem do Ministério Público no curso de Direito da UFSC. Outro motivo foi que eu tinha preocupações sociais e a autonomia que tem o Ministério Público, a possibilidade de proceder de ofício me atraía. Essas particularidades me atraíram. Não estudei Direito com o objetivo de prestar concurso, mas durante o curso essa decisão foi afirmando-se. Fiquei inicialmente muito dividida entre a magistratura e o Ministério Público. Optei pelo Ministério Público e nunca me arrependi.

Memorial do MPSC – *Como foi o concurso?*

Vera Lúcia Ferreira Copetti – Cerca de dois meses depois da formatura houve um concurso do qual participaram vários colegas da minha turma. Porém, nesse concurso nos inscrevemos sem estudar e sem pretensões. No ano seguinte, houve novo concurso no qual fui aprovada, assim como vários colegas de turma.

Memorial do MPSC – *A senhora teve a oportunidade de fazer algum estágio durante a faculdade?*

Vera Lúcia Ferreira Copetti – Não. Quando me formei, advoguei por um ano.

Memorial do MPSC – *Teve algum curso preparatório?*

Vera Lúcia Ferreira Copetti – Nada. A gente acabava se virando. Mas, normalmente, os promotores nos ajudavam, emprestando material e peças para que tivéssemos modelos; não havia cursos e livros específicos, nem material na internet.

Memorial do MPSC – *Houve ajuda dos professores de faculdade?*

Vera Lúcia Ferreira Copetti – Não, porque eu fora advogar em Araranguá depois de formada, tendo retornado a Florianópolis apenas para o concurso. Aprovada, fui nomeada para a Circunscrição de Rio do Sul.

Memorial do MPSC – *A senhora se refere à cidade de Rio do Sul?*

Vera Lúcia Ferreira Copetti – Trabalhei nas outras comarcas que compunham a Circunscrição de Rio do Sul: Trombudo Central e Taió. Também atuei em Ibirama, embora não fizesse parte da Circunscrição. Fui promotora substituta por cerca de dois meses e, logo em seguida, promovida.

Memorial do MPSC – *Como foi o período de posse? Houve algum curso?*

Vera Lúcia Ferreira Copetti – Sim. Foi um treinamento em Florianópolis com duração de duas semanas.

Memorial do MPSC – *Como foi a recepção nessas comarcas? Eram comarcas que já haviam tido contato com uma promotora ou houve algum estranhamento?*

Vera Lúcia Ferreira Copetti – Nos lugares por onde passei nunca tinham visto uma promotora antes. E eu sou do tipo “*mignon*”, meu tom de voz é baixo e, depois de algum tempo na comarca, as pessoas diziam: “Doutora, a gente levou um susto, porque esperávamos uma senhora grandona, gorda e forte”. No imaginário deles, a promotora era uma espécie de “leão de chácara”. Até ser promovida a procuradora de Justiça, trabalhei no interior e na serra: Vale do Itajaí, Bom Retiro e depois fui para o Meio-Oeste. Atuei bem pouco no litoral. No interior as pessoas são muito respeitosas com as autoridades em geral. Tive poucos episódios nos quais senti algum preconceito.

Às vezes, aconteciam situações engraçadas: eu trabalhava sempre com a porta aberta. Sozinha. Não tínhamos assessoria: era apenas o(a) promotor(a) e a máquina de escrever portátil. As pessoas chegavam querendo falar com o promotor e eram indicadas para o meu gabinete. Ao chegarem à porta, diziam: “Mocinha, que horas chega o promotor?”.

Mas essas atitudes nunca representaram um sério obstáculo. A condição feminina jamais foi uma barreira para exercer as atividades funcionais. Esses episódios acabaram sendo levados para o lado folclórico. Depois de percebido o erro, as pessoas se recompunham e pediam desculpas. Também atuei por muito tempo no Júri e não tive dificuldades por ser mulher.

Alguns colegas manifestavam certa resistência, no início. Algum tempo depois, eles próprios reconheceram que estavam sendo preconceituosos. Isso mostra que fui bem-recebida pelos colegas homens, que tiveram a grandeza de vencer seus preconceitos. Deles recebi toda a ajuda de que precisava ao iniciar a carreira, ao ser reconhecida como um novo membro da instituição. Receberam-me muito bem e acabei integrada às suas famílias.

Na comunidade externa, talvez por causa da peculiaridade dos lugares onde trabalhei, em que prepondera uma certa reverência para com as autoridades, não tive nenhuma dificuldade. Sabemos que vamos encontrar resistências, mas as pessoas não vão desde logo agir reativamente. Penso que nós, as primeiras mulheres a integrar o Ministério Público de Santa Catarina, fomos desbravadoras. Muitos diziam que esperavam um mulherão, mas vinham umas moças pequenininhas. É claro, esse imaginário estava preparado para duvidar da nossa capacidade. Mas passamos por isso com bom humor, entendendo que esse foi o nosso papel, o das primeiras. Mostramos que éramos iguais, que podíamos fazer o mesmo trabalho que os homens e com a mesma qualidade, pouco importando nossa estatura física ou o gênero. Depois de nós foram admitidas outras e, como disse, o preconceito não é intransponível. Demonstramos que tínhamos mérito para ingressar na instituição e penso que fizemos um trabalho tão bom quanto os homens ou, em determinadas circunstâncias, até melhor.

Memorial do MPSC – *Em seguida a senhora foi promovida para Bom Retiro. Como foi essa experiência?*

Vera Lúcia Ferreira Copetti – A rodovia BR-282 não estava asfaltada, o traçado era sinuoso, difícil e estreito. A comarca era praticamente isolada do mundo. Em tempos de chuva, ficava praticamente impossível sair ou chegar à cidade. Conseguir um telefone e até mesmo captar o sinal da televisão era difícil. As moradias eram muito precárias. Morávamos em uma casa que pertencia a nossa Associação, mas estava malconservada. O Fórum era um puxado de madeira em cima da Prefeitura. A sala era pequena e muito fria no inverno. Mas o povo é muito amistoso. Passei por dificuldades pessoais e recebi muita ajuda e solidariedade.

Memorial do MPSC – *A senhora era solteira nesse período?*

Vera Lúcia Ferreira Copetti – Não, já estava casada e tinha dois filhos quando passei no concurso. Meu terceiro filho nasceu em Bom Retiro, no hospital local. Deu tudo certo porque as pessoas foram solidárias e ajudaram quando precisei. Fiz amigos queridos lá. O calor humano, afinal, compensou o frio e as deficiências estruturais.

Memorial do MPSC – *Seu marido é da área jurídica?*

Vera Lúcia Ferreira Copetti – Não, da área médica.

Memorial do MPSC – *Ele a acompanhou em todos os locais?*

Vera Lúcia Ferreira Copetti – Não. Quando eu estava saindo de Bom Retiro me divorciei.

Memorial do MPSC – *Depois de Bom Retiro, o que aconteceu?*

Vera Lúcia Ferreira Copetti – Fui promovida para Santa Cecília, mas não cheguei a assumir. Vivíamos um período em que havia poucos concursos e muitas vagas. Algumas comarcas apresentavam certas dificuldades e a movimentação era muito lenta. O procurador-geral da época designou-me para atuar em Araranguá, onde fiquei por dois anos, sendo depois removida para Orleans.

Memorial do MPSC – *Como foi atuar na sua cidade natal?*

Vera Lúcia Ferreira Copetti – O sul do Estado, em geral, apresenta algumas particularidades. Por ser natural da região sul, já conhecia as idiossincrasias locais. Fazia muito tempo que estava afastada, para estudar, de forma que minhas relações pessoais, quando retornei, ficaram restritas ao âmbito familiar. Mesmo assim, tão logo surgiu uma oportunidade de promoção, abracei-a. Depois de Orleans, onde atuei por poucos meses, fui promovida para Campos Novos.

Memorial do MPSC – *Qual foi a grande característica dos feitos de uma região para outra. Campos Novos, por exemplo, é conhecida como a comarca que tem muito júri.*

Vera Lúcia Ferreira Copetti – Em Campos Novos, atuei no Júri apenas esporadicamente, nos períodos de vacância da Promotoria Especializada. A característica principal da comarca residia nas modalidades de crimes. No Sul, predominavam estelionatos, furtos, apropriação indébita. Já, na serra, ocorriam mais crimes passionais, crimes de sangue decorrentes de disputas familiares.

Memorial do MPSC – *Crimes ligados à honra?*

Vera Lúcia Ferreira Copetti – Sim, muitos. Havia rixas familiares antigas. Algumas famílias se odiavam e acho que já nem sabiam mais o motivo de serem inimigas. Havia um círculo vicioso de vinganças. Se alguém matava um indivíduo de uma família, os parentes da vítima fatalmente iriam vingá-la. Mas essa violência ficava restrita às pessoas da região, pois os promotores, os juízes e as autoridades em geral eram respeitadas. Nunca fui ameaçada.

As ofensas que motivavam essas mortes me pareciam muito estranhas. Recordo-me de uma situação que envolvia os bailes do interior, nos quais as moças e rapazes ficavam em lados opostos do salão. Se uma moça desacompanhada fosse convidada para dançar, não era obrigada a aceitar o convite, mas não admitiam que, naquele baile, ela dançasse com outro rapaz. Era uma ofensa grave, a ser paga com a vida, convidar uma moça que recusara convite de outro para dançar. Era algo difícil de entender...

Outra ofensa considerada grave consistia em tirar o chapéu de alguém. Eles trabalhavam no campo e usavam o adereço. Uma simples brincadeira, num bar, de arrancar o chapéu do outro, também poderia custar a vida do autor. Esses costumes me chocavam.

Noutra ocasião, dois irmãos mataram outros dois irmãos, por causa de um crime contra a liberdade sexual, uma história antiga. O pai das vítimas, para fazer justiça pelas próprias mãos, tentou matar os dois homicidas, que estavam presos, quando foram levados pela Polícia ao Fórum, para uma audiência.

Para quem vinha de uma realidade diferente, era chocante. Mas, por outro lado, tive boa convivência com os colegas que lá atuavam, com os juízes e com a comunidade em geral. Éramos respeitados, talvez por não fazermos parte das redes de lealdades que conformavam os indivíduos e lastreavam aquela sociedade baseada em princípios de honra pessoal.

Memorial do MPSC – *Algum outro caso lhe chamou a atenção, seja em Campos Novos, Araranguá, Orleans ou nas outras comarcas?*

Vera Lúcia Ferreira Copetti – Há sempre casos interessantes, cada comarca tem os seus, relacionados com as características do lugar. Mas, agora, decorrido bastante tempo, é difícil lembrar.

Memorial do MPSC – *Como foi a relação com a imprensa? Em cidades pequenas, não havia muitos veículos, não é?*

Vera Lúcia Ferreira Copetti – No início da carreira o contato com a imprensa foi raro, mas, em Joaçaba, havia vários jornais e uma emissora de televisão. E muitas rádios. A cidade tinha menos de 30 mil habitantes e já era um polo regional, com universidade e serviços públicos e privados variados. Operam lá muitos órgãos públicos federais e estaduais. Há também um hospital, que é referência em várias especialidades. Tudo isso gera notícias.

Em Joaçaba a relação sempre foi positiva. O relacionamento com a imprensa é uma via de mão dupla. E há temas sobre os quais nutrimos nossas dúvidas, de maneira

que não convém expor ideias precipitadas ao público, porque acabam condenando pessoas por antecipação. Se divulgarmos uma suspeita, somos depois obrigados a prová-la. O Ministério Público precisa de certa discrição. Ao mesmo tempo, a imprensa é um canal importantíssimo para se chegar à população. No interior, as pessoas ouvem muito o rádio. Eu era frequentemente procurada para entrevistas. Foram várias as oportunidades para esclarecer problemas que estavam ocorrendo. Depois das entrevistas, na rua, as pessoas agradeciam pelos esclarecimentos prestados. Essa relação é saudável e devemos estimulá-la, principalmente quando se atua em comarcas onde as pessoas têm o rádio como a principal fonte de informação. Devemos usar e valorizar esse meio de comunicação para esclarecer nossa atuação.

Memorial do MPSC – *Joaçaba foi depois de Campos Novos?*

Vera Lúcia Ferreira Copetti – Sim, depois de Campos Novos fui promovida para Joaçaba, um lugar completamente diferente em relação aos costumes. Não havia aquele clima de vendetas. A criminalidade era baixa. Essa diferença é incrível, pois são comarcas e cidades muito próximas uma da outra.

Memorial do MPSC – *A senhora acha que isso tem alguma coisa a ver com o padrão de colonização?*

Vera Lúcia Ferreira Copetti – Pode ser, porque Joaçaba, Treze Tílias, Ibicaré, Lacerdópolis e Capinzal registram uma colonização mais recente, vinda do Rio Grande do Sul ou diretamente da Europa, de regiões como o Tirol austríaco. Campos Novos ficou vinculada a uma ocupação mais antiga, meio cindida e diferente. Desconheço trabalhos acadêmicos que relacionem o perfil criminal com os costumes da região, mas as variações são nítidas. Foi uma experiência importante.

Memorial do MPSC – *Quanto tempo a senhora permaneceu em Joaçaba?*

Vera Lúcia Ferreira Copetti – Dezoito anos, depois dos quais segui para Florianópolis.

Memorial do MPSC – *Como foi esse período? A senhora chegou a lecionar na universidade?*

Vera Lúcia Ferreira Copetti – Sim. Fui promovida para Joaçaba em 1987. Não a tinha como meta – abriu a inscrição e, como se tratava de uma comarca próxima de Campos Novos, me inscrevi. Gostei desde logo da cidade, por ser pequena. Meus filhos eram ainda crianças e viviam com muita liberdade. Em Joaçaba, fui titular da Promotoria do Júri por vários anos e ela passou a ser a cidade dos meus filhos, porque, embora não tenham nascido ali, foi onde eles cresceram, entraram na adolescência, fizeram amigos.

Nessa época, o Ministério Público passou por profundas transformações. A mudança da orientação já vinha desde 1985, com a Lei da Ação Civil Pública, mas, com a Constituição de 1988, o nosso leque de atribuições se expandiu. Foi assim que começamos a atuar com mais ênfase nas questões do Direito Coletivo e do Direito Difuso. Desde que tivemos oportunidade, fiz a opção de trabalhar com a Moralidade e a Cidadania, empossada com o novo papel que o Ministério Público já vinha desempenhando desde 1985, e que, desde a vigência da Constituição de 1988, foi decisivamente em prol da coletividade.

E eu me integrei também na UNOESC – Universidade do Oeste de Santa Catarina – e cursei mestrado, na Universidade Federal de Santa Catarina. Lecionei e ainda leciono na UNOESC, embora atualmente só possa fazê-lo em períodos de férias e licença-prêmio.

Memorial do MPSC – *Como foi acompanhar essa mudança, porque uma coisa é a letra da lei que surge e é aprovada, outra é pô-la em prática?...*

Vera Lúcia Ferreira Copetti – Havia deficiências severas, porque recebemos as atribuições e trabalhávamos solitariamente, sem assessoria, com dificuldades de comunicação, de infraestrutura. Mas penso que conseguimos dar conta de nossas atribuições. Cada um de nós teve o apoio que a instituição podia fornecer. Fomos enfrentando os problemas aos poucos. Acredito que os promotores da época, que começaram esse trabalho, se adaptaram bem aos novos tempos e, apesar das deficiências, conseguimos dar respostas para a população relativamente a esses novos desafios. Isso contribuiu para dar ao Ministério Público o respeito que ele tem hoje.

Havia na área da Moralidade, Cidadania e Direitos Humanos discussões sobre nossa legitimidade, que era contestada, mas nós seguimos trabalhando. Insistimos. A população foi acreditando, trazendo os seus problemas. Fomos atuando junto ao Tribunal de Justiça, recorrendo, e firmamos nossa legitimidade, nos termos da Constituição de 1988. Mas uma coisa é a letra da lei e, outra, o exercício do Direito. O Ministério Público de Santa Catarina vem se desincumbindo dessa missão e hoje não se contesta a nossa legitimidade em nenhuma dessas áreas.

Memorial do MPSC – *Esse período de 1987 a 1991, sob a gestão dos Drs. João José Leal e Hipólito Luiz Piazza, foi também marcado por polêmicas institucionais. A senhora chegou a vivenciar esse processo?*

Vera Lúcia Ferreira Copetti – Sim. A renúncia do Dr. João José Leal e, depois, a escolha do Dr. Hipólito Luiz Piazza, um Procurador que não conhecíamos, foram episódios marcantes em nossa história.

Como disse, as comunicações não eram tão fáceis como hoje. Algumas Promotorias não eram sequer equipadas com linhas telefônicas. Dependíamos dos ramais das linhas do Fórum e pagávamos por cada ligação efetuada. Para se conseguir linhas residenciais era uma tremenda dificuldade. Era necessário inscrever-se, aguardar e, por vezes, pagava-se caro.

Depois de algum tempo, passamos a usar o telex. Então, era por esse meio que nós, no interior, ficávamos sabendo dos eventos na capital, que estavam agitando a política institucional. Era uma conjuntura de mobilizações, de participação. Todos faziam ou queriam fazer algo para lutar pela abertura política no país. O clima reivindicatório era presente, assim como a vontade de participar da criação de novas fórmulas de gestão. Dessa maneira, certas notícias, que nos chegavam aos fragmentos, muitas vezes repercutiam vivamente.

Participamos de mobilizações, saindo muitas vezes de ônibus do interior até a capital para acompanhar assembleias da Associação. Aquela mobilização foi importante, por exemplo, para que avançássemos no sistema de escolha do procurador-geral por lista tríplice, algo que algum tempo depois se consolidou.

Até hoje desconheço o motivo pelo qual o Dr. João José Leal renunciou. Já a nomeação do Dr. Hipólito Luiz Piazza como Procurador-Geral foi, pelo menos para mim, um susto, pois não o conhecia, nem sabia que ele existia. Explico: um dia, ele apareceu na minha comarca, junto com outro procurador de Justiça já conhecido, e foi entrando na sala bem à vontade e eu pensando: “Quem será esse atrevido?”. Era o procurador-geral! Enfim, numa época em que todos ansiavam por democracia, aquela forma de escolha do procurador-geral, por decisão exclusivamente governamental, independentemente da vontade e do conhecimento da classe, era uma excrescência, de forma que a categoria reagiu.

Memorial do MPSC – *Como eram as relações com os juízes durante esses anos todos no interior?*

Vera Lúcia Ferreira Copetti – Eventualmente, ocorrem algumas dificuldades porque as pessoas são diferentes. Mas, de maneira geral, não tive grandes problemas, apenas um ou outro episódio que trouxe certo ruído no relacionamento, mas nunca no campo pessoal. As dificuldades ocorriam quanto à forma de trabalhar. Havia um juiz que achava que não podíamos interferir nos casos de violência doméstica por se tratar de questões afetas à privacidade das famílias. Essa relação foi tensa porque eu tinha que recorrer sistematicamente das decisões que ele proferia. Essa divergência funcional, contudo, jamais degenerou para um conflito pessoal. Sempre houve respeito e boa convivência.

Com relação às autoridades da área administrativa, acredito que tive sorte por ter trabalhado no interior e em comarcas compostas por cidades pequenas, com costumes que impõem respeito à autoridade e ao bom relacionamento. Além disso, procurei me relacionar bem e respeitosamente com todas as autoridades, mas sem envolvimento no campo pessoal, porque é complexo ampliar demais os laços de amizade e acabarmos nos envolvendo com as pessoas a ponto de comprometer o trabalho. É preciso ressaltar que, em alguns lugares, enfrentamos desafios maiores, com administradores mais resistentes a ajustes, por exemplo. Mas jamais saí de um desses processos carregando traumas.

Memorial do MPSC – *Na área da Moralidade quais foram os principais desafios na consolidação desse novo campo de atuação?*

Vera Lúcia Ferreira Copetti – O controle da Administração Pública era e é o grande desafio. Os administradores e políticos em geral costumam resistir a controles, acreditando terem sido eleitos para fazer o que bem entendessem. Quando a Lei de Responsabilidade Fiscal entrou em vigor, um prefeito veio conversar comigo sobre outro assunto e acabou dizendo que, por causa dessa lei, não se candidataria mais a cargo nenhum, porque ela teria vindo para acabar com os políticos. Era uma determinada concepção de fazer política que estava sendo posta em xeque pela nova legislação. Mas acredito que houve um ganho importante para a sociedade em termos de consolidação do espaço público e democrático. Havíamos passado muito tempo da nossa história sem instrumentos eficazes de controle da coisa pública. A partir da Constituição de 1988, das leis da Ação Civil Pública, da Improbidade Administrativa e de Responsabilidade Fiscal, entre outras, passamos a contar com um arsenal normativo que incrementou nossa eficiência e isso incomodou muita gente. Acho que, ainda hoje, vivemos uma espécie de jogo de “gato e rato”, mas gosto de trabalhar com isso.

Memorial do MPSC – *Como a senhora vê a PEC 37?*

Vera Lúcia Ferreira Copetti – Vingança, retaliação. Nós incomodamos os poderosos, não podemos nos iludir. É uma reação, compreensível, de quem se sente incomodado com a ação investigativa do Ministério Público. Isso fica evidente porque não investigamos qualquer tipo de conduta em tese ilícita, só os casos nos quais a Polícia Judiciária evidencia dificuldades ou situações nas quais é conveniente que mantenhamos um controle maior da investigação, justamente porque envolvem os interesses de pessoas que têm foro privilegiado, com muita influência, graças ao seu poder político e econômico. Como essa é a camada da população atingida pela nossa atuação na área da Moralidade Administrativa, fica evidente qual é a motivação de tais iniciativas legislativas.

Memorial do MPSC – *Hoje, além deste, quais são os desafios que se estabelecem para o exercício da função ministerial no Brasil?*

Vera Lúcia Ferreira Copetti – A minha geração teve a felicidade de vivenciar o salto dado pelo Ministério Público com a Lei da Ação Civil Pública e com a Constituição de 1988. Foi a fase da luta. Depois veio o esforço de consolidação e, hoje, vivemos o momento de concretização do resultado de todas aquelas lutas. Os desafios hoje residem, internamente, no esforço de aprimoramento da nossa capacidade de dar respostas aos problemas sociais. É preciso melhorar a nossa estrutura e completar o nosso quadro, sempre defasado. Externamente, os desafios dizem respeito a levarmos a sociedade a compreender a natureza das nossas funções e a nos dar apoio, mantendo as nossas atribuições e conquistas, de modo com que não se percam ou sejam diminuídas.

Memorial do MPSC – *Como tem sido essa atuação no segundo grau? Como foi essa mudança de natureza do primeiro para o segundo grau?*

Vera Lúcia Ferreira Copetti – Atuei por 25 anos no primeiro grau. Quando vim para o segundo grau, confesso que fiquei receosa, por causa da mudança na forma de atuação – não temos mais contato com as partes, nem audiências, e os processos já chegam prontos, na fase de recurso. Mas, ao mesmo tempo, é um desafio a ser enfrentado e um momento importante da tramitação processual. É nesta instância que a maioria dos casos se resolvem, porque poucos sobem aos Tribunais Superiores. Depois, trabalhei na área Criminal, mediante delegação do procurador-geral de Justiça para atuar nos processos criminais de competência originária do Tribunal de Justiça. Foram dois anos por delegação do Dr. Gercino Gerson Gomes Neto e, mais dois anos, com delegação do Dr. Lio Marcos Marin. Na gestão deste último, minha atuação se resumiu às investigações e processos respeitantes às condutas dos prefeitos municipais na área da Moralidade Administrativa.

Memorial do MPSC – *O Tribunal de Santa Catarina não tem uma câmara especializada?*

Vera Lúcia Ferreira Copetti – Não, até o momento não tem. Minha atribuição, no segundo grau, atualmente, é na área especializada de Direito Difuso, à qual já me dedicava no primeiro grau. Mantemos, entre os procuradores da referida especialidade, uma boa integração. Discutimos os assuntos comuns em grupo. O trabalho no segundo grau tem características diferentes, mas estamos tentando fazer algo para além da mera rotina de gabinete; isto é, receber o processo e emitir solitariamente o parecer: esse grupo de trabalho realiza reuniões mensais, nas quais procuramos construir posições comuns, de modo a forjar coerência e unidade

no posicionamento a respeito de certos temas. É uma forma de contribuir para o desenvolvimento de teses institucionais.

Memorial do MPSC – *Como se constrói uma tese institucional respeitando o promotor natural e sua independência?*

Vera Lúcia Ferreira Copetti – O procedimento a ser seguido para a construção de teses institucionais atualmente se acha normatizado em ato do procurador-geral. A nossa primeira tese, da área da Infância, está aprovada. Trata da obrigatoriedade de obediência à ordem de inscrição no cadastro para a adoção de crianças e de adolescentes.

No Brasil, há muito se trabalha para estimular a adoção, sobretudo de crianças que não sejam recém-nascidas. O cadastro é muito importante porque nele estão contidas informações relevantes sobre os adotantes. A burla ao cadastro rompe com a política oficial sobre adoção. Nem todas as adoções dão certo. Trata-se de uma relação entre pais e filhos como qualquer outra, às vezes dificultada por circunstâncias pessoais próprias dos adotantes e dos adotados. E as pessoas se interessam pela adoção pelos motivos mais diversos e que podem ser até indesejáveis. O cadastro é uma das formas de exercer controle sobre isso. Certas pessoas têm preferências e a função do cadastro é respeitar essas preferências e também a ordem de inscrição na lista.

Memorial do MPSC – *Nós tivemos um episódio em Santa Catarina de uma ação civil pública estadual, justamente na área da Infância e da Adolescência; se não me engano, começou durante a gestão do Dr. Moacyr de Moraes Lima Filho. Como a senhora vê esses inquéritos civis públicos de âmbito estadual?*

Vera Lúcia Ferreira Copetti – Não vejo problema, desde que se trate de uma situação de âmbito estadual, de fato. Nós tivemos outras situações que demandaram investigação com abrangência estadual, como foi o caso do inquérito civil que apurou o nepotismo no serviço público e deu resultados excelentes. Ele se desenvolveu antes da edição da Súmula 13 do Supremo Tribunal Federal, apurou a situação do nepotismo em todo o Estado de Santa Catarina e, a partir dele, foram feitas recomendações, celebrados TACs (Termos de Ajustamento de Conduta) e propostas ações. Era um fenômeno estadual. Mas isso não pode se tornar a nossa rotina de trabalho, mesmo porque o procurador-geral não pode se encarregar de investigar tudo.

Memorial do MPSC – *Como a senhora vê a tendência de especialização no segundo grau?*

Vera Lúcia Ferreira Copetti – Desde que fui promovida ao segundo grau me integrei na Procuradoria Cível, que já vinha trabalhando em regime de especia-

lização. A Procuradoria Criminal também atua de forma especializada. Trata-se de uma necessidade, porquanto as questões que enfrentamos são complexas e o conhecimento precisa ser cada vez mais aprofundado. A especialização acaba sendo o caminho.

Memorial do MPSC – *A senhora acha que existe um jeito feminino de ser promotora de Justiça?*

Vera Lúcia Ferreira Copetti – Existem jeitos masculino e feminino de ser, de levar a vida e que, consequentemente, se refletem na forma de tratar as questões funcionais/profissionais. Nós mulheres já éramos um contingente populacional grande quando começamos a romper as barreiras do sexismo e ingressar nas carreiras jurídicas em geral. A humanidade é composta por homens e mulheres e essa diversidade que existe na sociedade precisa estar representada no Ministério Público.

Memorial do MPSC – *Como foi a sua relação com os movimentos sociais; eles já estavam organizados no interior naquela época?*

Vera Lúcia Ferreira Copetti – Nas áreas da Moralidade e Direitos Humanos, em Santa Catarina, os movimentos sociais se desenvolveram, com mais frequência, na capital, com exceção para as questões agrárias. Não cheguei a lidar com os movimentos sociais, mas gostaria de ter tido essa oportunidade porque eles têm uma importância muito grande no processo democrático. No âmbito dos direitos humanos, tive alguns contatos com assentados, dos movimentos dos sem-terra, em razão de problemas havidos nas escolas que lá funcionavam. Havia certa divergência de orientação, que foi resolvida sem atritos.

Memorial do MPSC – *E a vida associativa?*

Vera Lúcia Ferreira Copetti – Integrei uma das diretorias da Associação da qual foi presidente o Dr. Paulo Roberto Speck, durante um mandato. Minha comarca de lotação ficava muito longe da capital e, na época, as comunicações e o acesso eram difíceis. Tenho participado dos congressos e dos encontros. A nossa Associação, ao longo do tempo, tem proporcionado uma boa convivência entre os associados e facilitado o acesso ao conhecimento. Prezo muito a convivência na Associação.

Memorial do MPSC – *Mais alguma coisa que a senhora gostaria de deixar registrada?*

Vera Lúcia Ferreira Copetti – Nada mais tenho a acrescentar.

Memorial do MPSC – *Muito obrigado pelo seu depoimento.*

Lenir Roslindo Piffer



Lenir Roslindo Piffer nasceu em Tijucas/SC, em 8 de março de 1956. Filha de Eufrônio de Araújo Roslindo e Dária dos Passos Roslindo, ingressou no Ministério Público de Santa Catarina em abril de 1982, atuando como promotora de Justiça substituta na 15ª Circunscrição Judiciária de Rio do Sul. Em 19 de dezembro de 1983 foi promovida, por antiguidade, ao cargo de promotora de Justiça da Comarca de Tangará, onde permaneceu até ser removida, por antiguidade, para a Comarca de Trombudo Central, em 12 de fevereiro de 1985. Em 6 de junho de 1986, foi promovida, por merecimento, para a Comarca de Ibirama, e, em 24 de novembro de 1987, foi promovida, também por merecimento, para a 2ª Vara da Comarca de Indaial. Em 4 de maio de 1992, já na quarta entrância, foi promovida, por antiguidade, à 1ª Vara da Comarca de Joaçaba, permanecendo até 29 de junho de 1993, quando assumiu a 3ª Vara Cível de Blumenau. Através de permuta, em junho de 1994, assumiu a 5ª PJ da mesma comarca. Em 21 de março de 2001, por opção, assumiu a 11ª PJ de Blumenau, e, em 30 de abril de 2002, optou pela 2ª PJ da mesma comarca. Em 24 de março de 2006 foi promovida ao cargo de procuradora de Justiça.

LENIR ROSLINDO PIFFER¹

Memorial do MPSC – *A senhora é natural de onde?*

Lenir Piffer – Sou natural de Tijucas, aliás, algo do qual muito me orgulho.

Memorial do MPSC – *A sua família também é de Tijucas?*

Lenir Piffer – Sim. Meus pais já são falecidos, mas tenho irmãos que moram em Tijucas.

Memorial do MPSC – *E o que faziam os seus pais?*

Lenir Piffer – Meus pais eram agricultores, mas também tiveram comércio, uma vendinha, na avenida Bayer Filho, a rua principal em Tijucas. A casa deles ainda existe, atualmente funciona lá uma padaria. Meu pai não teve muita visão administrativa, retornando depois para a agricultura. Acho que minha mãe tinha uma visão mais aberta. Mas precisou acompanhar meu pai. Esse retorno não foi fácil. Eu era adolescente. Até hoje o agricultor enfrenta dificuldades para proporcionar estudo aos filhos. O melhor colégio de Tijucas era o das Irmãs, no qual não foi nada fácil entrar.

Memorial do MPSC – *Um colégio católico?*

Lenir Piffer – Das Irmãs da Divina Providência.

Memorial do MPSC – *Era colégio misto, ou só para meninas?*

Lenir Piffer – Misto. Tinha sistema de internato, mas não fui interna.

Memorial do MPSC – *Vocês eram quantos irmãos?*

Lenir Piffer – Éramos seis irmãos. Hoje temos um irmão falecido, somos cinco, quatro mulheres e um homem. Bem, fui a única da família a concluir o ensino superior. Fiz, inicialmente, dois anos de Estudos Sociais e depois vi que não era o que eu pretendia. Mudei para o Direito.

Memorial do MPSC – *E por que o Direito?*

Lenir Piffer – Ocupei alguns cargos antes de chegar ao Ministério Público.

¹ Entrevista realizada na Procuradoria-Geral de Justiça, em Florianópolis, no dia 25 de outubro de 2012, por Gunter Axt, com assistência de Cássio Bogdan. Transcrição de Angélica Bersch Boff.

Comecei como secretária num escritório de advocacia. Com o advogado João Luiz Reipert, em Tijucas. Acho que dali veio minha motivação e o despertar para o Direito. Enquanto estudava, eu era funcionária dos Correios de Tijucas; fui chefe da Agência Postal de Tijucas. Fiz um concurso de contadora judicial, função que acumulava com a atividade nos Correios. Depois, fiz o concurso de auxiliar judiciário para a Justiça Federal, onde fiquei uns dois anos. Depois de concluir o curso, fiz o concurso para o Ministério Público, ingressando na carreira em 1982.

Memorial do MPSC – *Mas como a senhora fazia? Morava em Tijucas e estudava em Florianópolis? Ficava indo e vindo?*

Lenir Piffer – No início estudei na UNIVALI, em Itajaí, numa das primeiras turmas. A UNIVALI começou pequena. Era uma escola de ensino secundário que se tornou universidade, crescendo muito. Ia de ônibus. Quando eu ingressei na Justiça Federal, mudei-me para Florianópolis e segui me deslocando para Itajaí de ônibus. Pertenci à última turma na UNIVALI de quatro anos. Depois passou para cinco anos. Era uma labuta! Eu trabalhava, tinha de bater ponto, chegávamos de Itajaí meia-noite, meia-hora... Eu morava na rua Anita Garibaldi, era preciso atravessar a Praça XV... Hoje, considerando o avanço da violência, não sei mais se faria isso...

Cheguei a prestar um concurso para a magistratura, não logrando aprovação no psicotécnico. Logo em seguida tentei o Ministério Público, sendo aprovada. Éramos 18 aprovados, entre eles, duas mulheres: eu e a Maria Auxiliadora Alves, já aposentada.

Memorial do MPSC – *Por que o Ministério Público? Foi o concurso que apareceu, ou tinha um motivador especial?*

Lenir Piffer – Na oportunidade, minhas opções de fato não estavam muito claras. Eu sabia que queria seguir uma carreira jurídica. Depois desses anos todos, acho que fiz a opção acertada. Hoje, teria mais condições de dizer que, realmente, o Ministério Público era minha vocação. Mas, na época... não tinha uma ideia muito clara do que era o Ministério Público. Acho que foi o concurso que havia... Eu me inscrevi em vários. Minha mãe dizia: “Chega, minha filha, chega! Para que fazer tantos concursos?!” (risos). O da Justiça Federal era muito concorrido, em 1978 ou 1979, com mais de mil candidatos inscritos, muitos bacharéis em Direito, e eu passei sem nem mesmo ser ainda formada. Me saí muito bem em datilografia, prova em que me classifiquei em primeiro lugar.

Memorial do MPSC – *A senhora já tinha experiência como secretária, não é?*

Lenir Piffer – É, fiz o curso de datilografia no colégio. Eu tinha um bom desempenho. Quando saí da Justiça Federal, trinta anos atrás, tudo se concentrava

em Florianópolis, não havendo seções ou unidades no interior do Estado. Éramos poucos servidores. Os colegas acharam uma loucura quando resolvi fazer carreira no Ministério Público, pois isso me obrigaria a peregrinar pelo interior, sem falar que o salário da Justiça Federal equivalia ao do Ministério Público. Aliás, eu ingressei num período difícil: houve atraso nos vencimentos, congelamento de salários, em pleno contexto inflacionário. Mas não me arrependo nem um pouco.

Memorial do MPSC – *Qual foi sua primeira comarca?*

Lenir Piffer – Comecei como substituta em Rio do Sul. Atendia também às Comarcas de Trombudo Central, Ituporanga e Taió, onde cheguei a morar durante um mês. Sempre morei na comarca em que atuava. Em Taió, me hospedei na pensão de uma senhora, dona Gerda. Foi uma experiência muito boa.

De Rio do Sul, fui promovida para Tangará, no Meio-Oeste. Mas, na época, faltava titular em Joaçaba, então acumulei Tangará. Fixei residência em Joaçaba, onde permaneci um ano e pouco. Fui removida para Trombudo Central, perto de Rio do Sul. Era Promotoria de primeira entrância, na época. Hoje é inicial, intermediário e final. E não tinha a especial.

Em Trombudo morei dois anos. O prefeito construía duas casas próximas, uma para o juiz, outra para o promotor. Não sei dizer se esta casa ainda é destinada à moradia de membros do Ministério Público. Então, já estava casada. Meu marido era servidor do Detran. Ele conseguiu ficar à disposição em Trombudo, me acompanhando nessas remoções.

A primeira comarca foi algo muito marcante. O promotor era um agente solitário. Tínhamos um relacionamento muito bom com os magistrados, isso eu sempre vi, o que ajudava. Mas, tirando isso, não tínhamos servidores, estrutura e até a comunicação com a Procuradoria-Geral era difícil. Não havia as facilidades de hoje, como internet, celular, telefone... O promotor ficava isolado. Era difícil até mesmo trocar uma ideia com os colegas. Então, era com o juiz com quem mais conversávamos. Havia algo de muito positivo nisso, porque a necessidade de convivência nos levava a sempre buscar juntos a melhor solução. Podíamos até divergir em torno de questões jurídicas, mas isso jamais comprometeu a colaboração, fundamental para que avançassem ações na área de Infância e Juventude, por exemplo. Nunca tive dificuldades com magistrados.

Em Trombudo Central estreei no júri. Fiz muitos júris lá. Não sei se o corpo de jurados passa a confiar no promotor a partir de certo momento, mas lembro de que a maioria dos júris que fiz lá resultou em condenação. Quando fui titular em Indaial, senti uma diferença, uma dificuldade maior em convencer os jurados.

Memorial do MPSC – Ao que a senhora atribui essa variação?

Lenir Piffer – Não consegui definir. Mas observei isso. Quando estamos no júri, nos empolgamos, nos envolvemos, e, por vezes, até nos aborrecemos com o resultado. Mas faz parte do sistema. No fim, cabe-nos recorrer se não concordarmos com o veredicto. Lembro-me de uma situação de aborto em Indaial: uma senhora que foi a júri. Era uma mulher muito conhecida, também fazia partos. Muitas pessoas nasceram pelas mãos dela. A comunidade lhe tinha gratidão. Mas foi uma coisa chocante: ela perfurava a placenta com uma agulha; duas tiveram infecção e foram parar no hospital, porque infeccionou, tiveram febre, e foi só aí que se descobriu. No júri, condenaram uma das moças... mas absolveram a parteira. Recorri do veredicto sobre a parteira.

Memorial do MPSC – Eram moças solteiras?

Lenir Piffer – Creio que sim... Em Indaial, ainda hoje, há uma área grande de casas de prostituição, junto à BR. Não lembro bem, mas acho que eram prostitutas.

Memorial do MPSC – A moral antiga considerava mais grave o filho fora do casamento, chamado filho natural, do que o aborto. Mas hoje a coisa se inverteu...

Lenir Piffer – É. O defensor dela, Dr. Acácio Bernardes, já falecido, era um advogado conceituadíssimo. Absolveram-na. Fiz o recurso com a alma! (risos). O Tribunal até deu provimento, mas se passaram tantos anos que, no fim, prescreveu. Mas a gente sabe: a questão do aborto é muito polêmica.

Memorial do MPSC – Sim. E até hoje é um crime.

Lenir Piffer – Mas é muito raro ir ao Tribunal do Júri. Acho que foi o único que fiz sobre aborto.

Memorial do MPSC – A senhora sentia diferença de uma comarca para outra, na natureza dos feitos?

Lenir Piffer – Trombudo Central também é zona de colonização germânica, como Indaial. Acho que as pessoas são muito fechadas. Até adquirirem confiança, demora. Fizemos amizade com uma família de lá. Depois que se estabelecem laços de amizade, os outros acreditam e confiam. De qualquer forma, eu acho que nunca abandonava a postura de promotora, figura que não está ali para agradar, mas para cumprir o seu papel, fazer o que for necessário, mesmo que desagrade. Nem sempre é fácil esta composição. Não se trata de cavar inimizades gratuitamente. Mas não dá para ser amigo de todo o mundo. Só que o promotor precisa conviver em comunidade, precisa morar e viver. Mas ter amizades é complicado. Então... a gente acaba tendo uma vida mais reservada.

Memorial do MPSC – *Como era a relação com as outras autoridades na comarca? Prefeito, vereadores?...*

Lenir Piffer – Muito respeitosa. Eu não cheguei a atuar, em minha carreira, na área Extrajudicial, na Coletividade. Fiz uma única ação civil pública, em Indaial, para preservação de patrimônio, em 1985 ou 1986, antes ainda da nova Constituição.

Memorial do MPSC – *Patrimônio cultural?*

Lenir Piffer – Histórico, uma ponte de ferro, que chegaram até a vender como sucata. Havia um projeto de se recuperar um trecho da linha ferroviária. Era uma estrada interna. A ponte permanece até hoje lá, só que o município ficou de preservá-la, e isso é sempre complicado, não é? Propus a ação e acabamos chegando a um acordo. A empresa que comprou fez uma doação e aí se resolveu. O valor comercial era pequeno, mas o histórico e paisagístico era expressivo.

Memorial do MPSC – *Esse foi um período de grande efervescência institucional. A Lei da Ação Civil Pública é de 1985, o Código do Meio Ambiente, o ECA e o da Improbidade Administrativa vêm no início dos anos 1990...*

Lenir Piffer – Sim. Em Trombudo Central eu lembro que a gente começava a dar os primeiros passos nessa área Extrajudicial. E em Trombudo Central havia um problema muito sério, que talvez ainda persista: a feculária promove uma poluição significativa dos rios. Procurei me inteirar sobre esse ciclo produtivo. O cheiro era horrível! A empresa era a Lorenz. Hoje existe inclusive o Ato 103, que fala no ajuizamento formal para o promotor ter uma atuação mais intensa nesta área. Mas, na época, não tínhamos ainda o Ato e a nossa situação no extrajudicial era meio precária...

Em 1984, fui para Tangará, como titular. Depois, Trombudo Central, de onde fui promovida a Ibirama. Morei em Ibirama, também, e posteriormente em Indaial. De Indaial fui promovida para Joaçaba, onde fixei residência.

Memorial do MPSC – *Como era a moradia nessas cidades? Em Trombudo Central o prefeito construiu a casa...*

Lenir Piffer – Era exceção. Em Tangará, por exemplo, a casa destinada a moradia do promotor era muito precária. Preferi me instalar em Joaçaba, porque eu acumulei com Joaçaba. Morei em Joaçaba sendo titular em Tangará. Em Ibirama, aluguei uma casa muito boa. Morei muito mal em Indaial, numa casa de madeira, nada segura, sendo inclusive vítima de furto. Quando nasceu meu segundo filho, saí um tempo em licença. Quando retornei, encontrei a casa toda revirada. Em

Blumenau, construímos uma casa, juntando economias, com sacrifícios. Mas, enfim, não tenho nada para reclamar das minhas moradias, a exceção talvez de Indaial, onde a coisa foi uma pouco mais complicada. Os tempos eram outros, e acho que hoje a gente tem muitas mais opções de aluguel e moradias.

Lembro-me da nossa colega, Leocádia Marília Schiocchet da Costa, que faleceu muito jovem. Era titular de Urubici e morou em um hotel, porque não tinha outra opção. Falando hoje, não sei se as pessoas acreditam que passamos por isso. Em Rio do Sul, não quis ficar no hotelzinho e me instalei numa casa de família. Depois de casada, alugamos uma casa. Enfrentei duas enchentes em Rio do Sul.

Memorial do MPSC – *Essa era a época das enchentes em Blumenau e Rio do Sul...*

Lenir Piffer – 1983 e 1984. Foi inusitado! A enchente cobriu a casa em que morávamos, no centro da cidade. Éramos recém-casados, não tínhamos filhos.

Memorial do MPSC – *A senhora era a única promotora na comarca?*

Lenir Piffer – Não, havia mais dois colegas: o Dr. Clóvis Mauro da Silva e Dr. Orlando Graciosa Filho (hoje falecido), ambos já aposentados à época. Inclusive, eu morava ao lado da casa do Clóvis. Depois alugamos uma casa nos fundos, na mesma rua, mas no ano seguinte houve outra enchente e a casa também foi atingida. A segunda enchente foi mais volumosa e rápida! Não se acreditava que chegasse naquele nível!

Memorial do MPSC – *Houve problemas de abastecimento?*

Lenir Piffer – Ah, sim! Na primeira enchente ficamos sem comunicação, sem transporte... Foi assustador. Eu estava havia pouco tempo na comarca, não conhecia ninguém. Fomos abrigados numa casa maior, de pessoas estranhas. A gente se sente muito perdida numa situação dessas.

Memorial do MPSC – *A senhora já tinha filhos?*

Lenir Piffer – Não, éramos só eu e meu marido, o Afonso. Minha mãe escreveu uma carta, que guardei, preocupadíssima e perguntando se eu precisava de algo, de comida, que eles dariam um jeito de levar... Não tinha como chegar à cidade, estávamos ilhados. Mas, enfim, faz parte.

Memorial do MPSC – *Há algum caso que tenha lhe marcado mais na memória?*

Lenir Piffer – Em Trombudo Central eu me lembro de uma adoção. Na época não se fazia esse trabalho todo de acompanhamento dos casais pretendentes.

Acompanhei um casal de Trombudo Central a consumir um processo de adoção. Eles ficaram muito felizes. Foi gratificante!

Memorial do MPSC – E em Blumenau?

Lenir Piffer – Em Blumenau passei pela área Cível, fiquei um período na Infância, que é muito envolvente. Acho que a gente não aguenta muito tempo. É muito drama, muita tristeza... Na época já havia a situação de drogas, vício, dependência. E lembro que atendi um casal cujo filho era envolvido com drogas... Só história triste! Eu quase chorei junto enquanto eles contavam o caso, sabes? Aí pensei: “Meu Deus, está na hora de parar, não é possível me envolver dessa forma!”. Mudei de área e fui para o Juizado Especial do Crime. A Dra. Ana Paula Varela era substituta. Quando saiu a Lei 9.099, de conciliação, fizemos um trabalho muito legal na aplicação do novo diploma. Mas era uma demanda enorme: promotores, juízes, presidíamos as audiências. Percebíamos os resultados. Lembro-me do Dr. Luiz Carlos Schmidt de Carvalho, o Carvalhinho, muito entusiasta. São causas menos complexas, civis, de menor potencial ofensivo, mas que, contudo, eu sempre entendia serem relevantes para as pessoas. Essa ideia de que os juizados têm menos importância é equivocada. Recordo em especial uma senhora cuja irmã – habitavam juntas, numa moradia recebida por herança – mantinha a casa cheia de gatos. Um inferno! Chamamos as partes para tentar uma conciliação... Afinal, conseguimos avançar. Mas foi um parto!

Depois eu fui para uma Vara Criminal onde permaneci até o final. Quando, naquela época, se chegava à quarta entrância, aí não se fazia mais a clínica geral e se especializava a função. Nunca tive pressa de vir para a Procuradoria. Hoje, ainda, estávamos conversando: o promotor que entra atualmente na carreira, dificilmente chegará ao segundo grau, porque o número de vagas é limitado e o quadro aumentou muito. Quando ingressamos, em 1982, era certo que em questão de tempo chegaríamos ao segundo grau. Porém, eu, pessoalmente, estava satisfeita em Blumenau, cidade para onde fui em 1994 e onde fiquei treze anos: ali meus dois filhos cresceram e estudaram...

Memorial do MPSC – No segundo grau, a senhora atua mais no Crime ou no Cível?

Lenir Piffer – Vim para o segundo grau em 2006, numa Procuradoria Cível. Era a vaga que estava aberta. Na administração do Dr. Gercino [Gerson Gomes Neto] eu cheguei a funcionar no GEAP – Grupo Especial de Apoio ao Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, que auxiliava nas ações de competência privativa do Procurador-Geral, tais como as ações envolvendo as gestões dos prefeitos.

Dessa atuação eu passei para a Corregedoria. Assumi o cargo de subcorregedora no mandato do Dr. Paulo Ricardo da Silva. Ele ficou dois mandatos. Retornei há pouco, em abril de 2012, à Procuradoria Cível, na área da Família.

Memorial do MPSC – *O que faz a Subcorregedoria?*

Lenir Piffer – O subcorregedor substitui o corregedor-geral nas suas ausências, e tem algumas atuações específicas. Eu me dediquei muito à implementação das correições ordinárias, o que me fez viajar bastante. Quando a gente assume um cargo na Administração, acaba conhecendo melhor nossa instituição, suas funções, porque na comarca a gente só se preocupa com o trabalho da Promotoria. Acabei conhecendo a realidade das Promotorias numa perspectiva mais ampla, suas dificuldades, etc. A correição ordinária foi estabelecida por resolução do Conselho Nacional, uma medida muito salutar.

Memorial do MPSC – *Por que a senhora acha que é salutar?*

Lenir Piffer – Porque antes se fazia uma inspeção, uma visita. Mas, diferentemente da correição, não se fazia uma verificação mais aprofundada. Com a correição, hoje, se verificam os processos em andamento, todo o andamento da Promotoria... É grande a dificuldade por falta de promotores. Em Promotoria sem titular, o trabalho acumula, pois o substituto dificilmente consegue dar conta de tudo. Há situações encaminhadas à tramitação que acabam sem resposta. Não é culpa do promotor, mas uma deficiência da nossa estrutura. Acho que podemos melhorar muito e se está buscando isso.

Hoje, nossa atuação no eixo judicial é bastante forte, porque no município as pessoas evitam criar caso, pois não querem se indispor com o prefeito, que, por seu turno, não quer tomar medidas antipáticas... Aí é preciso o Ministério Público intervir... Às vezes, a pessoa procura um auxílio e a última porta em que bate é a do Ministério Público: então, precisa de uma resposta. O atendimento ao público, especialmente no interior, é essencial.

Penso que as coisas evoluíram muito já. Em 1982, quando começamos, a estrutura operacional era incrivelmente precária. O promotor era sozinho. Dependíamos do apoio do Judiciário para atividades corriqueiras, de expediente, tais como postar uma carta no Correio. Isso evoluiu muito já.

Memorial do MPSC – *Como foi chegar, em 1982, nas comarcas como promotora, solteira, mulher?... Alguma vez a senhora encontrou algum tipo de resistência em função da sua condição de gênero, dentro ou fora da instituição?*

Lenir Piffer – Não cheguei a sentir isso... Pelo menos não explicitamente. É interessante: eu substituí em Tijucas, minha cidade natal, por um mês apenas. Percebi como, no fundo, não era legal. Eu ainda era jovem, ingressei no Ministério Público com 26 anos. Houve um homicídio e eu conhecia os envolvidos. Vieram me procurar na fase do inquérito, pedindo para que eu não qualificasse o homicídio. Foi chato, porque as pessoas confundem as coisas. Mas a gente cumpre a lei independentemente dos relacionamentos pessoais. Concluí não ser interessante atuar na cidade natal.

Memorial do MPSC – *Havia espaços de sociabilização nas cidades? A senhora era convidada a frequentar, o clube local ou o **Rotary**?*

Lenir Piffer – Em Taió, participei de uma sessão festiva do *Rotary Club*. A escritã me convidou. Foi agradável. Quando morei em Trombudo Central, não havia um restaurante decente. Apenas um tipo de bar na beira do rio, horrível! O chão engordurado, preto! De forma que eu preferia ir do trabalho para casa, onde eu organizava minhas refeições. Mas participei de algumas festas de Igreja, almoços no Clube de Caça e Tiro. Conhecia a família do prefeito, mas era uma relação respeitosa.

Lembro que a cartorária do Registro Civil de Pouso Redondo, que fazia parte da comarca, me convidou para um jantar, se mostrando muito amigável... Eu aceitei e fui com meu marido. Depois, fiquei sabendo, ela era amiga da família de um acusado em um processo de júri que estava comigo, em que o marido matara a mulher, um empresário de Pouso Redondo, sujeito influente. Percebi que o convite tinha esta intenção, de estabelecer uma proximidade em função do processo.

Ele foi denunciado por homicídio qualificado. Matou a mulher na frente dos filhos, na garagem da casa. Depois se arrependeu, tentou socorrer e levar para o hospital, ainda, e nesse percurso sofreu um acidente... A cidade apostava na absolvição. O advogado era o Dr. Acácio Bernardes, muito conhecido. O Dr. Milton Pascoto participou do júri comigo. Mas o sujeito foi condenado por homicídio qualificado.

O Afonso, meu marido, assistiu a esse júri. Ele disse que ouviu um comentário do tipo “a baixinha braba” (risos). Eu acho que esse é o papel do promotor, não é? Mas eles nos testam. Enfim, há convites que recebemos que é melhor não aceitar. Essas coisas a gente vai percebendo melhor ao longo da carreira, na medida em que vai amadurecendo.

Memorial do MPSC – *A senhora gostaria de registrar mais alguma coisa neste depoimento?*

Lenir Piffer – Pois é... Em 1982, éramos cinco mulheres: a Dra. Hercília Regina Lemke, a Dra. Rosa Maria Garcia, a Dra Vera Copetti, a Dra. Jorgelita Tonera Favaretto e a Dra. Leocádia Marília Schiocchet da Costa. Convivi de forma mais próxima com a Dra. Leocádia. Chegamos a trabalhar juntas em Indaial, onde ela também morava. Uma pessoa extraordinária! Muito magrinha, fisicamente frágil, mas de uma força fenomenal! Também trabalhei junto, em Indaial, com a Dra. Sonia Maria Demeda Groisman Piardi. A presença feminina no Ministério Público é uma história recente... Hoje cresceu a presença das mulheres na instituição. Mas, naquela época, existia uma desconfiança ainda. Alguns, creio, achavam que as mulheres não seguiriam a carreira, que casariam, precisariam sair para cuidar dos filhos, para se dedicar à maternidade, para acompanhar o marido... Ninguém mais pensa assim hoje. Também está crescendo a participação das mulheres na Administração. A Dra. Rosa foi a primeira a vir para a Procuradoria, abrindo o caminho para outras. Hoje, a Corregedoria-Geral é ocupada por uma mulher, a Dra. Gladys Afonso.

Memorial do MPSC – *Muito obrigado pelo seu depoimento.*

Maria Auxiliadora Alves



Maria Auxiliadora Alves nasceu em Florianópolis/SC, em 31 de outubro de 1946. Filha de Alcebiades João Alves e Cidolina Estevão Alves, formou-se em Direito pela Faculdade de Direito de Santa Catarina em 1970. Ingressou no Ministério Público de Santa Catarina em março de 1982, como promotora de Justiça substituta da 12ª Circunscrição Judiciária da Comarca de Joaçaba. Foi designada, em abril de 1982, para responder pela Comarca de Capinzal. Em junho de 1982 foi designada para a 2ª Vara da Comarca de Joaçaba, concomitantemente respondendo pela Comarca de Tangará. Em fevereiro de 1984 assumiu o cargo de promotora de Justiça na Comarca de Rio Negrinho. Foi promovida por antiguidade para a Comarca de Dionísio Cerqueira em fevereiro de 1987, mas continuou atuando na Comarca de Rio Negrinho, que foi elevada a segunda entrância. Promovida novamente por antiguidade em novembro de 1987 para a 1ª Vara da Comarca de São Bento do Sul, assumiu o cargo de promotora de Justiça na Comarca de Lages em novembro de 1994. Aposentou-se em março de 1995 nesta comarca. Externamente ao Ministério Público, exerceu a função de professora normalista da Secretaria da Educação de Santa Catarina no período de fevereiro de 1966 a março

de 1972. Trabalhou como auxiliar de serviços médicos no Instituto Nacional de Previdência Social, sendo admitida no cargo em fevereiro de 1972. Em junho de 1979 assumiu o cargo de inspetora do trabalho no Ministério do Trabalho – Delegacia Regional do Trabalho. Posteriormente, ingressou como promotora de Justiça no Ministério Público de Santa Catarina, onde se aposentou.

MARIA AUXILIADORA ALVES¹

Memorial do MPSC – A senhora é natural de onde?

Maria Auxiliadora Alves – Sou natural de Florianópolis. Minha família era muito humilde, mas digna. Não fomos moradores da região que abrange a Beira-Mar, composta geralmente de pescadores, mas habitávamos o interior, local de criação de gado, porco e agricultura, principalmente milho e feijão, além da cana-de-açúcar, que cultivávamos para alimentar os animais, já que não dá para assoviar e chupar cana ao mesmo tempo (risos). Adorava andar descalça na rua e ficar perto do morro onde eu morava para brincar com a água que descia. Sempre fui moleca.

Da família de meu pai não conheci ninguém e nunca fui de pesquisar a árvore genealógica. Por parte de mãe, cheguei a conhecer minhas avó e bisavó, que se chamava [a primeira] Ana Maria Nunes, apelidada de Dindinha Vovó. Minha mãe se chamava Cidolina Estevão Alves e faleceu com 62 anos de idade, vítima de sopro que ela tinha desde pequena no coração e que, com o passar dos anos, se agravou. Ela não me deixou nada de bens materiais ou financeiros, apenas algo que carregaria para o resto da vida: “Honra teu nome, nunca coloques tua honra em jogo e se tiveres filhos passa isso a eles”. Minha bisavó era parteira, muito querida e meiga, descendente de índios, o que dava para perceber na cor da pele e no cabelo. Minha mãe era muito parecida com minha bisavó. Agora, a minha avó era diferente e tinha o gênio mais difícil, algo que, acredito, herdei dela, bem como do meu pai. Minha bisavó morava na região do Córrego Grande. O Córrego Grande, que eu conheci não existe mais, nem a casa dela. Hoje a região abriga a cidade universitária.

¹ Entrevista realizada na residência da entrevistada, em Rio Negrinho, no dia 10 de setembro de 2013, por Gunter Axt, com assistência de Marcos Lauermann dos Santos. Transcrição de Marcos Lauermann dos Santos.

Boa parte do meu temperamento vem, creio, da família do meu pai. Ele se chamava Alcebiades João Alves. Tinha origem cigana. Os ciganos não conseguem controlar muito a língua e defendem com unhas e dentes as suas origens e crenças. Gostam muito de cores e joias. Particularmente, aprecio joias orientais. No Carnaval eu sempre queria ir vestida de cigana com a saia até os pés, com as moedinhas penduradas, com lenço e cabelo amarrado bem comprido. Vários traços de nossa cultura foram esquecidos no tempo, como o jogo de cartas. Meu pai tinha essa tradição, só que não tive a oportunidade de conhecê-lo bem. Lembro-me das canções, como *Bambalalão*. Entre os ciganos, em geral, a cultura não era transmitida pelo pai, mas pela mãe, embora houvesse, certamente, as normas e os hábitos masculinos, que eram transmitidos aos filhos pelos homens. Como o cigano na família era meu pai, era dele que emanavam as referências desse universo cultural.

A cultura cigana muda conforme o lugar e atualmente não se encontram mais ciganos, nem as antigas tendas armadas como havia antes. Dizem que muitos se acastelaram em seus apartamentos até porque vários ficaram ricos trabalhando, economizando ou, até, roubando (risos). Quando chegava uma tenda de ciganos perto de casa, minha mãe reforçava essa fama negativa dizendo: “Tu não me sai de casa sozinha, cigano rouba criança!”. Mesmo assim, eu adorava chegar até o local onde eles estavam para vê-los dançar e fazer seus rituais. Então, hoje em dia, eles não convivem mais tribalmente como antes, ou seja, perdeu-se muito da magia.

Eu amava demais minha mãe. Não amava tanto meu pai porque ele me batia com fivela de cinta, mas o respeitava. Meu pai era ajudante de laboratório no Departamento de Saúde Pública de Florianópolis. O bioquímico que foi o chefe do meu pai se chamava Rogério Kowalski, de origem polonesa. Ele era bem loirinho, com olhos azuis. Dos filhos de meus pais, eram três mulheres e dois homens. Meus irmãos continuam em Florianópolis. O mais velho é o Avelino, que tem 85 anos, depois vem a falecida Malvina, que teria 83 anos hoje, depois vem o Ducemar, que está muito doente. Sou a irmã do meio. A mais nova, Alcione, reside em Rio Negrinho, em um apartamento alugado. Não deu certo tentarem conviver comigo na mesma casa porque elas tentam me corrigir, acham que falo demais. Ninguém consegue me fazer calar a boca. Elas não herdaram a cultura cigana. Esse meu lado cigano, mais espontâneo e falador, foi deixado de lado durante minha carreira profissional, somente aflorando na minha infância e, depois, quando me aposentei.

O tempo passou e a Dorita foi crescendo. Esse é o meu apelido e só descobri que meu nome era Maria Auxiliadora Alves quando a professora na escola reclamava que eu não respondia à chamada. Minha mãe perguntava por que eu levava tantas faltas e sempre aleguei que a professora nunca chamava o meu nome: Dorita.

Minha mãe, coitadinha, era muito inocente e teve que se aculturar por conta própria. Ela nunca conversou comigo explicando essa questão do nome, nunca me disse que quando fosse para a escola teria que assumir a pessoa que eu realmente era. Não seria mais a Dorita, mas sim a Maria Auxiliadora Alves. Eu não poderia ter diferenciado isso sozinha naquela época. Não havia essa consciência, por parte da família, de educar seus filhos dessa forma. Isso pertencia à índole do povo açoriano, diferentemente do meu pai, que, quando precisava intervir na nossa educação, já o fazia usando a fivela da cinta para nos castigar e depois ainda falava para a mãe jogar água com sal em cima. Apanhei muito, mas não me arrependo das coisas que fiz.

Sou prolixa e sempre gostei de ler e de escrever. Não gostava da máquina de datilografar, nem sei como usá-la. Bastava uma folha de papel almaço com linhas. Desde que comecei a ser alfabetizada, a juntar as sílabas para formar palavras, questionava muito. Queria saber o porquê das coisas. Minha mãe foi alvo de muitas perguntas e quando eu apontava para algo perguntando ela me dizia “Que coisa feia fazer isso filha, não precisa apontar”. Certo dia um senhor de idade estava sentado no banco da frente do ônibus e lhe disse: “Não coíbe o interesse dela, quem quer saber as coisas vai longe”. Dos cinco irmãos eu sou a única que possui nível superior e que chegou até o cargo de promotor de Justiça. Não prossegui os estudos com pós-graduação porque costumo dizer que já fiz essas especializações nas comarcas por onde passei.

Cursei o primário e o ginásio no colégio Coração de Jesus. Depois, havia três cursos distintos: colegial, científico e normalista. O colegial era para aqueles que queriam fazer Filosofia, História e Geografia, matérias da área das Humanas. O científico servia para quem queria Medicina ou Odontologia. Tratava-se de um curso mais difícil, com disciplinas como química, física e biologia. O normalista era para aqueles que queriam ser professor. Escolhi o científico.

Sempre lamentei a situação da saúde no Brasil. Como os doentes são maltratados e, como aos indefesos, crianças e idosos não é dada a devida atenção, eu queria fazer Enfermagem, mas não havia em Florianópolis. Pensei então em morar com a Malvina, em Curitiba, para fazer Enfermagem Alto Padrão, parecido com um curso profissionalizante. Ainda não havia conhecido o meu ex-marido. A Malvina apoiou minha decisão e disse que se era minha vocação, se eu não sentisse medo de prestar socorro e ajudar as pessoas feridas, deveria seguir esse sonho. Não queria ser médica.

Acabei não fazendo Enfermagem, porque minha mãe estava doente e não contava com mais ninguém a não ser eu. Ela me pediu para que ficasse com ela em Florianópolis. A Alcione, minha irmã mais nova, era pequena na época. Decidi

ficar para cuidar dela, dar banho, pentear o cabelo, fazer as unhas e levá-la para dar algumas voltas pela cidade... Minha mãe estava debilitada e não tinha condições de pagar uma empregada ou enfermeira para cuidar dela. Estava em um impasse entre ir para Curitiba fazer Enfermagem ou ficar com minha mãe em Florianópolis. Mas como minha mãe me pediu para ficar, eu não poderia simplesmente abandoná-la.

Eu não queria parar de estudar e nunca havia reprovado em nenhuma disciplina. Sempre gostei de história e minhas notas eram ótimas. E melhores em geografia. Em compensação, na matemática precisava colar para passar (risos). Diante do impasse, pensei em fazer Assistência Social. A Malvina pagou todo o meu colégio. Depois saí do colégio de freiras para fazer o curso de professora normalista. Parece que o colégio faliu pouco tempo depois e foi comprado por uma companhia de Minas Gerais ou do Paraná. A Irmandade da Sagrada Família não existe mais.

Na época, o Colégio Coração de Jesus abrigava as meninas e o Colégio Catariense, os meninos. Meninos e meninas não podiam estudar juntos. As únicas vezes que homens entravam no colégio era quando o padre ia rezar a missa e quando não havia freiras capacitadas para lecionar em determinada matéria. Lembro-me do professor de latim e quando tínhamos que diferenciar o *quid*, *quad*, *quod*.

Tínhamos aula de religião com o Padre Bianchini, um moço lindo e bem alemãozinho. O Padre Bianchini rezava as missas e dava aula de religião no salão perto da capela. A nossa irmã-regente se chamava Maria Izabel, não sei até hoje se ela teve algum filho do Padre Bianchini, porque ela ficava tão vermelha perto dele... (risos). Ela levava a gente até o salão e sempre ficava na última fileira, sentava sozinha. Eu já era meio levada naquela época, então falei para a Lenir: “Quando ele chegar perto da Maria Izabel a gente vira e observa”. Aí nos virávamos e a encarávamos. Ela ficava vermelha feito um pimentão. Essa gente que fica corada muito fácil normalmente é descendente de europeus. A Maria Izabel tinha um olho bem claro e um rosto lindo. Não demorou muito para que eu começasse a pensar que tinha algo de estranho nessa reação. Parecia, para a gente, que os dois estavam de romance. Não descobri porque saí do colégio para fazer o curso de professora normalista no Instituto de Educação, em Florianópolis. Achava que a Malvina já tinha gastado muito dinheiro comigo, e os outros irmãos também estavam com dificuldades financeiras.

Então pensei em fazer Serviço Social, porque poderia ajudar outras pessoas. Eu achava que colocaria uma pastinha debaixo do braço e iria de porta em porta, conversar com as pessoas, ensinar as mulheres, por exemplo, a tomar o anticoncepcional, marcar visitas no médico até mesmo para colocar o dispositivo intrauterino, se fosse o caso, tudo para que não tivessem mais filhos do que poderiam ter

condições de criar. Não via sentido em ficar sentada numa mesa de gabinete. Essa faculdade era particular, mas a Malvina disse que iria pagar minha formação. Eu recebia, nessa época, como professora, e ela chegou a brigar comigo por ter feito a besteira de me casar. Ela tentava me mostrar que o meu noivo não trabalhava e tinha problemas com bebida. Minha irmã estava certa e eu, cega.

A Malvina ficou muito brava comigo e não foi ao casamento. Casei bonitinha no civil e no religioso de vestido branco e com algo que parecia um véu na cabeça. Tenho isso guardado até hoje. Tinha que ser assim para alguém que estudou em colégio de freiras e sabia a missa em latim. O padre falava no fim da missa: *"Dominus vobiscum"* (O Senhor esteja convosco); as freiras e os estudantes respondiam com as mãozinhas cruzadas no peito: *"Et cum spiritu tuo"* (E com o vosso espírito), por fim o padre dizia *"Amém"*. Quanta ingenuidade, ou até hipocrisia, acreditar que aquilo fosse a salvação do mundo (risos).

Minha mãe e eu éramos muito próximas, apesar de venerar minha irmã mais velha, que foi um exemplo para a nossa família. A Malvina era o símbolo de que se deve ir à luta, com honestidade e força de vontade. Não tinha muito estudo, só quando ficou mais velha cursou o segundo grau pelo Instituto Universal Brasileiro, por correspondência.

Memorial do MPSC – *Havia propagandas desse Instituto nos gibis, Tio Patinhas é um exemplo.*

Maria Auxiliadora Alves – Sim. Ela destacou o anúncio de uma revistinha e enviou para eles. Pouco tempo depois, estava fazendo o segundo grau por correspondência. A personalidade da Malvina diferia um pouco da minha. Tinha que ter o jeito certo para falar com ela, mas ela não era tão explosiva quanto eu. Ela tinha mais calma e paciência.

A Malvina possuía muitos amigos e era convidada frequentemente para casas de pessoas mais abastadas. Ela se tornou uma pessoa polida e socialmente evoluída para a época. Ela sabia tudo a respeito de etiqueta, coisas que eu não sei. Por exemplo, ela conhecia os talheres certos para cada prato e as taças certas para cada bebida. Sempre tentou me ensinar, mas isso não era para a minha pessoa. Ela possuía um ótimo salário, porque estava em final de carreira no INSS, mas nunca foi de viver no luxo. Gostava de coisas boas, mas em pequenas doses. "Pequenos frascos, melhores perfumes e piores venenos", dizem. Eu acho que usava em minha vida mais o veneno, mas também adoro perfumes! E nunca fui muito adepta das porções comedidas...

A Malvina saiu de casa muito jovem para começar a trabalhar. Sempre primou pela família, colocando-a à frente dos seus problemas e buscando o melhor para nós. Ela trabalhou um tempo em São Bento do Sul, onde quase se casou. Minha mãe e eu chegamos a conhecer o namorado dela. Tanto a Malvina quanto ele não eram de se jogar fora. Ele estava caído por ela, mas acabou não dando certo e ela morreu solteira. A Malvina ajudou todos os irmãos. Ela fazia concursos públicos, foi progredindo na vida e acabei seguindo os passos dela. Aposentou-se como tesoureira do INSS e, mesmo assim, quando alguém tirava licença-prêmio ou férias, eles perguntavam para a Malvina se ela não queria viajar para determinada localidade onde havia falta de funcionário, recebendo diária corrida.

Ela saiu de Santa Catarina e foi para Curitiba, onde comprou um apartamento e continuou ajudando a família. O que sou hoje devo a ela. Foi uma referência de vida para mim. Posso uma verdadeira veneração por ela. A Malvina me faz uma falta tão grande... (choro, interrupção). Desculpem, mas falar dessas histórias vai incluir lamúrias.

Memorial do MPSC – *Seu ex-marido era natural de Florianópolis?*

Maria Auxiliadora Alves – A família dele, por parte de pai, era natural de Biguaçu e a de sua mãe, de Lages, na região de Vacas Gordas. Posteriormente, toda a família se mudou para Florianópolis. Meu ex-marido já faleceu e nem imagino como ele estaria se sentindo agora com respeito a tudo o que aprontou na Terra!

Memorial do MPSC – *A senhora estava no Ministério Público quando se casou com ele?*

Maria Auxiliadora Alves – Não. Casei bem antes de ingressar no Ministério Público. Meu primeiro emprego foi como professora normalista. O conheci porque lecionei para ele, quando assumi uma turma com alunos mais velhos. Em princípio, eu lecionava para crianças. A maioria dos alunos nem usava sapatos, ia descalça para a aula ou com chinelos de dedo. O interior da ilha de Florianópolis era muito pobre, assim como a região do Córrego Grande e da Trindade. As mulheres gostavam de usar tamanco. Havia um aluninho que eu adorava, muito querido, que usava tamancos também, deixando transparecer traços mais efeminados. Houve uma classe, também, em que os alunos tinham problemas de aprendizagem. Nossa, estou lembrando tantas coisas! Vocês vieram aqui fazer entrevista ou uma recordação da minha vida inteira?(risos).

Memorial do MPSC – *Vimos fazer as duas coisas, é uma história de vida! Esses relatos todos de sua trajetória de vida pessoal nos interessam muito também. Seu ex-marido foi seu aluno então?*

Maria Auxiliadora Alves – Sim. Ele era cinco anos mais novo do que eu.

Memorial do MPSC – *Ele estava na turma com dificuldades de aprendizagem?*

Maria Auxiliadora Alves – Não, essa era a turma das criancinhas. Acabei saindo dessa turma porque fazia faculdade à noite e lecionava de manhã e à tarde. Uma nova diretora, que não simpatizava muito comigo, me transferiu das turmas da manhã e da tarde para o período noturno. Naquele tempo havia o primário, o ginásio, o colegial, o científico e o normal regional (para formar professores). Passei, assim, a lecionar para o 4º ano do ginásio, quando os alunos passavam para o segundo grau. Tive que pedir transferência quando estava no último ano da Faculdade de Direito do período noturno para o matutino. Lecionei à noite para os alunos mais velhos, o que um professor normalista poderia até fazer, embora não fosse exatamente o correto, porque o normalista era para dar aula do primeiro ao quarto ano primário. No segundo ano já era necessária uma formação específica, como a que eu tive no colégio de freiras.

Formei-me em Direito no ano de 1970 e no mesmo ano me casei. Tive dois filhos, o Ramon e a Ana Maria. No dia 5 de junho de 1971, nasceu o Ramon e em 11 de julho de 1972, faleceu minha mãe, com 62 anos de idade. Foi lastimável essa perda porque ela ainda poderia ter vivido mais tempo. Minha mãe não chegou a conhecer a minha filha. O ano seguinte, 1973, também não foi dos melhores. Nesse ano nasceu a Ana Maria e morreu meu pai. Fiquei um pouco sem rumo. O Ramon é meu filho mais velho, reside em Balneário Camboriú. No período do nascimento do Ramon, a minha mãe já estava doente do coração. Tive que fazer visitas frequentes para ela no hospital e era preciso deixar o Ramon aos cuidados de alguém. Minha sogra não educou muito bem os filhos, porque se o tivesse feito eu teria me casado com uma pessoa melhor. Ela nunca reclamou do fato de eu estar grávida ao casar, acho até que mal podia esperar para se ver livre do filho que só incomodava. Ela se chamava Ana Maria e minha filha tem esse nome porque meu ex-marido queria fazer uma homenagem à mãe. Pelo menos minha filha está sendo uma Ana Maria melhor do que a minha ex-sogra. Lembro um dia que ela me disse: “Olha, Dorita, os meus filhos criei eu, quem quiser que crie os seus”. Concordei com ela e disse que iria criar o que estava no meu ventre e o mesmo faria com os próximos. Nessa época, eu tinha um fusquinha, um 69 que foi dado de presente pela Malvina para que eu fosse a motorista da mãe. Viajei muito com minha mãe pela Ilha de Florianópolis. Pegava o carro e ia para a praia com a família ajudar a puxar rede de pesca em época de tainha (risos).

Depois que o Ramon nasceu, minha sogra me telefonava dizendo que eu e meu marido deveríamos sair mais e que se precisasse ela cuidaria do bebê. Nunca

guardei ódio de ninguém, mas mágoas, sim. Orgulhosa, sempre que tinha a oportunidade, dava o troco. Simplesmente respondi para ela: “Eu não posso deixar o Ramon com a senhora porque criou os seus filhos, agora os meus, crio eu”. Ela me pediu desculpas e disse que não fez por mal, só que ela realmente estava certa. Não podia deixar meu filho aporrinhando a vida dela para que meu marido e eu saíssemos para jantar. Nós dois não nos entendíamos muito bem e minha sogra sugeria que viajássemos para podermos nos reconciliar. Ela falava que entendia o meu lado porque realmente não era fácil lidar com seu filho. Então eu nunca deixei meus filhos com a minha sogra devido às mágoas que guardei dela.

Atualmente, minha filha e seu marido trabalham no Fórum como técnicos judiciários. Ela é formada em Administração de Empresas e Comércio Exterior e ele em Informática. Mas como a área por aqui não apresenta muitas condições de emprego e no Fórum ainda existe certa quantia acrescentada no salário para quem tem curso superior, eles optaram pelo Fórum. Eu não sei se a Procuradoria trata da mesma forma os servidores.

Então nessa fase da minha vida, tinha dois filhos para criar, trabalhava todos os dias e ainda tinha um marido que parecia mais um terceiro filho de tanto trabalho que me dava.

Memorial do MPSC – *Seu ex-marido não trabalhava?*

Maria Auxiliadora Alves – Cheguei até a arranjar emprego para ele, por incrível que pareça. Perguntei para os conhecidos e amigos se sabiam de algum lugar onde ele pudesse trabalhar. Queria que ele aprendesse a ganhar o pão de cada dia, porque não basta colocar dois filhos no mundo, é preciso ajudar a criar. Eles não são filhos do vento e eu não sou nenhuma mulher da vida. Não saí por aí ficando com vários homens para não saber de quem os filhos são. Não! Ele tinha que assumir as responsabilidades de pai. Espernee, gritei, bati, dei soco porque era isso ou então parecia que eu ia morrer sufocada. Cheguei à conclusão que nunca vou morrer de infarto porque não vou deixar nada engasgado na garganta (risos). Sempre digo as coisas que penso na frente das pessoas.

Em 1975, me separei dele. Minha personalidade é forte e sempre dou vários avisos para não me provocarem e nem me magoarem. Foi o que aconteceu com meu ex-marido. Tentei mudá-lo durante cinco anos e não deu certo. O único jeito foi um pé no traseiro. Hoje não quero mais saber de ninguém me incomodando. Fiquei solteira com 29 anos de idade. Claro que depois de terminar com ele tive os meus namoricos, mas foquei no meu trabalho e nos meus filhos.

Memorial do MPSC – *Quando a Malvina faleceu?*

Maria Auxiliadora Alves – Ela faleceu em 1993, quando eu já era promotora de Justiça. Ingressei no Ministério Público em 1982 e fui para Capinzal. Lembro que a Malvina foi para Capinzal duas vezes e ainda organizou minha mudança. Enquanto que eu odiava fazer mudança, ela adorava. Eu ficava zanzando ao lado dela como se fosse uma alma penada enquanto ela encaixotava as coisas. Escolhi Rio Negrinho para ficar perto dela, porque é mais perto de Curitiba. Todo fim de semana, ou éramos eu e meus dois filhos que íamos visitá-la, ou então ela que vinha nos visitar. A Malvina conhecia tudo sobre o trânsito de Curitiba. Em Curitiba, eu conduzia o carro sempre com as orientações da Malvina de onde deveria entrar. A motorista, na verdade, era ela (risos).

Houve um rompimento entre nós duas quando me apaixonei pelo meu ex-marido. A paixão não leva a lugar nenhum, destrói. Já o amor, esse sim constrói coisas boas. Estava no penúltimo ano de faculdade quando o conheci, em 1969. Até hoje não entendo como fui me apaixonar por ele. Não era bom aluno e sempre ficava me rodeando, pedindo explicações. Tinha problemas com bebida e sua família era destrambelhada. A cruz de alguém ninguém pode tirar e só termina com a morte. O período mais difícil da minha vida foi entre 1970 e 1973. Em 1970, me formei em Direito e casei com o “Carcará sanguinolento, Carcará pega, mata e come” (risos), como diz a canção.

Memorial do MPSC – *Como foi a opção pelo Direito?*

Maria Auxiliadora Alves – Fiz Direito com a intenção de ser promotora de Justiça. Não gosto de advogar e o cargo de juiz não faz muito meu gênero. Inicialmente não era para ser Direito, até porque não tem nada direito nesse mundo, tudo está torto (risos). Para fazer Serviço Social era preciso passar em uma entrevista preliminar e eles nem quiseram saber de mim. Falei o que eu achava que se fazia no Serviço Social, isto é, serviço de campo. A moça que estava me entrevistando disse que não era desse jeito e que serviço de campo parecia mais com peregrinação e assistencialismo. Desisti. Mas eu queira fazer alguma faculdade e o que restava quando não se tinha um objetivo era o Direito. Muitos cursam o Direito totalmente sem vocação. Faziam-no para agradar aos pais, ou para se gabar de serem “doutores”, ou porque não restara outra opção. Então, sou franca, não tenho por que dourar a pílula: não me restou outra opção.

Fiquei na segunda época no vestibular, porque parece que não gostaram da minha redação. Comecei fazendo Direito apenas por fazer, mas com o tempo fui pegando gosto pela coisa. Ingressei na faculdade em 1965: meu curso aconteceu em plena ditadura militar. Quanta pedra nós jogamos e como corremos da Polícia! (risos).

Acho que meu anjo da guarda é muito bom porque passei por tanta coisa nessa vida... E saí ilesa. Toda noite agradeço a ele e peço para que não me abandone. A primeira coisa que quero fazer quando chegar ao mundo espiritual é pedir licença ao chefe da “gangue lá de cima” para que me permita enxergar o meu anjo para poder beijar seus pés. Quero fazer assim como Maria Madalena, que lavou os pés de Jesus e os enxugou com seus cabelos. Se não fosse graças ao meu anjo da guarda, eu não estaria viva (emociona-se).

Memorial do MPSC – *Teve a passeata dos “bichos”?*

Maria Auxiliadora Alves – Eram chamados assim os calouros do curso. Os veteranos davam o trote nos “bichos”. Eles amarravam cordas nos calouros e iam desfilando com eles ou então os faziam pedir dinheiro nos semáforos. Lembro que uma vez jogaram cerveja e farinha de mandioca em mim, só que bem na hora minha boca estava aberta e quase morri engasgada, pois se formou uma bola na garganta. Os outros alunos bateram nas minhas costas e quase tiveram que me levar para o posto de saúde. No mais, pintavam e sujavam os calouros. Principalmente os cabelos das meninas. Naquela época, no início do curso, tudo era festa. Jogavam bebida na gente, mas a gente não bebia. Acho ridículo quando passa da brincadeira para a bebedeira e para a ignorância. Vejo hoje os jovens comemorando com excessos. Isso não me parece nada construtivo...

Memorial do MPSC – *Nesse período em que vigorava o regime militar, houve prisões de alunos e professores?*

Maria Auxiliadora Alves – Teve muita agitação. Saíamos às ruas com cartazes e éramos interpelados pela Cavalaria da Polícia. Nós usávamos bolsas de pano à tiracolo, que pedíamos para nossas mães fazerem. Elas nem sabiam para que serviam (risos). Enchíamos de pedras e bolinhas de gude que jogávamos no chão para derrubar os cavalos e os policiais. Protestávamos porque queríamos democracia, liberdade de expressão e de opinião. Era preciso dar um jeito na corrupção que assolava o país. Normalmente, fazíamos a passeata e quando chegava a Polícia todos debandavam cada um para o seu canto.

Ainda não havia a cidade universitária em Florianópolis. O curso de Direito ficava na rua Esteves Júnior, em uma casa de cor cinza escuro que parecia granito. Eu ia de ônibus porque não possuía ainda o carro que a Malvina me deu mais tarde. Quando tiraram a plaquinha de lá eu cheguei a chorar. Olhava para o quadrado mais claro no meio daquele cinza escuro, que era onde ficava a placa de bronze com a inscrição “Faculdade de Direito”, e me dava saudade. Foram cinco anos estudando naquele lugar. Quando começaram a criar a cidade universitária eu já estava formada.

Entre os meus professores, havia um de Direito Comercial chamado Abelardo Rupp, que de vez em quando chegava meio tonto na aula, quando então falava de tudo, menos da matéria (risos). Dizia a clássica frase *Dura lex, sed lex* (A lei é dura, mas é lei.), para retrucar, depois, que a dura lei também amolecia (risos). Ele perguntava “Todos são iguais perante a lei?”, respondíamos “Sim senhor, é um dos preceitos da Constituição.”. Ele soltava então um sorrisinho de canto. Não podia haver nada mais irônico, considerando as condições históricas do país e o momento vivido.

A turma de 1969 levou o Jair Rodrigues de Oliveira para angariar fundos para a formatura. Minha mãe o adorava e tinha vários dos seus discos. Compartilho do mesmo gosto e me lembro de uma vez que ele cantou *Disparada* junto com a Elis Regina. Achei lindo demais. A música brasileira é maravilhosa. Lamento que os jovens pareçam ter hoje pouco contato com aquelas canções, plenas de vigor poético e cantadas por intérpretes brilhantes. Essas músicas são parte da nossa essência como povo, da nossa identidade. Hoje eu ligo o rádio e me assusto um pouco com a pobreza de algumas canções que estão por aí...

Bem, mas voltando à faculdade, a turma que se formou em 1970 ficou conhecida como a mais louca e bagunceira... Se por um lado havia o regime militar, com censura e repressão, a juventude ansiava por liberdade e havia como que uma nova atitude em curso. Apesar de certa irreverência, éramos estudiosos e alguns eram brilhantes. Saiu de tudo daquela turma: promotor, procurador, juiz e até governador. O Nelson Ferraz, muito inteligente, chegou a Procurador de Justiça e atualmente está aposentado. O Anselmo Agostinho da Silva também chegou a Procurador de Justiça; o Antônio Geraldo Maccari é Juiz; o Esperidião Amin foi Governador e é Deputado Federal; o Humberto Geraldo Pereira é jornalista – estudei no Colégio Coração de Jesus com a irmã dele, a Bernadete; Marcelo Pereira Daura fazia parte de uma elite de Florianópolis; o Moacir Pereira, tornou-se destacado jornalista; o Paulo Armando Ribeiro é Procurador de Justiça, aposentado; a Vera Lúcia Lehmkhul, sempre foga e vistosa; o Osmar Peron, com quem namorei durante a faculdade, foi Promotor de Justiça; casou-se posteriormente com a Nilce Regina Granzotto, de uma família abastada de Blumenau. O nosso paraninfo foi o Senador Jarbas Gonçalves Passarinho, que foi Ministro da Educação e Cultura.

A nossa turma se dividia em grupos. Os bagunceiros sentavam mais ao fundo e os da frente eram mais compenetrados. A Marlene Ingrid Bretkopf, de Blumenau, filha de proprietários de postos de gasolina, era da minha turma, mas não chegou a ingressar no Ministério Público: uma alemã alta ao lado da qual, eu, pequena que sou, ficava mais baixinha ainda. Ela me pegava pelo braço e chegava a me arrastar quando a gente precisava ir embora. A Marlene era muito amiga da Adelgunde Henriette de Carvalho, de quem não soube mais. Depois que termina a faculdade,

vai cada um para um lado. A Marlene eu soube que foi viajar para a Alemanha e faleceu em um acidente de carro. Tinha outro colega, que era bem quietinho, e me ajudou muito quando fui fazer o concurso me emprestando as apostilas e vários outros trabalhos. Ele já era procurador quando prestei novamente o concurso em 1982, quando consegui me tornar promotora de Justiça, dez anos depois da primeira tentativa. Eu tinha muitas fotos e livros guardados no Fórum, mas houve um incêndio, certo dia, que queimou metade das minhas coisas.

Memorial do MPSC – Como foi o concurso em 1972?

Maria Auxiliadora Alves – Nesse período eu já advogava e tinha a carteira de estagiária da Ordem dos Advogados do Brasil. Costumava frequentar o Centro Acadêmico e participava daqueles casos voltados à assistência judiciária para pessoas carentes, sempre orientada pelos professores. O que mais me encantou foi a possibilidade de fazer algo que fosse útil para as pessoas. A Malvina me ajudou de novo. Não precisava pagar a faculdade, por ser instituição pública federal, mas sempre que ela me visitava, trazia consigo coleções de livros adquiridos em Curitiba. Minha biblioteca era linda e repleta de livros, mas tive que vender o que sobrou do incêndio.

Memorial do MPSC – Era uma coisa ousada uma mulher prestar concurso para o Ministério Público em 1972. Como foi essa história?

Maria Auxiliadora Alves – E como era! Não somente ousada, como também expurgada. Mas mesmo assim eu desenvolvi essa vontade de ser promotora de Justiça e ajudar as pessoas. Sabia que seria um serviço árduo, principalmente no interior, onde havia menos apoio. Para piorar eu não sabia datilografar e precisava pagar alguém para fazer isso. Nessa época não havia nem estagiários... Hoje, acho que há servidores até em excesso...

Quando prestei o concurso, sabia que havia apenas uma mulher na instituição, a Hercília Regina Lemke. Ela trabalhava em Indaial, creio, e em Gaspar. Seu marido advogava em Blumenau. Havia outras mulheres inscritas em 1972, mas não recordo seus nomes. O Nelson Ferraz, o Paulo Armando Ribeiro e o Osmar Peron passaram no concurso. Na década de 1970, muitas mulheres se inscreveram nos concursos, mas a única que logrou aprovação foi a Hercília Regina Lemke.

O Ministério Público daquela época era diferente... Não sei dizer como as coisas estão hoje em dia, mas naqueles tempos aquele QI do “quem indica” às vezes podia valer mais do que aquele outro do Quociente de Inteligência – uma métrica então muito em voga. É claro que muitos passam por mérito, mas era raro o filho de um promotor, procurador ou magistrado ver-se reprovado. Muitos, de

fato, herdaram a inteligência dos pais, mas outros tantos, visivelmente não! Ora, em tal contexto, a situação das mulheres ainda era mais delicada, pois além de ter de vencer barreiras, elas não tinham quem as indicasse...

Todas as mulheres inscritas nesse concurso de 1972 foram reprovadas no psicotécnico. Como isso era possível? Será que nenhuma possuía capacidade mental e psicológica para assumir o Ministério Público? Seriam todas desequilibradas, frágeis, incompetentes? Por que apenas homens eram aprovados? Fui tirar satisfação e “arrei um barraco” na Procuradoria. Não consegui falar com o Dr. José Daura, então o Procurador-Geral. Mas cheguei a falar com o secretário-geral do Ministério Público, cujo nome agora me escapa – como costumava acontecer, era um promotor de Justiça deslocado de sua comarca de origem. No nosso Ministério Público, houve, aliás, casos de promotores que fizeram toda a sua carreira na capital, sem praticamente pôr as mãos em um processo ou participar de um júri.

Bem, mas cheguei à Procuradoria dizendo que exigia falar com o procurador-geral. Coitada da recepcionista, a Terezinha, servidora que trabalhava há anos lá, levou um susto! Disseram-me que o procurador-geral estava em reunião, então falei com o secretário-geral. Exigi a devolução da minha taxa de inscrição do concurso, alegando que se tratava de apropriação indébita! Eles se apropriaram indevidamente da minha taxa de inscrição, pois sabiam desde o início que eu jamais iria passar. Então, estavam agindo de má-fé. Se não era apropriação indébita só poderia ser estelionato. É claro que não admitiram essa vedação tácita ao ingresso das mulheres na instituição. Ameacei-os com um mandado de segurança, para obter a devolução da inscrição. Não adiantava, naqueles tempos, mandado de segurança para que o resultado da prova fosse reavaliado e eventualmente revisto, mas pedir judicialmente a devolução dos valores da inscrição produziria um bom escândalo. O que fizeram com as mulheres que se inscreveram no concurso de 1972 foi uma humilhação. Desabafei e falei tudo o que pensava. Queria meu dinheiro de volta.

Memorial do MPSC – E devolveram o dinheiro?

Maria Auxiliadora Alves – Mas é claro! Era isso ou então eu pediria judicialmente.

Memorial do MPSC – O dinheiro também foi devolvido para as demais inscritas?

Maria Auxiliadora Alves – Não sei. Não falei com as outras para saber se reivindicaram isso.

Memorial do MPSC – Mas, afinal, se já havia uma mulher atuando na instituição, por que, em sua opinião, tanta resistência ao ingresso de outras?

Maria Auxiliadora Alves – Bem, a segunda mulher a ingressar na instituição foi a Rosa Maria Garcia, em 1979, quando então, creio, o Dr. João Carlos Kurtz iniciava o seu mandato como Procurador-Geral, e, talvez, já estivesse em curso uma mudança de mentalidades. A propósito, tenho muito apreço pela Rosa, que foi Secretária da Corregedoria-Geral de Justiça. Ela, bem como o servidor Dr. Nery José Pedro, eram das poucas pessoas para as quais eu sempre levava alguma lembrancinha quando ia visitar a Procuradoria. Ambos sempre foram muito atenciosos e carinhosos.

Mas, enfim, ao longo dos anos 1970, antes de a Rosa ser aprovada no concurso, corriam especulações que procuravam explicar a existência dessa barreira não declarada à presença feminina na instituição. A Dra. Hercília pertencia a uma família de juristas e seu marido era um advogado reconhecido em Blumenau. Não sei dizer se essa condição contou em favor de alguma indicação, porque ela evidentemente tem os seus méritos, mas, talvez, tenha ajudado a afastar as resistências que pesavam sobre as outras, dela fazendo uma exceção. Além disso, falou-se em certo desconforto na Alta Administração, por conta de ela ter assumido a jurisdição na mesma comarca e na mesma região em que o marido advogava. Hoje me pergunto se o mesmo tipo de especulação seria aplicado a um homem, promotor, casado com uma advogada, ou uma juíza. De qualquer forma, admita-se, muitas de nós, que se inscreviam nos concursos e eram sumariamente repelidas, não percebíamos a Hercília como uma pioneira, mas sim como alguém que criara um problema para as que vinham na sequência. Mas até que ponto isso também não seria uma introjeção da lógica de uma instituição marcada pelo domínio masculino? Talvez o erro tenha sido da própria Procuradoria, pois se a tivessem designado para uma região diferente daquela em que o marido atuava, especulações como essas jamais teriam se criado.

Memorial do MPSC – *Falando na região de Blumenau, a senhora foi professora lá, não é?*

Maria Auxiliadora Alves – Havia, em Itoupava, uma vaga para ser preenchida. Foi preciso que minha mãe realizasse certo trânsito de influências junto a um conhecido na Secretaria de Educação para que eu conseguisse o posto. Não gosto nada disso. Acho terrível nos valermos de redes de conhecidos para alcançar alguma coisa na vida, mas eu precisava muito daquele posto, de onde tirava meu sustento, e era assim que as coisas funcionavam na época. De alguma forma, era preciso jogar esse jogo para sobreviver. Mas sempre fui crítica em relação a essa dinâmica: quando alguém é beneficiado por uma indicação, outro pode estar sendo prejudicado. Por conta dessa pessoalização das relações públicas, dessa captura pelo privado, pelos indivíduos, o interesse coletivo pode restar prejudicado e as instituições, ao invés de se debruçarem em suas rotinas sobre métodos transparentes,

ficam enredadas em fofocas e intrigas. Bem, enfim, como sou muito transparente, admito também ter recebido minha cota de privilégio do sistema.

Lembro-me que para chegar a Itoupava Seca, passei por uma estrada de terra e cheguei ao local onde havia uma igreja, uma escola e um cemitério. Todas as casas eram de agricultores e com estilo alemão. Imagine o que era ensinar português para aquelas crianças que só falavam alemão! Sempre me dei bem com os alemães...

Memorial do MPSC – *Antes de prestar o segundo concurso para o Ministério Público a senhora trabalhou como inspetora do trabalho, não é?*

Maria Auxiliadora Alves – Sim, fui fiscal do trabalho, um cargo federal, entre 1979 e 1982, quando deixei a função para assumir o Ministério Público. Eu estava incumbida de fiscalizar empresas e dar aulas para prevenir infrações. Adorava dar essas aulas! Estava tudo errado! As infrações pareciam ser a norma e a CLT era constantemente desrespeitada. Quando identificava uma falta qualquer, eu notificava, pedindo a adequação. Registrava no livro de inspeções, marcando nova vistoria um mês depois. Muitos empresários achavam que eu não retornaria e, quando o fazia, era quase sempre recebida com propostas de suborno. Eram tantas que dava a impressão de que a corrupção era a regra. E não pense que esse tipo de assédio não acontecia na Promotoria. O volume não era tão expressivo como na área trabalhista, mas também acontecia. É claro que eu não sabia disso ainda, achando que aquela tentativa de corrupção se registrava caracteristicamente na inspeção do trabalho. De qualquer forma, aquele contexto me chateava, porque era preciso ficar sistematicamente repelindo o assédio.

Memorial do MPSC – *E como foi o segundo concurso?*

Maria Auxiliadora Alves – Em 1982. Eu passava as horas vagas estudando na biblioteca. Ao meio-dia, quando todos saíam para o almoço, eu permanecia lá, com um sanduíche, pois, como trabalhava na Delegacia do Trabalho, era preciso otimizar o tempo disponível. Eu estava decidida a passar no concurso e dava o melhor de mim. Não parava de estudar porque queria passar por capacidade.

Memorial do MPSC – *Nesse período já estava divorciada?*

Maria Auxiliadora Alves – Sim. Casei-me em 1970 e em 1975 já estava separada judicialmente. Na época, não se podia fazer o divórcio direto, então me separei e depois converti em divórcio. Lembro que fiz essa conversão em Joaçaba com o Juiz José Trindade dos Santos.

Memorial do MPSC – *Como foi participar de um concurso para o Ministério Público estando divorciada?*

Maria Auxiliadora Alves – Não foi fácil (risos). No primeiro concurso eu estava casada, mas disposta a pegar meus dois filhos e aproveitar minha condição de privilégio junto às autoridades para mandar prender meu ex-marido caso aprontasse alguma coisa, tamanha era minha revolta! Naqueles tempos, bastava que mandássemos prender e a Polícia Militar e Civil atendia. Talvez a cadeia o tivesse endireitado (risos). Mas, convenhamos, teria sido abuso de autoridade. Sob este aspecto, foi bom eu me livrar desse problema pessoal antes de tentar novamente o concurso. Contudo, o fato de estar separada parece que dava certa licença implícita, sei lá, para que alguns homens “avançassem o sinal” comigo.

Havia um procurador de muito prestígio, que foi uma verdadeira lenda no Tribunal do Júri, mas que adorava um “rabo de saia” e uma “puladinha de cerca”. Na biblioteca, ele começou a me cercar. Foi bem desagradável, porque, embora eu tivesse vontade de lhe responder à altura, o que seria bem coerente com meu temperamento explosivo, como eu pretendia entrar no Ministério Público destratando um homem tão importante? Impossível! Eu tentava me esquivar, com jeito, controlando o sangue que fervia, mas aquilo continuava: “Então, estudando muito? Tem que estudar bastante porque não é qualquer menina que entra no Ministério Público. Não é só por que você é bonitinha que vai conseguir”. Respondia para ele, o mais fria e polida que conseguia: “Estudando bastante, doutor, obrigada”. Como eu fora colega do filho dele no passado, certa vez tomei coragem e fui falar-lhe. Expliquei que tinha muito respeito com todo mundo, mas a forma como o pai se dirigia a mim estava me incomodando. Expliquei para ele que às vezes ele era expansivo em excesso quando conversava comigo e que eu acabaria perdendo o concurso porque não iria mais estudar na Procuradoria se as coisas continuassem desse jeito. Ele de fato reconheceu que o pai era “passadinho”: “Ah, esse meu pai não tem jeito mesmo!” (risos). Deu certo, porque ele parou de se insinuar. Ainda bem que não perdi a cabeça, pois poderia ter jogado fora minha chance de fazer o concurso. Um veto daquele procurador era uma sentença inapelável.

Memorial do MPSC – Como era a atividade do promotor de Justiça?

Maria Auxiliadora Alves – No interior, naqueles tempos, fazíamos o que se chama de clínica geral. Analisávamos questões de Direito Financeiro, de Direito Comercial, de Família, Criança e Adolescente, Crime. Enfim, um pouco de tudo. Eu gostava de atuar na área da Família e do Crime. Mas achava mais fácil o Crime do que o Cível.

Memorial do MPSC – Por quê?

Maria Auxiliadora Alves – Porque o Crime era aquilo e pronto, só variava no tipo. Já no Cível, tinha Família, Direito Comercial, Financeiro, Tributário,

Constitucional, ou seja, uma gama variada de ramificações. Crime é crime, só varia o tipo e a gravidade, se era consumado ou tentado, com dolo ou com culpa. Não tem muito que imaginar sobre o crime. Eu acho bem mais fácil trabalhar em uma Vara Criminal do que em uma Vara Cível. Mas é claro, em se tratando da "clínica geral" no interior. Há Varas Cíveis que são moleza, como a de Entrância Especial da Fazenda Pública, onde, em geral, havia pouco trabalho, ou a de Órfãos e Sucessões, na qual o promotor só examina um processo se existir inventário, escrevendo "De acordo": tudo isso é "mamão com açúcar" – "com açúcar, até o Juca". Essa expressão pertence ao rol de ditos populares da velha Florianópolis açoriana... (pausa).

Vivi na Ilha de Santa Catarina até os meus 35 anos de idade. Ano que vem, completam-se 30 anos que estou em Rio Negrinho. Não perdi o sotaque da Ilha, mas meus filhos sim, pois eles vieram pequenos para o interior. Aqui, muitos nem sabem o meu nome, mas todos me reconhecem como a "promotora" e sabem que sou da Ilha. Nunca encontrei alguém por aqui com o mesmo sotaque que o meu. A Ivete, minha cunhada, natural da Barra do Sambaqui, na parte norte da Ilha, tem ainda um sotaque nuançado de antigamente. De vez em quando ela solta aquele característico "Oióióiói" ... (risos). Parece, à primeira escuta, uma linguagem meio tosca, mas é tão cheia de imagens... Se fores naquelas colônias de pescadores, que têm o rosto curtido de sal marinho e de sol, como na Barra da Lagoa, e sentares para conversar com eles, é capaz de levar uma semana inteira, virando noite e dia, sem o assunto acabar: falam de sereias, do mar, do cotidiano, os causos dos "manézinhos", como são chamadas as pessoas naturais da Ilha. Conversar com pescador é uma terapia cerebral fascinante.

Em Rio Negrinho, atuei como promotora por quatro anos. Na comarca vizinha de São Bento do Sul, atuei por oito anos. Não gostei muito de morar em São Bento do Sul e ainda prefiro Rio Negrinho, pela tranquilidade. Decidi então residir em Rio Negrinho. Nos fins de semana, quando havia flagrante em São Bento do Sul, bastava ir de carro, mas é claro que era preciso da autorização da Procuradoria para poder residir em Rio Negrinho e trabalhar na comarca vizinha. Pedi-a, por escrito, mas até hoje não me responderam... Também, nunca me disseram nada contra (risos).

No ambiente profissional, sempre adotei uma postura mais séria, deixando as brincadeiras para os momentos de lazer, com os amigos. Quando vestia o *tailleur* e colocava meus sapatos – nunca de salto alto, pois tenho os pés chatos – evitava troças e brincadeiras. Acredito que o promotor de Justiça não deve trabalhar com uma roupa desorganizada, pois está no exercício de uma função pública, representando a sociedade e a cidadania. Esse cargo é de muita responsabilidade e o indivíduo deve se portar à altura de suas atribuições. Vocês não imaginam a tamanha res-

ponsabilidade que o cargo exige de nós! Eu sempre senti que a responsabilidade de um promotor de Justiça é maior até do que a de um juiz de Direito!

Memorial do MPSC – Por quê?

Maria Auxiliadora Alves – A nossa função não é apenas acusar, o que, em si já encerra enorme responsabilidade. Temos que fazer cumprir a lei nos municípios abrangidos pela comarca na qual exercemos nossas funções.

Memorial do MPSC – E como foi a vida no interior e a atuação de promotora?

Maria Auxiliadora Alves – Havia muito trabalho, mas também momentos de descontração. Reuníamos-nos de vez em quando, na casa de um, ou de outro, para um jantar, uma confraternização. Uma vez, num desses encontros, que transcorria na minha casa, o Emeri foi se abaixar e rasgou as calças. Ele então precisou se enrolar numa toalha para ocultar o rasgão. Foi uma coisa muito engraçada. Os outros, em solidariedade, fizeram o mesmo, com as toalhas de banho. As fotos são cômicas, pois estão todos com pratos e talheres nas mãos e toalhas enroladas na cintura, sobre as calças.

Entre outros amigos queridos daqueles anos, lembro-me da Ana Maria, Juíza em Campos Novos. O Luiz Carlos Freyesleben foi Promotor de Justiça; foi promovido para o segundo grau e decidiu ir para o Tribunal de Justiça, pelo Quinto Constitucional. Eu gostava muito dele. Mas nunca simpatizei com esse mecanismo do Quinto, pois dá a impressão de que o sujeito não gostou da carreira e acha que desembargador é mais importante do que procurador. Por que só existe o Quinto no Tribunal de Justiça? Se procuradores e desembargadores estão no mesmo nível, a recíproca deveria ser verdadeira.

Memorial do MPSC – Houve algum processo que tenha lhe marcado mais?

Maria Auxiliadora Alves – Algo que me marcou foram as enchentes. Em 1992, houve uma ainda maior que a de 1983. Em 1983, eu estava em Joaçaba e a fúria do Rio do Peixe era terrível! Numa tarde, reencontrei meus antigos colegas de faculdade, então no exercício do cargo de Governador, o Espiridião Amin, e de Secretário da Casa Civil, o Celestino Sachet. Eles haviam ido lá ver o estrago de perto e ajudar nas providências de socorro às vítimas. Na enchente de 1992, foi preciso também que saíssemos às ruas, para ajudar a população flagelada.

Lembro que, durante essas calamidades, alguns comerciantes queriam elevar os preços dos alimentos e coube ao Ministério Público fiscalizar o abastecimento. Em 1983, havia algo de inovador no procedimento, porque isso acontecia antes

mesmo da Lei da Ação Civil Pública, que é de 1985. Então, eu ficava entrando e saindo de estabelecimentos comerciais, comparando os preços, algo que hoje em dia seria inimaginável! Subir os preços em meio à catástrofe de uma enchente era falta de compaixão, mas, fora desse contexto, os comerciantes estavam no seu papel, repassando os preços que a realidade do mercado ia fixando. Rígida, porém, eu tudo queria controlar. Fazia tudo sozinha, sem descuidar das outras demandas que chegavam à Promotoria.

Não havia outro promotor para auxiliar na comarca. Hoje há duas Varas e vários estagiários que ajudam a aliviar a sobrecarga. Não tinha ninguém pela gente. Às vezes, se déssemos sorte, os juízes eram muito parceiros e disponibilizavam, inclusive, a estrutura dos Fóruns para o melhor desempenho das nossas funções.

Memorial do MPSC – *O convívio com os juízes foi em geral positivo?*

Maria Auxiliadora Alves – Sim. A primeira comarca que assumi foi Capinzal. Tive muita sorte, pois contei com a ajuda do Juiz Walmari Coutinho. Ele foi um pai e um irmão mais velho para mim. Era muito sério e justo. Sua esposa, Ariete, também sempre foi muito querida.

Certa vez, no Fórum, eu e o Walmari Coutinho tivemos um ataque de risos, por causa de um advogado, que parecia ter cursado a faculdade por telefone, porque só “falava abobrinha” (risos). Quando o sujeito soltava alguma besteira, o Walmari mal continha o riso e me cutucava, até que, num certo ponto, não me aguentei mais, levantei-me, pedindo licença e corri para a cozinha (risos). Era uma ocasião tão séria, mas nós dois acabamos fazendo essa bagunça na audiência. Estou lá na cozinha tomando um café para tentar controlar a crise de risos quando chegou o Walmari segurando a barriga de tanto rir! (risos). Foi engraçado!

Aprendi muito com o Walmari Coutinho a respeito da prática da Promotoria e da prática forense. Naquela época, quando assumíamos, éramos jogados às feras, sem orientação nenhuma. As provas do concurso não bastam para determinar quem terá efetivamente um bom desempenho como promotor ou não. E muito menos aquele exame psicotécnico fajuto que aplicavam na gente. Os verdadeiros testes psicotécnicos destrinchamos na prática pelas comarcas pelas quais passamos. Tive realmente muita sorte de ter encontrado o Walmari Coutinho logo na primeira comarca.

É claro que ocasionalmente discutíamos e divergíamos. “Amigos, amigos, negócios à parte”, como diz o ditado. Pelo menos uma vez ele ficou irritado comigo porque discordei dele. Ele concluíra pela absolvição de um réu, mas eu, depois de analisar a peça, divergi e entendi que havia culpa sim, que o réu agira com intenção

de matar e, portanto, não merecia ser absolvido. Tratava-se de um caso de uma briga, durante a qual o réu se valeu de uma faca, acabando por ferir gravemente o adversário. Era um crime comum no interior. O Walmari Coutinho havia saído de férias e o José Trindade dos Santos, Juiz de Direito de Joaçaba, o estava substituindo.

A vítima levava várias estocadas que perfuraram o abdômen e o intestino. A sorte foi que havia um hospital pequeno em Capinzal que o acudiu. Se não fosse por isso, teria morrido. Recorri da sentença e o procurador aceitou o recurso. Na prática, não adiantava muito, porque na dosagem, em tese, a pena já estava prescrita. Mas para mim era uma questão de honra. Meu recurso, finalmente, foi acatado pelo Tribunal. O réu foi absolvido pela prescrição da pena em concreto, mas foi, sim, considerado culpado. O Walmari achou que era uma vergonha para ele ter uma sentença reformada pelo Tribunal. Levou um tempo para passar a brabeza. Eu considerei a aceitação do recurso uma vitória, mas quase perdi o amigo, que fora justamente tão importante para me ajudar no início da carreira.

Noutra oportunidade, recorri do resultado de um júri, também em Capinzal, que absolvera um réu. O recurso foi acatado e outro júri foi instalado. Dessa vez, o réu foi condenado, mas foi o promotor que me substituiu na comarca quem fez o júri.

Eu reencontrei o Walmari alguns anos mais tarde em São Bento do Sul. Foi uma enorme felicidade revê-lo e poder voltar a conviver com ele! Nós tínhamos um ritmo acelerado de tocar os processos. Entendíamos-nos muito bem.

Outro juiz de quem eu gostava muito era o José Trindade dos Santos, que chegou à Presidência do Tribunal de Justiça anos mais tarde. Eu o encontrei em Joaçaba, onde ele presidia o Fórum. Segui para Joaçaba logo depois de Capinzal. Eu estava muito bem-integrada em Capinzal, mas precisei sair quando chegou o novo titular, o Dalcio Moser. Fiquei mais de um ano lá, substituindo o Promotor Luiz Carlos Schmidt de Carvalho, quem, muito bem-relacionado, estava convocado para Florianópolis. O Carvalhinho, como era conhecido, veio a falecer em 1999 num acidente de helicóptero, quando ocupava o posto de Secretário de Segurança Pública. Foi em função dessa substituição em Capinzal que eu assumi logo como promotora de segunda entrância – nomenclatura que hoje não existe mais.

Memorial do MPSC – Trabalhando no interior, alguma vez a senhora se sentiu em risco em função do exercício da profissão?

Maria Auxiliadora Alves – Não exatamente. Mas sofri ameaças, sim. No entanto, não sou mulher de ter medo de homem que fala grosso. Desenvolvi o hábito de jamais sentar de costas para a porta, porque se fosse para levar uma bala, então que fosse de frente! Certa vez, fui fazer um júri em Itaiópolis. Era um

problema relacionado a uma disputa de terras, de divisas. A estrada de volta para Rio Negrinho, onde eu então estava atuando, era erma e escura. Confesso que, dessa vez, temi que me “apagassem” no caminho de volta. Mas nada aconteceu.

Memorial do MPSC – *A senhora fez muitos júris?*

Maria Auxiliadora Alves – Não! Além desse em Itaiópolis, fiz um em Capinzal – meu primeiro – e outro em Rio Negrinho. Foram apenas três. Não gosto muito do Júri. Acho uma instituição falida e superada, um grande teatro. A justiça ali ministrada nem sempre é técnica. Aliás, eu acho que há muita distorção na justiça ministrada pelo júri.

Memorial do MPSC – *Como as comunidades percebiam o seu trabalho?*

Maria Auxiliadora Alves – Eu sei que eu era considerada uma “megera” por muitos, porque, realmente, costumava ser rígida. Comigo era assim: “escreveu, não leu, o pau comeu!”. E eu mandava prender mesmo! Não dava mole para sem-vergonha nas comarcas em que eu atuava. Vim de uma educação rígida. Então, eu reproduzia isso no exercício da função, sempre levando tudo muito a sério. Brincadeiras e descontração, só quando eu me despia das vestes e da função de promotora de Justiça.

Mas, por outro lado, a minha atividade passava bastante pela conciliação. O promotor de Justiça tem de trabalhar com a porta aberta, disponível para receber as pessoas. E eu era bastante procurada pela comunidade. Naquela época, o promotor auxiliava em todas essas questões de convivência familiar, em todo o tipo de desacertos domésticos. Era preciso ser um psicólogo antes de ser um promotor. A minha formação e experiência prévias na área da Educação e da Assistência Social me foram úteis nesse momento. Ajudei muitos casais a se entenderem, embora eu mesma não tenha conseguido salvar o meu próprio casamento. Havia gente que voltava depois para me agradecer pela mediação, porque eu ajudara a evitar uma separação; as pessoas haviam conseguido se entender e estavam razoavelmente felizes.

Outra atividade na qual me envolvi bastante foi a da criação dos Conselhos Tutelares, que chegaram com a nova legislação na área da Infância e da Juventude, que veio logo após a promulgação da Constituição de 1988. Foi um trabalho bonito.

Memorial do MPSC – *Como foi o convívio com os casais nas comunidades, com colegas e suas esposas? Não havia algum estranhamento pelo fato de a senhora não ser casada?*

Maria Auxiliadora Alves – Sim, havia algo. Em Capinzal, eu tinha uma amiga chamada Solange. Ela era enfermeira e seu marido, Pedro, era médico, portanto, possuíam um bom nível cultural. Os dois eram naturais de Pelotas, no Rio Grande

do Sul. Convivia muito com eles. Certa vez, houve um baile e a Solange me convidou para acompanhá-los. Inicialmente, disse que não gostaria de ir, porque se tratava de uma festa para casais. Depois que me divorciei, nunca mais quis morar novamente com um homem. Porém, afinal, fui à festa. O Pedro, muito gentil, me tirou para dançar, uma música que eu gostava e me lembrava dos tempos de juventude. Nos dias seguintes, a Solange foi bombardeada com insinuações, sendo repreendida por ter permitido que o marido dançasse com uma promotora de Justiça divorciada. As pessoas lhe perguntavam se ela não temia perder o marido: “Claro que não!”, respondia ela, enfática, explicando que tinha plena confiança na nossa amizade. Enfim, ninguém nunca me falou nada diretamente, mas esse relato da Solange foi revelador no que diz respeito ao certo tom velado de reservas que as pessoas ainda tinham para com uma mulher divorciada no interior.

Memorial do MPSC – *Mais algum processo que tenha lhe chamado a atenção?*

Maria Auxiliadora Alves – Sabe, eu não consigo dizer se um processo é mais importante do que outro. Independentemente da repercussão do crime, todo processo tem igual valor para mim, seja um furto ou uma chacina, sempre dediquei igual parcela de dedicação a todos. Então, não sei se seria capaz de elencar os casos nos quais atuei.

Memorial do MPSC – *Como foi a promoção para Rio Negrinho?*

Maria Auxiliadora Alves – Havia três candidatos inscritos, eu e mais dois, e a promoção não era por antiguidade. Eu queria muito assumir a comarca, para estar mais próxima da minha irmã, como comentei. Mas um dos colegas chegou a visitar a cidade alardeando que seria com toda certeza o escolhido, procurando casa e tudo. Isto porque contaria com uma indicação do governador do Rio Grande do Sul; ele era natural daquele Estado, onde seria de fato bem-relacionado. Imagine: como se o governador do próprio Estado de Santa Catarina não contasse nada! Acontece que, por acaso, em função da enchente, como já contei, eu encontrei em Joaçaba o Celestino Sachet, que havia sido meu colega de faculdade, assim como o Espiridão Amin. Tendo em vista o comportamento do colega, achei que deveria comentar o assunto. Não sei o quanto essa minha abordagem contou, mas o Sachet teria conversado com o Amin. O fato é que minha nomeação saiu para Rio Negrinho. Como disse, me sinto muito desconfortável com essa lógica de indicações. Mas era assim que o sistema funcionava. Não digo que eu tenha feito *lobby* em proveito próprio, mas, naquela situação, era preciso me defender.

Memorial do MPSC – *Como foi o desligamento da carreira?*

Maria Auxiliadora Alves – O período do falecimento de minha irmã foi bem difícil. Minha vida ficou tumultuada. Posso dizer que fiquei entre a loucura

e a lucidez. Mas consegui encontrar o caminho do equilíbrio novamente. Até hoje ainda tenho um pouco de sequelas, como a falta de memória ocasionalmente. Por isso, às vezes, parece que me esqueço do que estou falando e preciso até que vocês me ajudem a lembrar o fio da meada.

Bem, mas isso foi há vinte anos. Tudo foi detonado pela morte de minha irmã e, já que éramos muito próximas, acabei entrando em forte depressão. No meio desse processo, me aposentei. Então, parei de vez com tudo que estava fazendo. Parei de escrever, de ler e suspendi a atividade laboral. Nunca retomei. O que eu faço hoje é cuidar das plantas, brincar com os cachorros e dormir bastante.

Um promotor de Justiça que leva sua função a sério no Ministério Público tem uma atividade mental muito intensa. Eu não podia ver processo em cima da minha mesa e chegava a trabalhar até as três horas da madrugada. Dei toda a minha saúde para o Ministério Público. Hoje estou sentada aqui, sozinha, mas tranquila. Estou feliz porque realizei o meu sonho: eu fui promotora de Justiça! Não me arrependo de nada! O meu lado cigano, mais espontâneo, foi reprimido durante esses anos em que atuei no Ministério Público. Ele só despontou no momento em que desenvolvi o distúrbio bipolar. Aí, eu “rodei a baiana”, como se diz.

Memorial do MPSC – *Como foi esse período da doença? A instituição lhe deu algum apoio, compreensão, acompanhamento?*

Maria Auxiliadora Alves – Não, nada! No fundo, nem sei se queria: sou meio orgulhosa. Sempre trabalhei demais e, depois da morte de minha irmã, acabei doente, com dois ou três meses de licença. Requisitei diversas licenças para tratamento de saúde nessa época. Aconteceu de eu simplesmente desmaiar durante o trabalho e precisar ser conduzida a um hospital. Ninguém veio falar comigo e perguntar o que estava acontecendo. Eles simplesmente abriram um inquérito administrativo para apurar as causas de tantos afastamentos do trabalho por problemas de saúde, como se achassem que eu estava comprando atestados médicos “frios” ... O inquérito foi a única coisa que ganhei da Procuradoria nessa fase difícil. Quando fui à Procuradoria averiguar isso, me encontrava em “pele e osso”, tremendo, sob efeito de remédios tarja preta. Surpreendeu-me que eles tinham lá uma ficha muito completa, contando toda a minha vida. Como a fizeram? Acho que o Ministério Público tem os seus “olheiros” espalhados por aí. E não duvidaria que os próprios colegas tenham contribuído com informações para esses dossiês. Eu fiz excelentes amizades com juízes ao longo da minha carreira, mas nunca cheguei a desenvolver convívio mais próximo com colegas. A impressão que me ficou é que no Ministério Público é meio “cada um por si”. De qualquer forma, se sabiam tantas coisas ao meu respeito, por que pôr em dúvida a minha fragilidade de saúde naquele

momento? Na época eu fiquei bastante magoada, mas hoje consigo entender melhor que, talvez, o Ministério Público esperava tanto que fôssemos super-homens e mulheres-maravilha a serviço da Justiça, que a simples ideia de um promotor doente era de difícil compreensão.

Acabei optando pela aposentadoria, em março de 1995. A Procuradoria talvez tenha se livrado do problema, mas eu não, porque meu surto mais grave veio na sequência. A aposentadoria impactou-me, como de resto costuma acontecer com todo mundo, e me deixou ainda mais desbalanceada. Durante toda essa fase eu tinha acompanhamento de um psiquiatra e cheguei a estar internada em Florianópolis, em uma clínica.

Com o distúrbio bipolar, oscilei da depressão profunda para a euforia. Lá pelas tantas, eu já estava sendo procurada pelo Estado todo. Certo dia cheguei em casa de carro e conseguiram me apanhar. Estava fronteira entre a loucura e a lucidez... Conseguiram aplicar uma injeção para me acalmar e fui levada para essa clínica. Quando ocorreu o surto mais forte, já me encontrava aposentada. Paguei todas as despesas dessa clínica particular por conta própria. Ora, uma pessoa que não quer trabalhar surtaria justamente depois de se aposentar? Durante esse período de internação, foi como se eu precisasse reaprender que era alguém, que tinha uma personalidade, uma trajetória de vida, que era uma pessoa que havia contribuído com algo, que era gente.

Muita gente que jamais esperava encontrar foi me visitar, mas não veio ninguém da Procuradoria, nem da Associação Catarinense do Ministério Público. Fico me questionando: que Associação é essa que não vela pelos seus associados num momento de crise como esse? Por pouco não me desliguei da Associação, pois, para mim, não serve para nada. Só não me desliguei por causa dos meus filhos, pois há certos benefícios estendidos à família dos associados. Fiquei magoada, admito, e resolvi me distanciar. Já não frequento mais as atividades da entidade de classe, tampouco voltei a visitar a Procuradoria.

Memorial do MPSC – *Esse surto, digamos assim, foi potencializado também pelo consumo de álcool? A senhora mencionou antes da entrevista que não consome mais bebidas alcoólicas. Cortou depois desse episódio?*

Maria Auxiliadora Alves – Sim. Sempre gostei de beber um pouco, vinho no inverno e cervejinha no verão. Mas é claro que de forma comedida. Sabia o meu limite, desde onde beber até o quanto. Isso fugiu do controle depois da morte da Malvina. Como eu disse, eu devia tudo o que conquistei a ela, que sempre esteve ao meu lado, me ajudou nos estudos, me apoiou em tudo. Então, depois da morte dela,

comecei a extravasar. As coisas estavam relacionadas, a dor pela perda irreparável, o distúrbio bipolar, a bebida, a aposentadoria... Um potencializava o outro, acho.

Várias vezes peguei o carro e viajei para fora do município. Veja o tamanho e a força do meu anjo da guarda, porque andei por estradas que nem me recordo, à noite, e nunca sofri um acidente, nunca machuquei ninguém. Nada de dano físico me aconteceu. Creio firmemente que o anjo da guarda dirigia no meu lugar. Não havia qualquer condição de que eu pudesse conduzir um veículo no estado em que estava. Comecei a beber para esquecer e misturava o álcool com os remédios tarja preta, o que era uma “bomba atômica”. Fui guindada da depressão para a euforia, de volta para a depressão, e assim por diante, numa montanha-russa devastadora. Começaram a me perseguir e até a Polícia estava avisada da placa do meu carro. Passei pela Polícia e tudo mais, só que, aparentemente, eu estava normal para aqueles que não me conheciam.

Em Lages acabou acontecendo um episódio desagradável, que inclusive envolveu, de certa forma, o Ministério Público... Mas, enfim, depois de aposentada, eu fui passar uma temporada na cidade. Lembro que comprei um fogão à lenha. Era uma forma de resgate da minha infância de menina pobre, que não teve boneca, tampouco roupas novas. Nessa época, eu acho que voltei a ser uma criança, mas com um talão de cheques nas mãos, e dirigindo um carro, o que era ainda pior.

Adquiri uma boneca também, que chamei de Nicole, porque queria uma neta e ninguém consegue me dar uma (risos). Minha filha Ana Maria me deu um neto que se chama Nicolas, está com cinco anos, é uma grande alegria na minha vida. Então, falo assim para ela: “Anda, faz também a Nicole!”. Já tenho três netos homens e fico cobrando de meus filhos que me deem uma neta, porque o convívio com as crianças é adorável. Amo os meus netos! O mais velho vai fazer 14 anos. Esses dias ele veio me visitar e lhe perguntei: “Conta para a vó, já estás namorando?”. E ele falou: “Poxa vó, nem meu pai pergunta isso!” (risos).

O humor que ainda me acompanha sempre foi uma peculiaridade minha, mas no período do meu transtorno, desapareceu. Quando perdemos a razão, perdemos tudo, é como se deixássemos de existir para o mundo. Só não morri por causa do meu anjo da guarda! Hoje não lembro muito bem desse período e nem das coisas que eu fiz...

Memorial do MPSC – *Sobre esse episódio acontecido em Lages, é possível falar algo?*

Maria Auxiliadora Alves – Bem, mencionar esses acontecimentos é penoso e difícil (pausa). Eu nem me recordo bem dos fatos... Muito do que posso contar fiquei sabendo mais tarde, por intermédio do relato de outras pessoas. A rigor, esse

episódio em Lages foi detonado por uma dessas discussões banais, que acontecem no cotidiano com qualquer um, desencadeando uma fúria momentânea, só que, em função do contexto que eu vivia, os desdobramentos foram amplificados. Poderia, talvez, ter sido até bem pior.

Hospedara-me uma temporada na casa do tio Jairo e da tia Amélia, pessoas muito queridas. O tio Jairo era irmão da minha falecida ex-sogra, a Ana Maria. Ele morava em Lages e tinha vários filhos. Era conhecido na comunidade pelo gosto pela caça, uma atividade então bastante popular no interior de Santa Catarina. Um amigo seu possuía um sítio meio abandonado. Com tanta gente na casa dele, eu resolvi alugar o tal sítio e lá me instalar, para ter um pouco mais de tranquilidade e privacidade. Comprei uma égua, de um hotel-fazenda, que se chamava Cigana (risos). Passava os dias alimentando-a e escovando-a. Às vezes, eu ia até a casa do tio Jairo para visitá-lo, quando aproveitava para me reabastecer de suprimentos na cidade. Nessa época, já aposentada, eu ainda bebia. Os remédios estavam acabando e não tinha como comprar mais porque o meu psiquiatra estava estabelecido em Mafra. Era preciso que eu fosse até lá para uma consulta, o que eu, imprudentemente, postergava.

Um detalhe é que até então eu nunca usara arma, embora a lei permita que tenhamos o porte automático. Mas, então, o sonho de consumo do tio Jairo era certa espingarda de caça. Resolvi dar-lhe o presente, oportunidade na qual, num impulso, adquiri um revólver para mim. Lembro-me que a ideia parecia até meio razoável, já que eu estaria sozinha no sítio, nem que fosse, em caso de alguma ameaça, para dar um tiro para o alto, como aviso. Mas a razoabilidade parava por aí, até porque eu não sabia atirar. Se eu quisesse atirar na cabeça de alguém, era capaz de acertar o dedão do pé, e vice-versa. Acho, inclusive, que era uma incoerência do Ministério Público dar porte de arma automática para pessoas sem instrução de tiro. A gente tinha de aprender a atirar por conta própria. Além disso, depois de voltar à lucidez, ficou claro que, pelo meu temperamento, eu não deveria mesmo possuir uma arma de fogo. Sou impulsiva e, como acontece com qualquer pessoa, na hora do impulso corre-se o risco de fazer coisas que atentem contra a própria razão. Era preciso que eu estivesse surtada para achar que uma arma me defenderia, ou me ajudaria. De sã consciência, eu não teria coragem de atirar nem no pior dos bandidos.

Numa dessas minhas visitas ao tio Jairo, fui com a Márcia a um supermercado. Era para ser uma compra rápida, tanto que o Márcio, filho deles, ficou nos esperando dentro do carro. A Márcia queria cortinas novas para a casa que estava em construção e me disponibilizei a presentear-las. Nunca fui de ligar muito para dinheiro, tendo sido sempre meio imprevidente. Mas, naquela época, em pleno surto bipolar, eu me

tornei particularmente pródiga. Cumulava os amigos de presentes. Tivemos que vender o apartamento em Itajaí da minha filha, Ana Maria, para pagar as minhas dívidas. O banco foi outro que me tomou dinheiro porque me mandavam um monte de cheques e bastava mostrar a carteira de promotora para que me liberassem mais crédito. Cheguei a dever mais de 50 mil reais. Hoje em dia, quem cuida do meu dinheiro é a minha filha. De fato, estou interdita. O cartão de crédito e o talão de cheques estão com ela. Quando preciso de algo, eu peço. Não me falta nada aqui e ela administra todas as minhas necessidades. É melhor assim.

Então, a Márcia e eu resolvemos escolher umas peças de roupa, além das cortinas. Enquanto isso, deixei minha bolsa, com o revólver calibre 38 lá dentro, em cima de uma cadeira. Coloquei as roupas que gostamos sobre a bolsa. Chegou uma mulher, acompanhada da filha, e começou a mexer nas peças que havíamos separado. Disse-lhe: “Minha senhora, essas já estão escolhidas e nós as vamos levar”. Ela, muito insolente, grosseira, não sei por que, respondeu: “Tá escolhido, mas não está comprado, então vou dar uma olhada”. Repeti, insisti. A mulher não dava a mínima. Fui ficando irritada. A Márcia também se meteu: “Senhora, por favor, melhor escolher em outro lugar porque a minha prima está com problemas sérios de saúde e quando ela é desafiada, fica agressiva”. A Márcia sabia do meu problema. A senhora nos ignorou e se lançou sobre a pilha de roupas. Quando ela passou a mão na primeira peça eu voei em cima dela. Agarrei-a pelos cabelos e disse “Vem aqui!”. Rolamos pelo chão. A filha dela interveio, aos gritos. Dessa parte, eu não me lembro – só sei porque me contaram. Da primeira vez que fiquei sabendo, eu chorei, depois, achei até tragicômico. A filha dela me agarrou por trás. Naquela época eu tinha cabelo curto. Ela disse: “Solta a minha mãe!”. E eu respondi: “A tua mãe que não se meta comigo e sai tu daqui também!”. E lhe dei um tapa na face. Era menor de idade. A vida já estava horrível e ainda me aparece esse tipo de gente no caminho... A Márcia corria e tentava separar nós duas. Até que o pessoal do mercado veio acudir e separou a gente, uma para cada lado. O Márcio veio correndo ver o que aconteceu e acabou ajudando a apartar também. A senhora saiu ameaçando dar queixa na Polícia. Transtornada, retruquei-lhe, segundo me contaram depois: “Pode ir, vai ter dois trabalhos: o de reclamar e o de engolir a reclamação; nem sabe com quem está se metendo”. Acho horrível esse negócio de dar “carteiraço” e sair dizendo por aí: “Sabe com quem está falando?”. É o tipo de arrogância imprópria para um promotor de Justiça, algo que não estava dentre meus hábitos.

Uma coisa que lembro era o receio de que ela, ao mexer nas roupas, derrubasse a minha bolsa e fizesse disparar acidentalmente o revólver. Poderia até mesmo machucar alguém. Parecia ser uma pessoa meio ignorante. Tinha um jeito de se

vestir e de se portar vulgar, desleixado. E estava com os cabelos mal-pintados. Sua filha também não era diferente. Essa gente poderia até mexer na minha bolsa, pegar a arma, sei lá.

Na hora o sangue ferveu e nem pensei direito, pois poderia ter tirado a minha bolsa e a deixado olhar as roupas, afinal. Mas, convenhamos, “dois bicudos não se beijam” e aquela era uma pessoa procurando por briga. Depois que ela saiu, tudo se acalmou, e terminamos de escolher as roupas sossegadamente. Mas ela foi mesmo para a Delegacia prestar queixa. De repente, apareceram dois policiais para me acompanhar até a Delegacia. Eu podia ter acalmado a situação e os seguido para esclarecer o acontecido. Se eu estivesse consciente, jamais teria feito o que fiz. Não sou de fazer confusão.

Até disse para os policiais entender que eles estavam cumprindo uma diligência que lhes fora repassada, mas eu tinha imunidade. Mostrei a carteira de promotora de Justiça para eles dizendo que só entrava em carro de Polícia se quisesse e que o único que poderia colocar as mãos em mim era o procurador-geral de Justiça. Por fim, concordei em ir à Delegacia explicar o acontecido, mas fiz questão de seguir no meu carro. O Márcio se dispôs a me acompanhar. Mande os policiais irem na frente avisar que a Promotora de Justiça Maria Auxiliadora Alves estava indo até a Delegacia e que era bom não chamarem o procurador-geral de Justiça – ele iria ficar fulo da vida comigo (risos). Mas chamaram dois promotores.

Na Delegacia, me mandaram despejar o conteúdo da bolsa em cima do balcão. Neguei-me, porque não aceitaria essa invasão de privacidade, tampouco admitia que alguém visse o tal revólver. Mande que chamassem logo a delegada, porque já tinha me incomodado demais naquele dia. Tentaram me convencer a esvaziar a bolsa dizendo que era procedimento-padrão. Respondi que era só chamar a delegada e falar quem eu era que tudo estaria resolvido. Evidentemente que isso tudo foi constrangedor.

Muito embora eu já estivesse aposentada como promotora de Justiça, ou seja, não possuía mais as prerrogativas que o meu cargo fornece, havia outras que ainda estavam valendo: não foi pedida a carteira de promotor de Justiça de volta. Portanto, eu não deixara de ser promotora. Foi graças a essa carteira que pude comprar as duas armas em Lages. No meio do meu surto bipolar, eu estava fazendo um uso temerário dessa carteira, que foi o bem mais precioso que conquistei na vida. Apesar de os membros da instituição aparentemente não gostarem muito de mim, realizei o meu sonho de ser promotora de Justiça. Ninguém tira as minhas prerrogativas e elas só acabam com a morte. Paguei caro pelo meu sonho, mas consegui realizá-lo. Me sinto, ao fim e ao cabo, uma vencedora.

Tendo em vista todo o contexto no qual eu me encontrava, a minha aposentadoria foi um processo ambíguo. Eu, de certa forma, ainda me sentia promotora, porque me aposentei em virtude do problema de saúde e não por vontade. Então, o afastamento da carreira não era uma coisa muito bem-resolvida na minha mente.

A par disso, eu vinha num desencanto crescente com a Justiça. Quando ingressei no Ministério Público, havia em mim muito idealismo, uma vontade imensa de resolver todos os problemas do mundo. Mas nós, promotores, não somos super-homens ou mulheres-maravilhas! Temos as nossas limitações. O mundo é mais injusto do que parece e a maior parte dos problemas é mais difícil de resolver do que imaginamos. Então, eu estava concluindo que fazer justiça é “dar murro em ponta de faca”. Não sei se as coisas melhoraram de lá para cá. Tampouco se esse sentimento decorria do quadro de desencanto no qual eu me achava em relação à vida. Mas o que eu sinto é um aumento da sensação de impunidade na população. Talvez as nossas leis estejam superadas, precisem ser adequadas a uma nova realidade. Há muito político corrupto por aí que deveria estar na cadeia. É por isso que me tornei fã do atual Presidente do Supremo Tribunal Federal, o Ministro Joaquim Benedito Barbosa Gomes, que conduziu a ação penal do chamado Mensalão, levando os réus à punição, evitando a prescrição... Deveria haver mais pessoas como ele no país.

Claro que sabia que não seria um mar de rosas exercer o cargo de promotor de Justiça. Mas sempre segui o caminho da retidão e da ética. Fazer justiça no mundo não é fácil, mas precisa ser feito. Se o ser humano não melhorar, o mundo acaba! Então, não tem saída: temos de trabalhar com afinco para que as coisas melhorem.

Memorial do MPSC – *Dra. Maria Auxiliadora, muito obrigado pelo seu depoimento ao Memorial.*

Maria Auxiliadora Alves – Eu que agradeço. Voltem sempre que desejarem.

Heliete Marly Filomeno Leal



Heliete Marly Filomeno Leal nasceu em Florianópolis/SC, no dia 29 de maio de 1941. Filha de Orlando Filomeno e Cléa Cardoso Filomeno, graduou-se no curso de Direito em 1978. Prestou concurso para ingresso no Ministério Público de Santa Catarina em 1982. Em março de 1983 foi convidada pelo Governador Espiridião Amim para assumir o cargo de secretária de Estado da Justiça. Assumiu o cargo de promotora de Justiça substituta na 3ª Circunscrição Judiciária, Comarca de São João Batista, em março de 1987. Foi promovida, por antiguidade, para o cargo de promotora de Justiça da Comarca de Imaruí, em janeiro de 1989. Aposentou-se em setembro de 1991. Externamente ao Ministério Público, trabalhou no período de março de 1959 a julho de 1968 no Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial. Fundou, também, o CEDREHU – Centro de Desenvolvimento de Recursos Humanos. Posteriormente, atuou como professora na Fundação Educacional de Santa Catarina, de agosto de 1968 a dezembro de 1973. Atuou, igualmente, como assessora jurídica da Secretaria de Administração do Estado, entre novembro de 1979 e março de 1981; concomitantemente, foi professora da UDESC. Trabalhou junto à Fundação Catarinense do Bem-Estar do Menor entre julho de 1985 e fevereiro de 1987. Realizou especialização na Universidade Federal de Santa Catarina.

HELIETE MARLY FILOMENO LEAL¹

Memorial do MPSC – A senhora é natural de onde?

Heliete Marly Filomeno Leal – Eu sou natural de Florianópolis. Nasci em 1941, durante a Segunda Grande Guerra. Eu tenho uma história de vida um pouco diferente porque fui adotada. Na época uma criança adotada não era bem-vista, nem pela comunidade e nem pela família dos adotantes. Passei muitas humilhações, só superadas pelo amor que recebi dos meus pais adotivos. Meu pai biológico era de família austríaca e meu pai adotivo, de família italiana, da qual vem meu sobrenome, Filomeno. Vivi a maior parte da minha vida em Florianópolis. Saí daqui quando fui trabalhar em cidades do interior (Tijucas, São João Batista, Balneário Camboriú e Imaruá) como promotora de Justiça.

Memorial do MPSC – E o que faziam os seus pais?

Heliete Marly Filomeno Leal – A minha mãe, Cléa Cardoso Filomeno, era funcionária pública da Companhia de Navegação Costeira e meu pai, Orlando Filomeno, era dentista. É interessante notar que me casei com um dentista, Issacar Leônidas Leal, e a minha filha mais nova é dentista. Morávamos na avenida Hercílio Luz, bem no centro da cidade. Criei-me onde hoje se ergue o edifício Alpha Centauri, em frente ao Clube Doze de Agosto.

Memorial do MPSC – Onde foi a sede do Ministério Público um tempo, também.

Heliete Marly Filomeno Leal – Exatamente. Ali meu pai morreu, quando eu tinha 13 anos. Minha mãe permaneceu viúva por sete anos, depois casou com Annibal Clímaco Filho e faleceu antes de nascer meu primeiro filho. Eu vivi com meu padrasto mais de 25 anos e ele foi o avô que meus filhos conheceram e meu terceiro pai, pois tive um pai biológico, um adotivo e um padrasto.

Estudei na escola particular Antonieta de Barros, que ficava a uma quadra da casa onde morávamos. Fui aluna da Profa. Antonieta de Barros e da Profa. Leonor de Barros. Depois da quarta série, fui para o Instituto Estadual de Educação, prestando exame de admissão para o ginásio. Tínhamos onze matérias na primeira série, incluindo Latim, Francês e Inglês, além de Música e Educação Moral e Cívica, bem diferente de hoje. Depois, eu cursei o clássico e o científico no colégio Coração de Jesus, que ficava mais acima da localização da nossa casa.

¹ Entrevista realizada na Procuradoria-Geral de Justiça, em Florianópolis, no dia 5 de julho de 2013, por Gunter Axt, com assistência de Cássio Bogdan. Transcrição de Adriano Enderle.

Com 16 anos, eu comecei a trabalhar no SENAC, como auxiliar de orientação pedagógica. Fiz o curso de Pedagogia com especialização em Orientação Pedagógica na PUC/RJ em 1962, com bolsa de estudos patrocinada pelo SENAC. Fui professora da UDESC durante sete anos.

Eu sempre achei que a gente deve estudar e trabalhar para crescer. Por isso, fiz concurso para o Estado, passei, e fiquei como assessora jurídica da Secretaria da Administração. Mas o salário também não me satisfazia. Aí abriu concurso no Ministério Público e resolvi me inscrever.

Na época em que prestei concurso para o Ministério Público, eu tinha quatro filhos. Estudava de madrugada, até as três ou quatro horas da manhã. Aos sábados e domingos, com as crianças berrando ou brincando à minha volta, eu ainda estudava sem parar. Passei em quarto lugar. Como os três que me precederam não optaram pela Comarca de Florianópolis para o período probatório, eu a escolhi. Contudo, em março de 1983, fui convidada pelo Governador Esperidião Amim para ser secretária da Justiça.

Memorial do MPSC – *A senhora já tinha assumido como promotora substituta?*

Heliete Marly Filomeno Leal – Sim, assumi como promotora, mas em seguida fui para a Secretaria da Justiça.

Memorial do MPSC – *E quando surgiu a opção pelo Direito?*

Heliete Marly Filomeno Leal – Eu sempre quis fazer Direito, era um sonho. Foi a minha segunda faculdade. Mas, na época, “moça direita”, como se dizia, não fazia Direito. As mães de minhas amigas jamais imaginariam uma filha cursando Direito. Minha mãe me supunha fazendo Pedagogia, que era a profissão das mulheres. Mas não me sentia identificada com esse pensamento. Na época, o Presidente da República, João Goulart, determinou a abertura de maior número de vagas nas Universidades Federais e a Faculdade de Direito abriu três turnos. Eu resolvi prestar o vestibular com opção para o turno noturno, sem que minha mãe soubesse. Quando ela soube, já havia sido aprovada e matriculada. A faculdade funcionava na rua Esteves Júnior e, junto comigo, entraram várias mulheres. Foi o início da grande invasão das mulheres na carreira jurídica. Até então, não havia mulheres no Ministério Público nem na magistratura; só tínhamos a Desembargadora Thereza Grisólia Tang, que era gaúcha e o nosso referencial: se ela chegou, nós também tínhamos chance.

Memorial do MPSC – *Isso foi em que ano?*

Heliete Marly Filomeno Leal – Entrei na Faculdade de Direito em 1964, no ano da Revolução no Brasil, Diretório Estudantil fechado pela Polícia, prisões de estudantes, reações na Faculdade, enfim, um clima bastante complicado. Em 1968 me formei. Fiz o curso com muito sacrifício. Eu tinha me matriculado na turma noturna, porque trabalhava em horário integral no SENAC. Saía correndo da Prainha, vinha a pé até a Esteves Júnior, chegava sempre um pouquinho atrasada à aula. Eu ficava até quase as dez horas, descia correndo a ladeira da Álvaro de Carvalho para pegar o ônibus ao lado da Alfândega, que ia para Coqueiros, onde estávamos morando então. Ao me formar, fiz concurso para a Secretaria da Administração; passei e fui trabalhar com Direito Administrativo, atuando na gestão do Dr. Henrique Bulcão Viana.

Como eu gostava muito de Direito Penal, que era minha vocação e o meu interesse maior, fiz um trabalho sobre a reforma das penitenciárias em Florianópolis e um possível plano de gestão para a Secretaria da Justiça e mandei entregar para o então candidato ao Governo, Esperidião Amin. Ele gostou e me chamou para conversar. Quando se elegeu, me convidou para integrar o governo na sua cota pessoal. Foi uma surpresa geral, porque eu não era uma pessoa importante, tampouco engajada politicamente. Houve até certo mal-estar com o secretário da Administração, que almejava ser o secretário da Justiça. As pessoas passaram a lhe dizer que sua assessora concorria ao mesmo cargo sem que sequer ele soubesse. Porém, nem eu sabia. É importante citar que, quando fui convidada para ser secretária da Justiça, eu já havia feito concurso para o Ministério Público, que começara em fins de 1982, e havia sido aprovada.

Nunca no Brasil uma mulher ocupara o cargo de secretária da Justiça. No primeiro encontro nacional de secretários de Estado da Justiça, eu era a única mulher, e a primeira a ocupar o cargo. Fiquei muito amiga do Ministro Ibrahim Abi-Ackel, que deu integral apoio para Santa Catarina. Consegui, a fundo perdido, verbas para reformar as penitenciárias de Chapecó, Curitibanos e Florianópolis. O meu objetivo era fazer com que o preso – eu o chamava de reeducando, porque ele teria que ser reeducado –, retornasse para o convívio social e não voltasse a delinquir. Meu plano de trabalho era reeducar e recuperar pelo trabalho. Montamos oficinas básicas nessas três penitenciárias. No interior, instalamos oficinas de marcenaria, carpintaria, costura industrial, padaria e serralheria. Ninguém pergunta a um padeiro ou a um marceneiro se ele tem ficha corrida. Já, ao contrário, as pessoas costumam inquirir isto para alguém que deseja trabalhar num banco ou em escritório...

Com a ajuda do Ministério da Justiça, fizemos um lago em Curitibanos e outro em Chapecó, que serviam como criatórios de peixes. Chegamos a recolher de

cinco a seis toneladas de peixes, consumidas nas próprias penitenciárias. Uma meta importante era torná-las independentes financeiramente. Havia criação de gado e de porcos, também em Curitiba e em Chapecó. O projeto se chamava *Horta, porco e peixe*. Tínhamos, ainda, uma criação de coelhos. Os presos, no semiaberto, trabalhavam na parte externa, cuidando da área agrícola, numa região completamente diferente de Florianópolis. Na capital, os presos não têm vocação agrícola, são citadinos e mais perigosos. O litoral se caracteriza pelo fato de os criminosos terem maior índice de periculosidade, razão pela qual não é possível misturar os presos do interior com os da capital. Em Florianópolis, as oficinas eram em regime fechado: tínhamos alfaiataria, colchoaria, marcenaria e artesanato em madeira...

Uma das minhas grandes emoções foi quando da inauguração da padaria em Chapecó. As padarias forneciam, para a penitenciária, o que havia de pior: pão velho, ou feito com farinha de segunda... Então, montamos a padaria e um dos presos tornou-se o padeiro-chefe, ensinando os outros, primeiro como fazer o pão, depois, salgadinhos. Ora, todo o mundo precisa de padeiro! Eles estavam aprendendo um ofício, por meio do qual conseguiriam sua inclusão no convívio social. No primeiro dia eu fui lá, quando os fornos foram ligados. Havia uma fila imensa, de presos, à espera do pãozinho. E o cheiro do pão, que é uma coisa maravilhosa, se espalhando por toda a penitenciária. Eles estavam em uma alegria, uma felicidade, esperando para ganhar o pão quentinho. Todos com o prato na mão esperando o pão sair do forno, fresquinho, feito por eles mesmos. Foi muito gratificante!

Eu visitara, nos Estados Unidos, as penitenciárias particulares, e vi o quanto era possível tornar as nossas produtivas. Organizamos uma estofaria e a divulgamos na cidade, para o pessoal mandar acolchoar os móveis, os sofás, as cadeiras, tudo na penitenciária. A maioria das penitenciárias estimula esses trabalhos de artesanato inútil, como canetinhas, costura de bola de futebol, besteiras do gênero, que não interessam a ninguém; geram uma tralha na vida da gente e aprofundam o sentimento de baixa autoestima. Quem é que vai sair da cadeia e costurar bola ou fazer canetinhas para vender? Os que tentarem, vão fracassar, porque ninguém se importa com isso.

Construímos a primeira Casa do Albergado com dinheiro da comunidade. A Cassol ajudou, a Brasil Pinho também, dando material de construção. Com a mão de obra dos presos, erguemos o espaço, ao lado da penitenciária. Chamava-se Casa do Albergado Irmã Maria Uliano, que era uma freira que arrecadava material para doar aos presos, como roupas de baixo, sabonete, pasta de dente, escova de dente... Uma pessoa muito boa, já falecida. Inauguramos, também, uma casa para albergados em Chapecó. Para minha tristeza, a Casa de Florianópolis, que era muito

bonita e bem-feita, situada atrás da Cadeia Pública, foi desativada e os sentenciados que cumprem pena em regime aberto, ou que já estão em progressão de pena, vão para onde? Dormem na cadeia? E o acompanhamento por assistente social, para conferir se o mesmo está trabalhando, como fica? Ou melhor, não fica...

Reformamos, também, o Hospital de Custódia e Tratamento, que abriga os presos com problemas mentais, então dirigido pelo Dr. Pedro Largura, muito competente e amigo. Fizemos reformas significativas.

A penitenciária de Florianópolis foi dirigida por dois promotores, primeiro pelo Promotor Adwaldo João Dias e, depois, pelo hoje Procurador de Justiça Paulo Roberto Speck. Portanto, dois excelentes parceiros.

Fizemos um projeto para construção de uma nova penitenciária, em São Pedro de Alcântara, próxima da Colônia Santa Teresa de Leprosos e do Hospital Psiquiátrico Colônia Santana. Era uma área de um milhão e meio de metros quadrados, pertencente ao Estado, distante do centro da cidade. São Pedro de Alcântara, pertencia então ao Município de São José. Fizemos o levantamento de toda a área disponível e, junto com o DEPEN (Departamento Penitenciário Nacional do Ministério da Justiça), montamos o projeto. Elaboramos um acordo com a empresa Cassol, que previa uma permuta, a construção das instalações da nova penitenciária, em troca daquela área no centro, na qual poderiam ser erguidos prédios de apartamentos. O Estado não dispunha de recursos suficientes, portanto, era um acordo interessante. Ademais, previa-se, junto aos novos prédios no centro, uma ampla e moderna área de lazer para a comunidade, a ser entregue para a Associação de Moradores da Agrônômica. Seria uma forma de revitalizar e dinamizar a região. O projeto em São Pedro de Alcântara previa, além do pavilhão maior para os sentenciados, um bloco para segurança máxima, um bloco em área próxima para o presídio feminino e um bloco destinado a menores infratores.

Memorial do MPSC – Um complexo!

Heliete Marly Filomeno Leal – Um complexo penitenciário, de vários níveis, mas em prédios separados e com otimização de custos, porque teríamos uma só cozinha e uma lavanderia funcionando em sistema industrial, servindo a todo o complexo. Enfim, chegou a planta final do DEPEN devidamente aprovada. Mas, a Câmara de Vereadores de São José montou uma guerra contra o projeto. Uma guerra tremenda! Nós não esperávamos tamanha reação. Houve uma verdadeira arregimentação política.

Memorial do MPSC – Por quê?

Heliete Marly Filomeno Leal – Tudo gira em torno da política. E os candidatos vislumbraram uma oportunidade de aparecer. Ninguém deseja ter presídios em seus municípios, bem como ninguém quer ter cadeias, manicômios, usina de lixo... Meus pais nasceram em São José. Construíram toda a parte da Praia Comprida, até a rua que dá acesso ao Hospital Regional, que se chama Domingos Filomeno, nome do meu avô. Então, eu pertencço a uma família com tradição na cidade, mas aquela campanha me tornou uma *persona non grata* no município. Foi sofrido.

Primeiro espalharam que eu ia desativar a Colônia de Leprosos. Eu nem mesmo tinha autoridade para isso, pois ela pertencia à Secretaria de Saúde. Depois, inventaram que eu queria botar presos na Colônia São Pedro de Alcântara para acabar com a comunidade! Todos se levantaram contra a minha gestão.

Nesse momento, o governador do Estado tem que ter mão firme e dizer “Vou fazer e pronto!”. Mas nós estávamos a um ano e meio da eleição e o governador, querendo fazer o seu sucessor, não tinha interesse em brigar com o Município de São José. De maneira que não consegui realizar esse sonho e a ideia foi abandonada. Mais tarde, o Des. João Henrique Blasi, então Secretário da Justiça, logrou construir a penitenciária em São Pedro de Alcântara, agora município, mas que já nasceu obsoleta. A atual não comporta o número crescente de sentenciados. Continuamos com a penitenciária no centro da cidade, um local deplorável, insalubre, infestado de ratazanas, uma construção em semidecomposição, sem condições mínimas de segurança para abrigar os detentos. O presídio feminino é um horror. As detentas vivem em ínfimas condições de vida; não possuem oficinas de trabalho, não recebem atendimento médico, dentário nem apoio psicológico. As mães se veem privadas de seus filhos. Os adolescentes infratores são detidos pela Polícia e colocados em liberdade logo em seguida, porque não temos local para efetivar o respectivo recolhimento e tratamento. Todo o nosso sistema penitenciário é ultrapassado, desde os investimentos na recuperação, que não existem, até o recolhimento. É um barril de pólvora, pronto para explodir com uma rebelião. Talvez, se estivesse localizado em uma região de criminalidade organizada mais exacerbada, já teria vindo abaixo. A construção da penitenciária central tem quase 150 anos. Modernamente, não se admite mais a construção de grandes penitenciárias. Estudos atuais preconizam que elas devem ser pequenas, com capacidade máxima para 500 presos, situadas uma em cada região; cada região deve ter a sua penitenciária. Uma rebelião com 500 apenados é mais fácil de ser contida; com 2.000 é uma catástrofe.

Memorial do MPSC – *É importante que o preso fique perto de sua família, também?*

Heliete Marly Filomeno Leal – Próximo da sua família, da sua área de trabalho, do seu *status* de vivência, porque um apenado natural de Chapecó ou de

São Miguel do Oeste não tem a mentalidade do florianopolitano, por exemplo, e perde a sua identidade ao ser desterrado.

Memorial do MPSC – A senhora ficou até o final do Governo Amin?

Heliete Marly Filomeno Leal – Eu fiquei até o final do governo. Mas deixei a Secretaria da Justiça, depois desse entrevero, assumindo, a pedido do governador, a FUCABEM – Fundação Catarinense para o Bem-Estar do Menor. Houve uma ruptura política entre o Senador Jorge Bornhausen e o Governador Esperidião Amin. O PFL surgiu, em janeiro de 1985, como uma dissidência do PDS. A esposa do Dr. Jorge era Presidente da FUCABEM; solicitou sua saída da Presidência. O Estado contava com três Fundações: A FUCAT – Fundação Catarinense do Trabalho, cuidava do trabalhador e da formação profissional, a FUCADESC – Fundação Catarinense de Desenvolvimento da Comunidade, cuidava da área social e dos centros comunitários. A FUCABEM tratava dos menores infratores com desvio de conduta e em situação de risco. Sem opção para a FUCABEM, o Esperidião me chamou.

Logo depois de assumir a função, viajei para Brasília, pois eu era muita amiga do filho do Paulo Freire, o Marcos Freire, diretor da Caixa Econômica Federal. Eu me engajara num programa de alfabetização, criado por Paulo Freire, quando tinha dezoito anos. Mostrei para o Marcos o certificado que ganhei quando participei daquele que foi o primeiro programa de alfabetização do Brasil. Um projeto revolucionário, que realmente alfabetizou milhares de pessoas. Expliquei que precisava de verbas, pois nosso governo vivia aperturas, e que desejava atender à infância e à juventude carente do nosso Estado. Ele recebeu os meus projetos, os encaminhou para os técnicos e em um mês liberou, a fundo perdido, 750 mil cruzeiros (a moeda da época): em 1985/1986, representava um bom dinheiro! Construimos em um ano e meio 37 Centros do Bem-Estar do Menor (CEBEM) no Estado inteiro. As plantas eram padronizadas, havia CEBEMs de duas, de três e de quatro salas, além das áreas de lazer e trabalho. Os prefeitos faziam fila no meu gabinete, todos queriam um CEBEM em seu município, ainda mais que toda a estrutura funcional era patrocinada pela FUCABEM. Neles, recebíamos crianças e adolescentes, que ali recebiam alimentação programada por nutricionista e a condição para frequentar o CEBEM era estar matriculado na escola. A frequência era rigorosamente controlada. No CEBEM, aprendiam algum ofício, como artesanato, marcenaria, culinária e costura. Havia professores que auxiliavam com os deveres da escola e assistentes sociais que visitavam as famílias. Logramos tirar absolutamente todas as crianças e os adolescentes da rua. Em 1986, dois fusquinhas brancos rodavam Florianópolis inteira, recolhendo, com o auxílio da Polícia, mulheres esmolando ou crianças pedintes. Para essas mulheres, garantíamos cestas básicas, a fim de que

mantivessem os filhos na escola. Quando comprovadamente não tinham condições de cuidar das crianças, elas eram abrigadas nos CEBEMs. As crianças viciadas em drogas podiam ser internadas no São Mateus ou no Centro Educacional Dom Jaime de Barros Câmara, uma potência na Palhoça, que acolhia menores abandonados, em situação de risco ou com desvio de conduta. Alguns meninos viciados em cola e em gasolina, precisávamos enviar para Porto Alegre, para tratamento, pois não dispúnhamos de condições suficientes para tratá-los em Santa Catarina. Alguns não tinham mais cura porque os neurônios já haviam sido lesionados. Havia muita colaboração com os juízes da Infância e Juventude. Todos trabalhavam unidos. Era maravilhoso! Ao lado da Escola Básica Pe. Anchieta, ainda se encontra um dos CEBEMs, quatro salas, que construímos à época. É uma construção muito funcional e bem-feita. Mas, hoje não está sendo utilizada para a finalidade para qual foi construída. O que acho estranho, é que cada governo que assume, tira as placas de inauguração das obras do anterior. Não tenho encontrado as placas das obras que inauguramos no período de 1982 a 1986.

O Lar São Gabriel e o Lar São José cuidavam dos menores excepcionais. O segundo recebia as meninas abandonadas e o primeiro, os meninos. O Lar São Gabriel ainda existe em São José. Foi a menina dos meus olhos. Durante vinte anos, depois de ter deixado o governo, eu ainda os visitava e sabia o nome de todos. Estão envelhecendo, mas ainda são crianças. Houve um governo que tentou tirá-los dali e colocá-los na Colônia Santana. Eu fiz um movimento enorme contra, fui para a imprensa denunciar, porque, apesar do corpo adulto, ainda têm a mentalidade de uma criança de 4 a 5 anos. Seria um atentado colocá-los com os doentes mentais adultos na Colônia Santana, uma maldade com esses inocentes, porque eles são tratados no Lar São Gabriel como crianças, só que eles cresceram.

Para completar o atendimento aos menores tínhamos os CIPs (Centros de Internamento Provisório), em Lages, Joinville, Chapecó e Blumenau. O menor que era pego roubando ou matando, ia primeiro para o CIP, onde ficava até ser julgado, sendo que, se condenado, era depois direcionado para alguma instituição, como o São Lucas ou o São Mateus, no caso de meninas.

Quando sofri um grave acidente de carro, no qual quase morri, eu estava indo a Seara inaugurar um Centro de Atendimento ao Menor. Fiquei dez dias em coma e uma das minhas irmãs biológicas, que trabalhava comigo, morreu. Meu motorista conseguiu se salvar e o meu assessor, o Irani Hipólito da Silva, quebrou a clavícula. Caímos dentro do rio Itajaí-Açu, de 14 metros de altura. O carro capotou várias vezes e afundou no rio. Consegui sair pelo vidro dianteiro, que quebrou na capotagem e fiquei boiando, levada pela correnteza. O carro ficou a oito metros

de profundidade. Foi uma experiência terrível! Aconteceu no dia 10 de março de 1986, perto de Ibirama. Fui atendida em Ibirama pelo Dr. Waldomiro Colautti, mas ele não podia fazer muita coisa por mim: eu estava com dilaceramento no pâncreas, no rim, no baço, com hemorragia interna, nove costelas fraturadas... Fui transferida para Blumenau no carro da Polícia Federal destinado a transporte de cadáver, porque no momento era o que havia disponível.

Memorial do MPSC – *A senhora ficou consciente o tempo todo?*

Heliete Marly Filomeno Leal – O tempo todo. Um barquinho me pegou a 300 metros do local do acidente. Depois, eu fui transportada para o Hospital Santa Catarina, em Blumenau. Lá fui recebida pelo Dep. Est. Ivan Ranzolin, titular da Secretaria de Desenvolvimento Social, à qual a FUCABEM estava subordinada. Após ter sido submetida a uma laparotomia exploratória fui para a UTI, onde fiquei por dez dias e mais 25, no hospital, cheia de drenos. Ninguém acreditava que eu sobreviveria. Graças a Deus, aos competentes médicos que me atenderam e ao excelente tratamento que recebi de todos naquele Hospital, consegui me recuperar totalmente. De lá, fui transferida de avião para Florianópolis. Em pouco tempo, para surpresa de todos, reassumi o meu trabalho.

No final de 1985 retornei ao Ministério Público. Minha vaga na Comarca de Florianópolis tinha sido ocupada e precisei ir para Tijucas. Foi um baque! Eu contara até então com gabinetes razoavelmente bem-instalados, com auxiliares, boa infraestrutura. Mas, em Tijucas, não havia nada à disposição do promotor. O Fórum era precário, malcuidado. Entre advogados, escrivães e até juízes havia alcoolismo. Um horror!

Funcionávamos em um prédio de uma antiga escola. Não tinha nem mesmo uma pia para lavar as mãos. Os processos eram empoeirados, imundos – não se tinha como lavar as mãos depois de manuseá-los. O pé-direito era tão alto que pendia do teto uma lâmpada que projetava claridade insuficiente para iluminar os processos. Quando começava a escurecer, por volta das 5 horas da tarde, já não era mais possível ler. O sanitário ficava nos fundos, numa casinha em anexo, fechada a chave. Em dia de temporais e chuvas, era preciso recorrer ao guarda-chuva para usar o banheiro. O mobiliário era todo da magistratura. A máquina de escrever era do promotor. O Ministério Público não tinha nada. Todo dia eu carregava e levava a maquininha elétrica, porque não podia deixar no Fórum, se não ela podia desaparecer. O Ministério Público dava duas fitas corretivas por mês, para a maquininha elétrica. Nós não tínhamos assessores, assistentes, tampouco estagiários. Batíamos na máquina manual todas as denúncias, todos os processos. O promotor era um ser isolado, sozinho em um local insalubre, onde

as baratas corriam à solta. Eu tenho pavor, fobia de baratas! Pedia para o servente sacudir os processos no pátio antes de serem trazidos à minha mesa, pelo menos para tirar o grosso da poeira e evitar que uma barata aparecesse entre as folhas, o que não era incomum. Eu saí de um palácio e fui para uma choupana! E tinha que atender São João Batista, Canelinha, Major Gercino e Leoberto Leal. Eu vinha de carro, guiando sozinha, depois de muitos anos apenas andando com motorista. A BR não era duplicada. A tensão era permanente. Não havia habitação disponível para o promotor em Tijucas. Aliás, não tinha nem mesmo um restaurante. Eu fazia minhas refeições no Tiradentes, o clube de futebol. Era permitido que eu almoçasse lá, junto com os jogadores. Conhecia todos. Almoçava com eles e de tarde voltava para casa. Atuei como substituta também em Balneário Camboriú, por uns meses. As condições eram bem melhores, pois pude me hospedar no Hotel Cristal, que ficava na avenida central. Mas, no conjunto, essa não foi uma fase boa da minha vida; acho que foi a pior. Mas, tudo é uma lição de vida, e aprendi muito. Conheci muitas pessoas maravilhosas, fiz muitos amigos e até aprendi a dirigir bem melhor. Até hoje me acho uma entendida no assunto...

Em São João Batista consegui me hospedar no hotel local, que era muito bom.. Depois, o Prefeito Sinézio Octaviano Dadam me arrumou uma casa. Enorme, toda envidraçada: eu usava apenas um quarto e a cozinha. Só encortinei aquela parte, o resto todo era aberto. Havia vários restaurantes e o pessoal do Fórum formava uma grande família. Por mim nunca sairia de lá. Provavelmente, nem teria me aposentado. Foi uma época muito boa, minha vida entrou nos eixos e eu me sentia realizada profissionalmente.

Fazia júris. Às vezes, o réu era absolvido, depois de eu tê-lo acusado de bandido, de assassino, de ladrão... Saía do Fórum pela mesma porta que o réu, e seguia para aquela casa sozinha. Por isso, eu dormia com o revólver engatilhado embaixo do travesseiro. Qualquer barulho, eu estava com o revólver em punho.

Ali também o Fórum ficava num predinho velho, horroroso. Eu cheguei a São João Batista na época da falência da Usati, a poderosa usina de açúcar. Entre 1980 e 1990, o setor açucareiro em Santa Catarina mergulhara numa forte crise. No primeiro dia em que assumi, a minha mesa estava lotada de processos – até em cima! Todos de falência. Porque 80% da força de trabalho da cidade estava empregada na usina, de forma que as demissões geraram um efeito em cascata. Lojas, empresas calçadistas, pequenas confecções, enfim, começaram a falir. O pior é que eu não sabia nada de falência. É um assunto que se estuda *en passant* na faculdade, uma lei extravagante com a qual a gente nem se dá conta que vai trabalhar um dia. Era preciso nomear síndico, contador, e eu sem jamais ter efetivamente tratado do

assunto. Peguei então três processos bem cabeludos, quase chorando de desespero, vim para Florianópolis, onde comprei uma edição da Lei de Falências, para estudar. Falei com alguns promotores amigos, entre eles, João Alberto Correa e Jacson Corrêa que me ajudaram muito. Sou muito grata aos dois, que me acalmaram, me auxiliaram com o primeiro processo, dizendo que depois de solucionar um, eu conseguiria encaminhar bem os demais. O escrivão chegava todo dia no meu gabinete e perguntava: “Dra. Heliete, algum processo aí para mim?”. Eu respondia: “Não senhor, por enquanto nada”. E o homem ia ficando ansioso, porque eu não desencilhava os processos. Mas eu queria estudar a matéria com calma, entender cada caso. Quando aprendi, acho que me tornei *expert* em falências! Ia para as audiências com conhecimento de causa, questionava o síndico, questionava tudo. Até de balancete eu passei a entender. Limpei a mesa!

Depois vieram outros processos. Havia um bom volume de ações envolvendo uso ou comércio ilícito de entorpecentes. A juventude inteira da região parecia estar consumindo maconha. Mais tarde, concluí que isso poderia ter relação com um contato mais ou menos generalizado com a cola de sapateiro, muito utilizada em lojas e fabriquetas de sapatos clandestinas que operavam na área. Para não pagar impostos, esses estabelecimentos funcionavam meio às escondidas, de maneira que eram fechados, com pouca ventilação. Então, depois da exposição à cola de sapateiro, passavam para a maconha e, então, para a cocaína. A cidade sofria muito com o impacto do vício. Havia diversos traficantes atuando por ali, o que estimulava toda uma cadeia de crimes. Eu e o Delegado Valter Claudino da Silva movemos uma batalha contra o tráfico.

Aí aconteceu o episódio das baratas! Um espanto! Com tanto serviço, eu costumava ficar no Fórum até tarde. Às vezes, saía de lá dez horas da noite. Eu não podia ver processos em cima da minha mesa!

Aliás, durante muitos anos guardei centenas de denúncias e alegações finais no meu arquivo pessoal. Quando me mudei, achei que era muito papel e coloquei tudo fora. Hoje me arrependo, porque era um trabalho bem-feito. A gente escrevia bem na época. É uma tristeza ter que incinerar tudo que produzimos durante uma vida inteira... Mas eu não tinha mais como guardar e senti que nenhuma instituição ou arquivo se interessaria por aquilo.

Bem, mas naquela noite eu ficara até as dez horas, trabalhando sobre os processos, consultando o arquivo. Eu trabalhava no andar de cima de um prédio de dois pisos. Saí de meu gabinete, apaguei as luzes e quando fui descer a escada, com a iluminação já meio tênue, fiquei com a impressão de que o corrimão estava se mexendo... Foi uma impressão ruim, então voltei e acendi as luzes. Milhares de

baratas estavam descendo e outro tanto subindo pelo corrimão! Vinham da cozinha, que ficava logo abaixo da escada. Diante daquela aberração, eu comecei a gritar: acho que surtei. Eu gritei tanto, tanto, que o vigia lá de fora pensou “Estão matando a promotora!”. Ele subiu pelo cano que ficava junto à parede externa, quebrou o vidro e entrou pela janela para me salvar. Encontrou-me lá em cima no patamar gritando como uma louca. Perguntou: “O que foi, promotora? O que foi?!”. Eu não conseguia falar, só apontava, meio catatônica (risos). Olha, isso foi comentado durante um mês na cidade. No dia seguinte, eu chamei o juiz e disse: “Ou o senhor manda dedetizar o Fórum ou eu não venho mais”. Falei que ia para a capital e que iria denunciar para o procurador-geral e para a imprensa aquele estado de coisas. Coitado do juiz, mas eu entrei em desespero total (risos).

Aí o juiz fechou o Fórum e mandou dedetizar. Tiraram baratas mortas de pá! Eram pás e pás de baratas! Fiquei uma semana sem conseguir entrar no Fórum, depois daquele trauma. E fui falar com o prefeito: “Nós não podemos continuar assim, o senhor precisa doar um terreno, vamos conseguir verba e construir um Fórum decente em São João Batista”. Ele me respondeu que já havia doado um terreno para a construção do Fórum para o Tribunal, mas que até agora a verba não havia sido liberada. Durante minha permanência como secretária da Justiça eu construíra vários Fóruns, porque eram subordinados à Secretaria. O Fórum de Palmitos, fui eu quem construí. O prefeito de São João Batista era uma pessoa muito simples, mas muito prática. Um sujeito honesto, trabalhador. Acompanhou-me numa visita à Presidência do Tribunal de Justiça. Para toda a nossa sorte, o Presidente do Tribunal de Justiça era a Desembargadora Thereza Grisólia Tang, que fora minha colega no Grupo Soroptimista, um órgão internacional de mulheres.

A Presidente Thereza nos recebeu muito bem. Morreu de rir quando eu contei a tragédia que me acontecera no Fórum (risos). Mas concluiu que eu tinha toda a razão e disse que também se negava a trabalhar em um local sujo, infestado de insetos horríveis! Assim, o Tribunal liberou a verba necessária para a construção do novo Fórum. Sob a supervisão do prefeito, em oito meses inauguramos o Fórum de São João Batista; foi uma festa inesquecível. Todos nós nos sentíamos parte daquela conquista para a cidade.

Aí, eu entrei em uma sala com banheiro privativo, um luxo para a época! Mas telefone, ainda, nem pensar. O telefone ficava no gabinete da secretária. Atendíamos as ligações e falávamos na frente de todo mundo, fosse qual fosse o assunto, todo mundo tomava conhecimento. A vida da gente era um livro aberto. Lembro-me até hoje do dia em que consegui o primeiro telefone sobre a minha mesa de trabalho! Ganhei samambaias e violetas. Senti-me em um jardim! Depois de anos, estava de

novo numa sala linda, maravilhosa! Dois meses depois, em princípios de 1989, foi nomeado para São João Batista um promotor que havia sido transferido e eu escolhi Imaruí, no sul do Estado. As meninas choraram muito na minha despedida, foi muito triste, porque eu tinha tecido vínculos com as pessoas, gostava da comunidade.

O Fórum de Imaruí era uma coisa maravilhosa! Uma contradição, pois não havia emprego para as pessoas na cidade, uma comunidade de pescadores, a economia era muito pobre, mas o Fórum era um esplendor! Tudo porque o Dr. Epitácio Bittencourt, uma das principais lideranças locais e filho da Terra, fora deputado federal e deputado estadual. A família exigiu do governo a construção do Fórum. A sala da Promotoria era imensa, com uma mesa grande, confortável, um jogo de sofá e poltronas, banheiro privativo e tudo o mais. Só não tinha telefone. Na Sala de Audiências havia mais de quarenta samambaias penduradas. Mas a gente ouvia uns ruidinhos no forro, como se alguém estivesse caminhando pelo telhado. Perguntei o que seria aquilo: “A senhora não sabe que Imaruí é a terra dos morcegos?”. Ai, meu Deus! Não era lá muito auspicioso.

O prefeito me conseguiu um apartamento, que ficava perto do hospital. Eu o dividia com a assistente social. Ela cozinhava, eu lavava a louça. Dividíamos as despesas. O Ministério Público não pagava auxílio-moradia. A gente ganhava pouco, tinha ainda que pagar alimentação, habitação, material de expediente... Não sobrava muito. Se quiséssemos fazer um trabalho mais bonitinho, num papel melhor, ou em pastinhas, éramos nós que comprávamos o material. Tudo pertencia ao Tribunal. E pedir para o Tribunal era muito desagradável... Os móveis que usávamos eram do Tribunal. A gente dependia da boa vontade do juiz. Trabalhei com juízes ótimos, como o Dr. Juarez Piva, de quem eu tenho saudades até hoje. Mas também com alguns péssimos. Lembro-me de um que queria que eu me vestisse de beca o dia inteiro: “Não senhor, eu só uso beca no dia do júri!”, retruquei-lhe. Ele se vestia sempre com a indumentária: parecia um morcego, todo de preto (risos). Que diferença dos dias de hoje, quando os promotores de Justiça entram na carreira com o que há de mais moderno em mobiliário, equipamentos eletrônicos, telefones (eles não sabem o que é não ter telefone, já nasceram com o celular na mão), com assistentes, estagiários, apoio integral da Procuradoria, salário condigno com a carreira, etc. Não precisam mendigar material para o Tribunal. É bom que valorizem a luta dos que os antecederam, porque nada disso caiu do céu. Foi uma luta de anos e muito trabalho para chegar aonde chegamos.

O Promotor Carlos Alberto Platt Nahas, em Tijucas, discordou do juiz e este mandou retirar todo o mobiliário de seu gabinete. O Nahas ameaçou colocar uma tenda na frente do Fórum para executar os seus trabalhos. Foi um guerreiro e passou por muitos aborrecimentos.

A propósito dos morcegos, estou no apartamento, sentada na cama, estudando um processo e vendo a televisãozinha lá na frente, com a janela aberta, pois fazia um calor terrível! Imaruí no verão é uma fornalha. Obviamente, não se tinha ar-condicionado. E venta, dia e noite, noite e dia, venta sem parar.

Estava realmente tranquila, porque eu estava até bem contente lá em Imaruí. Pela primeira vez em anos não havia sobrecarga de trabalho. Sobrava tempo para tomar iniciativas, como fiscalizar a frequência das crianças na escola. Muitas crianças não iam para a aula. Chamei os pais no Fórum, ameacei de colocar na cadeia todos os que não me apresentassem a certidão de matrícula dos filhos. Solicitei para a diretora do maior colégio local uma relação dos nomes dos alunos faltosos e pedi apoio à assistente social, para passar de casa em casa e levar as crianças para escola.

Promovi reunião com os idosos. Fundamos clubes associativos, para eles terem ocupação e distração. Imaruí é uma cidade de velhos. Os jovens saíam para trabalhar na cidade. As moças engravidavam, deixavam o filho para os pais criarem e voltavam para a cidade. E assim progressivamente. Havia idosos com quatro, cinco crianças em casa, filhos das filhas, das sobrinhas... A população da cidade diminuía ano a ano. Havia poucos processos. Às vezes, eu substituí em Imbituba.

Bem, então, naquela noite eu estava bem descansada, estudando um processo na cama, quando percebo que um pássaro entrou pela janela e veio para a cabeceira da cama, pensei: “um passarinho preto, que bonitinho!”. Quando vi que era um morcego, com as asas com mais de meio metro de envergadura fiquei chocada! (risos). Estava só e comecei a tocar o morcego com a vassoura. Que trabalho para tirar aquele morcego de casa! Nunca mais abri a janela! Ficava lacrada dentro do apartamento.

Chegava sexta-feira, eu vinha para Florianópolis, onde minha família residia. Resolvi permanecer em Imaruí até me aposentar, porque se eu aceitasse uma promoção, teria que ir para longe: as vagas eram em São José do Cedro, Mondaí, Dionísio Cerqueira... Com quatro filhos em idades que iam de adolescente a criança de seis anos e mais três meninas adolescentes sob a minha guarda, ficava inviável. Hoje a minha menor já está com trinta anos. Em seguida, meu marido morreu. Eu estava viúva, com o filho mais velho se formando, uma filha na faculdade, uma prestando vestibular e uma no ginásio, mais três moças também em fase de estudos. Decidi antecipar o meu pedido de aposentadoria. Mas foi sofrido sair do Ministério Público, porque eu gostava muito, trabalhava com muito entusiasmo, com muita dedicação e amor. Tudo o que eu quis na vida foi trabalhar com o Direito.

Memorial do MPSC – Em que ano foi?

Heliete Marly Filomeno Leal – Creio que foi em 1991, com 32 anos de serviço.

Memorial do MPSC – *E depois da aposentadoria?*

Heliete Marly Filomeno Leal – Assumi a Diretoria de Justiça, em Florianópolis, no Governo do Vilson Pedro Kleinübing. O órgão substituiu a FUCABEM. O Vilson, numa penada, extinguiu a FUCAT, a FUCABEM e a FUCADESC. Foi um crime! Não foi um bom governador! Ele extinguiu as três Fundações mais importantes do Estado, com técnicos altamente gabaritados, espalhando-os, jogando-os às traças. Deixou o Estado nesta situação em que hoje está. Ele doou todos os CEBEMs para as prefeituras, que não dispunham de recursos para mantê-los. Transformaram-nos em creches, o que dava mais votos, ou converteram-nos em departamentos administrativos e até em depósitos. Todas aquelas construções padronizadas, concebidas para um fim específico, foram desmontadas. Desde então, a área de assistência, apoio e proteção à criança e ao adolescente foi simplesmente abandonada. Os governadores que o precederam, não fizeram absolutamente nada para reparar tal prejuízo. Os resultados estão aí: uma explosão de menores infratores, ou seja, uma geração perdida.

O atual governador, também equivocado e mal-informado, disse que ia fazer um novo São Lucas, para menores infratores, e colocou o prédio antigo abaixo! Você não põe abaixo se não tem dinheiro para construir outro prédio! Reforma-se, melhora-se o que existe. Chama os presos da penitenciária e coloca-os para ajudar na reforma, como nós fazíamos. Vamos trabalhar! É trabalho de pedreiro, vamos aprender! Coloca um mestre-pedreiro e constrói, bota cimento, faz isso, faz aquilo, melhora, aumenta. Mas, preferiram colocar o prédio no chão e agora não há onde abrigar menor infrator. Aí, a Polícia prende e solta. Há menores com 20 passagens pela Polícia. É de horrorizar! Criamos um monstro, por incúria, imprevidência, falta de percepção social adequada. O Governador João Raimundo Colombo disse que tinha dinheiro para o novo São Lucas, mas abanou com o chapéu alheio, pois não havia nem um tostão.

Memorial do MPSC – *Esse período de 1987, 1988, na Administração do Ministério Público foi meio agitado, com conflitos internos alcançando a imprensa, abaixo-assinado dos procuradores contra o procurador-geral, conflito entre a Associação e a Procuradoria-Geral, entre o corregedor-geral e o procurador-geral. Como são as suas lembranças desses episódios?*

Heliete Marly Filomeno Leal – Todo mundo estava acostumado com o Procurador João Carlos Kurtz na Procuradoria-Geral. O Dr. Kurtz muito jovem foi nomeado Procurador-Geral. Na época, não havia eleição para procurador-geral. Era um cargo político e politicamente ele permaneceu no cargo durante doze anos.

Em torno dele formou-se, com o passar dos anos, uma forte turma de apoio, o que é natural que ocorra. Quem concordava fazia parte do grupo, quem discordava ficava à parte. Quando o Procurador Hipólito Luiz Piazza assumiu, viu-se jogado às feras.

Dr. Piazza, encontrando uma turma “kurtziana”, quis mudar certas culturas internas, passando a enfrentar uma incrível resistência. Ele queria, por exemplo, acabar com a figura do promotor convocado. Ele achava que o promotor devia estar na comarca. Também era contrário aos deslocamentos, pois achava que os promotores deveriam estar em sua comarca de nomeação. Ora, quem estava convocado, em Florianópolis, naturalmente, não queria mais voltar para o interior. E essa dinâmica de deslocamentos e nomeações fomentava o surgimento de panelinhas políticas. A família ministerial estava profundamente dividida. Quanto a minha pessoa, nunca tive problemas com ninguém e tenho muito carinho pelo Dr. Piazza pela maneira amigável com que sempre me tratou. Fiquei muito feliz quando reconheceram o quanto foram injustos com ele. Mas, isso é coisa de um passado que nunca mais se repetirá.

Com a eleição do procurador-geral pela classe, esses atritos se diluíram. Hoje existem divergências, correntes, mas a família é a mesma. São irmãos divergindo entre si, mas se houver algum problema, todos estão juntos. E hoje, com a eleição do procurador-geral, todo mundo opina, todo mundo participa e isso enseja mais segurança para a classe. A disputa eleitoral é altamente positiva, pois obriga à reflexão, à análise dos programas dos candidatos e à avaliação de sua respectiva liderança à frente de uma das mais importantes instituições do Estado. Essa foi talvez a maior conquista do Ministério Público. Aliás, eu acho que o empossado deveria ser sempre o mais votado, sem necessidade de submissão de uma lista triplíce ao governador, pois quanto menor o contato do Ministério Público com o mundo da política, melhor. Acho lastimável que os aposentados não tenham o direito de votar para eleger seu procurador-geral, uma vez que mesmo aposentados continuam fazendo parte da instituição.

Memorial do MPSC – *A senhora mencionou antes uma associação na qual participou, a Soroptimista. O que é esta Associação? Como ela funciona?*

Heliete Marly Filomeno Leal – O *Club Soroptimista* é um clube internacional de mulheres, que, inclusive, pagam taxas em dólar americano para se associar. No seu âmbito, realizam trabalhos comunitários e se reúnem para debater a condição feminina. São mulheres com profissões, inseridas no mercado de trabalho. Há um almoço anual no Lira Tênis Clube, em Florianópolis, que congrega 500, 600 participantes em cada oportunidade. Mantém bolsas de estudos para jovens, financiando viagens de estudos para o exterior, por exemplo. É muito interessante o trabalho.

Memorial do MPSC – *Alguma vez a senhora enfrentou resistências no exercício da profissão em decorrência da condição de gênero?*

Heliete Marly Filomeno Leal – Não. Nunca. Ao contrário, no Ministério Público eu sempre fui muito respeitada. Acho que eu tenho cara de “braba”, porque as pessoas mantinham certa distância até conviverem mais comigo. Em todas as cidades por onde passei obtive sempre total colaboração.

Memorial do MPSC – *A senhora chegou a enfrentar uma rebelião em algum presídio ou situações de maior repercussão na imprensa, além daquela em torno do projeto do novo complexo penitenciário sobre a qual já falamos?*

Heliete Marly Filomeno Leal – Sim, houve uma rebelião. Na verdade, eu nunca enfrentei problemas graves com os presos, que em geral sempre me trataram bem, com respeito. Até mesmo durante esta rebelião, que aconteceu em Curitiba.

A causa do episódio repousa num erro administrativo. Nove presos de Joinville foram mandados a cumprir pena na penitenciária de Curitiba. Os nove lá chegaram e se aperceberam que estavam em um campo, em zona rural. Jovens, acostumados ao ambiente urbano, ficaram desesperados naquele silêncio e com aquela rotina. Um deles surtou e quis fugir. Não havia grades protegendo o perímetro, mas um alambrado, que se seguia a um fosso. Ele correu em direção a essa proteção e o guarda da guarita gritou no megafone: “Afastem-se do alambrado!”. Ele não parou, passou pelo fosso. O guarda repetiu o alerta: “Afastem-se do alambrado ou eu vou atirar!”. Mas o rapaz subiu no alambrado, para pulá-lo – preso pula 4 metros com a mesma facilidade que saltamos 30 centímetros! Aí o guarda mirou e atirou. Era um rapaz novo, do interior, que fazia o policiamento externo, que obedecia a todos os padrões de segurança. Dentro do presídio, a segurança é realizada por agentes desarmados. O tiro foi certo e matou o sentenciado. Os outros oito iniciaram uma rebelião. Começaram a quebrar tudo (mas muitos presos chegaram a proteger as oficinas). Colocaram fogo nos colchões e se reuniram no pátio.

Recebi o comunicado da rebelião por telefone, por volta das seis horas da tarde. O diretor me informou que os presos ameaçavam atear fogo na penitenciária. Exigiam a minha presença para negociar e não admitiam a entrada da Polícia. Eu concluí que não poderia, de fato, mandar a Polícia invadir, pois seria uma carnificina. Decidi ir até lá, mas avisei que chegaria de madrugada, porque a viagem consumiria umas cinco ou seis horas. Arrumei a mala, chamei o Dr. Evaldo Villela, a minha secretária e viajamos para Curitiba. Quando chegamos, encontramos todos no pátio, cada um com uma faca, pois tinham invadido a cozinha. O líder veio conversar comigo e lhe dei garantias de que não permitiria a entrada da Polícia,

mas eles deveriam depositar todas as facas junto ao muro, sendo que eu pediria para o chefe do restaurante conferir se estavam todas ali; só depois, eu entraria para conversar com todos. E assim foi. Faltou uma apenas. Na realidade, acredito que nunca estive com os presos, talvez tenha sido um erro de contagem.

Quando entrei no presídio já estava amanhecendo. Falei para eles: “Vocês vão para a cela; às 9h eu vou estar aqui e o Dr. Villela vai conversar com cada um de vocês. Vamos anotar as reivindicações e apurar o que aconteceu; vamos investigar o que motivou a morte do rapaz com seriedade. Agora eu vou virar de costas e vocês vêm todos atrás de mim até as celas”. Chegamos às celas, tudo queimado, eu disse: “Vocês vão ter que ficar aqui, porque quem queimou as celas foram vocês. Amanhã de manhã vocês começam a limpeza. Enquanto atendemos um, os outros vão organizar a penitenciária. Na hora em que a imprensa estiver aqui, eu quero tudo em ordem”. Ninguém achou ruim. Eu fui sozinha na frente e eles vieram, de fato, atrás de mim, como se estivéssemos no jardim de infância!

Pode parecer que não seja verdade, mas foi exatamente assim que aconteceu! Talvez não fosse assim em Florianópolis, mas as penitenciárias de Curitiba e de Chapecó são agrícolas, a mentalidade é diferente.

Eles ficaram nas celas. Mandeí fechar o portão. Como prometido, retornei às 9h. Entrevistamos todos, e apuramos que realmente foram os oito de Joinville os responsáveis pelo incitamento da rebelião. Enquanto isso, estavam sendo executados os trabalhos de limpeza da penitenciária. Chamamos um caminhão, que levou embora o entulho queimado e mandei buscar colchões novos. Havia lençóis no estoque. Foi servido o almoço. Todos comeram direitinho. Ao meio-dia eu liberei para a imprensa: a penitenciária estava organizada. Os jornalistas questionaram: “Mas aqui não teve uma rebelião?”. E eu: “Não, foi só um entrevero.”.

Às 5h da tarde, nós recolhemos os oito de Joinville, mais uns quatro ou cinco que participaram da propagação do incêndio, e os mandamos para a penitenciária de Florianópolis num camburão. Reuni todos no refeitório novamente e avisei ter mandado embora os causadores do problema: “Essa penitenciária é o lugar onde vocês vão ficar para cumprir a pena. Agora, se vocês quiserem dormir no chão, no queimado, a partir de agora a responsabilidade é de vocês, porque eu não vou mais equipar nem cela, nem coisa nenhuma! Ou vocês zelam pela penitenciária ou vão ter que ficar na pior.”. Nunca mais tivemos problemas na penitenciária de Curitiba.

Em Florianópolis houve um caso, também, de fuga, com perseguição, ao Luiz Albertino Félix, apelidado Luizinho Cinderelo, indivíduo que se tornou incrivelmente célebre. Vivia frequentando as manchetes dos jornais. Mas havia

muito sensacionalismo. Contavam-se mil histórias. Não passava de um ladrãozinho comum. Gostava de furtar motos, ou carros esportivos, para uso próprio, e depois os abandonava em algum lugar. Fazia algazarras, farras, tinha fama de galante com as mulheres. Era um "filhinho de mamãe". Após aprontar, voltava para a casa da mãe, em Capoeiras, onde era sempre preso. Tornava a fugir da penitenciária, aprontava de novo e a Polícia o prendia na casa da mãe. Era um círculo vicioso.

Em torno dele, se instalou um alvoroço. Em uma entrevista para o jornal, eu disse que o Cinderelo não passava de um garoto mentiroso e sem-vergonha. A imprensa caiu em cima de mim, porque para todos era a referência de criminoso perigoso na cidade. Aí retruquei: "Vocês não sabem o que é um bandido!". De fato, bandido é o sujeito que mata, estupra, trafica, tortura. Isso é bandido! Ladrãozinho de furto de uso é bandido? Hoje não é nem preso. Mas, naquela época, se considerava o Cinderelo uma ameaça terrível. Falta do que falar numa cidade que ainda era pacata. Tanto não era bandido que cumpriu as penas dele e foi-se embora, numa boa. Nunca mais se soube do Cinderelo. Deve estar por aí, vivendo a vida e ninguém sabe nem quem é. Mas a imprensa me massacrou.

Aliás, se fugia um detento de uma penitenciária, a imprensa caía em cima de mim. No fundo, também, porque pensavam que a Secretaria da Justiça não era lugar para uma mulher! Sofri muita perseguição. O meu colega César Augusto Grubba, que assumiu a Secretaria de Segurança Pública, em 2011, é também integrante do Ministério Público, como eu, portanto, temos a mesma formação. Fugiram 79 presos numa tacada só da nova Central de Triagem, localizada na área central da cidade e ninguém pediu a cabeça do secretário, ninguém falou nada. Durante a minha gestão, evadiram-se quatro numa oportunidade, seis numa outra: 12 ou 13 no total. Mas foi o suficiente para o mundo vir abaixo. Agora, recapturaram uns 40. Cadê os outros? E hoje, quem está no sistema prisional em Florianópolis, principalmente, é bandido. Na verdade, a responsabilidade pela guarda dos presos, é da Polícia Militar, que faz o policiamento externo, e não do secretário. Mas a imprensa confunde às vezes as competências.

Memorial do MPSC – *Como foi desempenhar as funções da Secretaria da Justiça, permanecendo por certo tempo afastada do Ministério Público?*

Heliete Marly Filomeno Leal – Gostaria de destacar que, quando estive como secretária da Justiça, eu estava servindo ao Ministério Público e exercendo as minhas funções. Quando melhorei e modernizei o sistema penitenciário, estava trabalhando para que os promotores, ao pedirem a condenação de um réu, o fizessem com tranquilidade, isso porque, quando condenado, o réu estaria sendo encaminhado para uma penitenciária que buscava a sua real recuperação e não ficaria cumprindo

pena em uma Delegacia ou presídio, sem nenhuma assistência que possibilitasse o fiel cumprimento do objetivo da pena. Da mesma forma, quando tratei da infância e adolescência, estava também exercendo o meu mister, uma vez que o promotor de Justiça é responsável pelo bem-estar das nossas crianças e adolescentes, é, em síntese, o protetor da sociedade.

Desejo aproveitar a oportunidade para consignar meu agradecimento ao Dr. Arno Schmidt, que foi Secretário Adjunto quando estive na Secretaria da Justiça. Ele foi meu braço direito, assumiu as áreas Administrativa e de Pessoal, como amigo e companheiro de todas as horas, bem como, ao Dr. Evaldo Villela, Coordenador das Organizações Penais, que sempre me acompanhou nas jornadas e nas soluções dos problemas da área Penal.

Memorial do MPSC – *A senhora integra atualmente algum conselho, algum grupo?*

Heliete Marly Filomeno Leal – Eu integro o Conselho Municipal de Saúde, onde sou Conselheira e Coordenadora da Câmara Técnica que analisa a aplicação de recursos na área da saúde e sua legalidade; Presidente da ACAPRA (Associação Catarinense de Proteção aos Animais e ao Meio Ambiente).

Acompanho, também, atividades na Associação do Ministério Público. Vou às festividades, participo das solenidades, sigo as aulas de inglês junto com os aposentados, frequento a sede campestre em Canasvieiras e ainda vou aos congressos da classe.

Ministro cursos *Capacitando mulheres para o exercício do poder*. Colaborei na organização de um livro sobre este assunto. Abordamos temas diversos como: direitos da mulher, como planejar uma campanha política, conceder entrevistas, como falar em público, como vestir-se para uma entrevista na televisão, como conhecer o público-alvo, como elaborar um discurso, etc. O objetivo maior é incentivar e preparar mulheres para entrarem na política, serem candidatas de verdade e não “laranjas”, como pretendem os políticos.

Sou advogada da Ação Mulher Progressista. As convenções desse segmento do Partido Progressista acontecem em Brasília e organizo a parte legal da convenção. Presto, ainda, assessoria para Maria Elizabeth Tiscosky, que foi candidata a suplente de senador e agora sairá candidata a deputada estadual. Auxílio na elaboração dos discursos e no programa de campanha.

Leio muito e procuro me manter sempre atualizada. Quando me indigno com qualquer omissão ou incompetência dos nossos governantes, escrevo cartas para o jornal. Pelo menos, sinto que protestei.

Memorial do MPSC – *A gente vê que a presença das mulheres em determinadas profissões tem aumentado. No entanto, em alguns Estados ainda é rarefeita a participação delas na Alta Administração. No Ministério Público de Santa Catarina, por exemplo, ainda não tivemos uma procuradora-geral de Justiça. Em sua opinião, qual é a barreira ou o empecilho? É uma questão cultural, social?*

Heliete Marly Filomeno Leal – Eu acho que os homens se protegem, porque a presença das mulheres tem-se expandido e muitos ainda não conseguiram absorver esse avanço. Nós educamos os nossos filhos de maneira extremamente diferente de como educamos as nossas filhas. Há coisas que o homem pode fazer e que a mulher não pode. Então a educação de base já estabelece uma distinção significativa: “O seu irmão pode, você não pode”. Assim, desde o princípio, incutimos nos homens a ideia de que há territórios que lhes são reservados. É difícil para um homem respeitar o conhecimento da mulher como igual ao dele.

Na área política, isso é bastante perceptível. Os homens mantêm o seu espaço de poder com unhas e dentes. Porque cada mulher que entra na política, é um homem que saiu. Ela não acrescentou mais uma vaga, ela ocupa uma que era preenchida por um homem. Então os homens se sentem perdendo espaço. Cada mulher que entra como deputada, um homem saiu. Cada mulher que entra como vereadora, um homem saiu, e assim por diante em todas as áreas.

Cada um que se elege, não quer mais sair. Para além das vantagens financeiras, do bom salário, há essa vertigem do poder, o prestígio, a publicidade... É difícil para alguém, que entrou na roda do poder, se afastar. Em todos os meus cursos eu digo: “Um político, no nível que estiver, não é melhor que você, ele apenas está por algum tempo, em um lugar de destaque”. O Governador Ivo Silveira, certa ocasião, me disse que quando o seu sucessor já estava eleito e o mandato dele ainda precisava ser finalizado, o Palácio Cruz e Souza, que vivia cheio, subitamente se esvaziou. Então aproveitou que estava só e foi tomar café no Senadinho, na rua Felipe Schmidt, e ao invés de todos o assediarem, como ocorria havia menos de um mês, o evitaram, pois ninguém queria mais se comprometer. Bebeu o seu café calmamente, sem ser abordado. Disse-me, ainda, que a perda do poder é dolorosa.

Ora, esse poder de reeleger deputados, governadores, é guardado a sete chaves. A maioria dos partidos é feita de homens. Se eles precisam ter mulheres na legenda, para atender, digamos, às exigências de cotas, escolhem “laranjas”. A mulher percebida com reais possibilidades de se eleger, começa a ser boicotada, solapada.

Elizabeth Tiscoski, por exemplo, era pré-candidata a deputada estadual na última eleição. Os Deputados: Joares Ponticelli, Valmir Comin, José Milton Scheffer,

do PP, ameaçaram deixar o partido, ou não saírem candidatos, se ela mantivesse a candidatura, porque ela tomaria uma parte do eleitorado do sul do Estado e uma parte do eleitorado da capital, onde todos coletam sempre uma parcela dos votos. Ela estava no auge, no seu melhor momento. Porém, a Beth teve que sair candidata a suplente de senador, para, pelo menos, ter alguma visibilidade junto ao eleitorado. Ou seja, na prática, o apoio do partido às novas candidaturas de mulheres é precário, quando não, inexistente.

Os partidos recebem verbas milionárias do fundo partidário. Esse dinheiro é distribuído entre os candidatos que eles querem que se elejam. E quem são esses? Os mesmos de sempre. Uns têm muito dinheiro, outros nada. Para as mulheres, destinam dez mil reais, trinta mil reais, que é o custo da propaganda de santinho. E como é que ela vai pagar o combustível, que é caríssimo? E não posso exigir que o meu cabo eleitoral vá trabalhar com o carro dele, com o dinheiro dele! Tenho que pelo menos indenizar a despesa com o combustível. Se eu vou viajar para o interior do Estado, não posso ir sozinha, tenho que levar alguém comigo. Esse alguém também dorme e se alimenta. Quem custeia as diárias? Assim, na política, essa proteção masculina é ainda mais evidente.

Em outras áreas, vão se estabelecendo redes de solidariedade e de lealdade masculinas, muitas delas sub-reptícias. Um aspirante a um cargo de diretor, por exemplo, começa a cercar o chefe, sai para um chopinho, viaja junto, no mesmo carro. Se uma mulher procede assim, é logo taxada de “piriguete”. Mulher competente não se vale desses artifícios. Ela não assedia o chefe e acredita que ele vai escolhê-la pela sua competência. Acaba perdendo espaço, porque o homem acompanhou, viajou com ele, foi almoçar com o chefe e assim por diante. Há uma diferença muito grande. Se um secretário de Estado, ou um procurador-geral precisa viajar, a tendência é convidar outro homem para acompanhá-lo. Quando eu fui secretária, eu preferia convidar mulheres para me acompanhar nas viagens. Isso é natural. Só que, aí, redes de solidariedade, de amizade e até de dependência vão-se formando. O acesso das mulheres aos cargos mais elevados passa exatamente por essa questão de gênero. É isso que as mulheres, feministas e não feministas, discutem atualmente. De certa forma, a questão de gênero estará sempre presente.

Quanto a ocupar o cargo de procurador-geral, é só uma questão de tempo. Já temos várias procuradoras, vitoriosas por sua garra e competência que chegaram porque mitigaram todas as dificuldades. São mulheres inteligentes, capazes e prontas para o exercício do poder. Já tivemos uma candidata ao cargo máximo da instituição; foi o primeiro passo, o segundo será eleger a próxima candidata. Por certo será uma honra para todas as mulheres catarinenses. A vitória de uma contagia a todas.

Memorial do MPSC – *A senhora entende que o feminismo deve ser conciliado com a feminilidade? Uma mulher empoderada no espaço público, competente profissionalmente, deve se preocupar com a moda, por exemplo? E como conciliar o relógio biológico com as exigências do mercado de trabalho?*

Heliete Marly Filomeno Leal – Eu acho que a moda é essencial. A mulher não pode viver desalinhada, desajeitada e fora da sua época. Mulher que não se cuida passa a imagem de relaxada. Quem não gosta de si mesma, não gosta dos outros. Eu tive quatro filhos e criei mais três: sete, no total. Nunca trabalhei desarrumada, despenteada, sem maquiagem. Eu sou um produto dos anos sessenta, quando uma mulher jamais saía de casa sem os olhos pintados. Eu já levanto de manhã, me olho no espelho e levo aquele susto, me acho horrorosa. Então, eu tenho que me melhorar. Nunca me senti uma mulher bonita. Portanto, andar bem-vestida e de sapatos de salto alto é uma forma de melhorar o que a natureza me deu.

Agora, também acho que as mulheres precisam se arrumar de acordo com a sua idade. Ninguém precisa se vestir de velhinha porque tem 60 anos ou mais. Mas, minissaia, calças justíssimas e estampadas, decotes exuberantes, não ficam bem. Aliás, isso vale para homens também – é horrível ver um homem de seus 50 anos usando jeans com a cintura e o cós caídos, deixando as roupas de baixo à mostra, como fazem alguns adolescentes. Também acho que uma mulher no ambiente profissional não pode ser espalhafatosa, nem mesmo porque é bonita e jovem, trabalhar de *short* ou bermuda. Tudo tem seu lugar, e deve-se obedecer a determinados padrões. Defendo a teoria de que a mulher deve ser discreta, na moda, sem exageros e sobretudo, deve se cuidar.

Acho que a cirurgia plástica, quando necessária, deve ser feita, se trouxer satisfação pessoal. Eu já fiz duas e estou louca de vontade para fazer mais uma. Mas não vejo problema algum, também, em uma mulher continuar sendo naturalmente elegante e agradável, de bem com a sua idade. Trata-se de uma escolha muito pessoal. Apesar de querer ter um rosto conservado, eu não tenho problemas com a minha idade. Aos 72 anos bem-trabalhados, digo sempre aos meus amigos que estou vivendo a melhor época da minha vida. Meus filhos estão bem, graças a Deus, gosto de tudo o que tenho e do que faço, tenho muitos amigos e animais que completam a minha vida. Adoro viajar, conhecer novos lugares, gente diferente, museus, tudo o que há de lindo para se ver. Estou viúva desde 1995. Não tive tempo para procurar um novo companheiro, porque com filhos, cachorros e gatos, minha agenda estava lotada. Ademais, qual o homem que iria querer uma mulher com essa bagagem (risos)?

Realmente, me faltava tempo, pois eu tinha que colocar dinheiro dentro de casa, cuidar e administrar a família. O meu marido me deixou uma pensão do IPESC (Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina) de R\$ 845,00, pois quando dentistas e médicos deixam de trabalhar, a fonte seca. Ainda bem que eu trabalhava. Acho que consegui dar conta porque sempre fui organizada, metódica, austera – uma pessoa tradicional, em muitos sentidos.

Então, conto tudo isso para concluir que esse feminismo norte-americano que propugna uma mulher desfeminizada, de costas para a moda, que repele a maternidade, rejeita um companheiro, não passa, na melhor das hipóteses, de uma falsa ilusão de independência. A independência está na cabeça, não na maneira de se vestir. Autonomia e independência são valores que precisamos introjetar. Eu sempre fui extremamente independente. Decidi estudar e fui trabalhar. A maternidade só me trouxe alegria. Meus filhos, Issacar Júnior, Denise, Aline e Sylvia são a razão da minha vida e meu neto (Iago), o amor da idade madura. Decido que vou viajar, arrumo minha mala e ponho o pé na estrada. Meus filhos não interferem e sempre me apoiam, assim como fazia meu marido.

Esse feminismo norte-americano, meio acadêmico, meio militante, acaba ficando refém das próprias teses ultrapassadas, a exemplo do comunismo, apesar de ter acabado, ainda tem gente hasteando bandeira vermelha com foice e martelo... A Betty Friedan, que queimou o sutiã nos anos 1960, não pôde mais usar a peça, que tem uma utilidade insubstituível para a mulher. Às vezes, parece que se desperdiçam energias tentando classificar o que é feminino, o que é masculino, e tudo o que não é facilmente enquadrável pertence ao universo homossexual. Mas pode haver também muito de feminino num homem, e vice-versa, sem que a opção do indivíduo seja necessariamente a homossexualidade. E se esta for a melhor opção, o que importa hoje no universo é o respeito e a aceitação total da pessoa como ela é, não como alguns retrógrados desejam que ela seja. Defendo com unhas e dentes a opção sexual de cada pessoa como um direito inquestionável.

A vida passa muito rápido, a gente envelhece sem se aperceber. Por isso aconselho sempre os meus filhos: “Aproveitem ao máximo a vida, porém dentro de todos os princípios em que foram criados. Amem bastante, curtam o marido/esposa!”. Porque na idade madura, os encantos serão outros. Não que não existam, existem, mas são outros!

Não somos ninguém sozinhos, nem realizamos nada sozinhos. Somos um somatório de forças e foram muitos os que me acompanharam na caminhada profissional. Seria impossível citar todos, mas sou muito grata por tê-los tido como amigos.

Em toda a minha vida, contei com o apoio do meu marido, dos meus filhos e dos meus amigos; foram eles os alicerces da minha luta.

Agradeço a Deus todos os dias por existirem.

Memorial do MPSC – *Muito obrigado pelo depoimento!*

Heloísa Crescenti Abdalla Freire



Heloísa Crescenti Abdalla Freire nasceu em Santos/SP, em 25 de outubro de 1959. Filha de Abdalla Bechara Abdalla e Elzira Maria Crescenti Abdalla, formou-se em Direito na cidade de Santos/SP. Ingressou no Ministério Público de Santa Catarina em abril de 1983 como promotora de Justiça substituta na 4ª Circunscrição Judiciária da Comarca de Itajaí. Em outubro de 1986 assumiu, por merecimento, a Comarca de Taió, como promotora de Justiça, onde permaneceu até novembro de 1987, quando foi promovida, por antiguidade, para a Comarca de Palmitos e, em novembro do mesmo ano, optou por continuar na Comarca de Taió. Em maio de 1989 foi promovida, por antiguidade, para a 1ª Vara Cível da Comarca de São José. Em abril de 1994, por ajuste à Lei Complementar 110/94, assumiu a 1ª PJ de São José, com atribuição na área Criminal, e, em maio do mesmo ano, foi promovida, por merecimento, para a 3ª PJ da Comarca de Itajaí, com atuação na área da Família. Em abril de 1997 foi removida, por merecimento, à 17ª PJ da Capital, que oficia perante o juízo da Fazenda Pública Municipal e Estadual. Em agosto de 2010, foi nomeada, também por merecimento, procuradora de Justiça, retornando à área Criminal.

HELOÍSA CRESCENTI ABDALLA FREIRE¹

Memorial do MPSC – *A senhora é natural de onde?*

Heloísa Crescenti Abdalla Freire – Sou natural de Santos, São Paulo.

Memorial do MPSC – *A Faculdade de Direito foi cursada onde?*

Heloísa Crescenti Abdalla Freire – Cursei a Faculdade de Direito em Santos. Quando terminei, prestei concurso para o Ministério Público de São Paulo. Matriculei-me em uma escola até então conhecida apenas em São Paulo, do Prof. Damásio de Jesus, hoje presente em todo o Brasil, com sistemas de videoaulas. O curso era muito bom. Eu seguia todos os dias de Santos para São Paulo, uma hora e meia para ir, uma hora e meia para voltar. Tínhamos a oportunidade de interagir bastante com os colegas. Comprávamos o jornal de concursos, nos atentando para os que aconteciam também em outros Estados.

Acabei indo prestar concurso no Estado de Minas Gerais e também em Santa Catarina, onde me inscrevi no último dia do prazo. Por telefone, o Dr. Nery José Pedro, nosso servidor mais antigo, me orientou. Mandeí correspondência com os documentos exigidos. Passei em todas as fases escritas em São Paulo, em Minas Gerais e em Santa Catarina. Aqui foi a minha primeira aprovação na fase oral. Enquanto isso, eu aguardava a minha prova oral em São Paulo, onde havia uns cento e tantos candidatos por vaga.

Memorial do MPSC – *Foram três concursos ao mesmo tempo?*

Heloísa Crescenti Abdalla Freire – Sim, além de um para a Procuradoria do Município de São Paulo e outro para Fiscal do Trabalho. A gente, do Direito, deseja uma carreira, mas eu já estava bem direcionada para o Ministério Público.

Memorial do MPSC – *Por quê? Aliás, por que o Direito e por que o Ministério Público?*

Heloísa Crescenti Abdalla Freire – O Direito é uma tradição da minha família. Meu pai e minha mãe são advogados, um bisavô juiz de Direito, um tio-avô desembargador, foi vice-presidente do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro; até

¹ Entrevista realizada na sede da Procuradoria-Geral de Justiça, em Florianópolis, no dia 7 de março de 2013, por Gunter Axt, com assistência de Cássio Bogdan e de Mariane Júlia dos Santos. Transcrição de Priscilla Nathani Pessoa de Lima.

meu único tio pelo lado materno, falecido no ano passado, era padre e juiz de Direito Canônico. Eu cresci em uma família em que se discutia Direito nas refeições. Meu pai e minha mãe tinham um escritório de advocacia juntos. Os dois estudaram Direito depois de casados, porque naquele tempo era difícil fazer faculdade. Eles casaram em 1954 e algum tempo depois se matricularam no curso. Meu pai, Abdalla Bechara Abdalla, era originalmente da área do comércio, como quase todo filho de libanês daquela época, apesar de formado em Contabilidade e Economia, mas a sua paixão sempre foi o Direito. Ele não ousava partilhar com o pai o seu desejo, porque nas famílias árabes os filhos não têm muita prerrogativa de escolha. Mas, quando casou com a minha mãe, que vinha de uma família de professores, decidiu enfrentar a situação e seguir o seu sonho. E ela o acompanhou.

Memorial do MPSC – *Ela também é de família árabe?*

Heloísa Crescenti Abdalla Freire – Não. Minha mãe é de família italiana.

Memorial do MPSC – *Juntou a alegria de viver dos dois lados...*

Heloísa Crescenti Abdalla Freire – Isso. Assim, os dois prestaram vestibular em Santos e se formaram advogados. Nasceram os quatro filhos. Dois da área do Direito. Eu e o meu irmão mais moço, Eduardo, que é da magistratura paulista, recentemente promovido a desembargador substituto. Fui, assim, criando gosto pelo Direito.

No início, fiquei um pouco em dúvida sobre a escolha. Gostava de tudo, da área de humanas, de línguas – era já formada em inglês, adorava português, fiz o segundo grau com habilitação em técnico tradutor e intérprete –, gostava de exatas, matemática, física; pensei em Engenharia, em Medicina. Eu também havia cursado o Conservatório Musical, em Santos; estava me especializando para ser pianista. Mas a paixão pelo Direito falou mais alto. Resolvi ingressar na Faculdade Católica de Direito de Santos, a mesma faculdade em que os meus pais se formaram. Acabei me graduando também na Faculdade de Música de Santos, que iniciei quando estava no segundo ano do curso de Direito, pois não quis abandonar a música, outra tradição de família.

Memorial do MPSC – *E o Ministério Público?*

Heloísa Crescenti Abdalla Freire – Meu pai recomendava que eu fizesse um concurso: “É melhor para uma mulher ter uma carreira pública; a advocacia é boa, mas é incerta...”. Ele achava ainda que o Ministério Público tinha mais o meu perfil, por ser uma instituição bem próxima à sociedade. No último ano da faculdade estagiei numa Prefeitura municipal e tive contato com a carreira pública, o que foi

decisivo para a minha tomada de posição. Comecei a pensar seriamente em prestar concurso. E já pendia para o Ministério Público, tanto é que nunca me inscrevi em concursos para a magistratura.

Memorial do MPSC – O concurso andou mais rápido em Santa Catarina?

Heloísa Crescenti Abdalla Freire – Sim. O concurso em São Paulo tinha sido uma peneira terrível: de quase 4.000 candidatos, foram aprovados apenas cento e poucos para a fase oral. A banca fazia uns seis ou sete exames por dia, por ordem alfabética. Eu estava aguardando a minha vez, quando me chamaram em Santa Catarina. Soube que tinha sido aprovada, que seria nomeada. No dia seguinte, iria ocorrer a minha prova oral em São Paulo. Fiquei com um receio muito grande: eu não queria ficar em São Paulo com a pecha de ser filha de advogados, de família de juristas – queria uma carreira pelas minhas próprias pernas. Pensei: “Se eu for para Santa Catarina, vou ter independência, vou poder mostrar o meu talento ou o meu desacerto sozinha.”. Eu era nova, com apenas 23 anos. Nunca tinha saído da minha cidade natal. Senti que se eu fosse aprovada em São Paulo, minha família iria preferir que eu ficasse lá, com certeza. Por outro lado, se eu não passasse, em Santa Catarina poderiam dizer: “Essa moça veio para cá porque não passou em São Paulo”. Então, desisti desse exame oral na véspera: protocolei um pedido de desistência do concurso, depois de conversar com um procurador de Justiça e um desembargador que tinham me dado aquela carta abonatória que a gente precisa para a fase oral. Desculpei-me, explicando o dilema, e eles disseram: “Você foi aprovada em Santa Catarina? Nem pensa! Vai embora: aquele Estado é uma maravilha, progressista! Lá há um procurador-geral jovem, atuante, é um Ministério Público de vanguarda”. Eles se referiam ao Dr. João Carlos Kurtz, que realmente assumiu a Procuradoria-Geral muito jovem, antes dos 40 anos. A manifestação deles me deixou convicta de estar tomando a decisão certa. Trouxe a cópia do requerimento protocolado para o Ministério Público de Santa Catarina, para todos aqui saberem que eu vim por escolha. Realmente, nunca me arrependi. Nunca mais me inscrevi em outros concursos. Fui para o interior, percorri as comarcas do Estado. Se tivesse que fazer tudo de novo começaria “numa boa”, porque eu acho que realmente era a minha trajetória, tinha que ser.

Meu pai e minha mãe mudaram para cá, depois de se aposentarem. Ele está com 85 e minha mãe, com 79 anos de idade. A seguir, a minha irmã Stella, cirurgiã-plástica, veio para cá também. A outra irmã, Eliana, reside em São Luiz do Maranhão. Então, metade da família está aqui. Casei de novo, agora com um catarinense. Aí, pronto: virei catarinense! Já estou aqui há mais tempo do que vivi em São Paulo.

Memorial do MPSC – A primeira Promotoria foi em Itajaí?

Heloísa Crescenti Abdalla Freire – Sim, fui nomeada para a Circunscrição de Itajaí. Vim com a mala de muda para Santa Catarina, quando fui empossada, permaneci uma semana fazendo o curso em Florianópolis, depois da posse, e fui designada para responder pela Promotoria de Piçarras, que pertencia à Circunscrição já citada.

Memorial do MPSC – Já havia um curso preparatório depois da prova?

Heloísa Crescenti Abdalla Freire – Sim. A posse foi numa segunda-feira de manhã e o curso preparatório começou logo depois do almoço, no Edifício Alpha Centauri, na avenida Hercílio Luz. Recebemos as portarias no final da semana, indicando para onde iríamos, na outra segunda-feira, dia 2 de maio. A gente deveria assumir a comarca até o dia 10 de maio. Fui nomeada, como já disse, para a Promotoria de Piçarras. Meu pai e minha mãe vieram para a posse, mas voltaram para São Paulo em seguida. Não conhecia ninguém, não tinha nenhuma ligação com Santa Catarina, nem conhecia Florianópolis. Achei um hotel – o Imperador – de frente para o mar, em Piçarras, com o auxílio de um procurador de Justiça que residia em Itajaí, a pedido da Procuradoria-Geral, e lá me instalei. Estranhei, porque estava acostumada com a agitação de Santos. Em Piçarras, não circulava ninguém pelas ruas depois de 6h da tarde. O hotel tinha dez andares, mas apenas dois estavam ativos. O elevador ficava desligado, porque só eu estava hospedada. Era um estabelecimento que só tinha movimento no veraneio, embora fosse o maior da cidade naquela ocasião. O café da manhã, me levavam no quarto, porque não fazia sentido organizar o salão só para uma pessoa. Eu olhava pela janela e exclamava: “Meu Deus, onde é que eu vim parar?!”. Estava friozinho já, soprava o vento Sul, aqueles dias chuvosos. Minha vida se resumia realmente ao Fórum e ao hotel. Fiz amizade com a família do tabelião local, que me acolheu.

Ali fiquei quatro meses, até ir para o Planalto Norte, para Canoinhas. O Dr. João Carlos Kurtz era excelente Procurador-Geral, mas fazia muitas designações: era Promotor da comarca “a” trabalhando na comarca “x”; o da “x” na “y”; uma confusão! O promotor de Canoinhas estava designado para outra comarca, era o titular da 1ª Vara de Canoinhas – naquela época nem chamávamos de Promotoria, mas sim Promotor da 1ª Vara da comarca tal, promotor da Vara Cível, promotor da Vara Criminal... A Dra. Rosa Maria Garcia trabalhava na 2ª Vara como titular, sozinha na comarca, acompanhando dois juízes muito ativos, que faziam audiências direto, pautas paralelas o tempo inteiro. A Dra. Rosa telefonava para o Dr. Kurtz: “Preciso de um promotor para me ajudar aqui, não tem ninguém para mandar? Eu soube que chegou uma moça de São Paulo”. Aí é que eu fui descobrir

que em Santa Catarina era conhecida como “a moça de São Paulo” (risos). Isso já desde quando vim fazer o exame oral. Achei aquilo muito engraçado: como é que sabiam? Em São Paulo é tudo muito grande, aqui não: para o oral tinham ido uns 30, então todo mundo sabia quem eles eram; e aí ficou que eu era a moça de São Paulo. Logo a seguir, o Dr. Kurtz me telefonou, tentando me convencer a ir para Canoinhas. Fiquei reticente.

Veio a enchente de julho, de 1983. Eu nunca tinha visto algo assim. Cheguei em abril. Em julho, o Estado ficou embaixo d’água. Parou tudo. Foi muito atingida aquela região da Penha, de Navegantes, próxima a Piçarras. O aeroporto de Navegantes ficou totalmente interditado. Virou base do Exército. Não havia voos regulares, só aqueles para atender flagelados, transporte de alimentos, pessoas feridas. Eu, que costumava ir sempre que podia a Santos, porque ainda tinha muita ligação com a minha terra e com a minha família, não pude viajar por uns dois ou três meses. Logo em seguida a essa enchente, o Dr. Kurtz renovou o convite para que eu fosse para Canoinhas, que também fora bastante atingida: “Dr. Kurtz, mas eu vou para lá?”. E ele: “Não quer ir? Então vou mandar outro promotor!”. E realmente foi para lá o Dr. Jacson Corrêa, meu colega de concurso, Procurador há bastante tempo atualmente. Mas o Dr. Jacson também não era daquela circunscrição. Nós não tínhamos relação com a circunscrição na qual éramos lotados; era todo mundo remanejado para onde havia necessidade. Duas semanas depois, o Dr. Kurtz insistiu. A figura do designado era tida como interessante, porque a gente era promotor substituto. Canoinhas, na ocasião, era de terceira entrância. Então, eu iria atuar efetivamente como uma promotora de terceira entrância, não como substituta, porque assumiria no lugar do promotor que não estava lá.

Memorial do MPSC – Piçarras era de qual entrância?

Heloísa Crescenti Abdalla Freire – De primeira entrância. Quarta entrância era Itajaí, sede da Circunscrição. As pessoas com quem me aconselhei me disseram que Canoinhas era uma cidade boa, que seria importante para a minha carreira trabalhar numa comarca de terceira entrância, que eu ganharia um pouco mais. Finalmente, concordei: “Tá bom, Dr. Kurtz, quando é que o senhor quer que eu esteja lá?”. “Amanhã!”. “Nossa mãe!”. Aí falei para os juízes: “Olha, estou indo embora para Canoinhas.”. Eu também trabalhava com dois juízes em Piçarras, porque houve uma confusão lá: o juiz anterior cometera crimes, tinha sido preso dentro do Fórum, de maneira que havia dois juízes substitutos trabalhando em Piçarras. Estando sempre juntos, acabamos ficando muito amigos. “Onde é que fica Canoinhas, alguém pode me explicar?” (risos). Aí abriram um mapa e me mostraram a estrada.

Eu finalmente conseguira comprar um carrinho, financiado pelo BESC, em 30 meses, porque o nosso salário era pequenininho... Eu me lembro de, com uns três ou quatro anos de carreira, participar de uma assembleia de membros do Ministério Público ao lado da Catedral de Florianópolis, na qual pleiteávamos um salário equivalente a 1.500 dólares americanos. A gente não ganhava nem 1.000 dólares. Era um absurdo em relação aos outros Estados e à importância das nossas atividades!

Memorial do MPSC – A diferença de São Paulo já era importante, não é?

Heloísa Crescenti Abdalla Freire – Para falar a verdade, eu nem sabia direito quanto era o salário em São Paulo quando vim para cá. Não era algo que eu considerasse muito relevante. Depois, eu ia tocando a vida. Não dispúnhamos de muitos instrumentos de comparação e de diálogo com membros de instituições de outros Estados. Não tínhamos muita informação, como hoje. Não havia internet, celular, nada. Atualizávamo-nos quando encontrávamos pessoalmente com alguém. Era quando podíamos conversar sobre essas questões.

Mas isso eu estou comentando para dizer que então eu tinha conseguido financiar o meu primeiro carro próprio, um carrinho usado, com a indicação de um oficial de Justiça de Piçarras, que me disse que estava ótimo. Quando o levei na oficina, tinha os quatro pneus diferentes, nenhum da mesma marca. Enrolou-me direitinho (risos). Era um *Chevette Hatch* – versão do carro da GM que foi fabricada no Brasil nos anos 1980. Em dia de chuva, pingava água no meu pé esquerdo, quando dirigia; eu tinha que trabalhar de botas, porque senão chegava ao Fórum com o pé todo molhado (risos). Aí, juntei minhas coisas. Não coube tudo no carrinho, porque a essa altura eu tinha acumulado muitos livros, muita roupa, muitos sapatos, muita “coisarada”.

Memorial do MPSC – O *Chevette Hatch* é um carrinho pequeno...

Heloísa Crescenti Abdalla Freire – Eu tinha comprado uma televisão também, porque nos hotéis não tinha televisão. Liguei para a Dra. Rosa, falei que estava indo para Canoinhas e ela perguntou: “Vai morar onde?”. “Em um hotel, como em Piçarras; não vou montar uma casa para mim, sozinha, não sei quanto tempo eu vou ficar aí, ninguém me deu uma previsão.”. “Então vais para o Hotel Planalto, que é o melhor da cidade; já vou avisar lá que você vai chegar”.

Botei minhas coisas no carrinho, passei no BESC de manhã, transferi a conta-corrente para Canoinhas e fui embora. Errei o caminho, me perdi. Quando cheguei, saía fumaça do capô por todos os lados, porque tinha vazado a água do radiador. Foi uma novela! (risos). Entrei em Mafra, por engano. Eu saí da Serra da

Dona Francisca, passei São Bento do Sul, Rio Negrinho, sem conhecer nada. Passei Campo Alegre, cheguei lá na BR-116, tinha uma placa: “Mafra para frente, Curitiba para direita, Lages para esquerda”. Pensei: “E agora, para onde será Canoinhas?”. Eu não tinha levado mapa, só aquela explicação dos juízes: “Você vai passar por Mafra e chegará a Canoinhas, uns 60 quilômetros depois”. Falaram em Mafra, então achei que tinha de entrar na cidade. Atravessei-a inteira, não via placa nenhuma. De repente, avistei uma placa e comecei a pegar uma estrada de chão para Canoinhas: “Ué, ninguém me disse que tinha uma estrada sem asfalto para Canoinhas...”. Andei uns dois quilômetros por estrada de chão, vi um policial militar fardado, parei, baixei o vidro e perguntei. Ele respondeu: “Não, por aqui é uma estrada muito ruim, a senhora tem que voltar lá naquele lugar onde tinha a placa e pegar na direção de Lages”. Voltei aquilo tudo, entrei em direção a Lages e realmente depois de uns dez quilômetros apareceu a entrada para Canoinhas, aonde finalmente cheguei quase duas horas da tarde, muito mais tarde do que eu havia imaginado. Já estavam me ligando do Fórum, para que eu fosse correndo para lá, porque tinha uma audiência. O juiz estava esperando eu chegar para instalá-la. Nem tirei nada do carro e fui para o Fórum. Uma audiência pesadíssima: o dia estava horroroso, estavam dando bronca, todo mundo bravo, o juiz expulsou testemunha, eu pensei: “Meu Deus do Céu, o clima era tão bom lá em Piçarras, onde eu vim parar?”. Quando acabou de inquirir a testemunha, na audiência, que tratava de um usucapião contestado, o juiz indagou: “A senhora tem alguma pergunta?”. Eu, encolhida: “Não, não tenho nada para perguntar”. Eu estava até com medo de falar com aquele juiz, de tão mal-humorado que ele parecia, brigou com advogado, brigou com todo mundo. Convidou-me para um cafezinho na sala dele: “Ah, então chegou...”. “Acabei de chegar.”. “Não almoçou?”. “Não deu tempo.”. “És daqui?”. “Não, eu sou de São Paulo.”. “Olha, você vai detestar esta cidade, é horrorosa, povo mal-educado, eles entram no Fórum de chapéu, apoiam a botina suja de barro na parede, isso aqui é um horror, se eu fosse você nem descarregava o carro e já pegava o caminho de volta!”. Assim foi a minha chegada em Canoinhas! Eu tive realmente vontade de voltar. Claro que isso não era possível.

Saí do gabinete do juiz atônita. Fui atrás de saber onde era o meu gabinete. Perguntei: “E a Dra. Rosa?”. Ela me recepcionou superbem, tanto é que hoje somos grandes amigas. Eu digo sempre que ela é minha primeira amiga catarinense. A má impressão inicial passou...

Voltei para o hotel quase sete horas da noite. Nessa altura descarreguei o meu carro. Fui desfazer a minha mala e saiu uma barata enorme de dentro! Obviamente, eu dei um berro e liguei para a portaria: “Ahhh, tem uma barata no meu quarto!”. Chegou lá um rapazinho, bem novinho, bem de interior, todo sem-graça: “O que

foi?”. “Tem uma barata aqui!!!!”. Ele deu um jeito lá, achou a barata, matou-a. Eu estava com as malas todas abertas, aqueles *tailleurzinhos* – como a gente era muito nova, tinha que usar *tailleur* para dar uma “cara de autoridade”, não usava calça comprida de jeito nenhum! Precisávamos ter a figura que correspondesse ao cargo ocupado. E tinha muito sapato, muita bolsa... O rapaz viu aquilo tudo aberto, não disse nada, e foi embora. Passaram-se alguns meses – acabei ficando dois anos em Canoinhas, morando nesse Hotel – e um dia uma funcionária me disse: “Doutora, a senhora lembra aquela noite que a senhora chegou ao hotel e tinha uma barata?”. “Claro, como é que eu vou esquecer isso?”. “Então, o Fulano chegou lá embaixo de volta na cozinha e disse assim: ‘nossa, quem é essa moça que chegou? Ela deve ser vendedora de roupas, porque tem tanta roupa, tanta bolsa, tanto sapato na mala dela!’” (risos). Ele ficou impressionado! Não queria acreditar que eu era a nova promotora. No final de semana, eu tive que voltar a Piçarras para pegar o resto das coisas, porque não coube todo o meu guarda-roupas no carrinho. Eu não sabia que o Ministério Público pagava mudança para os promotores, ninguém me dissera que eu tinha direito a um frete. Como eu não tinha casa, ninguém se lembrou de me avisar.

Memorial do MPSC – *Qual era a natureza dos feitos, o fluxo de trabalho da Promotoria?*

Heloísa Crescenti Abdalla Freire – A Comarca de Canoinhas era pesada, como é até hoje. Naquela época não havia especialização entre Varas Cíveis e Criminais: as duas Varas faziam tudo.

Memorial do MPSC – *Muito júri?*

Heloísa Crescenti Abdalla Freire – Sim. A 2ª Vara, da qual a titular era a Dra. Rosa, tinha competência de fazer o júri, mas como a carga era muito grande, eu colaborei, ajudando-a em alguns. Havia muita questão de terras – usucapiões, reintegrações de posse... Muito crime, lesão corporal, briga de bar – estouravam taco de sinuca um na cabeça do outro. Toda lesão corporal era um homicídio que não tinha dado certo; ninguém batia por bater: batiam para matar mesmo. É por isso que tinha muito júri, pois as tentativas de homicídio também vão a júri. Tinha aquela história de famílias...

Memorial do MPSC – *Gerações brigando entre si?*

Heloísa Crescenti Abdalla Freire – Sim. E também famílias inimigas. Se, por exemplo, alguém da família Tal encontrasse no ônibus com um membro da família rival, já estourava briga, com meia dúzia de machucados; já ia todo mundo para

a Delegacia, vários presos. De vez em quando também ocorriam uns crimes mais fortes, como assaltos à mão armada, cometidos por criminosos vindos do Paraná ou do Rio Grande do Sul, pela BR-116, embora Canoinhas fique 56 quilômetros para dentro. Os latrocínios normalmente eram cometidos por gente de fora. Santa Catarina tinha uma imagem de Estado mais pacato, povo calmo, ordeiro, trabalhador, de maneira que a bandidagem aproveitava. Havia também um índice elevado de estupros, muitos acontecendo no seio das próprias famílias, o que, infelizmente, era uma prática arraigada na região do Planalto Norte. Hoje, eu voltei para a área Criminal, depois de muitos anos em Vara Cível e Fazenda Pública. Estou na Procuradoria Criminal e percebo que essa cultura do próprio pai estuprar a filha, de nove, dez, doze anos, ainda continua. É aquela história de “Fui eu quem fez, eu que vou usar primeiro”. Alguns diziam isso com todas as letras nas audiências. Na área Cível, havia muito conflito de terras, além das questões familiares que se repetem em qualquer lugar: conflitos entre pai e filho, disputas de guarda de crianças, separações de casais. A Lei do Divórcio, de 1977, não havia sido promulgada fazia muito tempo, portanto, estávamos fazendo no interior os primeiros divórcios e conversões de separação em divórcio. A Constituição de 1988 ainda não estava em vigor e o promotor também não tinha todas as garantias e prerrogativas de hoje. A gente tinha de batalhar para afirmar o lugar da nossa instituição: uma luta diária.

Memorial do MPSC – *Como era a relação com as outras autoridades da comarca?*

Heloísa Crescenti Abdalla Freire – Em Canoinhas era excelente.

Memorial do MPSC – *Tirando o juiz aquele, não é? (risos).*

Heloísa Crescenti Abdalla Freire – Ele acabou ficando meu amigo, de vez em quando jantávamos juntos: as duas promotoras e os dois juízes – sentávamos na varanda do Clube Canoinhense. Nesses dias ainda encontrei com um dos magistrados, que me perguntou: “Lembra que o povo passava e tirava fotografia?”. As pessoas tiravam fotografia de nós quatro jantando (risos), pois para elas éramos o Poder Judiciário da comarca. Achavam que o Ministério Público era Judiciário também. Todo mundo conhecia a gente. Uma vez por mês, mais ou menos, saíamos para jantar. Relações muito amistosas – eu acredito que no dia da minha chegada o juiz estivesse mesmo com um mau-humor tremendo... (risos).

As relações com o prefeito e vereadores também eram cordatas. Com frequência, proferíamos palestras em Câmaras de Vereadores e em escolas públicas. Também éramos convidados para as aulas inaugurais dos anos letivos nas universidades. A autoridade é muito respeitada no interior. Sempre que tenho a oportunidade, digo para essa moçada que entra no Ministério Público para fazer

carreira. Para se conhecer a profissão e as atribuições de um promotor, é preciso peregrinar pelo interior. É diferente do que trabalhar na capital, do que promover grandes ações de meio ambiente, nas Curadorias, por exemplo. Todas têm seu valor, obviamente, mas eu acho que onde eu me senti mais promotora foi trabalhando em cidade pequena. Éramos respeitados. Bastava um ofício do promotor para as coisas andarem. Hoje, no Conselho Superior, onde ocupo posição como representante da classe, vejo inquéritos civis vindos de diversas comarcas, nos quais percebemos que, muitas vezes, uma simples recomendação do Ministério Público faz com que cessem problemas, no Meio Ambiente, no Consumidor... O Ministério Público é mais respeitado no interior, eu acho, do que nas cidades grandes. Então, a relação era muito boa entre todos nós. A Delegacia Regional de Polícia tinha lá a sua sede: nos relacionávamos bem com os delegados. A gente costumava responder também por outras comarcas, como Itaiópolis, Mafra.

Memorial do MPSC – *Ficavam viajando?*

Heloísa Crescenti Abdalla Freire – Sim. Itaiópolis fica a cerca de 80 quilômetros distante de Canoinhas. O titular estava convocado para trabalhar na Secretaria-Geral, por 1984, de forma que a comarca ficou sem promotor. Estávamos com o quadro defasado. Duas ou três vezes por semana eu seguia de Canoinhas para Itaiópolis.

Memorial do MPSC – *Jovem, mulher, no interior, em uma comarca com tendências mais violentas, como foi a aceitação da comunidade?*

Heloísa Crescenti Abdalla Freire – Em Canoinhas, fui muito bem-aceita, talvez pelo fato de a Dra. Rosa já estar lá havia um certo tempo. Algumas vezes, a gente precisava se impor: “Não é uma mulher que está falando; é o promotor de Justiça. Vocês têm que abster a figura feminina do cargo!”.

Um belo dia a Rosa me falou: “Heloísa, estou pensando em comprar uma arma; você quer uma, também? A cidade é violenta, a gente vive na estrada, sozinha...”. Fiquei na dúvida, mas acabei achando uma boa ideia. Dentre os diversos tipos, escolhemos a mais apropriada para nós, um modelo que coubesse na bolsa (risos): um revólver Taurus, cano curto, de cinco tiros. O delegado regional fez questão absoluta de operar o registro e o porte para a gente, mesmo sem precisarmos, pois o cargo nos dá autorização. Aí andávamos com a arma e o porte registrado, tudo na bolsa. Só que não sabíamos atirar. Falei para a Rosa: “Eu acho que seria interessante a gente aprender a atirar.”. Naquele tempo, ninguém ensinava os promotores a atirar. Hoje existem aulas práticas de defesa nos cursos preparatórios.

Então, fomos falar com o comandante do batalhão. Em Canoinhas, existe um batalhão muito antigo da Polícia Militar, o 3º. A gente frequentava muito. Inclusive, o antigo promotor titular, a quem eu substituíra, havia morado no quartel. De vez em quando éramos convidadas para uma feijoada. O relacionamento com a Polícia Militar era muito bom. O comandante prontamente nos atendeu e designou o instrutor de tiro, o Tenente Knopp, para nos dar aula. No Salão Nobre do quartel ele ministrou a parte teórica, com apostilas, ensinando o funcionamento da arma. Para as aulas práticas, foi engraçado, porque como não havia estande de tiro no quartel, os policiais treinavam no meio do mato, bem longe da cidade, armando os alvos junto a um barranco. Vestimos calças compridas, porque não sabíamos o que encontraríamos.

Memorial do MPSC – De *tailleur* e salto alto não ia dar, não é?

Heloísa Crescenti Abdalla Freire – Então... Fomos em uma perua, ou um jipe, não lembro mais ao certo. Nós e mais uns seis ou sete policiais: o tenente e os soldados para ajudar a armar o alvo. No começo, a gente errava: o alvo nem furava. O tenente, muito educado, dizia: “Quem sabe a senhora levantou um pouquinho a mão na hora de atirar?”. Imagina, éramos péssimas (risos)! Nem na parte grande do alvo a gente conseguia acertar! Isso que era uma distância de no máximo 15 metros. Mas melhoramos um pouco.

Hoje em dia, eu sou casada com um policial militar. Meu marido, Valdemir Cabral, é Coronel da Polícia. De vez em quando, participo de umas sessões de tiro. Já fui a esses treinos também com a Assessoria Militar do Ministério Público. Agora eu já consigo acertar ali na mosquinha, embora não ande mais armada.

Um advogado, muito antigo lá de Canoinhas, falou para a Dra. Rosa: “Olha, a cidade está muito violenta; a senhora faz o seguinte: leva o carro para lavar e ‘esquece’ a arma no porta-luvas, para todo mundo do posto de combustíveis saber que a senhora anda armada e espalhar para a cidade inteira.”. Olha a ideia! Se fosse hoje em dia, a arma sumiria... (risos). Mas ela assim procedeu. O frentista disse: “Doutora, a senhora esqueceu a arma!”. “Ah, puxa, que desligada!”, respondeu disfarçadamente. De fato, toda a cidade ficou sabendo que andávamos armadas. A bandidagem nos respeitava.

Fazíamos aqueles júris pesados. Nunca tivemos problema por sermos mulheres, não em Canoinhas. Mas quando eu fui para Taió, comarca na qual fui titular quatro anos depois, vivenciei situações engraçadas. Por lá nunca passara uma promotora mulher, que eu saiba. Eles abriam a porta do gabinete, olhavam: “O promotor não está?” (risos); “A senhora é a secretária do promotor?”. “Não, EU

sou a promotora!”. Normalmente, as pessoas mais velhas ficavam muito espantadas. Éramos, de fato, em 1983, apenas dez ou onze promotoras em todo o Estado.

Em Blumenau, havia um delegado renitente. Eu precisava mandar vários ofícios para que minhas requisições fossem cumpridas. Um dia, uma juíza de Direito exclamou: “Você já percebeu que esse delegado não obedece direito ao que a gente pede? Em compensação, os juízes mandam ofício, ele responde na hora.”. Foi a primeira vez que percebi concretamente algum traço de machismo entre as autoridades. Mas a gente insistia e acabava dobrando essas atitudes.

Acho que as mulheres enfrentam, sim, dificuldades maiores no exercício da profissão. Porque o sistema era, culturalmente até, preparado para melhor acolher os homens. Por exemplo, era muito difícil encontrar uma residência razoável para alugar em algumas cidades do interior. Ora, os homens adaptam-se a essas condições com mais facilidade. Como o colega que se hospedara no quartel. Nas cidades pequenas, os espaços de convivência são concebidos para os homens. O churrasco é só para homem, jogo disso, jogo daquilo... Os homens, se quisessem, tinham programa todos os dias. Nós não: éramos mais recolhidas. A nossa vida no interior era do Fórum para casa, da casa para o Fórum, do Fórum para o hotel, e assim era. A gente não conseguia fazer muitas amizades. Não sabíamos até onde podíamos nos envolver com as pessoas da cidade, se haveria uma tentativa de se prevalecerem depois da amizade. A gente tem uma vida muito solitária.

Memorial do MPSC – E os clubes sociais das cidades do interior?

Heloísa Crescenti Abdalla Freire – Nos convidavam para aquelas reuniões do *Rotary*, do *Lions*, etc. Nessas situações, eu gelava. Porque encontrava lá todos os homens da cidade – o juiz, o prefeito, o delegado – conversando em pé, eventualmente com um copo na mão, enquanto as mulheres ficavam sentadas em uma roda, uma ao lado da outra, paradas, olhando para um lado, para o outro, tomando Guaraná, ou então aquela *meia de seda*, um coquetel típico de mulher. Eu não as conhecia. Aí eu pensava: “O que eu vou fazer? Se vim para cá como autoridade, devo ficar do lado dos homens; mas, por outro lado, eu sou mulher!”. Era uma situação constrangedora! Então eu chegava, cumprimentava os homens e ia falar com as mulheres. Elas perguntavam: “A senhora não quer sentar aqui com a gente?”. Eu sentava e tentava interagir com elas, o que era sempre interessante.

Memorial do MPSC – Não batia “ciumeira” nas mulheres?

Heloísa Crescenti Abdalla Freire – Provavelmente batia. Nunca soube de nada declarado. Mas de vez quando um juiz ou outro deixava escapar: “Minha mulher

tem um pouco de ciúmes de você”. À toa, porque eu era só colega de trabalho, como se fosse um colega homem. Na prática, nunca tive nenhum problema. Eu sempre soube, obviamente, me comportar muito bem. Eu não consumia álcool de jeito nenhum. Estava lá realmente pelo meu cargo. Não era a Heloísa que estava sendo convidada, era a promotora de Justiça. Éramos sempre convidadas para compor as mesas das solenidades. Depois de casada, era engraçado, porque abordavam o meu marido: “O senhor não vai ficar chateado?... mas nós vamos convidar a doutora para compor a mesa”. Ele dizia: “Mas é claro, vocês têm mesmo que convidá-la para a mesa!”. Mas antes sempre pediam desculpas para o meu marido (risos).

Memorial do MPSC – Onde ele sentava?

Heloísa Crescenti Abdalla Freire – Pois é, ficava na plateia. No jantar propriamente dito, os casais sentavam juntos. A parte em pé, antes do jantar ou da mesa solene, depois que comecei a ir acompanhada de meu marido, contava com a presença dele na roda dos homens. Mas na hora da formação da mesa, o pessoal ficava inquieto: “Meu Deus, e agora, o marido vai ficar e a mulher vai para a mesa? Que coisa mais maluca!”. O meu marido se chamava Luiz Jorge Freire, advogado; tinha sido delegado de Polícia, procurador-geral e secretário da Justiça de um município paulista, sabia bem como essas coisas funcionavam. Uma vez, numa sessão solene, se dirigiram a ele como “Dr. Abdalla”. Mas esse é o meu sobrenome de família. Eu não usava ainda o sobrenome dele. Adotei o Freire muitos anos mais tarde. Enfim, ele não ligava. Havia quem lhe perguntasse como era ser casado com uma promotora, tipo assim “Deve ser um horror!”. Ele retrucava, “Olha, eu acho ótimo!”. Hoje sou casada com um coronel da Polícia e de vez em quando também perguntam o mesmo: “Não é o bicho-papão? Quem manda dentro de casa?”. Ou ainda, “Como é que pode, uma procuradora e um coronel, quem é que manda em casa?”. Acho essa visão muito engraçada! (risos). Não me incomoda nem um pouco. Nem a ele. De um modo geral, a gente assusta ainda um pouquinho a sociedade, porque somos mulheres com autoridade. Ainda não passamos de um terço do quadro de membros do Ministério Público.

Quando eu estava me preparando para o concurso em São Paulo, eu e uma colega de Santos chegamos a nos hospedar um tempo num hotelzinho no Bairro da Liberdade, o bairro chinês, onde ficava a escola do Professor Damásio de Jesus, para não perdermos tanto tempo na estrada de Santos. Eu tinha 22 anos e ela já 39: estava na “rabeira” para prestar concurso, porque 40 anos era o limite de idade para ingresso naquela época. Ela acabou sendo aprovada para a magistratura. Foi uma das primeiras mulheres a ingressar na Justiça paulista. Em Santa Catarina, a Desembargadora Thereza Tang já integrava havia muitos anos a magistratura. Em

São Paulo, o Estado tido por mais desenvolvido da Federação, não havia nenhuma mulher no Judiciário ainda. Eram muito machistas.

Um ex-professor da Faculdade de Direito, procurador de Justiça aposentado, que posteriormente se casou com a minha tia Maria Thereza, um dia me convidou para almoçar: “Olha Heloísa, eu chamei você aqui porque eu sou obrigado a te dizer que você está estudando com muito afinco, eu sei, você é muito preparada, foi aluna aplicada, tem todas as condições, mas você não vai passar em nenhum concurso público”. Eu alcançara as melhores notas da turma de formandos daquele ano. “Mas por quê!?” “Porque você é mulher: não vai passar em nada”.

Além de ser mulher, eu era separada. Eu casei com 20 anos de idade e me separei um ano depois. Separei-me quando estava no início do quinto ano da Faculdade de Direito. De forma que meu tio me disse: “Você é mulher e ainda separada; agora, há poucos dias, uma moça excelente, candidata à magistratura, não foi aprovada por ser separada”. Eu não quis acreditar, pois estávamos em 1982. Não era possível que as pessoas ainda pensassem assim. “O preconceito existe, minha filha, você não vai passar em nada, lamento”. Eu fiquei uns três dias arrasada. Mas não desisti! Achei que a condição de mulher e o estado civil não poderiam me impedir de seguir a minha vocação.

Quando eu cheguei a Santa Catarina, trouxe a minha documentação: todos sabiam que eu era separada judicialmente. Na entrevista me perguntaram o motivo. Respondi: por que eu ficaria casada o resto da vida se não tinha dado certo? Mas nunca senti nenhum preconceito aqui. Não senti mesmo! Eu fui aprovada pelos meus méritos. Eu era de São Paulo, uma ilustre desconhecida. Mas nada disso foi impeditivo. Não sei o que teria acontecido se eu fizesse o exame oral em São Paulo... Naquela época, algumas mulheres recém tinham passado no concurso.

Lembro que a minha mãe, Elzira, que sempre foi uma mulher moderna e sensível – é também escritora, poetisa e compositora – ficou chateada com o meu tio: “Isso não se faz com a menina, que está estudando feito uma doida!”. “Mas eu sou obrigado a falar para ela a verdade!”. Morreu meu fã, há cerca de dois anos, com 90 e tantos anos de idade. Cada vez que eu era promovida, ele me mandava uma carta parabenizando-me. Ficou tão feliz por eu ter passado no MP, a mesma carreira dele, que não cabia dentro de si. Ele queria que eu passasse, mas se sentiu na obrigação de me alertar que a coisa não era como eu imaginava.

Memorial do MPSC – O seu segundo marido veio quando a senhora estava em Piçarras ou em Taió?

Heloísa Crescenti Abdalla Freire – Casei com ele quando já estava de volta a Piçarras.

Memorial do MPSC – *Como vocês faziam para se ver depois de sua posse em Santa Catarina?*

Heloísa Crescenti Abdalla Freire – Na base da ponte aérea. Eu ia alguns finais de semana para São Paulo, ele vinha em outros. Eu não contava que tinha um namorado, que mais tarde se tornou meu segundo marido, porque não era como hoje, em que os relacionamentos são mais abertos. Mas eu acho que fiz tudo direitinho. Cheguei como uma moça solteira, para todos os efeitos. Quando estava em Canoinhas, ficamos noivos. Tendo eu feito boas amizades com as donas dos cartórios, do tabelionato, do registro de imóveis – todos pertenciam a mulheres, mais ou menos da idade da minha mãe (“Ai, chegou uma moça nova... coitada, não tem família.”), elas me convidavam para tudo: jogo de baralho, lanche na casa de uma, na de outra, toda noite tinha um programa. E meu noivo, não me encontrando no hotel, para onde ligava todas as noites, telefonava em seguida para a casa das minhas amigas. No hotel, eu autorizava informar na casa de quem estaria. Então, todo mundo sabia da existência dele.

Quando retornei para Piçarras, passamos a viver juntos. Ele era muito respeitador, um homem inteligente, educado, tratava bem as pessoas, era querido em qualquer lugar que a gente fosse. Depois de alguns anos, a gente casou realmente no civil e eu adotei o nome dele, Freire. Em seguida, fui para Blumenau. Lá fiquei grávida. De lá, segui para Taió, aonde cheguei grávida de cinco meses. Toda semana eu o buscava no aeroporto em Blumenau, aquela “coisica”, o aeroporto do Quero-Quero. Ele chegava num aviãozinho Bandeirantes, de 13 lugares, no qual eu muito viajei também. Uma vez, grávida, passei um sufoco dentro daquele avião. Só tinha homem, nem aeromoça tinha: “Se eu tiver o nenê aqui, não tem nem corredor”, pensei. Porque parece uma perua Kombi por dentro, com um corredorzinho e duas cadeirinhas para cada lado... Eu estava com sete meses de gravidez, passei mal, vomitei. Não tinha ninguém para me assistir. Ao final, como minha família toda estava em Santos, fui para lá para ter a minha filha, que é a minha única. Não queria dar à luz sozinha, em Taió. Depois da licença-gestante, voltei para Taió.

Memorial do MPSC – *Foi sua primeira comarca como titular?*

Heloísa Crescenti Abdalla Freire – Sim, eu ficara quatro anos como substituta. Em Blumenau, atuei na Vara Criminal. Fiquei muito amiga da Dra. Hercília. O marido dela é advogado também. Saíamos todos os domingos para jantar. Foi uma época muito gostosa. Havia grande movimentação naquele ano de 1986. Em

Blumenau funcionava o DECOM (o órgão de defesa comunitária que o Ministério Público organizou pioneiramente), muito demandado pela comunidade. Era o período dos planos de ajuste econômico e muitos se intitulavam “fiscais do Sarney”, engajando-se na luta pelo controle de preços. Eu assistia a essa movimentação, da Vara Criminal, pois nossos gabinetes eram vizinhos. Formavam-se filas imensas para atendimento. Cheguei a Taió em princípios de 1987.

Memorial do MPSC – *Era o período da Constituinte. Esse debate repercutiu no interior?*

Heloísa Crescenti Abdalla Freire – Sim. Recebíamos questionários distribuídos nacionalmente, sobre aspectos que conformariam o capítulo do Ministério Público na Constituição.

Memorial do MPSC – *Eram pesquisas encaminhadas pela CONAMP – Confederação Nacional das Associações do Ministério Público?*

Heloísa Crescenti Abdalla Freire – Sim. Estávamos sempre envolvidos. Conversávamos muito com deputados, por meio dos núcleos de promotores, que congregavam o pessoal de um conjunto de comarcas, chamados então de grupos de estudos. De vez em quando vinha algum procurador de Florianópolis conversar com a gente. Não tínhamos vitaliciedade, inamovibilidade, nem irredutibilidade de vencimentos. Conseguimos isso tudo na Constituição de 1988, na qual foram realmente consagrados os poderes que a Lei da Ação Civil Pública já tinha dado ao Ministério Público.

Memorial do MPSC – *Houve uma mudança de comando na Procuradoria-Geral que foi muito falada na época, não é?*

Heloísa Crescenti Abdalla Freire – Exatamente, uma mudança radical. O Dr. Hipólito Luiz Piazza, Promotor da Vara da Fazenda Pública, nomeado Procurador-Geral pelo Governador Pedro Ivo, sofreu forte rejeição no âmbito da classe. O Dr. Piazza fez uma revolução ao mandar todo mundo para as suas comarcas. Isso causou um rebuliço, porque muitos estavam fora de seu posto. Eu, por exemplo, passara quatro anos sempre ocupando a vaga de alguém. Muitos eram promovidos sem sequer assumir a comarca de que eram titulares. Essas acomodações dependiam em parte da política, inclusive da externa, que se imiscuia na instituição. Antes da Constituição de 1988, era o governador que assinava nossas promoções. O novo procurador-geral anunciou, desde o início, que pretendia mandar todo mundo de volta para as suas comarcas de origem. Então, naquela oportunidade, escolhi com atenção a comarca, porque sabia que precisaria

de fato assumi-la. Trabalhei dois meses sob a gestão Piazza e entrei em licença-maternidade. Mas eu estava tranquila, porque já tinha sido promovida para Taió. Então, voltei e reassumi a comarca. Para mim, não houve qualquer impacto. Mas o pessoal ficou inconformado com as mudanças introduzidas pelo Dr. Piazza. Ele sofreu muita oposição. Coitado, ele abria a boca para dizer algo e 30, 40 caíam em cima dele. Não dá nem para dizer se foi uma gestão boa ou frágil, porque o homem mal conseguia trabalhar.

Quando retornei a Taió, minha filha, Denise, já estava com sete meses, porque emendei na licença-maternidade, as férias e uma licença-prêmio a que tinha direito. Mas até o finalzinho da gravidez, fiquei na cidade. A esposa do prefeito era ótima pessoa e ficamos muito amigas; ela se preocupava muito com o fato de eu estar sempre “para cima e para baixo” na BR, grávida. Mas é que eu tinha de levar o meu marido ao aeroporto em Blumenau, pois ele continuava trabalhando em São Paulo. Então, dirigia grávida mesmo. Ela era uma senhora, dos seus 70 anos, já avó; queria me arrumar um motorista. Logicamente, eu agradeci e dispensei. Eu me virava. Chegamos a prender uma pessoa em flagrante quando eu estava com a barriga de nove meses de gravidez.

Memorial do MPSC – Ah, é? (risos).

Heloísa Crescenti Abdalla Freire – Entrando no nono mês de gravidez, um pouquinho antes de eu sair de Taió de licença, fomos à padaria em um domingo à noite, eu e meu marido. De repente, nós vimos um homem com uma faca na mão tentando atingir outro, no meio da rua. O farol do carro bateu na faca, aí o meu marido disse: “Olha só, o cara vai matar o outro”. Ele tinha sido delegado de Polícia. Parou o carro e gritou. O agressor saiu em disparada, em uma bicicleta, e nós fomos no seu encalço, de carro. Foi emocionante, porque promotor participa da fase processual, mas não do começo da ação. O homem correu tanto que a gente teve dificuldade de alcançá-lo. Sobre uma ponte, meu marido conseguiu fechá-lo. Ele foi obrigado a parar. Meu marido pegou a faca que estava na garupa da bicicleta e falou: “Você está preso, levanta a mão!”. Ele era pequeno, baixinho, pegou um homem bem grandão, só com aquela faca. E eu com aquele barrigão, perguntei: “Mas o que adianta a gente prender o homem se não sabemos onde está a vítima? Como é que a gente vai fazer um flagrante?”. “É isso mesmo: pega o carro então e vai buscar a vítima!”. Peguei o carro, voltei para perto da nossa casa, onde tinha acontecido tudo e achei o outro homem: “Você que é a vítima?”, “Sou, ele quis me assaltar”. “Então entra comigo aqui.”. Que loucura! Eu, sozinha, com aquele barrigão! Imagina se hoje a gente faz isso! Junto com ele tinha outro cara, bem do interior: “Você também viu tudo?”. Ele confirmou. “Eu sou a promotora, então

entra que você vai ser testemunha”. Quando o cara estava entrando no meu carro, eu lembro bem, vi um pacotinho em suas mãos: “Hei, hei, o que é esse pacotinho na sua mão?”. “É balinha que eu estou levando para as crianças” (risos). “Então está bom, entra aqui ligeiro”. Voltei lá no local onde o meu marido estava. Quando chegamos, havia umas 50 pessoas em volta dele, dois “candangos” bem grandes, um de cada lado do meu marido: “Passou aqui um caminhão com trabalhadores; eu requisitei dois para ficar ao meu lado”. “Bom, então agora já está tudo formado, já estou com a vítima, com a testemunha, você já está com o réu preso, precisamos chamar o delegado”. Na pequena multidão que se formara, estava a esposa do gerente da agência bancária. Ainda discuti com ela, porque lhe pedi que fosse chamar a Polícia, mas ela se negou. Fui de carro até a Delegacia, onde todos me conheciam bem: “Rápido, rápido, vamos comigo, que a gente está com um homem preso lá na praça!”. “Mas como, doutora?”. Chegamos de viatura. Em seguida, o delegado chegou, pois haviam ligado da Delegacia para ele. Falou, assim, com um ar meio incrédulo, desconfiado: “O que aconteceu, promotora?” (risos). Então nós fomos todos para a Delegacia de Polícia, lavar o flagrante. Foi um evento que agitou o nosso domingo à noite, muito engraçado (risos). E, afinal, não podíamos deixar de tomar uma providência, pois ele realmente ia dar uma facada no cidadão.

Memorial do MPSC – *A senhora estava em Taió quando a nova Constituição foi promulgada?*

Heloísa Crescenti Abdalla Freire – Sim, eu estava em Taió no dia da promulgação, trabalhando no Fórum: foi muito festejado aquele momento. Eu tinha requisitado a Polícia Federal, que se instalara no Fórum, para apurar crimes ocorridos na eleição municipal. Afinal, fiz fama em Taió, porque eu fiz coisas que nunca haviam acontecido por lá: mandei ofício para o presidente do TRE, para o superintendente da Polícia Federal. Eu nunca tinha nem visto um delegado de Polícia Federal, porque essas comarcas pequenas não têm, e naquele tempo tinha menos ainda. Aí chegou o delegado, com agentes, todo mundo: “E agora, doutora, como é que nós vamos trabalhar?”. “Olha, na Delegacia de Polícia acho melhor não, para não haver interferência.”. Instalei todos no Salão do Júri, onde as investigações foram conduzidas por uns quinze dias.

Memorial do MPSC – *Qual era o problema?*

Heloísa Crescenti Abdalla Freire – Transferências eleitorais fraudulentas. Aqueles municípios são grudadinhos. A pessoa mora em um município e vota em outro, aí as empresas obrigavam os funcionários a transferir o título para o lugar da sede. Incomodei-me por causa disso ainda mais uns três anos, porque depois quiseram me ouvir por carta precatória. Em comarcas nas quais eu chegava, lá

vinha a carta precatória de Taió. Além disso, houve crimes na noite da eleição. Nos municípios pequenos se acreditava que a eleição era ganha na madrugada do dia do pleito. Eu nunca, em Taió, escutei tanto ruído de automóvel durante a noite. Iam às áreas rurais, para comprar voto, na madrugada do dia da eleição. O Dr. José Carlos Carstens Köhler, hoje Desembargador, então juiz na cidade, apertou na minha campainha de madrugada: “Heloísa, estou prendendo gente”. Acabei indo para a Delegacia de Polícia para ouvir umas pessoas junto com o delegado, que falou: “A senhora me dá cobertura, porque em dia de eleição não pode prender ninguém”. Mas eles tinham sido presos em flagrante, com armas, espingardas, munição pesada, obstruindo uma estrada. Organizaram bloqueios, com um monte de gente armada, impedindo a circulação das pessoas. Justificavam essa ação sob a alegação de que os outros candidatos iam nas localidades, na véspera, para comprar votos dos eleitores. Você não tem noção do que é isso em cidade pequena. O delegado temia ser acusado de coação, tortura, qualquer coisa. Precisava da presença da promotora. Como fiquei lá o dia todo com ele, acabei sendo eu acusada de coação e fiquei uns três anos recebendo precatória. Muitos foram condenados por esse episódio.

Então, quando a Constituição foi promulgada, estávamos no meio dessa confusão. Um advogado, célebre na cidade, exclamava, indignado: “Hoje, exatamente quando está sendo promulgada a Constituição da Primavera, temos a presença da Polícia Federal na nossa cidade, que absurdo!”.

Memorial do MPSC – *E como foi vivenciar esse novo Ministério Público emergido pelo capítulo da Constituição de 1988?*

Heloísa Crescenti Abdalla Freire – Foi muito gratificante, porque a gente acompanhou a transformação. Começamos a agir com mais segurança, com mais respaldo legal, com as garantias constitucionais todas, que não tínhamos até então. Embora a carreira já fosse estruturada, eu acredito que havia certa interferência política. Promotor que “incomodasse” muito em determinada região, ou que de repente entrasse em atrito com alguém importante de algum partido, o governador já falava com o procurador-geral, que era de livre escolha dele, sem eleição, sem respaldo da classe. Não estou dizendo necessariamente que tenha acontecido isso, mas, considerando a conformação institucional da época, era algo possível. Vivíamos na condição de certa dependência do Poder Executivo. As promoções, por exemplo, eram de livre escolha do governador, a partir de uma lista tríplice, por merecimento, organizada pelo Ministério Público. Logo, era um sistema no qual havia essa ingerência política difusa, que podia, eventualmente, se manifestar, se concretizar. O governador não ficava adstrito, naquela lista tríplice, a quem era o

mais antigo, ou o mais merecedor. Isso enfraquecia o Ministério Público. Toda subordinação enfraquece uma atividade como a nossa, na qual temos que perseguir os criminosos, lutar contra os poderes de instituições corrompidas, maus governantes, maus administradores, desviadores de dinheiro público. A gente lida diariamente com esse cenário. Sem garantia de inamovibilidade, por exemplo, ficamos numa condição bem mais fragilizada.

Memorial do MPSC – *O próprio Conselho Superior vem consolidando, ao longo do tempo, critérios de promoção. Isso também não foi automático, logo depois da Constituição de 1988, não é?*

Heloísa Crescenti Abdalla Freire – Não foi automático, não. E, na realidade, a gente ainda tem certa dificuldade de aferir o merecimento dos promotores nas promoções. Assumi há pouco uma vaga no Conselho Superior, eleita pela classe, e todos me pediram muito para ajudar a pensar nessa causa da aferição do merecimento, que é complicada. Atualmente, a não existência do demérito conta mais até do que o mérito propriamente dito. Comparar a operosidade dos promotores é complicado, pois cada um está numa comarca, com condições específicas, diferentes.

Memorial do MPSC – *Muda a natureza dos feitos, o tipo de colonização...*

Heloísa Crescenti Abdalla Freire – Exatamente. As nossas cidades são todas muito típicas. Mesmo Blumenau e Joinville, as duas de origem alemã, por exemplo, não são iguais. Cada uma tem seus problemas de natureza diversa; em cada uma o promotor tem que atuar de uma maneira mais incisiva em uma área ou em outra. Então, eu acho que essa consolidação, nos últimos anos, de sempre se proclamar os mais antigos, embora não seja a ideal, ainda é a mais justa, porque pelo menos o promotor pode planejar a sua carreira. Se hoje está numa comarca que não lhe agrada muito, amanhã ou depois tem a perspectiva de se transferir para uma comarca eventualmente mais sintonizada com seus interesses pessoais, por ser uma cidade mais próxima de onde a sua família reside, por exemplo. No passado, podia acontecer de alguém que estava lá em 30º, 40º lugar lograr ser promovido na frente de colegas bem mais antigos, sem uma explicação consistente, o que era algo doído, sofrido.

Memorial do MPSC – *E depois de Blumenau e Taió?*

Heloísa Crescenti Abdalla Freire – De Taió eu fui promovida para São José, aonde cheguei em 1989, para atuar na 1ª Vara Cível. Fiquei cinco anos na comarca. Já se falava que São José seria elevada para quarta entrância, como a capital. Imaginava eu, assim, que depois de São José, seguiria para a capital. Mas não tinha

ideia do funil: ir de São José para a capital era praticamente impossível! Conheço pouquíssimos promotores que fizeram esse percurso. Eram quatro promotores em São José, sendo que os outros três já estavam lá havia bastante tempo, esperando a comarca ser elevada, o que se realizou apenas recentemente.

Porém, nesse meio tempo, houve uma grande movimentação no nosso quadro. Em 1993 ou 1994 uma lei criou muitas vagas, acho que uns 30 cargos de promotor de quarta entrância e outros tantos de terceira entrância. Foi uma reviravolta fenomenal. Em um ano, havia promotores passando de substituto à quarta entrância, porque era muita movimentação. Houve a mudança da nomenclatura dos cargos. Deixamos de ser promotor da 1ª Vara tal para ser 1º promotor de Justiça, 2º promotor, 3º promotor... Nesse contexto, precisamos optar pelos cargos com as suas devidas atribuições. Eu trabalhara em Vara Cível quase a vida toda, mas os três mais antigos tiveram preferência na opção e sobrou para mim a Promotoria Criminal, onde fiz alguns júrís, inclusive, um muito rumoroso, de um joalheiro que assassinara um travesti – menos de um mês para estudar um processo bastante complexo! Fiz o júri com o Evilásio Caon – famoso advogado – e seu filho: eram quatro advogados contra a Promotoria. Mas consegui a condenação: o réu saiu preso do Salão do Júri, que funcionava então na Câmara de Vereadores.

Enfim, fiquei mais ou menos um mês na Criminal, enquanto, em plena revolução do quadro, chegavam os telex da Procuradoria-Geral, informando as comarcas que abriam. De repente, chegou um informando que dez comarcas de quarta entrância estavam abertas: Itajaí, Blumenau, Criciúma, Chapecó... Eu não pensava em sair de São José. Meu pai e minha mãe vieram de muda em 1992 de Santos, fixando residência em frente à minha casa. Eu comprara um terreno, no qual erguera uma casa, concluída havia pouco, depois de quase cinco anos. Minha filha estava com sete anos, bem-aclimatada na escola. Contudo, quando levei o telex para casa, o meu falecido marido perguntou se eu não iria me inscrever: “Para onde? Não abriu a capital...”. Ele argumentou que São José demoraria anos para ser elevada e que se não me inscrevesse correria o risco de congelar a carreira. Estimulou-me a não me acomodar. Acabei me inscrevendo para Itajaí.

Eu recém tinha conseguido comprar um celular. A linha custava caríssimo. O aparelho era um tijolão, com quase dois palmos de comprimento, com aquele *flap* que abria. Ficar longe de casa já não seria mais tão problemático. De vez em quando, vinha para Florianópolis no ônibus da UNIVALI, com as estudantes de Psicologia, de Enfermagem... Punha a bolsa no banco, elas a jogavam longe: “Aqui ninguém pode guardar lugar!”. O ônibus era precário, tinha até baratas pequenas, que corriam pelo piso. Eu era promotora havia dez anos e tinha que passar por

aquilo: “Ai, meu Deus, mas que situação!”, pensava. Meu marido, que a essa altura já estava aposentado, me acompanhava de vez em quando. Eu trabalhava na Vara da Família, uma vara de exceção, que funcionava na UNIVALI. Às vezes ele me esperava por muito tempo na cantina da faculdade. Coitado! Em abril de 1995, o Dr. Moacyr assumiu a Procuradoria-Geral e me nomeou assessora jurídica, cargo que ocupei durante os quatro anos de mandato dele. Em 1998, consegui remoção de Itajaí para a capital, para a Vara da Fazenda Pública, onde permaneci até 2010, quando fui promovida a procuradora.

Memorial do MPSC – *E durante a gestão do Dr. Moacyr, quais foram os grandes desafios?*

Heloísa Crescenti Abdalla Freire – O Dr. Moacyr atacou de frente a área da Infância e da Juventude. A Dra. Rosa foi nomeada coordenadora da Vara da Infância e da Juventude. Juntos, deflagraram um inquérito civil público com abrangência estadual. Muitas pendências foram equacionadas. A criação dos Conselhos Tutelares nas cidades recebeu orientação. Na área jurídica da Procuradoria-Geral, denunciemos muitos prefeitos, muitos juízes e alguns promotores. Afastamos um comandante-geral da Polícia, aquele que grampeara toda a corporação, instalando escutas nos quartéis.

Memorial do MPSC – *Isso foi muito comentado.*

Heloísa Crescenti Abdalla Freire – Uma coisa inusitada. Eu fiz a minuta da denúncia do comandante-geral e mais dez oficiais da Polícia. Obviamente, o Dr. Moacyr assinou a peça, mas eu elaborei o estudo. Noutro caso, de um coronel que se envolvera em desvios de verbas públicas, o Dr. Sidney Eloy Dalabrida, colega na Assessoria, propôs uma ação de declaração de indignidade para o oficialato, algo inédito em Santa Catarina. Ele foi, de fato, declarado indigno do oficialato pela Justiça e perdeu o posto, a patente. A mulher dele passou a receber como se fosse uma pensão de viúva. Foram ações importantes e rumorosas deflagradas durante a gestão do Dr. Moacyr.

Nessa época, avançou a informatização no Ministério Público, algo que descortinou um novo universo. Lembro-me direitinho do dia em que puseram um computador na minha sala. Fiquei quase um ano olhando para “aquilo”, sem coragem de ligar, até que a minha mãe, impressionada com minha paralisia, me estimulou. Ela, mais velha que eu, obviamente, já mexia com informática, tinha até uma professora particular (risos). Penso que avançamos rapidamente de lá para cá. Uns cinco anos depois, eu liguei para o cartório da Vara na qual aquela minha amiga da magistratura de São Paulo trabalhava e pedi o seu *e-mail*: “Não tem *e-mail*”, me responderam. E nós já tínhamos até servidor próprio!

Memorial do MPSC – *Algum processo, algum caso que tenha sido marcante?*

Heloísa Crescenti Abdalla Freire – Os casos de júri acho que são os mais marcantes na vida da gente.

Memorial do MPSC – *O joalheiro em São José...*

Heloísa Crescenti Abdalla Freire – Matou um travesti, um caso muito complicado. Ele negava... A mulher dele estava na plateia, uma moça bonita. Ele saiu de casa em um domingo à tardinha para fazer um lanche e foi para a região do Kobrasol, onde havia concentração de travestis. Colocou um travesti dentro do carro, deu uma volta pela rua de trás, entrou numa ruazinha muito escura, hoje é uma entradinha para a beira-mar de São José, entre a Honda e o Dimas, uma ruazinha só de areia, que terminava no mar. Desferiu 14 facadas naquele travesti, jogou o corpo para fora do carro e fugiu.

Memorial do MPSC – *Qual foi a motivação?*

Heloísa Crescenti Abdalla Freire – Ninguém sabe até hoje, porque ele não confessou o crime nunca. Era de família conhecida na cidade. Dizem que ele tinha um envolvimento com o travesti/vítima. Desesperou-se – talvez tenha ligado para algum advogado –, alegou ter sido assaltado no Kobrasol, que o tinham levado para o Ribeirão da Ilha. Apareceu machucado, de madrugada, batendo na porta de umas casas em Barreiros, bairro de São José, contando a história do assalto. O ladrão seria igualzinho a ele: alto, loiro, meio fortão... Eu peguei esse caso menos de um mês antes do júri. Um processo enorme, anos rolando. Não tinha mais oportunidade de escutar ninguém, porque já tinham acabado todas as fases para isso. Mas eu estudei aquilo feito louca. Saí na madrugada com meu falecido marido, que tinha sido delegado, como já contei, e fomos lá falar com os travestis. Procurei um que havia sido testemunha no processo, bem-conhecido, loiro, alto, enorme. Eu sabia o nome de batismo, porque estava no processo, obviamente. Também fui falar com o dono do *hot dog*, porque o réu dizia ter sido assaltado bem defronte à carrocinha. Mas o proprietário do carrinho de *hot dog* disse não ter visto nada. Não podia arrolar mais nenhuma testemunha para ser inquirida no júri, pois o prazo para tal já havia-se encerrado, mas acho que falei tão apaixonadamente, que convenci os jurados. O réu foi condenado a 15 anos, por sete a zero! A promotora que me antecederara, na Vara Criminal, dissera-me certa vez temer aquele júri, considerando-o perigoso, pois o réu estaria fazendo ameaças. Achava que eu deveria pedir na Procuradoria para designarem um promotor de outra comarca para me ajudar. Mas eu não tinha ido para uma Vara Criminal para chamar outro promotor para fazer o júri em meu lugar!

Memorial do MPSC – E em Florianópolis?

Heloísa Crescenti Abdalla Freire – Recordo-me de um caso eleitoral, em que evitei a diplomação de um vereador, mediante uma liminar do juiz, concedida duas horas antes da cerimônia.

Memorial do MPSC – Foi fraude eleitoral?

Heloísa Crescenti Abdalla Freire – Olha, eu já não tenho mais na memória os detalhes do processo. Era uma pessoa muito conhecida, acho que continua na vida política até hoje. A cerimônia estava programada para o teatro do CIC; a Ângela Amin tinha sido reeleita Prefeita, o Dr. Murilo Capella, Vice-prefeito. Causou um alvoroço no meio político: “Aquela promotora maluca impugnar uma candidatura dessas!”. No fim, o Tribunal Eleitoral confirmou a posse. Eu estava convencida de que ele não podia ser vereador. Sempre agi com muita paixão na minha carreira, mas sempre de uma maneira justa, seguindo minhas reais convicções. A ação estava caprichadíssima, conversei com o Dr. Pedro Roberto Decomain, “fera” no Direito Eleitoral, meu colega de concurso, que muito me auxiliou. Mas já considereei uma vitória ele não ser empossado naquele dia.

Memorial do MPSC – E a relação com a imprensa, como foi ao longo da carreira?

Heloísa Crescenti Abdalla Freire – Nunca apreciei o excesso de exposição e sempre procurei me manter o mais discreta possível. Mas, no interior, a gente era muito assediada pelas emissoras de rádio.

Certa vez, em Blumenau, eu fiz parar um velório, porque escutei na rádio que uma menina de 14 anos tinha sido assassinada por um louco que era apaixonado por ela, um homem dos seus 40 anos. A menina não queria nada com ele, que, em represália, simplesmente a esfaqueou inteira. Quando fiquei sabendo do ocorrido, liguei para a Delegacia. Mas era justo aquele delegado machista, de quem já falei. Ele argumentou que as provas estavam difíceis.; não tinha feito prova pericial. Disse-me que a família estava abalada e queria enterrar logo a vítima, algo assim. Determinei que ele fosse ao velório e fotografasse a menina no caixão. Essas imagens seriam necessárias depois para fazer o júri e lograr uma condenação do réu. A prova no júri é muito difícil, a tendência é absolver, porque os jurados veem o réu ali, com uma cara “macambúzia”, chorando... A gente é capaz de ficar com pena dele! A vítima está morta, quando muito temos uma foto dela... Ele atendeu à minha solicitação. Parou o velório, tirou todo mundo, bateu as fotos. Tem coisas que a gente é obrigada a fazer, dar uma de “meio doido”, porque sabemos qual será o desdobramento. Era um caso fadado à absolvição se não tivéssemos as fotografias:

“Ah, parece que ele é meio ruim da cabeça...”. E daí? Porque é ruim da cabeça, mata a menina e fica por isso mesmo?

Memorial do MPSC – *A senhora, que acompanhou todas essas transformações institucionais de princípios dos anos 1980 para cá, qual é o balanço que faz do desempenho do Ministério Público e de sua relação com a sociedade?*

Heloísa Crescenti Abdalla Freire – Em vários aspectos, eu penso que melhoramos muito no Brasil, como sociedade e país. Saímos de um regime autoritário, com censura e tortura, e estamos avançando na consolidação da democracia. Isso não é pouca coisa. Economicamente, também, houve um salto apreciável. Vejo, contudo, ainda muita injustiça sendo praticada e excesso de impunidade. Somos um país tão rico, diversificado em termos de clima, vegetação, relevo, paisagens, etnias, possibilidades econômicas, no entanto, muito desse potencial escoado pelo ralo, é desperdiçado, por má gestão ou, pior, pela corrupção. A população hoje está refém do banditismo, da violência urbana, mas também da corrupção, do desvio do dinheiro público, recursos que poderiam estar sendo melhor empregados na melhoria das suas condições de vida, sobretudo, a mais carente. O Ministério Público faz o que pode. A gente vê em cada promotor a garra de lutar contra esse estado das coisas. É bem provável que a situação estivesse muito pior no Brasil se a Constituição não tivesse empoderado o Ministério Público. Eu sei que a indignação habita dentro do peito de todo promotor e de toda promotora, porque às vezes lutamos para investigar, para punir, para condenar, mas não logramos sucesso. As leis parecem que são todas feitas para os criminosos, para os corruptos. Eles podem tudo, a gente, do lado da lei, não pode nada. Eles desviam recursos públicos, que poderiam estar financiando a construção de um novo hospital, por exemplo; a gente não pode nem colocar um gravador se não tiver uma permissão legal. Mas para receber uma autorização judicial é tão complicado que às vezes a prova se vai. As leis estão cada vez mais brandas. Cada vez menos gente vai para a cadeia, até porque não se constroem cadeias como se deveria. O nosso sistema penitenciário é um caos. O promotor, nesse contexto, é um Dom Quixote lutando contra moinhos de vento.

Evoluímos significativamente, com certeza, como na área da Coletividade, como falamos no início. Hoje em dia, as pessoas têm mais consciência dos seus direitos, do dever de preservar o meio ambiente, dos direitos do consumidor, etc. Mas há outro lado: todos querem mais direitos, ao mesmo tempo em que se esquecem com frequência dos deveres de cidadão. Democracia e justiça se constroem com direitos, sim, mas também com deveres e responsabilidades. O Ministério Público está fazendo o seu “trabalho de formiguinha”, dia a dia, em todas as ações que lhe

são trazidas, para tentar melhorar um pouquinho nossa sociedade desequilibrada e injusta. Mas precisamos avançar mais. É preciso que as leis sejam menos brandas e que a população também amadureça.

Me inquieta, às vezes, perceber que a sociedade pode estar vivendo uma crise de valores. Há muito individualismo, materialismo e desagregação. Educar uma criança não é fácil. É preciso dar amor, dedicar-se, mas também precisamos estabelecer limites, modelos, referências, transmitir valores. Não é possível essa meninada de 12, 13 anos, consumindo álcool, usando drogas... Isso está minando a sociedade. É como se não soubéssemos às vezes lidar com a liberdade conquistada, e conquistada a duras penas!

As pessoas interagem cada vez menos fisicamente. Nossa interlocução cada vez mais se dá por intermédio de uma tela. No passado, havia certo mistério, mais privacidade, talvez. Hoje, tudo está exposto nas redes sociais. É um paradoxo interessante, não sei explicar. Mas, apesar do autoritarismo político, institucional, do machismo, do patriarcalismo, a nossa infância era melhor. Reuníamos-nos para brincar mesmo, correr na rua, jogar dados, bola, peteca. Hoje, é tudo virtual. Sinto como se o próprio espírito e o conceito de amizade estivessem em crise. Está se perdendo a dimensão do humano.

Memorial do MPSC – E o segundo grau?

Heloísa Crescenti Abdalla Freire – No segundo grau a nossa atuação é bem diferente das outras fases da carreira. Participamos das decisões políticas e administrativas da instituição. É uma experiência diferente. Mas o meu amor pelo Ministério Público continua igualzinho como era há 30 anos. Daqui a um mês, completo 30 anos de carreira, com os mesmos ideais. Apesar de um pouco desanimada com a realidade atual, não perdi a esperança de que a gente consiga fazer a nossa parte. Não sei se vou viver para ver o Brasil como eu imagino que possa ser, mas não perco a vontade de que seja assim, a esperança e a garra de lutar por isso.

Memorial do MPSC – E a vida associativa?

Heloísa Crescenti Abdalla Freire – Participo animadamente de atividades da Associação do Ministério Público. Participo também do *Moto MP*, evento anual que já está indo para a oitava edição. Sou motociclista, ando na garupa de uma Harley-Davidson, com roupas de couro, colar de caveira e bandana na cabeça. Adoro baile, adoro dançar, adoro sair e viajar. Sou bem-empolgada, nunca tem “tempo quente” para mim. Eu ajudo a organizar as festas da Associação. Na gestão do Dr. Luiz Ricardo Pereira Cavalcanti, Presidente da Associação, eu me encarreguei da

parte social. Agora o Dr. Andrey Cunha Amorim me convidou de novo. Reencontrei-me, ainda, com a minha antiga experiência de pianista. Recentemente, a Dra. Rosa me convidou para tocar no sarau dos aposentados, no I Encontro Estadual dos Aposentados, o que foi uma grande satisfação.

Memorial do MPSC – *Algo mais que a senhora gostaria de deixar registrado no depoimento?*

Heloísa Crescenti Abdalla Freire – O Ministério Público é a minha vida! A minha paixão! A gente pena, sofre no começo, é complicado. Essa história de morar em cidade pequena, longe da família, longe do marido, não é fácil. Às vezes, as carreiras dificultam os relacionamentos. É necessário muito amor e compreensão de ambas as partes. Mas eu acho que vale a pena. Se eu tivesse que fazer tudo de novo, eu faria.

Memorial do MPSC – *Muito obrigado!*

Sonia Maria Demeda Groisman Piardi



Sonia Maria Demeda Groisman Piardi nasceu em Caxias do Sul/RS, em 16 de junho de 1952. Filha de João Demeda e Antonietta Fabro Demeda, formou-se no curso de Direito da Universidade de Caxias do Sul em dezembro de 1976. Na mesma instituição completou sua especialização em Metodologia do Ensino e Pesquisa Jurídica, em março de 1985. Ingressou no Ministério Público de Santa Catarina em abril de 1983, como promotora de Justiça substituta da 21ª Circunscrição Judiciária da Comarca de Araranguá. Em outubro de 1986 foi promovida, por antiguidade, para o cargo de promotora de Justiça da recém-criada Comarca de Içara, onde permaneceu até outubro de 1987, quando foi promovida, por merecimento, para a PJ da Comarca de Sombrio. Em dezembro de 1988 foi promovida, por antiguidade, para a 1ª Vara da Comarca de Indaial, e, removida em 1992, assumiu a 2ª Vara da mesma comarca. Em 1994, ainda na Comarca de Indaial, foi lotada, por ajuste à Lei Complementar 110/94, na 2ª PJ. No mesmo ano foi promovida, por merecimento, para a 3ª PJ da Comarca de Rio do Sul, onde permaneceu até assumir a Coordenadoria dos Direitos Humanos e Fundações, em julho de 1999. Foi removida para a 14ª Promotoria Criminal da Capital, em setembro de 2002, passando, em seguida, para a 23ª Promotoria da Capital, e, em 2008, para a 33ª Promotoria, onde permanece até hoje. Atualmente é responsável pelo Centro de Apoio Operacional dos Direitos Humanos e do Terceiro Setor.

SONIA MARIA DEMEDA GROISMAN PIARDI¹

Memorial do MPSC – *Como foi ingressar numa instituição que só tinha seis mulheres, um mundo, enfim, eminentemente masculino?*

Sonia Groisman Piardi – Sim, era um mundo masculino. O estranhamento foi desde o início, pois eu nem esperava passar no concurso. Inscrevi-me praticamente na carona de outros colegas. Na época, eu trabalhava como defensora pública estadual, atividade que não estava estruturada em carreira, como hoje. Meu cargo era de assistente judiciário, ligado à Procuradoria-Geral do Estado do Rio Grande do Sul. Fazíamos atendimento à população carente nos próprios Fóruns. Alguns conhecidos – escrivães e colegas de faculdade que trabalhavam no Fórum – que costumavam se inscrever nos concursos em Santa Catarina, convidaram-me para acompanhá-los.

Eu estava lecionando na UCS, em Caxias do Sul/RS, trabalhava no Fórum e tinha um escritório. Levava uma vida atormentada com muitos compromissos. Não tinha nem como viajar para fazer a inscrição, porém, meus colegas insistiram dizendo que eu poderia consumá-la por procuração, dispondo-se a intermediar o processo. Acabei sendo a única a passar no exame escrito. A partir daí, senti-me na obrigação de ir até o fim; pensei: “Puxa, agora tenho que me empenhar! Afinal de contas, sou professora universitária e se não me sair, pelo menos, razoavelmente bem, ficará muito ruim, não é?”. Achei que tinha me saído mal no exame oral. Estava muito nervosa. Cravei tanto as unhas na palma da mão esquerda que levou tempo para sair a marca. Voltei para minhas atividades e esqueci o assunto. Até o dia em que recebi o telefonema do Dr. José Galvani Alberton – Secretário-Geral do Ministério Público – pedindo para escolher onde queria ser lotada! (risos). Levei um susto danado! Meu escritório de advocacia estava crescendo, lecionava, trabalhava no que gostava e minha família é toda de Caxias do Sul; depois, nem conhecia Santa Catarina. Refleti muito e cheguei à conclusão de que, talvez, se não aproveitasse a oportunidade, não teria uma segunda. Resolvi assumir.

Não conhecia absolutamente ninguém; tinha um filho pequeno de seis anos, e já era viúva. Fiquei viúva quando meu filho tinha dois anos. Designaram-me para a Circunscrição Judiciária de Araranguá. Fui para Sombrio, que há muito tempo estava sem promotor titular. Fiquei sabendo que o colega, que me antecedeu, foi convidado a sair do Ministério Público porque mantinha em torno de 700 processos

¹ Entrevista realizada na sede da Promotoria, em Florianópolis, no dia 12 de outubro de 2012, por Gunter Axt, com assistência de Manoela de Souza. Transcrição de Angélica Bersch Boff.

em andamento em Porto Alegre: não havia deixado de advogar! Nós estamos impedidos de fazê-lo no momento em que assumimos o cargo de promotor. A única exceção existente, em relação às atuais vedações constitucionais, é a permissão aos que ingressaram no quadro antes de 1988, de candidatarem-se a cargos eletivos. Aos outros, a Constituição já não permite. Mas advogar, não pode. Para os membros do Ministério Público Federal é possível advogar ainda, desde que tenham ingressado na instituição antes de 1988. Eu, particularmente, acho isso um contrassenso, pois ou defendemos a sociedade, ou os interesses do cliente.

Fui para lá! O serviço era imenso! Não tinha hotel em Sombrio. Nem casa para alugar. O lugar em que almoçava era de chão batido, cadeira de palha... Quando vagou a primeira casa, fui buscar meu filho. Mas estava sozinha; não conhecia ninguém. Os tempos foram difíceis.

Memorial do MPSC – *Como foi enfrentar a realidade assim, numa cidade com infraestrutura precária, onde as pessoas, certamente, não estavam acostumadas a ver uma mulher exercendo a autoridade, ou estavam?*

Sonia Groisman Piardi – Não estavam.

Memorial do MPSC – *E com uma criança pequena, como foi?*

Sonia Groisman Piardi – Foi difícil, principalmente no relacionamento com as pessoas. Eu somente podia conviver com os magistrados. O primeiro com quem eu trabalhei é hoje Corregedor do Tribunal Regional Eleitoral, Des. Eládio Torret Rocha. Ele era titular e eu substituta na circunscrição. Já sou, por natureza, um pouco reclusa. Foi uma época de muita solidão. A estratégia era me dar bem com as esposas dos juízes, mostrando que era inofensiva... (risos).

Memorial do MPSC – *(Risos) Como assim?*

Sonia Groisman Piardi – É! Deixava claro de saída que eu não constituía uma ameaça, que não nutria interesse em “dar em cima” dos maridos... Assim, conseguíamos conviver. Travei um bom relacionamento com o Des. Eládio e sua esposa Olinda, o mesmo acontecendo com nossos filhos, que foram colegas de colégio. Fiquei quatro anos lá, como substituta.

O extremo sul do Estado é uma região complicada, meio fantasiosa... Lembro que quando voltei para Caxias do Sul, nos primeiros tempos, meus cheques do Banco do Brasil de Sombrio não eram aceitos. Não conseguia pagar minhas contas! As pessoas achavam que era terra de “171”: conhecida pelo desvio de cargas de arroz, empresas fantasmas, falências esquisitas, fraudes a seguros... Eu percebia

isso no dia a dia da Promotoria, mas constatar que essa imagem chegara a Caxias do Sul, onde as pessoas se preveniam a tal ponto de não receber cheques de Sombrio, foi um baque!

Na comarca só existiam mercadinhos... O supermercado mais próximo ficava em Araranguá, ou em Torres. Foi difícil. Fiquei muito introspectiva. Sempre fui ansiosa e preocupada com o cumprimento de metas e com o bom andamento de minhas tarefas, mas naquela comarca não conseguia dar conta de todo o trabalho acumulado...

Um dos temas mais recorrentes dizia respeito às ações envolvendo a posse de terras. Havia um volume expressivo de processos de usucapião, principalmente na área de praia. Chamou-me a atenção o fato de o vice-prefeito ser invariavelmente testemunha nesse tipo de processo. Existiam casos com participação de jagunços, pessoas que tomavam terras de pescadores e os expulsavam. Muita injustiça! E ele sempre era testemunha a favor dos requerentes. Em ações criminais, ele também era constantemente testemunha de defesa. Um dia disse-lhe numa reunião... – era um sujeito muito simpático, envolvente, conversador – “Mas o senhor é onipresente, hein?! O senhor está em todas! Conhece todos os que estavam nas terras antes dos requerentes de usucapião. Dos crimes, o senhor também sempre tem alguma coisa para dizer...”. Era voz corrente na cidade que ele tinha loteado até a Lagoa de Sombrio e vendido os lotes para os cariocas!!!

A primeira casa onde morei tinha um potreiro na frente, uma lavoura de mandioca do lado. Parecia ficar na zona rural. Quando batia o vento Sul, eram três dias de “areão” entrando por cada fresta da casa. Não se conseguia empregadas, era difícil arranjar alguém para ajudar nas lides domésticas. Mas, graças a Deus, estamos aí!

Muitas vezes pensei em voltar, porque eu estava bem no Rio Grande do Sul. Não precisava de emprego fora. É verdade que buscava estabilidade, mas eu estava bem: lecionava, trabalhava na Defensoria e meu escritório estava de vento em popa! Mas pensei comigo: “Isso tudo é hoje, mas amanhã, ou depois, a situação pode refluir.”. Então, permaneci em Santa Catarina; persisti.

Por sorte, a Dra. Vera Lúcia Ferreira Copetti foi designada para Araranguá e nos tornamos muito amigas. Nossos filhos têm quase a mesma idade. Ela foi a minha família. Como ela é uma profissional muito séria e competente, eu podia discutir com ela os casos mais complicados que me chegavam. Porque a solidão também é profissional: a gente precisa ter com quem conversar sobre o nosso trabalho, sobre nossos conceitos. Em Caxias do Sul, eu tinha o hábito de me reunir

com os colegas para estudar os temas mais difíceis. Ajudávamo-nos, trocávamos experiências, ideias. Em Santa Catarina, eu sentia muita falta dessa interlocução, até a Dra. Vera chegar. A Vera e a família dela me ajudaram a enfrentar aqueles quatro anos em que fiquei como substituta.

Tive a infelicidade de voltar para Sombrio como titular um ano depois. Quando ingressei na instituição, quem dava posse, assinava os atos de promoção e de remoção era o governador. Sou do mesmo concurso do Dr. Narcísio Geraldino Rodrigues, da Dra. Márcia Aguiar Arend, do Dr. Basílio Elias de Caro, do Dr. Jacson Corrêa, dentre outros. Na época era praxe que, mesmo nas movimentações do quadro por merecimento, era promovido o mais antigo. Durante o período em que morava em Sombrio, fui designada para Turvo, Araranguá, Criciúma, Orleans, Braço do Norte e Tubarão. Fiquei um bom tempo designada em Braço do Norte e pretendia ir para lá na segunda entrância. Quando abriu promoção para Sombrio eu estava em Içara, onde fui a primeira promotora de Justiça. Só me inscrevi para Sombrio para figurar em lista, pois eu não era a mais antiga e quem figurasse em três listas de promoção, poderia ser automaticamente promovido. Só que os colegas que estavam comigo na lista se apadrinharam, com pessoas politicamente influentes, e a promoção não saía nunca! Até o dia em que fiquei sabendo, pelo Procurador-Geral, Dr. Hipólito Piazza, numa reunião do Núcleo de Estudos em Criciúma, que eu fora promovida para Sombrio. “Mas, doutor, eu tinha dito que não queria ir para Sombrio, só desejava fazer lista para poder ir para Braço do Norte!”. E ele respondeu: “Pois é, mas o governador te escolheu.”. Para não desagradar os que tinham se apadrinhado, o governador me promoveu, pois ninguém pediu por mim! Assim, não haveria nenhum impasse político para ele.

Foi um ano terrível! Minha casa foi assaltada umas quatro vezes. Sombrio continuava complicada. As polícias não eram confiáveis. A criminalidade era facilitada pela divisa com o Rio Grande do Sul. A comarca era enorme, não existia ainda a Comarca de Santa Rosa do Sul, de forma que incluía São João do Sul, Praia Grande, Santa Rosa (nem era município) e também Passo de Torres. Era fácil, para um criminoso, homiziar-se no Estado vizinho e escapular de lá. O delegado não era confiável. Depois, eu tinha denunciando boa parte da Polícia Civil e da Polícia Militar. Quando voltei, a Polícia não me queria lá, tanto é que, já na primeira semana, minha casa foi arrombada em plena tarde. Ficava a 50 metros do Fórum, de onde eu a via. Deixaram portas e janelas escancaradas e fotografias espalhadas pelo chão, para mostrar que sabiam quem morava ali. Nesta e nas outras vezes, nunca se recuperou absolutamente nada. Foi sofrido.

Para piorar, o juiz era o mesmo com quem eu já tinha trabalhado em Içara e nossos “santos não se cruzavam”. Era uma pessoa que não respeitava a mulher

profissional. Estabeleceu-se uma verdadeira guerra! Até para tirar *xerox*, para telefonar, levar correspondências ao Correio, era difícil. Fiquei aguardando uma comarca, pois não queria mais trabalhar no litoral. Finalmente, consegui ir para Indaial. Lá foi muito bom! Sete anos gratificantes.

Memorial do MPSC – *Por que a senhora não queria mais permanecer no litoral?*

Sonia Groisman Piardi – Além de todos os problemas relatados, de ser muito visada, haja vista as constantes invasões de minha casa, as intimidações... eu não sentia que Sombrio fosse um lugar adequado para criar meu filho, ainda pequeno. Lá já existiam problemas com drogas e o ensino era muito fraco. Depois de Indaial, fui para Rio do Sul.

Memorial do MPSC – *Como foi em Indaial?*

Sonia Groisman Piardi – Outra comarca trabalhosa, porque abrangia Apiúna, Ascurra, Indaial e Rodeio. Ocorriam muitos acidentes na BR-470. Mas eu gostei! Um povo sério para se lidar, confiável, embora muito fechado, porque é região de colonização predominantemente alemã.

O ensino em Indaial era bem melhor. Para se ter uma ideia, antes de sairmos de Sombrio, queriam que meu filho pulasse a 4ª série, porque o achavam adiantado, com o que não concordei, pois entendia que ele deveria cursar normalmente o primeiro grau. Quando fomos para Içara, matriculei-o no Colégio Marista, de Criciúma: ele teve enorme dificuldade de acompanhar a turma, devido ao baixo nível do ensino que recebera. Eu tinha que levá-lo todos os dias para a aula, devido à resistência que desenvolveu; não queria ficar em sala, porque não conseguia acompanhar os colegas. Foram seis meses assim, até que conseguiu se nivelar com a turma. Aí ele passou a ir de ônibus (Içara fica a 8 km de Criciúma). Quando viemos para Indaial, matriculei-o no Colégio Santo Antônio, de Blumenau, mas ele não gostou, ficava difícil ir e voltar de ônibus; depois, não conseguiu se enturmar. Então o transferi para o Colégio São Paulo, em Ascurra, um educandário pequeno, com duzentos e poucos alunos na época. Os alunos eram como se pertencessem à mesma família. Foi bom e produtivo para ele.

Em Indaial casei-me pela segunda vez, depois de 15 anos viúva.

Logo em seguida, fui para Rio do Sul, comarca que me proporcionou um grande amadurecimento profissional, onde comecei a trabalhar com a questão dos direitos coletivos. Já em Indaial, me envolvi com a construção da lei que regulamentou a criação do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente, pois foi

bem na época da entrada em vigor do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), um aprendizado muito interessante.

Em Rio do Sul, assumi todas as áreas da Coletividade, inclusive a Infância e a Juventude, além da Fazenda Pública e Fundações. Atuei na defesa do Meio Ambiente, do Consumidor, da Probidade Administrativa, dos Direitos Humanos e da Cidadania. Adquiri um bom leque de conhecimentos; apaixonei-me pela esfera da cidadania, tanto que praticamente não saí mais dela (risos). Trabalhei com muito afinco na área da Infância e da Juventude e ativei o Conselho Municipal de Entorpecentes, que presidi por vários anos, até sair de lá.

Depois, em 1999, fui convidada para coordenar o Centro de Apoio da Cidadania e Fundações, que então se chamava Coordenadoria dos Direitos Humanos e Fundações, pelo Procurador-Geral de Justiça, Dr. José Galvani Alberton. Agora o setor voltou praticamente ao nome que tinha antes: Centro de Apoio Operacional dos Direitos Humanos e do Terceiro Setor. Fiquei seis anos na coordenação: foi uma experiência inigualável, que me proporcionou crescimento profissional.

Foi possível montar vários programas que até hoje existem na instituição. Conseguimos dar atenção a uma área que estava meio abandonada no Ministério Público, a de Fundações de Direito Privado. Fizemos um diagnóstico de todas as fundações do Estado e, com a preciosa colaboração do colega Dr. João Alexandre Massulini Acosta, foi possível verificar as que estavam funcionando, quais eram sérias, quais não eram, quais estavam inativas e deviam ser extintas. As prestações de contas foram padronizadas e informatizadas, através do programa SICAP (desenvolvido pela FIPE/SP), iniciando-se um processo de fiscalização contábil inédito na instituição. A partir desse trabalho, foi criada a Promotoria de Fundações e Entidades do Terceiro Setor, em Florianópolis, que é a 25ª, com atribuições subsidiárias em todo o Estado. A Promotoria tem o controle de todas as fundações do Estado. É uma área muito importante, porque fundações como as educacionais (UNIVALI, UNIVILLE, UNISUL, por exemplo), têm orçamentos três ou quatro vezes maiores do que os próprios municípios onde foram gestadas. Nasceram todas públicas. Depois, quando se tornaram superavitárias – porque não se pode, em tese, falar em lucro em fundações, já que são voltadas à sociedade – a iniciativa privada as assumiu. Era preciso, assim, avaliar cada caso, até para ver se o interesse público não fora ofendido. Foi um período de organização do setor, em que o Ministério Público passou a exercer seu efetivo papel de zelar pelas fundações em todo o Estado, conforme estabelece o Código Civil.

Memorial do MPSC – Houve algum problema mais evidente que tenha se tornado público na época? Como se definiu a natureza jurídica desses entes?

Sonia Groisman Piardi – Pois é. Todas as fundações nasceram públicas. Muitas ainda recebem percentual orçamentário dos municípios que as criaram. A rigor, pela nossa lei, o que nasce público continua público sempre, mas se desvirtuaram. Por isso que o então Procurador-Geral, Dr. Alberton, instituiu um grupo de estudos, que presidi, para definir a natureza jurídica dessas fundações. Nós chegamos à conclusão de que todas eram públicas. Mas o Tribunal de Contas sempre se negou a fiscalizá-las, entendendo não ter condições estruturais para fazê-lo. Imagine, se ele não tem, quem terá? Além disso, o Tribunal entende que não lhe compete a fiscalização de entes que auferem 50% ou mais de suas receitas de fontes privadas. Mas os conselheiros nunca avaliaram como elas nasceram! Preferimos não polemizar e o Ministério Público continua a fiscalizá-las. A informatização das prestações de contas agilizou esse processo. Além disso, na Auditoria Interna, foi criado um setor só de fundações que fazia a análise técnica das prestações de contas para o Centro de Apoio.

Memorial do MPSC – E o trabalho com a saúde?

Sonia Groisman Piardi – É um aspecto muito sensível da área da Cidadania, o grande “carro-chefe”, pois a demanda é expressiva. Criamos, por exemplo, o Programa de Combate à Abusividade de Cobranças no Sistema Único de Saúde – SUS, destinado a combater a duplicidade de cobrança por serviços públicos prestados.

Era uma área desconhecida para mim. Um mundo à parte. Verifiquei que as auditorias feitas pela Secretaria Estadual de Saúde apuravam, às vezes, muitos crimes! Como, por exemplo, o profissional, ou o estabelecimento de saúde, que cobrava do Sistema Único de Saúde pelo serviço prestado, mas cobrava também do paciente atendido. Ou o contrário: às vezes a pessoa demandava um serviço particular, porém, também era cobrado do ente público. A auditoria determinava o ressarcimento ao paciente, ou ao Estado, e arquivava o procedimento. Passei a receber as cópias das auditorias realizadas e depois de analisá-las, as enviava para os promotores com uma sugestão de encaminhamento – pois eu não poderia, e não devo, interferir no convencimento dos promotores, mas é possível orientar e sugerir. Com o apoio do Dr. Alberton, na implementação do programa acima referido, conveniu-se com a Secretaria de Estado de Saúde, a efetivação de um programa informatizado. Assim, toda a auditoria concluída, que apurasse algum tipo de crime ou de duplicidade de cobrança, era encaminhada pela Secretaria Estadual de Saúde direto para os promotores, formando um banco de dados que era atualizado por aqueles que estavam respondendo pela área da Cidadania. Ao receber, o promotor analisava o fato e decidia se arquivava, determinava a abertura de inquérito policial ou transformava em inquérito civil. Enfim, fazia o que

entendesse pertinente, registrando o encaminhamento no banco de dados, o que nos permitia permanecer atentos e informados sobre a questão.

Isso começou com as comunicações do José Serra, então Ministro da Saúde, que mandava cartinhas para parturientes, perguntando como tinha sido o atendimento e informava que: “O serviço custou, para o SUS, tanto.”. Aí começaram as denúncias, muitas dando conta de que o anestesista tinha cobrado em separado, ou o obstetra, ou o pediatra... Foi a partir dessas mãos que começamos a enfrentar o assunto.

Algumas Prefeituras quiseram aderir ao programa, como Jaraguá do Sul. Agora o Termo de Cooperação com a Secretaria de Estado da Saúde venceu e não foi renovado, mas já fiz contato com a colega, Dra. Caroline, falando sobre a importância da renovação, porque se trata de um instrumento que coíbe a espoliação daquele que menos pode – quem procura o SUS, geralmente, é pessoa carente, embora seja um sistema universal, que qualquer um de nós possa demandar.

Na minha atual Promotoria de Justiça, que tem atribuições na área da saúde pública e privada, atuamos em situações delicadas, como a das lavanderias nos hospitais, que foram terceirizadas e o serviço ficou de péssima qualidade, ocasionando falta e deterioração do enxoval. Muitas cirurgias foram transferidas por falta de enxoval, porque a empresa contratada não entregou no prazo a roupa destinada às salas de cirurgia. Também na questão da alimentação: a dieta nos hospitais foi terceirizada, fato que trouxe muitos problemas. Fizemos um grande Ajustamento de Conduta no qual, praticamente, detalhamos todos os itens necessários à composição dos editais, para deixar bem claras as obrigações da empresa que vier a ser contratada, e o Estado fiscalizar melhor.

Outra questão que exige muita atenção refere-se ao Hospital da Polícia Militar, que, abandonado pelo Estado, tem gerado prejuízo ao erário. Os gestores encontraram uma fórmula própria, um jeitinho, para que ele pudesse continuar funcionando, mas que precisa ser bem-avaliada.

Memorial do MPSC – E o trabalho com os idosos?

Sonia Groisman Piardi – Fizemos um programa muito interessante destinado à fiscalização das entidades de longa permanência, os asilos. Criamos planilhas, desenhamos e efetuamos convênios com o Corpo de Bombeiros, com o Conselho Estadual dos Direitos dos Idosos, com a Secretaria de Saúde, com a Vigilância Sanitária e com o CREA. Quando das fiscalizações, que cobriram todo o Estado, cada representante preenchia a planilha na sua área de competência, produzindo

um documento que nos permitia averiguar a existência de eventuais irregularidades. Se necessário, em parceria com os promotores de Justiça, chamávamos a entidade para negociar. Acabamos ajudando muitas delas a ajustar os estatutos, que apresentavam problemas, ou não estavam regularmente constituídos. Para outras, buscávamos até auxílio financeiro para sobreviverem, como, por exemplo, estimular a destinação de doações advindas de transações relativas às ações penais nos crimes de menor potencial ofensivo; além de dinheiro, também lhes eram destinados materiais limpeza, de higiene e assim por diante.

Memorial do MPSC – *Existia alguma orientação do Estado ou era uma prática do Centro de Apoio?*

Sonia Groisman Piardi – Eu já adotava essa prática na Promotoria, em Rio do Sul. Para muitos colegas era intuitivo assim proceder. Numa comarca, conhecemos as entidades que trabalham para a sociedade e que merecem ser apoiadas. Apenas aplicamos essa intuição, essa percepção, em nível estadual. Organizamos o Programa de Fiscalização de Entidades de Longa Permanência, que teve dificuldades para deslançar, porque os colegas não tinham tempo, de forma que adotei a estratégia de marcar visitas previamente, deslocando-me para o interior. Então, juntamente com os colegas, as entidades parceiras e os órgãos municipais comparecíamos nas instituições para realizar o trabalho de fiscalização. Muitos promotores não conheciam as entidades, mas, a partir dessas visitas, passaram a perceber a dimensão do problema e a gravidade da situação vivenciada pelos idosos abrigados.

Não existe no Estado nenhuma instituição pública de longa permanência. Todas são da iniciativa privada! Nelas, é comum a mistura de idosos com portadores de deficiências não idosos, exatamente porque não há entidades preparadas para acolher essas pessoas, na modalidade asilar. A única que existe é a Orianópolis, em São José, onde, além de uma ILPI, há uma instituição para portadores de deficiência ao lado. Lá o atendimento é muito bom, bem-estruturado, profissionalizado. Mas, naturalmente, não pode resolver o problema de todos os que demandam por vagas.

Entrementes, entrou em vigor o Estatuto do Idoso, que reclamou uma pré-análise, dando origem a um artigo que integrou um dos primeiros livros editados sobre o assunto, organizado pelo Dr. Hélio Abreu Filho. Fazia-se necessário começar a discutir o tema, uma vez que o estatuto concretizou direitos há muito reclamados, alcançando repercussão expressiva. Embora se falasse mais em questões envolvendo a gratuidade e descontos no pagamento do transporte público, ele teve implicações grandes no asseguramento dos direitos dos idosos em situação de vulnerabilidade. O Ministério Público tem um protagonismo incrível nessa área, assim como tem com relação à pessoa portadora de deficiência.

Na defesa dos direitos das pessoas com deficiência, organizamos um programa, do qual me orgulho bastante, em que capacitamos pessoas para trabalharem e fiscalizarem a adequação dos prédios de uso público em Santa Catarina. Elaboramos um manual denominado “Promovendo acessibilidade espacial nos edifícios públicos”, que foi lançado em abril de 2013, em parceria com duas professoras da Universidade Federal de Santa Catarina, Marta Dischinger e Vera Helena Moro Bins Ely, especialistas na matéria, cuja primeira edição já se esgotou. Chamamos todas as entidades que trabalham com segmentos de portadores de deficiência, seja sensorial, física ou mental, para colaborar no programa. Montamos tabelas, planilhas, baseadas em leis e nas NBRs (denominação das normas formuladas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT), principalmente a 9.050/2004 que trata da acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos, para possibilitar a realização de vistorias, planilhas para serem aplicadas em todo o Estado, que foram testadas por portadores de deficiência. Uma pessoa cega foi, por exemplo, ao Terminal Rita Maria, para verificar as dificuldades de acesso e orientação existentes naquele espaço. Esses testes também foram realizados por cadeirantes, surdos/mudos e idosos.

Chegamos a fazer um Ajustamento de Conduta com a Assembleia Legislativa – que estava em reforma – visando adequá-la às normas de acessibilidade. Nem o Plenário era acessível! Foram previstos totens táteis, para orientação dos cegos, rampas, reforma de banheiros, dentre outras medidas. Também o Tribunal de Contas do Estado foi adequado, pois conseguimos interferir quando da elaboração do projeto de construção de sua nova sede.

Promovemos um curso de capacitação, que reuniu funcionários do próprio CREA – Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura, o qual sequer possuía comissão específica para tratar do tema. A acessibilidade, nos cursos de Arquitetura, não é matéria obrigatória até hoje! Selamos, então, uma parceria com esse Conselho, que contratou oito ou nove estagiários para auxiliar na efetivação das vistorias. As professoras Marta Dischinger e Vera Helena Moro Bins Ely estruturaram o curso, que capacitou estagiários da Arquitetura (vinte dos quais contratados pelo Ministério Público), mais profissionais do próprio CREA, como referi, do IPUF – Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis, da SUSP – Secretaria de Urbanismo e Serviços Públicos, do DEINFRA – Departamento Estadual de Infraestrutura, porque nenhum deles tinha profissionais com habilitação na área. Participaram, ainda, do curso, representantes do Conselho Municipal do Idoso, do Corpo de Bombeiros Militar, da Fundação Catarinense de Educação Especial, da Associação de Surdos da Grande Florianópolis, da Associação Florianopolitana de Deficientes Físicos, da Associação de Pais e Amigos de Pessoas Portadoras de Deficiência do Banco do Brasil, além do próprio Ministério Público.

Concluída a capacitação, os estagiários foram a campo para aplicar as planilhas, vistoriando escolas, postos de saúde, hospitais, Fóruns, Promotorias de Justiça, etc. A partir desses levantamentos, começamos a negociar os Ajustamentos de Conduta. Além da Assembleia Legislativa e do Tribunal de Contas, obtivemos o compromisso do Tribunal de Justiça de tornar acessíveis as futuras construções de Fóruns e incluir adaptações nos prédios a serem reformados, porém, seus representantes não aceitaram pactuar a medida com relação aos prédios em funcionamento.

Trabalhamos na questão dos concursos públicos, visando garantir vagas às pessoas com deficiência. Era raro o edital de concurso que estipulasse tal reserva; muitos deles, inclusive, excluía algumas deficiências, como a visual. Realizamos Ajustes de Conduta com órgãos e empresas públicas e promovemos ações civis públicas contra aqueles que não adaptaram seus editais, a exemplo da Secretaria de Segurança Pública, cujo edital exigia que os portadores de deficiência fizessem as mesmas provas de esforço físico dos não deficientes. Se o candidato não tinha uma perna, como é que iria correr? Não tinha um braço, como é que iria fazer apoio? Apesar de os responsáveis pelo concurso terem aceitado modificar as regras do edital para prever percentual de vagas destinado às pessoas com deficiência, não fizeram nenhuma diferenciação quanto aos testes de esforço físico! Foi uma luta intensa e desgastante, mas vencemos.

Desenvolvemos campanha contra a discriminação dos portadores de doenças contagiosas como a AIDS e a hepatite, bem como em relação aos portadores de sofrimento mental – que envolve tanto as pessoas com deficiência, quanto aquelas com alguma doença psíquica. Em 2001 entrou em vigor a Lei 10.216/2001, resultado da aguerrida luta levada a efeito pelo Movimento que ficou conhecido pela “luta antimanicomial”, a qual previu a desospitalização de pacientes e a redução de leitos psiquiátricos. Na época, eu fazia parte da Comissão Permanente de Saúde do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais – CNPG, representando Santa Catarina, e fui relatora do projeto de regulamentação dessa lei, pois o Ministério da Saúde havia solicitado a colaboração da CNPG. Só que, infelizmente, o Ministério da Saúde não acolheu as nossas observações e acabou baixando de afogadilho uma portaria para regulamentar a lei, ao invés de um decreto contendo as nossas sugestões.

Como consequência da mencionada lei, criamos, no âmbito do Ministério Público de Santa Catarina, uma comissão multidisciplinar para fiscalização das internações psiquiátricas involuntárias, formada por psiquiatra, psicólogo, assistente social, representantes de familiares e de portadores de transtornos mentais. Realizávamos reuniões semanais para analisar as internações ocorridas em todo o Estado. Para viabilizar esse trabalho, criamos instrumentos destinados à comunica-

ção e monitoração das internações realizadas, pois os estabelecimentos de saúde são obrigados a nos informar, em até 72 horas, toda a internação psiquiátrica efetuada contra a vontade do paciente. Analisávamos e acompanhávamos as baixas e as altas hospitalares com o objetivo de evitar os erros do passado, que transformaram hospitais psiquiátricos em verdadeiros depósitos de pessoas, que lá permaneciam durante vinte ou trinta anos, muitas vezes, simplesmente por sofrerem de epilepsia.

Outra ação interessante que levamos a cabo relacionou-se à prevenção e recuperação de usuários de drogas psicoativas. Durante muito tempo fiz parte do Conselho Estadual de Entorpecentes e reativei o Conselho Municipal de Entorpecentes de Rio do Sul. Com a colaboração do Conselho Estadual desenvolvemos uma campanha para incentivar a instalação de Conselhos Municipais e para revitalizar aqueles que estivessem inoperantes. Santa Catarina é o Estado que possui o maior número de Conselhos Municipais de Entorpecentes (COMENs), hoje denominados Antidrogas. Também implantamos um programa destinado à fiscalização e orientação de Comunidades Terapêuticas. Em parceria com a Vigilância Sanitária, Conselho Estadual e Municipais Antidrogas e outros órgãos, logramos a legalização e adequação de algumas entidades às normas da ANVISA, de combate a incêndios, de edificações e da assistência social.

Os seis anos em que estive na coordenação do Centro de Apoio Operacional proporcionaram-me grande crescimento pessoal e aperfeiçoamento profissional. Foram de muito trabalho e angústia, pois precisei atuar em áreas novas para mim. Meu primeiro contato com o emaranhado de normas que regem a saúde pública foi intimidador, mas a perseverança levou-me a atingir uma visão razoável do sistema, tornando-me sua fiel defensora. Procuro fazer o que posso para evitar que o Sistema Único de Saúde, o melhor plano de saúde do Brasil, como asseverou o IDEC – Instituto de Defesa do Consumidor de São Paulo, seja desestruturado e contrarie os princípios constitucionais.

Fundamos, em 2004, a AMPASA – Associação Nacional do Ministério Público de Defesa da Saúde, entidade que presidi, nas duas primeiras gestões, por quatro anos. Nesse período, reunimos um quadro associativo de quase 150 promotores e procuradores do Brasil inteiro. Promovemos quatro encontros nacionais, em Salvador, Palmas, Florianópolis e Fortaleza. Palmas é a cidade mais quente desse mundo: 40° de dia e de noite! Organizei o encontro em Palmas à distância, de Florianópolis, foi um sufoco! Mas, conseguimos atingir 350 participantes e desenvolver um ótimo conteúdo; todo mundo gostou. O terceiro encontro, no Costão do Santinho, teve como tema central: *SUS – patrimônio da sociedade*. Congregou 400 participantes, contou com a presença do Ministro da Saúde, Dr. José Azenor Álvares da Silva, e o

inestimável apoio da Procuradoria-Geral de Justiça. Foi aquele que mais projetou a Associação e, na minha ótica, mais contribuiu para a efetivação e aperfeiçoamento das políticas públicas de saúde. Para registrar esse evento, organizamos e publicamos os Anais do Encontro, pela Editora Conceito, de Florianópolis, contendo as 19 teses aprovadas na ocasião. Já o quarto encontro contou com mais de 700 inscritos e repercutiu país afora. Na ocasião, coordenei a comissão científica. Agora estou de posse do material necessário para organizar seus anais, contudo não sei se terei “pernas” para tanto. Nos primeiro e segundo encontros, realizamos oficinas, experiência valiosa, porque trazem o conhecimento para o âmbito da prática. A troca de experiências, aliada ao debate de casos concretos, permite que se vá além do contexto teórico e conceitual.

No Centro de Apoio víamos a necessidade de aprimorar e dar efetividade à atuação ministerial na área fundacional, devido à maneira acanhada como eram tratadas tais instituições e à falta de estrutura para zelar por elas. Almejávamos a criação de uma Promotoria especializada em fundações, na capital, com atribuições complementares em todo o Estado, objetivando uniformizar procedimentos e poder alcançar uma visão global desse universo, pois, em significativo número delas, circulam cifras maiores do que os orçamentos municipais de onde se localizam. O pleito acabou sendo acolhido pela Administração Superior. Sentimos, igualmente, a necessidade de implementação de uma Promotoria da Saúde, em razão da grande demanda existente em todas as comarcas. Na verdade, eu defendia a criação de duas Promotorias de Saúde: uma que trabalhasse com a política pública, de alcance estadual, e outra voltada para as questões municipais, exatamente como acontece com a área da Improbidade Administrativa. Infelizmente, a 33ª Promotoria demorou para ser criada, embora tenha sido pauta de campanha de candidatos à PGJ. O Dr. Gercino Gomes Neto foi quem a criou. Porém, não lhe conferiu atribuições somente na área da saúde pública, adicionou-lhe a saúde privada e o controle externo da atividade policial. De consequência, o volume de trabalho assumiu proporções que impedem o regular impulsionamento de processos judiciais e extrajudiciais. Na esfera da saúde privada, instalou-se o entendimento de que estão afetos, à competência dessa Promotoria, os mais variados temas, desde os planos de saúde à banquinha de feira que funciona sem alvará sanitário, ou a prática de crimes contra relações de consumo e de propaganda enganosa.

De outro lado, possuo dificuldades para conseguir estagiários dispostos a vir para cá, pois além de a matéria ser desconhecida dos estudantes, queixam-se da sobrecarga de trabalho existente. Quase tudo nesta Promotoria é novidade para os acadêmicos, pois não existe a disciplina de Direito Sanitário no currículo dos

curso de Direito. Se aparecem especializações, invariavelmente situam-se na área da Medicina. O primeiro curso de especialização em Direito Sanitário dirigido para operadores do Direito de que se tem notícia, foi promovido pela Comissão Permanente de Saúde do CNPG, com verba do BID. A Presidência da AMPASA propiciou-me uma atuação nacional e abriu as portas do Ministério da Saúde. No primeiro mandato, realizamos cursos dirigidos para membros do Ministério Público e Conselheiros de Saúde dos Estados do Maranhão, Acre, Rondônia, Roraima, Amapá e Mato Grosso, resultado de convênio celebrado com a SAS – Secretaria de Atenção Básica em Saúde, do Ministério da Saúde. No último mandato, integrei a Comissão Organizadora da Conferência Nacional de Saúde. Outra experiência grandiosa.

Memorial do MPSC – *Algum processo que tenha lhe chamado mais a atenção nessa trajetória, tanto no Centro de Apoio quanto nas Promotorias?*

Sonia Groisman Piardi – Veja, houve muita coisa. Lembro-me de um, na área eleitoral, em Rio do Sul. Um candidato, vereador há trinta anos e presidente da Câmara, recebeu verba para participar de um seminário em Pernambuco. Porém, ao invés de viajar, permaneceu em Jaraguá do Sul, dizem que na casa da amante. Investiguei, sob sigilo, e ele acabou não se elegendo. Noutro caso, um fiscal da Receita Estadual, também candidato a vereador, ameaçava os empresários dizendo que “Se não votassem nele e não conseguissem mais sete votos, no mínimo, iria realizar uma devassa fiscal em seus estabelecimentos”. Prometia infernizar a vida de quem não o apoiasse. Nos dois episódios, foram deflagradas ações penais e o povo lhes deu a resposta merecida, não os elegendo.

Outra experiência muito legal, decorreu de Ajustamentos de Condutas que motivaram a introdução de vagas destinadas a portadores de deficiência visual nos editais de concurso do Município de Florianópolis e da CASAN – Companhia Catarinense de Águas e Saneamento. Nas fiscalizações realizadas em instituições, as irregularidades constatadas foram resolvidas extrajudicialmente. Aliás, sempre preferi atuar extrajudicialmente, pois quando necessito ajuizar uma ação, já me sinto 50% derrotada, isto porque o diálogo, a conciliação e o acordo entabulados com a parte requerida falharam.

Outra coisa interessante que aconteceu quando eu estava no Centro de Apoio, foi a instituição do Fórum Catarinense pela Preservação da Vida no Trânsito. Sempre me preocupei muito com as mazelas do trânsito, preocupação que também assolava o Procurador-Geral, Dr. José Galvani Alberton, pois causa mais mortes e sequelas do que qualquer doença. Depois, as estatísticas que temos são todas subdimensionadas: só contabilizam os óbitos ocorridos no local do acidente, no

máximo até a entrada no hospital. Não há acompanhamento na fase posterior, de modo a conferir exatidão aos dados estatísticos.

Memorial do MPSC – *Ou de quem fica com sequelas gravíssimas...*

Sonia Groisman Piardi – Também não. O custo social, familiar e pessoal é brutal. Foi uma importante iniciativa. Realizamos seminários que lotaram o auditório da Associação Catarinense de Medicina, os quais contaram com participantes do Brasil inteiro. Houve até um concurso, que mobilizou todas as escolas estaduais, para escolher a logomarca do Fórum que, inicialmente, era composto por representantes do Ministério Público, do Conselho Regional de Medicina – CREMESC, da Associação de Engenheiros – ACE, e da OAB. Contribuímos para a prevenção de acidentes. Por exemplo, antes de ser construído o atual acesso para o Santuário da Madre Paulina, o grupo técnico do Fórum elaborou alternativa considerada mais segura, a qual foi apresentada aos prefeitos da região. Outra contribuição se deu por conta da liberação para o tráfego no trecho Norte da BR-101, sem a devida sinalização horizontal e vertical. Reportamos a situação ao Ministério dos Transportes, motivando a suspensão dos pagamentos à empreiteira responsável, enquanto não concluísse a sinalização. Por causa disso, crucificaram-me em tudo o que foi jornal (risos)...

Memorial do MPSC – *Pois é, como é que tem sido ao longo da sua carreira a relação com a imprensa?*

Sonia Groisman Piardi – De modo geral, me dou muito bem com todo mundo. É claro que sempre há interesses contrariados quando se atua em defesa da sociedade, como ocorreu na questão da suspensão dos repasses financeiros à empreiteira, por isso não é incomum que se receba muitas críticas e olhares enviesados. Mas, tenho convicção de que estou do lado certo, buscando o que é melhor para a sociedade que me compete defender como promotora de Justiça, senão, eu já teria me aposentado, pois tenho bastante tempo de serviço acumulado.

Memorial do MPSC – *A imprensa também ajuda?*

Sonia Groisman Piardi – Sim, muito! De diversos fatos importantes, para esclarecer pontos relativos a investigações em andamento, fiquei sabendo pela imprensa. Jornalistas me ligam, me alertam: “A senhora viu isto? Viu aquilo?”. Normalmente estou assoberbada de serviço; por isso, nem sempre, consigo acompanhar os acontecimentos em tempo real.

Na ação cautelar preventiva, que movi contra a terceirização do SAMU, eu nem sabia que o Estado havia recorrido para o Superior Tribunal de Justiça da li-

minar concedida em primeiro grau, o qual encaminhou o assunto para o Supremo Tribunal Federal. Foi um jornalista quem me ligou dando a notícia. Ele, inclusive, forneceu-me o número do recurso para conhecer o teor da decisão do Ministro Ayres Britto, relator do processo.

Memorial do MPSC – *E já que estamos falando da sua relação com outros entes da sociedade, a senhora mencionou a dificuldade, durante um ano, se não me engano, com um juiz em Sombrio...*

Sonia Groisman Piardi – Um juiz já aposentado.

Memorial do MPSC – *... que teria uma atitude mais machista. Então, como é que tem sido o convívio com o Judiciário, com os juízes nas comarcas?*

Sonia Groisman Piardi – Esse episódio se deu lá por 1986 e 1987... Depois, encontrei na carreira mais um juiz, para ser mais específica, que não era muito sério. Mas foram fatos isolados. De um modo geral, foram grandes parceiros, principalmente no interior, onde temos condições de discutir as questões mais complicadas que aparecem com o magistrado. Sei que há uma desvantagem com relação ao advogado, mas acho que merecemos esta vantagem, pois não estamos trabalhando em favor do interesse de nenhuma pessoa, individualmente. Estamos defendendo o interesse da sociedade.

Hoje trabalhamos com muitos juízes! Uma ação pode ser distribuída para um ou para outro, não são sempre os mesmos. Também trabalhamos fora do ambiente em que estão os juízes, de forma que eles ficaram mais distantes fisicamente. Acho que a parceria com a magistratura é muito boa e, sempre que precisei contatar os juízes, fui prontamente e muito bem-recebida.

Memorial do MPSC – *A senhora percebe diferença entre o primeiro e o segundo graus, de orientação, de visão, com relação às grandes questões do momento?*

Sonia Groisman Piardi – Sim, o segundo grau da magistratura continua na mesma posição processual do primeiro: julga. O juiz julga no primeiro grau, o desembargador julga no segundo. Porém, no segundo grau do Ministério Público verifica-se o abandono, ou pelo menos a flexibilização, de muitas lutas desencadeadas no primeiro grau. Veja, os procuradores de Justiça, diante de um recurso interposto numa ação penal pública, mudam de posição processual, não continuam no polo ativo da demanda, não mais se portam como autores da ação, assumem a posição de fiscais da lei (*custos legis*). De consequência, o Ministério Público passa a exercer somente parte de suas atribuições de seu múnus. E o que é pior, deixam as ações órfãs, sem autor!

Na minha dissertação abordei a questão sob o enfoque da função social desenvolvida pelo segundo grau do Ministério Público Estadual na área Penal, nas ações civis públicas e de improbidade administrativa. Entendo ser inconstitucional a atividade do Ministério Público Estadual de segundo grau. No Congresso Nacional do Ministério Público, do ano 2011, em Belém, defendi essa tese relativamente às ações penais públicas, a qual foi aprovada por unanimidade. Não existe, em Direito Penal, mais especificamente nas ações penais públicas, a figura do fiscal da lei. Nós acumulamos as duas funções (autor e fiscal). Apesar disto, quando ela vai para o segundo grau, em razão de recurso da defesa ou do próprio Ministério Público, nós nos desvestimos da condição de autores e passamos à condição de fiscais.

Tal transformação é decorrência da tradição institucional, compatível com o tempo em que o Ministério Público não realizava nem concurso para prover seus cargos. Naquela época se fazia, ainda, a defesa do Estado e da União; não existia a Procuradoria-Geral do Estado, tampouco a Advocacia-Geral da União. Hoje não se pode admitir que uma ação penal pública fique pernetá, sem o autor, quando em grau de recurso. Nós somos promotores de Justiça, órgãos de execução, no primeiro grau de jurisdição. O órgão de execução do segundo grau é o procurador de Justiça; ele tem que assumir a posição de autor da ação! Não só na ação penal pública, mas, também, na ação civil pública, na ação de improbidade e em todas aquelas que o Ministério Público originalmente propõe. Nós somos unos e indivisíveis, está lá na Constituição, a qual não faz nenhuma diferença entre a atuação do Ministério Público em primeiro e segundo grau. A diferença é que nós, promotores, trabalhamos junto à Justiça de primeiro grau, junto aos juízes nos Fóruns, e os procuradores trabalham junto à Justiça do segundo grau, nos Tribunais. Então, cada um tem que fazer o seu papel. Nós não temos que invadir a função do segundo grau e nem eles podem invadir a nossa. A nossa Lei Orgânica Nacional, neste tanto, é resquício do autoritarismo que vigorou no país, já que titula os procuradores de órgãos de Execução de segundo grau, porém, não lhes dá nenhuma atribuição direta. Todas as atribuições que os procuradores desenvolvem são por delegação do procurador-geral de Justiça. De consequência, há quem defenda a tese de que não precisaria existir o segundo grau, pois o procurador-geral poderia delegar funções, atualmente cometidas aos procuradores, para promotores. O dia em que a sociedade e outros órgãos se aperceberem do peso financeiro que representa o segundo grau nos Ministérios Públicos Estaduais, poderão chegar à conclusão de que não fará diferença sua existência... Pelo que sei, somente no Ministério Público de Minas Gerais existe um núcleo de procuradores que trabalha nas ações civis públicas em que somos originariamente autores, mantendo tal posição processual.

Memorial do MPSC – *Há uma tendência de especialização do segundo grau? É o caminho?*

Sonia Groisman Piardi – Sim há, mas sem assumir a postura de parte, como é no primeiro grau. Em Santa Catarina, um ato criou um núcleo na área cível de procuradores, para atuar nas ações civis públicas propostas por nós, que iniciou seus trabalhos há pouco tempo – talvez um ano, porém, os procuradores e procuradoras ainda não atuam nelas como autores! É imprescindível que haja continuidade entre a ação do primeiro e do segundo grau, como é na magistratura, sem esse seccionamento que, reitero, é prejudicial ao deslinde das ações propostas e inconstitucional. Precisamos rever isso. Nem há necessidade de lei nova! É uma questão de postura institucional, do profissional, que necessita ser discutida e adequada à Constituição Federal.

Na minha dissertação de mestrado entrevistei três procuradores de Justiça, três desembargadores e três ministros do STJ, aplicando-lhes um questionário. No âmbito de um inquérito civil público, o promotor de Justiça se empenha, luta e, a duras penas, consegue firmar um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) com determinado município, por exemplo. Porém, o compromissário (prefeito) não o cumpre, obrigando o promotor a executá-lo. Quando a lide, impugnada através de recurso ao TJ, ascende ao segundo grau, não se vê o mesmo compromisso na efetivação do acordo como aconteceu na origem.

Tenho conhecimento de um caso em que, descumprido o TAC, houve a propositura de recurso à decisão proferida na ação de execução do título extrajudicial. Todavia, o colega de segundo grau negou-se a integrar a lide, sob a alegação de falta de interesse público na questão. É algo totalmente desprovido de lógica, inaceitável.

É certo que a independência funcional precisa ser preservada tanto por quem está no primeiro grau, quanto por quem se encontra atuando em segundo grau. Um procurador pode se posicionar contrariamente ao que pensa um promotor, mas precisa manter a mesma posição processual do ente de primeiro grau. Nós somos unos e indivisíveis, mas de consciências e convicções autônomas, separadas. Por isso, torna-se indispensável repensar a questão; efetivamente realizar uma reflexão profunda sobre a atuação do Ministério Público de segundo grau.

Memorial do MPSC – *Essa dissertação foi defendida onde?*

Sonia Groisman Piardi – Na UNIVALI, em Itajaí. Aliás, ela foi transformada no livro *Função social do Ministério Público Estadual de segundo grau: análise crítico-reflexiva da sua (in)constitucionalidade*, publicado pela Editora Insular, cujo lançamento

nacional ocorreu durante o XX Congresso Nacional do Ministério Público, em outubro, na cidade de Natal/RN, e o lançamento estadual ocorrerá no próximo dia 6 de dezembro de 2013, durante o jantar de confraternização promovido pela Associação Catarinense do Ministério Público – ACMP.

Memorial do MPSC – *Como está a produção de conhecimento pelos membros sobre o Ministério Público, em nível de pós-graduação? Existe esta reflexão sobre a instituição?*

Sonia Groisman Piardi – Tanto a Escola da ACMP, quanto o próprio CEAF, que é nosso Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional, estão incentivando muito que nos especializemos, que façamos pós-graduação, mestrado e doutorado. Porém, com franqueza, não estou vendo que isso tenha revertido em prol da instituição. Observei, de modo geral, a obtenção de mais proveito pessoal do que institucional.

Quando me candidatei para fazer o mestrado, já tinha decidido que iria escrever sobre o Ministério Público. Não foi fácil, porque era preciso identificar um orientador que contemplasse esta temática em sua linha de pesquisa. O orientador quer sempre que seu orientando desenvolva investigação científica coerente com sua inserção acadêmica. Eu tive muita sorte, porque, ao declinar na entrevista o tema escolhido, obtive a aceitação do orientador designado pela direção do curso, o hoje falecido Prof. Dr. Osvaldo Ferreira de Melo. Grande intelectual, pessoa maravilhosa, disponível e amiga que, a princípio, me deu umas boas chacoalhadas, porque me manifestava de modo pontual, não conseguia visualizar o tema com a abrangência científica necessária. Ele me ensinou a enfrentar o assunto com uma abordagem alargada, universalizada.

Estou sentindo-me gratificada com essa dissertação, pois acho que foi um trabalho reflexivo útil para a melhoria do destino institucional. Já tive, inclusive, oportunidade de defender minhas teses numa reunião com as Procuradorias Cíveis; encaminhei o texto para o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) e ao Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais (CNPGE), no intuito de provocar discussão interna. Ainda não recebi retorno dessas duas instâncias, mas estou apostando na repercussão do livro que, tanto em Natal como no seio do Ministério Público catarinense, tem chamado a atenção e animado muitos debates, fato ocorrido, inclusive, durante o estágio orientado dos promotores de Justiça que assumiram no último dia 22 de novembro de 2013.

Existem muitos colegas que estudam e escrevem sobre o Ministério Público. O colega Dr. Hugo Nigro Mazzilli, de São Paulo, é uma referência nacional; possui muitos artigos e cerca de dez obras publicadas, das quais quatro foram

consultadas para a produção da dissertação. Elas serviram de base para minha pesquisa. Contudo, ele não trata do assunto na perspectiva que abordei. Outro colega, Dr. Rogério Schietti Machado Cruz, do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, também tem textos analisando a atuação do Ministério Público. Destaco, ainda, o Dr. Márcio Soares Berclaz, do Paraná, e os Drs. Paulo Vasconcelos Jacobina e Paulo Queiroz, ambos do Ministério Público Federal, que possuem ideias bem avançadas sobre a atuação dos representantes institucionais junto aos Tribunais Superiores. Porém, nenhum deles chegou a afirmar que é “inconstitucional” a mudança que se opera na postura processual.

Enfim, creio que a reflexão acadêmica produzida pelos membros tem, de modo geral, revertido pouco em benefício da instituição. A especialização está servindo mais para as universidades... Ou, então, para advogar, quando o conhecimento haurido durante o exercício da profissão acaba sendo utilizado contra o próprio Ministério Público.

Outro aspecto a considerar é que a classe tem certa prevenção para com os colegas mais intelectualizados, mais ligados à academia. Não é só no nosso Ministério Público, mas percebi isso também em outros. Os colegas que se sobressaem academicamente, cursando mestrado ou doutorado, nem sempre são bem-acolhidos.

Memorial do MPSC – Por quê?

Sonia Groisman Piardi – Em parte é uma reação à atitude assumida pelos mestres e doutores, que se colocam numa posição de superioridade em relação aos demais. Não pode ser assim. Conheço pessoas que se transformaram completamente depois de uma pós-graduação, tanto pessoalmente como no exercício profissional. Por exemplo, aquele que era altamente criminalizador – que condenava até a sombra – hoje é um libertário inflamado. A universidade mexe muito com a pessoa. *Contrario sensu*, ela também pode endurecer, recrudescer seus egressos.

Memorial do MPSC – A senhora foi professora da Universidade de Caxias do Sul, não é?

Sonia Groisman Piardi – E também na Escola da Associação do Ministério Público e na UNIDAVI – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí.

Memorial do MPSC – Continuas dando aulas?

Sonia Groisman Piardi – Não.

Memorial do MPSC – *Pois é, a presença de membros do Ministério Público nas universidades é cada vez menor, ou é impressão minha?*

Sonia Groisman Piardi – As barreiras aumentaram, porque o Conselho Nacional do Ministério Público e as Corregedorias-Gerais estão limitando o exercício do magistério a um estabelecimento de ensino. Acho que isso é reflexo da circunstância de que muitos membros se dedicaram mais às universidades do que à instituição. Daí a restrição que vem ocorrendo. Pessoalmente, entendo que deva existir um equilíbrio entre o exercício das duas atividades. Não posso dar aula de manhã, tarde e noite, sendo promotora de Justiça! Quando é que vou trabalhar? Não é possível deixar as Promotorias de Justiça nas mãos do assistente, do residente e dos estagiários! Se isso vier a acontecer, com certeza, estaremos contribuindo para a queda de qualidade do trabalho desenvolvido. É bem verdade que as atividades nas Promotorias são estafantes e, em algumas, incompatíveis com o quadro funcional existente. São pilhas e pilhas de processos judiciais e extrajudiciais... Basta ver quantas vezes tivemos de interromper esta entrevista, por conta de questões urgentes que necessitavam ser encaminhadas hoje! Outros assuntos são desafiadores, com pouca literatura, que obrigam a semanas de estudos antes de serem encaminhados.

Memorial do MPSC – *Quais os desafios do Ministério Público hoje?*

Sonia Groisman Piardi – Bom, nós temos muitos inimigos, por conta do trabalho realizado. Talvez, nem tenha como ser diferente. Afinal, quem transgredir a lei não pode ser nosso amigo, não pode estar do nosso lado, não é? Então, creio que nosso grande desafio reside na melhor qualificação de nossa tarefa de bem defender a sociedade, de levar adiante nossas lutas e de firmar, junto aos Tribunais Superiores, a nossa identidade. Acho que o Ministério Público sofre uma grande crise de identidade junto aos Tribunais. Quem atua no STF é o procurador-geral da República; no STJ são os subprocuradores da República. Praticamente o mesmo se dá na Justiça Comum, onde atuam os procuradores de Justiça: a maioria entra muda e sai calada. Nosso grande desafio, portanto, é a conquista de uma identidade própria no segundo grau de jurisdição e nos Tribunais Superiores, compatível com aquilo que é determinado pela Constituição Federal.

Depois, há todos esses ataques às atribuições ministeriais e a nossa independência funcional, como o projeto de Lei da Mordada, a previsão de multas pessoais aos autores de ações civis públicas que venham a ser julgadas improcedentes... Sei que são propostas ações civis públicas temerárias, mas isso é decorrência da inexperience de muitos; depois, todas as instituições têm suas falhas! Faz parte do aprendizado de cada um que entra na instituição.

Internamente existem, ainda, muitos desafios. Veja o caso da eleição ao cargo de procurador-geral. Creio que podemos estar caminhando no sentido de que todos os candidatos venham a se tornar reféns do primeiro grau: os promotores são a maioria do quadro e seu voto têm o mesmo peso dos membros do segundo grau. Ainda mais agora, quando, em grande parte dos Estados é permitida a candidatura de promotores! Há uma crescente preocupação em agradar o primeiro grau, até por instinto de preservação política. Temo que isso possa nos desviar, perigosamente, de rumo.

Memorial do MPSC – *A senhora chegou a ocupar alguma função na administração do Ministério Público, além do Centro de Apoio?*

Sonia Groisman Piardi – Além dos seis anos como coordenadora do Centro de Apoio dos Direitos Humanos e do Terceiro Setor, participei da banca de dois concursos de ingresso ao Ministério Público, representei a instituição em duas Comissões Permanentes do CNPG e integrei algumas comissões de trabalho. Também presidi o Conselho Fiscal da ACMP, coordenei Grupos Regionais de Estudos, integrei seu Conselho Consultivo e participei do Conselho Pedagógico da Escola da ACMP.

Memorial do MPSC – *Como foi essa trajetória na administração associativa?*

Sonia Groisman Piardi – Foi em um período de transição. O Dr. Lio Marcos Marin era o Presidente da ACMP e, por ser uma pessoa muito organizada, com uma visão aguçada, competente e um profissional disciplinado, preocupou-se bastante em ajustar e dar transparência a todas as questões contábeis e administrativas. Realizou, com o apoio da diretoria, uma reestruturação administrativa minuciosa. O Conselho Fiscal, neste contexto, teve um papel importante, pois vínhamos de um modelo de gestão antigo, de forma que havia, por exemplo, muitas despesas sem comprovação, o que era aceito. Estabelecemos parâmetros de atuação, encaminhamos diversas recomendações à diretoria, que foram acatadas. Reuníamos-nos mensalmente para examinar balancetes e os documentos que os acompanhavam. Foi uma experiência boa, pois pude conhecer bem as entranhas da nossa própria Associação. Na época, inclusive, recebíamos polpuda verba do Fundo de Reaparelhamento da Justiça, de sorte que movimentávamos valores expressivos, numa conta bancária específica, da qual podíamos utilizar recursos para aperfeiçoamento funcional e compra de material imobilizado também. Hoje já não há mais esta verba.

A Escola, igualmente, possuía expressiva movimentação financeira. Mas não tinha ainda existência formalizada estatutariamente, situação que foi corrigida com sua transformação em Departamento da ACMP, conforme proposto pelo Conselho

Fiscal, embora se tenha cogitado, inclusive, de transformá-la em fundação. Hoje ela está estruturada, com diretor e tudo. Antes da mudança estatutária, ela ficava jungida ao Departamento Cultural, apesar de se portar de forma autônoma na prática. Foi uma época de grandes transformações. Tive muita sorte de participar do Conselho Fiscal.

Também concorri para a Diretoria da ACMP. Antes da vigência do atual Estatuto associativo, o voto era individualizado, dirigido para candidato específico. Então, se existissem duas ou mais chapas concorrendo à eleição, podia-se votar no diretor financeiro de uma, no presidente de outra e assim por diante. Lutamos para que fosse alterado o Estatuto neste aspecto, objetivando a eleição de chapa fechada, visando evitar situações em que pessoas com posicionamentos completamente antagônicos tivessem que trabalhar juntas, prejudicando o desempenho da gestão. Muitos até brincavam que a diretoria parecia uma “salada de frutas”. Candidatei-me no âmbito da chapa encabeçada pelo Dr. Pedro Roberto Decomain, nessa época. Para minha satisfação, obtive a maior votação comparativamente aos demais integrantes de minha chapa. Quando fui candidata ao Conselho Fiscal, que depois presidi, também conquistei a maior votação de todos os concorrentes.

Memorial do MPSC – *Que ano foi isto?*

Sonia Groisman Piardi – Deve ter sido nos anos 2002, 2004, por aí.

Memorial do MPSC – *Em sua opinião, a mulher no Ministério Público tem alguma dificuldade ou facilidade que o homem não tem?*

Sonia Groisman Piardi – Hoje penso que não há mais muita diferença, embora ainda predomine um horizonte machista na instituição. Somos em maior número no quadro; depois, o Ministério Público foi “oxigenado”, na medida em que o número de membros foi se ampliando. Mas, quando ingressei, sim, eram muitas as dificuldades de aceitação da mulher promotora de Justiça, tanto que cheguei a ouvir comentários de membros do segundo grau que afirmavam não concordarem com a admissão de mulheres.

Memorial do MPSC – *Isso chegou então aos seus ouvidos?*

Sonia Groisman Piardi – Claro! Um procurador chegou a dizer que, para ele, “nenhuma mulher ingressaria no Ministério Público”.

Memorial do MPSC – *E explicou por quê?*

Sonia Groisman Piardi – Não. Foi alguém que sempre se portou de forma discriminadora em relação às mulheres. A sorte é que existiam, é claro, muitos

outros de “cabeças abertas”. A mulher tinha que provar que era competente não só no concurso, mas a cada ato, situação que não acontece com os homens. O homem... sei lá... já estava naturalmente inserido no contexto. Depois, ele joga futebol, toma cachaça e cerveja no bar, tem mais oportunidades de identificar-se com os componentes do segundo grau, cujo quadro ainda é predominantemente masculino... Nós não fazemos isso. De forma que o homem se aproxima mais facilmente de quem está no comando da instituição, por dispor de oportunidades que não estão ao nosso alcance. Hoje, eu até tomo cerveja junto (risos), mas não como eles. Porém, nos anos 80 e 90, não tomava, bem como não ia à boate com eles depois dos encontros regionais (risos). São, ou eram, coisas próprias das diferenças entre os gêneros que favorecem a cumplicidade masculina, que os tornam mais próximos entre si.

Memorial do MPSC – Entendo, os espaços de sociabilização...

Sonia Groisman Piardi – É, eles são mais favoráveis ao homem. Isso é algo que talvez ajude a explicar a reduzida incidência feminina na Administração Superior. Esses territórios de sociabilização ajudam no estabelecimento de afinidades. São ambientes que as mulheres não frequentavam, mas que sempre fizeram parte do universo masculino. Por sua vez, as mulheres não tinham espaços de sociabilização próprios, que auxiliassem na formação de laços políticos.

Nossa instituição ainda carrega um viés machista como já referi. Não que haja preconceito, mas acho que existe uma atitude mental acomodada a um horizonte machista, digamos. Embora tenhamos uma mulher corregedora-geral, que foi muito bem-votada, a instituição ainda não foi dirigida por uma mulher. Tampouco o foi a ACMP, algo que já é comum em outros Estados. Nesses aspectos, estamos atrasados.

Quando à frente do CDH, sentia dificuldade para que fossem aceitas e implantadas as ideias que defendia, frente a um colegiado predominantemente masculino. Naquela época, só tínhamos duas procuradoras de Justiça: A Dra. Rosa Maria Garcia e a Dra. Hercília Regina Lemke. Hoje são sete (uma aposentada). Grande avanço constitui-se a eleição da Dra. Gladys Afonso como Corregedora-Geral, até porque ela é competentíssima. De qualquer forma, a representatividade feminina no segundo grau ainda é pequena.

Isso é como o racismo: embora no Brasil não possamos falar de um racismo institucionalizado, como foi, por exemplo, no regime do *Apartheid* na África do Sul, ou nos Estados Unidos, que deu causa à Guerra de Secessão (Guerra Civil Norte-Americana), é ruim não admitir sua existência, porque aí ele funciona como um fenômeno velado, sublimado, disfarçado, semeando malefícios que as pessoas não reconhecem, mas que prejudicam.

Memorial do MPSC – *Há um olhar feminino sobre a profissão? A mulher olha para o exercício da profissão de uma forma específica, se compararmos com o homem? Ou é a mesma coisa?*

Sonia Groisman Piardi – Penso que é diferente. Nós, de modo geral, nos envolvemos mais. Nós nos entregamos mais. Talvez o homem, porque saiu para o trabalho mais cedo do que a mulher, por conta também da educação recebida, que sempre lhe propiciou maior liberdade do que para a mulher, consegue sair de seu gabinete e esquecer os percalços que enfrenta no dia a dia. Nós não! Eu não consigo! Se tenho algum assunto grave para resolver, por mais que faça meditação, ou que vá para festa e tal, não consigo desligar até encaminhar adequadamente a questão. Acho que nós somos assim... Não posso dizer mais abnegadas; talvez, mais preocupadas... creio que este ainda não é o termo apropriado... Mais ansiosas, talvez?

Memorial do MPSC – *E a área do Meio Ambiente?*

Sonia Groisman Piardi – Em Rio do Sul começamos a aceitar a instrução de boletins de ocorrência sem a necessidade de inquérito policial. Foi uma grande briga. Trabalhei muito com a Polícia Ambiental, tanto que acabei sendo escolhida madrinha da primeira turma de “Protetores Mirins do Meio Ambiente”, formada de crianças e adolescentes, pela Polícia Ambiental de lá. Também recebi o título de “Amiga da Polícia Militar” e de “Amiga do Corpo de Bombeiros Militar” – já em Florianópolis. Na instrução dos procedimentos decorrentes de crimes ambientais, a Polícia Ambiental fazia minucioso levantamento das áreas degradadas, acompanhado de fotografias e filmagens, propiciando a feitura de Ajustes de Condutas muito bons para recuperação das áreas, sempre que possível, e cumprimento de medidas compensatórias. Tais acordos, invariavelmente, eram fiscalizados pela Polícia Ambiental, que figurava como interveniente naqueles documentos.

Memorial do MPSC – *Pois é, esse é um ponto interessante, o da efetividade das ações patrocinadas pelo Ministério Público...*

Sonia Groisman Piardi – Sem dúvida! Um grande problema do Ministério Público e também do Judiciário. Ajustamentos de Condutas envolvendo questões de vital importância para a sociedade, podem não surtir os efeitos almejados, podem não ser efetivos, se o cumprimento de cada um não for acompanhado, fiscalizado. Podem se tornar um grande “nada”! A mais brilhante e justa sentença pode se tornar inócua se não houver quem fiscalize sua execução.

Memorial do MPSC – *Quem acompanha?*

Sonia Groisman Piardi – Nós mesmos. Precisamos acompanhar todas as ações que iniciamos. Se não o fazemos, não estamos cumprindo com nossa obrigação como um todo, embora, estatisticamente, isso não conte!

Na área da Saúde, por exemplo, foi celebrado um Ajustamento de Conduta que foi um grande divisor de águas no Município de Florianópolis, o qual deu início à completa reestruturação dos serviços prestados pelo SUS. Foram complementadas as Equipes de Saúde da Família, realizados concursos públicos para substituição de temporários, criados Prontos Atendimentos (PAs), Centros de Atenção Psicossocial (CAPs), Policlínicas, estruturada a farmácia básica, prestigiado o Conselho Municipal de Saúde, enfim, saímos do caos para um momento de destaque nacional, inclusive com a implantação do SISREG, um programa do Ministério da Saúde para regulação de toda a demanda por consultas, exames e cirurgias, instrumento que dá transparência às filas de espera, evitando que sejam burladas.

Em nível estadual, iniciamos por atacar a indevida invasão dos hospitais públicos pelos planos de saúde, o espaço público sendo utilizado pela iniciativa privada. As prestadoras de serviço, os planos de saúde, tinham sede dentro dos hospitais públicos, operando com funcionários próprios; os médicos, funcionários públicos ligados a esses planos, internavam seus pacientes, os quais, às vezes, ficavam segurando vaga para outros pacientes de planos de saúde ou particulares, de modo que não “sobravam” leitos para pacientes do Sistema Único, quando todos deveriam estar à disposição deles. A menos que o sujeito entrasse pela porta da emergência, pois aí não dava para barrar o atendimento, seria grave demais.

Conseguimos, depois de muita negociação, estabelecer parâmetros em outras áreas nevrálgicas da saúde pública estadual! Como por exemplo, o controle da jornada de trabalho dos profissionais de saúde, principalmente médicos e dentistas, que agora têm ponto digital. Sei que esta providência ainda não é totalmente respeitada, porém, acredito que tenha propiciado a redução da falta de comparecimento às unidades de saúde desses profissionais e, em consequência, atendimento a maior número de pacientes. Outros municípios seguiram o modelo, em decorrência de um grande levantamento realizado em inquérito civil público de âmbito estadual, deflagrado e instruído durante minha passagem pela Coordenação do Centro de Apoio Operacional dos Direitos Humanos e do Terceiro Setor. Foram realizados cruzamentos de dados, para levantar o corpo de médicos e odontólogos existente nos municípios, pois muitos trabalhavam em mais de um município concomitantemente, existindo quem somasse jornadas de trabalho de 40 horas num único dia! Constitui-se em um investimento forte na moralização do serviço público.

Também conseguimos coibir, dentro dos hospitais e espaços públicos, a ocupação indevida pela iniciativa privada. Estou trabalhando desde 2004 neste Ajustamento de Conduta! Até hoje, diz-se que não pode ser ampliado o Instituto de Cardiologia, que funciona nas dependências do Hospital Regional São José, porque espaços do terreno são irregularmente ocupados por bancas de revistas, floriculturas e lanchonetes, sem que o Poder Público adote qualquer iniciativa para reintegrar a posse deles! Este também é um item do Ajustamento de Conduta que agora, para dar-lhe efetividade, tive que acordar com a Secretaria de Estado da Administração e com a Procuradoria-Geral do Estado, o desencadeamento de: primeiramente, a notificação extrajudicial dos ocupantes para saírem; e, posteriormente, o ajuizando de ações para remoção dos renitentes. Fui obrigada, a assim proceder, para impulsionar o cumprimento do referido item pactuado, caso contrário, ele não seria implementado.

Ainda não conseguimos retirar a floricultura e a lanchonete instaladas na área da Maternidade Carmela Dutra. O camarada que tem uma lanchonete na frente da MCD, frita pastéis praticamente na porta de acesso ao laboratório, provocando a entrada do cheiro e da gordura em seu interior. Ele também usa a energia e a água da MCD! E quem paga pela energia e a água que ele consome é o Estado, somos nós os contribuintes! É uma situação recorrente. Todo e qualquer espaço público que for ocupado pela iniciativa privada depende de licitação, até os espaços ocupados pelas máquinas de refrigerante devem seguir esta lógica.

Há grandes espaços que foram entregues informalmente para uso de associações de funcionários que, por sua vez, os cederam para restaurantes. No prédio onde funciona o GAPA – Grupo de Apoio aos Portadores de AIDS, havia um restaurante funcionando na parte inferior, embora o espaço tenha sido cedido para ser ponto de reunião de funcionários públicos. Ocorre que a Associação beneficiária o “terceirizou” para o tal restaurante, cobrando aluguel pela ocupação! No IPQ – Instituto de Psiquiatria de Santa Catarina, existia um local destinado à Associação de Servidores, no entanto, lá funcionava uma loja de venda de roupas, bijuterias, um pouco de tudo!

Convivemos, também, em nossos hospitais, com a figura do médico “boia-fria”. Na época, o Sistema Único de Saúde permitia que médicos não funcionários públicos trabalhassem no Sistema e recebessem honorários, fato que incentivou o Estado a deixar de fazer concursos para suprir seus quadros. A Saúde ficou em torno de quinze anos sem realizar um único concurso para a área. Era comum existirem médicos contratados “de boca”, ou, contratações emergenciais renumeradas pelo serviço prestado, com o “código número 7”, um profissional sem direito a férias,

licenças, nada! Quando ele não podia ou não queria ir trabalhar, convidava um amigo para substituí-lo, de sorte que o diretor do hospital e o chefe do serviço, na maioria das vezes, nem sabia quem estava trabalhando, e muito menos o paciente sabia quem o atendia! Tudo começou a ser moralizado a partir daí. Atualmente, receio que isso volte a ocorrer, por causa dessa onda de privatizações que vem assolando todo o Brasil.

No Município de Florianópolis existiam Unidades Básicas de Saúde, com equipes incompletas, desprovidas de funcionários administrativos, o mesmo acontecendo com as Equipes de Saúde de Família, falta de medicamentos, mal-conservados e assim por diante.

O atraso que a saúde vivia era retratado pela Diretoria Farmacêutica do Estado, em que o controle da dispensação de medicamentos era feito por intermédio de um fichário acondicionado numa caixa de papelão! Hoje o sistema está informatizado, superbem organizado. O Estado distribuía uns poucos medicamentos para os municípios, que eram produzidos pelo LACEN, muito dos quais nem sequer eram necessários, omitindo-se de entregar aqueles obrigatórios, da Relação Nacional de Medicamentos e da REMUME, mesmo para os municípios que estavam sob a gestão básica de saúde. Dessa forma, a Secretaria Estadual de Saúde dava por atendida sua contrapartida no financiamento da atenção farmacêutica. Penso que conseguimos contribuir para que os serviços se organizassem e fossem tornados mais acessíveis à população. Realizamos uma grande audiência pública na PGJ, da qual participaram secretários municipais de Saúde e de Assistência Social de todo Estado, além do *staff* da Secretaria Estadual da Saúde, o CREMESC, o Conselho Regional de Farmácia, dentre outros órgãos. Nela ficou acordado que a SES passaria a repassar sua contrapartida para aquisição de medicamentos em dinheiro, possibilitando que cada secretário adquirisse fármacos consentâneos com as necessidades da população atendida. Cumpre anotar que, essa audiência pública, aconteceu bem antes da instauração do inquérito civil de âmbito estadual. Foi uma das primeiras ações promovidas depois que cheguei ao Centro de Apoio.

Voltando ao IC, quero deixar aqui registrada a decisiva participação do Dr. João Alexandre Massulini Acosta, grande articulador e Promotor de Justiça dos mais laboriosos e competentes que, sem deixar suas funções junto à Comarca de Urubici, aceitou colaborar com o Centro de Apoio, constituindo-se em peça-chave nas negociações com o Estado, CREMESC, ACM e Sindicato Médico, na concretização do acordo firmado com a Secretaria Estadual da Saúde, no ano de 2005.

Depois, os colegas replicaram o modelo no interior do Estado. Principalmente, para depurar os quadros de funcionários. Apurou-se a existência de profissionais

cobrando cargas horárias maiores que 24 horas por dia de trabalho e aqueles que nem apareciam para trabalhar! A luta continua. Na 3ª PJ, tenho inquéritos civis instaurados para investigar denúncias de profissionais que não aparecem para trabalhar, ou que vêm somente para “passar o cartão”. Entram por uma porta equipada com câmera e saem por outra desprovida de tal recurso, sem sequer desligar o motor do carro. E, ainda, voltam bem mais tarde, depois do término de suas jornadas de trabalho e, sem qualquer escrúpulo, cobram horas extras, sem sequer terem desempenhado suas funções! Há inquéritos policiais que estão sendo instruídos pelo Serviço de Inteligência do Ministério Público, caso contrário, não haveria como detectar tais desvios. Pelo menos, estamos apurando as distorções mais emblemáticas, na perspectiva de estancar esse abuso.

Espero que tal providência resulte em um efeito moralizador. Depois, é questão de sintonia fina. É necessário um trabalho contínuo, um investimento sistemático em defesa do serviço público e dos direitos da população. São enormes os desafios. Ninguém consegue resolver tudo de um dia para o outro, até porque é preciso desenvolver uma nova cultura de relacionamento entre o público e o privado, de respeito ao coletivo. É nessa trincheira que lutamos no dia a dia pelo fortalecimento do regime democrático e das garantias do cidadão. Se não fosse o Ministério Público, que emergiu fortalecido da Constituição de 1988, provavelmente não haveria instituição debruçada sobre todas essas questões. Imaginemos a que tipo de convulsões nossa sociedade estaria exposta se não houvesse nenhum tipo de resposta aos mencionados desmandos? Se a credibilidade do sistema político, como um todo, já não é boa, em que situação estaríamos se, nos últimos 25 anos, as lutas do Ministério Público em prol da coletividade não tivessem acontecido?

A questão da carência de leitos hospitalares, também, é um drama latente, devido à crônica falta de recursos humanos. Aliás, essa também é a justificativa do governo estadual para embasar a decisão de terceirizar os serviços do SAMU e do Hospital Florianópolis. As ACPs que ajuzei, objetivando reverter esse processo, obstar que o Estado se substitua na prestação de serviços essenciais como é a saúde, pela iniciativa privada, creio que servirão de parâmetro para o futuro da saúde em Santa Catarina. Só espero que o desfecho delas não tarde muito, senão, corre-se o risco de que o Hospital Regional de Joinville, o Infantil Joana de Gusmão e outros tenham o mesmo destino. O fato é que não podemos silenciar diante de ações que ferem de morte princípios constitucionais, pois a iniciativa privada só pode ser admitida na Saúde Pública de modo complementar, para suprir deficiências, ampliar a oferta de serviços, nunca para tomar o lugar do ente público.

Aqui na Promotoria tramitam ações interessantes, por intermédio das quais conseguimos aproximar diferentes entes da Administração Pública. Um grande problema existente – que passa despercebido pelo cidadão –, diz respeito à falta de comunicação entre os diversos setores, tanto no âmbito municipal como no estadual; eles não conversam entre si. As pessoas remetem-se a eles imaginando que se tratam de organizações coerentes, mas a administração pública é complexa, fragmentada e disfuncional, razão pela qual a mesa de negociação e de aproximação desses órgãos acaba sendo a sala de reuniões do promotor de Justiça.

Exemplo disso é a questão da saúde no Sistema Prisional, assunto sobre o qual me debruço neste momento, tema totalmente esquecido, sem destinação de verbas. E, quando surge algum financiamento federal, não há quem destrave os processos, pois o preso não é prioridade política. Em Joinville, a penitenciária possui um ambulatório equipado para fornecer atenção básica aos detentos, mantido com financiamento bipartite do Ministério da Justiça e do Ministério da Saúde, providência que evita expor o preso, bem como que ele precise concorrer com a população nas Unidades Básicas ou Prontos Atendimentos, propiciando a redução de custos e do sentimento de insegurança aos usuários do SUS. Em São Pedro de Alcântara, numa ACP ajuizada pela Dra. Márcia Arend, houve determinação judicial para a contratação de um médico, seguindo-se a formação de uma equipe para atender àquela população.

Imagine uma penitenciária com 1.500 homens desprovida de ambulatório, sem condições de realizar um simples curativo! Há uma portaria interministerial regulamentando esse serviço, sob o comando da qual foi construído o Plano Estadual de Saúde no Sistema Carcerário, que ficou parada na esfera federal em torno de sete anos. Instaurei um inquérito civil para enfrentar o desafio de prover todos os estabelecimentos penais com mais de 100 presos de, pelo menos, um ambulatório e os respectivos recursos humanos. Consegui juntar as equipes técnicas das Secretarias envolvidas, da Saúde, e da Cidadania e Justiça, que efetuaram a atualização dos dados do Plano e mapearam os estabelecimentos penais que possuem estrutura física que comporta a instalação de ambulatório. Enquanto trabalhávamos, ocorreu a aprovação do Plano, em maio de 2013. Agora, Santa Catarina já pode contar com verba para implantar e estruturar tais equipamentos. Contudo, o grande impasse existente diz respeito à falta de um plano de carreira na Secretaria da Justiça e Cidadania, que contemple os cargos necessários para implementação do sistema. O atual plano de carreira prevê somente dois cargos: de agente penitenciário e agente socioeducativo, nem servidores administrativos são previstos! Daí a urgente necessidade de atualização do mesmo.

De outro lado, ainda mais difícil é a situação daqueles que cumprem medidas de segurança, pessoas que cometeram crimes, porém em função de algum retardo ou distúrbio mental, não tinham consciência dos atos que praticavam. Os homens estão recolhidos no Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico – HCTP, que funciona junto ao Complexo Prisional de Florianópolis, enquanto que as mulheres estão recolhidas no IPQ – Instituto Psiquiátrico de Santa Catarina. Cerca de 60% dos internos estão com alta médica, porém, por não mais possuírem referenciais familiares e sociais, acabam ficando por lá, apesar da extensa lista de espera para internação. O HCTP é um hospital que nunca recebeu investimentos, nunca foi reformado pelo Poder Público.

Os próprios técnicos do HCTP, junto com o diretor, elaboraram um programa denominado “Pé na Estrada”, destinado a sensibilizar os dirigentes municipais, para que acolham essas pessoas, auxiliando na desinstitucionalização daquelas com alta médica. A saída que vemos são as residências terapêuticas, para cuja construção e manutenção existe financiamento. Porém, somente os municípios podem acessar esses recursos e precisam responsabilizar-se pelo funcionamento delas: manter uma equipe técnica para apoiar os residentes, que não podem ultrapassar o número de oito.

A proposta permite trabalhar, também, a desinstitucionalização daqueles que vivem no IPQ, igualmente sem suporte familiar e social. São por volta de 300 pessoas que poderiam estar fora do hospital se tivessem família para recebê-los, mas o longo tempo de institucionalização provou o rompimento de tal vínculo. Outro fator que afasta a família da possibilidade de acolher os internos do HCTP, é que a maioria dos crimes por eles cometidos tiveram por vítimas os próprios familiares! Então os familiares, mesmo que existam, não querem se envolver... O Estado precisa enfrentar o assunto, encontrar uma forma adequada de solucioná-lo, em parceria com os municípios de origem dos internos.

A equipe técnica do HCTP realizou uma experiência com uma pessoa que estava em condições de alta, colocando-a em uma pensão e com acompanhamento do CAPS; todavia, ela não conseguiu criar vínculos fora do Hospital. Foi necessário voltar para a instituição. Portanto, é preciso que se trate com seriedade a questão, desenvolver um processo bem-articulado, para que a sociedade não seja exposta a riscos, e tampouco os pacientes.

São dois projetos bem ambiciosos que pretendo tocar. São ações que não aparecem, que não repercutem na mídia. Mas nosso trabalho é assim mesmo: silencioso, em prol de pessoas esquecidas pelo Poder Público e pela sociedade, cujos direitos ofendidos precisam ser restaurados.

Memorial do MPSC – *A propósito da saúde prisional, há um projeto específico para os presídios masculinos e outro para os femininos?*

Sonia Groisman Piardi – Bem, enquanto a Secretaria da Justiça e Cidadania contava com a Profa. Elisa, esposa do colega Basílio De Caro, pessoa muito bem-articulada, empreendedora, e que conseguiu formar uma equipe de trabalho comprometida, parecia que a redenção da Pasta estava próxima. Foi elaborado um projeto para atender à saúde dos detentos e também para adequação do presídio feminino. O local onde funciona o presídio feminino de Florianópolis era um galpão, transformado em presídio! O único espaço físico em condições razoáveis, ali, é o berçário onde ficam os filhos das presas de até seis meses de idade. Infelizmente, a mulher sempre esteve em último lugar na política pública! Até quando presa!

Outra iniciativa que me empolgou foi a criação do Comitê Estadual Contra a Tortura, que nasceu dentro do CDH. Quando a Penitenciária de São Pedro de Alcântara estava sendo construída e logo depois de pronta, fizemos algumas vistorias no local. Primeiro, para verificar a denúncia de que não havia água suficiente para atender ao complexo e, depois, para averiguar denúncias de maus-tratos e de tortura a presos. Organizamos o primeiro Seminário Estadual para tratar do assunto, o qual contou com a participação de representantes da Secretaria Nacional de Direitos Humanos e teve grande repercussão no meio jurídico. Hoje sei que o Comitê ainda está em atividade, cujo presidente é o Dr. Eduardo Lebre, professor da Universidade Federal.

Memorial do MPSC – *Qual o perfil da tortura que existia então em Santa Catarina? Nas delegacias, nas prisões?*

Sonia Groisman Piardi – Principalmente dentro do sistema penitenciário. O indivíduo fica à mercê do mais forte e daquele que detém algum poder. A questão dos contêineres utilizados para detenção de presos provisórios foi bastante polêmica. Fizemos um estudo sobre o assunto, em parceria com outros órgãos (CREA, CRP e OAB), pois se dizia ser desumano alguém ficar lá detido. Porém, concluiu-se que o preso ficava melhor acomodado num contêiner, desde que não permanecesse exposto ao sol e tivesse isolamento térmico, do que nas celas imundas e superlotadas de delegacias e prisões!

Outra situação denunciada com frequência, na Penitenciária de São Pedro de Alcântara, referia-se à aplicação de surras com toalhas molhadas em presos, para não deixarem lesões, e a permanência deles em celas molhadas como castigo. Porém, nas vistorias que realizamos – algumas de surpresa – nunca encontramos celas molhadas. Quando verificávamos a existência de lesões em algum detento,

providenciávamos exames, exigíamos transferência, para evitar que fosse vítima de novas represálias. Foram ações bem interessantes.

Portanto, a maior incidência de tortura era – e acredito que ainda seja – dentro do sistema penitenciário, violência praticada, também, em decorrência do despreparo dos agentes prisionais, que não eram devidamente treinados para o exercício da função.

Daí a iniciativa de construir um documento para tentar barrar abusos no interior das prisões. Fizemos parte de um grupo, composto por um representante da Universidade Federal de Santa Catarina, da Secretaria Estadual de Educação, da Polícia Civil e da Polícia Militar, que elaborou o Manual de Administração Penitenciária – MAPE, que se dedicou a uniformizar o tratamento dos presos no Estado, isso porque, cada administrador de estabelecimento penal – cuja nomeação é política, quando deveria ser um cargo de carreira –, estabelecia as regras vigentes dentro da unidade administrada: se podia entrar comida ou não, cigarros, ter rádio ou televisão na cela; penalidades às transgressões disciplinares, regalias, etc.

Portanto, o MAPE foi elaborado na perspectiva de uniformizar procedimentos internos nas unidades prisionais. Levamos em torno de um ano e meio para redigi-lo, mediante a realização de duas reuniões semanais em meu gabinete. Quando o concluímos, fizemos a entrega oficial para o secretário de Segurança Pública. Porém, apesar de muito elogiado, só foi adotado nesta última administração, quando foi inserido num decreto que determinou a uniformização dos procedimentos disciplinares e de regalias dentro do Sistema. O MAPE contemplava, também, regramento sobre acompanhamento psicológico aos internos.

Memorial do MPSC – *Mais alguma coisa que queira deixar registrada?*

Sonia Groisman Piardi – Ingressei no Ministério Público em 1983, deixando para trás um emprego de doze anos na CRT – Companhia Rio-Grandense de Telecomunicações, em Caxias do Sul/RS. Não fiz concursos logo que me formei; em 1976, preferi advogar antes. Naquela época não tinha muito claro qual o papel da instituição. Contudo, na medida em que o Ministério Público foi se transformando, assumindo a identidade que a Lei Complementar 40/1981 lhe deu e, depois, a Constituição de 1988, eu me encontrei. Sempre gostei de trabalhar para pessoas que possuem menos condições de defender seus direitos. Como promotora de Justiça posso fazer isso e, ainda, ser recompensada com um bom salário.

É claro que nossa estrutura nas Promotorias de Justiça ainda não é a ideal. Mas quando se olha para trás, percebe-se o longo caminho que percorremos, per-

cebe-se a evolução institucional, o alargamento de sua função social. Nos anos 80, tínhamos até dificuldade de receber papel e carbono para trabalhar! Não tínhamos telefone, muito menos auxiliares! Se precisássemos transmitir um telex, dependíamos do Judiciário, de nos dar bem com o juiz para obter acesso ao telefone e ao telex. Também não podíamos tirar fotocópias e os funcionários só levavam nossas correspondências para o Correio se o diretor do Fórum autorizasse, e assim por diante... Atualmente, podemos ter até dois estagiários de Direito, um residente (estagiário de pós-graduação), um assistente, estagiários de ensino médio e até funcionários do próprio quadro. Já temos prédios próprios, melhoramos muito em termos estruturais. Com certeza, nosso trabalho vem sendo facilitado.

Com o passar do tempo, nosso leque de atribuições foi aumentando significativamente, dificultando a manutenção do trabalho em dia, porém, se houver empenho de quem está no exercício do cargo, conseguimos impulsionar políticas públicas e ajudar muita gente!

Já pensei muitas vezes em me aposentar, pois tenho tempo de trabalho suficiente desde 1998. Contudo, cheguei à conclusão de que não existe nenhum outro trabalho que me permita contribuir de igual modo para o bem-estar da sociedade, quanto no exercício das funções ministeriais. Por isso, eu fiquei. Sei que vou à aposentadoria (expulsória) aos 70 anos, mas acho que ainda tenho “bastante gás”, para enfrentar muitas lutas.

Trabalho desde os doze anos de idade. Como vou parar, assim?... Participo de algumas organizações sociais, como o ICOM – Instituto Comunitário da Grande Florianópolis – do qual sou cofundadora; sou associada da AMPASA e da AMPID – Associação Nacional do Ministério Público de Defesa dos Idosos e das Pessoas com Deficiência, que realizam um bom trabalho nos segmentos a que se dedicam, mas não há comparação com o Ministério Público, não há!

Memorial do MPSC – E para o segundo grau?

Sonia Groisman Piardi – Minha carreira tem sido lenta. Fiz 30 anos de Ministério Público em abril de 2013, mas não está na minha vez ainda. Até bem pouco tempo atrás, antes de cursar o mestrado, dizia não querer o segundo grau, porque não me sentia confortável nessa condição de “assessora de luxo da magistratura”. Agora, depois de muito refletir sobre o assunto, mudei de posicionamento, tenho que ir para ajudar a fazer a diferença, para defender os ideais em que sempre acreditei. Não posso ficar só na crítica. Tenho que participar da própria mudança que quero ver acontecer.

Depois, não sei trabalhar só para mim. Então, vou continuar aqui. Claro, estou ocupando um lugar que alguns colegas talvez quisessem para si, mas, por enquanto, sinto muito! (risos). Bem sei que a ordem das coisas determina que os mais velhos têm que ir embora para dar lugar aos novos (risos). Então, vai chegar a hora em que não poderei mais permanecer e a despedida será inevitável.

Muito embora a área de atuação da 33ª Promotoria seja difícil por tratar da saúde e da vida, forçando-me a enfrentar momentos angustiantes e renovados desafios, vou ficar até que for possível. No tempo em que a Promotoria estava localizada no Edifício Palas, quase em frente ao Hospital Governador Celso Ramos, os apelos eram mais seguidos e próximos dos fatos. Pessoas ficavam em macas nos corredores três ou quatro dias; permaneciam internadas um ou dois meses à espera de uma cirurgia ortopédica. Depois o médico assistente dava-lhes alta e orientava para virem em jejum todos os dias, até abrir uma brecha na agenda para submeterem-se à cirurgia de que necessitavam. Pouco importava se a lesão já estava consolidada e era preciso quebrar de novo a perna, por exemplo, para pôr o osso no lugar, fato que não precisaria ocorrer se o paciente tivesse sido atendido a tempo.

Em certa ocasião, minha assistente atendeu um senhorzinho responsável por um rapaz que caiu de certa altura e teve traumatismo craniano. Ele queria doar os órgãos do jovem de 20 anos. Como era uma pessoa saudável, podia doar tudo: coração, rins, córneas, pulmão, pâncreas, fígado... Quando a doação é entre parentes de primeiro grau, cabe ao Ministério Público autorizá-la. Quer dizer, atuamos para garantir a regularidade da doação, conferir o alegado parentesco e evitar o comércio de órgãos como rins e pulmões. Quando não há parentesco no grau mencionado entre doador e receptor, faz-se necessária autorização judicial. No caso em comento, tratava-se de sobrinho e tio, sendo necessária a autorização judicial. Foi redigido um pedido de alvará judicial e, como estava em licença de saúde, por conta de uma cirurgia, ela procurou o colega de plantão, que lhe disse: “Não posso agora, tenho de buscar meus filhos no colégio! Não posso ir!”. Ela contra-argumentou dizendo: “Mas, doutor, está tudo pronto, é só assinar, porque existem órgãos que só podem ser transplantados até quatro horas depois de retirados!”. Ele retrucou: “Ah, mas vou ter que ir depois ao Tribunal...”. Ela, então, disse: “Mas o Tribunal é do lado do Fórum!”. “É, mas hoje é sexta-feira, também tenho que buscar meu carro na concessionária... Não dá.”. O rapaz tivera morte encefálica, já atestada. Aí ela pensou: “Sabe de uma coisa, vou procurar a Dra. Juliana Padrão Serra e contar-lhe o ocorrido”. Indignada, a colega abraçou a causa e foi falar com o juiz de plantão, entregando-lhe a inicial, viabilizando que todos os órgãos do rapaz fossem aproveitados. Isso é comprometimento! Quantas vidas ela salvou?

Talvez o termo que antes não me vinha é este: acho que as mulheres são mais *comprometidas* com as causas que defendem. Apesar de ser hora de apanhar os filhos pequenos no colégio, a Dra. Juliana deu um jeito para alguém ir em seu lugar, e, às 19h, estava falando com o juiz de plantão, ajudando-o a construir a decisão para que os órgãos pudessem ser captados e implantados em outras pessoas.

A aposentadoria é um baque, para quem possui tal grau de envolvimento com a profissão, com os direitos indisponíveis e as causas coletivas. Ademais, a instituição não está ajudando o procurador ou promotor de Justiça a se preparar para esse momento e pouco valorizava os anos de dedicação. Até bem pouco tempo atrás, o camarada se aposentava e não recebia sequer um “obrigado!”. Não custava inserir um item de pauta, em reunião do Conselho Superior, alguém fazer uma despedida pontuando a caminhada e a contribuição do membro para a instituição. Que se entregasse uma plaquinha, ou algo parecido. Depois de 30 ou 40 anos no Ministério Público, o sujeito saía como se não fizesse nenhuma diferença. O ser humano precisa ser valorizado!

Mas isso vem mudando. Já está sendo formado um corpo de psicólogos para ajudar nessa transição. O Dr. Gercino Gerson Gomes Neto deu início ao reconhecimento àqueles que se despedem da ativa. O próprio trabalho do Memorial colabora nesse sentido.

O acompanhamento psicológico também é importante no início da carreira, porque os novos promotores estão chegando cada vez mais jovens, intelectualmente preparados, vez que os concursos exigem muito dos candidatos, mas sem experiência de vida. Hoje, é cada vez mais difícil um estudante/trabalhador, como eu fui, e como tantos outros foram no passado, conseguir passar num concurso. Hoje consegue passar no concurso quem pôde cursar uma boa universidade e teve tempo para estudar. De sorte que estamos nos tornando elitizados, cada vez mais. O promotor vai para o interior sem conhecer ninguém e sabendo muito pouco da realidade de vida das pessoas. Que sensibilidade e compreensão um rapaz ou moça, que passou a vida desfrutando do conforto de uma família de classe média ou alta, terá para interagir com um colono que vem lá da roça? É um mundo completamente diferente. São outros problemas de família, outras dificuldades e carências. É muito complicado ter de lidar com um universo socialmente multifacetado quando se foi criado numa redoma de vidro, superprotegido. Alguns podem reagir com arrogância, outros com ingenuidade e outros, ainda, com ansiedade e até desenvolver estados depressivos. Não é fácil!

Os três anos de experiência que se exige hoje, entre a formatura e o concurso, não são garantia de experiência de vida, pois podem ter sido obtidos numa pós-graduação,

no magistério, atrás de uma escrivadinha... Experiência de vida não se adquire na farmácia. Por isso, entendo que nossos concursos têm que embutir um estágio, para só depois confirmar ou não o candidato na carreira. É necessário enfrentar o dia a dia de uma Promotoria de Justiça, trabalhar com pessoas, pois nós representamos pessoas e não podemos nos dar ao luxo de desconhecê-las!

Um dos motivos que determinou minha permanência por mais tempo, nas comarcas pelas quais passei, foi a necessidade de conhecer melhor as pessoas e a dinâmica da sociedade na qual me inseria. Para isso, era preciso tempo e prudência.

Por sorte temos hoje os Conselhos de Saúde, de Educação, dos Direitos da Criança e do Adolescente, do Meio Ambiente, entre outros, uma grande conquista da nova democracia brasileira e que nos ajuda muito, porque essas instâncias de participação popular nos permitem interagir em espaços organizados e qualificados. As decisões se revestem de legitimidade para definir políticas públicas de curto, médio e longo prazo, pois contam com o concurso da população. Foi-se o tempo em que tudo vinha de cima para baixo e as pessoas se submetiam à vontade exclusiva dos governantes.

O promotor de Justiça precisa estar próximo dos Conselhos de Direitos, ajudando a fortalecer e aprimorar esses mecanismos pois, deles, emanam metas e planejamento de ações que impactarão os destinos da coletividade e servirão de balizas para avaliar a qualidade dos serviços públicos. Ali está o termômetro do interesse social. Quantas vezes abraçamos causas que tinham aderência de círculos restritos, sendo desconhecidas pelo espectro mais amplo da sociedade, que não percebia ali uma prioridade?

Memorial do MPSC – *Bem, nós agradecemos muito pela entrevista.*

Sonia Groisman Piardi – Sou eu quem agradece pela oportunidade.

Márcia Aguiar Arend



Márcia Aguiar Arend nasceu em Florianópolis/SC em 31 de março de 1959. Filha de Adolfo Aguiar e Claudete Gomes Aguiar, formou-se no curso de Direito da Universidade Federal de Santa Catarina no ano de 1982. Pela mesma instituição fez seu mestrado, em 1998, e seu doutorado, em 2006. Ingressou no Ministério Público de Santa Catarina como promotora de Justiça substituta em abril de 1983, na 17ª Circunscrição Judiciária de Lages. Ainda como promotora de Justiça substituta, foi removida para a 1ª Circunscrição Judiciária de Florianópolis, em maio de 1985, onde permaneceu até ser promovida, por merecimento, a promotora de Justiça, em julho de 1994, quando assumiu a Comarca de Pomerode. Em setembro do mesmo ano foi promovida, por merecimento, para a Comarca de Dionísio Cerqueira, e, no mesmo mês, foi promovida, também por merecimento, para a Comarca de Palhoça. Em outubro de 2000 foi removida para a 1ª PJ de São José, e, em outubro de 2001, por opção, assumiu a 8ª PJ da mesma comarca. Em janeiro de 2011 foi nomeada para a Comarca de Criciúma, porém, por opção, permaneceu em São José.

MÁRCIA AGUIAR AREND¹

Memorial do MPSC – *A senhora é natural de onde?*

Márcia Aguiar Arend – Sou natural de Florianópolis.

Memorial do MPSC – *Seu ingresso no Ministério Público foi em 1982, não é?*

Márcia Aguiar Arend – O concurso começou em dezembro de 1982 e terminou em fevereiro do ano de 1983. Nossa posse ocorreu em abril de 1983 e com as quatro mulheres aprovadas, completamos, com aquele concurso, um plantel de nove promotoras de Justiça. Quando ingressei no Ministério Público havia apenas cinco mulheres: a Dra. Jorgelita Toner Favaretto, a Dra. Leocádia Marília Schiocchet da Costa, a Dra. Hercília Regina Lemke, a Dra. Rosa Maria Garcia e a Dra. Vera Lúcia Ferreira Copetti.

Memorial do MPSC – *A mudança foi rápida!*

Márcia Aguiar Arend – Sim, e passei por uma situação peculiar, como ainda hoje acredito que seja. Não precisávamos, naquela época, do estágio de atividade jurídica. Assim, ingressei no Ministério Público com 24 anos e já estava grávida do terceiro filho. As inquietudes próprias de qualquer candidato eram ainda potencializadas pela condição de ser mulher em uma instituição tradicionalmente fechada. Como estava grávida, confesso que senti temor de não ser bem-acolhida pela instituição, naquela época, marcadamente masculina.

Memorial do MPSC – *Sentiu algum tipo de resistência nesse momento por parte da instituição?*

Márcia Aguiar Arend – Acredito que havia, da parte de alguns membros, uma resistência não declarada, porém latente, em relação ao ingresso de mulheres no Ministério Público. Acredito que três pessoas fizeram a diferença na oportunidade. Foram eles o procurador-geral, o secretário-geral e um membro da banca, o já falecido Dr. Euclides Prade. Recordo, igualmente, o Dr. Borini, que fora meu Professor de Processo Penal na Universidade Federal de Santa Catarina, e o Corregedor-Geral, na época. Penso que o fato de ter sido meu professor pôde ter auxiliado na obtenção de informações a meu respeito, por parte da banca.

Memorial do MPSC – *Por que o Ministério Público?*

¹ Entrevista realizada no gabinete da Promotoria, em São José, no dia 6 de dezembro de 2012, por Gunter Axt, com assistência de Manoela de Souza. Transcrição de Manoela de Souza.

Márcia Aguiar Arend – Como disse José Ortega y Gasset “Nós somos nós e as nossas circunstâncias”, e quando eu estava na faculdade, minhas circunstâncias pessoais indicavam que meu melhor caminho passaria pelo serviço público. Por um tempo me imaginei como magistrada, porém, tenho uma natureza mais inquieta e achei que meu caminho seria melhor traçado na área do Ministério Público. A advocacia não me seduzia. E, ainda que naquele ano em que me formei tivesse sido criada a Procuradoria-Geral do Estado – pois antes a própria defesa do Estado era múnus reservado ao Ministério Público, ou seja, o Ministério Público fazia a defesa da sociedade e, simultaneamente, em um modelo quase esquizofrênico, também defendia o Estado –, decidi enfrentar o concurso para o Ministério Público. Enquanto aguardava o andamento, fiz também prova para o concurso realizado pelo DENTEL – Departamento Nacional de Telecomunicações, um órgão do Ministério das Comunicações, no qual logrei êxito e ingressei. Tomei posse e trabalhei por um mês e meio lá, até que o concurso do Ministério Público teve andamento e, ao final, fui aprovada. Então me desliguei do DENTEL. Minha vida profissional já teve início no serviço público.

Memorial do MPSC – *Por que a opção pelo Direito?*

Márcia Aguiar Arend – Fui aluna do Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Santa Catarina, naquele tempo considerado um centro de excelência. Lá éramos submetidos a testes de ingresso, portanto as turmas eram muito selecionadas e homogêneas. Apenas com o passar do tempo o colégio foi aberto para experiências com turmas mais heterogêneas. Ao longo do que antes chamávamos de curso científico, passávamos por testes vocacionais e todos aos quais fui submetida inclinavam-me para o lado da persuasão. Apesar de, aos 15, 20 anos, não sabermos nada de nada, mas pensarmos que sabemos muito, naquela breve certeza de tudo que a juventude nos induz, algumas coisas que pensava a meu respeito indicavam-me que tinha capacidade argumentativa. De outra parte, meu interesse pelas Ciências Humanas, pela Literatura, pelas aflições sociais, mostrou-me que o caminho do Direito seria, realmente, aquele para a vida profissional. Nesse processo de definição contei com o auxílio dos professores do Colégio de Aplicação.

Memorial do MPSC – *Alguém da sua família já possuía formação em Direito?*

Márcia Aguiar Arend – Ninguém. Meus pais e avós, de ambos os lados, são de Florianópolis, com muitos filhos; por parte do meu pai foram nove e pela minha mãe, doze. Naquele tempo nenhum deles tinha formação em Direito, nem meus primos mais velhos, nem meus tios. Fui a quinta neta da minha avó e a primeira a cursar Direito, portanto ninguém serviu como exemplo ou influência. Meu ma-

rido era engenheiro. Porém, agora, tenho filha e um genro promotores e um filho advogado, além de uma filha odontóloga. E as decisões deles pelas suas profissões, creio, não foram resultado de qualquer discurso persuasivo de minha parte sobre eles; acredito, apenas, na força do exemplo, no convencimento pela percepção.

Memorial do MPSC – *Ficou no terceiro filho ou teve mais algum?*

Márcia Aguiar Arend – Fiquei no terceiro filho, mas agora tenho também dois netos.

Memorial do MPSC – *Qual foi sua primeira comarca?*

Márcia Aguiar Arend – Lages.

Memorial do MPSC – *É uma comarca importante para se começar, não é?*

Márcia Aguiar Arend – Sim. Lembro-me de que havia um mapa no gabinete do procurador-geral que destacava, por cores, as circunscrições judiciárias. A 17ª Circunscrição Judiciária, cuja sede era a Comarca de Lages, era uma mancha imensa no mapa. Lages é um município grande, porém, há 30 anos, era ainda maior. Respondia também por Correia Pinto, Ponte Alta, Otacílio Costa, São José do Cerrito e Campo Belo, apesar de Campo Belo pertencer à Comarca de Anita Garibaldi, mas todos ficavam na Circunscrição de Lages. Posteriormente, aconteceram alterações da distribuição judiciária no Estado e na composição dos municípios, que foram tornando-se independentes, como Índios, Macacos, Paineira, Bocaina do Sul – alguns já são comarcas.

Memorial do MPSC – *Como foi enfrentar essa circunscrição enorme, com 24 anos e três filhos pequenos?*

Márcia Aguiar Arend – Quando tomei posse, Beatriz Aguiar Arend, minha filha, que hoje é promotora de Justiça no Estado do Paraná, tinha apenas seis dias. Sempre digo que ela fez dois concursos, um comigo, enquanto estava grávida, e outro sozinha. Logo ao tomar posse, pedi a licença-gestante para a Junta Médica, pois até a Constituição de 1988 não existia a licença-maternidade. Para pleitear a licença-gestante a mulher tinha que estar grávida. Porém, quando tomei posse, já era mãe havia seis dias. Desta forma, a Junta Médica concedeu-me apenas licença de 30 dias por ter sido submetida à laqueadura tubária. Quando assumi em Lages, a Beatriz tinha exatamente 40 dias e foi um desafio de vida, pois fui embora com os três filhos, o Dante, que tinha seis anos e a Letícia que tinha quatro anos. Meu marido ficou em Florianópolis. A BR-282 ainda não existia e tínhamos que seguir pela BR-101, depois pela BR-470, até Rio do Sul, e dali percorrer a BR-116. A

viagem consumia sete horas. Atualmente leva-se de duas e meia a três horas. Foi a experiência mais revolucionária da minha vida! Nascera e crescera em Florianópolis. De repente, tinha de ir embora com três filhos para uma cidade estranha, conviver com pessoas que nunca havia visto. Tive, assim, que reorganizar a vida, o que não é nenhum desafio extraordinário, afinal as pessoas fazem isso o tempo todo. Hoje tenho certeza de que foi um tempo singular de crescimento profissional e pessoal. Fiz amigos queridos em Lages; morei lá dois anos e meio.

Também fiz audiências em Anita Garibaldi, pois era uma comarca que muitas vezes estava sem juiz, então, quem substituía era um juiz de Lages. Íamos para lá de ônibus; naquela época nem asfalto tinha. Hoje é mais fácil.

Algum tempo depois abriu uma vaga de promotor substituto na capital e consegui a remoção pela sensibilidade do procurador-geral. A vaga existia para o cargo de substituto, porém ninguém da minha turma a queria. De qualquer maneira, a liturgia no sentido legal do momento não previa substituição por remoção. A legislação da época não permitia. O procurador-geral consultou-me se seria da minha vontade vir para Florianópolis, perguntou se eu teria alguma restrição se a minha remoção fosse por ofício, pois tradicionalmente tem uma natureza sancionatória. Eu respondi que não haveria problema algum, pois entendia que voltar para Florianópolis e reunir minha família era muito importante.

Memorial do MPSC – *A senhora e seu marido ficaram dois anos separados em função de sua atuação na Comarca de Lages?*

Márcia Aguiar Arend – Sim, foram dois anos desafiadores em função de circunstâncias climáticas, principalmente. Houve a enchente de 1983 e logo depois a de 1984. A de 1983 derrubou todas as pontes que ligavam a região de Blumenau, Indaial e Rio do Sul, e, por essa razão, não tínhamos comunicação por meio terrestre. Ainda em meio àquele horror, meu marido foi nos visitar duas vezes com o avião *Buffalo*, do Exército, e, posteriormente, eu e as crianças íamos visitá-lo, de avião, com a companhia aérea existente naquela época, a Rio Sul, que fazia voos com regularidade semanal, normalmente às sextas-feiras. Eu trabalhava, portanto nem sempre tinha disponibilidade, além do ponto de vista financeiro, pois precisava me transportar com mais três crianças. Por mais de um ano, as vezes em que conseguimos sair de Lages foram apenas por via aérea. Foi um período de excepcionalidade, em função das enchentes, mas foi bom. Já existiam bons colégios em Lages, meus filhos estudavam em um deles, o Santa Rosa.

Foi o período que mais me constituiu na profissão. Lages era uma comarca grande, a equipe de promotores na época, muito fraterna: o Dr. Nazareno Furtado

Köche, o Dr. José Antônio Salvadori, o Dr. Nilton Pereira (o chamávamos de Niltão), ambos, infelizmente, já falecidos; o Dr. Dante Furtado Köche, o Dr. Aurélio Cardoso dos Santos e o Dr. Cézar João Cim, que se afastou do Ministério Público para constituir carreira política em Blumenau.

Dessa equipe, tive mais contato com o Dr. José Antônio Salvadori e o Dr. Nilton Pereira; com eles aprendi muita coisa. É aquela velha história do aprendiz que tem um bom mestre. O Dr. Salvadori era um promotor muito exuberante, não só pelo ponto de vista de estatura física, pois era um homem grande, mas também detentor de uma qualidade vocal singular: falava com aquela voz bonita, forte, que reverberava nos salões dos júris... Tinha uma imponência, uma presença. Já o Dr. Nazareno era uma pessoa doce, tranquila; franzino, mas muito elegante, brincalhão, leve. Ambos solícitos com a comunidade, que entrava no gabinete deles sempre que precisava. Foram muito importantes como exemplos no começo da minha carreira.

Cada pessoa tem sua identidade e a profissão contribui para moldá-la. Com o passar do tempo, sentia que o que mais importava era o quão sensíveis éramos e não o quão tecnicamente preparados: mais do que o estoque técnico, o que importa, no nosso ofício, é um bom acervo de sensibilidade. Talvez estejamos perdendo isso. Penso que estamos em uma grave esquina entre o tecnicismo insensível e burocratizado e a emergência de um sujeito criativo, doce, transdisciplinar. O promotor de Justiça não pode ser esse sujeito que o Conselho Nacional do Ministério Público e a Corregedoria-Geral do Ministério Público querem. Tem que ser um sujeito muito sensível, deve ter algum trânsito na psicanálise, sobre as questões das pulsões humanas, tem que entender de amores populares, de infelicidades pessoais; não pode ser apenas um técnico que sabe tudo que os manuais dizem e domina o conteúdo das súmulas dos tribunais: esse sujeito, sozinho, não constitui um promotor de Justiça.

Além disso, de uma maneira ou de outra, nossas métricas de eficiência estão debruçadas sobre uma aferição quantitativa de produtividade e sobre um referencial tecnicista. No concurso, o sujeito tem de ter desenvoltura com as matérias propostas, mas acredito que esse tipo de referencial não tem, por si só, potencialidade de agregar ao quadro um profissional singularmente sensível, com aptidão para transitar baixo os dramas humanos que vão repercutir nos Fóruns, cenários cotidianos das dores sem cura, local que ninguém acorre quando está bem.

O Fórum é um cenário de conflitos, desde os mais graves aos mais simples, considerados pela lei como de pequeno potencial ofensivo, aspecto ao qual, ao meu sentir, a própria lei é insensível, ao ponto de acreditar que existam conflitos de pequeno ou grande potencial ofensivo, sendo que a métrica de ofensividade

está, na verdade, no coração de cada um, onde de fato reside a quantidade da dor e a sua importância. Se partirmos de uma premissa de que tudo tem um valor monetário, então sim, um braço poderá valer R\$ 6.000,00, uma dor poderá valer R\$ 20.000,00. Nessa lógica de erosão de outros valores e de prevalência do dinheiro, pode até se admitir o estabelecimento da menor ofensividade. Mas para além dessa percepção, o Fórum é um local de dor e de conflitos, que abrange um arco extenso, multifacetado, dos mais simples aos mais graves.

Pode até parecer um discurso tolo vindo de alguém operacionalmente ligado à técnica, cuja atividade insere-se na ambiência jurídica do Direito Penal, porém, se não considerarmos todas as contingências que constituem o sujeito com o qual lidamos, esse mesmo profissional vai transitar pela prática operativa da instituição sem problemas, sem crises, pois estará absolutamente convencido de que cumpre a lei, mas, e quanto ao sujeito do outro lado? Essa é a nossa grande esquina: cumprindo a lei estamos fazendo a coisa certa? A pergunta é feita por Michael J. Sandel, grande professor da Universidade de Harvard, em seu livro *Justiça: O que é fazer a coisa certa?* Em termos de Justiça a pergunta é: o que estamos fazendo? Eis uma grande dúvida do humano, que ainda se divide entre seguir Sêneca, Péricles, Sólon, ou seguir a Revolução Francesa, ou o filósofo estadunidense do século XIX, Ralph Waldo Emerson, preceptor de Henry David Thoreau, que escreveu *A Desobediência Civil*.

Podemos perceber as questões de Justiça sempre atuais e incompletas, pois o ser humano não realiza sua completude na satisfação e na experiência do justo. Porém, o promotor de Justiça deve ser um sujeito inconformado, pois o coeficiente de injustiça é intenso e só se expande. É por essa razão que acredito que o novo promotor de Justiça deve ser tangido pela dor, por um coeficiente de aflição intenso, não se acomodando na condição de funcionário público que cumpre metas e horários, de quem se cobra fundamentalmente uma quantidade de processos realizados ao final do dia. Mas, infelizmente, essas são as métricas que os órgãos controladores existentes estabelecem como paradigmáticas. Acredito que a métrica da eficiência quantitativa vai inibindo a criatividade dos sujeitos. Se nada vai ser considerado em termos dos desafios, sendo o grande objetivo vencer números, então ocorrerá uma erosão na dimensão de criatividade. Penso ser um dos grandes problemas do Ministério Público. Algo que vai produzindo uma letargia. Sinto que estamos vivendo em um período quase “eclipsal”, de falta de luz.

Memorial do MPSC – *Se por um lado sentimos que a sociedade está cada vez mais transdisciplinar e interdisciplinar, mostrando que há um novo sujeito emergindo, por outro, as instituições tendem a se especializar, se formatar e se burocratizar... Como se enfrenta essa situação?*

Márcia Aguiar Arend – Acredito que as nossas instituições estão descompensadas sob o ponto de vista temporal em relação a essa sociedade que acabamos de descrever – notando que sociedade é um termo difícil de usar, pois temos de trabalhar com uma perspectiva de homogeneidade que não é real. Alvin Toffler nos fala de ondas, indicando a inexistência de movimentos de mesma intensidade, em um mesmo lugar, ao mesmo tempo, reportando, porém, multiplicidade de sociedades simultâneas. Dessa forma, usamos o signo “sociedade” para generalizar diferentes formações. Tenho dificuldade em assumir essa generalização. Sempre digo aos meus alunos que não me sinto defensora da sociedade, e nem quero ser! Por conta da minha experiência, principalmente na Promotoria da Moralidade Administrativa, mas também no Centro de Apoio Operacional Criminal junto ao qual atuei, sinto existirem múltiplas sociedades. Os antropólogos Darcy Ribeiro e Florestan Fernandes nos mostram a diversidade de povos existentes no Brasil. No livro *O povo brasileiro*, Darcy Ribeiro refere existirem no mínimo cinco espécies diferentes constituindo o que se chama de povo brasileiro, sem considerar as subdivisões. Como vou me considerar uma promotora defensora da sociedade, na Comarca de São José, quando mesmo tendo processado inúmeros ocupantes de cargos eletivos por improbidade, ainda assim, eles conseguem votos suficientes para a reeleição? Não sou, certamente, a promotora da maioria. Se sociedade for a maioria, então devo ser uma promotora contra a sociedade, pois agi, profissionalmente, relevo, contra o candidato eleito. Assim, sinto-me defensora da Constituição e das leis. Não uso mais a expressão “defensora da sociedade”, pois acho que esta expressão está esgotada tanto na perspectiva das referências antropológicas, como sob o ponto de vista semântico.

Memorial do MPSC – E a cidadania?

Márcia Aguiar Arend – A cidadania é outro signo denso. Sinto-me, sim, defensora da cidadania. Não da cidadania imaginada pelo leigo, que é a determinada pelo nascimento em determinado lugar, onde se exercita o direito ao voto e se recebem votos. A cidadania se condensa na ideia de um sujeito que frui o direito, preserva valores, e cumpre obrigações, que sabe transitar entre o ético e o não ético. Não é o local de nascimento que define a cidadania, mas o posicionamento ético diante de valores humanísticos na ocupação do espaço público.

Memorial do MPSC – Qual é o impacto da ação do Ministério Público no horizonte ético contemporâneo da democracia brasileira?

Márcia Aguiar Arend – Essa questão é aberta para diversas digressões. Em uma perspectiva histórica, não podemos nos esquecer de que tanto o Ministério Público como a magistratura sempre serviram ao rei. Dessa forma, nossas heranças

atávicas nos associam ao poder, ou seja, nos dispõem como sujeitos em instituições movidas pelo poder. Podemos ver que não necessariamente temos toda a liberdade para fazer valer os direitos da democracia e da República, porém, penso que nosso coeficiente de êxito no trilhar da independência dessa matriz atávica foi incrementado. Não digo revigorado, pois quando usamos o radical “re”, parece que essa independência já existiu anteriormente. Nós não a possuíamos. O Ministério Público, antes da Constituição de 1988, era conectado às relações de poder. A própria defesa dos interesses do Estado já colocava a instituição em uma condição esquizofrênica, posto ser simultaneamente defensora da sociedade e do Estado. Esse traço histórico é importante de ser considerado, pois se o Ministério Público fosse um homem, seria um jovem que agora está experimentando a vida adulta, colhendo os primeiros frutos de uma autonomia, a qual acredito ainda não ser tão intensa como deveria, porém, é o que fomos capazes de construir.

Penso que padecemos de um *deficit* de criatividade, pois nossas buscas não são construídas em cima de ideais. Tive, inclusive, a oportunidade de falar sobre isso aos membros do Conselho Nacional do Ministério Público que vieram aqui há duas semanas fazer uma inspeção. Acredito que essa modelagem de exaltação da burocracia vai erodindo a capacidade de idealização do sujeito. Nessa formatação do sujeito de cima para baixo, o indivíduo nem pensa, apenas opera; o modelo se constituiu e é seguido.

Com trinta anos de serviço, me sinto no direito de expressar essas angústias. Fui privilegiada com certas oportunidades que talvez meus colegas não tenham podido experimentar. Vivi no epicentro do movimento do Ministério Público que produziu a Lei da Ação Civil Pública, que foi uma grande conquista processual. Transitei com colegas de São Paulo nessa luta. Engajei-me numa experiência-piloto em Santa Catarina, que foi o antigo DECOM – Serviço Especial de Defesa Comunitária. Foi uma vivência singular e inovadora, a primeira experiência estruturada de oferta de serviço à comunidade, criada em um tempo em que não existia nenhum modelo similar. Nossas ferramentas processuais eram horríveis, porém tínhamos um conteúdo idealístico enorme, ou seja, produzíamos ações mesmo com um cabedal operacional frágil. Antes da Constituição de 1988, por exemplo, não existia um Conselho Nacional do Meio Ambiente. Fazíamos a defesa do meio ambiente e do patrimônio histórico com o Código Penal. Quando eu, o Luiz Adalberto Villa Real, o Pedro Roberto Decomain e o José Galvani Alberton começamos a trabalhar nisso, não existia jurisprudência que nos resguardasse. A novidade surpreendeu muitos juízes.

Padeço desse sentimento de que passamos, atualmente, por um momento de eclipse, pois vivi em um tempo de luz, de criatividade, inovações, quando as coisas

precisavam ser feitas a partir do nada. E assim foi. Depois dessa época, penso assistir certo declínio. Talvez meu diagnóstico seja precário, contudo associo esse declínio de criatividade em decorrência da exaltação de uma burocracia que se assenta sobre a aferição da métrica e da eficiência a partir da quantidade. Ao meu sentir, isso produz um sujeito que se encaixaria tranquilamente naquele filme do Charles Spencer Chaplin, *Os tempos modernos*, quando o indivíduo faz sempre as mesmas coisas. O Ministério Público de hoje move ações que alguns podem achar interessantes, porém, elas dependem primeiro de que o magistrado seja prestativo. Lutamos com delongas e prazos processuais que frustram a obtenção e o reconhecimento do direito, no tempo e no modo que ele deveria ser. Como não estamos produzindo nada novo, pois não há condições para isso, ficamos prisioneiros desse arremedo.

Memorial do MPSC – *Em alguns Estados, esse é um impasse bem claro no qual a área da Moralidade Administrativa do Ministério Público se encontra e, muitas vezes são feitas as denúncias, abertos os processos, porém, ao fim, os casos acabam prescrevendo no segundo grau.*

Márcia Aguiar Arend – Exatamente. Temos toda uma força produtiva e um resultado pífio, numérico, inclusive. Em termos de resultados palpáveis, para isso que se chama sociedade, não é nada. Atualmente estou trabalhando na solidão das minhas angústias; não tenho formação intelectual para dar conta do tamanho do desafio. Por exemplo: nunca operei no mercado de ações, portanto meu conhecimento repousa apenas sobre o que a legislação indica. Aqui em São José, o Fundo de Previdência do Município aplicou R\$ 31 milhões com uma corretora de valores imobiliários, pois o mercado de capitais só pode trabalhar mediante corretagem, cujas atividades são, em tese, fiscalizadas pelo Banco Central e pela Comissão de Valores Imobiliários. Mas o Banco Central também já fiscalizou o FonteCindam, o Banco Econômico, o Coroa Brastel... esse cortejo de horrores que marca a história recente do país. Portanto, precisamos admitir que o Banco Central é uma instituição como todas as outras, um queijo suíço cheio de furos. Essa corretora na qual o Instituto de Previdência aplicou R\$ 31 milhões faliu, isto é, uma massa de funcionários públicos depende da retirada mensal de valores para sobreviver dignamente, mas a instituição que custeia os títulos faliu, sumindo com os mesmos. O que eu posso fazer em uma situação dessas? Isso aconteceu em 48 municípios do Brasil. Colegas de outros Estados resolveram da maneira simples, colocando a culpa no presidente do Instituto de Previdência, visando-o e ao Conselho de Administração, no polo passivo, com uma ação civil pública, quando poderão responder por improbidade administrativa. Alguns atribuem uma responsabilidade ao sujeito, outros atribuem à corretora em função de ela ter recebido o dinheiro e estar funcionando com autorização do Banco Central. E os R\$ 31 milhões? Em minhas pesquisas, esses sujeitos

estão relacionados a clubes de futebol; dessa forma, dá para se imaginar o tamanho da sujeira. E aqui está essa grande equipe, composta por mim, uma assessora, dois estagiários e um residente, tentando encontrar a melhor solução para o problema. Esse é o meu Ministério Público. Já requisitei explicações do Banco Central, da Comissão de Valores Imobiliários, requisitei o processo para obter informações da empresa do Rio de Janeiro, porém nada disso abre um cenário de possibilidades para que eu saiba aonde foram parar os R\$ 31 milhões. Evidentemente, existem maneiras para que eu descubra, porém, não possuo esse equipamento. Acredito que a questão seja mesmo de competência do Ministério Público Federal. As questões da moléstia cívica da improbidade seguem sendo uma doença alimentada pela fragilidade das nossas condições de recolher elementos de prova para a responsabilização dos corruptos, associada a uma modelagem processual franqueadora da impunidade. Veja só, tudo que foi até agora possível em termos de repatriamento de recursos públicos desviados para o exterior foi de parte do dinheiro do Paulo Salim Maluf e do Nicolau dos Santos Neto, conhecido como “Lalau”, tudo depois de pedidos de ajuda ao Ministério Público de Nova York, pois o dinheiro estava lá. Como resolvemos essa situação? Todo promotor deveria saber, pois esses casos estão acontecendo nas Prefeituras.

Hoje sou uma pessoa bastante inconformada com o distanciamento entre a gama de coisas que se nos apresentam e as nossas precárias condições – e falo muito mais na perspectiva intelectual do que material. Não podemos julgar as instituições apenas pelas suas condições materiais, como uma boa sala ou um computador, mas pelas condições que ela dá aos seus funcionários para a forja de ideias. Existe uma dinâmica de controle: a partir da denúncia tenho trinta dias para fazer o processo probatório, o sistema me avisa do prazo; se passar disso, tenho que oficiar ao procurador-geral da necessidade de estender, e ainda preciso publicar a prorrogação no Diário Oficial. Isso o nosso sistema não faz sozinho. O ofício é colocado dentro de um envelope, que é encaminhado pelos Correios e vai com o “Aviso de Recebimento”, que, ao retornar, precisa ser anexado ao processo. Bertalanffy, na sua incomparável *Teoria Geral dos Sistemas*, já dizia que a lógica de todos os sistemas é a desordem e o caos. Portanto, todos os sistemas criados para a ordem têm um coeficiente de desordem que constitui o elemento mantenedor dessa ordem. A lógica dos sistemas é manter um bom coeficiente de desordem, porém, em nossos sistemas, isso não dá certo. Alguma coisa sempre dá errado, a desordem nesse caso acaba repercutindo na baixa criatividade dos sujeitos. Quando entrei no Ministério Público, não esperava que depois de trinta anos iria sentir essa redução de confiança e de entusiasmo, embora persista na minha natureza meio “Poliana”, achando que as coisas vão dar certo. Minha natureza é otimista. Porém, quando vejo essa *reprise* das coisas que não funcionam, fico desanimada.

Memorial do MPSC – Como foi a opção pelo mestrado?

Márcia Aguiar Arend – Vivi naquele tempo em que os que estudavam eram considerados como ovelhas desgarradas. Havia um senso comum que desaprovava quem se especializasse, embora discursivamente todos fizessem de conta que toleravam. A opção pelo mestrado, em 1994, foi um conjugado de duas circunstâncias. A maior delas foi certa exaustão em função exatamente do que estávamos falando. Sentia que precisava me reequipar intelectualmente para não sucumbir a esse sistema quantitativo. A segunda circunstância que me motivou foi que trabalhava no programa criado pelo Dr. João Carlos Kurtz, de combate à sonegação fiscal. Foi toda uma questão sociopolítica envolvendo esse trabalho, a situação do país, a edição da Lei nº 8.137, com a ideia de que o Direito Penal poderia produzir uma revolução no comportamento tributário do brasileiro, indivíduo com certa tendência cultural à sonegação. O Direito Penal sempre se apresenta como uma superforça de produzir comportamentos, ao menos na justificativa. A tarefa exigia domínio intelectual na área Tributária e como os cursos de Direito eram, e até hoje são, perfunctórios nessa matéria, senti necessidade de me especializar. Aliás, talvez a formação jurídica seja deficiente em muitos outros aspectos. Saí da faculdade em 1982, quando a importância das disciplinas de caráter propedêutico já havia sido erodida, principalmente o Direito Público havia sido esvaziado. Os cursos já estavam massivamente programados para o Direito Privado. O modelo de sujeito que o regime militar almejava era de estudantes com pouco conhecimento crítico de Direito Público. Dessa forma, as disciplinas e os cursos foram mexidos. Tive apenas um semestre de Direito Tributário e dois de Direito Constitucional. Entrei na faculdade em 1977, ainda estudei na época do Decreto nº 477 e do Ato Institucional nº 5. Quando saí da faculdade, estávamos no começo da "lenta e gradual abertura". Portanto, não tive acesso a diversas disciplinas importantes para a construção do sujeito político. Quando estudei no Colégio de Aplicação, tínhamos medo, pois vimos dois professores sendo levados pela Polícia Armada. Sobre o Campus pairava essa aura maléfica, que podia vitimar professores com atitude mais crítica. A alteração nos currículos naquela fase foi política e nós fomos o resultado dessa intervenção. Senti-me desequipada intelectualmente, pois a área do Direito Penal Tributário tem a convergência de dois domínios técnicos que se sobrepõem, mas com seus institutos autonomamente constituídos. Inscrevi-me no mestrado com o desejo de encontrar uma complementação. Fiz o concurso de mestrado na Universidade Federal de Santa Catarina, porém, havia poucos professores nessa área, até que encontrei a inigualável Prof. Dra. Vera Regina Pereira de Andrade, que foi minha orientadora e com ela fiz um trânsito intenso pela Criminologia.

Em 1996, vivenciei uma situação peculiar que causou transtornos em minha vida profissional, um processo criminal em função de uma alteração com uma magistrada. Na época, havia algumas situações internas na Procuradoria e fui processada pelo procurador-geral. Havia buscado o mestrado em função daquele projeto inicial do Penal Tributário, mas, no meio do caminho, apareceu não só uma pedra, como no poema do Carlos Drummond de Andrade, mas uma pedreira, uma montanha, uma bomba, um trovão, um terremoto e tudo o mais. De repente, me vi processada e fui conhecendo o sistema por dentro na condição de ré. Os tipos penais que me haviam sido atribuídos não encontravam a menor resposta na prova que existia no processo. Então, em função disso, dei uma virada completa no tema do meu projeto de mestrado e falei sobre o abuso da capitulação penal e todas as contingências pelas quais o sistema brasileiro, que ainda não mudou, promove e chancela a abusividade na imputação. Há inexistência de mecanismos de controle sobre os excessos de capitulação, ou seja, quando um promotor, por exemplo, diz que é o artigo nº 33 (tráfico de drogas), mas na verdade pode ser o de nº 28 (posse de drogas para consumo). O cidadão está com um papelote de cocaína que poderia servir para consumo, mas é encontrado com 30 reais em notas de R\$5,00 e como é comum dizer que dinheiro “picado” pode ser da atividade econômica, então o enquadram no artigo nº 33. Como sair disso? Não tem como, tem que ser processado até o fim. O processo brasileiro não tem zona de escape para o excesso de capitulação. Então, foi esse meu projeto de mestrado, fruto de uma contingência, o que para mim foi muito difícil, pois quando terminei de escrever, meu processo já tinha terminado, felizmente sem sentença condenatória. Então me vi na contingência de alguém que espera tudo de um *habeas corpus* e tanto o advogado quanto o réu sabem que não pode se esperar quase nada nessa situação. O Supremo Tribunal Federal acolheu parte do recurso. Passei, na sequência, pelo horror da experiência do Foro Privilegiado, que não foi em nada privilegiado. O desafiador era conjugar a situação de ré e, ao mesmo tempo, seguir como promotora de Justiça Criminal na Comarca de Palhoça, inclusive com atribuição exclusiva nos júris. Sempre temi que os advogados, a qualquer hora, poderiam usar isso contra mim. Felizmente, ninguém nunca falou nada. Acho que foi uma demonstração de consideração da parte dos advogados. Foi uma experiência singular, pois todos sabiam do ocorrido. Mas mesmo sabedora disso, durante os quatro anos de processo sentia um constrangimento. Com certeza, depois da ida para Lages, em 1983, a grande revolução da minha vida foi mesmo esse processo, pois redirecionei minha pesquisa acadêmica, me reconheci de outra maneira como indivíduo, senti ser portadora dos mesmos vícios que qualquer sujeito pode ter quando se sente acuado, quando se sente injustiçado. Vi-me uma pessoa que experimentou os efeitos do ódio; senti-me portadora dos sentimentos que todas as pessoas têm;

conheci como o ódio aprisiona e limita; tive que me reconstituir em relação a mim mesma. Ao fim e ao cabo dessa inesquecível experiência, embora dolorosa, estou certa de que foi positiva, pois percebi que a única coisa que liberta é não odiar. Tive de aprender a perdoar. E consegui. Falei posteriormente com o procurador-geral que me processou; não tenho nenhuma restrição em relação a ele, nem aos colegas que o acompanharam. No tempo me sentia vítima, agora não mais. Tenho-me hoje como uma pessoa privilegiada.

Memorial do MPSC – *Esse processo se deu por mais algum motivo, além da sua alteração com a juíza?*

Márcia Aguiar Arend – Havia um contexto político interno que creio tenha contribuído para esse resultado. O Ministério Público tem menos uma história de ideias e mais uma história de pessoas, que estão ligadas a outras pessoas, mas não a conceitos que fundamentam projetos de longo curso. Nos falta uma ideologia. Como o Cazuza dizia “ideologia, eu quero uma pra viver”. Qual seria hoje a ideologia do Ministério Público? Alguns dizem que é o artigo nº 127 da Constituição Federal, mas, como isso funciona no cotidiano? Como as pessoas se agregam em torno disso? Não nos agregamos em torno das ideias, mas sim em torno das pessoas e quando não pertencemos a um determinado grupo podemos passar por situações complicadas.

Memorial do MPSC – *E a escolha pelo doutorado?*

Márcia Aguiar Arend – Como o projeto de mestrado fora afetado por contingências pessoais, fiquei com certa angústia, pois tinha um tema escolhido, que era o Penal Tributário. Meu retorno para a academia se dava em função daquele tema. Senti-me em dívida comigo mesma, devendo dar curso à pesquisa que havia imaginado. Dessa forma, fiz a prova de acesso em 2000 e iniciei o doutorado em 2001. Em 2005, quando estava prestes a escrever a tese, já estávamos completando 15 anos da Lei de nº 8.137/90, dessa forma imaginei que poderia acessar a um material empírico muito interessante, analisando o que tinha acontecido com a ordem tributária ao longo de 15 anos. Esse foi o objeto da minha tese. Uma proposta de ordem tributária que usa o Direito Penal para a impunidade da sonegação fiscal. Usei as teorias da globalização para tentar explicar a razão dessa opção pela não condenação no ambiente de capital globalizado e também para identificar o caráter de elitismo no trabalho, ou seja, em um local de exaltação total do capital, a concentração de recursos no Estado nacional é tudo que o capitalismo não deseja. Há um grande concerto mundial pelo qual o capital foge dos Estados nacionais, para paraísos fiscais, fluindo com volatilidade, escoando pelas dobras da legislação e da regulação, o que é, em parte, causa dessas crises que aí estão. Em um primeiro

momento não tive a intenção de levar minha pesquisa para esse lado, mas com a orientação da Vera Regina Pereira de Andrade segui esse caminho. Hoje me sinto diferente, pois a academia sempre nos dá um espaço de arejamento. Sempre estou à espreita, me questionando o que fazer agora. Depois de vencer um desafio, uma etapa, fico na espreita de um novo.

Memorial do MPSC – *A senhora participa de alguma associação? Possui planos para outros projetos?*

Márcia Aguiar Arend – Não participo de nenhuma associação, a não ser da nossa, de classe. Tenho muito interesse em estudar as questões da loucura, pois ela está em todos os lugares, sempre muito perto da gente. Como diz o ditado “De médico e louco todo mundo tem um pouco”. A abordagem do Direito Penal sobre inimputabilidade é precária. Em relação às revelações da Psiquiatria ainda não sabemos quase nada. Trabalhamos com noções de vontade, de dolo, à luz de conceitos dos séculos XVIII e XIX. As pessoas ficam repetindo que dolo é a vontade livre, consciente, aí vem o jornalista e diz que o sujeito vai ser indiciado por homicídio doloso, aquele que tem intenção de matar; e vem outro jornalista e diz que o sujeito será indiciado por homicídio culposo, aquele que não tem intenção de matar. Isso tudo parece insano! Acho que sabemos pouco do funcionamento da mente humana e repercutimos superficialmente no Direito o conhecimento já acumulado em outras esferas. Pouco contemplamos, por exemplo, uma reflexão sobre os efeitos hormonais na produção da vontade, sobre as consequências da ação dos neurotransmissores sobre o agir das pessoas. Os homens dizem que quando as mulheres estão na TPM ficam insuportáveis, mas a TPM não passa de uma explosão hormonal, que causa alteração no comportamento. Isso é a vontade? O Direito não leva em consideração uma série de coisas, produz caixinhas para enquadrar as informações, os comportamentos, as pessoas. Toda essa imponderabilidade do ser, os meandros do funcionamento da mente, a loucura e todas as suas consequências, o metabolismo, nada disso é levado em conta e o Ministério Público não acalenta nenhum tipo de estímulo para debates dessa natureza.

Tenho trinta anos de serviço, mas não tenho idade para me aposentar: preciso esperar mais dois anos. Então, fico já antecipando o problema, pensando em como aproveitar o tempo. Não tenho vocação para *madame*, mas tenho uma natureza doméstica: adoro cozinhar, arrumar a casa, receber pessoas. Então sei que quando me aposentar vou cozinhar todos os dias, vou engordar e não terei tempo de estudar o que quero, mas vou gostar do que estou fazendo. Por isso acho que não posso me aposentar já, mas também ficar aqui e só fazer o que faço, que já é bastante coisa, não dá! Portanto, penso no que fazer. Antropologia? Sociologia? Gosto muito de

ler autores da área da Psiquiatria, como Sigmund Freud, Jacques Lacan, Charles Melman, quem tenho lido ultimamente. Falarei sobre suas interessantes ideias, vertidas em uma de suas obras, *O homem sem gravidade*, agora no Maranhão.

Ministro a disciplina Princípios Constitucionais do Direito Penal no curso de Pós-Graduação da Escola do Ministério Público, e passei a trabalhar com os alunos a Teoria dos Sistemas. Quando se mostra que a lógica dos sistemas é a desordem, fica mais fácil de compreender sua incompletude. Tenho a tendência de ir além das fronteiras do Direito, pois me inquieto com o dogmatismo que nos conforma. Quando leio algum autor novo, procuro trazer seus conceitos para o meu ambiente no Ministério Público. Não sei se é uma atitude correta, mas essa situação me inquieta e ao mesmo tempo me remodela. Depois de ler Charles Melman, mudei pessoal e profissionalmente. Foi uma amiga juíza, a Ana Cristina Borba Alves, quem me apresentou à obra dele, me emprestando o livro. Encantei-me tanto que ela me pediu para apresentar um trabalho sobre o assunto na ESMESC – Escola Superior da Magistratura do Estado de Santa Catarina.

Memorial do MPSC – E o Juizado da Infância e da Juventude?

Márcia Aguiar Arend – Se o Fórum é o local da dor, o Juizado é o extremo da dor. Lá existem todas as formas de abandono, de falta de civilidade; é o ser humano na sua forma mais crua, que maltrata crianças. Condensam-se ali todas as formas de incivilidade que vão formar o que os leigos chamam de criminosos. São adolescentes que não receberam afeto e cuidados no tempo devido. Acho que o verbo mais feminino que existe é o cuidar. Essa múltipla chamada para a mulher nos dias de hoje dificultou as formas do cuidar e esse cuidar vai implicando deixar os filhos, na escola ou em casa, e esse abandono é uma das causas dessa massa de jovens rebeldes.

Como fazer uma audiência, em tal ambiente, sem uma ferramenta de abordagem que contemple minimamente essas circunstâncias? Pois tenho colegas que na hora da audiência de apresentação culpam os pais desses jovens. Mas não adianta apenas atribuir a culpa a alguém. Não consigo trabalhar com esse pensamento. A própria abordagem para a compreensão do sujeito nessas circunstâncias exige um equipamento que obriga a sair do Direito, disciplina que não equipa com o coração, mas com a letra fria da lei, que quer estabelecer quem é culpado e quem não é, para aplicar uma reprimenda ou uma medida qualquer. A lógica operacional do Direito embota e menoscaba a historicidade do ser humano.

Memorial do MPSC – A senhora defende uma razão lúdica na concepção do Direito?

Márcia Aguiar Arend – Talvez devêssemos ser mais lúdicos mesmo. É que o signo lúdico indica jogos, brinquedos, ou divertimentos e, em certa medida, aponta para o criativo, o inovador. Nesse sentido, uma racionalidade lúdica indicaria um vetor de inovação. De qualquer forma, não podemos imaginar que todos os problemas trazidos pelas pessoas ao Fórum serão resolvidos por meio exclusivo da definição judicial e que ela extinguirá o conflito entre as partes. Quando lidamos com as dramáticas vidas de mães e filhos, de adolescentes infratores, nem sempre o que entregamos de Direito para as pessoas é o que elas esperam. Elas ainda nos cobram, pois talvez um ente querido foi assassinado cruel e injustamente, e ainda que se dê uma pena ao infrator, a família da vítima volta ao Fórum e diz: “Olha, teve dia das mães e o sujeito saiu para visitar a mãe dele, a senhora vai deixar?”. As pessoas não se conformam: entregamos o Direito, mas não terminamos o conflito.

No trabalho apresentado na ESMESC falei sobre esse sujeito novo, esse “homem sem gravidade” para qual o Direito não tem nenhuma ferramenta de abordagem. O Direito ainda trata o homem médio com os conceitos dos séculos XVIII e XIX. O homem novo, de hoje, introjetou a lógica do mercado. As relações de respeito, a abordagem da figura paterna, a ideia de autoridade, estão deslocados atualmente. Como podemos trabalhar dentro do Fórum com esse novo sujeito? Esse é o meu desafio. Como se fala para um menino de 14 anos não delinquir quando ele te diz: “Mas a senhora sabe quanto custa o meu boné?”. Eles entram na sala de boné, mascando chiclete, se jogam na cadeira. Quando isso acontece comigo eu falo: “Mãe, vocês não esqueceram alguma coisa? Vocês entraram aqui e não bateram na porta, não pediram licença, não me deram boa-tarde. Vamos começar tudo de novo? Vocês vão retornar ao corredor, a senhora entrará, pedirá licença, e eu direi: ‘pois não?’. A senhora puxará a cadeira e aí nós começaremos nossa conversa.”. Às vezes faço isso seis, sete vezes por tarde. Quando eles estão de saída, eu digo: “Mãe, se não insistirmos, se não dermos o exemplo de pedir licença, dar boa-tarde, e dizer muito obrigada, nenhum filho aprende, e no dia em que eles forem procurar um trabalho, ou encontrarem alguém, serão carimbados pela quantidade de educação que mostrarem aos outros.”. Não me acho ruim por dizer isso para elas. Embora muitos possam dizer que isso seja tirania, não acho que seja. Alguém já explicou para esses meninos qual a função do chapéu e do boné? E que o boné não tem utilidade nenhuma dentro de um local fechado como o Fórum? Mas eles respondem da seguinte forma: “Tu sabe quanto custa esse boné? Minha mãe é faxineira, ela não recebe quase nada, não me dão trabalho porque tenho 13 anos, eu vou lá e roubo, a senhora fica aí falando, mas tu vai pagar os meus tênis?”. Eles te dizem isso sem qualquer reserva. É o que brota dos seus corações, assim construídos. Como podemos mostrar para esses garotos que aquele dia da audiência foi importante, onde alguém os tratou

com respeito e que a partir daquele momento eles podem se reconstituir? É isso que penso que devemos fazer. Porém, o equipamento operacional do Ministério Público me diz que devo seguir o modelo no qual tenho que ouvir o acontecido, fazer uma representação ao juiz para aplicar uma medida, ou tenho que aplicar uma remissão, uma advertência. E como ter condições de fazer algo da profundidade do que proponho em apenas 15 minutos? Estamos falando em decidir o destino de uma pessoa, de um jovem! Pela loucura da quantidade e por falta de alternativa, muitos se tornam peças nessa engrenagem. São esses encontros que penso que deviam passar por uma remodelagem.

Memorial do MPSC – *Com exceção de Lages, as comarcas pelas quais a senhora passou foram próximas da capital, como Palhoça, São José. Foi possível observar alguma diferença na natureza dos feitos no exercício da função de promotora?*

Márcia Aguiar Arend – Em Lages eu era substituta, de forma que atuava em tudo. Quando fui para Palhoça, assumi a Promotoria Especial, como se chamava, de maneira que todo crime passava por mim, enquanto meus outros dois colegas ficavam na área Cível. O Crime não tem muitas diferenças, sob o ponto de vista das espécies, até porque há uma seletividade nas instituições que, com frequência, aponta para o mesmo sentido. A Polícia não dá conta de tudo, de sorte que há sempre uma cifra oculta, uma criminalidade sentida, mas não computada, que não aparece por dois motivos: o primeiro é porque as pessoas não procuram a Polícia, e o segundo é porque são práticas delitivas não explícitas. A corrupção é um exemplo. As pessoas sabem que é uma praga nacional, mas não a percebem quando está ocorrendo. Com efeito, raramente há investigações policiais decorrentes da corrupção. O mesmo acontece em relação aos crimes contra a ordem tributária. Faz-se necessária a visão de especialista de um fiscal da Fazenda; não é o delegado que resolve isso. Então, a natureza dos tipos penais, que são objeto do cotidiano do promotor oficial da comarca, são esses que chamamos de "os seis maiores", quantitativamente: furto, estelionato, roubo, homicídio, crimes sexuais e tráfico. Isso é comum, se repete praticamente em todas as comarcas. No Cível, as questões de família são iguais: pais que não se gostam, filhos abandonados, mães que cobiçam dinheiro, atritos em questões patrimoniais. Não tem diferença de uma comarca para a outra.

O crime de corrupção, menos visível, também não muda muito. A corrupção que eu imaginava, há muito tempo, ser praticada apenas por especialistas no interior da Administração Pública caiu por terra, pois até na menor das cidades, um prefeito, por exemplo, que era mecânico e tinha uma oficina, também destinava recursos públicos para interesses privados contratando apenas o estabelecimento

que lhe pertencia, mas que agora existe com uma razão social diferente, para a manutenção de máquinas. Podemos concluir, então, que não há muita diferença entre as comarcas. As diferenças radicam, apenas, na escala. Percebo mais diferenças entre as cidades quando vou dar aula: alunos do interior têm uma relação maior de respeito com o professor do que os alunos do litoral. Os alunos do interior são devotados, respeitosos, os que não poderão ir à aula, antes mesmo de eu chegar à sala já me mandaram um *e-mail* avisando o motivo da falta; é um nível de preocupação e civilidade que não sinto nos ambientes do litoral.

Memorial do MPSC – *Como é a relação do promotor com as outras autoridades da comarca, como o juiz e o delegado?*

Márcia Aguiar Arend – Bom, vou falar por mim. Relaciono-me muito bem com todos. Enfrentei apenas aquele episódio com uma magistrada em 1996, mas, tirando isso, relaciono-me muito bem com os juízes; não tenho nenhuma crítica a fazer. Também não tive problemas com os delegados com os quais trabalhei. Eles, às vezes, pensavam noutra perspectiva com respeito a uma investigação. Mas isso faz parte do processo. Não há por que desenvolver prevenções negativas. Parece, às vezes, que vai se instalando um distanciamento entre as instituições; as pessoas vão desenvolvendo comportamentos corporativos e apresentando reações programadas. Um círculo vicioso que não tem por que existir.

Memorial do MPSC – *Na área da Moralidade Administrativa, há conflitos no exercício da função do ente ministerial na fase pré-processual?*

Márcia Aguiar Arend – Com os delegados?

Memorial do MPSC – *Sim, por exemplo.*

Márcia Aguiar Arend – Nenhuma ação civil pública minha em São José teve por base o inquérito policial. Pelo contrário, muitos processos começaram aqui e então eu fiz o pedido de abertura de inquérito policial, apenas por questões de precaução em relação ao pleito de nulidade, pois a investigação havia sido feita pelo Ministério Público. Em função de toda essa discussão de que o Ministério Público pode ou não investigar, faço uma parte e remeto para a autoridade policial para que seja feita a ação e a investigação de coisas que ainda são necessárias na parte penal. Mas também conheço as dificuldades das Delegacias em São José, que estão completamente esgotadas. As condições da autoridade policial de dar cabo, em tempo hábil, de uma investigação na área da Improbidade são limitadas, não por má vontade, mas porque os policiais estão assoberbados por essas emergências do cotidiano: um sujeito reclama do botijão de gás, outro reclama que bateram no

carro, outro que a mãe está batendo no filho, outro discutiu com o vizinho, muitos assaltos, mortes, sumiço de crianças. Quando estamos na Delegacia e olhamos o que traz aquelas pessoas ali, é um horror! Eles também são vitimados pela lógica da burocracia e da eficiência quantitativa dos organismos. Têm que apresentar números, alcançar resultados quantitativos. As instituições se debruçam sobre as estatísticas como indicativos da sua essencialidade, da sua importância. Tudo é registrado, tudo vira inquérito, tudo vira Termo Circunstanciado. Ora, isso leva tempo. Então, como sei das dificuldades das Delegacias e sei, mais ou menos, a direção das coisas que quero, raramente peço abertura de inquérito. Porém, quando sinto que alguma pessoa, naquelas circunstâncias, poderá começar uma discussão em relação ao futuro acervo probatório da demanda a ser deflagrada, como, por exemplo, provas periciais, aí requisito a abertura do inquérito, para não ter problemas com argumentos posteriores para invalidar a investigação feita pelo Ministério Público.

Memorial do MPSC – *Volta e meia aparecem essas iniciativas de lei no Congresso Nacional que pretendem cassar os poderes de investigação do Ministério Público: como a senhora imagina o cenário da Moralidade Administrativa se a PEC 37/2011 for aprovada?*

Márcia Aguiar Arend – Penso que todas as instituições são constituídas de sujeitos que são por elas recolhidos da sociedade, por meio dos concursos. Logo, todas as instituições têm seus *deficits*. Nenhuma é melhor do que a outra. Não temos instituições de filósofos, como Platão gostaria, mas penso, sob o ponto de vista operacional, se a PEC 37/2011 tivesse sido aprovada, eu e minha Promotoria não poderíamos fazer mais nada em matéria investigativa; teria apenas que requisitar as investigações à Polícia. O óbvio, que nem sempre é visto, é que não podemos nos dar ao luxo de atribuir exclusividade de investigação às Polícias Cíveis. Somos um país de muitas demandas e de pouca estrutura material e humana para prestar os serviços públicos que a população reclama. Logo, caso se reedite a pretensão de retirar do Ministério Público o poder de investigação, não tenho dúvida de que a prescrição punitiva encontrará o seu império, pois não existe força operacional para suportar o encargo da exclusividade da investigação. Fatalmente, com a estrutura existente hoje, nada será investigado.

Memorial do MPSC – *Como as demandas da área da Moralidade Administrativa se criam na Promotoria?*

Márcia Aguiar Arend – São várias frentes. A Ouvidoria nos municia com muitos elementos, mas me revolto, pois ela por vezes implica uma consequência a partir de uma inconsequência. Por exemplo, quando o sistema registra certa denúncia, construída a partir de uma notícia, ou algo do gênero, sou muitas vezes

obrigada a parar tudo o que estou fazendo para me debruçar sobre um assunto que não necessariamente tem fundamento, porque a instituição atribuiu valor ao fato simbólico. Há elementos que nos chegam por meio de denúncias anônimas, o que é um canal importante, mas muitas vezes descarregam dossiês muito mal-documentados e pouco fundamentados. Há, ainda, demandas que partem do Tribunal de Contas do Estado, tendo antes tramitado na Procuradoria-Geral de Justiça. O Tribunal de Contas da União também encaminha solicitações, pois há contratos da Prefeitura mantidos por meio do repasse de verbas federais, para aplicação em setores como a saúde, educação, e é comum haver falhas na prestação de contas. Há reclamações de pessoas físicas, como por exemplo, concursandos que se rebelam, ou funcionários públicos que se revoltam contra certas exigências da Administração. Faço ainda controle de constitucionalidade e, finalmente, existem demandas que deflagra de ofício, das quais tomo ciência por meio da publicação de um Ato, ou de um contrato, por exemplo.

Na semana passada chegou aqui um caso interessante – não pensei que fosse viver para ver algo assim. Já fiz três ações contra vereadores que exigiam parte do salário de suas secretárias para si. Recebemos a notícia do fato, procuramos a pessoa, que confirma no início, mas desmente no final. Das três secretárias, apenas uma levou o processo até o fim. Dessa vez, porém, um sujeito entrou com uma ação ordinária de cobrança contra a Prefeitura, pedindo ressarcimento dos valores mensalmente depositados na conta do seu diretor, um parente seu, tendo juntado no processo todos os recibos das transferências eletrônicas. Incrível! Eu nem deveria funcionar nesse processo, mas o procurador do município me o trouxe, depois de o prefeito perder a reeleição...

Memorial do MPSC – *E a sua relação com a imprensa?*

Márcia Aguiar Arend – Não chamo a imprensa, a não ser quando a sentença já tenha sido transitada e julgada no Tribunal. Se for apenas a sentença do juiz, não chamo, pois acho frágil, posto que pode ser mudada no recurso. Esta semana, mesmo, o Tribunal condenou o Dário Elias Berger e o então secretário de Saúde por terem locado uma casa para abrir um Centro de Saúde, cuja reforma consumiu dois anos sem que jamais o serviço fosse inaugurado. Enfim, quando há uma decisão do Tribunal, remeto a notícia para a Coordenadoria de Comunicação Social, por uma questão de transparência com a comunidade, que dá o devido encaminhamento.

Particularmente, contudo, acho ruim essa exposição. Se René Descartes vivesse hoje, talvez dissesse: “Mostro-me, logo existo”. Há uma ânsia exibicionista das pessoas e das instituições com a qual não comungo. Entendo que as instituições precisem sobreviver e, portanto, serem vistas e reconhecidas. Porém, estamos

ficando prisioneiros dessa lógica. E muitos na sociedade já não nos querem mais investigando. É preciso cautela. Não tem cabimento alguém chamar a imprensa porque conseguiu uma liminar, pois no Tribunal ela pode ser cassada.

Penso que houve excessos, há exageros. E o custo disso se traduz em iniciativas tais como a proposta da Lei da Mordança. Incomoda-me essa racionalidade do mostrar-se por e para existir, como se o Ministério Público existisse apenas por estar mostrando-se. O promotor de Justiça não tem o que falar sobre um processo em julgamento durante o Tribunal do Júri. Estamos nos acoplando a uma lógica midiática que espetaculariza o horror em suaves porções diárias. Já houve o horror do fato, depois o do processo, depois o do julgamento. Tudo aquilo vai se amontoando em camadas e ao final há um promotor que se apresenta para dizer que tem certeza do resultado. Mas por que ele tem que representar a instituição dessa forma? Não entendo.

Memorial do MPSC – *Na Inglaterra e nos Estados Unidos da América é proibido gravar as sessões de júri...*

Márcia Aguiar Arend – Nunca deixei que gravassem as sessões de júri em que participei. Fiz muitos júris em São José, Palhoça e Lages, mas aqui, em São José, ocorreram três situações, em júris diferentes, nas quais a imprensa quis gravar e eu disse que não participaria do júri se houvesse gravação. Não preciso dessa exposição e acho que os jurados também devem ser preservados. Não se deveria deixar entrar a imprensa em júris. Porém, existem juízes que permitem e tenho colegas que o que mais desejam é uma câmera os mostrando o tempo todo, pois esse sujeito, que é sem gravidade, como diz Charles Melman, precisa se mostrar, sente prazer nisso. Existem coisas autodevotionais no meio dessa psique, e a meu ver é tudo o que não devemos fazer. Penso que podemos prestar um serviço muito bom quando o caso for julgado e decidido. Essa coisa da transparência do julgamento é outra questão, mas chamar a imprensa para dizer “Estou postulando” e depois “A juíza deferiu a liminar”, são situações tão instáveis que não podemos nos ocupar com a ferramenta da notícia só para atender a essa lógica do mostrar-se. E essas reações, como a Lei da Mordança e a PEC 37/2011, são consequências do mau uso que fizemos; nós estamos apenas ativamente pagando o carma de decisões equivocadas. Este ano, quando ocorreu a decisão do arquivamento do inquérito do caso do desmanche... você se lembra?

Memorial do MPSC – *Sim, lembro, sim.*

Márcia Aguiar Arend – Que coisa singular, um fato tomar a imprensa catari-nense, que sabemos ter um perfil monopolista, por mais de oito meses, ocupando

as manchetes de jornais quase que diariamente. Por trás havia uma série de outras coisas que estavam sendo objeto de pretensões múltiplas. Coloquei tudo no papel, expliquei que não havia o crime imputado pelos delegados; mostrei que a Gerdau havia arrematado aquela sucata por meio de um processo de leilão, de forma que o produto passara então a pertencer ao arrematante, e se algum desvio tivesse se verificado não seria peculato, mas sim furto. A vítima, portanto, não era o Estado, mas sim a Gerdau. Além disso, a Gerdau não se apresentou como vítima: ela subcontratou o transporte da Getru, que no final das contas levou as peças para o ferro-velho. Agora, me pergunto, como a imprensa conseguiu veicular essa notícia por oito meses no jornal? O alvo era outro: a Secretaria de Segurança Pública que, depois da Secretaria da Fazenda, é a que mais movimentava recursos, e o PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro – a queria, mas o titular era um colega do Ministério Público, cujas pretensões políticas até desconheço, tampouco me interessam. Porém, levantei toda a dinâmica da Secretaria, número de funcionários, unidades, soma de repasses mensais... Escrevi 25 laudas, com a elegância e detalhamentos necessários para evidenciar que não houve prática das ilicitudes apontadas pelo DEIC. Dissenti das pretensões que pulularam no entorno da questão. Pedi o arquivamento do inquérito, salientando que a exposição midiática passava por uma estratégia por trás de um fato que não era criminoso, mas precisava ter a característica criminoso para forjar um escândalo. Quem estava comentando tudo era o próprio vice-governador, que nunca se conformou de ter perdido a Secretaria de Segurança Pública. O processo veio para mim porque o desvio foi feito no chamado Complexo de São José, que funcionava em desordem há 20 anos. Cansei de fazer inquéritos e abrir processos, assim como vários colegas fizeram denúncias de furto de veículos no pátio. Ao final, não se alcançava um resultado, pois a câmera de vigilância não funcionava, não havia muro, nem cerca. O furto de peças sempre alimentou um sistema. Fechavam-se os olhos para o furto dos carros. Enfrentar o problema implicava acabar com um circuito negocial que se retroalimentava com a constante remessa de veículos novos para lá.

Porém, o juiz desconhecia minha intenção de pedir o arquivamento. Eu tinha um curso para ministrar em Manaus, estava com licença deferida já havia seis meses, e precisava viajar, mas imaginei que se largasse meu parecer no cartório e fosse viajar, as pessoas comentariam. Se eu fizesse a denúncia, que era o que a imprensa queria, não haveria problemas, mas se pedisse o arquivamento e sáísse, poderia me incomodar. Então liguei para o Procurador-Geral, Dr. Lio Marcos Marin, expliquei a situação e sugeri chamar excepcionalmente a imprensa. Pedindo o seu auxílio, organizei uma coletiva no meu local de trabalho, pequeno, até para que as pessoas o conhecessem. Foi uma saraivada! Fui acuada. Parecia que eu me eximira de responsabilidades ao não propor a denúncia. De repente, as pessoas

estavam reagindo como se eu fosse a criminosa. Tudo porque frustrei expectativas que haviam se germinado e desenvolvido na mídia.

Conto essa história para exemplificar justamente o ponto. A relação com a imprensa deve ser muito bem-pensada, pois a ânsia do espetáculo prepondera sobre a verdade.

Memorial do MPSC – *Há mais alguma coisa que a senhora gostaria de deixar consignada nesse depoimento?*

Márcia Aguiar Arend – Sinto falta de espaços no ambiente do Ministério Público onde nossos debates possam se travar e se afirmar de maneira transdisciplinar. Há muitas mentes geniais fora do Direito e da instituição, cujas ideias poderiam estar nos estimulando a um compromisso cotidiano com a renovação. O mundo de hoje encerra extraordinária complexidade e nosso ferramental não está equipado para decifrá-lo, para prestar à comunidade um serviço eficazmente alinhado com as necessidades do nosso tempo. Acho que precisamos trabalhar espaços de reprogramação cognitiva. Talvez até seja difícil, pois nem todos têm esse interesse. Sinto as pessoas muito ensimesmadas. Mas se nosso papel é em defesa da cidadania e da qualidade do espaço público, então a instituição precisa combater esse encapsulamento. Se operamos com sujeitos, lidamos com dramas das mais variadas origens. Não é o manual técnico que nos ajuda a compreendê-los, mas a experiência de vida e o horizonte humanístico. Ao denunciarmos alguém, nos posicionamos diante de uma responsabilidade enorme, pois é o destino de um indivíduo que está em jogo, bem como o interesse coletivo. Não concordamos com uma pena, podemos recorrer. Mas qual a formação intelectual, da qual efetivamente dispomos, para poder aferir a personalidade do réu que ali está? Sinto haver um imenso vazio do ponto de vista operacional dos recursos.

Darcy Ribeiro, certa feita, disse: “No século XXX o único brasileiro a ser lembrado será o Oscar Niemeyer”. É bem provável que, pelas obras que deixou, talvez isso aconteça. Outros serão esquecidos. Mas mais do que um vaticínio inexorável, olho para essa frase como uma provocação. Se no nosso dia a dia não lutarmos para evidenciar valores, acabaremos como um bando de indivíduos ensimesmados, funcionando no piloto automático, incapazes de se aperceber e de prestigiar a generosidade e a bondade, quando elas estão ao lado, quando nelas tropeçarmos. Não existe um “generosômetro” para medir o quão generoso alguém está sendo, ou o quão sensível é um promotor e um juiz, profissionais que lidam com as aflições dos outros. Nós, Ministério Público, Judiciário, Polícias, deveríamos estar discutindo uma reprogramação do sujeito, pois as pessoas estão o tempo inteiro diante do horror.

Quando trabalho na Vara da Infância, em função de substituições, ao final do dia estou sugada, tragada, pois estendo tempo para conversar com as pessoas; não consigo deixar de me envolver com os dramas: fico inconformada, tento ajudar. O que há para aliviar a tensão? Ou procuramos um analista, ou praticamos algum esporte, ou temos que ser malabaristas de encantos para suportar isso. Caso contrário, sucumbimos. Dispomos do Congresso de Direito Civil, do Congresso de Execução Penal, do Congresso de Direito Ambiental... Procuramos nos atualizar, temos de ir a todos. Prestamos o concurso e somos jogados aos leões e depois ninguém mais quer saber como estamos. Se ficarmos doentes, o que é comum, a instituição não sabe o que fazer. A doença, do corpo e da alma, parece ser estigmatizada entre nós.

Penso, por exemplo, na colega Leda Maria Hermann, uma pessoa genial, mas que desenvolveu uma patologia que altera estados de depressão profunda com euforias, justamente porque cada um reage de um jeito diferente a esse conjunto de pressões e de desafios que nos assoberba. Agora estão começando a tratá-la com dignidade, mas em administrações anteriores ela foi hostilizada, ao ponto de o procurador-geral levantar suspeitas sobre o laudo da Junta Médica. Para a instituição, ela tinha então que se aposentar, por invalidez. Esse caso evidencia que o Ministério Público não sabe trabalhar com seus doentes. E agora, depois de aposentada, encontraram uma forma de promover-lhe imputação penal. Qual, afinal, é o Ministério Público que deveríamos ter e ser?

Deveriam existir opções, como remoções para uma área diferente. Mas estamos diante de uma modelagem que engessa a possibilidade de levar em consideração a especificidade dos sujeitos, algo que existe em outras corporações. Às vezes, a vocação do sujeito não se aplica a uma determinada área, mas pode ser magnificamente bem-aproveitada em outra. A Leda, por exemplo, passou por um momento que a impossibilitava de lidar com o público, mas se lhe tivessem sido disponibilizadas pilhas de processos, certamente ela daria conta, desde que não precisasse ir todos os dias ao Fórum, presenciar a dor humana escancarada no físico de uma pessoa – ela não tinha mais condições de lidar com isso –, mas poderia continuar ajudando a pensar a instituição e o ofício do promotor. Há tantas coisas para repensar na nossa dinâmica de trabalho!...

Se as pessoas pensam que está tudo pronto, não está não! Por isso digo para o pessoal mais moderno na carreira: está tudo por ser feito, sempre! No passado, pensava que estava tudo pronto e não restaria nada para fazer no futuro, bastando me inserir na engrenagem. Mas, aos poucos, fui percebendo como sobravam coisas para serem equacionadas e criadas, a tal ponto que ficamos com a impressão de que nossa contribuição foi ínfima, por mais que tenhamos nos dedicado, tão grande são

os novos desafios que se mostram a cada dia! O que, aliás, é muito legal, pois qual a graça de vivermos num ambiente onde tudo está resolvido, onde nossa criatividade é desnecessária? A história se constrói a partir dessa sequência infindável de novos desafios. Acho que era isso o que eu ainda tinha para falar a vocês.

Memorial do MPSC – *Muito obrigado pelo seu depoimento.*

Kátia Dal Pizzol



Kátia Helena Scheidt Dal Pizzol nasceu em Florianópolis/SC, em 3 de julho de 1959. Filha de Osny Ricardo Scheidt e Zita da Silva Scheidt, formou-se no curso de Direito da Universidade Federal de Santa Catarina no ano de 1981. Em julho de 1982 se tornou técnica de Apoio Administrativo no Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina e, em março de 1983, assumiu o cargo de técnica de Atividades Complementares, que ocupou até junho de 1985, quando ingressou no Ministério Público de Santa Catarina como promotora de Justiça substituta, na 12ª Circunscrição Judiciária da Comarca de Joaçaba. Em fevereiro de 1988 foi promovida, por antiguidade, para o cargo de promotora de Justiça em São João Batista. Foi promovida, por merecimento, em maio do mesmo ano, para a Comarca de Capinzal. Em outubro de 1991, se tornou promotora de Justiça da Comarca de Palmitos, cargo que foi permutado pela 1ª Vara de Videira no mesmo mês. Em abril de 1994, ainda na mesma comarca, assume a 1ª Promotoria de Justiça, e, em julho de 1997, a 2ª Promotoria de Justiça. Em agosto de 1997, foi empossada na 9ª Promotoria de Justiça da Comarca de Lages e, no mesmo mês, foi nomeada assessora do procurador-geral de Justiça, cargo que exerceu até dezembro de 1998, quando foi nomeada secretária-geral do

Ministério Público. Em agosto de 1998 tornou-se promotora de Justiça na 8ª Promotoria de Justiça de Itajaí; em abril de 1999 assumiu o cargo na 9ª Promotoria de Justiça da mesma comarca. Foi nomeada assessora do corregedor-geral de Justiça para os biênios de 2004 a 2006, 2006 a 2008 e 2008 a 2010. Em agosto 2008, assumiu a 12ª Promotoria de Justiça da Comarca de Itajaí. Em fevereiro de 2009, foi removida, por antiguidade, para a 24ª Promotoria de Justiça da Comarca da Capital, optando por assumir a 4ª Promotoria de Justiça da Capital, em junho de 2011. Em junho de 2013, optou por assumir a 38ª Promotoria de Justiça da Capital.

KÁTIA DAL PIZZOL¹

Memorial do MPSC – Dra. Kátia, a senhora é natural de onde?

Kátia Dal Pizzol – Eu sou natural de Florianópolis.

Memorial do MPSC – E seus pais, o que faziam?

Kátia Dal Pizzol – Meu pai era servidor da Celesc, na parte administrativa, e minha mãe era dona de casa.

Memorial do MPSC – E irmãos...

Kátia Dal Pizzol – Somos cinco! Éramos seis... Um faleceu.

Memorial do MPSC – Como é que surgiu a opção pelo Direito. Existia alguma tradição na família?

Kátia Dal Pizzol – Não, ninguém. Eu fiz um teste vocacional, oferecido pela Universidade Federal, às vésperas do vestibular. Estudei em escola pública, no Instituto de Educação. Fizeram, inclusive, um vestibular simulado com o pessoal do terceiro ano. Deu área de Ciências Humanas, Psicologia, Sociologia e Direito. Então, escolhi Direito. Enfrentei o vestibular sem intenção de passar, pois era muito nova, tinha só 17 anos. Acabei passando e me formei com 22 anos. Fui trabalhar no Tribunal de Contas do Estado. Aí uns amigos me falaram do Ministério Público,

¹ Entrevista realizada no Fórum da Comarca de Florianópolis, no dia 24 de janeiro de 2013, por Gunter Axt, com assistência de Cássio Bogdan e de Mariane Júlia dos Santos. Transcrição de Angélica Bersch Boff.

um ente que eu nem conhecia (risos). Estimularam-me a prestar o concurso. Afinal, me inscrevi e passei, ingressando na carreira em 1985.

Memorial do MPSC – *Vocês chegaram a estudar juntos, com um grupo de estudos?*

Kátia Dal Pizzol – Ah, sim! Estudei com duas amigas. Com uma delas, a Iara Kowalski, inclusive, tenho uma dívida grande, porque ela não passou na prova oral, mas assim mesmo me ajudou. Eu ia todos os dias à casa dela. Ela morava na avenida Hercílio Luz. Ela fazia prova oral comigo todos os dias! Ajudou-me bastante. Tenho com ela uma dívida de gratidão.

Memorial do MPSC – *Curso preparatório não existia?*

Kátia Dal Pizzol – Havia um curso com o Professor Urbano Vicente Gama Salles e outro com um professor cujo nome já não recordo. Um pedia trabalhos na área Cível, e outro, na Criminal. Cursei, contudo, um dirigido para a magistratura, porque me inscrevera, ao mesmo tempo, no concurso da magistratura, no qual não passei, de forma que segui com o Ministério Público.

Memorial do MPSC – *A senhora lembra quantas vagas eram?*

Kátia Dal Pizzol – Não me lembro. Sei que no meu concurso passaram 18 pessoas.

Memorial do MPSC – *E desses 18, muitas mulheres?*

Kátia Dal Pizzol – Cinco. Foi o concurso, na época, em que mais passaram mulheres. Cinco mulheres atuavam na instituição então: a Hercília Lemke, a Rosa Garcia, a Leocádia (já falecida), a Vera Copetti e a Sonia Piardi. Aí entraram a Maria Regina Forlin, a Regina Kurschus, a Rosemary Machado Silva, a Viviane Winckler e eu.

Memorial do MPSC – *A senhora era casada ou solteira?*

Kátia Dal Pizzol – Solteira, enalhada (risos). Conheci meu esposo em Joaçaba, já atuando na carreira. Minha primeira comarca foi em Capinzal. Mas entrei no Ministério Público como substituta em Joaçaba. E lá conheci meu marido.

Memorial do MPSC – *E como foi chegar a Joaçaba, moça, solteira?*

Kátia Dal Pizzol – Tinha 25 anos. Os meus pais me levaram, porque eu não sabia dirigir, não tinha carro... Eu era acostumada com mordomia. Meu pai me levava para toda parte (risos). Eu já conhecia a região, porque tinha um irmão que morava em Campos Novos. Escolhi a comarca mais próxima, até para ter um referencial,

não ficar tão sozinha. Apresentei-me lá no cartório, me mostraram o gabinete com aquele monte de processos... Havia apenas feito um curso, de uma semana, ou duas, de preparação. Foi no mês de julho, todo mundo de férias.

Memorial do MPSC – *Então não deu para acompanhar o trabalho de um promotor na capital?*

Kátia Dal Pizzol – Não. Só nos deram processos para analisar. Tínhamos de aprender na prática mesmo, depois de assumir. Em Joaçaba estava o Dr. Luiz Carlos Freyesleben, que chamo de “meu mestre”, porque foi quem me ajudou bastante, com orientações preciosas.

Memorial do MPSC – *Algum caso que tenha lhe chamado a atenção?*

Kátia Dal Pizzol – Umass situações engraçadas (risos). Na primeira audiência, eu não sabia onde o promotor sentava! Era um caso de acidente de trânsito. O procedimento era diferente de hoje. Entrei na sala, quando o Juiz, Dr. Lédio Rosa de Andrade, estava dizendo ao advogado que ali era o lugar do promotor: o advogado sentara no lugar errado. Pensei, “Bem, então meu lugar eu já sei” (risos). Eu e o advogado fomos à audiência com uma pilha de livros. Depois descobri que também era a primeira audiência dele.

A gente fazia... muita bobagem, porque éramos inexperientes. Na primeira habilitação de casamento – os cartórios traziam as habilitações de casamento e os promotores tinham vista –, meu Deus! Acho que pesquisei tudo o que era livro de Direito Civil e de Registros para achar a tal habilitação. Não achei. Aí liguei para uma colega, a Maria Regina Dexheimer Lakus Forlin, que estava em São Miguel. Ficamos amigas na época do concurso. Ela também não sabia, mas depois descobriu: “... é só uma manifestação de acordo... (risos). Não precisa nada!” Era só para escrever “Visto”, mais nada. Só para ver se estava tudo certinho.

Inexperiente, eu começava olhando os processos da capa à última página. Demorou um tempo até eu perceber que deveria olhar os processos de trás para a frente, para me inteirar logo do que se tratava. Enfim, a gente tinha de descobrir essas coisas elementares meio sozinha. Não se tinha muito com quem conversar. As distâncias eram grandes, os meios de comunicação precários. Até uma simples ligação telefônica era por vezes um parto para se conseguir. Não havia computadores, nem internet. Carregávamos de um lado para o outro uma mala de livros. Se assim não procedêssemos, dificilmente encontraríamos, nas comarcas, material de consulta. O Fórum de Joaçaba era um dos raros que dispunha de uma pequena biblioteca. Parte constituída a partir dos livros do juiz, que os emprestava aos colegas.

Usávamos uma máquina de escrever manual, adquirida às nossas próprias expensas. Fazíamos um rascunho, antes de datilografar a versão definitiva. Se errássemos algum aspecto, usávamos um corretor, uma tintinha branca chamada *Errorex*... Precisávamos tirar então o papel-carbono, por meio do qual se faziam as cópias, e corrigir a falha manualmente, em cada uma das cópias. Hoje os colegas entram no Ministério Público e a primeira coisa que fazem é comprar um carro zero km. Importado, inclusive! Nós tínhamos de comprar uma máquina. O primeiro carro, vinha bem depois.

O Ministério Público era pequeno, sem recursos. Éramos quase como missionários: “Vai lá para o interior, vai ser missionário!”. É o que a gente fazia. Trabalhávamos sozinhos, sem interlocução com ninguém, sem apoio. Não tinha estagiário, nem servidores. Fazíamos tudo. Desde abrir, até fechar o gabinete. Os estagiários foram chegando aos poucos, mediante convênios com as Prefeituras. Eram estudantes de segundo grau. Só mais tarde chegaram os estudantes de Direito. Foi um processo lento.

Memorial do MPSC – *E a residência, a acomodação para o promotor?*

Kátia Dal Pizzol – Em Joaçaba, morei em hotel durante uns dez meses. Depois aluguei um apartamento. Na região do meio-oeste catarinense não havia casa para alugar. No máximo se conseguia um porão na casa de alguém. Então, ou morava em um hotel, ou alugava um porão.

Memorial do MPSC – *E a senhora alugou um porão?*

Kátia Dal Pizzol – Consegui um apartamento, porque um cidadão de Joaçaba, empreendedor, resolveu construir um prédio. Foi uma sorte!

Memorial do MPSC – *Quanto tempo a senhora ficou em Joaçaba?*

Kátia Dal Pizzol – Três anos, aproximadamente. Quando estava em licença de gestação surgiu São João Batista e me inscrevi. Nós tínhamos duas possibilidades, meu esposo e eu (ele é natural de Videira): ou ficaríamos lá, no Meio-Oeste, próximos à família dele, ou viríamos para o litoral, próximos a minha família. Nesse meio tempo, durante a licença, ainda, abriu Capinzal, a 30 km de Joaçaba. Pensei, “Olha, para que fazer mudança? Vamos ficar aqui!”. Então, efetivamente, assumi em Capinzal. Fui promovida para São João, mas em seguida fui promovida para Capinzal.

Memorial do MPSC – *E depois foi para Videira...*

Kátia Dal Pizzol – Sim. Nessa região de Joaçaba, Capinzal e Videira fiquei treze anos.

Memorial do MPSC – *Qual era o perfil dos feitos, da criminalidade?*

Kátia Dal Pizzol – A criminalidade era pequena. Era uma região tranquila. Mas havia muito problema na área de Direito da Família e Direito da Infância.

Memorial do MPSC – *Por quê?*

Kátia Dal Pizzol – Acho que por falta de programas de atendimento das Prefeituras. Brigas familiares, conflitos de casais, eram recorrentes. Fazíamos muito atendimento ao público. O consumo excessivo de bebida alcoólica era um drama na região, especialmente em Herval d'Oeste, que então pertencia à Comarca de Joaçaba. O alcoolismo potencializava ocorrências de agressão física e violência doméstica em uma escala realmente impressionante. Os homens bebiam, chegavam em casa, batiam nas mulheres...

Memorial do MPSC – *Por que esse lugar específico tinha uma incidência maior?*

Kátia Dal Pizzol – Acredito que pela falta de emprego, ou pelo subemprego... Não era um município muito desenvolvido. As pessoas trabalhavam em Joaçaba e moravam em Herval d'Oeste.

Memorial do MPSC – *A senhora pegou um período de profunda transformação institucional, com a Lei Complementar nº 40, de 1981, a Lei da Ação Civil Pública, de 1985, a Constituição em 1988...*

Kátia Dal Pizzol – Muito do que eu estudara na faculdade e para o concurso tornara-se obsoleto em três anos... Precisamos, nós todos, fazer uma readaptação, estudar para nos atualizarmos, para nos apropriarmos dessas novas atribuições, para garantir a sua efetividade prática. Esse novo horizonte, dos direitos individuais, indisponíveis, exigiu todo um novo método de atuação do Ministério Público.

Memorial do MPSC – *E como foi estruturar isso? Havia um manual?*

Kátia Dal Pizzol – Não. Mas algumas instituições de ensino superior, no interior, funcionaram como polos aglutinadores desse debate também, como a UNOESC e a FURB. Lecionei um tempo na UNOESC, quando a gente vivia estudando. Tinha que estudar. Fiz três cursos de especialização, sendo, um deles, pós-graduação. Era o jeito.

Memorial do MPSC – *Chegou a funcionar nessa região a antiga figura dos DE-COMs?*

Kátia Dal Pizzol – Houve um em Joaçaba, ou em Lages, não lembro bem. Uma estrutura muito pequena. Em Joaçaba, os promotores atuavam bastante nessa área

de Meio Ambiente, do Consumidor... Na época dos “fiscais” do Sarney fez-se uma campanha grande de controle dos preços. A inflação era galopante! Aquele contexto repercutiu fortemente no Ministério Público, em mínimos detalhes. Cheguei a pegar um inquérito policial, que virou uma ação, de um cidadão que foi processado porque vendeu uma caixa de fósforos acima da tabela de preços! O governo queria que fizéssemos mesmo esse controle de filigrana. A economia estava sendo toda engessada e judicializada. O governo informava um índice oficial de inflação, mas a realidade era outra. Os grandes empresários continuavam aumentando os preços e ninguém mais tinha como comprar. E os coitados das vendinhas e mercearias é que eram os processados. Eu nunca pedi a condenação de ninguém por ter vendido algo fora da tabela. Achava aquilo ridículo! Mas os “fiscais” estavam lá, cobrando. Éramos constantemente demandados.

Memorial do MPSC – *A senhora atuou mais na área do Cível ou na área Criminal?*

Kátia Dal Pizzol – No interior a Promotoria era única. Só quando fui para Videira é que havia duas Promotorias, duas Varas. Uma abrigava o Júri, a outra tinha a Infância, na qual atuei.

Memorial do MPSC – *E em Videira, também era o mesmo perfil de feitos?*

Kátia Dal Pizzol – Um pouco mais volumoso, porque o município é maior que Capinzal. Segunda-feiras era dia de atendimento ao público. Formavam-se grandes filas... Predominavam os assuntos domésticos e familiares. Havia muitas crianças malculadas. Começamos a enfrentar essa realidade com melhores instrumentos quando surgiu o Estatuto da Criança e do Adolescente, que determinava a instalação dos Conselhos Tutelares e Municipais. A Dra. Regina Forlin conseguiu estabelecer bons programas em Videira. A institucionalização dos conselhos foi lenta, pois se tratava de uma nova cultura de gestão. Em Videira a coisa andou um pouco mais rápido porque, na época, o Governador Vilson Pedro Kleinübing era de lá, de forma que houve apoio para iniciativas como a criação de abrigos. Era um município com muitos operários, em razão da Perdigão. Havia pobreza. Embora não existissem favelas, os problemas sociais eram recorrentes.

Memorial do MPSC – *E como era a relação com as outras autoridades da comarca, juízes, prefeitos?*

Kátia Dal Pizzol – Bastante tranquila. A Dra. Regina e eu não promovemos nenhuma ação civil pública. Resolvíamos os problemas com conversas, com o diálogo. A administração municipal foi sempre bem colaborativa. Havia questões que suscitavam debates, como a gestão das creches, que além de serem poucas, fecha-

vam em época de férias escolares, entre dezembro e março, o que obrigava muitas mães a abandonarem os empregos. A Dra. Regina conseguiu junto à Prefeitura que elas ficassem abertas o ano todo. Atuamos com força também na questão da coleta de lixo. Videira tinha um problema sério com aterro sanitário. Mas o assunto foi equacionado sem necessidade de uma ação.

Memorial do MPSC – *Como era a relação com a Procuradoria? Era um órgão presente no cotidiano do promotor?*

Kátia Dal Pizzol – Bem, os Centros de Apoio estavam surgindo nessa época, mas ainda eram incipientes... Ajudavam-nos, por exemplo, com a análise da documentação contábil que vinha do Tribunal de Contas, nas ações contra prefeitos. Quando fui para Itajaí, em 2004, passei a receber ações como estas com mais frequência.

Memorial do MPSC – *No fim dos anos 1980, a política institucional ficou mais agitada, com manifestos da classe contra o procurador-geral, assembleias de mobilização da categoria... Como a senhora percebeu a repercussão desses episódios no interior?*

Kátia Dal Pizzol – A gente não tinha muito contato com a Procuradoria. Tomamos conhecimento dela apenas quando começou a campanha para eleição ao cargo de procurador-geral de Justiça, em 1990, e começamos a votar. Foi aí que nos interessamos também por entender melhor a dinâmica de funcionamento da Procuradoria, porque, até então, era algo muito distante da nossa realidade. Os debates internos entre candidatos oportunizavam um bom momento para que conhecêssemos o teor das disputas.

Minha percepção do Ministério Público mudou bastante quando fui trabalhar, em 1997, na assessoria do Dr. Moacyr de Moraes Lima Filho. A partir dali, comecei a formular uma visão de conjunto da instituição. Também percebi como se dava a dinâmica dos grupos e correntes internas, mobilizando-se para a manutenção do seu *staff* no comando.

A gestão do Dr. Moacyr foi uma época complicada em questões de dinheiro. Vivíamos com o pires na mão na Secretaria da Fazenda, quando o Dr. Luiz Ricardo [Pereira Cavalcanti] era o Secretário-Geral. Quando ele foi eleito para a Presidência da Associação Catarinense do Ministério Público, assumi a Secretaria-Geral, mas por curto período, cerca de quatro meses. Mesmo assim, foi uma experiência interessante.

Vivi uma grande época de transição. A instituição estava crescendo, consolidando atribuições, conquistando autonomia. As mudanças estavam em todos

os aspectos. Tecnicamente, por exemplo, havia uma defasagem entre o que a Administração propunha e o que já estava ao alcance dos promotores. Lembro que, quando estava em Videira, a universidade criou um programa para auxiliar os docentes a adquirirem computadores. Eu já estava no segundo computador quando recebi uma máquina de escrever elétrica da Procuradoria, que nessa época já considerava um avanço poder remeter as máquinas elétricas, porque, até pouco tempo antes, precisavam ser compradas pelos próprios membros. Bem, eu e a Regina fomos fazer juntas um curso de informática. Era tudo muito novo. Morríamos de medo de apertar um botão errado e queimar o aparelho. Foi um bom tempo até que perdêssemos o estranhamento.

Quando eu era adolescente, os *Beatles* já tinham passado e estávamos em pleno regime militar. Éramos muito vigiados. De repente, estávamos em plena Constituição de 1988, que fixava um paradigma inteiramente novo. Paralelamente, a economia do país se abria, a informática surgia, as comunicações se dinamizaram, os costumes se revolucionaram. Fomos educados para um mundo estático e mergulhamos numa agitação sem-fim. Algumas pessoas da minha geração nunca conseguiram se adaptar a esse novo universo eletrônico, informatizado, a essa integração global.

Memorial do MPSC – E as mulheres?

Kátia Dal Pizzol – Hoje nós mulheres ocupamos um espaço maior e mais importante do que no passado relativamente recente, com certeza, mas nossa presença é menos perceptível nos espaços de poder propriamente dito.

Memorial do MPSC – Por quê?

Kátia Dal Pizzol – Porque faltam candidatas... Mulheres não votam em mulheres. Mudar a cabeça das pessoas é complicado. Já temos uma corregedora-geral, o que é maravilhoso, mas deveríamos ter uma procuradora-geral também. Não sou feminista, não. Só acho que também temos que ocupar espaços de poder, com os quais os homens estão habituados.

Memorial do MPSC – Alguma vez a senhora sentiu uma barreira ou estranhamento em função da condição de gênero, no exercício da função?

Kátia Dal Pizzol – No interior, o pessoal às vezes batia à porta do gabinete e pedia para falar com o promotor. Achavam que éramos as secretárias. Eu e a Regina éramos bem abusadas (risos) e costumávamos pregar uma peça num promotor substituto que apareceu por lá: quando as pessoas pediam para falar com o promotor, as encaminhávamos para ele: “É lá, naquele gabinete.”. No fim do dia ele se exclamava: “Puxa vida, atendi tanta gente hoje!” (risos). “Pois é, as pessoas queriam

falar com o promotor, então a gente enviava a você.” (risos). Mas, afinal, levávamos aquilo na esportiva, na brincadeira. Nunca nenhuma de nós se ofendeu com esta fixação das pessoas em encontrar um promotor homem e não mulher. Havia toda uma mentalidade a ser modificada e isso se daria com o tempo, por acomodação.

Memorial do MPSC – *A instituição alguma vez mostrou traços de machismo?*

Kátia Dal Pizzol – Havia colegas com atitudes sabidamente machistas, mas essa não era a orientação institucional. Embora eu sinto que ainda há um ranço em coisas como, se a mulher fica doente, não serve para trabalhar, porque já está com TPM, com faniquitos; se o homem fica doente, é coitadinho para cá, ou para lá, pois ficou estressado, por trabalhar em excesso. É evidente que isso não se traduz sob a forma de política institucional, mas ainda há um ranço, que vem de parte de uma cultura mais antiga, que alguns colegas talvez ainda preservam. Quando uma colega, a Dra. Cristiane Rosália Maestri Böell, foi candidata à procuradora-geral, a gente ouvia comentários do estilo: “Como é que uma mulher vai ser procuradora e cuidar dos filhos? Quando tem que viajar, vai deixar os filhos onde?”. É claro que esses comentários não eram gerais, tampouco foram encampados pelas campanhas, mas havia sempre um ou outro colega que deixava escapar algo assim. Um pouco como o preconceito de cor. Tem muita gente por aí que garante não ser preconceituoso, mas reagiria se uma filha namorasse um rapaz pardo. A gente houve coisas como: “O Fulano, aquele teu amigo negro”. Ninguém diz “O teu amigo branco”. São disposições já inconscientes, mas que revelam atitudes preconceituosas.

Memorial do MPSC – *De Florianópolis, a senhora foi para Itajaí?*

Kátia Dal Pizzol – Sim, trabalhei em Itajaí quatro anos. Saí de Videira em 1997, permanecendo na Assessoria até 2000. Quando mudou a administração, nos mandaram embora. Inclusive, houve uma ação. O procurador-geral entendia que poderia dispensar o pessoal que estava na Corregedoria. O Corregedor, Dr. José Eduardo Orofino da Luz Fontes, nos convidara para trabalhar na Corregedoria, o Davi do Espírito Santo, o César Augusto Grubba e eu. Mas eu e o Davi acabamos sendo dispensados. Promovemos um mandado de segurança e mantivemos nossa colocação até 2004, quando então fui para Itajaí, lá ficando uns quatro anos. Depois fui convidada novamente para a Corregedoria, na gestão do Dr. Paulo Ricardo da Silva. Já, aí, o Procurador-Geral era o Dr. Gercino Gomes Neto.

Memorial do MPSC – *E hoje, qual é sua rotina?*

Kátia Dal Pizzol – O crime! Esta Promotoria é Criminal. Hoje são denúncias, alegações e muitos recursos. Vou ter que recorrer bastante das decisões do juiz, que pensa diferente.

Memorial do MPSC – Garantista?

Kátia Dal Pizzol – Sim, o Dr. Alexandre Morais da Rosa. Temos outro modo de pensar. Aí, recorreremos bastante.

Memorial do MPSC – O Tribunal costuma acolher os recursos de vocês?

Kátia Dal Pizzol – Na maioria das vezes, sim.

Memorial do MPSC – A senhora pensa na aposentadoria?

Kátia Dal Pizzol – Tenho que me preparar. Seria bom se a instituição me ajudasse com esse processo, mas o Ministério Público não desenvolve um acompanhamento do membro em vias de se aposentar.

Não é de hoje, aliás, que me preocupa essa questão. Quando eu estava na Corregedoria, procurava acompanhar colegas que enfrentavam crises de depressão, síndrome do pânico... Sentia que a instituição carecia de um setor especializado nessas temáticas. A pressão no nosso cotidiano é tremenda. Estamos expostos à dor humana, enfrentamos quadrilhas perigosas, sofremos ameaças. Às vezes, um de nós transborda. E a instituição costuma lidar com isso com paliativos, como licenças, remoções.

Isso também vale para a preparação para a aposentadoria. Não há nada. Num dia estamos a mil na Promotoria, no dia seguinte desligamos tudo. É um contraste. O promotor atua com muita autonomia, um protagonismo que lhe é cassado de um dia para o outro.

Outro aspecto é que precisamos trabalhar em conjunto. No ano passado eu tinha de fazer o pedido de prisão de uma quadrilha inteira. Liguei para o procurador-geral e disse: "Olha, eu não assino isso aqui sozinha, não.". Ele foi gentil e nomeou 14 promotores. Formamos um grupo e fizemos o trabalho. Precisamos formar a nossa "quadrilha" para enfrentar as que estão aí fora. Não se luta contra o crime organizado, na escala em que está hoje, individualmente. É preciso uma ação coletiva, no âmbito da qual os nomes dos promotores se diluam e os membros possam se apoiar mutuamente.

Já sofri muitas ameaças. Mas sempre achei que "cão que muito late não morde". Nunca me senti aterrorizada. Mas sei de colegas que enfrentaram situações bem mais graves, que precisaram viver com policiais postados na porta de casa, que não podiam se movimentar sem escoltas. Apenas numa oportunidade, em Capinzal, precisei sair de um júri acompanhada pelos policiais, porque as pessoas, às vezes, não ficam satisfeitas com o resultado. Foi necessário cercar a quadra toda

para o réu poder sair. E nós também. Ele tinha sido condenado, mas acharam que a pena era branda.

Memorial do MPSC – *Há um olhar diferente da mulher sobre o exercício da profissão, uma maneira diferente de atuar, ou isso não faz a menor diferença?*

Kátia Dal Pizzol – Não sei (risos)... Talvez... Homens e mulheres eram criados, educados, de forma diferente. Então, é possível que exista uma diferença que se reflita no exercício da profissão. Mas eu não saberia dizer o que é.

Memorial do MPSC – *Muito obrigado pelo seu depoimento.*

Rosemary Machado Silva



Rosemary Machado Silva nasceu em Blumenau/SC no dia 25 de março de 1960. Filha de Nilton José Machado e Lacy Soares Machado, graduou-se no curso de Direito pela Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Vale do Itajaí (FEPEVI), em dezembro de 1982. Ingressou no Ministério Público do Estado de Santa Catarina como promotora de Justiça substituta da 8ª Circunscrição Judiciária, com sede na Comarca de Joinville, em maio de 1985, onde permaneceu até ser promovida por antiguidade para a Comarca de Barra Velha em julho de 1988. Foi promovida por merecimento para a Comarca de Santa Cecília em dezembro de 1993, e por antiguidade, para a 2ª PJ da Comarca de São Francisco do Sul em julho de 1994. Promovida por merecimento para a 6ª PJ da Comarca de Joinville em outubro de 2000, optou, em julho de 2007, pela 15ª PJ da mesma comarca. Foi promovida, por merecimento, para a 13ª PJ da Comarca de Criciúma em setembro de 2008. Em setembro do mesmo ano optou pela 15ª PJ da Comarca de Joinville. Em fevereiro de 2011 optou pela 19ª PJ da Comarca de Joinville. Escolheu a 7ª PJ da mesma comarca em julho de 2012. Externamente ao Ministério Público, trabalhou como agente administrativo auxiliar do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, cargo que assumiu em outubro de 1980. Em julho de 1982 assumiu o cargo de auxiliar de Trabalhos Judiciários do Tribunal Regional do Trabalho. Assumiu o cargo de secretária jurídica do Tribunal de Justiça de Santa Catarina em maio de 1983.

ROSEMARY MACHADO SILVA¹

Memorial do MPSC – A senhora é natural de onde?

Rosemary Machado Silva – Eu sou natural de Blumenau. Meus pais moravam lá quando iniciaram sua vida conjugal e é também onde acompanhei parte da vida estudantil e profissional do meu pai, Nilton José Machado, desde a sua passagem no vestibular para cursar a faculdade de Direito e, ainda, quando passou pelo tradicional trote! E depois, a solenidade da sua formatura e toda a sua atuante e próspera advocacia que se estendeu por muitos anos. Mas o sonho era o Ministério Público! E chegou a tão almejada carreira com a aprovação no concurso para promotor de Justiça. Daí, a nossa grande família: eu, minha mãe e meu pai fomos morar em Rio do Sul. A história de vida do meu pai, tanto antes como depois que conheceu a minha mãe, Lacy (Lola para os íntimos [risos],) foi bem diferente da vida que proporcionou à sua família, porque agora temos conforto patrimonial e segurança financeira. Nascido em Biguaçu, trabalhou como jardineiro e jornalista e, como por onde passava todos o admiravam, o impulsionaram para seguir em busca de seu sonho. Preciso exemplo maior para ter uma vida séria, honesta, valorizando o trabalho, treinando virtudes indescritíveis para a condução da minha vida em harmonia? Tanto que o sonho de ser promotora de Justiça nasceu dessa história fantástica de vida e, também, de vivenciar a rotina diária no gabinete do meu pai em todas as comarcas que passou. Ajudamos, eu e a minha mãe, a formar uns *kits* de lembranças para serem entregues num Congresso Estadual do Ministério Público realizado em Itajaí, no destacado Clube Guarani, cuja decoração impecável e o saboroso e bem-elaborado jantar nunca mais foram esquecidos pelos participantes. Na época de eu prestar o vestibular, a dúvida chegou a surgir, pois antes de todas essas vivências, o sonho era ser médica; tanto que vivia operando sapos!

Memorial do MPSC – A faculdade foi em Florianópolis?

Rosemary Machado Silva – Como a grande maioria dos filhos de promotores de Justiça não termina seus estudos em um único colégio ou até na mesma faculdade. No meu caso, desde o ensino fundamental e médio, estudei em cidades diferentes; quando fui prestar o vestibular indiquei a Faculdade de Direito de Blumenau porque o meu pai seria promovido para Timbó, mas acabou por ser convocado para a Procuradoria-Geral de Justiça, à época era a Procuradoria do Estado, porque se fazia a defesa do Estado. E, naquele tempo, não tinha o quadro

¹ Entrevista realizada no gabinete da Promotoria, no Edifício do Fórum de Joinville, no dia 10 de setembro de 2013, por Gunter Axt, com assistência de Marcos Lauermaann dos Santos. Transcrição de Matheus Fernando Silveira.

de auxiliares que hoje temos; era o seu Nery e este, com competência já reconhecida, atendia a todos, na datilografia dos pareceres. Então, fiz o primeiro ano do curso de Direito em Blumenau; depois o transferi para Itajaí e me formei na FEPEVI. Mas a família foi morar em Florianópolis, e durante quase os quatro anos da faculdade, todos os dias eu fazia esse trajeto, de Florianópolis-Itajaí. E, durante a faculdade, o meu foco sempre foi o Ministério Público.

Memorial do MPSC – A FEPEVI é a antecessora da UNIVALI?

Rosemary Machado Silva – Sim, e nos dias atuais é reconhecida como uma das melhores universidades do Estado, com cursos famosos, não só o de Direito, mas o de Medicina e de Odontologia. Na ocasião da minha formatura, eu tinha sido chamada para a vaga de um concurso que fiz para o Tribunal Regional do Trabalho do Paraná, mas com a criação do TRT da 9ª Região na Capital, assumi o cargo na Diretoria Judiciária. Logo em seguida, o Desembargador Ayres Gama Ferreira de Mello me fez o convite para trabalhar em sua Assessoria Jurídica, onde permaneci por um pouco mais de três anos, tendo, uma parte desse tempo, também assessorado o Desembargador Napoleão Xavier do Amarante; com os dois apreendi muito e agradeço diariamente a oportunidade, sem a qual não lograria sucesso no concurso para o Ministério Público, que em seguida prestei e fui aprovada, em junho de 1985.

Memorial do MPSC – Qual era a profissão da sua mãe?

Rosemary Machado Silva – Minha mãe é do lar, mas trabalhou na indústria, em Blumenau, no começo da vida conjunta com meu pai e, depois, foi secretária dele no escritório de advocacia que manteve por anos. Não exerceu mais nenhuma profissão após ele passar a ser promotor de Justiça e professor universitário. Ela fez aquela opção de suporte, sempre incentivando, tanto meu pai, quanto a mim, com as nossas coisas sempre em dia e a comidinha na mesa nos nossos horários e, até hoje, com 76 anos, é assim, porque o “Machadinho” não parou ainda, pois está advogando em pleno vapor, aos seus gloriosos e festivos 76 anos!

Memorial do MPSC – E essa foto aqui em sua mesa de centro?

Rosemary Machado Silva – Essa foto é da turma do meu concurso em 1985, sendo que me formei em Direito em 1982. Aqui estão: o Paulo Cezar Ramos de Oliveira, a Maria Regina Dexheimer Lakus Forlin, a Regina Kurschus, a Kátia Helena Scheidt Dal Pizzol, o Carlos Alberto de Carvalho Rosa, o Antônio Carlos Brasil Pinto, o Ricardo Francisco da Silveira, o Gercino Gerson Gomes Neto, o Paulo de Tarso Brandão, o Sérgio Antônio Rizelo, o Victor Emendörfer Filho; o Paulo Roberto de Carvalho Roberge, o Raul Rogério Rabello, o César Augusto Grubba, o Cid José Goulart Júnior e a Viviane D’Ávila Winckler. Aparecem, também, os membros da nossa comissão:

Jádel da Silva, Nuno de Campos, e aqui, ao lado, Luiz Carlos Schmidt de Carvalho. Também foi aprovado no concurso o Francisco José Fabiano. E para Joinville viemos a Viviane eu, como substitutas, e aqui permaneci por mais cinco anos. Depois fui promovida para Barra Velha, depois Santa Cecília, São Francisco do Sul e retornei a Joinville. Aqui encontrei muitos conhecidos, alguns de infância: o Dr. Vilmar José Loëf, então Promotor em Guaramirim, o Dr. Odil José Cota, que conhecia desde Rio do Sul, o Dr. Nelson Ferreira da Silva, que compareceu a minha primeira comunhão e em cujo casamento estive. Estava, enfim, em casa, e fiquei até 1989.

Memorial do MPSC – *A senhora chegou a trabalhar em Santa Cecília?*

Rosemary Machado Silva – Não, mas estive lá por duas vezes e as notícias da constante ocorrência de homicídios eram contadas por todo canto. Porém, à época, a nossa carreira estava dando um salto, e, de lá, mesmo com nove colegas concorrendo à promoção na minha frente, para São Francisco do Sul ninguém se inscreveu. Antes passei por Barra Velha, onde também fiquei por quatro ou cinco anos. Trabalhei especialmente na área Eleitoral.

Memorial do MPSC – *Mas por que, exatamente? Estava em curso, nos anos 1980 e 1990, toda uma nova configuração do político...*

Rosemary Machado Silva – Sim, de certa forma, as coisas melhoraram de lá para cá, pois há mais transparência. Nas eleições, ainda usávamos as antigas cédulas de papel impresso. Um político de lá, por trinta anos, as imprimia na gráfica dele, o que era ilegal e imoral. Foi bem trabalhoso. Outra questão eleitoral importantíssima era a transferência irregular de eleitores. Num dia percebi filas enormes em frente ao Fórum e, ao verificar, descobri que era para a transferência de títulos de eleitores de outras cidades. Diante do quadro de ilegalidades, montei uma comissão secreta, com conhecidos de extrema confiança e nascidos em Barra Velha e, então, separamos os FAEs (Formulários de Alistamento Eleitoral) um por um, cerca de oito mil, conforme a cidade de origem dos eleitores. Havia mais de dois mil eleitores ilegais, número este que elegeria um vereador. Por ter dúvida, eu, pessoalmente, entrevistei mais de 800 pessoas, porque havia casos de pessoas que eram de fora, como, por exemplo, de Canoinhas, Caçador, mas que trabalhavam ali e que estavam de fato para transferir o título, pois tinham passado a residir em Barra Velha. Havia outros casos de familiares de moradores, e até mesmo familiares meus distantes, cujos títulos eram ilegais e que igualmente foram processados... Por causa disso, tem gente da família que não fala comigo até hoje! O trabalho foi tão exaustivo que não pude comparecer ao sepultamento da minha avó e também sofri um aborto, e levei o processo junto no carro, na ida para o hospital, pois temia que os atingidos politicamente o destruíssem; tamanha era a disputa eleitoral!

Memorial do MPSC – *Mas o que as pessoas ganhavam transferindo o título nessa oportunidade?*

Rosemary Machado Silva – Bom, eles estavam ajudando com o voto determinado candidato, principalmente para o cargo de vereador e de prefeito, primeiramente, para vencerem a eleição.

Memorial do MPSC – *Mas isso era feito esperando algum tipo de retribuição depois?*

Rosemary Machado Silva – Na maioria dos casos, penso até que não, porque não havia denúncia de compra de votos, como em Barra do Sul, cidade pertencente à época à Comarca de São Francisco do Sul, hoje a Araquari. A maior parte das transferências ilegais tinham motivações familiares; lembro-me de um rapaz, morador de Jaraguá do Sul, que ficou indignado, agindo de uma forma até estúpida na frente da minha mesa, e que dizia que era um absurdo o pai dele se candidatar e ele não poder votar nele! Desconhecia a lei eleitoral.

Memorial do MPSC – *E havia grande diferença na natureza dos feitos de Barra Velha para Joinville? Na Comarca da Joinville, a senhora operava mais no Cível, não?*

Rosemary Machado Silva – Sim, em Barra Velha era uma só Vara e Promotoria, então todos os processos, fossem cíveis ou criminais e os extrajudiciais passavam pelo Ministério Público. Já em Joinville há especialidades das Promotorias, então, primeiramente, assumi a 6ª Promotoria, a qual tratava das Fundações, da Falência e da Fazenda Pública. Acho que é importante registrar, como adendo, que era de alguma dificuldade subir na carreira uma vez que se procurasse conciliar o particular com o profissional, como foi minha opção. Mas é uma opção que, em minha opinião, valeu a pena. Desse modo, somente com a compactação das entrâncias é que consegui sair da terceira entrância para a intermediária e vir para Joinville, quando houve a elevação de entrância, de final e, depois, para especial. Minha carreira foi, de certa forma, levada pelas mudanças.

Memorial do MPSC – *Sem sair muito do lugar?*

Rosemary Machado Silva – Mas era o que eu queria.

Memorial do MPSC – *Isso guarda uma relação com um projeto pessoal seu?*

Rosemary Machado Silva – Tem relação com a vida de casada, pois meu marido trabalhava na Tigre, em Joinville. Assim, eu também quis priorizar ficar aqui; afinal, meus filhos também já iam crescendo e se estabelecendo na cidade e nós escolhemos Joinville para construirmos a nossa tão sonhada casa.

Memorial do MPSC – *À época a senhora comentou suas atribuições em Joinville; alguma lhe chamou mais a atenção?*

Rosemary Machado Silva – Tive uma experiência boa particularmente com as falências. O processo de falência tem a má fama de nunca acabar, mas conseguimos, numa parceria com o Dr. Minato, o Juiz, finalizar inúmeros deles. Inclusive, pegamos um caso polêmico à época, o da Profiplast. Atuei bem próxima aos trabalhadores, tentando incentivá-los a produzir mais para garantir cerca de 150 empregos diretos, a fim de cumprirmo o plano de recuperação, para evitar a falência. Mas, infelizmente, outra solução não havia. Posteriormente, esses trabalhadores formaram uma cooperativa que está a pleno vapor. Uma grande perturbação e influência nesse processo foi o Movimento das Fábricas Ocupadas, pois houve certo momento em que eles pensaram invadir a fábrica e retirar os gerentes de mais de 30 anos de empresa, porque esse era o objetivo primordial do movimento, causar baderna, em minha opinião.

Memorial do MPSC – *Mas o que foi esse movimento? Nos anos 80 e início dos anos 90, ocorreram alguns movimentos nesse sentido... Como era essa relação do promotor com os movimentos sociais?*

Rosemary Machado Silva – Apesar de não entender muito bem as ações do dito movimento, eu sempre dei muita abertura para o pessoal. Nesse exemplo, da Profiplast, fazíamos muitas reuniões, tentando explicar que a prioridade era manter os empregos. O citado movimento era uma onda, uma mistura de política sindical, num viés bem incisivo. Lembro que, nesse caso, até São Pedro nos ajudou: certo dia, havia uma grande manifestação do movimento em frente à Profiplast, com caminhão de som e tudo, e parecia que a invasão ocorreria naquele dia. Mas, de repente, caiu uma chuva muito forte, um temporal. Com isso, dispersou-se a manifestação e nunca mais tentaram invadir, e sim, passaram a perturbar no processo, também sem êxito! Nós, promotores, tentamos, mas nem sempre conseguimos: nós temos limitações, não cabe a nós falar em administração e em gestão, mas quando o problema atinge um setor importante da população, necessita da defesa por parte do Ministério Público.

Memorial do MPSC – *E a senhora considera que o promotor consegue alterar mesmo a realidade, consegue ajudar e melhorar as coisas, ou fica uma sensação de frustração diante das enormes carências e limitações?*

Rosemary Machado Silva – Bom, nem sempre são frustrações. Mas eu acho que se conhecermos o problema a fundo, se estudarmos os desafios a enfrentar, conseguimos avanços importantes. Mas é preciso ter paciência, porque nunca se alcança tudo o que se sonha em favor da comunidade. Por exemplo, um problema recorrente na Promotoria era a falta de médicos-ortopedistas e a inexistência

de cirurgias eletivas (cirurgias marcadas), em joelho, ombro, etc. Essas cirurgias eletivas não aconteciam, porque nunca tinha vaga de leito de internação. Mais de 3.000 pessoas esperando, sendo a maioria idosos. Precisei conhecer o inimigo, no caso, como funcionava o protocolo de atendimento e como pensavam os médicos. Entrevistei 27 médicos-ortopedistas do hospital, obtendo de cada um deles sugestões para melhorias e, com esses dados, fui construindo a ação civil pública e conseguimos, sim, as melhorias, judicialmente, mas depois que eu já havia saído da Promotoria, o que não importa.

Memorial do MPSC – *E quais foram, nesse caso, as melhorias?*

Rosemary Machado Silva – Bom, eram inúmeras, mas as mais importantes foi pôr em funcionamento o quarto andar do Hospital São José, com a abertura de mais 39 leitos, por exemplo, que era o principal foco de problemas, na época, e poderia suprir as maiores necessidades. Havia, ainda, a questão de fornecimento de mais material cirúrgico e da programação dos centros cirúrgicos com as cirurgias eletivas, além de mudanças no atendimento do ambulatório, dentre outras.

Memorial do MPSC – *E a competência desses serviços era do Município, do Estado, da União ou era compartilhada?*

Rosemary Machado Silva – Na verdade, essa foi a grande discussão da época. Cada um dos três entes – União, Estado e Município –, procurava jogar a responsabilidade para o outro.

Memorial do MPSC – *O hospital era estadual?*

Rosemary Machado Silva – Não, era municipal. Havia outro que era estadual em que também atuei, o Regional Hans Dieter Schmidt, mas sem sucesso.

Memorial do MPSC – *Nos anos 90 iniciou-se um trabalho de inspeção e vistoria das instituições asilares em Santa Catarina. Como foi isso em Joinville?*

Rosemary Machado Silva – Visitamos muitas das instituições de LPI (Longa Permanência de Idosos). E, realmente, fechamos pelo menos umas três que não tinham condições mínimas; eram meros depósitos.

Memorial do MPSC – *Eram públicas ou privadas?*

Rosemary Machado Silva – Todas privadas. A gestão pública, infelizmente, é ausente nesse campo e não recebem nenhum tipo de contribuição estatal e/ou municipal, por serem privadas. Havia casos terríveis. A maioria das ILPIs peca no sentido técnico, de falta de assistência médica, de enfermagem e de técnicos em enfermagem. Na verdade, as ILPIs são o reflexo de uma mudança social ocorrida

a partir do momento em que a mulher foi trabalhar fora de casa. Antes, os idosos eram cuidados pelas filhas ou pelas noras e permaneciam integrados à vida e ao cotidiano das famílias. Havia sempre quem, de alguma forma, deles se ocupasse. As pessoas desse ramo, em geral, cuidam porque gostam; dificilmente peguei situações nas que, quem organizava a ILPI, não tinha realmente um amor e um cuidado para com os idosos.

Memorial do MPSC – *Alguma vez a senhora sentiu algum tipo de resistência no trabalho, seja dentro da instituição, seja fora dela, pela sua condição feminina?*

Rosemary Machado Silva – Não. À época éramos poucas as mulheres promotoras de Justiça e, por isso, concedemos muitas entrevistas, justamente porque exercíamos uma profissão ainda tida como masculina e a comunidade tinha certas curiosidades, principalmente no que se referia a nossa atuação na área Criminal. Em 1985, eu e a Dra. Viviane D'Ávila Winckler fomos para Joinville como promotoras de Justiça substitutas e assim, além de jovens, mulheres, quando as juízas de Direito e as advogadas igualmente eram poucas a atuarem. Nos anos que se seguiram os problemas maiores ocorriam na área da Adoção e do Crime. Já havia quadrilhas aterrorizando a comarca com a prática reiterada de homicídios, roubos, latrocínios e incêndios. E em quase trinta anos a criminalidade alcançou índices alarmantes e com ações de extrema brutalidade contra as vítimas!

Memorial do MPSC – *A senhora enfrentou alguma situação difícil por ser mulher?*

Rosemary Machado Silva – Sim, três casos me marcaram muito! Como promotora de Justiça e mulher, muitas vezes tive que enfrentar situações onde o medo ou algum sentimento de piedade não poderia vir à tona. Como preparação para os júris sempre fui ao local do crime e, mesmo acompanhada pelo delegado de Polícia, era uma situação muito estranha estar ali, numa cena de morte! E até hoje, quando vejo um pequeno bar, com um balcão e uma mesa de sinuca, digo que é uma futura provável cena de crime porque parece ser pré-requisito.

Outra lembrança é de quando fomos, eu e a minha estagiária, Anne, averiguar uma denúncia de venda de carne de porcos criados no lixão de São Francisco do Sul, em local afastado do centro da cidade; como era véspera das festas de Natal e Ano Novo, a visita era urgente, dado o consumo elevado nessa época. Ao chegarmos, nos chamou a atenção a presença de alguns homens no local, o que nos deixou muito nervosas. Porém, ao sairmos do carro nos deparamos com dezenas de porcos olhando para nós e mastigando lixo! Um dos homens os enxotou e veio nos atender, nos mostrando o local, e nos contou que os porcos eram para ajudar no consumo de restos de comida, a fim de melhorar a separação do lixo reciclável

do orgânico. Nem ousamos discordar diante daquela situação e logo fomos embora, correndo, em alta velocidade (risos), e instaurei o procedimento próprio.

Agora, falando com os senhores do Memorial, vejo que São Francisco do Sul foi a comarca com mais aventuras! Noutra ocasião, no período da tarde, recebi uma ligação telefônica do gabinete do procurador-geral de Justiça da época ou do coordenador do Centro de Apoio do Meio Ambiente, acerca de um navio de cargas da companhia Nedlloyd, o qual havia encalhado numa parte da Ilha do Farol dias antes e estaria derrubando toda a carga de pele de carneiro no mar, o que seria um desastre ambiental. Não teria outra maneira de confirmar ou não a denúncia senão indo até lá. Mas é alto-mar e, naquele horário, estaria mais revoltoso; era longe da praia, além do que não se tinha embarcação para cumprir a diligência e, se eu fosse no outro dia pela manhã, o provável dano já teria ocorrido. O problema era que não gosto e tenho muito medo de navegar. Mas, mais uma vez a função falou mais alto e após alguns contatos, o Delegado de Polícia da comarca Dr. Ivan Brandt, arrumou a embarcação própria e me acompanhou na diligência. Eram ondas enormes e o barco ia lá em cima e batia quando voltava e assim também o meu coração! Mas chegamos e enfrentamos outras dificuldades, como pular do barco e seguir caminhando numa trilha morro acima e, depois, sermos barrados pela Guarda Marítima do local porque não tínhamos marcado a visita! Franqueada a entrada, descemos até o navio. O fedor de podre da pele de carneiro era insuportável, mas conseguimos verificar que a operação de retirada do conteúdo daqueles contêineres e dos outros era organizada e cuidadosa com o meio ambiente, principalmente o marinho, e não estavam, felizmente, atirando nada ao mar porque havia uma grande quantidade de tonéis cheios do dito material para ser levado por outra embarcação para o destino final. Retornamos sãos e salvos e na lembrança de como um navio daquele tamanho conseguiu se colocar naquela posição e deitado ali, impotente. Em que pese trágica, era uma cena incrível de ver.

E agora, por volta de uns três anos atrás, por conta da necessidade de tomar o depoimento de um marido paraplégico por acidente de trabalho, mas vítima de maus-tratos pela mulher e filhos, os quais não mais faziam os procedimentos para evitar o surgimento de escaras, o que acabou acontecendo porque o deixavam muito tempo deitado ou sentado, sem ministrar-lhe os medicamentos e até água lhe negavam. Foi internado no hospital, por medida por mim ajuizada e processo criminal, e, para tanto, não pude ter constrangimento em fotografar os seus ferimentos, localizados da parte da cintura para baixo. O seu Sílvia estava muito feliz porque consegui tirá-lo de sua casa, graças à denúncia de seus irmãos, inclusive impedidos de irem lá vê-lo. Infelizmente, este homem não resistiu à cirurgia indicada pelo médico, e, diante de seu debilitado estado de saúde, faleceu dias após

minha visita. Hoje tenho na lembrança a sua luta para viver e voltar a desfrutar bons momentos com seus irmãos e amigos, o que tinha antes de fazer um seguro de vida. Triste. Com o relato desses casos, deu para revelar que nada, como mulher, me impediu de exercer a minha função de promotora de Justiça.

Memorial do MPSC – *E a senhora considera que há um olhar feminino, ou um modo feminino de ser promotor?*

Rosemary Machado Silva – Ah, tem sim! (risos).

Memorial do MPSC – *E qual seria?*

Rosemary Machado Silva – Pois é... Talvez seja um olhar mais protetor, que vem da maternidade, creio. E a nossa instituição tem por fim a proteção da sociedade, como definido no Art. 127 da Constituição Federal. Não é algo que tem necessariamente a ver com o gênero. O que diferencia é que, no meu caso, por exemplo, adoro atender ao público. Agora, com a atuação na Promotoria Criminal, o que me impressiona é que os autores de furtos e roubos geralmente são jovens entre 18 e 23 anos e envolvidos com drogas; porém, só revelam essa condição, muitas vezes, somente em juízo e daí somente o exame de dependência toxicológica dirá acerca de sua dependência. Se fosse feito por meio da coleta de sangue, já na Delegacia de Polícia pelo Instituto Geral de Perícias – IGP, mais rápido e eficiente, o encaminhamento para tratamento seria eficaz e o processo serviria também para a melhora de vida do cidadão. Claro que as coisas na prática não funcionam tão simples assim, mas o meu desejo é ter, ainda, o Ministério Público, seu próprio manejo com as internações compulsórias, muito polêmicas no meio jurídico e doutrinário. Mas eu pergunto, como um dependente pode manifestar sua vontade em se tratar? Talvez essa medida oferecesse a ele um período de tratamento ou até mesmo a implantação da política de redução de danos.

Memorial do MPSC – *E teve êxito? Já conseguiu recuperar alguém?*

Rosemary Machado Silva – Nós conversamos com a pessoa, a qual no início é resistente ao tratamento, mas conversamos com a família e, eventualmente, conseguimos voluntariamente o encaminhamento para uma instituição de recuperação, quando a família pode custear o tratamento. Mas a dificuldade maior é quando se trata de pessoa carente; daí as vagas são escassas e as dificuldades começam aí, na espera por ordem judicial, e, muitas vezes, o dependente retorna às drogas e não há notícias suas... e, quando há, é a de que foi preso por furto ou roubo. Então esse seria nosso grande sonho, um setor, dentro do Ministério Público, capacitado para

atender, como uma espécie de CAPs AD², somente os egressos do sistema prisional e os casos encaminhados pelo órgão de execução, a partir dos processos criminais, da avaliação do réu, realizada empiricamente pelo promotor, diante das informações prestadas e circunstâncias reveladas no decorrer da instrução criminal. Algo assim, mais simples e objetivando a recuperação do indivíduo da dependência e evitar a reincidência, como preconiza a Lei de Execução Penal.

Memorial do MPSC – *E sua passagem pela Lei Maria da Penha?*

Rosemary Machado Silva – De fato, houve essa experiência, sendo que em Barra Velha foi inexpressiva, mas marcante em São Francisco do Sul e em Joinville; em um caso, a vítima foi incluída no Programa de Proteção às Vítimas e Testemunhas Ameaçadas – PROVITA. Um excelente trabalho desenvolve essa equipe, sensacional!

Memorial do MPSC – *Num contexto mais recente?*

Rosemary Machado Silva – Sim, aqui em Joinville, por volta de uns três anos atrás, quando já em vigência a Lei Especial, e há uns 13 anos, com aplicação somente do Código Penal, sem o § 9º. Mas, destaca-se que os casos denunciados pela mulher eram poucos. Em São Francisco, a minha atuação uniu uma família até hoje, e o casal, de vez em quando me liga e me pede algum conselho: tanta é a confiança resultante daquelas diversas passagens pelo meu gabinete e Delegacia de Polícia, inclusive denunciando os filhos por uso e tráfico de drogas, os quais eram o centro das brigas entre o casal.

Memorial do MPSC – *E como foi?*

Rosemary Machado Silva – Uma vez chegou a meu gabinete uma senhora reclamando da violência doméstica, tanto física como psicológica, provocadas pelo marido, mas, como disse, ainda não havia a Lei Maria da Penha. Resolvi intimá-lo e adverti-lo porque já havia sido processado. O policial, ao saber de quem se tratava, se negou a entregar a intimação e se preocupou em alertar-me de que se tratava de um homem perigoso: já havia sido preso e lá lhe furaram um olho. Sua prisão se dera por ter aplicado uma violenta surra na filha e, em seguida, jogado sal, porque não aceitava um namorado dela, um traficante da cidade. Contra tudo e contra todos chamei o homem e foi uma tremenda agitação naquele Fórum (não vou citar o local porque as pessoas são bem conhecidas lá), com policiais cuidando na porta e tudo mais. Bom, pelo sim pelo não, deixei que assim agissem. Primeiro, ao vê-lo não o percebi como um marginal. Pedi que se sentasse e, antes mesmo que eu fa-

² Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas.

lasse o motivo do convite, o homem desabou em contar sua vida, mas acentuando sua desilusão com a Justiça; o deixei desabafar tudo, o que certamente devia estar trancado há anos, para dizer para um promotor. Percebi que sua revolta maior com a Justiça foi porque teve um olho perfurado na prisão, mas pagou sua pena certinho. Era um homem que se dizia com muitas posses, mas vários credores de aluguéis de seus imóveis. Eu precisava ganhar a confiança dele para depois pedir o que a sua mulher e filhas vieram buscar comigo: a paz dentro de casa. Indiquei-lhe algumas soluções e, aos poucos, foi solucionando suas pendengas e as brigas deram uma rápida trégua. Em minha opinião, a mãe não se impunha com autoridade e o marido cobrava dela essa postura; como era falha, ele agia na maneira que entendia ser a certa, a correção corporal. Então, cabia a mim, nos diversos atendimentos, convencer à mãe de que deveria endurecer em relação à cobrança de comportamentos morais dos filhos e, ao pai, que deveria amolecer a repreensão em relação à família e mudar seus métodos de correção. Tanto que, por diversas vezes, denunciou o próprio filho para mim por uso e tráfico de drogas, tendo sido preso por várias vezes e processado outras tantas! E, aos tropeços, cada um dos filhos ganhou seu rumo na vida e o casal se acalmou e são gratos até hoje. Já em Joinville, dentre os incontáveis casos em que o homem era dependente químico, seja por entorpecentes ou álcool, o mais marcante foi em virtude das lesões corporais sofridas pela moça, pois o namorado a arrastara no asfalto, e, antes de prendê-lo, a perseguiu por dias a fio, ameaçando-a de morte! Foi durante a minha passagem pela Maria da Penha que eu tive certeza do poder que tanto as drogas entorpecentes quanto a bebida alcoólica têm na desestruturação familiar. Na maioria dos casos, vi como esses fatores foram o grande motivo das separações, das agressões – tanto físicas quanto morais – e que geravam os processos no âmbito da Lei Maria da Penha. Ali, você percebe, particularmente nas mulheres, e principalmente com este olhar feminino, a possibilidade de algumas estatísticas necessárias para melhor desempenhar suas funções e ampliarem a equipe de atendimento especializado também no âmbito do Ministério Público.

Memorial do MPSC – *Mas quais os limites para as mulheres denunciarem?*

Rosemary Machado Silva – Induvidosamente a agressão física reiterada, a qual nunca vem sem a violência moral e psicológica; estes são os limites não suportados pelas mulheres para denunciarem o marido ou o companheiro. Mas, na grande maioria, o álcool e as drogas são os motivos da violência contra a mulher e a frase mais ouvida é: “Ele, sóbrio... não existe pessoa melhor!”.

Memorial do MPSC – *A senhora acha que essas mulheres têm consciência disso, de que esse processo de violência não diz respeito apenas a elas?*

Rosemary Machado Silva – Infelizmente, acredito que elas não têm. E digo mais, muitas vezes as crianças são utilizadas como uma espécie de escudo, ora para se protegerem do agressor, ora para fazê-lo retornar ao lar. E, independentemente da situação, as crianças são utilizadas sempre como justificativa, principalmente para romper o vínculo matrimonial, o que as sobrecarrega física e emocionalmente, abrindo uma porta para os desvios de conduta e de moral e, por fim, às drogas.

Memorial do MPSC – *Há casos em que a mulher aparece visivelmente machucada, presta queixa; passam-se alguns meses, o marido está aguardando algum tipo de julgamento em prisão preventiva... e, de repente, ela muda sua declaração, dizendo que se enganou, ou que foi ela que se excedeu?*

Rosemary Machado Silva – Quando a violência física é bastante evidente, na maioria das vezes não acontece esse retorno, esse arrependimento. Mas, noutros casos, há declarações de que, na verdade, o que ocorreu foi empurrões iniciados por ela, quedas da cama, batidas da cabeça da quina de um móvel, entre outros; essas declarações são bem comuns para cobrir a agressão propriamente dita. Mesmo assim, há que se respeitar, porque é a vontade da mulher, quando não se nota indícios de que esteja sendo obrigada a isso.

Memorial do MPSC – *E com idosos, acontece isso? Algum idoso aparece machucado, e as declarações são de quedas e afins?*

Rosemary Machado Silva – Não, com idosos não ocorreu, não. Geralmente as violências são morais, patrimoniais e psicológicas. Tentam bater, mas não batem; ofendem porque querem usufruir da aposentadoria ou de empréstimos bancários em nome do idoso.

Memorial do MPSC – *Porque existem muitos casos em que as famílias ficam com os idosos apenas para usufruir da aposentadoria, não é verdade? E o idoso torna-se refém...*

Rosemary Machado Silva – Sim. Essas situações são mais comuns do que se imagina. Idosos, pessoas com distúrbios mentais, entram em uma condição de extrema fragilidade, necessitando de amparo da família, da sociedade, do Estado, do ente ministerial. Mas a consciência, em torno dessa necessidade é ainda precária, dada a impossibilidade de eles próprios virem fazer a denúncia. Certa vez, recebi uma denúncia de que duas irmãs, geradas por gravidez decorrente de estupro, eram acometidas de transtorno mental e se autoflagelavam. Elas se mordiam, tentavam arrancar os próprios olhos! A mãe tinha que amarrá-las com faixas na cama, nada agressivo, apenas para mantê-las seguras porque cuidava sozinha delas. Nesse caso, fizemos uma ação judicial obrigando o Município a disponibilizar o serviço

de *home care*, por profissionais da área, cuidando da saúde delas e higiene pessoal. A saúde mental é algo muito complicado.

Tudo isso foi possível porque tais direitos foram estabelecidos na Constituição. Leis complementares foram surgindo e, no decorrer dos anos, as pessoas, os movimentos sociais, os promotores, os juízes, enfim, todos foram brigando pela aplicação desses direitos. A cidadania para mim é algo muito importante e está nas pequenas coisas do cotidiano. Hoje, contudo, eu sinto que se tivesse de fazer algumas coisas novamente, faria um pouco diferente, porque tratei certos casos de forma muito particular, dado o caráter urgente de reparação da injustiça para o indivíduo que estava ali na minha frente, quando poderia ter perseguido um objetivo mais coletivo para aquela situação, pois, afinal, não se tratava de um caso isolado, mas de algo recorrente. Assim, na área da Cidadania, muitas vezes é preciso ter um coração de pedra, no que diz respeito ao sofrimento pontual, específico do indivíduo, para se visar a coletividade.

Memorial do MPSC – *E júri, a senhora chegou a fazer?*

Rosemary Machado Silva – Ah, sim! Fiz mais em Barra Velha e em São Francisco. Como substituta, aqui, também fiz alguns. Não lembro exatamente quantos, mas não foram em número expressivo.

Memorial do MPSC – *Algum deles chamou a sua atenção em especial?*

Rosemary Machado Silva – Alguns. Principalmente em São Francisco, onde atuei mais nessa área. Mas antes de citar, lembrei-me de uma situação particular e engraçada vivenciada quando estava fazendo um júri. De repente, entraram meus filhos com um cachorro no Plenário: eles estavam de férias em Florianópolis, na casa dos avós e foram no Fórum fazer surpresa! Ainda eram pequenos, foi uma confusão... Mas, a respeito de júri, num caso, uma vítima não era das mais santas; o marido começou a ficar com certos apelidos – chapéu de boi, chifrudo, galhudo – e um dia, chegando a casa, flagrou-a em ato de traição com outro homem. Ele, num primeiro momento, agiu normalmente, jantou com a companheira e não fez caso. Mas, assim que ela se deitou, pegou um machado e a atacou violentamente, picotando-a. Algumas partes do corpo queimou, outras, escondeu. Algumas partes dela nunca foram encontradas. Esse réu ficou com o apelido de “Zé Picadinho”. Durante o júri, na defesa da vítima, a mulher traidora, e como havia comentários de que ela ia para o asfalto levantar a saia para os motoristas de caminhão e certamente seguia com quem parasse, fato que pesaria contra a tese da acusação, eu pensava: como vou derrubar esse pensamento, essa imagem denegrindo a minha vítima? Havia mulheres no júri, creio que três ou quatro delas. Procurei mostrar que esse

argumento, o da saia levantada, não fazia sentido, porque qualquer uma de nós, na estrada, poderia passar por essa mesma situação, pela velocidade dos carros e caminhões, que, passando rapidamente, levantariam a saia. Era meio absurdo, um argumento do qual ríamos depois, mas que não deixava de ser verdade. O homem foi condenado a 14 anos de prisão, merecidamente, em minha opinião, pois ele poderia ter simplesmente se separado da mulher bem antes dos fatos...

Memorial do MPSC – *Mais algum processo que tenha lhe chamado a atenção, que impactou mais a opinião pública, por exemplo, seja no Cível ou no Crime?*

Rosemary Machado Silva – Meu Deus! Já falei muito! No levantamento dessas questões mais polêmicas, sempre tento tratar tudo com a máxima suavidade; a energia que é dada para um processo como esse é muito maior. Há processos e há audiências que são muito mais pesados, complexos, principalmente no quesito da produção de prova; esta é a alma do processo e muitas vezes não se consegue obtê-la e, por isso, já pedi a absolvição do acusado várias vezes. Creio que não posso destacar mais nenhum processo específico... E agora, em vias de me aposentar, estou em fase de “despressurização”. Na minha carreira, planejei o início, mas não o fim. Mantinha apenas em mente que queria ficar em Joinville. É algo que eu sempre comento com as pessoas daqui, que teria de haver uma ou duas Promotorias, em classe especial, para os promotores em final de carreira, com menos atribuições, a fim de facilitar essa despressurização, porque o desligamento de uma Promotoria é uma tarefa difícil. Já estou, atualmente, nesse ensaio.

Memorial do MPSC – *Mas para quando está prevista sua aposentadoria?*

Rosemary Machado Silva – Ainda não está completamente acertada porque tenho dúvidas quanto à questão de inscrever-me à promoção para procuradora de Justiça, e na minha habilidade com o processo eletrônico (risos) a ser implantado em Joinville logo, logo! Mas pretendo continuar na ativa até ter um projeto imediato e bem-definido ou decidir por não ter esse projeto, porque tenho tantas coisas variadas para fazer que tenho certeza que nenhum dia será igual ao outro ou monótono. Hoje, contudo, como faz tempo que não organizo e cuido da nossa casa, não faço artesanato e não frequento cursos de fotografia, acho que seria suficiente executá-los só depois. Mas a questão é mais séria do que se imagina. O momento da aposentadoria tem que coincidir com o binômio “idade e saúde”, para continuar a vida, agora sem o compromisso e sem as renúncias que se fez durante toda a carreira.

Memorial do MPSC – *E o Ministério Público hoje?*

Rosemary Machado Silva – O Ministério Público tornou-se um gigante do bem! Alguns ajustes devem ser feitos para aumentar a eficácia e a eficiência nas nossas diversas atribuições, como a implantação de estatísticas, cujos dados facilitam o manejo de informações e, conseqüentemente, a atuação mais profunda na área revelada, pois é uma ferramenta importante e indispensável. Em 2012/2013, as Promotorias de Justiça Criminal receberam cerca de 700 a 800 inquéritos policiais dos 4.000 acumulados nas Delegacias de Polícia da comarca e, diante do elevado número deles resolvi, com os meus funcionários, fazer uma estatística. Meu marido desenvolveu um programa para eu inserir os dados, e, da leitura deles, curiosamente, o crime que mais ocorreu foi o de estelionato no centro da cidade. Ou serviram até para concluirmos que eram os mais represados nas Delegacias. E veja, o estelionato é um crime sobre o qual não existem estudos sérios. Esses estudos estatísticos podem direcionar muitas ações do Ministério Público, inclusive campanhas para a população, para orientar sobre casos como os do “golpe do chute”, do “golpe do bilhete premiado”, de “compras coletivas”, entre outros, pois ainda há pessoas caindo nesses tipos de crimes.

Memorial do MPSC – *Muito bem. Mais alguma coisa que a senhora gostaria de acrescentar, para que fique registrada nesse depoimento?*

Rosemary Machado Silva – Bem, acho que já estou com saudades e, certamente, quando ler esta entrevista, alguns anos depois, estarei com saudades. São 29 anos de instituição, anos de graça divina, de alegria, de amor pelas pessoas, pelo público. Fui muito abençoada na carreira e tudo que ela me ofereceu, por todas as pessoas que eu conheci e que estiveram comigo nessa trajetória, principalmente meus pais e, depois, meu marido e meus dois filhos, os quais também se criaram dentro do meu gabinete nos Fôruns! Foi e é muito gratificante. Vi, nesses 29 anos de Ministério Público de Santa Catarina, nascer várias das nossas atuais atribuições e a que mais me marcou foi a Defesa Comunitária, com a defesa de teses em congressos por muitos dos procuradores de Justiça, hoje já aposentados, e outros ainda na ativa! E também, por óbvio, a Constituição Federal de 88, pelo alargamento dos direitos e garantias individuais e pelo reconhecimento da nossa instituição como permanente e essencial à função jurisdicional do Estado, garantidora dos direitos individuais e sociais indisponíveis dos cidadãos e de toda a sociedade. Agora é torcer pelas turmas novas de colegas para não ficarem só nos processos, mas também atuarem junto à comunidade, nem que seja atendendo ao público que chega ao seu gabinete, sendo gentis e dispostos a responder qualquer pergunta, ou simplesmente a ouvir.

Memorial do MPSC – *Muito obrigado.*

Regina Kurschus



Regina Kurschus nasceu em São Paulo/SP, em 15 de junho de 1953. Filha de Martin Max Kurshus e Icléa Bion, formou-se no curso de Direito da Universidade Mackenzie de São Paulo. Ingressou no Ministério Público de Santa Catarina em 12 de junho de 1985, como promotora de Justiça substituta, na 9ª Circunscrição Judiciária da Comarca de Timbó. Em julho de 1986, começou a atuar na 1ª Circunscrição Judiciária da Comarca da Capital. Em abril de 1994 foi nomeada para a 1ª CMP da Capital, ainda como promotora de Justiça substituta. Em agosto de 2010, por merecimento, foi nomeada promotora de Justiça para a PJ da Comarca de Lebon Régis, aposentando-se no mesmo ano.

REGINA KURSCHUS¹

Memorial do MPSC – *A senhora é natural de onde?*

Regina Kurschus – De São Paulo.

Memorial do MPSC – *E como chegou a Santa Catarina?*

Regina Kurschus – Meus pais são de Florianópolis. Depois de casarem, mudaram-se para São Paulo, em busca de uma vida melhor, pois Florianópolis, naqueles tempos, era considerada, pelos jovens, um matagal, onde só se andava de charrete.

Memorial do MPSC – *E o que os dois faziam?*

Regina Kurschus – Minha mãe era costureira e dona de casa e o pai trabalhava para a companhia Souza Cruz. Morreu cedo, pois tinha problemas cardíacos. Eu tinha uns cinco anos e meu irmão, quatro quando nos tornamos órfãos de pai, e minha mãe teve de se virar em dois empregos para sustentar a casa. Foi funcionária pública, na área da Saúde (atendente, datilógrafa), muito tímida...

Memorial do MPSC – *Ela foi trabalhar enquanto ainda casada ou só depois de viúva?*

Regina Kurschus – Depois que meu pai faleceu.

Memorial do MPSC – *Vocês são quantos filhos?*

Regina Kurschus – Somo dois. Meu irmão, Roberto, teve um acidente de moto, aos 18 anos. De lá para cá, foi ficando meio lento, por conta das sequelas. Ia para o trabalho, faltava, esquecia, não cumpria o horário... Aposentou-se, por invalidez. Eu fui fazer Direito.

Memorial do MPSC – *Em Florianópolis?*

Regina Kurschus – Em São Paulo. Eu preferia Medicina, pois sempre gostei de cuidar das pessoas. Mas meu tio desaconselhava, entendendo ser eu muito emotiva e, por ser pobre, somente conseguiria trabalho na rede pública, onde a carência de meios é enorme. Então, segundo ele, eu não suportaria conviver com a dor das pessoas. Um amigo da família, que trabalhava na Santa Casa, era de

¹ Entrevista realizada por Gunter Axt, com assistência de Cássio Bogdan, em Florianópolis, em 5 de outubro de 2012, na residência da entrevistada. Transcrição de Angélica Bersch Boff.

opinião parecida. Achava que eu era muito “reclamona” e falante, o que mostrava um perfil mais indicado para o Direito. Quando me sugeriram isso a primeira vez, tomei um susto, porque jamais me imaginara ligada ao Direito.

Enfim, me convenceram e me inscrevi no vestibular da PUC, da USP e do Mackenzie. Passei nos três! Mas escolhi o Mackenzie porque ficava praticamente em frente à minha casa. Eu sou medrosa, até hoje: bateu 19h, já estou apavorada, com medo do escuro, como se fosse aparecer um bandido, um tarado, sei lá! Para cursar a USP, tinha de atravessar o Viaduto do Chá, uma confusão... Para a PUC, tinha de pegar ônibus, era longe... O problema eram a matrícula e a mensalidade. Fui então solicitar uma bolsa ao diretor. Logrei êxito!

Sem bolsa, eu jamais teria conseguido estudar. Minha mãe não dispunha de recursos suficientes para a nossa educação. Em São Paulo, matriculei-me no *Sacré Cœur* e no *Sion*, bons colégios. Nunca tive vergonha de pedir. Bati à porta das freiras pleiteando bolsas para estudar. Elas respondiam não ser possível, eu insistia, muito, comprometendo-me com os estudos, afirmando que me dedicaria ao máximo. Acabava ganhando uma. Consequia mantê-la porque realmente era aplicada e estudiosa. Minhas notas eram boas, na verdade, eu gostava de estudar.

Quando me formei resolvi retornar para Florianópolis, onde já estavam minha mãe e meu irmão. A poluição e o ruído de São Paulo faziam mal a ele, de sorte que minha mãe o trouxe, pouco antes de eu me formar. Pedi, nesse período, para me hospedar no colégio das freiras, onde já havia estudado. Porém, não suportava a distância deles. Meus colegas, em São Paulo, acharam que eu estava enterrando minha vida, pois deixava para trás um leque de oportunidades. Havia concursos surgindo, mas eu estava decidida a ficar com a família, mesmo que tivesse de lavar copos e pratos num bar ou num restaurante.

Ao chegar à cidade, me parece, em 1983, ouvir dizer que poderia “abrir” um concurso para o Ministério Público. Era uma oportunidade de trabalhar com o Direito e estar com a minha família e, ainda, defenderia a sociedade, o que me pareceu extraordinário!

Revi a matéria por um ano, estudando na biblioteca. Ia todo o dia! Consultei a mãe: “Dá para a gente viver só com o seu dinheiro?”. “Dá, minha filha. Mas precisaremos ser econômicas”. Conhecia todos os livros da biblioteca. Estudava das 8h ao meio-dia, ia para casa, almoçava, e voltava às 13h. Esperava até as 14h para o Dr. Nery abrir a biblioteca. Ele acabou me emprestando a chave, na confiança, para que eu não desperdiçasse uma hora de leituras. A funcionária Maria Helena

Krüger dava de cara comigo e levava um susto, porque eu já estava lá, estudando. Nos finais de semana, eu insistia com o Nery para levar um ou dois livros para casa. Ele resistia um pouco, pois os procuradores poderiam requisitá-los, mas, afinal, liberava-os. Na segunda, eu os devolvia todos, bem direitinho.

Aos poucos, formamos um grupo. As pessoas me viam na biblioteca, perguntavam se podiam estudar comigo. Claro! Juntamos sete colegas. O Dr. Nilton Machado nos viu lá, reunidos, passando a matéria um para o outro, e resolveu nos dar aulas. Encontrávamo-nos na casa dele.

Finalmente, acredito, em 1984, abriu o concurso: 14 vagas! O Professor Nilton nos proibiu de nos sentarmos próximos um ao outro, os membros do grupo de estudos, para não colarmos (risos). Até porque alguém poderia estar no caminho certo e ser desviado pela influência do outro. Até hoje me recordo do frio na barriga quando percebi que saberia responder às questões. Preferiria que a prova fosse oral, pois a escrita para mim não é fácil – detesto escrever, detesto coisas que se arrastam, falo bem rápido, gesticulo bastante. As teses saem pela minha garganta como um jorro, tanto que quando fazia alegações orais, no Fórum, e o juiz pedia para repetir, porque o datilógrafo não dava conta da digitação, me embaralhava toda, já nem lembrava o que é que tinha dito. Era difícil retomar. Ele ficava atônito. Por isso acredito que comigo é uma coisa de missão. Porque aquilo vem, vem, vem, como se eu fosse um canal. Mas naquele dia do concurso, minha escrita fluíu tal qual uma sustentação oral. Eu já estava na quinta folha, quando o cuidador da sala fez uma observação quanto aos cuidados com a escrita, pois estava escrevendo muito mais do que os outros concorrentes, que me olhavam “querendo me matar”... Afinal, escrevi o quanto quis. Fiz quase um tratado (risos).

Antes da prova escrita, teve ainda o exame psicotécnico e a entrevista. Reconheço que sou meio chorona, emotiva. Qualquer coisa me machuca. Tem que saber lidar comigo, tem que saber falar, porque machuca minh'alma. As pessoas me dizem: “Contigo é oito ou oitenta! Tu amas e deixas de amar no minuto seguinte!”. Expresso minhas emoções com muita franqueza: se gosto, vou logo dizendo que adoro, que amo. Se não gosto, me afasto, sou bem transparente. Hoje já estou um pouco mais calejada. Mas na época, eu era ainda muito manhosa, cheia de “*nheco -nheco*”, “*tereco -teco*”, chorona... Havia até quem dissesse que, dado esse meu perfil, eu não passaria de jeito nenhum. Alguns procuravam me orientar. O Dr. Piazza, quando fui sua estagiária, ponderava: “Minha filha, tu tens que te controlar! Não podes viver assim, choramingando...”. Então, confesso a vocês que precisei me munir de uma coragem especial para enfrentar aquela entrevista.

E não foi fácil! Um monte de perguntas, aquela banca na frente... A gente entra na sala já meio zozinho. Perguntaram onde eu havia estudado, quais eram meus interesses. Faziam perguntas mais técnicas. Até que alguém resolveu tocar no assunto do meu irmão. Era um tema que naquela época doía muito! Uma dor latente ainda. Não entendia por que algo assim tinha acontecido, depois da morte do meu pai. Eram muitas perdas para alguém que tinha agora de pensar no bem-estar de minha mãe, do meu irmão, não apenas no meu próprio... Assim, surpreendida, veio aos olhos um turbilhão de lágrimas! Explodi em prantos diante da banca! Não conseguia mais responder, fiquei paralisada, engasgada. Eram tantas lágrimas que a visão turvou... Então, um examinador rapidamente perguntou-me novamente algo menos pessoal. Como que por mágica, girei naquela cadeira com rodas e respondi, com segurança. Agradeceram e deram por encerrada a entrevista. Saí de lá certa da reprovação. Mas não...

Ai, minha Nossa Senhora Aparecida! Quando veio o resultado, não sei como não morri sufocada lendo aquela planilha afixada no mural! Agitei os braços e exclamei, com um suspiro profundo: “Aaahhhhh!”. Eu tinha passado!!!

Todos os sete integrantes do nosso grupo de estudos passaram! Bom, fui para casa, chorei de monte... Mais tarde me disseram que aquele teste psicotécnico me ajudara a passar, pois lá indicou que, apesar de emotiva, tinha uma personalidade forte, o que seria bem-vindo para o Ministério Público... Aquilo foi uma lição até mesmo para mim, pois me achava uma “bolha”, não me via como alguém de personalidade forte, embora me sentisse determinada a alcançar meus objetivos e fosse estudiosa. A gente não pode pré-julgar ninguém, nem a nós mesmos. Dependendo da situação, cada um pode reagir de uma determinada maneira, o forte se torna fraco, o frágil ganha armadura de aço...

Foi assim que entrei no Ministério Público. Assumi a 9ª Circunscrição, Timbó e Ibirama... Quando fui receber meu primeiro salário, levei um susto! Achei tanto dinheiro que nem conseguia contar! Liguei para o Dr. Nery para indagar se aquilo estava certo mesmo: “Doutor, erraram o meu salário! Veio a mais!”. Ele confirmou! Eu não queria acreditar, porque meus parâmetros se desenhavam pelo orçamento contadinho, apertado, de minha mãe. Francamente, a última coisa em que pensei quando entrei no Ministério Público foi no salário, ou no *status*.

Memorial do MPSC – *A senhora atendia às três comarcas da Circunscrição?*

Regina Kurschus – Sim. A sede era em Timbó.

Memorial do MPSC – *Como foi assumir a primeira comarca?*

Regina Kurschus – Eu era uma guria. Estava saindo de casa pela primeira vez. Eu ficara apenas um tempo curto em São Paulo sem minha mãe, albergada no colégio das freiras. Eu fora criada nesse ambiente. A maioria de minhas colegas preparou-se para casar, administrar o lar. Tínhamos um olhar romântico da vida. Creio ter sido das poucas que cursou uma faculdade. De repente, eu passara em um concurso e estava assumindo uma comarca, como promotora!

Então, lá fui eu. Me liberei das roupas de menina, dos trajes mais esportivos que usava e me fantasiei de mulher! Chegando a Timbó, fui colher informações na recepção do hotel, sobre o estabelecimento, pois não podia me instalar em qualquer lugar: tinha minha honra como profissional e minha honra como mulher para resguardar! O recepcionista retrucou: “Olha, vou contar para a senhora: o hotel já foi assaltado e incendiado três vezes...”. Fiquei em choque! “Aaaahhh, Minha Nossa Senhora!!!”. Pânico! Fui para o Fórum, de onde telefonei para o Procurador-Geral, o Dr. João Carlos Kurtz, aos prantos, claro: “Doutor, o hotel foi assaltado e incendiado, como é que eu vou me hospedar lá?!”. “REGINA! Tu não és promotora?!”. “Eu sou sim, mas eu não sou a *She Ra*!!!!” (risos).

Levei uma tremenda bronca! Mal prestei atenção, pois eu realmente estava angustiada! A choradeira era sem fim... Um fiasco! Afinal, solidário com minha angústia, o Dr. Kurtz pediu-me um tempo para encontrar uma solução. Enquanto isso, fui para uma audiência, com os olhos inchados, lacrimejando. Naturalmente, o juiz inquietou-se: “Está tudo bem com a senhora, doutora?!”. “Desculpe, estou com uma terrível dor de cabeça... (risos)”. Sim, porque seria o fim da picada partilhar a situação para o juiz, não é? Por sorte, o Dr. Kurtz ligou de volta, sugerindo-me o Hotel Larsen, em Indaial.

Me toquei para lá. Já caía a noite quando cheguei. Porém, não havia vagas. “Mas onde que eu vou ficar?!”, perguntei mais do que aflita para o rapaz da recepção, que me sugeriu, então: “A senhora pode se hospedar no Batalhão da Polícia Militar...”. Bom, tomei outro choque! Como é que uma mulher se hospedaria no Batalhão da Polícia, com todos os soldados???!!! Outra choradeira... (risos).

A situação era mais do que desesperadora. Dei meia volta, cabisbaixa. Descendo as escadas do hotel, com mala na mão, devastada, encontrei o Dr. Brasília Machado Filho, Promotor: “Não é a senhora a nova promotora?”.

Nós havíamos nos conhecido já, em um contexto, talvez, não muito formal. Eu ligara para ele, antes de viajar, para colher informações sobre a comarca. Ele fora muito gentil. Ouvindo sua voz ao telefone, imaginara um senhorzinho, com

cara de Papai Noel, rechonchudo, de cachimbo... Mas ao chegar ao Fórum naquela tarde, constatei não ser nada daquilo. Era um senhor moreninho, baixinho, mas elegante. Naquela época, eu usava um cabelão comprido. Vestia botas, calça *jeans* e um camisão. Como sou muito brincalhona, entrei gabinete adentro, exclamando: “*Fiu fiu*, que gatão, doutor!”. Ele ficou roxo, roxo! Paralisado! Aí eu me dei conta da mancada: “Perdão, perdão, doutor! Respeitosamente, eu sou a nova promotora, perdão!” (risos).

Minha mãe vivia me repreendendo: “Regina, tens de ter mais compostura!”. Acho que somos muito livres quando crianças. A idade adulta vai nos conformando com uma série de padrões de comportamento. Vai nos podando. A sociedade exige que controlemos a expressão de nossas emoções, que a nossa linguagem corporal seja contida. Gesticular profusamente, tocar e abraçar as pessoas, como demonstração de afeto, de carinho, pode nem sempre ser bem-visto. Me surpreendi algumas vezes quando chegava para abraçar alguém que, como reação, se retesava. Tornamo-nos uma espécie de prisioneiros de protocolos. Eu acho isso sofrido. Se alguma vez eu voltar para a vida nesse mundo, se tiver algo para resgatar, gostaria de vir apenas com metade do que foi o meu ser nessa existência. Porque a gente sofre muito. Faz um papel de idiota aos olhos dos viventes. Acho que eu sofri bastante com essas coisas até entender melhor como a sociedade funcionava.

Então, um dia que vinha sendo uma sequência de foras e situações trágico-cômicas estava sendo coroado pelo reencontro, nas escadas do hotel em Indaial, com o promotor que eu deixara meio constrangido. Contei-lhe toda a desdita. Ele se condeou da situação e gentilmente ofereceu-me seu quarto, pois, afinal, estava deixando a comarca dali a alguns dias e poderia se instalar provisoriamente em algum outro local. Foi a salvação! Aceitei!

Mas ele adotou certa reserva protocolar dali para diante. Comecei a perceber que ele me evitava, passava pelo outro lado da rua para não me encontrar, desviava do local onde eu estava almoçando, no restaurante, essas coisas. Um dia disse-lhe: “Doutor Brasília, o senhor pode sentar aqui.”. Acho que ele ficara meio encabulado, ou talvez receoso, tendo em vista aquela minha primeira abordagem excessivamente espontânea e descontraída. Mas, a partir daí, nos tornamos grandes amigos. Insisti muito para ele ficar na comarca pelo menos mais um mês, pois, afinal, eu me sentia mais segura também com alguém para trocar impressões sobre o trabalho a ser realizado.

Ele me alertara, por exemplo, de dois advogados com um comportamento meio arruaceiro. Tinham, inclusive, jogado uma garrafa em um promotor, durante

um júri, cortando-lhe o braço. A Procuradoria interveio, apaziguando os ânimos, até porque não fora um episódio tão violento assim, mas a história circulava e o clima estava longe de ser perfeito ou ameno nos júris.

Assim prevenida, cheguei ao Fórum, para a realização de um júri. Já na entrada, visualizei os tais advogados, inquirindo os funcionários: “Quem é que vai fazer o júri conosco?”. Eu, assobiando, tranquilamente, respondi: “Eu, doutora Regina.”. Viraram-se para trás e me viram, pequenininha, calçando botas, vestindo *jeans* e camiseta, com o cabelo preso em trança... Na certa pensaram, “Ah, uma idiota!” (risos). Minha mãe, que fora assistir aos trabalhos, ouviu-os comentando que seria fácil me levar, que estava no papo! Ela os encarou: “Ah, aí é que vais conhecê-la!”.

Não sei dizer quantos júris fiz ao longo de minha carreira, quantos eu ganhei ou perdi. Eu me jogo naquilo em que acredito. Defendo minhas convicções com paixão, com entusiasmo. Não sei de estatísticas, não entro em competições. Mas daquele júri em Indaial lembro-me bem!

Era minha mãe quem costurava as becas que eu vestia. Naquele dia, estava usando uma com botõezinhos de pressão. Mais tarde, ela substituiu aquele modelo por outro com ganchinhos. Fazia muito calor, um daqueles dias abafados que costumam acontecer na região. Assim, vesti por baixo da beca apenas uma camiseta pretinha, justa, e uma meia-calça, transparente. E estava lá, sentada junto à tribuna, observando tudo, quando o Dr. Brasília cismou de ir ao banheiro. O clima já estava ficando meio tenso... Aproveitando-se da ausência dele, os dois advogados armaram uma cena! E vieram para cima! Precavida de que eles podiam se tornar agressivos, pensei, “Nossa, vou apanhar! Melhor ir para a frente, onde estão filmando, pois na pior das hipóteses terei testemunhas para processá-los!”. Só que, como expliquei antes, não sou exatamente uma pessoa assim... calminha, contida. Levantei de forma meio brusca, derrubando até a cadeira. Bom, eu estava preocupada em não apanhar e em ter testemunhas. Deslocava-me como um raio, justamente quando o Dr. Brasília retornou. Acho que ele viu aquela cena já em transcurso e pensou que eu estava partindo para a briga. Entretanto, tudo o que eu queria era me antecipar, parar lá na frente, gritar: “Pode bater à vontade, que eu quero todo mundo filmando!” (risos). Ele sem dúvida se inquietou e, pensando na minha segurança, tentou me conter. Fê-lo segurando-me pela beca no exato momento em que eu passava por ele, com os olhos fixos no ponto onde pretendia chegar. Só que eu fui e a beca ficou. De repente, dedo em riste, eu estava em pé, vestindo apenas camiseta e calcinha, em frente ao Plenário lotado!!! (risos).

Nossa Senhora! Imagine a cena! Eu cega, doida, o promotor estarrecido, segurando a minha beca na mão. Demorou para cair a ficha. As pessoas começaram a

alertar-me: “A senhora está pelada!”. E eu, indignada: “Que pelada o raio que o parta! Não estou pelada coisa nenhuma...”. De repente, percebi: “Aaaaaaaahhhhhh!!! Estou pelada!”. Fiquei transtornada. Levaram-me de arrasto para a sala contígua, me deram um líquido qualquer, para me acalmar, mas eu não queria, pois não sabia do que se tratava... Meu Deus, até hoje tenho dificuldades para entender aquela confusão!

Afinal, conseguimos retomar a sessão. Os advogados não deram moleza. Acharam que eu estava fragilizada e ficaram tentando me atijar. Não aceitei as provocações, me impus. E dali para frente nenhuma outra audiência teve incidentes. Aquele caso que se julgava, recordo bem, era escabroso: um sujeito, separado da esposa havia uns sete anos, invadiu a residência dela e a massacrou com um pedaço de pau, deixando o corpo como uma massa disforme da cintura para cima.

Memorial do MPSC – Como foi a vida na comarca?

Regina Kurschus – Eu acordava às 5 horas da manhã, diariamente. Recolhia-me cedo, também. A população era majoritariamente composta de descendentes de alemães. A turma era mais fechada. Eu estranhei, sobretudo no início. Cruzava com as pessoas pela manhã, aguando os jardins e cumprimentava-as: “Bom dia!”. E já queria puxar assunto. Mas mal me olhavam. Limitavam-se a balançar a cabeça. Até que comecei a intimá-los: “Há algum problema comigo?”. “Não, não, não, claro que não, doutora...”. Aos poucos fui conquistando a confiança do pessoal.

Batia meio-dia, eu juntava a gurizada do Fórum e levava para almoçar. Os estagiários estavam surgindo naquela época. Eu chamei alguns para trabalhar como voluntários comigo, pois era uma forma de eles irem aprendendo. Sempre adorei o convívio com os jovens. Adoro crianças! Amo essa bagunça, essa coisa toda de todo mundo junto, reunido. E criança tem cheiro de bala, de chiclete, chocolate, e brinca e brinca, acredita, e ama!... Tornei-me uma profissional porque tinha que ser, era uma missão, um aprendizado espiritual. Se eu pudesse escolher, viveria na década de 1920, bem-casada, cuidando do lar, com dez filhos à tiracolo, cercada de crianças!

A comarca era deliciosa. Uma cidade pequena, todos se conheciam. Era acolhedora. Isso compensava o sentimento de pesar pela distância com relação à minha mãe e meu irmão. Durante o dia, eu me distraía com o trabalho, me divertia com a gurizada na sorveteria na hora do almoço. À noite, é claro, me sentia mais sozinha.

Memorial do MPSC – E depois?

Regina Kurschus – Tive uma passagem rápida por Biguaçu. Até que abriu uma vaga para a Capital e me inscrevi. Houve mais duas inscrições. Um terceiro

colega chegou pouco depois das 18 horas e, embora tendo insistido, não conseguiu se inscrever, pois o prazo se esgotara. Afinal, os outros dois desistiram e acabei sendo escolhida. Mal acreditei na felicidade! Eu já estava acostumada com o povo e a vida no interior, mas a chance de estar novamente perto da família era uma bênção.

Memorial do MPSC – Qual foi a Vara que a senhora assumiu na Capital?

Regina Kurschus – A 1ª Criminal, Tribunal do Júri. Eu ainda estava no estágio probatório e passava a enfrentar as feras. Muitos consideravam a Tribuna da Capital a vitrine do Júri. Mas eu era tão jovem que não percebia a gravidade. Lancei-me no trabalho com a mesma disposição de sempre. Logo de saída, peguei júris com o Dr. Jaraguá, um dos mais célebres e reverenciados advogados da época.

Tomei, claro, a precaução de usar beca com presilhas de colchetes, não é? (risos). O que não impediu novas cenas...

Como não tínhamos ainda o microfone de lapela, eu andava pela sala discursando, segurando o microfone de mão e arrastando aquele fio, de um lado para o outro. Quando percebia, estava com a perna enroscada. Um dia, tentando me livrar do fio, sacudi a perna, em meio a uma sustentação. Meu sapato soltou-se e voou sobre os policiais. Minha mãe, assistindo a tudo, ficou para morrer! Na plateia, aquele zum-zum-zum. Mas não me intimidei e continuei, sem sapatos. Livrei-me do outro e segui pelo salão, falando, descalça. Começou um murmúrio lá do advogado, que não sei o quê, porque apareceu a perna dela, porque a coxa, porque isso, porque aquilo... Aí lasquei: “Doutor! Qual é o seu problema com coxa de mulher?! Porque é assim: mulher tem perna! O senhor também tem coxa, só que a sua não é muito apreciável!” (risos).

Acho que no júri eu me transformava. Quando o juiz dizia “A palavra está com a senhora”, é como se eu continuasse ali, mas a minha alma saísse, voasse, flutuasse. As pessoas me perguntavam como é que eu organizava minhas falas. Nunca soube responder, porque aquilo vinha, simplesmente saía. Antes de entrar em sessão, eu apenas me concentrava e pedia a Deus para poder dar o melhor de mim, para fazer o melhor, para ser um instrumento de Justiça. No intervalo, no banheiro, ou no café, eu ficava nervosa. Parecia que eu não iria conseguir, que não daria conta, que não poderia enfrentar aquela gente, aquela situação. Mas ao vestir a beca, era como se eu incorporasse outro personagem, outra pessoa.

Lembro-me, também, da pausa para o toalete, um tormento! Acho que fiquei com algum trauma, depois do episódio de Indaial. Pudera! (risos). Certa feita, em uma tribuna, uma assistente estava lá toda apertada, se segurando, enquanto

o advogado permanecia no banheiro, por horas, claro, para a menina não poder entrar e ir ao Plenário naquele estado e, por consequência, seu trabalho de apoio não seria o mesmo. Aquilo me encheu! Fui lá, bater na porta e intimar ele a sair. O juiz tomou um susto e veio correndo atrás de mim, serenar os ânimos...

O Juiz Sérgio Roberto Luz, por sua vez, tinha essa mania de pausar para fazer xixi. Quando o juiz saía, alguns advogados se aproveitavam para fazer patifarias. Um dia, não aguentei mais aquilo e lhe disse: “Olha, se fores de novo para o banheiro, sou baixinha, tu vais passar e vais ficar sem teus instrumentos, porque eles vão ficar aqui na minha mão!” (risos). Bom, eu tinha de reclamar, não é? Ele, como não podia deixar de ser, relatou o fato para o Callado, então meu colega de Promotoria, que é um cavalheiro, elegantíssimo como pessoa. Com toda a calma, ele me cobrou: “Regina, o que tu fizeste?”. “Doutor, ele tem que ficar ali, tem que me conter e segurar o advogado, né?! Quando ele sai, o advogado começa com patifarias, quer me interceptar, eu não me dobro.”. O Callado acabou recomendando ao juiz dar um jeito de acalmar o advogado, porque a mim ninguém seguraria (risos). Trabalhei muito tempo com o Dr. Sérgio, tenho por ele grande respeito e admiração. Tem essas histórias jocosas de tribuna que a gente lembra...

Memorial do MPSC – *Houve alguma outra situação mais tensa com os advogados?*

Regina Kurschus – Não. Eu ouvia o que tinha de ouvir e dava o troco na tréplica. Aí, eu ia com tudo! Numa oportunidade, o tempo fechou. O juiz, o assistente de acusação e o advogado se pegaram na tribuna! A menina que me auxiliava se surpreendeu: “Doutora! A senhora não moveu um músculo da testa!”. Claro, eu não tinha nada a ver com aquilo. Os impasses eram entre eles. Acho até que mais pessoais do que jurídicos.

Memorial do MPSC – *Há algum caso do qual a senhora se recorde?*

Regina Kurschus – Bem, alguns. Mas não sei dizer se o que me chamou a atenção neles chamaria também a atenção dos outros.

Houve um julgamento rumoroso, de uma senhora argentina que matara a facadas a ex-namorada do companheiro, que invadira a sua casa em atitude agressiva. Houve tentativa de ocultação do cadáver, mas ela foi presa. Há fotos nos jornais dela algemada na Delegacia. Houve condenação e apelação. O Tribunal entendeu de convocar um novo julgamento. Nesse entremeio, já liberada da prisão preventiva, a ré evadiu-se para local incerto. O processo caiu em minhas mãos durante as férias do colega. Estudei-o com calma e discordei da condicional. Não que eu achasse que a ré devesse ter matado mesmo a outra, mas havia atenuantes.

Ela estava descendo a escada tranquilamente, em companhia do marido, quando encontrou a invasora em pé, dentro de sua casa, aos gritos, chamando-a de vagabunda, prostituta, etc. Achei que se tratava de homicídio privilegiado. Liguei para o colega e lhe expliquei minha opinião divergente. Embora ele não abrisse mão de suas convicções, foi um cavalheiro, me autorizando a agir como entendesse melhor. Então, telefonei para o advogado, o Dr. Jaraguá, pois se eu desconhecia onde a ré estava, ele certamente saberia. Disse-lhe que eu pediria homicídio privilegiado, o que, em caso de condenação, representaria uma pena menor. Mas aí, o julgamento teria de acontecer em 30 dias. Ele quis saber quais garantias tinha: “nenhuma”, respondi. Tinha de confiar! E assim foi. Ela apareceu, foi julgada e condenada, mas por uma pena menor.

Registro esta história menos pela repercussão que o caso teve na imprensa e mais por causa desses dois aspectos: o exemplo de desprendimento e respeito de um colega pela consciência do outro, sem vaidades; e o componente de negociação que permeia a tribuna. Este é um aspecto normalmente pouco evidenciado por quem milita no Júri, talvez porque se queira passar esta imagem de que a Justiça é técnica. Mas é bobagem. As séries de televisão e os filmes norte-americanos são mais transparentes nesse sentido e traduzem o permanente jogo de negociação subjacente ao processo.

Na falta de um mecanismo mais eficaz, temos de nos dedicar ao máximo à tribuna, para darmos o melhor de nós. É uma vida humana que está ali, no banco dos réus. É preciso que a tratemos com dignidade diante dessa máquina da Justiça, que pode ser árida, parcial e implacável. Qual a garantia que realmente temos de que os jurados representam o melhor da sociedade? Eles decidirão com base naquilo que o Estado permitir que eles saibam. Houve um inquérito, uma investigação, coleção de provas. A versão do promotor é confrontada com a do advogado, mas são sempre apreensões parciais da realidade.

Às vezes acontecia de o preso pedir para o juiz descer. O juiz não descia. Eu achava que deveria ir até lá: “Infelizmente, o juiz não pôde vir...”. Imagine a mágoa daquela pessoa, ainda que estivesse errada, que tivesse cometido um crime, pelo qual iria pagar, ser condenada?! Todos nós respondemos na medida certa pelo que fazemos, mais cedo ou mais tarde. Se temos o poder de condenar e de punir, devemos brami-lo com firmeza, sem dúvida, mas com o máximo possível de leveza.

Sempre fui de segurar as pessoas pela mão, ao falar, de olhar nos olhos. Quando me remetia aos jurados, dizia, “O senhor sabe que no seu olho tem uma luz? Como

essa luz é acesa se não tem tomada!? O senhor vai chegar em casa... está vendo este seu calor? Não tem tomada! E aí alguém apaga uma vida, e apaga este calor... Apaga o sonho... Mas veja, há outra vida aqui. Vamos ver o que aconteceu neste caminhar.”.

Quando o réu está sentado naquele banco, em frente aos jurados, há muito mais do que a letra fria da lei imantando o ambiente. Há um contexto humano, cultural, que precisa ser entendido. Vejo advogados, juízes, promotores dirigindo-se à tribuna sem o hábito de navegarem pela literatura. Como pretender entender as paixões humanas se vivemos apartados da leitura? Ler é preciso, sempre recomendei isso aos meus estagiários. Os livros, as histórias, alargam nossa compreensão de mundo e o exercício da Justiça demanda este horizonte.

Eu não me refiro a essas citações repolhudas, aos pareceres e razões que enfileiram o prolatado pelo desembargador tal, o que lapidou o jurista Beltrano. Eu não gosto de escrever. Minha mente vai mais rápido do que meus dedos me permitem digitar. Nos meus trabalhos, as poucas referências existentes foram ali produzidas pelos estagiários e, para valorizá-los, nada tendo a opor, permitia. Não faço citações. Não acho que vou chegar à verdade empilhando verdades lavradas pelos outros, dentro do seu crescimento, se existir, moral e social. Sigo meus instintos. Apoio-me na visão de mundo que a vida me deu, que a literatura oferece. E estudo detidamente os processos.

Os jurados às vezes estranhavam. “Ela não lê jurisprudência?”. Não! Minha convicção explico oralmente, de improviso. Não saberia sustentar algo lido em frente aos outros a partir de um calhamaço qualquer. Não existe a ideia de que o costume faz a lei? Então vamos fazer o costume! Não importa o que o Tribunal pensa: ele é o segundo grau. Aí o advogado lia quinhentas mil citações, com remissões às Revistas dos Tribunais, etc. Não preciso daquilo, somos responsáveis por nós! Vamos aqui construir a nossa verdade, de acordo com as nossas consciências. O que o Tribunal decidir é o que o Tribunal decidir. Ele é responsável por aquilo. É outra história!

Sou promotora de Justiça. Não fiz concurso para carcereira. Se não estava convencida das provas, pedia absolvição. Numa oportunidade, o juiz me indagava: “Mas não vais pedir a condenação?!”. Não! As provas eram frágeis. Precisei eu mesma “defender o réu”, ou seja, mostrar a verdade dos fatos e a Justiça!

Sempre acreditei que o sucesso do desempenho do promotor no júri passava pela espontaneidade e pela fé na sua verdade. Era a ideia de Justiça que me movia. E a Justiça é, em primeiro lugar, ética. É um valor, um princípio, não uma engrenagem. Ora, se eu não estava convicta da culpabilidade do réu ou da necessidade

moral de uma punição, eu pedia a absolvição, ainda que isso pudesse desconcertar, por exemplo, um juiz mais aferrado a um pensamento técnico. Eu me guiava pela minha consciência!

Nunca fui de me prender a protocolos. O Direito é lógica e argumentação. É preciso ter convicção de sua posição e cativar as pessoas. Nunca me senti à vontade com aqueles jargões, de certo prestígio na época, como quando os operadores do Direito se dirigiam aos jurados: “Vós, que sois os membros mais ilibados da comunidade...”. Ora, por favor! Eu achava que o respeito para com os jurados não precisava apelar para uma bajulação pedante, até porque isso, no fundo, não inspirava confiança nas pessoas. Ademais, todos ali são seres humanos em igualdade de direitos e condições, perante os homens e Deus! Ninguém é melhor do que ninguém. Jurados, promotor, juiz, advogados, réu: são, em princípio, todos iguais. Eu podia me inflamar na argumentação, mas jamais tripudiei em cima de um réu, porque, mesmo estando convicta de ele ter cometido um crime, pelo qual poderia ser condenado, era um cidadão com os mesmos direitos e deveres que os meus, que os dos jurados...

Certa feita, na saída do Fórum, numa sexta-feira final de tarde, a escritã quis me passar um processo. Eram cinco volumes! Perderia todo o final de semana debruçada sobre aquilo. Eu costumava fazer isso com frequência, mas naquela oportunidade, estava cansada. Minha mãe já estava com Alzheimer e era eu quem cuidava dela, em casa. Pedi-lhe, então, para deixar com o outro promotor – afinal, éramos dois. Mas tenho um problema de remorso... Quando alcancei a calçada fiquei pensando – “E se é um caso para mim, e se há algo que eu tenho de ver ali?”. Voltei e recolhi o processo.

Naquela noite, depois de aquecer o Beto, meu irmão, de banhar minha mãe e de acomodá-la no sofá, sentei-me sob o abajur com a pilha de papéis. Fui lendo, lendo... Lá pelas tantas, deparei-me com um número, que parecia me remeter a outro processo. Fui atrás. Não consegui adiar a sessão, mas logrei convencê-los de que nesse outro processo poderia haver um homicida que se responsabilizaria também pelo crime que seria julgado. Aquela pessoa estava presa nas engrenagens da Justiça. Ninguém a ouvia! Mas era inocente! Não apenas pedi absolvição, como disse para o advogado pedir indenização ao Estado. Claro, fui criticada, pelo juiz e outros viventes. Como eu, uma agente do Estado, estaria onerando-o? Não sou agente lacaio, injusto do Estado coisa nenhuma! Sou promotora de Justiça, meu compromisso é estar ao lado do que minha consciência me sinaliza por mais justo.

Não tenho que seguir as regras apenas porque elas estão estabelecidas. Sempre fui de questionar os consensos. Acho que o perigo mora no estabelecido. As leis,

inclusive, mudam. Isso acontece porque fomos abençoados com uma consciência crítica. Na Roma Antiga, a lei era levar o cristão à boca do leão. Até que a palavra de Cristo prevaleceu. Acho que somos todos uma extensão da Criação. Deus está um pouquinho dentro de todos nós. Não sou carola, esse é apenas um princípio ético ao qual me agarro. Na tribuna, eu me sentia um pedacinho de Deus. Sentia como se estivesse desempenhando uma missão. Errando ou acertando, procurava dar o melhor de mim, seguir os sinais que me eram revelados, olhar o ser humano para além da letra fria da lei, tentando compreender o seu drama existencial.

Mas sem pieguismo, sem moleza. “Por que – eu queria saber de um réu – você invadiu a casa do teu irmão, alvejou-o, apagou a luz que brilhava dentro dele? O que foi que tirou o brilho do teu olhar para agires assim?”. “Ahh...doutora, é porque eu passei fome!”. Uma coisa não tem nada a ver com a outra! Vamos agora estigmatizar a pobreza? Porque a sociedade é injusta, toda a injustiça tem um atenuante intrínseco? Eu, aí, relatava a minha vida. De como fiquei órfã na infância, das dificuldades que padecemos, a pobreza que enfrentamos – eu, minha mãe e meu irmão às vezes tínhamos de dividir um ovo, uma batata, só! – e, depois, o problema todo com meu irmão. Nem por isso eu saí por aí cometendo crimes, ou me prostituindo. Diziam que eu estava me expondo, expondo inadvertidamente minha vida pessoal. Pouco me importava! O que eu passei, passei! Se a minha dor pode servir para que um réu entenda melhor por que está sendo condenado, então vou contá-la. Nós todos temos responsabilidade com o pedacinho de Deus que está no nosso interior.

Depois, minha mãe ficou com Alzheimer. Eu nunca quis deixá-la, então, a levava para o trabalho. Os estagiários ajudavam a cuidar dela. Dia de júri, eu a levava e a colocava lá embaixo, na sala com colchonete, pedindo para o guarda: “Dá uma olhadinha nela, por favor?”. Com o passar dos anos, ficou mais difícil, porque ela precisou colocar uma sonda... Bem, enfim, até que eu comecei a ficar doente também, tanto era o esforço. Tinha ainda o Roberto, as minhas crianças no estágio – muitos vinham me pedir uma vaga e eu procurava acolher a todos que podia. Então, chegou a um ponto em que estava demais para mim e não estava mais dando para levar a mãe para o trabalho, por causa da sonda. Então, contratei uma senhora, a Dona Zá (Neresi Maria da Silva) para ajudar. Ia para o trabalho, mas minha cabeça se dividia em preocupação. Comecei a decair. Perdi as forças. Não sabia, às vezes, como decidir. Mas continuava; a última lição da missão ainda não fora aprendida. Um dia, pedi uma contagem de tempo, eu acreditava que tinha uns 25 anos de profissão, e, quando a funcionária me informou que eram 31 anos e meio e que eu nem pedira o agregamento da extrapolação, nem acreditei!

Memorial do MPSC – A senhora chegou a trabalhar com a área da Família?

Regina Kurschus – Sim, mas não gostava. Considero brigas em família algo inaceitável. Há coisas que me revoltam, me embrulham o estômago. Acho nojentas aquelas exigências mil no momento da separação do casal. Parecem prostitutas oficializadas! A relação se desgastou? OK, então vai cada um para o seu lado, com respeito. Elas vinham com uma avalanche de queixas. Eu simplesmente não queria ouvir. Casou porque quis, amou, deixou de amar, parou por aqui. Recordo de um dia em que uma criatura pedia, exigia, e queria mais isto, mais aquilo. O coitado do homem ali, abrindo mão de tudo, casa, carro, apartamento, só não queria mais se incomodar. Meu sangue começou a ferver. Não consegui ficar calada: “O senhor tem consciência do que está fazendo?”. Deu um quiproquó. A Fulana me interpelou: “A senhora não é mulher?”. Devolvi a pergunta: “A senhora é?”. “Claro!”, ela exclamou. “Então eu sou um ET.”. Ela ficou muuuuito furiosa: “Ah, ele usou vinte anos da minha vida!”. “E a senhora usou vinte anos da vida dele!”. Nossa, para que tanto ódio? O juiz acabou me chamando para um café: “Regina, não podes interferir...”. Mas aquele ambiente de brigas, conflitos e mesquinhasarias me desgostava. Os meus estagiários também se sentiam mal ali. Pedi para o procurador-geral para ser retirada daquela Vara.

A coisa foi ainda mais inquietante com a Vara de Menores. Aquele nível de injustiça me devastava. Como é que uma mulher pode conceber uma vida, pôr uma criança no mundo e depois simplesmente abandoná-la? Eu não consigo entender isso. Deus me livre! As crianças são para mim o sumo de alegria e da pureza. Não posso ver a inocência ser conspurcada pela maldade. Era minha própria confiança e fé na vida que ficavam abaladas.

Eu não me sensibilizo com esta vitimização das mulheres. Talvez tenha sido excesso de feminismo, ou simplesmente o andar da modernidade, não sei, mas parece que muitas mulheres hoje em dia querem tudo, sem se doar em nada. Querem casar, querem uma vida confortável, mas não querem cuidar da casa, do marido, dos filhos. Vivem de cara amarrada, de olhar enviesado, pensando na pensão. Podem me criticar, mas eu prefiro mil vezes trabalhar com homens. Não tem esse negócio de estar cuidando o que diz, de estar sempre “pisando em ovos”, de tudo ter um duplo sentido. No meu gabinete, até, havia uns 30 estagiários e umas duas estagiárias! Bem, as que me aguentavam e ficavam comigo eram ótimas e se destacaram muito. Tornaram-se promotoras, delegadas, juízas... porque eram gurias especiais. Eu sou muito orgulhosa do trabalho que fiz com minhas crianças. Muitos se projetaram na vida e tiveram carreiras brilhantes! Tinha uma conversinha nos corredores, maldosa, dos egoístas e invejosos, sobre a “escola da Dona

Maricotinha”, e tal, mas o meu gabinete vivia repleto de alegria, de juventude, de frescor, de promessa e fé no futuro!

E, lógico, eu não podia olhar para ninguém, porque, imagine, como é que iria colocar alguém na minha vida? Quando introduzimos alguém na nossa vida, temos que dar atenção. A pessoa cobra isso da gente. E mesmo que não o faça, exigimos de nós mesmos. Como iria estar com alguém, sabendo que o outro deseja passear, viajar, ir a um jantar, etc., enquanto meu pensamento estaria com aqueles que precisavam de mim? Era um dilema que eu não consegui resolver. Então, como se diz, acabei interpondo um vidro entre mim e os outros; simplesmente não notava ninguém. De certa forma, ainda bem! Porque se eu tivesse me apaixonado, com essa intensidade que tenho, teria me machucado. Assim, desse sofrimento fui poupada.

Memorial do MPSC – E agora?

Regina Kurschus – Estou aposentada... A aposentaria foi precipitada pelo desgaste de minha saúde, em virtude da dedicação que eu tinha para com a família e que já afetava o trabalho. Mas não podia ser diferente. Sou contra esta tese de internação dos pacientes idosos. Fiquei com a minha mãe até a viagem dela, cuidando eu mesma dela.

Aposentar-me foi bom, eu tive tempo para restabelecer minha saúde. Mas é estranho. Num dia você está rodeada de gente, cheia de compromissos, no outro, um silêncio. Eu não sei dizer se é assim ou não que as coisas devem acontecer, mas não há uma transição, ou um acompanhamento psicoespiritual pela instituição. Num dia somos “ativos”, no outro, “inativos”. Pronto! Agora, ouvi dizer, parece que há um psicólogo para atendimento, não sei a que nível.

Um dia desses, um guarda do Fórum me perguntou se eu sentia saudades da tribuna... Na verdade, não. Porque eu penso na minha mãe, que estava sempre comigo, que me acompanhava, de quem eu cuidava depois que adoeceu. E, sinceramente, sentiria um imenso vazio em estar lá, de novo, sem ela. Então, passou.

Eu, também, não vou ficar importunando meus colegas. Lembro-me de como eu vivia quando estava atuando. Não sobrava tempo para nada! Então, sei o quanto eles estão ocupados para se incomodarem com uma senhora aposentada. Deus me deu o tempo que eu tive para cumprir a missão que me coube. Eu achava que a gente poderia salvar o mundo. Descobri que não é assim. A gente faz o que pode.

Orientei do melhor jeito que podia os jovens que estiveram sob minha responsabilidade. Procurei dirigir a minha vida e a minha consciência por uma ética humanista. Considerei a Justiça uma missão e me dediquei a ela com as qualidades

e deficiências que eu tinha, acertando e errando, procurando viver sem vaidade, tentando aprender com os outros, com os meus erros, esforçando-me por ouvir o outro, olhar na alma de quem chegava à minha frente. Não foi de caso pensado. Eu segui meus instintos, meus sentimentos, minhas convicções. Nada foi fácil, nada "caiu do céu". Lutei, estudei muito, enfrentei meus medos, encarei situações para as quais eu não estava preparada. Jamais deixei de acreditar na minha capacidade de enfrentar os desafios e de confiar no futuro. Então, estou tranquila, cumpri a minha parte. Agora, é com os outros, os colegas da nova geração.

Hoje, eu curto o tempo do qual disponho. Leio bons livros, assisto a bons filmes. Gosto de apreciar coisas bonitas. Estou aqui sentada, olhando o mar. A vida continua... Daqui a pouco todos vamos "viajar" e começar outra missão.

Avone Chagas



Avone Chagas nasceu em Florianópolis/SC, em 3 de março de 1942. Filha de Sady Chagas e Maria Custódio Chagas, formou-se no curso de Direito da Universidade de Ciências Jurídicas e Sociais do Vale do Itajaí, FEPEVI, em 20 de dezembro de 1979. Atuou como professora na Escola Básica Irineu Bornhausen e no Colégio Estadual Aníbal Nunes Pires, ambos na década de 1985. Em janeiro de 1986, iniciou o trabalho na Secretaria da Educação, exercendo o cargo de técnica em Atividades Complementares. Ingressou no Ministério Público de Santa Catarina em agosto de 1987, exercendo o cargo de técnica em Atividades Complementares junto à Procuradoria-Geral de Justiça. Trabalhou no Ministério Público até sua aposentadoria, em julho de 1993.

AVONE CHAGAS¹

Memorial do MPSC – *A senhora é natural de onde?*

Avone Chagas – Eu nasci em Florianópolis.

Memorial do MPSC – *Onde a senhora estudou?*

Avone Chagas – Em Itajaí. Eu me formei em Direito no dia 20 de dezembro de 1979, na antiga FEPEVI, hoje UNIVALI. Dentre meus colegas de turma, está o atual presidente do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, Desembargador Cláudio Barreto Dutra. Um professor da faculdade foi secretário de Segurança e Justiça e faleceu em um acidente de helicóptero, o Dr. Luiz Carlos Schmidt de Carvalho, o Carvalhinho, como era conhecido. Ele foi meu professor de Direito Previdenciário. Depois, nos encontramos no Ministério Público.

Memorial do MPSC – *O que faziam os seus pais?*

Avone Chagas – Nasci em uma das casas da rua Hoepcke e me criei no centro de Florianópolis. Depois que a firma em que meu pai trabalhava fechou, ele, junto com o Sr. Pires, abriu uma empresa de gasolina, onde hoje ficam as Lojas Americanas. Morávamos no andar superior do estabelecimento. Em seguida, fez concurso público e ingressou no almoxarifado do DER (Departamento de Estradas e Rodagem), que ficava no bairro do Estreito, onde ficou até se aposentar, já com câncer. Isso aconteceu quando eu fui para a escola, quando tinha sete anos. Estudei no Arquidiocesano São José, que hoje não existe mais. Papai faleceu com 79 anos. Minha mãe chegou até os 90. Ela era natural de Itajaí e sempre quis voltar para a terra natal, tanto queria, que foi sepultada lá. Meu pai era de Laguna, nascido e criado lá. O pai dele, meu avô, foi o primeiro radiotelegrafista da Estrada de Ferro Dona Cristina. No Memorial de Anita Garibaldi consta o nome dele, seguido desta informação. Meus avós se separaram e meu pai veio para Florianópolis, para cursar a antiga Escola de Aprendizes. Ele, porém, não gostou de ser militar e se mudou para Blumenau, onde conheceu minha mãe. Casaram-se em Itajaí, onde meus dois irmãos nasceram. A única que nasceu em Florianópolis fui eu. Hoje não tenho mais família, apenas o meu filho. Existe uma família no bairro Campeche, proprietária de uma casa de materiais de construção com a qual compartilho o mesmo sobrenome, mas não sei se são parentes.

¹ Entrevista realizada na Procuradoria-Geral de Justiça, em Florianópolis, no dia 10 de maio de 2013, por Gunter Axt, com assistência de Mariane Júlia dos Santos. Transcrição de Cássio Bogdan.

Memorial do MPSC – *Quando a senhora se formou, já estava atuando no serviço público?*

Avone Chagas – Sim. Eu ingressei no serviço público no dia 5 de março de 1950, atuando como professora de educação infantil, ainda no tempo do Professor João Aderson Flores. Eu só alfabetizava as crianças, mas hoje não tenho mais paciência para este serviço. Fui para Campo Erê e fiquei nos Núcleos Regionais de Xaxim e Itajaí. Fui para Itajaí para conseguir me formar; precisava de um horário para lecionar e fazer o estágio, portanto fiquei no Núcleo. Depois, eu fiquei auxiliando o Secretário de Educação, o Dr. Paulo Gilberto Gouvêa da Costa, e, posteriormente, o secretário que o sucedeu. Fiquei quase vinte anos na Secretaria de Educação, para onde fui a convite, e, de lá, chamada pelo Dr. João José Leal, ingressei no Ministério Público. Aliás, ele foi meu colega de escola, na infância.

Certa vez, eu estava retornando ao trabalho, depois de um período de férias, durante as quais, a propósito, meu pai faleceu – eu tinha até pedido licença por um tempo para cuidar dele no hospital –, encontrei por acaso o Dr. Leal, que havia ido à Secretaria pessoalmente indagar sobre a situação de um processo antigo envolvendo a esposa dele. Eu ficara satisfeita por retornar à Secretaria depois do período de licença e férias, pois havia muitas coisas a resolver. Deixei tudo arrumado quando saí, mas quando voltei, parecia que o setor inteiro estava colapsando. Ninguém havia feito nada durante o período em que estive fora. Tudo estava uma bagunça. Eu não me negava a fazer o trabalho alheio quando alguém saía de férias, mas quando eu saí, já com um problema sério de saúde na família, ainda tive que lidar com toda a desorganização. Então, fui ajudar o Dr. Leal a entender a situação do processo da esposa, que estava parado. Ele ficou surpreso com a quantidade de coisas nos armários. Foi quando ele me convidou para trabalhar na Procuradoria, pois estava precisando de funcionários. Disse-me: “Termine o processo da minha esposa para que o secretário assine e eu vou pedir para você ir para lá.”. O convite me foi feito pela manhã e à tarde eu havia recebido o pedido para a mudança de local.

Memorial do MPSC – *Isso aconteceu, então, no primeiro semestre de 1987? Pois o Dr. Leal foi Procurador-Geral de Justiça entre março e junho daquele ano.*

Avone Chagas – Sim. Ele foi substituído pelo Dr. Hipólito Luiz Piazza, e, depois, pelo Dr. João Carlos Kurtz.

Memorial do MPSC – *Qual era sua função na Procuradoria?*

Avone Chagas – Eu auxiliava em tudo. Primeiro eu fiquei no Departamento de Pessoal, sob a chefia do Prof. Nalton Venceslau da Costa. Depois de sua saída, um

rapaz, que trabalhava no Tesouro Estadual, assumiu seu cargo. Justamente nesta época, o Dr. Piazza precisava de uma pessoa para auxiliar no apoio do Fórum. Eu fui preencher essa vaga e foi onde fiquei até me aposentar. Trabalhei, também, com o senhor Nivaldo José Lopes, que era o decano dos funcionários.

A diferença entre a Secretaria de Educação e o Ministério Público era gigantesca. Na primeira, trabalhavam cinquenta mulheres em uma sala: a fofoca era tanta que você nem imagina! As mulheres são faladeiras por essência (risos). Um lugar no qual trabalham muitas mulheres não é tranquilo, eu sei por experiência própria. Já no Ministério Público, a situação era diferente: cada um tinha a sua mesa e era um ambiente mais respeitoso. Não havia intrigas.

Quando o Leal me convidou, disse: “Você vai emprestada, depois nós damos um jeito.”. O Dr. Piazza pediu, logo em seguida, para eu ir à Secretaria de Administração para fazer a transferência para o Ministério Público. Eu era técnica de Atividades Complementares. Como era bacharel em Direito, estava perdida na Educação. Originalmente, eu fazia apenas a assessoria jurídica. Fui fazer Pedagogia também. Depois de quinze dias assistindo às aulas, não consegui aguentar (risos). Acho que eu já era dessa área mesmo. Meu sonho de infância era cursar Direito, e assim o fiz.

Memorial do MPSC – *Onde era a sede do Ministério Público naquela época?*

Avone Chagas – Na avenida Hercílio Luz, no prédio onde hoje funciona um banco, no décimo andar. Depois, quando eu estava no Fórum, a sede foi transferida para a rua Felipe Schmidt. Quando eu me aposentei, já estava no Edifício Casa do Barão, com o Dr. João Carlos Kurtz como Procurador-Geral.

Memorial do MPSC – *E a estrutura e o espaço de trabalho, como eram?*

Avone Chagas – Hoje eu vejo que a estrutura está bem diferente. Antes, os espaços eram pequenos. A pior situação, em minha opinião, foi a do prédio da Felipe Schmidt, muito apertado. Agora há mais funcionários. Nós fazíamos um pouco de tudo, a não ser os serviços básicos, como servir o café. Era uma alegria geral! Os promotores nos tratavam muito bem. Adorei trabalhar aqui!

Memorial do MPSC – *O período em que a senhora entrou foi de muita agitação interna.*

Avone Chagas – Sim, entre os promotores e os procuradores. As atividades dos funcionários seguiam sua rotina-padrão, sem sobressaltos. Nunca tivemos nenhum problema em nosso meio, apesar de eles existirem em outros setores.

Memorial do MPSC – *E como a senhora lembra-se dessa época? Houve algumas coisas que repercutiram na imprensa?*

Avone Chagas – Houve um conflito. Depois que o Dr. Piazza assumiu, o assunto se prolongou. No início, foi uma verdadeira guerra. Os membros não aceitavam o Dr. Leal como Procurador-Geral. Mas eu sinceramente não sei o motivo. Afinal, era uma boa pessoa.

Memorial do MPSC – *E nunca ninguém olhou meio enviesado para a senhora por ter sido convidada pelo Dr. Leal?*

Avone Chagas – Não, porque me estabilizei como funcionária no Setor de Pessoal, com o Prof. Nalton. Os outros procuradores sabiam que estávamos trabalhando e não interessados nestas intrigas. Nunca vi trazerem problemas para os funcionários. Havia, porém, um ou outro procurador um tanto inconveniente, às vezes. Na nossa sala se fazia a folha de pagamento. Procuradores e promotores sabem o que vão receber. O pagamento saía dia 25, mas dia 20 eles já começavam a questionar quanto iriam receber. Era algo que perturbava a rotina, mas só naquele período: do dia 20 ao dia 25.

Memorial do MPSC – *Por quê? Havia o risco de atrasar o salário?*

Avone Chagas – Não, nunca atrasou. Eles eram assim mesmo. O pessoal era mais velho. Havia um procurador que sentava e ficava perguntando quanto receberia, durante horas a fio. Aquilo era redundante, porque não havia variações expressivas. Todos ganhavam a mesma coisa. O Nalton olhava para mim e dizia: “Pode se preparar, que amanhã é dia 20.”. Era dito e feito: entrava, batia o ponto e ele já estava ali, querendo saber quanto iria ganhar! O Nalton era tão gozador que chegou a arrumar uma cadeira velha e colocar ao lado da mesa dele. Perguntei-lhe: “Já tem um monte de coisa velha aqui, para que você quer mais isso?”. E ele respondeu: “Para aqueles velhinhos que vêm aqui nos chatear.”. E não é que teve um que caiu da cadeira?! Foi parar lá na frente. O Nery queria saber o que tinha acontecido. Eu ria sozinha. Enfim, o clima era descontraído, brincávamos muito entre nós.

Memorial do MPSC – *Mas havia inflação na época. Não havia muitos reajustes?*

Avone Chagas – Que eu saiba, não. Isso era feito pelo Nalton. Minha parte era mais administrativa, como fazer as capinhas para os processos, que aumentavam a sua durabilidade, protegendo-os. O Dr. Valdir Vieira gostou da ideia. Acho que ainda existem alguns daquela época encapados por mim. Depois fui para o Fórum, onde fiquei auxiliando os promotores. Às vezes, fazíamos o rascunho das denúncias,

ou pesquisas para promotores do interior na biblioteca do Fórum, ou, então, na do Tribunal. Uma rotina de trabalho anterior à era da internet. Naquele tempo, todos se conheciam. Hoje, tudo cresceu, aumentou a impessoalidade.

Já ao entrar no prédio da Procuradoria hoje, para esta entrevista, fiquei meio ressabiada. Não sabia direito qual rumo seguir, por onde entrar. Perguntei ao guarda pelo Sr. Nery José Pedro e ele me orientou a consultar a recepção. A recepcionista me perguntou se eu já era cadastrada, ao que respondi que me aposentara em 1993. Achei o máximo: agora há cadastro! Afinal, não sei se ela localizou o registro, mas não me pediu um documento. A última vez que estive aqui foi durante a gestão do Dr. Gercino Gerson Gomes Neto, quando eu vim resolver um assunto sobre o Imposto de Renda.

São poucas as pessoas que reconheço aqui hoje em dia. Lembro-me muito de alguns membros: o Dr. Hans Bartek Peter Eduard Pilchowski, o Dr. Orlando Graciosa Filho, falecido; a Dra. Maria Auxiliadora Alves, muito dinâmica, que trabalhara antes no INNS; o Dr. Henrique Espada Rodrigues Lima, um senhor magro, culto, agradávelíssimo – às vezes não se sentia muito bem e precisava ser conduzido para sua casa pelo motorista da Procuradoria. Quem mais? O Dr. Paulo Antônio Günther ainda está na ativa? Dele me recordo bem, sempre alegre, bem-humorado. Já o Dr. Hélio Sacilotti de Oliveira era tido como meio antipático por alguns, muito embora comigo jamais tenha havido qualquer tipo de problema. O Dr. Ruy Olympio de Oliveira, uma das grandes cabeças do Ministério Público; era muito engraçado, vivia falando sozinho pelos corredores: “Um, dois, um, dois!”, sempre se exercitando. Um dia, fui à sala dele entregar um processo e ele estava fazendo ginástica! Era muito ligado ao escotismo e repelia a ideia de uma vida mais sedentária.

Havia muita proximidade entre os funcionários e os promotores. Como todos se conheciam, não havia entraves a barrarem o acesso às pessoas. Podíamos conversar diretamente com o procurador-geral sobre qualquer assunto. Os Drs. Piazza e Kurtz eram realmente muito acessíveis aos funcionários. O Dr. Leal, apenas, era mais reservado. Ele costumava levar um bom tempo para atender aos funcionários e aos membros, o que foi gerando reclamações. Era, de fato, um procedimento estranho para a época, pois, como éramos poucos, havia proximidade.

Memorial do MPSC – *Quem era o corregedor-geral na época do Dr. Piazza? O corregedor e o procurador-geral se estranharam. A senhora chegou a acompanhar esse episódio?*

Avone Chagas – Não acompanhei. Lembro que havia muita gente contra o Dr. Piazza. Mas era uma pessoa simpática, ao menos comigo. Também houve

estranhamento para com o Dr. Valdir Vieira, então Secretário. Havia uma divisão, muito política; dois grupos que se antagonizavam, mas nada ao ponto de derrubar funcionários. A briga ficava restrita entre eles e nós não éramos atingidos.

Memorial do MPSC – E o trabalho no Fórum?

Avone Chagas – Trabalhávamos eu, o Sr. Nivaldo e a senhora do presidente do Tribunal de Justiça, funcionária de uma repartição que fora transferida, posta à disposição do Apoio. Ela simplesmente chegou ao Fórum um dia, quando fomos comunicados que integraria a equipe. O Dr. Agamenon cismou com ela, querendo saber se batia o ponto como nós, se desempenhava as mesmas tarefas. Mas era a esposa do presidente do Tribunal de Justiça! Frequentemente, precisava acompanhá-lo a cerimônias. É claro que ela saía mais cedo. Se comunicava que não viria, o que poderíamos fazer? Então, o Dr. Agamenon começou a controlar o livro-ponto pessoalmente. Para não pessoalizar, ele mencionara genericamente, à Administração, que os funcionários do setor não estariam cumprindo o ponto. Certa vez, levei uma bronca por ter saído bem depois do horário de fim de expediente. Mas, o que fazer? O Dr. Nivaldo estava em férias e eu o substituí. Havia muitos processos, Artigo 600, que deveriam ser distribuídos na mesma hora em que chegassem. Era uma orientação do próprio procurador-geral. Depois disso, ele desistiu de controlar o ponto. Sim, porque arrumara uma encrenca, pois, para fazer o controle do livro-ponto, tinha de ficar até o último funcionário sair. O Agamenon era meio encrenqueiro: estudáramos juntos na Escola José Boiteux. Sentava ao lado dele e lembro que ele puxava minhas tranças (risos).

Memorial do MPSC – Poucos colegas de trabalho eram concursados naquela época?

Avone Chagas – Sim, eram poucos. Eu, por exemplo, era concursada na Secretaria de Educação. Os senhores Nery e Nivaldo também eram concursados. O Nery é uma marca da instituição. Quando eu entrei, já tinha um bom tempo de Casa. É a memória viva. Fará muita falta o dia em ele for colhido pela aposentadoria compulsória, pois sei que ele ficará até o final. Parece que nasceu para o Ministério Público, tamanhas são a identificação e a dedicação que lhe devota. Antes de entrar no Ministério Público, era funcionário em um bar chamado “Chiquinho”. O seu cunhado, Nivaldo, já trabalhava aqui. O Nery se formou em Direito em Itajaí, em 1980, um ano depois de mim. Os outros funcionários, ao que recorro, não eram concursados.

Memorial do MPSC – Havia outros casos de parentes de juízes ou promotores trabalhando na instituição, além da senhora do presidente do Tribunal de Justiça?

Avone Chagas – Não. Até ficamos surpresos quando ela se apresentou para trabalhar conosco. Nem lembro seu nome, pois ficava no seu canto, uma pessoa muito fechada. Passávamos as tarefas para ela, mas apenas o que ela quisesse fazer. Era até uma questão de respeito. Ademais, se ela precisasse sair no meio do expediente, nós teríamos que refazer a tarefa sob sua responsabilidade, desde o começo.

O Sr. Nivaldo era uma pessoa fora de série! A filha dele, Ana, também trabalhou conosco, como datilógrafa. Nossa sala era o ponto de encontro, aonde todos os promotores iam tomar café. O Dr. Fernando Schaefer adorava o nosso chá. A Dra. Regina Kurschus também trabalhava lá. Ela costumava levar a mãe, uma senhora idosa, ao gabinete, para que não ficasse desassistida. Creio que foi desenvolvendo, talvez, com o tempo, traços de senilidade. A Dra. Regina era muito atenciosa para com ela e vice-versa. Mas, às vezes, surgiam situações inusitadas. A mãe dela costumava dar palpites. Numa oportunidade, as meninas do cartório não conseguiram entregar um processo, porque a Dra. Regina estava em audiência e a mãe dela, que ficava toda a tarde sentada no gabinete, não o quis receber. Tinha de receber, sim! Era um réu, que estava preso. Havia prazos correndo. A promotora era a filha, não a mãe. E os processos tinham de ser deixados sobre a mesa dela quando ela estivesse em audiência. Havia quem reclamasse da presença da mãe da Dra. Regina no Fórum. O próprio Dr. Fernando estranhava. Mas ela ficava irada com eventuais queixas e se negava a deixá-la sozinha. Eu até entendo, pois eram só as duas. Certa vez, a Dra. Regina deu voz de prisão a um réu, durante uma audiência. Ele fugiu e subiu até o décimo terceiro andar. A Polícia veio atrás do homem e o prédio todo ficou em polvorosa. Quando a mãe soube, ficou desesperada, querendo descer a qualquer custo para ver se a filha estava bem. Eu disse que ela não poderia ir, pois a Polícia não permitiria, nem se ela insistisse. Foi difícil contê-la. Não era fácil conviver com a presença dela no Fórum. De certa forma, todos tínhamos alguém na família necessitando assistência, mas o Fórum era um local de trabalho.

Memorial do MPSC – *Como foi sua aposentadoria?*

Avone Chagas – Precisei lidar com os problemas de saúde de minha mãe. Minha família toda já faleceu: só restamos eu e meu filho. Minha mãe adoeceu na época em que eu queria tentar o concurso para a Promotoria. Abri mão desse projeto de vida para atendê-la. Mais tarde, perdi meu irmão. Estou com 71 anos, fiz oito cirurgias. Acho que já estive pelo menos duas vezes lá em cima, mas São Pedro me mandou de volta (risos). A aposentadoria, enfim, me trouxe mais tranquilidade para lidar com os problemas de saúde meus e de meus familiares. Mas sinto saudades. Ficamos acostumados a sair no mesmo horário todos os dias. Até hoje eu levanto cedo, porque tinha que fazer as tarefas de casa antes de trabalhar.

Não consigo mudar este hábito. Não consigo dormir mais do que isso. A não ser no hospital: lá eu precisava ficar na cama. As duas cirurgias do coração não foram fáceis. Fiz uma seguida da outra. Depois tive uma hérnia de esôfago que ficou em cima do pulmão, e tive que curar essa também. Fiquei com problemas, uso marca-passo, que, agora, terei que mudar, porque está no máximo. Eu vivo em função desse aparelho.

Memorial do MPSC – *Mais alguma coisa que a senhora gostaria de deixar registrada?*

Avone Chagas – Não, já falamos bastante e preciso seguir para um compromisso. Mas fiquei muito contente pela lembrança de vocês.

Memorial do MPSC – *Muito obrigado!*

Havah Emília Piccinini de Araújo Mainhardt



Havah Emília Piccinini de Araújo Mainhardt nasceu em Lages/SC, em 22 de julho de 1962. Filha de Adair Correa de Araújo e Iolanda Piccinini de Araújo, formou-se no curso de Direito da antiga FEPEVI – Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Vale do Itajaí, atual UNIVALI – Universidade do Vale do Itajaí, em dezembro de 1984. Entre os meses de agosto de 1980 e dezembro de 1981, atuou como professora do ensino fundamental estadual em Florianópolis. De março de 1982 a julho de 1983, foi estagiária no Cartório da 5ª Vara Cível do Fórum da Capital. Entre agosto de 1983 e agosto de 1984 estagiou em escritório de advocacia. Trabalhou no Banco Bamerindus S/A - Crédito Imobiliário, prestando serviços na Gerência Jurídica de Crédito Imobiliário no período de abril de 1985 a abril de 1986. Em setembro de 1987 ingressou no Ministério Público de Santa Catarina como promotora de Justiça substituta da 6ª Circunscrição Judiciária de Blumenau. Foi promovida, por antiguidade, em agosto de 1988, para a Comarca de Cunha Porã, onde permaneceu até outubro de 1990, sendo removida para a 1ª PJ da Comarca de Fraiburgo. Em abril de 1992, foi promovida, por merecimento, para a Comarca de Taió. Em novembro de 2000, foi promovida, por antiguidade, para a 2ª PJ da Comarca de Rio do Sul. Atualmente é titular da 12ª Promotoria de Justiça da Comarca de Itajaí. Em junho de 2011 foi convocada para a Assessoria do Procurador-Geral na capital.

HAVAH EMÍLIA PICCININI DE ARAÚJO MAINHARDT¹

Memorial do MPSC – *Dra. Havah, a senhora é natural de onde?*

Havah Emília P. A. Mainhardt – Sou natural de Lages, Santa Catarina. Nasci em 22 de julho de 1962, em um daqueles frios invernos lageanos (risos).

Memorial do MPSC – *Existia na sua família alguma tradição na área do Direito?*

Havah Emília P. A. Mainhardt – Não, mas meu pai sempre me incentivou a estudar, a ter uma formação mais completa. Na verdade, talvez, por indicação de minha própria mãe, que achava muito bonita a carreira jurídica. Ela chegou a insistir com meu pai, mas ele amava estudar línguas. Coursou Letras aqui, na Universidade Federal de Santa Catarina, contrariando minha mãe, que queria que ele fizesse Direito. Então, que eu saiba, a influência de família sobre minha opção pelo Direito seria, muito vagamente, apenas essa: por gosto de minha mãe.

Memorial do MPSC – *Sua mãe também estudou?*

Havah Emília P. A. Mainhardt – Estudou Filosofia, na Universidade Federal de Santa Catarina. Meu pai e minha mãe vieram de Lages para estudar em Florianópolis. Ele trabalhava para o Ministério da Educação e Cultura, o que lhe possibilitou transferir-se para Florianópolis. Era professor e como sua formação foi em seminário, teve mais facilidade. Ele já sabia latim quando veio para cá. Assim, quis estudar Letras, Língua Portuguesa. Depois apreendeu outras, inclusive guarani (língua oficial do Paraguai), chegando a morar no Paraguai para aprender. Ele também gosta muito de línguas antigas. Por isso o meu nome é Havah (risos). Significa Eva, em hebraico, a língua da Bíblia. Prevaleceu a escolha do meu pai.

Memorial do MPSC – *Havia na sua família, então, uma formação intelectual?*

Havah Emília P. A. Mainhardt – Por parte de meu pai, sim. Ele foi professor da Universidade Federal e está aposentado. Posso dizer que é um intelectual, muito estudioso. Apreciava estudar latim, grego, hebraico e guarani. Mas nada relacionado ao Direito.

Memorial do MPSC – *Ele também é natural de Lages?*

¹ Entrevista realizada em 6 de setembro de 2012, em Florianópolis, por Gunter Axt, com assistência de Priscilla N. Pessoa de Lima. Transcrição de Adriano Enderle.

Havah Emília P. A. Mainhardt – Sim, assim como minha mãe.

Memorial do MPSC – *E como surgiu a sua opção pelo Direito?*

Havah Emília P. A. Mainhardt – Naquela época estavam iniciando, nos colégios, os programas de estímulo às vocações. Meu teste vocacional indicou inclinação para Jornalismo e Direito. Fiz vestibular para Jornalismo com opção para Direito, Psicologia e Serviço Social. Naquela época, se indicavam até quatro opções. Não passei na primeira opção da UFSC, Jornalismo, mas passei na UNIVALI de Itajaí, para Direito. Embora não fosse minha primeira opção, acabei me interessando. Eu não tinha muita certeza quando ingressei, pois contava com apenas 17 anos de idade, mas durante o curso não pensei em fazer outro vestibular. Segui em frente e me formei em dezembro de 1984.

Memorial do MPSC – *Em Itajaí?*

Havah Emília P. A. Mainhardt – Sim. Antigamente a faculdade de lá se chamava FEPEVI. Hoje é Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI.

Memorial do MPSC – *Era pública ou privada?*

Havah Emília P. A. Mainhardt – Na época, a UNIVALI já integrava o sistema estadual particular.

Memorial do MPSC – *E qual era o perfil da universidade?*

Havah Emília P. A. Mainhardt – Porque eu residia e trabalhava em Florianópolis, a vivência acadêmica era limitada às aulas. Em sala de aula discutia-se muito a política e a economia daquele período – fim de regime militar –, mas o perfil da universidade era muito conservador e era um período ainda de muita repressão. Os concursos para a magistratura e para o Ministério Público já despertavam maior interesse entre os alunos. E passou a ser exigido o curso de Direito também para outras carreiras jurídicas, como para delegado de Polícia, oficiais militares e para alguns outros cargos da Administração Pública, tanto que na minha turma existiam muitos delegados de Polícia e militares que almejavam o diploma de bacharel em Direito. Era uma turma composta por alunos mais maduros; eu fazia parte da minoria, que tinha idade inferior a vinte anos.

Memorial do MPSC – *Foi a época das “Diretas Já”, não? Como foi seu envolvimento com o contexto do movimento estudantil?*

Havah Emília P. A. Mainhardt – Sim, vivi esse momento com intensidade, muito embora não na universidade, pois em Itajaí a pauta dos estudantes com

relação ao movimento das “Diretas Já” era mais limitada. Comparando com a Universidade Federal, eu percebia muita diferença. Meu pai lecionava na Federal e me estimulava a exercitar um pensamento mais crítico, politizado. Não partidário, porque ele nunca foi ligado a um partido, mas aquelas críticas relacionadas ao momento político e social do país. Já na UNIVALI, isso não era muito cobrado, nem havia movimento estudantil. Mas o meu pai me questionava e cobrava: “Vocês não estão vendo essas lutas?”. O mundo dele era a universidade. Então, o estímulo para eu me interessar mais pelos movimentos sociais vinha dele. Ele era um questionador; sempre participou de movimentos como, por exemplo, o da Anistia. Eu lembro que os carros da família traziam sempre o adesivo “Anistia, ampla, geral e irrestrita”. Do movimento das “Diretas”, participei muito mais em Florianópolis do que em Itajaí. Lembro-me muito bem do dia em que, voltando da faculdade, me vesti com camiseta, chapéu, gravata, faixas amarelas e fui para a Praça XV, na frente da Catedral, porque ali o Dr. Ulysses Guimarães, o Senador Jaison Barreto (senador por Santa Catarina), o Deputado Federal Dante de Oliveira (autor da PEC 5/83), além de outros políticos, promoviam um grande comício, pleiteando eleições diretas para a Presidência da República. Nunca participei de atividades mais radicais. Mas, com o movimento pelas “Diretas”, me envolvi, participando de passeatas e assistindo aos comícios.

Memorial do MPSC – *E como surgiu sua opção pelo Ministério Público?*

Havah Emília P. A. Mainhardt – Eu trabalhava no Banco Bamerindus, no setor de Crédito Imobiliário, mas sentia que não havia muito a me ser oferecido no futuro. Então comecei a pensar em advogar. Logo percebi que não tinha vocação. Na época, as carreiras jurídicas eram menos atraentes financeiramente, mas o Ministério Público me chamou a atenção, apesar dos vencimentos defasados. Durante a faculdade fiz estágio no Tribunal de Justiça, onde convivi mais no meio da magistratura, naquelas atividades das quais um estagiário de Direito normalmente participa: em cartório, em audiências, etc. E eu estendia o meu horário no Tribunal (o Fórum funcionava no mesmo prédio) para assistir às sessões do Tribunal do Júri da 1ª Vara Criminal da Capital. Ali comecei a me interessar pelo Ministério Público. Eu terminava o estágio e corria para assistir aos júris. Assisti a quase todos os júris daquela época.

Memorial do MPSC – *Algum promotor chamava mais a sua atenção?*

Havah Emília P. A. Mainhardt – Sim. Posso citar, por exemplo, o Dr. [Luiz Adalberto] Villa Real, Promotor na capital, entre outros.

Memorial do MPSC – *Ali, então, despertou o interesse pelo Ministério Público?*

Havah Emília P. A. Mainhardt – Sim, eu achei que aquilo poderia ser para mim. Mas na época ainda não existia a Escola do Ministério Público.

Memorial do MPSC – *A senhora fez algum curso preparatório?*

Havah Emília P. A. Mainhardt – Não era meu projeto de vida ficar em uma sala analisando cláusulas contratuais, multas de financiamento de crédito imobiliário, etc. Me formei no dia 8 de dezembro de 1984, e o concurso para promotor de Justiça foi em janeiro seguinte. Não houve tempo suficiente para estudar. Me dei conta de que eu tinha de me preparar muito antes de os concursos serem divulgados, porque o tempo entre o lançamento do edital até a prova era exíguo. Permaneci no Banco por alguns meses, mas acabei pedindo demissão. Fui estudar para o concurso do Ministério Público. Pedi demissão em abril de 1986 e em junho ou julho já foi a primeira prova. O tempo também foi muito curto, mas eu estava decidida. Continuaria tentando. Nesse tempo, a minha mãe foi de grande importância. O Banco não aceitou o acordo para liberar o pagamento do Fundo de Garantia, de maneira que passei a depender do apoio dela, que havia se separado fazia pouco tempo. Fiquei sem recursos até mesmo para o passe de ônibus para ir de Coqueiros, bairro onde eu residia, à biblioteca da Procuradoria, e ela me ajudou. Finalmente, passei no concurso. Dos 29 candidatos aptos à prova oral, 24 passaram, e eu fui a 24^a. Tomei posse em 29 de setembro de 1987. Tinha 24 anos.

Memorial do MPSC – *Destes 24 aprovados, quantos eram mulheres?*

Havah Emília P. A. Mainhardt – Eu, a saudosa Dra. Marisa [Fátima Lara Souza], que faleceu muito jovem, e a Dra. Sônia [Maria] Schmitz, que já estava fazendo concurso para a magistratura. Lembro que ela chegou a assumir como promotora de Justiça, mas estava em uma etapa adiantada para o concurso de juiz e, aprovada, optou pela magistratura. Na época havia vinte promotoras de Justiça, não mais.

Memorial do MPSC – *Mas de qualquer forma elas eram uma minoria ainda, certo?*

Havah Emília P. A. Mainhardt – Sim, as mulheres eram uma minoria. Mas eu apostei todas as “fichas” naquele concurso. Como não existia a Escola do Ministério Público, inscrevi-me no curso do Desembargador Urbano Salles. Ele pediu emprestada uma sala no Departamento de Estradas de Rodagem – DER/SC, próximo ao Fórum da Capital, e ali reunia um grupo de pessoas que estudavam para os concursos da magistratura e do Ministério Público. Durante o dia eu estudava na biblioteca da Procuradoria-Geral de Justiça, na avenida Hercílio Luz, edifício Alpha Centauri. Ali eu estudei muito. Lembro-me que ao meio-dia os funcionários saíam para o almoço, a biblioteca fechava e então “me trancavam” ali. Quando

voltavam, os funcionários traziam o lanche que eu havia encomendado. De lá eu ia para o curso do Dr. Urbano Salles. Era bem “famoso” esse cursinho, o único apoio que os concursandos tinham. Na verdade, era um curso de técnicas de sentença. Era mais dirigido para os candidatos que estavam estudando para ingressar na magistratura, mas mesmo assim me ajudou bastante.

Memorial do MPSC – *Bom, e a sua primeira comarca foi Blumenau, certo?*

Havah Emília P. A. Mainhardt – Sim, tomei posse como promotora de Justiça substituta e assumi em Blumenau.

Memorial do MPSC – *E como foi a experiência na primeira comarca? A Procuradoria deu alguma orientação?*

Havah Emília P. A. Mainhardt – Tinha, digamos, um estágio de uns quinze dias. Só o tempo de conhecer as estruturas da Procuradoria-Geral. Acho que o Dr. Nery [José Pedro] palestrava sobre questões da organização da instituição, aspectos administrativos. Alguns setores não eram organizados em gerências como são atualmente, mas funcionários da Procuradoria palestravam o “bê-á-bá” da administração. Alguns promotores de Justiça, convidados pelo procurador-geral, também palestravam.

O início da carreira foi difícil. A dificuldade maior foi a adaptação à nova vida. O salário estava defasado, mas eu sabia que era uma carreira. A luta pela nova Constituição era firme e a Comissão de Constituintes estava encerrando os trabalhos. O Ministério Público passava para a vanguarda. No dia da promulgação da Constituição eu estava no Fórum de Cunha Porã e fui para casa assistir pela televisão à solenidade presidida pelo Dr. Ulysses Guimarães. Lembro-me bem de estar assistindo à promulgação, transmitida pela televisão, muito emocionada. Eu estava iniciando a carreira e os relatos dos colegas me enchiam de esperança. Era grande a expectativa pela nova Carta. Nos onze meses em que fiquei em Blumenau, convivi com pessoas muito engajadas na construção desse novo Ministério Público, como o saudoso Luiz Carlos [Schmidt] de Carvalho, que havia sido meu professor na faculdade. Ele atuou, na assessoria do Dr. João Carlos Kurtz, ficou muito tempo na Procuradoria, tendo ido para Blumenau na mesma época, mas como titular. O gabinete dele ficava ao lado do meu. Ele sempre foi muito atencioso. As Dras. Hercília [Regina Lemke] e Rosa [Maria Garcia], o Dr. [César] Cim e outros, também. Acho que eles foram meus anjos da guarda nos primeiros meses da carreira. Foram as pessoas que me guiaram, me orientaram nos primeiros passos. O Dr. Luiz Carlos, ou “Carvalhinho”, como o chamavam, dizia: “Havah, não te preocupa, eu também estou engatinhando como promotor de Justiça; fiquei muito tempo na assessoria do

Procurador-Geral e a minha atuação na área Penal está iniciando-se agora. Então vamos aprender juntos a denunciar.”. Ele me ajudou muito. As Dras. Rosa [Maria Garcia] e Hercília (Regina Lemke) também me auxiliaram bastante nos primeiros meses. Duas mulheres que serviram de modelo e que foram orientadoras carinhosas.

Memorial do MPSC – *E depois de Blumenau, foi para Cunha Porã?*

Havah Emília P. A. Mainhardt – Sim, Cunha Porã, no Extremo Oeste; foi a primeira Promotoria da qual eu fui titular. Mas depois de dois anos lá, a distância da família me levou a fazer uma remoção para Fraiburgo, um pouco mais perto de Florianópolis. Por pouco tempo, um ano e quatro meses, aproximadamente, fiquei em Fraiburgo. Depois, fui para Taió, Promotoria que era classificada como de segunda entrância. Pretendia ficar pouco tempo, poucos meses. Mas lá eu conheci o meu marido, o que me fez repensar a carreira. A intenção era fazer a carreira muito rapidamente, em direção a Florianópolis, cidade da qual eu não consegui me desapegar. Mas aí casei e fiquei nove anos e meio em Taió. A Promotoria de entrância final mais próxima de Taió era Rio do Sul. E quando surgiu a oportunidade de uma promoção para Rio do Sul, agarrei-a. Lá fiquei outros doze anos. Eu estava em uma situação cômoda quando houve a elevação de apenas algumas comarcas de entrância final para especial e Rio do Sul não foi elevada; então, aguardei um pouco, mas não resisti e pedi promoção para Itajaí.

Memorial do MPSC – *E o que caracterizava o trabalho da promotora nessas comarcas todas? O que mudava de uma comarca para outra?*

Havah Emília P. A. Mainhardt – Trabalhei por maior período nessas cidades do Alto Vale do Itajaí, onde se vive bem. Fui muito feliz em Taió e Rio do Sul. Com relação ao trabalho, a diferença dessas para as cidades de Cunha Porã ou Fraiburgo está relacionada mais aos costumes, à cultura local. Um pouco mais de atendimento ao público em Taió e Rio do Sul, nas quais percebi ser grande a identificação da sociedade com o promotor de Justiça, contribuindo para o aumento da demanda de atendimentos diretos. Passei a maior parte da carreira em comarcas compostas por muitos municípios. Por exemplo, a Comarca de Taió, na época, era composta por quatro municípios (Taió, Salete, Mirim Doce e Rio do Campo) e, a de Rio do Sul, por outras quatro cidades (Aurora, Lontres, Presidente Nereu e Agronômica). No interior, as pessoas confiam muito no promotor de Justiça, por isso a demanda de trabalho e de atendimento ao público era muito grande. O promotor de Justiça é consultado para muitas coisas, até mesmo sobre situações que nem competem ao Ministério Público, mas que o promotor tem de indicar o norte. Mesmo partindo da capital, eu tinha consciência de que boa parte da carreira seria no interior do Estado, por isso precisava dedicar bastante tempo a essa atividade de atender

às pessoas. Sinto que devemos dedicar muita atenção a essa tarefa, além de ser muito gratificante. Quando comecei não havia um curso de acompanhamento para os promotores em estágio probatório, mas a chefia do Ministério Público, a Corregedoria, alguns procuradores e alguns colegas mais antigos na carreira já destacavam bastante essa necessidade de se atender bem à sociedade. O Dr. [João Carlos] Kurtz e também o Dr. [José Galvani] Alberton, na época em que ingressei na carreira, eram muito entusiastas e sempre discursavam que o engrandecimento do Ministério Público e a consolidação das garantias constitucionais viriam por meio de uma aliança estratégica com a sociedade. Nós passamos a ser cobrados a nos destacar em outras áreas de atribuição além da tradicional promoção da ação Penal. Assim, tentava seguir os conselhos e dedicar maior atenção às áreas da Infância e Juventude, do Meio Ambiente e da Moralidade Administrativa, apesar de sempre tê-las acumulado com a atribuição Criminal nas comarcas em que atuei antes de ir para Itajaí. Enfim, tive o privilégio de iniciar a carreira ouvindo os discursos inspiradores e motivadores dos Drs. Kurtz e Alberton, porque esse era o Ministério Público que estava sendo configurado a partir da Constituição de 1988.

Memorial do MPSC – *A senhora chegou a acompanhar a implantação do ECA e dos Conselhos Tutelares nesses municípios? Como foi, visto que tudo isso precisava ser criado do nada, era um conceito novo?*

Havah Emília P. A. Mainhardt – Sim, a urgência passou a ser a área da Infância e a Juventude. Na proteção do meio ambiente e na defesa do consumidor, a instituição já estava destacando-se um pouco. Porém, havia necessidade de uma revolução nessa área da Infância e da Moralidade Administrativa. O Dr. Alberton foi um dos que na época trabalhou muito para isso e depois, quando se tornou procurador-geral, ainda mais. Passei quase toda a década de noventa em Taió, e participei de incontáveis reuniões para a criação dos Conselhos Municipais de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente e dos Conselhos Tutelares nos quatro municípios da comarca. Antes, em Fraiburgo, a minha atuação foi mais na área do Tribunal do Júri, pois lá participei de muitos. Mas, quando cheguei a Taió, a prioridade não era a atuação criminal, daí pude me dedicar mais às áreas Ambiental e da Infância, sem contar que lá “debutei” na área da Moralidade Administrativa, pois ingressei com a primeira de uma série de ações civis públicas por atos de improbidade administrativa.

Memorial do MPSC – *Por quê? Havia uma criminalidade diferenciada de uma região para outra?*

Havah Emília P. A. Mainhardt – Em Cunha Porã e em Fraiburgo a criminalidade não era maior, muito pelo contrário, mas, proporcionalmente, ocorriam mais

crimes de homicídio do que em outros locais, por isso lembro mais as dezenas de júris realizados em Fraiburgo, comarca da qual fazia parte Lebon Régis. Penso que hoje isso não acontece mais. Os homicídios estão ocorrendo com maior frequência atualmente nas grandes cidades, resultado do crescimento do narcotráfico.

Mas, voltando à atuação na área da Infância, no início da década de 1990, um promotor bastante atuante foi o Dr. Gercino [Gerson Gomes Neto]. Ele, a convite da Administração da instituição, veio a ser coordenador da Infância e Juventude. Foi importante o inquérito civil, instaurado para apurar a realidade estadual e também os inquéritos instaurados pelos promotores no âmbito de suas comarcas. A meta de que todos os promotores de Justiça firmassem Ajustes com os prefeitos para a criação e instalação dos Conselhos de Direitos e dos Conselhos Tutelares foi atingida. Na Comarca de Taió conseguimos concretizar isso no âmbito dos quatro municípios. Consegui firmar o Termo de Ajuste de Conduta com os prefeitos para a criação dos conselhos. Para a instalação e o funcionamento dos primeiros Conselhos Tutelares foi outra luta bastante grande. Várias etapas foram vencidas. Na época, era um tanto complicada essa atuação, como hoje ainda o é nas Promotorias iniciais, pois o promotor de Justiça, que tem a atribuição na área da Infância e Juventude é o mesmo que acumula a defesa da Probidade Administrativa. Assim, com muita diplomacia, o promotor tem de incentivar e cobrar dos prefeitos a realização das políticas públicas na área da Infância e, invariavelmente, questioná-lo quanto à probidade dos atos da administração municipal. Assim, na época, tive de ajuizar ações civis públicas nessa área da Moralidade e, ao mesmo tempo, tentar que os prefeitos, consensualmente, criassem e fizessem funcionar, a contento, os Conselhos Municipais. Olha, não foi fácil! Na Comarca de Taió foram instalados os quatro Conselhos Tutelares no início dos anos 90, mas tudo era muito novo. O antigo Código de Menores era altamente repressivo e tratava a questão da infância de uma forma totalmente diferente. Daí partimos para um estatuto moderno, uma nova forma de tutela, tanto que eu mesma primeiro tive de estudar para adquirir essa consciência nova. Uma vez por mês eu promovia uma reunião, uma tarde inteira, com todos os conselheiros de cada Conselho Tutelar: Taió, Salete, Mirim Doce e Rio do Campo. A pauta surgia de alguma situação que tinha de ser resolvida, ou eles traziam algum assunto de algum capítulo do Estatuto. Era uma tarde de estudos. Algumas vezes eu consegui que o juiz ou algum colega participasse. Eu também palestrava nos colégios e em eventos realizados nos municípios, pois o objetivo era tornar o ECA conhecido.

Memorial do MPSC – *E como era a infraestrutura do Ministério Público na época para trabalhar?*

Havah Emília P. A. Mainhardt – Em 1987, no início da carreira, só havia o promotor de Justiça, seus livros e uma “máquina de escrever”. Logo depois, acho que em 1988, eu comprei uma máquina de escrever elétrica para melhorar a qualidade do trabalho. Os comunicados da Procuradoria eram feitos por meio de telegramas e, depois de alguns dias, nós, substitutos, éramos informados que estávamos respondendo por determinada Promotoria. Nessa época, coloquei em prática os conhecimentos adquiridos no Banco, sobre como usar o telégrafo, para poder me comunicar com os colegas. A informação era transmitida “quase” que imediatamente, sendo que, por telefone (só existia fixo), custava caro. Com sacrifício, porque o salário era mínimo mesmo, em 1994 ou 1995, o juiz de Taió convenceu-me a aposentar a máquina de escrever e comprar um computador. Quando o Ministério Público fez a compra de uma máquina elétrica para cada promotor, eu já estava partindo para o meu primeiro computador. O Dr. [Domingos] Paludo, atualmente Desembargador, disse: “Doutora, com essa sua máquina a senhora não vai mais me acompanhar. Venha ver o computador que eu acabei de comprar. Compre um também!”. Na mesma semana ele conseguiu um computador para eu adquirir. Na época, o país estava começando a se abrir para a importação de bens, e foi um avanço tecnológico e tanto. Adquiri o meu primeiro telefone celular em 1996, quando minha filha nasceu, para ficar mais conectada com casa no retorno da licença-maternidade. Assim, os promotores receberam nos gabinetes primeiro uma máquina de escrever, marca Olivetti, mecânica; depois a máquina eletrônica, até chegarmos ao primeiro computador. Atualmente, temos gabinetes muito bem-equipados, além de *notebook* e *tablet*. Assim, eu passei por todas essas etapas de modernização.

Memorial do MPSC – *E o primeiro estagiário, o primeiro servidor. Lembra quando surgiram os primeiros?*

Havah Emília P. A. Mainhardt – Existiam voluntários. Na época, nas Pre-feituras, alguns funcionários eram postos à disposição para ajudar nos Fóruns. Eles cediam funcionários para os cartórios, para os juízes. Eu achava difícil ter um funcionário cedido. Às vezes eram funcionários que estavam estudando Direito. No âmbito do Judiciário já era bem-regulamentado o estágio, inclusive eu fui estagiária no Judiciário, mas no Ministério Público demorou mais tempo; acredito que passamos a ter um estagiário por gabinete em 1991 ou 1992, assistente de Promotoria e funcionários só no ano de 2005, quando o Dr. Pedro [Sérgio Steil] foi Procurador-Geral.

Memorial do MPSC – *Nestes municípios, como foi, para eles, receber uma promotora? Era a primeira vez que aparecia uma promotora ou já havia aparecido antes?*

Havah Emília P. A. Mainhardt – Em Blumenau eu não fui a primeira, mas sim a Dra. Hercília. Ela foi a primeira promotora de Justiça do Estado. Em Cunha Porã sim, eu fui a primeira promotora. Ali foi um pouco mais difícil ser aceita, pelo fato de ser uma comunidade pequena, onde quase toda a população era de ascendência germânica, naturalmente mais fechada. Mas eles respeitavam muito a autoridade que o cargo de promotor de Justiça me conferia. E para ganhar a confiança da comunidade, aos finais de semana eu ia à Igreja e, graças ao atendimento ao público, pude conhecer um pouco mais as pessoas. O padre de lá era muito envolvido com a comunidade; ia às escolas, promovia festas comunitárias, então ele começou a me convidar para esses eventos, e eu não recusava.

Memorial do MPSC – *Houve manifestações de preconceito?*

Havah Emília P. A. Mainhardt – Houve sim. Lembro-me de uma passagem em Cunha Porã, que logo passou a ser motivo até de piada. Não pelo fato de ser mulher, mas pelo fato de eu ser "*morrena*" (sotaque alemão). Eu e o juiz, que era mais "*morreno*" ainda, costumávamos ir a pé para casa. Eu lembro bem que a gente fazia aquele expediente duplo, com pausa ao meio-dia. Assim, como a casa do juiz e o apartamento em que eu morava eram muito próximos do Fórum, a gente caminhava por uma avenida até chegar em casa. Um dia, quando nós estávamos atravessando a avenida, quase terminando a travessia, aproximou-se um veículo em alta velocidade; era um Toyota antigo, que veio em nossa direção, na contramão. Perdeu o controle e, ao invés de diminuir a velocidade, ele acelerou. Só deu tempo de o juiz me empurrar e de cairmos em uma vala às margens da via. O motorista do veículo não parou. Na esquina tinha uma revenda de veículos, que chamam de "garagem de veículos", e o dono telefonou para o delegado de Polícia e disse que a promotora e o juiz tinham sido atropelados. Então, esse comerciante veio perguntar se estávamos bem. Como não nos ferimos, levantamos e fomos almoçar. Depois voltamos para o serviço, pois tínhamos audiência às 14h. Nesse ínterim, o delegado telefonou dizendo que o vizinho do comércio onde ocorreu o atropelamento tinha anotado a placa do automóvel e que ele já tinha localizado o motorista, inclusive estava com ele na Delegacia. O juiz pediu para ele segurar o motorista lá, pois no momento estávamos em audiência. O delegado de Polícia disse que o havia intimado para prestar esclarecimentos pelo ocorrido e pelo fato de não ter prestado socorro, mas concluímos que poderia aplicar somente as multas por infração de trânsito (carteira vencida, velocidade incompatível, etc.), deixando de lado qualquer outra providência. Depois, o delegado trouxe o sujeito até o Fórum, quando o juiz e eu passamos um pequeno sermão sobre o ocorrido. Aquele senhor, de idade mais avançada, primeiro tirou o chapéu em sinal de respeito e, parecendo arrependido, só dizia: "Sim, senhor" e "Sim, senhora". Passado um tempo, quando estava em

um posto de combustível da cidade, onde se reuniam caminhoneiros, um vizinho meu ouviu e me contou (fazendo sotaque alemão), que aquele senhor disse: *“Como que eu adivinha que erram a juiz e o promotorra”*. *“Se sabia que erram eles, eu parrava, mas eu não tinha como saberr”*. *“Eu só vi duas prretos pulando, como vai parrar?”*. Virou motivo de piada (risos). As pessoas riem quando eu conto.

Memorial do MPSC – *E o preconceito de gênero alguma vez ocorreu?*

Havah Emília P. A. Mainhardt – Sim, no atendimento ao público ocorria. Mais no início da carreira, porque além de mulher eu era bastante jovem. Em Cunha Porã, quando pediam para falar com o promotor e viam que era mulher, às vezes chegavam perto da porta do gabinete, me viam, pois eu costumo trabalhar com a porta aberta, e então eu escutava dizerem: *“É uma promotora? Não tem um promotor? Em Maravilha (comarca vizinha) tem um promotor de Justiça! Eu posso ir para Maravilha?”*. Eu estava preparada e já havia orientado o pessoal do cartório para responderem que, dependendo da situação, não poderia ser em outra comarca e eles então convenciam o cidadão a conversar comigo. Mas muitas vezes as pessoas ainda perguntavam: *“Escuta aqui, mas a senhora é promotora de Justiça mesmo?... Há quanto tempo?”*. Desconfiavam, apesar de eu *“caprichar no figurino de promotora”*, não por vaidade, mas para aparentar ser mais madura. Eu costumava usar vestidos bem sóbrios ou terninhos. Na época, muito mais que hoje em dia. Não que o figurino fosse importar, mas as pessoas iam ver que a promotora estava sempre com vestimentas apropriadas. Eu sentia isso como uma necessidade. Não minha, nem sei bem o porquê, mas eu me preocupava em parecer mais madura. No início da carreira, no interior, eu sentia que, à primeira vista, havia certa decepção de parte das pessoas. Por certo elas esperavam conversar com o promotor de Justiça e a ideia que faziam era de *“um homem maduro e experiente”*.

O primeiro promotor de Justiça a residir na comarca fui eu. Cunha Porã antes pertencia à Comarca de Maravilha. Eu permanecia lá semanas sem ir para casa. Então, a realidade era essa: a missa de domingo e o dia a dia do Fórum. Fui madrinha da churrasqueira que o padre inaugurou (risos). Contribuí comprando muitos bilhetes da promoção para a construção da churrasqueira que foi feita no pavilhão da Igreja. Lá eles gostam muito de churrasco, então tinham de ter uma churrasqueira grande, para fazer as festas da comunidade.

Memorial do MPSC – *O padre foi um grande aliado seu, então?*

Havah Emília P. A. Mainhardt – Foi. Se não fosse esse padre certamente eu iria buscar a ajuda de outra pessoa. A comunidade alemã de lá, boa parte era católica, outra parte, evangélica; povo muito organizado e trabalhador.

Memorial do MPSC – Como era a relação com o juiz?

Havah Emília P. A. Mainhardt – Era boa, em geral. Com os colegas da região, os encontros eram mais frequentes. Fazíamos muitas confraternizações, participando juízes e promotores do Oeste. Como a distância para a capital ou para outros centros maiores era grande, nos reuníamos nos finais de semana para cozinhar, geralmente em São Miguel do Oeste. E eu sempre gostei de cozinhar. Nós nos reuníamos muitas vezes com essa finalidade, pois não havia muitos restaurantes, apenas churrascarias. O meu passeio mais próximo no final de semana era esse.

Memorial do MPSC – A relação com os juízes foi sempre muito cooperativa, então?

Havah Emília P. A. Mainhardt – Com apenas uma exceção, sempre foi muito boa, muito cooperativa.

Memorial do MPSC – E com a Administração Central, com a Procuradoria-Geral? A gente já falou um pouco que os procuradores-gerais apoiavam muito o fortalecimento do Ministério Público, como era?

Havah Emília P. A. Mainhardt – De cada procurador-geral de Justiça eu guardo e sempre me apego ao que fez de mais importante, porque cada procurador-geral elegeu prioridades. Nos mandatos do Dr. Kurtz, penso que a prioridade foi a de tornar o Ministério Público mais dinâmico e atuante, de o Ministério Público conquistar as suas garantias e prerrogativas, como de fato foi concebido na Constituição. Graças aos promotores e procuradores da época conseguimos essa identidade. Depois da Constituição, a prioridade foi a de que os membros abraçassem essas novas causas, o que não devia ser tarefa tão fácil, pois havia aquela formação clássica de promotor de Tribunal do Júri. Nova era, uma outra fase. Depois, os outros procuradores-gerais que sucederam o Dr. Kurtz foram os que menos tempo permaneceram no cargo, mas deram continuidade àquelas lutas, contudo, a dificuldade financeira enfrentada era enorme. O Dr. [João José] Leal, que permaneceu poucos meses no cargo, no ano de 1987, e, em seguida, o Dr. [Hipólito Luiz] Piazza, lutaram para conquistar a equivalência plena com a magistratura, o que só mais tarde foi obtido. Todos estávamos imbuídos do propósito de mostrar para a sociedade um novo Ministério Público. Depois, o Dr. Moacyr [de Moraes Lima Filho] soube muito bem implementar a atividade do Ministério Público na área da Infância e Juventude. Mas o Dr. Alberton, que o sucedeu, consolidou a equivalência com a magistratura e modernizou muito o Ministério Público, investindo em infraestrutura e pessoal. Ele cobrou muito dos promotores a atuação firme na área da Moralidade Administrativa. Como já mencionei, é um entusiasta e nos inspirou muito. Do Dr. Pedro [Sérgio Steil], guardo que o crescimento foi bem grande. Foi ele quem deu

posse a todos os assistentes de Promotoria e modernizou nossos gabinetes. O Dr. Gercino [Gerson Gomes Neto] administrou o Ministério Público num período em que a instituição já estava melhor estruturada e com maior tranquilidade financeira, merecendo destaque sua luta para que os promotores de Justiça também pudessem candidatar-se ao cargo de procurador-geral.

O Dr. Lio [Marcos Marin], atual Procurador-Geral, tem uma trajetória na instituição marcada pela honradez, pelo espírito aglutinador, pelo empreendedorismo e pela boa gestão. Contribui para o crescimento material e moral da instituição e de seus membros. Conheci melhor o Dr. Lio no período em que ele foi Presidente da nossa entidade de classe, a ACMP, de cuja diretoria também fiz parte. Foram dois mandatos, nos anos de 2002 a 2006, período de intensa luta pela preservação das prerrogativas e das garantias institucionais, mormente pela reforma do Judiciário, que foi promovida e que também nos atingiu. Pela ameaça constante ao poder de investigação do Ministério Público, que nessa época se iniciou, a ponto de a ACMP ter organizado um congresso sul-brasileiro para debater essa temática, período em que a ACMP reformulou a sua Escola e todos os seus cursos. Enfim, apenas alguns exemplos, porque o que eu prefiro realçar não são as obras materiais ou os méritos e as conquistas desse tempo, mas o aprendizado e as experiências de vida que pude compartilhar com os colegas, mais estreitas ainda com os colegas que compunham a diretoria da ACMP.

Memorial do MPSC – *E a Corregedoria, na época, satisfazia? Ajudava, orientava ou atrapalhava?*

Havah Emília P. A. Mainhardt – Olha, do primeiro corregedor até os dias de hoje, claro que mudou muito. No início da carreira as cobranças eram diferentes de como são atualmente. Cobrava-se muito a postura, além dos relatórios, que são necessários. Mas nenhum corregedor teve um destaque tão grande quanto o último, o Dr. Paulo Ricardo da Silva. Ele tem um mérito bastante grande, pois inaugurou um período em que a Corregedoria se fez mais presente. Ampliou as visitas de inspeção, implementando um calendário de visitas que não deixou nenhuma Promotoria de Justiça sem a necessária inspeção e sem acompanhamento. Criou vários mecanismos para melhor executar o controle e a fiscalização das Promotorias. Ele inovou ao tornar a Corregedoria mais presente na vida dos membros da instituição. Incrementou o calendário de visitas periódicas e os procedimentos de acompanhamento das atividades das Promotorias.

Memorial do MPSC – *E antes, no início dos anos 80 e 90, o que a Corregedoria cobrava em relação à postura? Como eram essas cobranças?*

Havah Emília P. A. Mainhardt – No início da carreira, a cobrança era mais limitada. A Corregedoria não fazia um acompanhamento de apoio e de inspeção cotidiana. Era mais correcional mesmo, pontual.

Memorial do MPSC – *E como foi conciliado esse período no interior, com família, na vida de promotora?*

Havah Emília P. A. Mainhardt – Não posso dizer que foi muito difícil. Como tive um casamento tardio, com 33 anos, o trabalho no início da carreira era tudo. O trabalho vinha em primeiro lugar, mas nunca deixei de aproveitar a vida, a juventude. Gosto de viajar. Eu não acho difícil trabalhar muito. Constituí família, pequena, é verdade, por isso acho que continuo priorizando o trabalho. Realizada, posso cuidar melhor da família. Eu não exerço outras atividades. Não pratico nenhum esporte. Então, meu foco foi trabalhar, cuidar da minha família e cultivar as amizades. Já penso em buscar atividade diferente, coisa que eu não fiz muito. Mas eu não acho difícil conciliar o exercício da profissão e a família, apesar de gerar um pouco de estresse. Talvez porque só tive uma filha e pelo fato de o marido ser compreensivo, não seja tão complicado conciliar. Também nunca passei por problemas mais sérios, de saúde ou de maior gravidade. Isso tudo contribui para que eu não ache difícil conciliar o trabalho, a família e o lazer.

Memorial do MPSC – *Existe um olhar diferente, feminino, um olhar da mulher, sobre o exercício da função de promotor de Justiça?*

Havah Emília P. A. Mainhardt – Sempre há. É inerente. Mas não é melhor ou pior, é apenas diferente.

Memorial do MPSC – *O que é, na sua opinião, diferente?*

Havah Emília P. A. Mainhardt – Já me defrontei com questões, em processos, e na vida também, em que eu percebi a necessidade de me aconselhar com algum colega e também já fui questionada por colegas sobre assuntos que seriam, supostamente, mais afetos ao conhecimento ou à compreensão feminina. Todavia, nenhuma relevância isso tem. Relevante, para pessoas de qualquer gênero, acredito que seja buscar o equilíbrio, ser respeitoso, ser prudente, estudioso, pontual e trabalhador.

Walkyria Ruicir Danielski



Walkyria Ruicir Danielski nasceu em Passo Fundo/RS, em 5 de janeiro de 1966. Filha de Rui Alberto Meder e Shirley Piccini Meder, formou-se no curso de Direito da Universidade Federal de Santa Catarina em dezembro de 1987. Ingressou no Ministério Público de Santa Catarina em 16 de agosto de 1988, atuando como promotora de Justiça substituta na 22ª Circunscrição Judiciária da Comarca de Chapecó. Foi promovida, por antiguidade, para o cargo de promotora de Justiça para atuar na PJ da Comarca de São Carlos, em 12 de abril de 1989, onde permaneceu até 23 de novembro de 1990, quando foi removida para a PJ da Comarca de Cunha Porã. Em 23 de setembro de 1991, foi promovida, por antiguidade, para a PJ de Dionísio Cerqueira, e, em 10 de outubro do mesmo ano, por permuta, assumiu a PJ da Comarca de Maravilha. Foi promovida, por antiguidade, para a 2ª Vara da Comarca de São Miguel do Oeste em 28 de maio de 1992, e removida para a 2ª Vara da Comarca de Laguna, em 30 de junho de 1993. Em 8 de novembro de 1993, por permuta, assumiu a 1ª Vara da Comarca de Laguna. Em 22 de abril de 1994, por ajuste à Lei Complementar 110/94, assumiu a 1ª PJ da Comarca de Laguna. Em 31 de maio de 1994 foi promovida, por antiguidade, à 2ª PJ da Comarca de Tubarão.

Em 27 de dezembro de 2000, ainda na mesma comarca, assumiu a 6ª PJ. Exerceu as funções de assessora jurídica do procurador-geral de Justiça, no período de outubro de 2001 a abril de 2003 e de assessora da Coordenadoria de Recursos, de abril de 2003 até julho de 2005. Foi diretora financeira da Associação Catarinense do Ministério Público, na gestão de 2002 a 2004 e, por duas vezes, diretora da Escola de Preparação e Aperfeiçoamento do Ministério Público de Santa Catarina, nos biênios 2006/2008 e 2008/2010. Por merecimento, foi removida para a 5ª PJ da Comarca de São José em 12 de março de 2009, optando, em 19 de maio do mesmo ano, pela 7ª PJ da mesma comarca. Em 15 de abril de 2010 foi removida para a 15ª PJ da Comarca da Capital, optando pela 17ª PJ, em 30 de agosto do mesmo ano. Em 1º de junho de 2011, foi promovida, por antiguidade, ao cargo de procuradora de Justiça. Exerceu a assessoria jurídica do procurador-geral de Justiça, de 15 de abril de 2011 até 14 de abril de 2013, quando assumiu a função de subprocuradora-geral de Justiça para Assuntos Jurídicos e Institucionais, a qual ocupa até a presente data. Exerceu o magistério, nas áreas do Direito Penal e do Direito Processual Penal, na Escola Superior da Magistratura de Santa Catarina, na unidade de Tubarão, no ano de 1999 e, na Escola de Preparação e Aperfeiçoamento do Ministério Público de Santa Catarina, nas Unidades da Capital, Itajaí, Joinville, Tubarão e Lages, entre os anos de 2003 e 2010.

WALKYRIA RUICIR DANIELSKI¹

Memorial do MPSC – Dra. Walkyria, a senhora é natural de onde?

Walkyria Danielski – De Passo Fundo, Rio Grande do Sul.

Memorial do MPSC – A sua família é do Rio Grande do Sul?

Walkyria Danielski – Toda a família é de lá. Eu vim pra Santa Catarina com 15 para 16 anos. Cursei a faculdade em Florianópolis, de maneira que me sinto *cataúcha*, como se diz, hoje muito mais “cata” do que “úcha”.

Memorial do MPSC – Por que vocês se transferiram para Santa Catarina? A senhora acompanhou a família?

¹ Entrevista realizada por Gunter Axt, com assistência de Cássio Bogdan, na Procuradoria-Geral de Justiça de Santa Catarina, em 5 de setembro de 2012. Transcrição de Antônio Luzzatto.

Walkyria Danielski – Não, foi o contrário. Na verdade, eu vim prestar vestibular para Engenharia Química. Cursei um ano de Engenharia antes de me transferir para o Direito. A opção por Florianópolis foi do meu pai. Na época eu tinha 15 anos. Morávamos numa cidade pequena da serra chamada Nova Prata. Para dar sequência aos estudos, era necessário mudar. Por aquele sistema antigo, os pais decidiam qual era o melhor destino para os filhos. Foi-me dado optar entre Florianópolis e Caxias do Sul.

Memorial do MPSC – *Porto Alegre, nem pensar?*

Walkyria Danielski – Não! Na família havia um preconceito muito forte contra Porto Alegre, que, por ironia, é onde minha mãe mora hoje. Meu pai dizia preferir que eu fosse para o inferno do que para Porto Alegre, que, na visão dele, seria um antro... Não conhecia Florianópolis, mas meu pai conhecia e gostava muito. A minha família é bem ligada ao Direito.

Memorial do MPSC – *O seu pai?*

Walkyria Danielski – Ele já é falecido, mas era advogado. Minha mãe é bacharel, um tio, uma tia... A família inteira era da advocacia. Era aquela coisa da adolescência: todo mundo achava que eu faria Direito, mas me perguntava se seria minha opção pessoal, de fato, ou uma decisão influenciada pela tradição da família. Em poucos meses de Engenharia me convenci que era mesmo o Direito o meu destino.

Memorial do MPSC – *E a senhora se formou quando?*

Walkyria Danielski – Em dezembro de 1987.

Memorial do MPSC – *E como foi esse período de faculdade em Florianópolis?*

Walkyria Danielski – Foi muito bom. Casei-me cedo, com 17 para 18 anos. Meu primeiro filho nasceu no segundo ano de Direito. A família do meu ex-marido é de Santa Catarina, moravam em Florianópolis. Quando me formei, meu filho mais velho já tinha quase quatro anos. Tão logo iniciei o Direito, já estagiava também no Tribunal de Justiça. Em seguida abriu um concurso, passei e fui nomeada para atuar na área de informática. Nunca mais cogitei a possibilidade de voltar para o Rio Grande do Sul.

Memorial do MPSC – *Com tanto trabalho e família começando, deu para acompanhar os movimentos de mobilização de cidadania na época, como o processo das “Diretas Já!”?*

Walkyria Danielski – Deu sim! Eu era muito envolvida no movimento estudantil, já no Rio Grande do Sul. Com 13 anos, fui vice-presidente da União Municipal de Estudantes. Participei do Congresso Nacional da UBES, em Salvador, em 1981, quando se debateu a reformulação dos estatutos, cujo anteprojeto foi submetido à assembleia do Congresso de São Paulo, no ano seguinte. Para São Paulo não cheguei a ir. Em Florianópolis integrei a diretoria do Centro Acadêmico da Engenharia; também no Direito. Mas quando nasceu meu filho, aí me desliguei, pois era impossível trabalhar, ser mãe, estudar e ainda militar no movimento estudantil.

Memorial do MPSC – *E por que a opção pelo Ministério Público?*

Walkyria Danielski – Em função do convívio familiar, eu sempre tivera contato com todos os agentes da Justiça. Recordo-me, em Nova Prata, de juízes e promotores amigos do meu pai, frequentando nossa casa. Ao entrar no Tribunal, fui colaborar na implantação da informática para acompanhamento de processos, na época na 2ª Vara Criminal da Capital, com o, depois Desembargador, [Wilson Eder] Graf e com o Promotor Paulo Antônio Günther. Em seguida, passei a conviver com a Dra. Márcia Arend, substituta. A atuação do Dr. Günther na parte Criminal me influenciou bastante. O dinamismo e o envolvimento da Dra. Márcia foram igualmente inspiradores. Vivíamos aquela fase pré-Constituinte, em que um novo Ministério Público estava sendo erguido, e a Dra. Márcia, junto com o Dr. [Luiz Adalberto] Villa Real, com o Dr. José Alberton, o qual não conhecia pessoalmente, mas de quem muito já ouvira falar, integravam uma vanguarda entusiasmada e muito engajada nesse processo inovador. Dentre as iniciativas pioneiras da época destacam-se, por exemplo, os DECOMs, uma ação do ente ministerial na defesa do consumidor, uma das primeiras iniciativas coordenadas no país em defesa dos Direitos Difusos, antes mesmo da Lei da Ação Civil Pública e, evidentemente, do Código do Consumidor. Os anos 1980 foram de profundo debate sobre os rumos do país e aquelas iniciativas inovadoras e idealistas entusiasmavam os estudantes universitários. Minha decisão de ingressar no Ministério Público vem certamente dali, da convivência com os Drs. Márcia e Günther.

Memorial do MPSC – *Quando foi o seu concurso?*

Walkyria Danielski – Em 1989. Eu me formei em 17 de dezembro de 1988 e tomei posse em 16 de agosto: oito meses exatos da formatura até a posse. Em fevereiro, abriram as inscrições para a primeira turma da Escola do Ministério Público.

Memorial do MPSC – *Quem instalou a Escola?*

Walkyria Danielski – O primeiro diretor da Escola foi o Dr. Nuno de Campos, que presidia uma comissão de três integrantes. As aulas começaram em março. Uns trinta dias depois abriu o concurso, que finalizou em julho. Não havia nem concluído a Escola e já estava tomando posse em agosto.

Memorial do MPSC – *E a senhora lembra-se dos professores da escola?*

Walkyria Danielski – De alguns... Lembro-me do próprio Dr. Nuno, claro, que ministrava as aulas sobre Direito de Menores. O Dr. [Sérgio Torres] Paladino nos marcou muito, entre outros.

Memorial do MPSC – *Onde eram as aulas da Escola?*

Walkyria Danielski – No próprio prédio da Procuradoria, no edifício Alpha Centauri.

Memorial do MPSC – *Era uma turma grande de inscritos no concurso?*

Walkyria Danielski – Creio que foram quase mil candidatos, a metade do que costuma ser hoje.

Memorial do MPSC – *É um salto impressionante, porque dez anos antes os concursos reuniam vinte ou trinta candidatos, de forma que nem sempre se conseguia, inclusive, preencher todas as vagas abertas. Uma realidade completamente diferente...*

Walkyria Danielski – Nesses 24 anos de Promotoria, foram raros os concursos que preencheram todas as vagas abertas, mas pela elevação crescente do patamar de exigência. Creio que, por exemplo, num concurso de 1986, uns dois ou três ficaram aguardando nomeação posterior, mas isso não era a regra.

Memorial do MPSC – *Entre a aprovação no concurso e a posse, houve algum curso de aperfeiçoamento, de preparação?*

Walkyria Danielski – Nada parecido com o que nós temos hoje em dia. Houve duas semanas de treinamento na Procuradoria, mas num nível muito mais amador do que hoje. Havia encontros com o pessoal da Administração e da Corregedoria, para orientações iniciais, alertando-nos o sobre a situação que encontraríamos nas comarcas. Uma orientação básica: como preencher relatórios, formulários... Houve ainda uma designação para trabalharmos em conjunto com alguns dos promotores da capital.

Memorial do MPSC – *Como foi a sua primeira comarca?*

Walkyria Danielski – Fui designada para São Carlos, onde assumi em 1º de setembro, pois a comarca estava sem promotor titular. Atuei em Chapecó, nas férias de janeiro e fevereiro, como substituta. Respondia, então, por cinco comarcas e nove Varas, trabalhando com três juízes diferentes. Quando cheguei, havia já quatro júris agendados. Algumas estradas de acesso ainda eram de chão batido, como a que levava a Campo Erê, para onde cheguei a ir umas três vezes. Ainda havia aquela determinação no Código de Processo que em janeiro só tramitavam processos de réus que estivessem presos, de forma que o volume processual não era muito grande.

Memorial do MPSC – *O que mudava de uma comarca para a outra?*

Walkyria Danielski – Permaneci no oeste catarinense até 1993. Sinto-me privilegiada por ter vivido esta experiência. Na esfera Criminal, observava-se claramente a influência dos aspectos econômicos. Havia uma relação direta entre índices de criminalidade e a produção agrícola. Quando se registrava queda na produção, como perda de safra, por conta, por exemplo, de estiagem prolongada, poucos meses depois cresciam os índices de criminalidade, em especial, contra o patrimônio. Outra coisa que me chamava a atenção no Oeste era os elevados índices de alcoolismo, os quais também se relacionavam diretamente com a criminalidade, em especial, com os atentados contra a pessoa. Com exceção desses aspectos, considerei o Oeste a região mais tranquila em que trabalhei. Havia esta tensão comunitária, potencializada no dia a dia pela ingestão de álcool e, ocasionalmente, por conta da precariedade dos meios de sobrevivência ligados à atividade agrícola, mas os crimes de estelionato, de malandragem, eram praticamente inexistentes. Dívidas ou cheques sem fundos apenas apareciam em decorrência da quebra de safra, pois aquela era uma sociedade da honra, sendo o estelionato algo profundamente repudiado. Em compensação, num baile, um olhar mal-interpretado para a mulher do outro podia redundar em briga de faca, tiros, ferimentos, mortes. Nesses casos, na Promotoria, o réu dizia: “Fiz e faria de novo!”, o que é bem um traço característico dessa sociedade baseada em rígidos princípios machistas de honra. A criminalidade organizada era então inexistente. Era mínima a incidência de tráfico de drogas, hoje talvez a grande mazela. No geral, era um pessoal ordeiro, pacífico, mas gente de “faca na bota”, para usar uma expressão local, que respondia com agressão a qualquer insulto. Nas cidades menores, como São Carlos, Cunha Porã, Maravilha, esse espírito de honra era ainda mais arraigado, com tradição e conservadorismo muito fortes.

Memorial do MPSC – *Numa região com tais características, como foi receber uma promotora jovem?*

Walkyria Danielski – Houve algumas situações cômicas, sobretudo no princípio. Ao mesmo tempo em que foi engraçado, havia uma surpresa, um choque inicial. Eu tinha 22 anos recém-completados. No trabalho com a Infância, havia quem até fizesse troça, dizendo ser mínima a diferença de idade entre a promotora e os menores atendidos (risos). Contudo, se era uma sociedade machista, até por ser conservadora, prezava grande respeito pela autoridade. Portanto, depois de superada a incredulidade inicial, a confiança se estabelecia. Recordo-me de episódios em que as pessoas vinham à Promotoria e, quando convidadas a entrar na sala do promotor e eu perguntava como poderia ajudar, retrucavam: “Não, eu gostaria de falar com o promotor mesmo!”. Alguns ficavam até chateados, reclamando que o promotor não queria atendê-los! Enfim, achavam que eu fosse uma assessora... Mas superada essa fase, estabelecia-se logo confiança e respeito pela autoridade.

Houve um episódio, até meio engraçado, em que um impasse se formou. Um sujeito que tentara falar com o promotor num dia e me encontrara, desistira, voltara no dia seguinte, e ao ser novamente encaminhado a mim, indignou-se, passando a esmurrar a mesa da portaria da Promotoria aos berros: “Não tem homem nessa porcaria? Não tem homem nisso aqui!”. Eu estava em audiência quando aconteceu. Ele acabou sendo encaminhado para o Substituto, Dr. Marcelo [Truppel] Coutinho, que lhe explicou ser eu a titular, portanto, era preciso falar comigo. Não adiantou – ele ficou muito brabo. Queria se informar sobre algum direito e, definitivamente, não acreditava na avaliação e na palavra de uma mulher. Houve uns casos assim, mas foram poucos...

Memorial do MPSC – *E como conciliar o trabalho nessas comarcas mais distantes com a vida familiar? A senhora tinha filhos pequenos nessa época, não é?*

Walkyria Danielski – Sim, um. Logo em seguida, vieram os outros dois, no início da carreira. Precisávamos exercitar permanentemente a tolerância e a compreensão. Meu marido não pôde inicialmente me acompanhar. Eu fui para o Oeste com meu filho mais velho. Ele apenas se juntou à gente um ano depois. Sempre tivemos o cuidado de não trabalharmos na mesma comarca, para evitar qualquer perspectiva de interferência com o trabalho da Promotoria. Já para as crianças, penso que foi interessante, pois elas puderam vivenciar locais e comunidades diferentes, ampliando o seu horizonte cognitivo desde o início. Conciliar o trabalho com a família, sem dúvida, exige uma boa dose de disposição para a adaptação, mas eu nunca percebi ali um obstáculo para a carreira.

Claro, houve situações mais traumáticas. Uma, em particular, em São Miguel do Oeste, que causou uma reviravolta grande na carreira e na família. A menina

que cuidava dos nossos filhos sofreu ameaças e acabou sendo morta dentro da nossa residência.

Memorial do MPSC – *Essa morte foi em decorrência de ameaças sofridas em função da atividade profissional?*

Walkyria Danielski – O inquérito foi arquivado quatro anos depois por falta de registro de autoria, restando o autor do crime desconhecido. Havia suspeitas, porque ameaças chegavam havia algum tempo antes do fato, mas a autoria nunca foi esclarecida, por falta de provas. Na época, os recursos eram mais precários; não existiam as perícias como hoje e as chances de sucesso de uma investigação policial dessa natureza eram bem mais limitadas.

Memorial do MPSC – *No início dos anos 1990, os promotores recém-chegados encontraram um novo paradigma jurídico, desdobrado da Constituição de 1988, que consolidou o Ministério Público com garantias e atribuições até então desconhecidas, bem como de toda a legislação dos direitos indisponíveis, a exemplo do ECA, dos Códigos do Consumidor, do Meio Ambiente, da Improbidade. Como foi vivenciar a implantação desses diplomas no interior de Santa Catarina? Como conduzir investigações na área da Moralidade Administrativa, por exemplo, com estrutura de apoio precária?*

Walkyria Danielski – Havia um lado bom e outro ruim. A parte ruim residia no estar tudo por ser feito, necessitando ser criado a partir praticamente do zero, interpretando uma nova legislação, descobrir sua aplicação, construindo a metodologia e a infraestrutura necessárias, muitas vezes na base da tentativa e do erro. Tudo precisava ser testado. Por outro lado, essa dificuldade redundava em enorme satisfação quando se conseguia avançar, quando se acertava, quando um referencial metodológico sólido havia-se estabelecido. Tinha-se a perfeita sensação de se estar fazendo história do Direito no Brasil. Nós tomamos posse em agosto e a Constituição entrou em vigor em outubro. Fizemos as provas baseados na Constituição anterior, mas já estávamos estudando a Constituição que entraria em vigor, porque começaríamos na comarca um mês depois e já teríamos que trabalhar com ela. Então, a transição de paradigmas estava muito evidente. Estávamos conscientes da enorme responsabilidade que recaía sobre nossos ombros, pois a construção desse novo modelo de Ministério Público dependeria do sucesso das nossas ações. A sensação de estar participando disso era ímpar. Sentíamos-nos realmente dentro da história, forjando-a. Então, o sentimento de responsabilidade diante do desafio histórico se fazia acompanhar de uma gratificação muito grande.

Memorial do MPSC – *Existe algum caso que tenha lhe chamado mais a atenção?*

Walkyria Danielski – Alguns. Em 1993, chegando a Laguna, me deparei com um caso de improbidade administrativa, de 1992, envolvendo o prefeito municipal e vereadores. Foi uma das primeiras ações na área da Moralidade, uma das primeiras ações civis públicas do Estado, com liminar de afastamento de prefeito, concedida pelo Tribunal, embora negada no primeiro grau; uma briga ferrenha, com muita pressão política. Foi o primeiro inquérito civil que conduzi em parceria com um colega. Utilizamos a estratégia de trabalhar com as duas Promotorias, subscrevendo em conjunto, o que culminou com o afastamento do prefeito, sua renúncia, antes do julgamento definitivo da ação, quando ainda estava em tramitação. Sofremos tentativas de intimidação. Lançaram foguetes sobre minha casa, atendíamos telefonemas estranhos, daqueles em que ninguém fala nada. A Procuradoria também recebeu vários telefonemas apelativos, que não surtiram o efeito almejado, pois sempre contamos com o firme respaldo da instituição.

Na área Criminal, lembro-me de um caso em Tubarão, em 1999, quando lidamos, pela primeira vez, com a Lei da Interceptação Telefônica, de 1996. Ainda não havia jurisprudência dos Tribunais Superiores a respeito. A questão prática era difícil, porque não havia equipamento. Santa Catarina foi um dos primeiros Estados a ter um dispositivo assim, mas era um daqueles gravadores acoplados, um monstro, pesado demais para manter suspenso junto ao fone. Foi um caso de tráfico de drogas, a maior apreensão até então realizada no Estado, algo como trezentos e poucos quilos de maconha, mais um tanto de pasta de cocaína, numa carga total de cerca de quinhentos quilos... A prova do processo era praticamente quase toda feita via interceptação. Houve questionamento, pois como se faria a perícia? Os interceptados negavam que as vozes gravadas fossem as deles e, com isso, esperavam corromper a idoneidade da gravação. Questionaram, arguíram a necessidade de perícia. Não havia precedentes. Recorremos à Secretaria de Segurança e Justiça, então dirigida pelo colega Dr. Antenor Chinato Ribeiro, quem nos garantiu uma liberação de verba para uma perícia na Unicamp, em São Paulo, comprovando a autenticidade da voz. Na hora de fazer a coleta, houve recusa do acusados... Era tudo empírico, não havia um manual preestabelecido de como se proceder, de maneira que eu e o juiz decidimos gravar outra ligação telefônica, entre a escrivã e os presos, a fim de que pudéssemos dispor de um parâmetro. Depois, solicitamos uma gravação presencial. Fomos descobrindo como podia ser feito o Auto Circunstanciado exigido pela Lei de Interceptação... Não existia um modelo, de maneira que eu e o Dr. Francisco de Assis Felipe montamos o primeiro. O processo resultou na condenação do grupo inteiro por associação com o tráfico. Houve recurso para o STJ, que confirmou a condenação apoiada exclusivamente na interceptação. Foi um caso interessante.

Uns seis meses depois, ainda em 1999, surgiu um caso envolvendo a Lei de Tortura, de 1997. O corpo da vítima nunca foi encontrado. A decisão final foi de condenação, um resultado de grande repercussão. Na região de Imbituba-Laguna, um prático do porto, com condição financeira elevada, sequestrou uma namorada, torturando-a e matando-a, com o auxílio de uma filha. Há aquela história dos irmãos Naves, um conhecido erro judicial durante o Estado Novo, no final dos anos 1930, em que dois irmãos teriam confessado, sob intensa tortura, o assassinato de um sócio desaparecido, um crime, enfim, que não tinham cometido, como se comprovou quando a suposta vítima apareceu viva mais de dez anos depois, o que sedimentou a interpretação da inviabilidade do reconhecimento de morte sem localização de alguma parte física do cadáver. Então, fizemos uma denúncia por tortura. A lei era nova, não havia jurisprudência consolidada, mas se aplicava não apenas a agentes públicos. Não foi fácil. Num primeiro momento, até alvo de chacota nos meios jurídicos locais nós fomos. Finalmente, logramos a condenação. Até onde sei, desde os irmãos Naves, esse foi o primeiro caso em que se reconheceu a possibilidade do julgamento singular da morte sem o corpo.

Memorial do MPSC – *E como foi com a produção de provas para os casos de improbidade administrativa?*

Walkyria Danielski – Essencialmente, se buscou prova documental, com apoio de quebra de sigilo bancário, o que não foi em si tão dificultoso, porque se deu em cima de pedido de busca e apreensão. Eu e o colega acompanhamos o oficial de Justiça pessoalmente. Chegamos de surpresa à Prefeitura e arrecadamos tudo. Na época, as coisas eram menos informatizadas e os arquivos mais físicos. Então, de certo modo, era até mais fácil, pois as pessoas eram menos prevenidas. A partir de uma primeira notícia sobre possíveis irregularidades, que causou comoção geral, coletamos alguns depoimentos, que nos orientaram. Chegamos à Prefeitura às 9h da manhã, com o oficial de Justiça, sabendo exatamente o que a gente queria e onde estava. As pessoas não acreditavam que pudessem ser alvo de alguma investigação, que alguém pudesse ir atrás desse tipo de prova, o que de certo modo até facilitou as primeiras investigações, pois as provas estavam mais acessíveis do que acontece hoje em dia. O pessoal se cuida, esconde, mantém o meio eletrônico nos bolsos e é raro que se consiga apreender um computador com provas. Houve alguns lances meio inusitados, como, por exemplo, um sujeito que no final de semana escalou um enfeite arquitetônico afixado na parede externa do Fórum de Laguna, acessando o interior do prédio pela janela, para descobrir o conteúdo do inquérito civil enquanto o mesmo ainda estava sob sigilo. Mas, enfim, a obtenção da prova foi até menos complicada do que costuma ser atualmente.

Memorial do MPSC – *À parte as ameaças locais, a senhora mencionou antes ter havido certa pressão política, com telefonemas...*

Walkyria Danielski – Para o promotor, não faz diferença qual a legenda do investigado, tanto que pouco tempo depois houve outra situação parecida envolvendo vereador de partido adverso, sendo também processado. Sim, houve tentativa de sensibilizar a Procuradoria por meio de telefonemas de políticos mais influentes, mas os promotores tinham autonomia e a Procuradoria sempre nos deu todo o apoio institucional necessário.

Memorial do MPSC – *A senhora ficou em Laguna até o final desse processo?*

Walkyria Danielski – Eu saí logo depois de concluir o inquérito. Abriu promoção para Tubarão e me inscrevi. Fiquei com uma determinação para continuar acompanhando o caso até chegar um novo titular a Laguna. Mas na cidade houve aquela conversa de que a promotora tinha sido afastada por comprar briga com o prefeito, que o Tribunal reverteria, etc. Porém, nada disso era verdade. A atuação do promotor não tem esse tipo de permeabilidade. A boataria não durou muito, porque o Tribunal manteve o afastamento do prefeito.

Memorial do MPSC – *E quanto ao caso ocorrido e São Miguel do Oeste? Tinha alguma relação com a sua atuação? A senhora pode falar mais sobre esse episódio?*

Walkyria Danielski – Posso. Já tem bastante tempo e agora já está superado. Aconteceu em dezembro de 1992. As ameaças começaram em início de novembro. Eu chegara a São Miguel em junho. Reconheço que eu tinha certa vocação para a encrenca, indo atrás de problemas. Constatei a existência de um monte de processos de júri prontos, esperando apenas pela petição. Em alguns casos, o réu até já estava detido. Comecei a pressionar para que os júris acontecessem logo, de maneira que organizamos um mutirão: 13 júris em 45 dias, no mínimo, dois por semana! Queríamos tudo pronto até o dia 15 de dezembro, antes do recesso. Uns dois ou três júris eram mais pesados, pela natureza violenta ou reincidente do réu. Chamava mais a atenção um crime de mando, envolvendo um daqueles “coronéis” fazendeiros da região. Havia também um caso de peculato, envolvendo um casal, sendo o marido um policial, com histórico de violência e ameaças. Enfim, havia esse contexto, porém, nunca se apurou nada.

Memorial do MPSC – *Em função desse episódio, a senhora foi para Laguna?*

Walkyria Danielski – Não, eu precisei permanecer em São Miguel do Oeste ainda por um ano. Hoje não se faz mais isso. Por segurança, o promotor é removido

imediatamente da comarca. Mas na época não foi esta a compreensão da Corregedoria. Num primeiro momento, fui designada por 15 dias para Tijucas. Em janeiro, entrei em férias. Com o inquérito patinando, cheguei a questionar meu destino, mas recebi por resposta que precisava completar o interstício, permanecendo em São Miguel até final de maio, pelo menos.

Memorial do MPSC – *E como foi enfrentar esse período?*

Walkyria Danielski – Esse foi sem dúvida o período mais complicado para mim. Quando as ameaças começaram a chegar, comuniquei a Polícia, mas era tudo muito complicado ainda. A central de São Miguel era analógica, de maneira que era muito difícil completar ligações interurbanas. A moça foi morta num sábado à noite, era festa de final de ano da nossa associação de classe. Eu viajara na sexta para Florianópolis, para tomar parte na celebração. Ela me ligou no sábado de madrugada. Eu estava com ela ao telefone quando ela morreu. Ela me pediu socorro... Consegui chegar ao telefone, completar um interurbano e pedir socorro! Eu consegui comunicar o delegado, mas quando ele chegou, ela estava morta, com um tiro na cabeça. A última coisa que ela me disse foi: “Ele está dizendo que vai me matar”. Ela falou isso para mim... ao telefone!

Memorial do MPSC – *Alguém entrou na casa?*

Walkyria Danielski – Sim, ela estava sozinha desde sexta. Foi na madrugada de sábado para domingo.

Memorial do MPSC – *Mas e os seus filhos tinham ficado na casa?*

Walkyria Danielski – Não, eles tinham me acompanhado a Florianópolis. Eram pequenos. O mais velho tinha oito, o do meio tinha três e a mais nova tinha um ano. Duas moças trabalhavam comigo. Quando viajava, uma me acompanhava, para me ajudar com as crianças. A outra ficou. Os indícios apontaram que o criminoso ficou algumas horas dentro da casa. Ela tinha tentado chamar a Polícia na noite anterior. O “190” registrara uma ligação dela, denunciando ruídos do lado de fora da casa. O que se imagina é que ela tenha sido calçada, porque não havia sinais de arrombamento. Havia cordas perto da cama, indicando que ela ficara amarrada. Não havia indícios de violência sexual; tampouco de roubo. Parece que ela foi morta porque chegou ao telefone para me avisar, talvez durante um cochilo do invasor, que a matou durante a ligação.

Gosto de São Miguel do Oeste até hoje, é uma cidade muito agradável, mas passei lá um dos momentos mais difíceis de minha vida. Durante os meses que se

seguiram, em que precisei permanecer em São Miguel, estabeleceu-se um afastamento familiar forçado. Como as ameaças pelo telefone eram dirigidas contra meus filhos (que eles receberiam um tiro e que ninguém saberia de onde tinha partido, o que de fato acabou acontecendo com a babá deles), eu não pude permitir que eles retornassem para lá. Então, os três ficaram com os avós, divididos entre Florianópolis e Porto Alegre. O mais velho foi para Florianópolis, porque já estudava na escola. Os mais novos foram para a casa da minha mãe, em Porto Alegre.

Foi um acontecimento que mexeu com a minha vida. Resolvi aprender a atirar. Dormia com o revólver do lado da cama. O delegado regional, o agora Deputado Maurício Eskudlark, me emprestou o cachorro dele, um pastor alemão treinado, porque eu morava numa casa, grande. Trocava de carro toda semana, graças ao pessoal da revenda, que me ajudou, pois não era conveniente que eu fosse vista sempre no mesmo veículo, ainda mais considerando que o meu tinha uma cor chamativa. Deixei-o na garagem e passei a circular com automóveis emprestados. Além disso, mudava o trajeto constantemente. Recebi muita solidariedade, de colegas, do pessoal da região. Era aquela coisa meio de filme... Eu não esperava que fosse assim, mas essa era a orientação da Polícia. Foi um período bem tenso. Depois, fui para Laguna e a coisa foi tranquilizando, foi normalizando.

Memorial do MPSC – *Aí arrumou outra encrenca em Laguna...*

Walkyria Danielski – Mas aí foi profissional. Esta é a diferença: quando atinge o pessoal é mais complicado. Uma pessoa inocente morreu. O risco para a minha família foi real. O enfrentamento das adversidades no aspecto profissional é algo que a gente assume conscientemente. Eu não tinha nenhuma ilusão, quando comecei a carreira, de ter uma vida bonitinha; já sabia o que enfrentaria e estava disposta a isto. Mas a gente nunca está suficientemente preparada para algo da dimensão do que ocorreu, para algo que atinja a sua família. Em Laguna, portanto, a encrenca foi meramente profissional, sem repercussões no aspecto pessoal. Pelo contrário, ali o clima foi normalizando. Houve, claro, ainda alguma dificuldade residual de readaptação, mas um ano depois estava tudo tranquilo de novo.

Memorial do MPSC – *Mesmo quando jogaram foguetes em cima da casa?*

Walkyria Danielski – Foi quando se divulgou a notícia da promoção para Tubarão, como se comemorassem: “Mandamos a promotora embora!”. Mas eu estava tranquila. Conhecera pessoalmente o Dr. José Alberton, então Coordenador-Geral das Promotorias da Coletividade, e o Dr. Basílio [Elias De Caro], primeiro Coordenador na área da Moralidade Administrativa. Eles foram muito atenciosos desde o início da investigação. O apoio institucional foi total!

Memorial do MPSC – *O episódio em São Miguel chegou, de alguma forma, a impactar o seu procedimento profissional?*

Walkyria Danielski – No curto prazo, sim, porque me afastei do mutirão de júris. Três ficaram pendentes. Evidentemente, não tive condições de concluí-los. O colega Ruy Vladimir [Soares de Souza] foi designado para me substituir. Eu ficava preocupada com as crianças, ligava no mínimo três vezes por dia para Florianópolis. Com os que estavam em Porto Alegre eu estava mais tranquila, mas meu filho mais velho ficara em Florianópolis. Em Laguna, passei a morar de novo com a família inteira e a normalidade foi se restabelecendo. Em médio prazo, o episódio foi superado. Não acredito que haja algo que eu tenha passado a fazer diferente a partir daquele episódio. Sequer fugi das Varas Criminais.

Memorial do MPSC – *De Tubarão, a senhora passou por São José, antes de ir para Florianópolis?*

Walkyria Danielski – Não. Em 2001, estava em Tubarão, quando fui convidada pelo Dr. Alberton para auxiliar na assessoria jurídica, na Procuradoria-Geral. Continuei nessa função até 2005, pois o Dr. Pedro Steil convidou-me para permanecer durante os dois primeiros anos da gestão dele. Em 2005, eu pedi para voltar, porque minha família ficara residindo em Tubarão. Eu ia e vinha, o que estava ficando cansativo. Pedi a Promotoria de Meio Ambiente, uma área que eu apreciava. Em 2009, então, fui de Tubarão para São José. No ano seguinte, para a capital. No total, foram 15 anos em Tubarão. Eu gostava muito da cidade.

Memorial do MPSC – *Mais algum caso lhe chamou a atenção em Tubarão?*

Walkyria Danielski – Muita coisa aconteceu nesse tempo. Na área Criminal, sempre chegamos atrasados, porque o crime já aconteceu, o dano está feito. Já nas Promotorias Especiais, consegue-se atuar de forma preventiva, o que se torna bastante gratificante. Nesses quatro anos, de 2005 a 2009, promovemos algumas ações interessantes. Na área da Vigilância Sanitária, estabelecemos uma parceria importante de atuação setorializada e geograficamente delimitada. Havia um *deficit* no município e eu quis saber como podíamos melhorar, o que fazer, até que os técnicos reconheceram que o problema passava pela interferência política! Nesse momento, também, o promotor precisa ter alguma sensibilidade, pois nenhum administrador vai cometer suicídio político. Não é possível chegar numa cidade pequena esperando que o vereador e o prefeito batam de frente com o empresário, porque depois não se elegem nem para síndicos do prédio. Por mais bem-intencionado que seja o administrador, há limites para a sua ação. Então, é preciso que soluções sejam negociadas, para que o resultado fique bom para ambos os

lados. Nessa base, da conciliação, alcançaram-se resultados animadores. Como os administradores não podiam entrar em choque com todo o empresariado, pedi poderes para agir. Assim, partindo do Termo de Cooperação Técnica, uma vez por semana eu me reunia com o pessoal da Prefeitura e fazíamos um pente fino por setores e regiões: padarias do bairro Humaitá, salões de beleza do centro, supermercados do bairro tal... As duas primeiras operações foram conduzidas com o apoio da Polícia Militar, para impor respeito. Depois, nem precisou mais. Finalizada a operação, o pessoal da Vigilância me entregava as segundas vias da notificação, antes mesmo de voltarmos para a sede. Assim, as autuações tinham efetividade e a responsabilidade recaía sobre a promotora. Os autuados, naturalmente, se queixavam. Telefonavam para o secretário municipal, para o vereador, para o prefeito, pedindo para retirar a infração. Eles respondiam, por sua vez, que adorariam poder fazê-lo, mas o problema era que a promotora tinha já uma cópia e era preciso entender-se com ela. Foi um ótimo efeito pedagógico. Nunca se emitiu tanto alvará sanitário na história do município. A procura foi enorme. Para alguns setores específicos, nos quais de fato havia dificuldades de compreensão, promovemos audiências públicas. Assim agimos com as óticas, as farmácias, para, por exemplo, definirmos a presença de responsável técnico, dando um prazo para todos se adequarem. Em questão de dias, todos se ajustavam. Deu tudo tão certo que, depois, o município nos propôs repetir a operação para a área de Obras e Posturas. Começamos a fiscalizar terrenos baldios, invasão de espaços públicos por restaurantes, com toldos, mesas na calçada... Regularizamos o serviço de ambulantes na área de alimentação no centro da cidade. Aprovamos uma lei que regulava até o fornecimento de alvarás por temporada, por dois meses, por exemplo. Chegamos a um ponto em que todos os ambulantes – vendedores de pipoca, de churros, de cachorro-quente – tinham alvará sanitário, com o cumprimento de regras mínimas, o que interessa para todo mundo. Ambulantes e população, todos ficaram mais tranquilos, pois se tinha a garantia de que um cachorro-quente vendido na rua seria produzido com asseio e cuidado. Foi um trabalho muito legal. Ao invés de punir, como se faz na área Criminal, promoveu-se a prevenção e uma melhoria geral dos padrões de vida da população. Ninguém queria complicar a vida do empresário, mas resolver questões como a das lixeiras que ficavam sem tampa, por exemplo, o que causava inconvenientes. Enfim, gostei muito de poder trabalhar em parceria com outros órgãos.

Memorial do MPSC – *A senhora citou algumas vezes a imprensa. Em que medida foi uma aliada nessas situações ou representou um obstáculo, um problema? Como era lidar com a imprensa?*

Walkyria Danielski – Na maioria das vezes, penso, a imprensa foi uma aliada, mais aliada do que problema. É claro que existe uma questão de equilíbrio. A mídia pretende divulgar sempre tudo o que é possível, quando se trata de um assunto momentoso, enquanto que, para o promotor, nem sempre é o mais prudente trabalhar dessa maneira. A convivência me parece mais salutar e equilibrada com a imprensa do interior, com os veículos locais, pois os laços podem ser mais sistemáticos, há mais facilidade de instalação de mútua compreensão dos limites necessários. No Oeste eu consegui isso. Sempre me dispus a informar e a atender aos jornalistas quando procurada. Mas não costumava tomar a iniciativa de procurar a imprensa para divulgar cada passo, pois esse também não me parece um procedimento adequado. A relação tem de ser institucional, com foco no interesse do Ministério Público e da sociedade, jamais com ênfase na vaidade do promotor. Se a imprensa busca informação e esta não é de caráter sigiloso, não há por que, a princípio, nos negarmos a atender, pois nosso compromisso também é com a transparência e com o esclarecimento dos direitos da cidadania. Por vezes, contudo, tensões podem se estabelecer. No episódio do inquérito em Laguna, houve considerável dose de irritação política de parte de setores. Jornalistas aliados ao prefeito tornaram-se críticos das ações da Justiça e do Ministério Público. É natural, isso pode acontecer. Nem sempre contaremos com o aplauso de todos. Mas foi uma situação isolada e a crítica jamais atingiu o plano pessoal. Foi sempre respeitosa. Por outro lado, com a grande imprensa, nas capitais, a coisa é um pouco mais complicada. Em Florianópolis vivenciei um episódio delicado.

Memorial do MPSC – *Sim, um procedimento que envolvia menores, não é? Houve grande repercussão, com manifestações em **blogs** e na internet... A senhora pode nos contar algo mais a esse respeito?*

Walkyria Danielski – Sim, porque o acontecimento foi realmente bem divulgado. Só não é possível detalhar, porque – e esse foi o problema na época – o procedimento era sigiloso, precisamente por envolver menores. Foi um caso envolvendo o filho do [Sérgio] Sirotsky, com a imputação de prática de crime sexual. A curiosidade popular aguçada frente a uma situação que envolvia personagens notórios da comunidade era um complicador. A imprensa estava no seu papel, querendo divulgar os fatos. Mas entre os próprios veículos de comunicação estabeleceu-se uma tensão, justamente por envolver o diretor de um deles. Não poderia, então, o Ministério Público funcionar ingenuamente como instrumento entre agentes que competem entre si. De qualquer forma, por lei não havia a possibilidade de se esclarecer todos os questionamentos formulados. Esta limitação

produziu mal-entendidos e uma intranquilidade em torno dos procedimentos da Promotoria se estabeleceu junto à opinião pública. Veículos inidôneos ou correntes anônimas na internet divulgaram um monte de barbaridades inverídicas, o que exaltava ainda mais os ânimos e prejudicava os menores envolvidos. Tanto foi assim, que procurei a Corregedoria para avaliarmos a possibilidade de interpretar a finalidade do sigilo, pois partindo do pressuposto de que o princípio deve funcionar para proteger os menores, a manutenção do sigilo àquela altura estava prejudicando mais do que salvaguardando; os fatos reais eram menos graves do que os retratados pela boataria, tendo sido divulgados de forma distorcida, com ingredientes de ficção, dramatizados. Tanto a vítima quanto os acusados, estavam sendo prejudicados por aquele excesso de exposição distorcida. Numa situação como essa, talvez fosse justificável a quebra do sigilo. Afinal, porém, concluímos por não correr o risco de afrontar uma determinação expressa do Estatuto, de forma que o sigilo foi preservado. Isso provocou ataques ao Ministério Público. No dia em que saiu a sentença da Dra. Maria de Lourdes [Simas Porto Vieira], um *blog* concitou a população a agredir sexualmente, como represália, minha filha... Nesse momento, fiquei de fato mais preocupada. Minha filha, então com 18 anos, ligou do estacionamento da faculdade, chorando, pois fora alertada por um colega do chamamento postado na internet. Depois, passou. Tomamos alguns cuidados na rotina familiar, como controle de horários e trajetos. Mas, estando presente na memória o caso de São Miguel, não virou paranoia.

Memorial do MPSC – *Como foi a relação com os juízes no interior? Foi uma relação de parceria ou houve momentos de tensão?*

Walkyria Danielski – Poucos momentos de tensão. Em 99% dos casos cultivei excelentes amizades, que preservo ainda. Posso mencionar, em São Carlos, também em Chapecó, o Dr. Rômulo Pizzolatti, hoje é Juiz Federal; o Juiz [Luiz Henrique Martins] Portelinha, com quem trabalhei embora muito rapidamente. O primeiro substituto com quem trabalhei foi o hoje Desembargador Túlio Pinheiro, pessoa fantástica. Logo em seguida, com o hoje Desembargador Federal Dr. Jorge Maurique, com quem nutro amizade pessoal. A grande maioria dos juízes foi de grandes parceiros e alguns, inclusive, se tornaram amigos queridos. As divergências, quando surgiram, se deram no plano técnico, jamais contaminando as relações pessoais. As coisas se complicaram um pouco mais apenas com um magistrado de Tubarão, isso já durante o período em que eu estava na Assessoria. A gente começou a estranhar alguns procedimentos que ele estava adotando na administração de recursos. Com os colegas que permaneceram na comarca, depois que saí, a divergência evoluiu para algo mais sério, mas sempre no plano

do choque de ideias. O problema era realmente de postura do magistrado, tanto que acabou resultando, depois, em repercussões disciplinares. O procurador-geral avaliou que havia de fato uma série de procedimentos jurídica, legal e eticamente inaceitáveis por parte desse magistrado. Ele saiu da comarca logo depois, mas não houve afastamento. Foi o único episódio assim em que houve alguma coisa mais séria.

Memorial do MPSC – *A senhora acompanhou três gestões da Procuradoria-Geral de Justiça, a do Dr. José Alberton, a do Dr. Pedro Steil e a do Dr. Lio Marcos Marin, participando da Administração; então, quais foram, em sua opinião, os principais desafios nessas gestões?*

Walkyria Danielski – Foram momentos bem diferentes. O grande desafio da gestão do Dr. Alberton foi aprovar a Lei Orgânica Estadual. Já haviam-se passado dez anos da Constituição de 1988, traçando um novo perfil para o Ministério Público, sem que tivéssemos feito a devida adaptação na Lei Orgânica Estadual, que era de 1982. Havia lacunas, impropriedades, uma aplicação truncada e difícil. O Alberton já tinha uma visão de vanguarda, antes da Constituinte, pois fora ele o responsável pela instalação dos DECOMs. Era, portanto, o perfil talhado para a tarefa de implantação desse novo Ministério Público. A aprovação da Lei 197 foi provavelmente seu maior desafio e sua grande conquista naquele momento.

O Dr. Pedro Steil trouxe o perfil técnico dos quatro anos de experiência no exercício do cargo de corregedor-geral, quando implementou uma série de inovações, boa parte delas, em maior ou menor grau, adotadas pela Corregedoria Nacional do CNMP. Foi fantástico poder vivenciar aquele momento de construção e, depois, perceber o reconhecimento nacional ao trabalho realizado aqui.

Se traçasse um cotejo entre os dois, em linhas gerais diria que o Dr. Alberton foi mais emoção e o Dr. Pedro, mais razão, com um perfil mais técnico. Um sedimentou os fundamentos, os pilares, delineou os grandes horizontes, o outro trouxe o componente do aperfeiçoamento da técnica na gestão, inclusive com melhora exponencial na infraestrutura, como a informática, por exemplo.

Quanto ao Lio, é ainda mais difícil de falar, porque somos muito próximos, nutrimos uma amizade sólida desde o início dos anos 2000, quando nos encontramos na gestão da Associação. Embora seja alguém que dispõe de profundo e elaborado conhecimento técnico, ele é todo coração, uma pessoa extremamente sentimental, que se importa muito com os outros, o tempo todo. É daqueles promotores vocacionados, como a gente diz, “ao modelo antigo”, com uma dimensão humanista

muito presente na sua prática. Ele sempre procura enxergar o ser humano antes de perceber o colega promotor. Sinto-me muito identificada com esta visão e penso que a gestão do Dr. Lio, nesse sentido, vem sendo o coroamento do trabalho realizado pelo Dr. Alberton e pelo Dr. Pedro Steil.

Memorial do MPSC – *Quais são os desafios que estão postos para o Ministério Público hoje, em Santa Catarina, no Brasil?*

Walkyria Danielski – Acredito termos avançado substancialmente nas últimas décadas. Justamente por isso, talvez o nosso maior desafio esteja em mapearmos o nosso limite, a nossa medida. Nosso papel precípua é garantir os direitos fundamentais da sociedade. O Ministério Público chamou a si esta responsabilidade, até porque não havia mais quem o fizesse naquele momento. Talvez, hoje, possamos parar para refletir, reconhecendo não ser possível, tampouco desejável, fazer tudo sozinhos. Precisamos de parcerias, em todos os Poderes e com a própria sociedade. O caminho do diálogo e da parceria nem sempre é o mais fácil, pois é preciso compor; porém, os resultados podem ser mais efetivos e o processo para se chegar lá, ao fim e ao cabo, bem menos traumático. Acredito no Ministério Público. Seus agentes são, no geral, idealistas, abnegados e muito sérios. A falta de seriedade é exceção à regra, motivo pelo qual é preciso, sim, agir com firmeza nesses casos. Nas nossas fileiras, não podemos tolerar falhas de conduta. Há, sem dúvida, o desafio de sensibilizar as novas gerações de membros para a missão humanística do agente ministerial, tendo em vista sempre a trajetória de conquistas, erros e acertos, trilhada até aqui. Nesses últimos 24 anos, desde a promulgação da nova Carta, aprimoramos as condições de trabalho, a infraestrutura, melhoramos as instalações, consolidamos procedimentos e mecanismos de gestão. O salto material e operacional foi incrível! Mas não é possível deitarmos em berço esplêndido! Nenhuma conquista está garantida para sempre. Há reações hoje postas ao Ministério Público, ameaçando confiscar-lhe atribuições, por conta de sua firme atuação constitucional. Por isso, nosso desafio passa por estarmos em permanente campanha de esclarecimento junto à sociedade, mas também de sensibilização dos novos promotores, que estão ingressando agora na instituição, e, sobretudo, nesse momento é importante o diálogo com outras instituições e a constituição de parcerias pertinentes, efetivas. Importa identificarmos os pontos, os setores nos quais estamos pecando ou deixando a desejar em nossa atuação, para que as lacunas possam ser preenchidas. Só conseguiremos superar a oposição que se avoluma se apresentarmos resultados e ajudarmos a sociedade. E penso que esse resultado não se mede pela quantidade de processos, ou de papel, porque isso não interessa para ninguém. O resultado útil não é estatístico ou burocrático. Como, por exemplo, o

tempo e a energia investidos numa conciliação entram nessa contabilidade árida? Se não conseguirmos dar uma resposta ao impasse que se estabelece, a tendência é que depois do agigantamento, venha um encolhimento.

Memorial do MPSC – *O Ministério Público de hoje está conseguindo buscar o vocacionado para conformar a instituição de amanhã?*

Walkyria Danielski – Esta é uma grande questão que está posta no momento e vem sendo cada vez mais debatida em âmbito nacional. Porque o risco de burocratização e de descompromisso com a missão institucional pode começar já na seleção excessivamente técnica do candidato. Além disso, com a consolidação material da instituição, alguns podem estar procurando-a com vistas a um conforto pessoal e não estando necessariamente comprometidos com o enorme desafio de ajudar a sociedade. Há colegiados em todo o país se debruçando sobre o tema. Há algumas perspectivas experimentais sendo testadas, como em Minas Gerais, onde foi incluído um tipo de redação entre as provas eliminatórias. Além disso, lá, a cada concurso, mudam-se sete livros da bibliografia de referência, o que introduz um componente de dinamismo ao processo. A Emenda 45 instituiu a exigência de um mínimo de três anos de experiência para inscrição em um concurso. Não estou convencida da eficácia desta medida. Mais eficaz talvez fosse ampliarmos de dois para cinco anos o período de estágio probatório, até porque um promotor descompromissado tem mais facilidade de disfarçar por dois anos do que por cinco. Outra ideia é transformar em fase do concurso esse período de acompanhamento, exatamente como acontece na carreira diplomática. O investimento em formação do recém-ingresso é absolutamente fundamental! Aqui, em Santa Catarina, estamos avançando muito nesta parte. Mas talvez esse acompanhamento possa ainda ser repensado. Sei que é complicado estendê-lo. Na prática, os promotores novos fazem um curso de um mês na capital, até porque é enorme a carência, é preciso de gente para assumir logo nas comarcas. O pessoal novo entra sabendo mais Direito do que a velha guarda. A formação deles é qualificada. Mas será que todos têm o perfil para funcionarem como defensores da sociedade? Aí, a dimensão humanística é muito importante. Mas como avaliá-la sem escorregarmos para o subjetivismo?

Memorial do MPSC – *Essa formação não começaria já na faculdade? Como tem sido a presença dos membros junto às universidades?*

Walkyria Danielski – Eis aí outro ponto estratégico, que encarna um desafio poderoso. Embora eu particularmente não seja uma acadêmica de tradição, pois apenas recentemente defendi meu mestrado, noto que os membros vêm retirando-se progressivamente do ambiente universitário, o que me parece problemático.

Nos anos 1980, quando se desenhava o novo Ministério Público, a reação interna ao histórico de interferências externas e ameaças à autonomia era muito forte. Penso que, em função disso, pendemos para certo exagero purista. A vedação à atividade política não foi imposta por nenhum setor da sociedade, mas foi reivindicada pelo próprio Ministério Público. Acho que isso contribuiu para nos isolar politicamente, pois deixamos de contar com o concurso de colegas aliados nas instâncias políticas. Acho que foi um erro. Exageramos na dose do remédio. E agora estamos colhendo as consequências desse isolamento, tanto que já se começa a discutir uma reversão deste quadro.

Mas ainda mais grave é que este purismo se estendeu também para a área acadêmica. Em função dos excessos de alguns colegas, que no passado descuraram de suas atribuições funcionais para se dedicar primordialmente à docência, a presença do membro nas universidades, como professor ou pesquisador de pós-graduação, começou a ser desestimulada.

Lembro-me de que quando cursei a Faculdade de Direito, em toda relação de bibliografia de referência, pelo menos para aquelas áreas de atuação mais tradicional do Ministério Público, como a Criminal, a maioria das indicações de obras era redigida por membros. Muitos professores conceituados eram do Ministério Público. Isso hoje mudou. A presença intelectual do membro nas universidades minguiu extraordinariamente.

Há um preconceito interno com relação ao membro que estuda, escreve livros, faz mestrado, doutorado, pois se abraçou a concepção de que promotor bom é aquele que está baixando pilha de processos dentro do gabinete e não o que está estudando na universidade. Não sou contra a cobrança da presença do promotor no gabinete, que se avalie a produtividade, que se cuide para que outras atividades, como a docência, não prejudiquem o desempenho funcional. Mas, de novo, se pendulou para o outro extremo e hoje há um esvaziamento da atividade intelectual no Ministério Público.

Muitos estudantes têm se formado sem sequer ter tido contato com um promotor, ouvindo falar do Ministério Público apenas por intermédio de juízes e advogados. Os promotores professores praticamente acabaram. Ao afastar-se da graduação e da pós-graduação, o Ministério Público está abdicando de participar da formação do pensamento jurídico, e isso tem uma consequência grave. Nas áreas que mais nos afetam, que é a Criminal, eventualmente o dissídio coletivo, os advogados mais conceituados e que ganham melhor têm publicado mais. Essas acabam sendo as obras de referência que serão usadas por estudantes, ou mesmo pelo Supremo

Tribunal Federal, como suporte teórico para decisões. Os promotores encontram dificuldades de se dedicar aos estudos, mesmo aqui, em Santa Catarina, onde a legislação que regula a liberação dos promotores é das mais liberais. Hoje, pelo regramento, é praticamente inviável para um promotor conseguir ministrar aulas. Nossa revista aqui é excelente, mas basta folheá-la para perceber que há apenas um punhado escrevendo, em geral, sempre os mesmos. O Ministério Público, hoje instituição gigantesca, foi erguido a partir de um pensamento jurídico construído pelos próprios membros, para, então, se retirarem do debate intelectual. Acho que talvez isso seja o maior perigo que a gente esteja correndo no momento.

Memorial do MPSC – *Embora no Brasil, como todo país de tradição napoleônica, o estímulo à pesquisa em Direito nunca tenha sido muito pronunciado, nos anos 1980, quando se vivia toda a efervescência da reforma institucional, havia uma reflexão em alguma medida conectada à realidade cultural nacional, bem como um bom acúmulo de estudos comparados. A senhora acha que podemos estar abrindo mão disso em favor da progressiva incorporação, cada vez mais acrítica, de modelos externos?*

Walkyria Danielski – Sem dúvida! Veja a proposta de instalação do Juizado de Garantias. Toda a justificativa em favor da medida é amparada na referência aos modelos de outros países, democráticos, supostamente mais avançados. Mas o que é bom para os outros é necessariamente bom para o Brasil, tendo em vista as nossas especificidades? Não basta justificar na base do “Temos de copiar o que é bom.”. Precisamos estudar estas experiências mais a fundo, cotejando-as com a nossa tradição jurisprudencial, com o comportamento das nossas instituições. Então, o pessoal não vai para lá, para os outros países, ver de perto como as coisas funcionam, não estuda, não lê os livros, se debruça pouco sobre a nossa própria realidade sociológica... Nem tudo que tem lá fora é melhor. E principalmente, nem tudo que tem lá serve para cá. Enquanto se discute a reforma do sistema acusatório, a maioria dos promotores segue sem uma formação técnico-jurídica mais aprofundada, podendo influir pouco num debate que atinge diretamente a natureza e o cotidiano do seu trabalho. Não basta o manual, não basta o código. Faz-se necessária, nesse momento, uma formação bem mais aprofundada no que diz respeito a conhecimento de teorias, de sistemas. Não cobramos esse horizonte do promotor quando ele entra na instituição e, depois, não incentivamos que o conhecimento seja perseguido, que haja aprofundamento por aqueles com vocação para a pesquisa e à reflexão intelectual.

Memorial do MPSC – *Como foi a sua experiência com a Associação?*

Walkyria Danielski – Quando o Dr. Lio Marin se candidatou à Presidência, convidou-me para integrar a chapa. Nosso primeiro contato fora por telefone.

Eu estava ainda em Tubarão quando liguei para a Procuradoria para registrar uma crítica qualquer, não lembro exatamente qual. Ele atendeu, pois ocupava a Secretaria-Geral na oportunidade. A reação dele foi muito característica: convidou-me para integrar uma comissão de estudos sobre o assunto. Assim, liguei para reclamar, me queixar, e acabei participando do processo. Então, quando se candidatou à Associação, convidou-me para integrar a chapa. Ele já tinha concorrido uma vez, não se elegendo. Dessa vez, a chapa sagrou-se vitoriosa. Eu assumi a Diretoria Financeira. As gestões anteriores foram muito importantes, em especial na perspectiva patrimonial, mas creio que o Dr. Lio inovou em vários aspectos, principalmente na questão de uma maior participação dos associados no dia a dia do processo decisório. O dia a dia da Associação era algo restrito ao presidente, mais um ou dois. Procuramos ampliar a participação, por meio de comissões, colegiados, reuniões ordinárias ampliadas. Foi uma experiência interessante no sentido de construção de um processo de abertura democrática no que diz respeito a processos decisórios. Mais tarde, o Dr. Rui [Carlos Kolb Schiefler] me convidou para assumir a direção da Escola. Eu tinha retornado para Tubarão, após a gestão do Dr. Lio ter se encerrado, porque precisava de um tempo para organizar também minha vida pessoal. Mas assumir a Escola foi uma experiência extraordinária! Foi interessante retornar à Escola, cuja primeira turma eu havia integrado, agora como diretora; um enorme aprendizado. Nosso foco caminhou justamente por repensar a contribuição possível para a formação humanística do promotor, tendo em vista os aspectos sobre os quais falamos há pouco.

Memorial do MPSC – *A Escola funciona como uma parceria entre a Associação e a Procuradoria?*

Walkyria Danielski – A Escola é associativa! Foi criada por Ato do procurador-geral em 1987 e instalada em 1988. Funcionou vinculada à Procuradoria até, salvo engano, 1998. Durante a gestão do Dr. [Luiz] Ricardo [Pereira] Cavalcanti na Associação, ela passou para a entidade. Houve um Ato do Procurador-Geral, Dr. Moacyr de Moraes Lima Filho, celebrando a transferência. As aulas continuaram acontecendo em espaço cedido pela Procuradoria por mais uns dois anos, até que a sede foi definitivamente instalada na Associação. Hoje, ela ocupa um prédio que foi alugado para este fim durante a gestão do Dr. Lio. Percebemos claramente o potencial de crescimento da Escola e entendemos que ela necessitava de um espaço próprio. Nessa época, também, reformulamos os currículos.

Memorial do MPSC – *A Escola recebia recursos da Procuradoria-Geral para funcionar?*

Walkyria Danielski – Não. Alguns cursos, voltados para os membros, entretanto, eram promovidos em parceria. A Associação recebia verbas também provenientes daquele Fundo de Reaparelhamento, as quais foram parcialmente destinadas ao fomento da participação de membros em cursos de pós-graduação.

Memorial do MPSC – *Muito obrigado. Foi uma tarde muito agradável, adoramos a conversa.*

Walkyria Danielski – Eu agradeço a oportunidade.

Gladys Afonso



Gladys Afonso nasceu em São Paulo/SP, no dia 26 de junho de 1964. Filha de Maria Terezinha Mendonça de Oliveira e Aderito dos Santos Afonso, formou-se no curso de Direito da Universidade Federal de Santa Catarina no ano de 1987. Ingressou no Ministério Público de Santa Catarina como promotora de Justiça substituta em agosto 1988, na 6ª Circunscrição Judiciária de Blumenau, onde ficou até abril de 1989, quando foi promovida, por antiguidade, para o cargo de promotora de Justiça na Comarca de Campo Erê. Foi promovida, por merecimento, em 1990, para a Comarca de São Lourenço do Oeste, onde permaneceu até 1992, ano em que foi promovida, por merecimento, para a Promotoria vinculada à 2ª Vara de Araranguá. Em agosto de 1993 foi promovida, por antiguidade, para a Promotoria que atuava junto à 1ª Vara de Joaçaba. Em 22 de abril de 1994, por ajuste à Lei Complementar 110/94, assumiu a 1ª Promotoria de Justiça de Joaçaba, de quarta entrância. Por força da Lei Complementar 167/98, de 31 de julho de 1998, passou a ser denominada de 1ª PJ de Joaçaba, Entrância Especial. Nomeada, por merecimento, para a 24ª PJ da Capital, em novembro de 2003, assumiu, no mesmo mês e a pedido, a 14ª PJ da Capital. Foi promovida, por antiguidade, em janeiro de 2004, para o cargo de procuradora de Justiça.

Ainda no ano de 2004, assumiu o cargo de corregedora substituta, sendo reconduzida, no ano de 2006. Em 2005 assumiu o cargo de assessora do procurador-geral de Justiça. Em abril de 2007 foi nomeada para o cargo de subcorregedora-geral do Ministério Público, nomenclatura que substituiu o antigo cargo de corregedora substituta. Em abril de 2007 assumiu como coordenadora-geral do Centro de Apoio Operacional da Moralidade Administrativa. Também em 2007, no mês de novembro, se tornou subprocuradora-geral de Justiça para Assuntos Jurídicos. Em dezembro de 2010 foi nomeada novamente coordenadora-geral do Centro de Apoio Operacional da Moralidade, função que passou a acumular com a de subprocuradora-geral de Justiça para Assuntos Jurídicos. A partir de março de 2012, assumiu o cargo de corregedora-geral do Ministério Público e membro nato do Conselho Superior do Ministério Público. Presidiu e foi membro de diversas comissões, como a de Planejamento Estratégico, Gestão, Concurso para Ingresso na Carreira de Membro e Servidor.

GLADYS AFONSO¹

Memorial do MPSC – A senhora é natural de onde?

Gladys Afonso – De São Paulo.

Memorial do MPSC – Como surgiu a vocação para o Direito?

Gladys Afonso – Creio que foi uma inspiração familiar, porque minha mãe fazia Direito e advogava. No mesmo ano em que ela ingressou na magistratura, eu ingressei no Ministério Público, muito embora ela estivesse formada há mais tempo. Em casa ela conversava sobre o assunto e acho que isso acabou despertando o interesse, não só em mim, mas em meus irmãos também, pois todos nós temos formação jurídica. Acho que realmente veio da família. Com o Ministério Público já é um pouquinho diferente.

Memorial do MPSC – Fez a faculdade onde?

Gladys Afonso – Na Universidade Federal de Santa Catarina.

Memorial do MPSC – Por que a opção por Santa Catarina?

¹ Entrevista realizada em 19 de fevereiro de 2013, em Florianópolis, na Procuradoria-Geral de Justiça, por Gunter Axt, com assistência de Mariane Júlia dos Santos. Transcrição de Mariane Júlia dos Santos.

Gladys Afonso – Porque meu padrasto é militar e foi transferido com um antigo esquadrão de Busca e Salvamento de Cumbica para Florianópolis. Nós o acompanhamos. Eu tinha sete anos quando viemos para Florianópolis.

Memorial do MPSC – *Como foi esse período de faculdade? Qual era a ambiência?*

Gladys Afonso – Confesso que meu período de faculdade foi um dos melhores da minha vida. Eu gostei muito de estudar na Universidade Federal e, sobretudo, fazer Direito. A gente é muito jovem quando entra na universidade, de maneira que eu não tinha plena noção do que seria o exercício da atividade jurídica. A minha turma era estudiosa, muitos, inclusive, são promotores. Isso acabou gerando um convívio positivo e amizades surgidas naquela época se mantêm até hoje.

Memorial do MPSC – *E os professores, há algum que tenha marcado mais, chamado mais a atenção?*

Gladys Afonso – Os professores que mais me chamavam a atenção eram os do Ministério Público. O professor que eu mais gostei, paraninfo da minha turma, era o Dr. Nilton Machado. Essa influência foi importante, pois foi estabelecendo, desde o princípio, uma identidade de referência no Ministério Público.

Memorial do MPSC – *Houve chance de algum estágio durante esse período de faculdade?*

Gladys Afonso – Sim, em razão de que minha mãe já tinha uma militância no jurídico, e vários amigos no Ministério Público. Eu fiz um estágio voluntário, inicialmente com o Dr. Robson [Westphal], Procurador, e depois com o Dr. Nuno [de Campos], também Procurador. Foi uma oportunidade de conhecer o Ministério Público, numa época em que os estágios eram restritos.

Memorial do MPSC – *Foi um momento de agitação na vida nacional, campanhas para as eleições diretas, sucessivos planos de estabilização econômica. Como foi viver esse momento na faculdade?*

Gladys Afonso – Foi interessante, porque a gente viveu a ditadura militar. Confesso que eu não era uma pessoa de militância política, diferentemente da minha irmã, que fazia Química. Mas havia amigos, no curso de Direito, que tinham uma atuação forte. Eu me envolvia com o Centro Acadêmico, mais com questões do nosso dia a dia estudantil. Minha ideologia, como a da maioria, era simpática à esquerda, contra o regime militar.

Memorial do MPSC – *Com um padrasto militar?*

Gladys Afonso – Com um padrasto militar, o que gerava certa tensão familiar, mas eram divertidas as discussões em casa, porque falávamos da nova Constituição, à qual meu padrasto era bem contrário. Esses debates também serviram para revelar uma perspectiva da visão do outro lado.

Memorial do MPSC – *Então, a opção pelo Ministério Público surgiu desta ambiência da faculdade, do contato com os estágios?*

Gladys Afonso – Sim. E um pouco ainda pela minha mãe, que, apesar de ter ido para a magistratura, sempre nutriu grande admiração pelo Ministério Público. Ela dizia só não ter prestado o concurso por uma circunstância, um limitador de idade, presente na lei. Mas idealizava o Ministério Público, dizendo que, com a Constituição de 1988, seria a instituição que melhor poderia ajudar a sociedade, que seria muito ativa. Isso acabou me despertando. Não me adaptei num estágio num escritório de advocacia. Fiz um estágio na magistratura e vi também que não era o que eu queria. Minha mãe, então, conhecendo o Dr. Robson [Westphal], conseguiu-me uma posição de estágio no Ministério Público.

Memorial do MPSC – *O Dr. Robson era da área Penal?*

Gladys Afonso – Sim, promotor na Vara do Júri da Capital. Na faculdade já havia predileção pelos professores ligados ao Ministério Público, mas aquele convívio foi decisivo para a minha opção. Acabei me inscrevendo na Escola Superior do Ministério Público.

Memorial do MPSC – *Como foi a experiência da Escola do Ministério Público? Estava sendo organizada...*

Gladys Afonso – Sou da primeira turma. Enquanto fazia o curso, fui aprovada no concurso, de forma que não concluí o semestre. Enfim, cursei os quatro ou cinco primeiros meses. A Escola era embrionária. Mas ela foi muito bem-organizada pelo Dr. Nuno, auxiliado pelo esforço dos professores, praticamente todos do Ministério Público. Foi bom, porque captamos a visão do que era o Ministério Público. Entrei em contato com a atuação na área Cível, da qual eu nada conhecia, pois estagiara no Crime.

Memorial do MPSC – *E o concurso, como foi?*

Gladys Afonso – Rápido, pois fizemos inscrição no dia 17 de junho, aniversário da minha mãe (por isso que eu me recordo até hoje da data da inscrição), e eu tomei posse no dia 16 de agosto, o aniversário do meu padrasto. Foi relâmpago: em dois meses eu estava no Ministério Público. Achava que eu não iria passar,

porque eu era recém-egressa da universidade e não levava muito a sério o estudo. Minha mãe me chamava muito a atenção. Quando eu passei nas provas escritas ela me deu “uma prensa”: “Olha, acho que agora deu para você ver que a coisa é séria, então quem sabe você não desperdiça uma oportunidade de ouro”. Eu não me estressava muito com essa coisa de passar, pois acreditava que outras oportunidades surgiriam. Acabou me fazendo bem essa atitude, pois não vivenciei a tensão que percebo em muitos candidatos. Minha mãe me estimulava, mas não me obrigava a passar. Acho que o apoio da família foi fundamental. Todos estiveram sempre ao meu lado e recebemos, eu e meus irmãos, todo o apoio para estudar. Pudemos nos concentrar nos estudos e nos concursos sem precisar trabalhar. Isso foi muito importante.

Memorial do MPSC – Como foi Blumenau, como substituta?

Gladys Afonso – Uma experiência excelente. Encontrei colegas que me deram apoio. Confesso que nem esperava. No dia em que cheguei fui recepcionada pelo Dr. Luiz Carlos Schmidt de Carvalho, o Carvalhinho, como era conhecido, falecido num acidente de helicóptero. Em seguida, fui recepcionada pela Dra. Hercília Lemke e pela Dra. Rosa Maria Garcia, as mulheres mais antigas no Ministério Público. Eram veteranos qualificadíssimos que me acolheram como se eu fosse uma filha e me ajudaram nesse início de carreira. Eu tinha só vinte e três anos. Foi bem importante a presença deles, não só sob o aspecto jurídico, mas me ajudaram principalmente no aspecto pessoal, em questões diversas, como a escolha de um apartamento para alugar. Ralhavam comigo quando eu ficava trabalhando na hora do almoço: “Você precisa se alimentar direito!”. Havia todo um cuidado em relação a mim e isso fez com que eu tivesse uma visão muito positiva do Ministério Público. A saída de Blumenau, em função dessas circunstâncias, foi penosa – era difícil me afastar de gente tão querida e competente.

Memorial do MPSC – E por que Blumenau?

Gladys Afonso – Coisa de estudante, de ir à *Oktoberfest* e achar a cidade maravilhosa. Quando surgiram as opções das comarcas, preferi Blumenau. Eu tinha me classificado bem e poderia escolher; tinha vivido bons momentos lá com meus amigos e achei que seria um lugar legal para trabalhar, como de fato foi.

Memorial do MPSC – E depois de Blumenau?

Gladys Afonso – Fui para Campo Erê. Essa já não foi, digamos, uma escolha. Quando as comarcas de primeira entrância, como se chamavam, abriram, eu me inscrevi para todas e acabei indo para Campo Erê, uma comarca de difícil provimento em todos os sentidos. Não tinha acesso de asfalto, era longe. Havia anos

estava sem promotor titular e era famosa pela violência; havia acúmulo de serviço. Registravam-se muitos homicídios, em vista do que fazíamos júris frequentemente. Foi talvez a comarca mais pesada pela qual passei. O juiz marcava júri toda sexta-feira. Um júri por semana. Teve um que durou vinte e quatro horas.

Memorial do MPSC – *Como foi, sendo jovem, mulher, longe da família, assumir uma comarca difícil como Campo Erê?*

Gladys Afonso – Nunca tinha saído dessa região de Blumenau, Joinville... Quando cheguei ao oeste de Santa Catarina, especialmente Campo Erê, tive um choque. Era uma cidade de latifundiários, de grandes propriedades. A riqueza nas mãos de meia dúzia e o restante muito pobre. Quarenta e seis por cento da população era analfabeta. Foi um choque cultural. Nem lugar para residir tinha. Eu morei seis meses em um hotel precário, até porque em função do isolamento era impossível residir numa comarca próxima. Na época, nem se admitia que o promotor morasse fora da comarca. Depois de seis meses, consegui alugar um apartamento, razoável, até, considerando as condições locais. A cidade tinha uma rua central e quatro ou cinco paralelas. Era tudo. As pessoas viviam mais nas fazendas. A incidência de alcoolismo era altíssima: às oito horas da manhã o bar já estava lotado de gente bebendo. A cidade era extremamente violenta. A região também era foco de ação do movimento dos sem-terra. Foi a primeira prefeitura do PT no Estado de Santa Catarina. A par de todas estas tensões, nunca uma mulher trabalhara lá na Promotoria, tampouco aparecera alguém tão jovem para a função. No início, a população masculina recusava-se a falar comigo: não queriam ser atendidos por uma mulher. Mas com o tempo se acostumaram à ideia. Os júris ajudaram a posicionar o Ministério Público na comarca, que estava muito tempo sem promotor. Logo que cheguei fiz algumas denúncias contra o delegado, até que chegou a um ponto em que a cidade já não me encarava mais só como uma jovem promotora, mulher, que chegou ali sem saber o que fazer.

Memorial do MPSC – *Esse estranhamento, não houve em Blumenau?*

Gladys Afonso – Não, muito pelo contrário. Saindo de Campo Erê, fui para São Lourenço, uma cidade vizinha e totalmente diferente. A população aceitava minha condição de gênero e minha juventude com tranquilidade. Lá havia também uma juíza: eram, portanto, duas mulheres atuando na Justiça. A cidade era ordeira, sem explosões de violência. Uma das melhores comarcas em que trabalhei. Havia um volume de serviço administrável, diferente de Campo Erê, que nem administrável era. Duas cidades muito próximas, mas completamente diferentes.

Memorial do MPSC – *Ao que a senhora atribuiu essa diferença?*

Gladys Afonso – Campo Erê tinha uma colonização mais misturada e a concentração de posse de terras que mencionei. Além disso, o município fazia divisa com o Paraná. A fronteira estabelecia um clima de dupla jurisdição, com dificuldade para, por exemplo, investigar crimes. Matava-se alguém em Campo Erê e jogava-se o corpo no Paraná. E vice-versa. Diziam que a comarca abrigava pistoleiros, que se homiziavam numa “terra de ninguém”. Havia muita gente de fora. Em São Lourenço, ao contrário, predominava a colonização italiana e o minifúndio. Uma cidade ordeira, limpa, bem arborizada, com canteiros floridos nas ruas.

Memorial do MPSC – *Qual era o padrão de demandas para o promotor?*

Gladys Afonso – Hoje a realidade da comarca eu sei que é outra, mas, na época, eu dizia que era quase uma colônia de férias, tanto que eu até me inscrevia para ajudar colegas que estavam com um volume de serviços maior. Bem-trabalhado, não tinha como acumular o serviço; dava para levar “numa boa”.

Memorial do MPSC – *E depois de São Lourenço?*

Gladys Afonso – Fui para Araranguá.

Memorial do MPSC – *De novo uma região de fronteira...*

Gladys Afonso – Foi minha terceira comarca como titular. Era de terceira entrância. Passei por uma situação difícil, porque muito embora houvesse lá dois juízes, duas Varas, duas Promotorias, eu permaneci muito tempo sozinha. O titular da 1ª Promotoria ficou licenciado por muito tempo, então, eu acabei tendo que acumular. O Tribunal de Justiça criou uma Vara de Exceção, de Infância e Júri. Juntaram as duas áreas mais difíceis, numa tentativa de desafogar as Varas titulares, mas criaram um monstro impraticável. Então, eu acumulei três Varas: a 1ª, a 2ª e essa, de Exceção. Trabalhava com três juízes. Foi complicado conciliar, até porque Araranguá era sabidamente trabalhosa.

Memorial do MPSC – *Famosa pelo “171”, não é?*

Gladys Afonso – Exatamente. Foi um período comparável ao de Campo Erê. Eu tinha um pouco mais de experiência para poder lidar com algumas questões, mas em termos de volume de trabalho e de processos difíceis, era similar.

Memorial do MPSC – *É possível falar dessas experiências e situações?*

Gladys Afonso – Experiência de vida, de saber como administrar o volume de serviço. Quando a gente olha aquele monte de processos não sabe nem por onde começar. Em Araranguá eu já tinha uma noção de como administrar melhor os meus

processos: o que iria prescrever e o que não iria... Em Araranguá começamos com a informatização; eu conseguia trabalhar um pouco mais rápido, porque o computador facilitava o serviço na medida em que poderia aproveitar algumas coisas de outras peças, ao passo que em Campo Erê tinha uma máquina de escrever manual, que, inclusive, não tinha certas teclas. Acabei comprando uma máquina, pois não aguentava mais digitar naquilo. Quando cheguei a Araranguá, comprei um computador, um "286": a gente trabalhava no sistema DOS, mas pelo menos era alguma coisa; aqueles disquetes enormes, inseridos no *drive* A. O clima de trabalho em Araranguá, com os juízes era muito bom, inclusive, coincidentemente, estava lá a mesma juíza com quem eu trabalhara em São Lourenço, hoje Desembargadora, a Sônia Maria Schmitz. Tínhamos sintonia, já nos conhecíamos, partilhávamos métodos semelhantes. Com outros juízes, com os quais convivi lá também, tenho amizade até hoje.

Memorial do MPSC – *Em geral, a relação com os juízes era proveitosa, construtiva, positiva?*

Gladys Afonso – As minhas sempre foram. Eu nunca tive problema com nenhum juiz com quem tenha trabalhado diretamente. Ao contrário, acho que de todos eu sou madrinha de casamento, ou de um filho. Recorria da sentença sem nenhum problema; nunca rolou nenhum estresse por isso. Eles conheciam minha posição e eu conhecia a deles. Eles até já sabiam quando eu iria recorrer. Nunca fui de destratar ninguém em processo, mas sempre dei a resposta quando fui provocada. Já, com os advogados, a relação nem sempre foi tão tranquila.

Memorial do MPSC – *E as outras autoridades da comarca? E as partes?*

Gladys Afonso – A gente sempre tem alguns desentendimentos, não vou dizer que não. Eu sou uma pessoa meio estourada, explosiva, o que me causou eventuais dissabores. Com as partes, normalmente mantive um bom relacionamento. Com advogados, foi mais tortuoso; muitos embates em audiência, em júri. Umas duas ou três vezes posso ter sido um pouco mais incisiva, mas nada que se convertesse numa inimizade ao longo da vida.

Memorial do MPSC – *E as autoridades da área administrativa?*

Gladys Afonso – Denunciei um delegado em Campo Erê sete vezes. Ele perdeu o cargo em um desses processos. Eram problemas de abuso de autoridade, de espancamento de presos. Instalei um inquérito em que ele era suspeito de homicídio da esposa do carcereiro. Enfim, havia situações bem complicadas.

Memorial do MPSC – *Era comum, no interior de Santa Catarina, os delegados estarem envolvidos em homicídios?*

Gladys Afonso – Sim, tanto que o relacionamento que mantínhamos com os delegados era muito distante. Em São Lourenço, comunidade ordeira, a relação com o delegado foi cordial. Em Araranguá, eu não era promotora do Crime, mas, atuando em substituição, tinha um relacionamento razoável, sem maiores problemas. Em Joaçaba, onde fui promotora Criminal durante um ano, novamente enfrentei problemas com delegados, por denunciá-los. A relação foi conflituosa; não digo com os policiais, até porque muitos haviam sido meus alunos, mas com os delegados, sim, foi complicado.

Com os prefeitos, em geral, havia cordialidade. Claro, registraram-se também alguns embates e movi ações quando necessário. O promotor da Infância mantém muito contato com órgãos municipais e precisa agir em certas situações. Em alguns momentos a relação ficou estressada. A gente tem que esperar o momento certo para agir, até porque o promotor não é apenas o personagem que bate: é também quem orienta, aconselha, compõe; e, muitas vezes, o melhor para a população só se consegue com diplomacia. A estruturação do Conselho Tutelar, do Conselho de Saúde, por exemplo, tentamos fazer por meio da conversa. Mas há um limite a partir do qual é preciso obrar mesmo.

Memorial do MPSC – *Muita variação da natureza dos feitos entre Joaçaba e Araranguá?*

Gladys Afonso – São comunidades bem diferentes. Joaçaba é uma cidade ordeira, com baixa incidência criminal. Eu trabalhei só um ano na parte criminal. É uma cidade pequena, mas com um padrão de vida alto, com universidades (é a sede jurídica da UNOESC) e muitos serviços. O maior desafio em Joaçaba foram as ações ambientais, dada a cultura de construir nas áreas de preservação. Dei continuidade ao trabalho dos promotores que me antecederam, especialmente o Dr. Chinato, que havia proposto várias ações ambientais. Ingressei com outras ações contra grupos de empresários poderosos e pessoas de dinheiro, o que me causou certo problema na comunidade: achavam que eu estava lá para impedir o progresso. Foram necessários alguns anos e alguns pedidos de demolição para que todos compreendessem melhor que minhas ações eram em benefício da comunidade e que a preservação ambiental era uma garantia de qualidade de vida.

Memorial do MPSC – *Demolição de residências ou estabelecimentos comerciais?*

Gladys Afonso – De estabelecimentos comerciais, supermercados, lojas. Houve uma época em que fizeram um abaixo-assinado para me tirarem da cidade. Isso faz parte.

Memorial do MPSC – *Conseguiram?*

Gladys Afonso – Não. Saí de lá quando eu quis.

Memorial do MPSC – *E o estabelecimento foi demolido?*

Gladys Afonso – No primeiro grau as ações foram julgadas improcedentes, mas no segundo grau foram julgadas procedentes. Depois, um colega que me sucedeu entendeu de modo diverso e fez um acordo para não demolir, mas outro colega já entendeu que eu estava certa e entrou com uma nova ação para desmanchar esses estabelecimentos.

Memorial do MPSC – *Falamos um pouco dos Conselhos Tutelares, da área da Infância, do Meio Ambiente, da Probidade Administrativa, um conjunto de paradigmas jurídicos cujo horizonte se afirma entre os anos 1980 e 1990. Como foi viver toda essa enorme transformação e ebulição institucional no Brasil? Vocês fizeram o concurso ainda com as regras da Emenda Constitucional nº 1...*

Gladys Afonso – Houve também, nessa época, a reforma da Parte Geral do Código Penal, que mudava o sistema penalista, saindo da Teoria Causal. Vivemos esse período de mudança... No início, não sabíamos muito bem o que fazer, que ações promover, porque era tudo rudimentar. Para a Lei da Ação Civil Pública não havia modelos. Colegas que ingressaram na geração seguinte encontraram essas fórmulas desenhadas, mas nós tivemos de partir do zero. Em cima de nossos erros vieram os acertos. A gente foi descobrindo as coisas. Entrava com uma ação, não era bem assim, falhava ali, descobria que essa não estava bem certa... Fomos tentando... O ECA foi um desafio extra, pois havia ações novas que não sabíamos manejar. Precisávamos montar os conselhos, que não apenas eram entidades novas, mas representavam uma cultura de gestão completamente diferente. Em Joaçaba, que congregava nove municípios, constituí nove Conselhos Tutelares. Ajudei nove municípios a elaborarem as leis pertinentes, pois ninguém sabia nem por onde começar.

Os prefeitos entendiam, inicialmente, que os Conselhos Tutelares tinham de lhes ser subordinados. Era preciso explicar-lhes se tratar de um modelo de gestão diferente. Um prefeito, do Herval, dizia: “Eu não quero essas leis que vocês estão inventando. Isso tudo é para prejudicar a gente. Ser prefeito antigamente era muito melhor, pois eu tinha a caneta nas mãos.”.

Promovíamos na época muitos debates, principalmente sobre a Ação Civil Pública. O Judiciário foi um interlocutor importante. Foi uma época de desbravamento. Era interessante, tínhamos de começar muita coisa do zero. Hoje, acessamos a internet, o Google e encontramos respostas para quase tudo. Não havia nada disso. Comunicávamos-nos por telefone, quando conseguíamos linha. Quando

ingressei, havia o telex, um aparelho enorme em que digitávamos as mensagens. Saía uma folhinha meio carbonada. A pessoa, do outro lado, sabia assim que se estava digitando. Fazia um barulho infernal. Tudo era do Poder Judiciário, meio emprestado para o Ministério Público. Por manter sempre uma boa relação com os juízes e com os servidores do Judiciário, eu nunca tive dificuldades para acessar os equipamentos. Em nenhuma comarca me foi negada alguma coisa. Sei, contudo, de colegas que enfrentaram dificuldades enormes em relação a isso. Aprendi a mexer no fax e na máquina copiadora, pois nem sempre havia funcionários do Fórum para ajudar. Muitas vezes fui para dentro do cartório despachar. Acho que hoje as coisas perderam um pouco isso. Eu gostava. Acho que o convívio era mais com as pessoas; hoje a máquina é ubíqua e medeia nossas relações. Eu falo com as pessoas, por exemplo, por meio do *Messenger*. O contato direto diminuiu. Estamos sempre com os olhos voltados para uma tela iluminada. Ganhamos em agilidade e economia de recursos, mas estamos perdendo em convívio.

Memorial do MPSC – E depois de Joaçaba?

Gladys Afonso – Me removi para a capital, mas no trânsito eu fui promovida a procuradora. Eu já imaginava que isso aconteceria cedo ou tarde. Acabei não assumindo a Promotoria e vim direto para a Procuradoria, em 2004. Desde então, estou aqui na condição de procuradora de Justiça.

Memorial do MPSC – E como tem sido a participação na Administração do Ministério Público?

Gladys Afonso – Cheguei em fevereiro de 2004 e houve eleição para corregedor. O Dr. Fontes foi eleito e me convidou para ser vice-corregedora (não se chamava ainda subcorregedor). Relutei um pouco, pois me achava muito nova para assumir algum cargo, mas acabei aceitando o desafio. Ele foi reeleito para um segundo mandato, me convidou para permanecer. Na mesma ocasião, o Dr. Pedro [Sérgio Steil], em seu segundo mandato de Procurador-Geral, me convidou para a Assessoria. Eu aceitei e fui trabalhar na Atribuição Originária do procurador-geral. Fiquei dois anos com o Dr. Pedro concomitantemente com a Corregedoria. Quando eu precisava assumir a Corregedoria, pois o subcorregedor não tinha atuação efetiva, como hoje, saía da atribuição do procurador-geral. Quando o Dr. Fontes voltava, eu retornava à assessoria do procurador-geral. Veio a eleição do Dr. Gercino para Procurador-Geral. Fui exonerada, como todos os outros que ocupavam cargos de confiança. Ainda permanecia como vice-corregedora, mas o Dr. Gercino me convidou para coordenar o Centro de Apoio Operacional da Moralidade Administrativa. Aceitei.

Memorial do MPSC – Trocou de área?

Gladys Afonso – Sim, totalmente. Eu queria ir para o Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente. Mas o Dr. Gercino me convidou para a Moralidade, porque eu já estava na Assessoria cuidando da Atribuição Originária. Bem, era impossível acumular as duas funções, porque o Centro de Apoio demandava muita atenção, de maneira que precisei participar ao Dr. Fontes que deixaria a Corregedoria. Ele entendeu perfeitamente. Quando o Dr. Gercino criou a segunda Subprocuradoria, para os assuntos jurídicos, me convidou para ocupar a função. Aceitei o desafio. Ele se reelegeu e eu permaneci na equipe até o fim do segundo mandato, quando voltei para a minha Procuradoria Cível. No ano seguinte, houve eleições para a Corregedoria: candidatei-me e me elegi corregedora-geral.

Memorial do MPSC – *Quais foram os principais desafios e características da gestão do Dr. Gercino?*

Gladys Afonso – O maior desafio na administração do Dr. Gercino, para mim, era vencer o volume monumental de serviço. Hoje o Dr. Lio [Marcos Marin] dividiu a Subprocuradoria, mas na época ela fazia Atribuição Originária; fazia “vinte e oito”, como a gente chama no CPP, os conflitos de atribuição. Eu ainda ajudava em várias questões relacionadas ao Conselho Nacional e coordenava os Centros de Apoio. Era coordenadora-geral, na condição de subjurídica, do Centro de Apoio. Era uma carga de serviço estrondosa. Quando o Dr. Lio assumiu, recomendei a divisão da atribuição, porque eu saí esgotada, tanto que fiz algo até então inédito: peguei quarenta e cinco dias de férias. Eu não tinha mais condições de trabalhar de tão esgotada! Passei a gestão do Dr. Gercino tirando não mais de dez a quinze dias de férias por ano. Eventualmente, ainda substituí o Dr. Gercino.

Também presidi o FRBL – Fundo de Reconstituição de Bens Lesados –, outra atividade que me tomava um tempo significativo. A gerência do FRBL era muito importante para nós. Hoje está com outra configuração, com a qual eu, inclusive, não concordo.

Os problemas do dia a dia contribuíam ainda para tornar o acúmulo de tarefas mais pesado. Na Administração Superior, todos os dias há uma bomba e a gente tem de ir equacionado no calor dos acontecimentos. O Dr. Gercino impôs um ritmo bem diferenciado para a administração. Quando assumi a Atribuição Originária precisei fazer a sustentação oral no Tribunal. Foi uma mudança cultural, que permanece até hoje, porque deu certo. Na primeira vez que fui ao Tribunal ouvi de um desembargador, após minha manifestação: “Esse é o Ministério Público de segundo grau que nós queremos ver aqui.”. Isso demandava tempo e trabalho enormes. Havia dias em que eu chegava em casa tão cansada que sentia não ser capaz de acordar na manhã seguinte. Mas no outro dia cedo, a gente está lá de

novo. Foi uma experiência bem gratificante, até porque posso dizer que saí de lá com a sensação de que cumpri o meu dever, fazendo o possível.

Memorial do MPSC – *Por que parece haver, na Administração Superior, esse volume de demanda tão grande?*

Gladys Afonso – Nem sempre foi assim. No passado, as coisas não eram tão absorventes. O que aconteceu? Como a população atualmente conhece melhor os seus direitos, sabe onde reclamar. Eu vejo pelo tipo de representação que chega à Corregedoria e as que chegavam à Subprocuradoria. Se exige mais do promotor, não só em quantidade, como em qualidade. Hoje, se você errar, a população sabe e cobra. Quando as pessoas vêm conversar com o promotor, já vêm municiadas com documentos, trazendo situações consolidadas. A maioria das coisas que chegam, ao Ministério Público, tem certo fundamento. O esclarecimento da população impactou a demanda. A Ouvidoria potencializou ainda mais isso, porque se tornou um canal de comunicação direto com a comunidade. Há setores que foram especialmente afetados. No caso, por exemplo, da Atribuição Originária, a Lei da Improbidade trouxe uma demanda enorme – embora estabelecida no primeiro grau, é o procurador-geral quem denuncia no caso dos réus com foro privilegiado.

Então, o trabalho cresceu em grande medida porque as pessoas estão mais conscientes dos seus direitos, estão recorrendo muito mais ao Ministério Público, estão reclamando. São muitos os fatores que contribuíram para isso. A própria ação do Ministério Público surtiu efeitos, ampliando as expectativas em seguida. A imprensa ajudou a esclarecer o papel do Ministério Público, bem como ajuda as pessoas a se aperceberem melhor dos seus direitos. Não somos mais vistos só como aquele promotor do Júri, comprometido quase que exclusivamente com a acusação. A população hoje, efetivamente, nos percebe como guardiães da cidadania e o impacto desse sentimento sobre a Administração Superior é tremendo. O número de licitações cresceu exponencialmente, assim como o quadro de servidores. A demanda de trabalho é quase invencível. Muitos setores administrativos estão estrangulados. Crescemos sem planejamento, de forma desenfreada. Um exemplo característico é a compra deste prédio, bastante criticada na época, mas a estrutura já está saturada. Hoje estamos tentando corrigir isso, com ferramentas de planejamento estratégico.

Memorial do MPSC – *E a Corregedoria?*

Gladys Afonso – Um órgão com o qual sempre me identifiquei. Fui para a Administração Superior em uma contingência, convidada pelo Dr. Gercino, na época Promotor. Havia um preconceito na classe então, que resistia à ideia de um

procurador-geral promotor, isto é, ainda não promovido para o segundo grau. Nunca compartilhei desse preconceito: promotor e procurador é tudo igual.

Memorial do MPSC – *Pós-1988, foi o primeiro promotor eleito a procurador-geral, aliás, depois de uma batalha importante, com mandato de segurança...*

Gladys Afonso – Exatamente, uma luta histórica. Quando assumiu como procurador-geral, nesse contexto, enfrentou dificuldades para constituir a equipe de trabalho, porque os procuradores tinham certa resistência em trabalhar com ele. Eu não tinha problema em relação a isso. Eu mal o conhecia pessoalmente. Inclusive, alertei-o de que eu não tinha qualquer perfil político que pudesse somar a um eventual projeto seu. Os meus planos, quando muito, passariam, na ocasião, por chegar à Corregedoria-Geral, concorrendo, talvez, à sucessão do Dr. Fontes. Não me passara pela cabeça o envolvimento com a política institucional. Mas o Dr. Gercino disse-me que não poderia ser diferente; ele não queria fazer uma administração politizada, desejava cercar-se de perfis técnicos. Como aceitei seu convite, precisei adiar o projeto de tentar assumir a Corregedoria-Geral. Hoje estou onde sempre desejei.

Contudo, é um desafio diferente do que imaginava. A gente sempre chega a um lugar pleno de idealismo, se achando em condições de equacionar todas as pendências, de ajustar tudo o que não está bom o suficiente. Mas não é bem assim. Vamos consertando as coisas aos poucos. O primeiro ano é sempre muito difícil porque é preciso estabelecer o seu ritmo e as pessoas têm formas diversas de trabalhar. Os primeiros meses foram para que os servidores me conhecessem e eu os conhecesse. Pegamos a situação inusitada da Correição Nacional, um desafio para todos aqui, algo que nos absorveu em demasia. Nós tivemos que parar tudo para tomar pé da situação. Começamos pela reorganização dos arquivos, por conhecer o funcionamento dos sistemas. Tive que aprender a trabalhar com o SIG, ferramenta que os procuradores não utilizam, uma linguagem completamente nova. A equipe que chamei para me ajudar também não tinha experiência com corregedoria. No início foi bem difícil. A sorte é que tínhamos a Dra. Thais [Cristina Scheffer] e o Dr. Rafael [de Moraes Lima], que nos ajudaram muito a tomar pé da situação e a enfrentar o desafio de organizar a correição. Hoje eu reconheço que assumir a Corregedoria, sem alguém orientando sobre o funcionamento das coisas, é impossível. No momento, estamos tentando criar nossas próprias demandas, porque até agora o que eu consegui foi dar continuidade ao que já tinha sido gerado, aperfeiçoar um ou outro instrumento, criar uma ou outra coisa, mas nada de muita novidade. O que considero mais importante é a criação de um boletim informativo sobre as ações da Corregedoria, porque sempre foi a caixa-preta do Ministério Público, pois tudo é sigilo.

Memorial do MPSC – O que se pode falar das atividades da Corregedoria?

Gladys Afonso – O que não é sigilo, hoje é divulgado. Como as consultas, esclarecimentos sobre metodologias de trabalho, resultados estatísticos... Divulgo os números de quantos procedimentos instaurei, de quantas penalidades apliquei, de quantos processos absolvi. A classe sabe exatamente, a cada dois meses, qual a demanda da Corregedoria, o que é uma novidade. Essa transparência é educativa, também, pois se divulgam os aspectos que geraram punições, o que serve de referência para que tais erros sejam evitados. Surpreendeu-me a receptividade positiva desse boletim. E tem uma parte que é o “toquezinho” que a gente dá o alerta: “Lembre que dia tal é a entrega do relatório...”. Não é infrequente os promotores esquecerem-se dos prazos dos relatórios, pois a rotina de trabalho nas Promotorias é cada vez mais puxada e há cada vez mais relatórios. A Corregedoria Nacional cobra relatórios carcerários, dos abrigos, etc. Da mesma forma, os deveres funcionais podem eventualmente ser esquecidos. Por exemplo: o promotor não pode sair da comarca sem avisar a Corregedoria. E há os deveres de urbanidade com as partes, com os advogados, com os magistrados. Vamos sempre buscando lembrar...

Memorial do MPSC – Há uma tendência? Quais os tipos de punições que mais ocorrem?

Gladys Afonso – Na minha administração foram de desempenho funcional, como questões relacionadas a trabalhos em atraso e metas descumpridas. Há promotores que deixam acumular serviço de forma injustificada, que perdem prazos, com isso produzindo algum prejuízo. São as questões mais recorrentes.

Memorial do MPSC – E a comunidade, de um modo geral, tem contato com as ações da Corregedoria?

Gladys Afonso – Não. A Corregedoria é um instrumento de consumo interno.

Memorial do MPSC – A senhora acha isso positivo ou não? É uma questão delicada, porque a Corregedoria tem esse elemento de consumo interno, mas ao mesmo tempo existe hoje uma cobrança na sociedade por transparência, bem como um discurso que sustenta ter, o Ministério Público pós-1988, se robustecido de poderes, estando livre de fiscalização externa, o que nós sabemos não ser verdade, porque a ação do Ministério Público é fiscalizada pelas partes, pelo Judiciário, pela Corregedoria, pelo Conselho Superior...

Gladys Afonso – As pessoas, no senso comum, ainda acham que a classe é corporativista, tanto que muitas das reclamações contra os promotores seguem primeiro para o Conselho Nacional, indicando haver um desgaste de credibilidade. Mas isso está mudando um pouco. Digo que a Corregedoria é para consumo interno

porque não aparece na página do Ministério Público na internet, de tão escondida, algo que é padrão nos Ministérios Públicos.

Memorial do MPSC – *Há Corregedorias e Corregedorias. Em muitos Estados percebo-as razoavelmente bem-estruturadas e com tradição de trabalho. Algumas são antigas, remontando aos anos de 1950, 1960. Mas outras, como a do MPF, por exemplo, são recentes, carecendo de infraestrutura básica, inclusive. Qual a sua percepção sobre a situação geral do órgão no Brasil?*

Gladys Afonso – O que percebo nas reuniões do Conselho de Corregedores é que o nosso Ministério Público tem uma atuação muito forte, até pelo número de punições e procedimentos. Enfim, a Corregedoria aqui é bastante ativa e se destaca por isso. Outras têm boa atuação, mas carecem de uma infraestrutura que seja coerente com o tamanho da instituição, como acontece em São Paulo, onde o Ministério Público é gigantesco.

Memorial do MPSC – *Às vezes me pergunto como aquele gigantismo é administrável...*

Gladys Afonso – Há muitas variações de um Ministério Público para o outro. Em Sergipe, por exemplo, a Corregedoria-Geral é basicamente o corregedor e um secretário, para um Colégio de Procuradores pequeno. Nossa Corregedoria não está no topo quanto à estrutura, pois estamos desfalcados em termos de quadro de pessoal, meios de locomoção e instalações físicas. Mas nossa Assessoria é considerada *top* de linha, porque eu tenho quatro assessores, uma secretária e um subprocurador com atividade efetiva. No que respeita à efetividade, pois a população espera que sejamos capazes de “cortar na própria carne” se necessário for, posso garantir que o nosso Ministério Público está muito bem-posicionado com relação aos demais. Veja, há Estados, no Norte e no Nordeste, nos quais o corregedor implora por visitas da Corregedoria Nacional, a fim de garantir a efetividade de punições estabelecidas. Eu, aqui, não tenho nenhuma dificuldade nesse sentido. Enfim, o Ministério Público de Santa Catarina não é corporativo a ponto de proteger aqueles que não devem ser protegidos. Mas precisamos melhorar muito a nossa estrutura de trabalho. Os arquivos, por exemplo, precisam de investimento.

Memorial do MPSC – *A gestão documental pode estar se desenhando como um dos grandes dramas administrativos do Ministério Público em todo o Brasil. Não há uma reflexão consolidada sobre estratégias internas. O pouco que há é um Ministério Público em grande parte ainda a reboque da reflexão conduzida no âmbito da Justiça Federal.*

Gladys Afonso – A Lei Orgânica determina que o arquivo da Corregedoria fique sob nossa responsabilidade. Então, sou obrigada a manter um arquivo aqui

dentro, não podendo me desfazer de nenhum processo, o que é um anacronismo. Nem microfilmar o acervo existente é possível. Mas é inviável mantermos uma estrutura física e de pessoal, paralela ao Arquivo Geral, dentro da Corregedoria.

Memorial do MPSC – *Não há hoje um plano de guarda para as fontes judiciais em geral, não se sabe exatamente o que é permanente e o que não é e o que pode ser guardado e como deve ser guardado...*

Gladys Afonso – Há processos imprescritíveis, como as investigações de paternidade: se um filho quiser rever um processo, pode; por quantos anos então esse documento precisa ser arquivado? Em Joaçaba, certa feita, eu e a Dra. Vera achamos processos de nacionalização, de cidadania... Compramos uma briga com o juiz. Aquilo não poderia ser incinerado, pois fazia parte da história da cidade. Os juízes estavam matando a história da cidade, das pessoas. Havia documentos de parentes deles nos processos e nem com isso se sensibilizavam. Armamos uma confusão, chegamos a ficar com uns processos guardados no gabinete. No fim, acabaram se convencendo. Ora, o critério do que pode ser descartado é de quem? Do promotor, apenas? Confesso que tenho muito receio. Ah, e no Crime, então? E o direito que o réu tem de, se condenado, solicitar declaração de inocência no caso de, posteriormente, descobrir-se alguma prova nova? Isso é uma garantia que não tem preço! Acredito ser o direito de absolvição mais importante que o da prescrição: se eu respondesse a um processo-crime, queria ver o juiz dizer que fui absolvida, e não que o processo prescreveu porque o sistema diz que ele tem que julgar em tantos anos.

Memorial do MPSC – *Como é a relação com o CNMP? Com a Corregedoria Nacional?*

Gladys Afonso – Com o CNMP não tenho maior proximidade. Com o Corregedor Nacional tenho uma excelente relação. É uma pessoa muito tranquila, compreensiva com as dificuldades que enfrentamos. Assim que o relatório da recente correição, que recebemos, ficar pronto, saberemos como é o olhar da Corregedoria Nacional para o Ministério Público de Santa Catarina. Mas os indícios que recebi até aqui são auspiciosos. Em muitos aspectos, o nosso Ministério Público tem condições de funcionar como referência. É claro que temos problemas, e muitos. Por exemplo, um dos nossos maiores gargalos é a informatização. Não dá para trabalhar como estamos. Eu não posso exigir de um promotor que trabalhe em um sistema que trava. Imagine, um réu preso, esperando para ser liberado e o sistema travado! Hoje, desde cedo, estou tentando assinar documentos, mas não logro sucesso. É algo que tem que ser corrigido. Gente com vontade de trabalhar temos de sobra, mas se não se der instrumentos e meios, a instituição pode emperrar. Veja, eu não consigo gerar relatórios pelo sistema SIG na Corregedoria: é um absurdo! O contrato de prestação

de serviços foi feito com essa empresa, Softplan, só que tudo está nas mãos deles. Se ocorrer uma quebra de contrato, temos que ter a garantia de que as fontes permaneçam no controle do Ministério Público. Eu creio que a maior parte do desenvolvido nesse programa foi feita pelos nossos técnicos, que são excelentes. A empresa realmente deixou muito a desejar. Esse é um dos grandes desafios do próximo procurador-geral.

Memorial do MPSC – *Como é estar na posição de ter muitas vezes de repreender, ou até punir colegas?*

Gladys Afonso – Pois é, daria para conversarmos por dias... Não faz nem um ano que estou na Corregedoria, pois tomei posse em abril. O desafio é diário. Lidar com os colegas do ponto de vista disciplinar requer um cuidado redobrado, porque é uma pessoa com quem se convive no dia a dia, que também prestou concurso, alguém com quem compartilhamos ideias semelhantes, com quem convivemos na mesma instituição. Às vezes um determinado desvio tem que ser punido e não há escapatória. Eu não tenho ilusão de que vou sair deste cargo com uma imagem edulcorada. Não! O corregedor é uma figura estranha aos olhos dos outros. Se não pune, é um omisso; se pune em demasia, é um carrasco. Mas, em contrapartida, gostaria de ressaltar que a Corregedoria tem todo um lado educativo, todo um lado de orientação, não é só punição.

Memorial do MPSC – *Uma orientação pouco consolidada quando vocês assumiram lá no início dos anos 1990, no final dos anos 1980...*

Gladys Afonso – De fato. Em minhas palestras para os promotores substitutos digo isso: quando entrei no Ministério Público não tinha um orientador, ninguém para perguntar. Eu precisava me valer das amizades que fizera. Hoje, os substitutos têm uma pessoa à disposição, para orientá-los durante todo o período de estágio. Instigo-os, portanto, a perguntarem, a recorrerem à gente. Sempre conto para eles uma história que me aconteceu em Campo Erê. Quando lá cheguei, não sabia o significado do termo “pranchaço”, que encontrava em denúncias. Ficava imaginando, quem teria uma prancha de *surf* em Campo Erê. Bater com uma prancha machucaria? (risos). Tinha vergonha de perguntar para o pessoal do cartório: o que pensariam da promotora? Depois de um bom tempo, deduzi o significado. Mas isso me custou horas de angústia. Hoje, é um relato engraçado, pois basta lançar a palavra no *Google*, ou acessar os colegas pelo *Messenger* para se obter informações. Mas essas eram ferramentas das quais não dispúnhamos então. De qualquer forma, a história serve como paradigma. É preciso perguntar e há um órgão que responde e ajuda. A orientação é fundamental, porque é uma forma de prevenção que evita punições, um desfecho doloroso, para quem é punido e para quem pune.

Memorial do MPSC – *E a relação com a imprensa, tanto da perspectiva da promotora que passou por diversas comarcas, quanto, hoje, da corregedora?*

Gladys Afonso – Nas cidades pequenas, a imprensa é pouco desenvolvida. Em Campo Erê, não tinha, assim como em São Lourenço. Em Araranguá, a imprensa não nos procurava muito. Em Joaçaba, entretanto, isso mudou. Lá há rádios, a TV Barriga Verde, um jornal. A imprensa em Joaçaba é historicamente forte. O contato com os jornalistas é quase diário. Como promotora da Infância, meu contato era ainda mais frequente do que o dos colegas. E era necessário participar, até porque há um aspecto educativo importante aí. Portanto, desenvolvi uma excelente relação com a imprensa. Nas ações ambientais, a imprensa às vezes me criticava. Mas depois que eu saí da cidade, os jornalistas passaram a dizer que minha ação trouxera uma efetividade muito grande. Isto é, com o tempo, aqueles formadores de opinião que eram críticos, acabaram mudando de perspectiva. Acho que isso faz parte do convívio. Na Assessoria esta relação continuou muito saudável. Aqui na Corregedoria não tenho mais contato com a imprensa, até porque eles não nos procuram. Os contatos que fazemos com a imprensa são por meio de nosso setor de Comunicação Social. Procuro ouvi-los primeiro, antes de qualquer coisa, pois eles têm experiência na área. A própria linguagem que usamos, às vezes é muito técnica, dificultando a compreensão. Houve oportunidades nas quais jornalistas me interpelaram: “Dá para a senhora falar um pouquinho diferente, tentar falar de uma forma que as pessoas entendam melhor?”.

Memorial do MPSC – *E a orientação da Corregedoria para os promotores em relação a como lidar com a imprensa?*

Gladys Afonso – Essa orientação vem mais por parte da Administração Superior. No curso de vitaliciamento, os substitutos recebem dicas de como lidar com a imprensa. O promotor precisa ser cuidadoso, porque há coisas que precisam ser ditas, pois ajuda a comunidade, mas há coisas que não devem ser faladas. Um promotor não pode expor uma pessoa, revelar dados sigilosos, tem de se comunicar com estratégia. A imprensa, muitas vezes, é uma forma rápida e efetiva para a comunicação com a sociedade. Em diversas oportunidades, em Joaçaba, era por meio da imprensa que eu esclarecia a população, ou conseguia avançar em pontos fundamentais.

Memorial do MPSC – *A imprensa, nesse sentido, é um aliada poderosa?*

Gladys Afonso – Exatamente. Muitas vezes recorri à imprensa para acessar informações, para divulgar ações, para mobilizar apoios. No interior, o rádio tem enorme amplitude, então, eu me comunicava muito com os radialistas. O promotor

tem que saber que a imprensa é uma forte aliada, mas é preciso dosar essa relação com cautela, pois o excesso de exposição é negativo.

Memorial do MPSC – *A senhora exerceu atividade docente em Joaçaba. Ainda mantém algum vínculo com instituição de ensino?*

Gladys Afonso – Não mantenho mais.

Memorial do MPSC – *Como foi essa experiência e como é percebida hoje a presença do membro do Ministério Público nas instituições de ensino superior?*

Gladys Afonso – Comecei dando aulas em Araranguá, como professora de Direito Civil. Em Joaçaba, fui convidada para ministrar aulas de Direito Penal na UNOESC. Depois, assumi outras cadeiras: Ambiental, Consumidor, Infância, Prática Jurídica. Acabei ficando com uma carga horária um pouco alta. Foi uma experiência importante, não só sob o ponto de vista do estudo e da docência, mas do contato que se mantém com o aluno, de ver a forma como ele pensa o Direito, a vida. O convívio com os colegas professores também era instigante. Orientei várias monografias. Na capital, dei aulas na Escola Superior do Ministério Público, mas quando assumi a assessoria do procurador-geral, deixei a docência, pois não havia mais disponibilidade de tempo. Por enquanto, não tenho planos para voltar, em razão até dos cargos que ocupo, mas foi uma experiência gratificante, enriquecedora, tanto culturalmente quanto pessoalmente. Eu era uma professora rigorosa, mas foi bem legal.

Penso que para o promotor dar aulas é importante, desde que esta atividade não interfira no trabalho. Acho que o promotor de Justiça não pode nem pensar em dar aulas no horário de expediente. Minhas aulas, por exemplo, sempre foram noturnas. Não que o promotor tenha um expediente fixo, rigoroso em termos de horário, mas há o horário em que, em tese, tem de estar à disposição do Ministério Público e da população. O Ministério Público vem em primeiro lugar, mas a docência é importante porque enriquece o promotor, que pode também contribuir para passar a visão do Ministério Público aos alunos na academia, algo fundamental para que possamos estimular novas vocações.

Memorial do MPSC – *Está diminuindo a presença dos membros do Ministério Público nas instituições de ensino superior, não é?*

Gladys Afonso – Creio que sim, porque o Conselho Nacional criou regras para dificultar essa presença, precisamente em função dos casos de colegas que colocavam o exercício da função ministerial em segundo plano.

Memorial do MPSC – *Dra. Gladys, muito obrigado pelo seu depoimento ao Memorial.*

Eliana Volcato Nunes



Eliana Volcato Nunes nasceu em Erechim/RS, em 28 de janeiro de 1965. Filha de Salete Noemy Volcato Nunes e Ido Baptista Nunes, graduou-se em Direito pela Universidade de Caxias do Sul em março de 1988. Ingressou no Ministério Público de Santa Catarina em agosto de 1988, atuando como promotora de Justiça substituta na 16ª Circunscrição Judiciária de São Joaquim e, ainda no cargo de substituta, foi removida, por antiguidade, para a 29ª Circunscrição Judiciária de Palhoça, em dezembro de 1989. Em outubro de 1991 foi promovida por antiguidade para o cargo de promotora de Justiça da Comarca de Imaruí, e, por merecimento, para a Comarca de Turvo, em dezembro de 1992. Assumiu o cargo de promotora de Justiça da 2ª Vara da Comarca de São Joaquim em março de 1994, para o qual foi promovida por merecimento. Por ajuste à Lei Complementar 110/94, assumiu o cargo de 2ª PJ de São Joaquim, em abril de 1994, sendo promovida, em setembro do mesmo ano, para a 6ª PJ da Comarca de Itajaí. No ano de 1996 assumiu o cargo de coordenadora do Centro de Apoio Operacional da Cidadania e Fundações – CCF. Por permuta, assumiu a 3ª PJ da Comarca da Capital em junho de 2000. Em abril de 2004 optou por assumir a 18ª PJ da Comarca da Capital. Foi designada, em abril de 2007, para o cargo de assessora do Procurador-Geral de Justiça. De maio de 2009 a abril de 2010, assumiu o cargo de assessora do corregedor-geral do Ministério Público. Foi promovida, por antiguidade, para o cargo de procuradora de Justiça em fevereiro de 2012. Foi eleita, em setembro de 2012, para integrar o Conselho Superior do Ministério Público.

ELIANA VOLCATO NUNES¹

Memorial do MPSC – *A senhora é natural de onde?*

Eliana Volcato Nunes – Sou natural de Erechim, no Rio Grande do Sul. Mas como filha de funcionário público, do Banco do Brasil, andei por muitos lugares. Fui meio cigana. Formei-me em Caxias do Sul e, quando prestei concurso em Florianópolis, morava em Porto Alegre.

Memorial do MPSC – *E por que a opção pelo Direito?*

Eliana Volcato Nunes – Foi uma coisa de momento, de improviso. Eu tinha feito um curso de desenho arquitetônico, porque queria fazer Arquitetura e, então, no meio de um debate sobre carreira, no segundo grau, o professor perguntou quem iria fazer Direito: levantei a mão.

Memorial do MPSC – *A senhora cursou o segundo grau em Caxias do Sul?*

Eliana Volcato Nunes – Sim.

Memorial do MPSC – *Existia tradição do Direito na sua família?*

Eliana Volcato Nunes – Tive um tio-avô que foi juiz na região de Erechim e meu avô era tabelião em Getúlio Vargas.

Memorial do MPSC – *E como foi a opção pelo Ministério Público?*

Eliana Volcato Nunes – Também foi por impulso: eu estava fazendo pós-graduação na Escola do Ministério Público do Rio Grande do Sul e a turma toda estava indo para Florianópolis para prestar o concurso. Resolvi acompanhá-los. Dessa turma, fui a única aprovada. Fiquei em Santa Catarina.

Memorial do MPSC – *Como foi o concurso?*

Eliana Volcato Nunes – O concurso foi em 1988. Acredito que eu estava bem-preparada, estudava sozinha em casa todas as noites até as 2 ou 3h da manhã, o que me garantiu aprovação em primeiro lugar, tanto na Escola Superior do Ministério Público do Rio Grande do Sul, quanto na Ajuris – Associação dos Juizes do Rio Grande do Sul.

¹ Entrevista realizada na Procuradoria-Geral de Justiça, em Florianópolis, no dia 29 de julho de 2013, por Gunter Axt, com assistência de Cássio Bogdan. Transcrição de Manoela de Souza.

Memorial do MPSC – *A senhora estava cursando a Ajuris também?*

Eliana Volcato Nunes – Sim, tanto a Ajuris como a Escola Superior do Ministério Público. Uma pela manhã, a outra no período da noite.

Memorial do MPSC – *Nesse período de formação, houve algum professor que tenha lhe marcado mais, na faculdade, na Ajuris ou até mesmo na Escola Superior?*

Eliana Volcato Nunes – Em função de eu ter sido aprovada no concurso, não concluí nenhuma das duas. Depois de ter assumido o cargo aqui, em Santa Catarina, comecei um mestrado. Sempre existem professores que marcam. No segundo grau, fui uma estudante relapsa, não estudava. Na faculdade resolvi que seria diferente, tanto que me formei em quatro anos e meio. Eu estudava muito e, em geral, era uma das primeiras da turma. Um dos episódios que me marcou e do qual ríamos muito foi que na prova de Civil III, o professor demorou para entregar as notas e, quando saímos da prova, o pessoal todo ficou comentando. O professor havia dado problemas e eu disse aos meus colegas que havia apenas duas opções: ou eu tinha ido muito mal ou muito bem, pois não escrevera nada do que eles estavam falando. Quando o professor entregou as notas, ele disse que havia dois dez, um era a minha nota e o outro, a soma de todas as notas dos demais alunos! Ficou revendo novamente todos os contratos, pois disse que a culpa tinha sido dele. Eu estudava muito e quando foi a época de fazer concurso já possuía cinco anos de preparação, pois chegava em casa à noite e estudava até as duas horas da manhã.

Memorial do MPSC – *Quando foi sua formatura?*

Eliana Volcato Nunes – Acabei as matérias em 1987, mas a formatura foi em 1988.

Memorial do MPSC – *A Escola da Ajuris ainda era no antigo Palácio Provisório, na Praça da Matriz?*

Eliana Volcato Nunes – Sim, era na Praça da Matriz. O Desembargador Cristovam Daiello Moreira era o diretor, e na Escola do Ministério Público, na Av. Borges [de Medeiros], o diretor era o Dr. Tupinambá Pinto de Azevedo.

Memorial do MPSC – *E como foi a sua primeira comarca?*

Eliana Volcato Nunes – Inicialmente fui designada para Balneário Camboriú; colaborava com o Dr. Maneca (Manoel Roberto da Silva). Ele me ensinou a denunciar, do modo mais difícil. Quando chegava, de manhã, ele sempre tinha alguns inquéritos separados no canto da mesa. Quando perguntava o que tinha para fazer ele sempre dizia: “Tem estes inqueritozinhos aí... nem sei do que se trata...”.

Sempre uma bomba. A primeira denúncia tive que refazer cinco vezes. Era sobre um motim na Cadeia Pública, cincos indiciados, múltiplas condutas, sequestro de um agente prisional e fuga.

A primeira comarca em que atuei sozinha foi a de Bom Retiro. Fui para lá em substituição ao Dr. Paulo Ricardo da Silva, pois a filha mais velha dele estava para nascer e ele requisitou férias. Foi um choque, porque da janela do quarto de hotel eu via as vacas pastando. Eu tinha 23 anos, era uma menina, morava no centro da cidade de Porto Alegre e, de repente, me vi colocada num lugar sem opções culturais e completamente isolada da família. Acabei construindo boas amizades. Fazíamos, eu, Janaína (contadora judicial) e Jacira (escrevente) coisas impensáveis hoje em dia, como dirigir trinta quilômetros em estrada de barro, de noite, em plena chuva, para provar uma pamonha famosa na região, na casa de uma pessoa que morava no meio do mato. Hoje em dia há mais opções de lazer. Não existia internet. Na televisão havia apenas poucos canais. Morei um bom tempo no hotel, em Bom Retiro. Como era um hotel de cidadezinha do interior, os hóspedes, em sua maioria, eram caixeiros-viajantes. A dona do hotel ficava com pena e me levava para fazer as refeições com a família dela na cozinha. Assim fiz amizade com eles. Chamava-se Rafael Palace Hotel. Era de alvenaria, bem ao lado do Fórum e tinha uma loja no primeiro andar. O último degrau da escada tinha dois ou três centímetros a mais do que os outros e, durante todo o período que me hospedei lá, tropeçava naquele degrau.

Memorial do MPSC – *A senhora foi a primeira promotora dessa comarca?*

Eliana Volcato Nunes – Acho que a Dra. Vera Lúcia Ferreira Copetti já havia sido promotora em Bom Retiro, ou pelo menos substituta. Havia poucas mulheres no Ministério Público, então, era muito comum as pessoas que vinham em busca de atendimento dizerem que não queriam falar comigo, queriam falar com meu marido, “o promotor”.

Memorial do MPSC – *E como era a reação das pessoas quando dizia que não havia alternativa e elas teriam de falar com a senhora?*

Eliana Volcato Nunes – Acabavam falando. As pessoas querem mais ser ouvidas do que ouvir. Na maioria das vezes, quando procuram o promotor, querem falar dos seus problemas. Quando fui substituta, em Palhoça, apareciam pessoas cuja linguagem era de difícil compreensão, especialmente para mim, que vinha de fora, de outro Estado. Em certa ocasião, dois senhores me procuraram com um problema. Eles falavam e falavam e eu tentava entender o que eles queriam e não entendi nada. No final, eles se entenderam, ficaram felizes por eu os ter atendido,

me agradeceram muito e se foram. Até hoje eu tento saber o que eles resolveram; só consegui deduzir que se tratava de um problema de vizinhança, isso porque eventualmente eles mencionavam a existência de um pé de chuchu na cerca antiga. Na serra, também havia um sotaque característico.

Memorial do MPSC – *A senhora permaneceu quanto tempo em Bom Retiro?*

Eliana Volcato Nunes – Uns seis meses, pois o Dr. Paulo Ricardo foi promovido nesse ínterim. Depois, fui para São Joaquim. Fazia tanto frio na minha sala que congelavam os circuitos da máquina de escrever durante a noite.

Memorial do MPSC – *Qual era a natureza dos feitos naquela época? O que acontecia na comarca?*

Eliana Volcato Nunes – Bom Retiro era uma cidade muito tranquila. Divertia-nos, a mim e às servidoras – no cartório só trabalhavam mulheres – o carcereiro, que vinha caminhando na frente, com um cassetete na mão, e os presos atrás, em fila indiana, ou seja, nem na frente eles iam: se algum fugisse, o carcereiro nem perceberia. Nós íamos para a janela do Fórum observar essa cena. Lembro que ao fazer uma inspeção nas cadeias públicas, quando cheguei, todos os presos estavam sentados na escada da frente do prédio, tomando sol e chimarrão, do lado de fora do estabelecimento. Quando me viram, foram todos se encaminhando para as suas celas e se fechando, para que a inspeção pudesse prosseguir. Nem precisava pedir. Perguntava-me: o que estaria eu fazendo ali, então, se os próprios presos se trancavam para falar comigo? (risos).

Memorial do MPSC – *Qual foi a comarca seguinte?*

Eliana Volcato Nunes – Palhoça. Optei pelo litoral, pois tinha feito seleção para o mestrado na Universidade Federal de Santa Catarina. Não havia a possibilidade de afastamento para fazer o curso. Abri mão de algumas promoções para poder concluir o mestrado.

Memorial do MPSC – *Em que área foi o seu mestrado?*

Eliana Volcato Nunes – Direito Constitucional, trabalhei a relação entre Direito e intimidade.

Memorial do MPSC – *Quando foi a defesa da dissertação?*

Eliana Volcato Nunes – Foi em 1992.

Memorial do MPSC – *Durante todo esse período permaneceu na Comarca de Palhoça?*

Eliana Volcato Nunes – Não, quando concluí as matérias do mestrado aceitei a promoção para Imaruí.

Memorial do MPSC – *E na mudança da serra para a Palhoça, houve mudança também na natureza dos feitos e na rotina da Promotoria?*

Eliana Volcato Nunes – Sim, muitas. Surpreendeu-me a desorganização fundiária do litoral, um fenômeno com o qual eu não estava familiarizada, nem de quando trabalhava em um escritório de advocacia, porque como a maior parte do Rio Grande do Sul foi colonizada por empresas de colonização, a propriedade é razoavelmente organizada. “Escritura de posse” era algo que me deixava arrepiada. Eu não conseguia entender esse instituto. A natureza da posse é informal e a do registro é a formalidade. É um instituto estranho, só compreendi depois, quando relatei a questão com a ocupação histórica, que vem da época das Ordenações, algo que influencia, por exemplo, o problema urbanístico de Florianópolis, onde foi ocorrendo uma ocupação irregular, com confusões de divisas e vácuos de titulação.

Memorial do MPSC – *Como foi sua passagem por Imaruí?*

Eliana Volcato Nunes – Nessa época, o Direito do Consumidor estava iniciando, assim como o Direito Ambiental já estava mais em evidência. Em São Joaquim eu já entrara com uma ação civil pública, a primeira da comarca, tratando de um problema de poluição hídrica.

Fiquei pouco tempo na Comarca de Imaruí, pois sofri um acidente de carro, o que me obrigou a me afastar. Mas uma coisa que me surpreendeu muito lá foi a quantidade de pessoas com benefício previdenciário. Essa situação, posteriormente, acabou se revelando uma fraude envolvendo o perito do INSS de Laguna. A criminalidade começou a mudar um pouco. Surgiam alguns crimes mais violentos e relacionados ao consumo de drogas, em função da proximidade ao porto de Imbituba, mas, em geral, os problemas mais frequentes eram de família.

Memorial do MPSC – *Essa foi uma época de transformação, vocês estudaram na faculdade sob o regime de uma Constituição e assumiram no Ministério Público sob a vigência de outra Constituição. Como foi viver essa mudança?*

Eliana Volcato Nunes – Tínhamos consciência do momento histórico e da profundidade das alterações em curso. Acho, inclusive, que muitas pessoas se interessaram pelo Ministério Público, naquela época, justamente em função desse contexto. A nova Constituição já estava em debate e a partir dos cursos de Direito acompanhávamos esse processo. A Constituição anterior não era estudada. As

faculdades não davam ênfase ao Direito Constitucional, até porque era uma Carta percebida como carente de legitimidade.

Memorial do MPSC – *Entre o final dos anos 1980 e o início dos anos 1990, surgiu uma série de diplomas legais que mudaram o horizonte jurídico, começando com a Lei da Ação Civil Pública, depois, o capítulo do Ministério Público na Constituição, todos os diplomas relacionados ao Direito do Consumidor, da Infância e Juventude, do Meio Ambiente e da Moralidade; enfim, uma revolução no que diz respeito aos direitos coletivos e indisponíveis. Como foi vivenciar essa transformação estando no Ministério Público?*

Eliana Volcato Nunes – Já havíamos estudado os diplomas e tínhamos muita vontade de fazer acontecer. Não havia programas institucionais como hoje, nada disso. Cada um seguia seu faro. A sociedade começava a apresentar algumas demandas, mas éramos nós que precisávamos perseguir nossos objetivos, ir atrás do que fosse preciso.

Essa primeira ação civil pública, que iniciei na Comarca de São Joaquim, enquanto ainda era substituta, foi embrionária. Posteriormente, me disseram que ela acabou em acordo com a madeireira que jogava serragem no rio Pelotas. O advogado da madeireira me contou que eles, inclusive, varreram um trecho do leito do rio. Hoje, pensando retrospectivamente, não sei se esta medida não provocou mais prejuízo do que a própria poluição.

O que quero dizer é que tudo precisava ser inventado. As pessoas, na área técnica, também não sabiam como encaminhar determinadas soluções. Foi no método da tentativa e do erro. Era mesmo na base da vontade de fazer e ir atrás das coisas. Não existiam modelos a serem seguidos. Porém, de certa forma, era como ainda é hoje, na atuação no Extrajudicial: a pessoa deve ter perfil e iniciativa, porque se não, a coisa não anda. Acredito que ainda temos deficiências, como no sentido de saber investigar e, principalmente, de perceber a importância de formalizar as investigações, de registrar e manter o registro das ações, o histórico da atuação. Há certa deficiência no Ministério Público nessa área, pois, às vezes, trabalhamos e reatramos as coisas, porque não sabemos que se trata de algo elaborado anteriormente por alguém.

Memorial do MPSC – *A senhora acompanhou a instalação dos Conselhos Tutelares nos municípios?*

Eliana Volcato Nunes – Não acompanhei essa parte. Nesse período, eu estava de licença para tratamento de saúde em função do acidente que sofri e, também, nunca gostei de trabalhar na área da Infância.

Memorial do MPSC – Por quê?

Eliana Volcato Nunes – Acho que o Direito não é uma solução para esse problema, pois não é um instrumento adequado. Atualmente até existem algumas coisas interessantes, mas não gosto, o problema é anterior ao Direito, é social e cultural. Admiro as pessoas que têm a força de trabalhar nesta área, que demanda uma imensa energia emocional. Trabalhei muito pouco na área da Infância e apenas como substituta; nunca aceitei uma promotoria de Infância. A primeira vez que ingressei com uma ação de destituição do poder familiar fiquei arrasada, muito mais do que a mãe que foi requerida. Prefiro o Direito Penal, porque, por incrível que pareça, o promotor não se envolve emocionalmente com a vítima. É diferente na relação do Direito da Infância, onde a vítima é a criança e ela está no meio da situação. No Direito Penal o réu sabe que eu sei, e eu sei que ele sabe que eu sei, e está todo mundo muito bem-resolvido psicologicamente. Nós só precisamos “fechar a conta” ao final.

Memorial do MPSC – De Imaruí foi para Florianópolis?

Eliana Volcato Nunes – Não, de Imaruí fui promovida para Turvo, mas nunca assumi. Depois fui promovida e voltei para São Joaquim, por aproximadamente nove meses e, depois, fui para Itajaí, uma comarca na qual gostei muito de trabalhar.

Memorial do MPSC – Por quê?

Eliana Volcato Nunes – O ambiente era muito agradável, gostei mais de trabalhar em Itajaí do que em Florianópolis.

Memorial do MPSC – Houve muita diferença, na natureza dos processos da Comarca de Itajaí, para as outras?

Eliana Volcato Nunes – Em relação a Florianópolis, não se registrou muita diferença, apenas em algumas características, como, por exemplo, em Itajaí trabalhei mais com o Direito Administrativo, o Meio Ambiente e a Cidadania, enquanto em Florianópolis meu foco foi no Direito Administrativo e no Penal. Existe muita diferença especialmente no Direito Penal, entre a serra e o litoral. Na serra, o sujeito que comete um crime, na maioria dos casos confessa e assume. Há certo orgulho de confessar o que fizeram. No litoral, o réu pode estar na situação mais escancarada possível, porém, continua negando o envolvimento. Essa é uma diferença bem acentuada no psicológico da área Criminal. No litoral, os réus em geral preferiam manter uma história estapafúrdia, perdendo a pequena diminuição da pena que teriam se tivessem confessado. Depois de Itajaí, fui para a assessoria do Dr. Moacyr de Moraes Lima Filho.

Memorial do MPSC – Como foi chegar à Alta Administração do Ministério Público?

Eliana Volcato Nunes – A coordenação que assumi, chamada na época de Direitos Humanos e Fundações, era embrionária. Havia certa confusão no papel do Centro de Apoio. Hoje em dia não se faria mais o que se fez. Ainda havia um pouco essa ideia de que o coordenador deveria atuar, indo além da prestação de apoio. Desenvolvemos fiscalizações das entidades asilares. Aliás, o esquema de checagem que formulamos com a equipe técnica, integrada, dentre outros, pelo servidor Rômulo César Carlesso, que participou ativamente do processo, seguiu ainda em uso por muitos anos. Os Bombeiros nos ajudaram com a definição de critérios, e constituímos uma boa equipe de controle, também com a ajuda deles. Alguns colegas eram designados para operar vistorias no interior, enquanto nós assumíamos essa tarefa na capital. Algumas ações foram feitas por mim, uma coisa que atualmente não se admitiria, justamente porque as funções dos órgãos de apoio foram repensadas.

Memorial do MPSC – Suponho que encontraram muitas irregularidades nos asilos...

Eliana Volcato Nunes – Sim, com efeito.

Memorial do MPSC – Em geral eram asilos particulares?

Eliana Volcato Nunes – Sim, mas as irregularidades eram encontradas tanto nos privados, como nas chamadas ONGs. Produzimos diversos Ajustamentos de Conduta. Nós começamos, também, o projeto de adequação das calçadas para os deficientes visuais. Posteriormente, sobrevieram desencontros de parte da ABNT com respeito ao seu formato. Hoje, quando caminhamos por aí sobre aquelas “calçadas de bolinha” fico pensando: “Quem será que inventou essa calçada?” (risos).

Memorial do MPSC – A questão das fundações também era uma atividade nova, uma tecnologia e um saber novos, que precisaram ser desenvolvidos no Ministério Público para entender esses entes híbridos, impregnados de uma dimensão pública e uma privada...

Eliana Volcato Nunes – Quando assumi o Centro de Apoio não existia nada organizado a esse respeito. O primeiro ato foi editado pelo Dr. Moacyr, a meu pedido. A fiscalização das contas era incipiente. É uma área híbrida. Havia, em Santa Catarina, uma cultura de estabelecer fundações privadas para poder desviar-se de algumas exigências formais. Mas com a fiscalização isso foi mudando. Hoje já se tem uma noção juridicamente clara de que se a fundação recebe dinheiro público, deve prestar contas da maneira habitual, não importando a sua natureza declarada. Havia fundações privadas, mas estabelecidas pelo ente público.

Memorial do MPSC – *E existiam algumas fundações privadas estabelecidas para descarregar patrimônio?*

Eliana Volcato Nunes – Sim. Mas, devo confessar, a fiscalização de contas era precaríssima, pois se baseava no controle do próprio promotor, sem uma metodologia específica. Não possuíamos capacidade técnica para realizar essa tarefa. Naquele primeiro momento, procurávamos minimamente identificar se a fundação estava agindo dentro dos seus objetivos declarados. A certeza de ocorrência de desvio de dinheiro era inviável, pois carecíamos do conhecimento técnico competente na área de Contabilidade.

Memorial do MPSC – *De que maneira se desenvolveu esse conhecimento no Ministério Público? O que foi feito? Como se enfrentou essa questão?*

Eliana Volcato Nunes – O Procurador-Geral seguinte ao Dr. Moacyr, o Dr. José Galvani Alberton, criou um Núcleo de Fiscalização mais eficiente, reunindo servidores com habilitação técnica em Contabilidade para fazer frente a essa nova demanda. Quando fui coordenadora, a fiscalização em matéria contábil era mínima, mesmo porque não havia servidores disponíveis para tanto; foi necessário criar os cargos e provê-los. Estabelecia-se apenas em caso de uma desconfiança muito evidente, quando procurávamos o Sr. Jair Alcides dos Santos, um dos primeiros servidores especializados em Contabilidade no Ministério Público. Hoje temos o SIP – Sistema de Inspeção Profissional, uma área técnica importante, cuja estrutura, contudo, vive assoberbada, tanta é a demanda. Aliás, o Ministério Público parece estar sempre correndo “atrás da máquina”, pois a sociedade se complexificou, nossas atribuições aumentaram pós-Constituição de 1988 e a própria comunidade aprendeu que poderia recorrer à instituição em inúmeras situações, de maneira que estamos sempre procurando ajustar a nossa estrutura operacional a esse novo contexto, que não para de crescer.

Memorial do MPSC – *E depois do Centro de Apoio?*

Eliana Volcato Nunes – Fui para Itajaí. Depois, para a 3ª Vara Criminal de Florianópolis. Vim para a capital mais por questões familiares, porque minha filha era recém-nascida e em Itajaí eu não contava com um suporte da família. Porém, por muito tempo achei que não foi a melhor decisão, precisamente porque apreciava muito a vida e o ambiente em Itajaí. Fiquei cinco anos na 3ª Vara Criminal, com os, na época, Juízes, Dr. Alexandre D'Ivanenko e Dr. Leopoldo Augusto Brüggemann.

Memorial do MPSC – *E como foi conciliar a carreira ministerial com a vida familiar?*

Eliana Volcato Nunes – Nunca tive problemas com isso. Casei tarde. Já era

promotora especial quando a minha filha nasceu. Tive apenas uma filha. Hoje ela tem 14 anos e mora com o pai. Algumas pessoas acham que conciliar essas instâncias é uma dificuldade, mas para mim não foi. Talvez por eu ter entrado muito cedo no Ministério Público, talvez porque não trabalhar não era uma opção. A carreira nunca me atrapalhou. Meu pai era funcionário do Banco do Brasil, e naquela época era política do banco que os funcionários, para progredirem na carreira, tinham que mudar de cidade. Portanto, eu nasci em um lugar, mas morei em muitas cidades diferentes. Seguiu com os pais e pronto! Não tinha problema nenhum. Estudei em diversos estabelecimentos, em colégio público, colégio de freiras...

Memorial do MPSC – *E essa troca de escolas nunca representou um problema?*

Eliana Volcato Nunes – Não, apenas não tenho muitos amigos de infância, ou seja, perdi o contato com a maioria deles. Mas isso é natural, mesmo para as pessoas que estudaram a vida toda em um mesmo colégio; a vida nos leva, distancia e aproxima.

Memorial do MPSC – *E a Vara da Fazenda, como foi a vivência com o Direito Administrativo?*

Eliana Volcato Nunes – Quando fui substituta em Palhoça, o titular era o Dr. Nelson Mendes, depois promovido à Vara da Fazenda da Capital. Nesse ínterim, no início dos anos 1990, precisei responder pela 4ª Vara Criminal, durante um período grande de greve dos servidores do Judiciário. De vez em quando eu passava no gabinete do Dr. Nelson para uma conversa. O Fórum da capital é um ambiente mais frio, as pessoas não se conhecem e o Dr. Nelson era uma referência de coleguismo. Ele mencionava que ali os processos eram de “alta indagação”. Eu não imaginava o que seria isso. Posteriormente, o Dr. Nelson optou por uma vaga em outra Promotoria e o Dr. Celso Wiggers entrou de férias. Então, fui designada para responder pela Vara da Fazenda. Logo pensei: “Meu Deus, nunca vi um processo de ‘alta indagação’ na minha vida, o que será que vou fazer lá?”. Fui bem receosa, pois não tinha ideia de como fazer aquilo. Mas dei conta, de alguma maneira consegui me sair bem.

Memorial do MPSC – *E o que é um processo de “alta indagação” afinal?*

Eliana Volcato Nunes – Não sei (risos)! Eram questões exclusivamente de Direito. Não havia questões de fato, o que é diferente da Vara Penal, onde a questão é inteiramente fática e não jurídica. No Direito Administrativo a temática é totalmente jurídica, de entendimento e interpretação legal.

O interesse pela informática me ajudou no bom desempenho dessa função. Eu sempre apreciara computação. Comprei o primeiro computador com meu primeiro salário. Foi a realização de um sonho antigo; no meu aniversário de 18 anos cheguei a discutir com minha mãe, porque ela me deu um casaco de pele, quando o que eu queria era ganhar um computador. Até hoje tenho o mesmo casaco, guardado, pois em Florianópolis não faz frio para usá-lo, e computadores foram muitos, mas na época era uma coisa muito cara. Os computadores eram rudimentares. Rodavam com uns disquetes enormes e não havia disco rígido. Cada vez era preciso reprogramar tudo para retomar o trabalho.

Percebi que nos processos da Fazenda havia considerável repetição. Há processos em grande quantidade e por isso a informática ajuda bastante. É preciso prestar atenção nas especificidades e nos detalhes de cada um, mas o fundamento jurídico é o mesmo, a disputa é recorrente. Em decorrência da adoção de métodos de informática, aceleramos significativamente o nosso rendimento.

A ferramenta foi útil também em outras situações. Com a promoção do Dr. Áttila Antônio Rothsahl, fui responder pela 2ª Vara Criminal. Os tempos eram outros... Naquela época, havia a obrigatoriedade de denúncia no uso de entorpecentes. No gabinete da Promotoria, havia uns 600 inquéritos e umas 400 alegações finais. Desses 600 inquéritos, uns 70 eram relacionados ao primeiro *show* do Eric Clapton na capital, que ocorreu no Orlando Scarpelli, o estádio do Figueirense. A Polícia Militar fez uma varredura na entrada. Eu fiz 70 denúncias de porte de maconha daquele dia. Montei uma mala-direta no *Excel*. Dessa forma, mudávamos o nome do réu, a quantidade de droga, o nome de quem tinha feito a revista e a apreensão, bem como alguns outros detalhes; eram entre seis ou sete variáveis no total. O juiz quase enlouqueceu! Mas foi uma maravilha. Hoje em dia nem dá para acreditar que fazíamos aquilo...

Memorial do MPSC – *Algum processo que tenha lhe chamado mais a atenção? Ou que tenha impactado a opinião pública?*

Eliana Volcato Nunes – Trabalhei em alguns latrocínios, inclusive no do dono da rede de padarias *Pão Italiano*. Também atuei no inquérito da fuga do traficante Neném da Costeira [Sérgio de Souza] da carceragem da Diretoria Estadual de Investigações Criminais (DEIC), acontecida em Florianópolis, em 24 de novembro de 2002. Depois, denunciei toda a quadrilha por tráfico de entorpecentes. Trabalhei também em alguns processos envolvendo políticos.

Memorial do MPSC – *Alguns tiveram repercussão na mídia?*

Eliana Volcato Nunes – Alguns sim. Trabalhei no processo de um ex-governador que teve uma alteração pelo rádio. Não arrolei testemunhas, para que ninguém precisasse depor, de maneira a evitar confusão na frente da Promotoria. Apenas lancei mão de provas documentais, especialmente porque era época de eleições e eu não queria criar palanques.

Memorial do MPSC – *E como foi sua relação com a imprensa ao longo da carreira?*

Eliana Volcato Nunes – Nunca tive problemas. Uma vez me pediram para depor naquele programa *Linha Direta*, mas eu não quis, até porque imaginava que o processo sobre o qual eles investigavam não iria dar em nada.

Memorial do MPSC – *Isso foi relacionado a algum processo criminal?*

Eliana Volcato Nunes – Exatamente, mas em geral não me recordo de ter tido problemas com a imprensa.

Memorial do MPSC – *Exceto nessa situação que envolvia o político...*

Eliana Volcato Nunes – Mesmo nesta ocasião não houve problemas.

Memorial do MPSC – *Esse caso resultou em condenação?*

Eliana Volcato Nunes – Sim.

Memorial do MPSC – *E a relação com os outros colegas da área do Direto, como advogados e juízes?*

Eliana Volcato Nunes – Nunca tive nenhum problema, sempre me dei bem com todos, apesar de alguns acharem que tenho um jeito um pouco ríspido. É difícil alguém brigar comigo, pois não sou uma pessoa de atritos. Mas os outros levam certo tempo para gostar de mim. Depois que se acostumam com meu jeito, penso que me consideram alguém confiável, até porque nunca interfiro na vida de ninguém, pois acho que cada um deve saber o que fazer e isso já é bastante limitador dos conflitos interpessoais. Apenas uma vez tive um "curto-circuito" com uma juíza substituta que queria estacionar na vaga que me estava designada em Itajaí. Ela mandou um policial militar dizer que eu tinha que tirar o carro da vaga onde eu estacionava havia oito anos. Mas não dei muita importância, simplesmente deixei o carro onde estava e disse que se ela tivesse alguma coisa a dizer viesse falar pessoalmente; ela nunca apareceu. Portanto, não tive conflitos durante a carreira.

Memorial do MPSC – *E o segundo grau?*

Eliana Volcato Nunes – Sou novata ainda. Minha atividade no segundo grau também é no Direito Administrativo, próxima ao da Vara da Fazenda. Dessa forma, não senti o impacto da passagem que muitos descrevem. E, de fato, eu acho que alguns colegas acabaram não fazendo carreira, ficando como promotores especiais, justamente para não sofrer esse impacto. Não tive vontade de mudar para a área Criminal porque acho que a essência do Direito Penal reside em tipificar os crimes e elaborar as denúncias, procedimentos que inexistem no segundo grau. Além disso, antes da promoção, eu passara cinco anos na Assessoria, dois, com o Dr. Gercino Gerson Gomes Neto, Procurador-Geral, e três, com o Dr. Paulo Ricardo da Silva, Corregedor-Geral. Parecia-me uma rota sem retorno. Se eu tivesse voltado a fazer audiências na Vara Penal, aí sim, teria tido um impacto.

Quando o primeiro mandato do Dr. Gercino se encerrou, pedi exoneração, pois pretendia voltar para a Promotoria Criminal, onde, contudo, fiquei apenas uma semana. Tirei férias e, quando retornei, o Dr. Ivens José Thives de Carvalho me ligou dizendo que o Dr. Paulo Ricardo o havia encarregado de me convencer a ir para a Corregedoria. Eu não queria voltar para a Administração Superior, mas acabei concordando.

A Corregedoria foi uma experiência excelente! A equipe era competente e a pauta de trabalho realmente interessante, inovadora. Foi o momento em que se deu início aos calendários de correição, uma iniciativa desafiante. Como desdobramento, compus a equipe que desenvolve o SIG – Sistema de Informações e Gestão.

Enfim, para mim foi natural chegar ao segundo grau, pois já estava vivendo esse clima de Procuradoria havia bastante tempo.

Memorial do MPSC – E como funciona o SIG?

Eliana Volcato Nunes – O SIG é um sistema de gestão do Ministério Público, concebido para a atividade-fim das Promotorias e Procuradorias.

Memorial do MPSC – A Corregedoria utiliza esse mesmo sistema?

Eliana Volcato Nunes – A Corregedoria usa o SIG um pouco por minha culpa. O pessoal do SIG fazia a implantação, seguindo de órgão em órgão, explicando o funcionamento, mas perdi o dia da explicação na Corregedoria, pois estava fazendo a correição em Chapecó. Então, perguntei para o servidor, Dirlei de Souza Bergmann, como o sistema funcionava. Ele me mostrou um pouco e fui para minha sala dizendo que na segunda-feira iria fazer correição na Promotoria do Dr. Ivens, que era o Secretário da Corregedoria, com aquele sistema. No dia aprazado, fui para o Estreito, mas chegando à Promotoria, ocorreu um *bug* no sistema, um

alerta que não me deixava salvar. Entrei em pânico: “Ai, meu Deus! É aquilo que a Dra. Monika (Monika Pabst) reclama, e agora?”. Sozinha na sala, apertei todos os “botões”, até que abriu uma tela, consertei a falha e fui embora. Mas levei mais duas semanas para entender o que exatamente eu tinha feito e como o problema fora solucionado. Enfim, como entrei no sistema e a Corregedoria é um órgão que trabalha integrado, foi inevitável não usá-lo. Por isso a Corregedoria também utiliza o SIG. A Dra. Lenir Roslindo Piffer usa o SIG aqui na Procuradoria, assim como eu, porque estava na Corregedoria naquela época. A ferramenta é bastante útil, mas ainda carece ser aprimorada.

Memorial do MPSC – É ágil? Dinâmica?

Eliana Volcato Nunes – Já travou mais. Hoje em dia é mais dinâmica em razão das melhorias operadas na rede. O processo eletrônico ainda tem muito que melhorar, até porque nós temos problemas de integração com o Judiciário.

Memorial do MPSC – E como funciona a comunicação eletrônica com o Judiciário?

Eliana Volcato Nunes – É complicado. Às vezes tenho a impressão de que quem desenvolve o sistema lá não tem o mesmo interesse que os membros de aqui, do Ministério Público. A gente, aqui, se apropriou do sistema e a empresa executa aquilo que decidimos.

Memorial do MPSC – Quem formula o desenvolvimento do sistema, é a empresa terceirizada ou são os técnicos do Ministério Público trabalhando com os promotores? Como funciona isso?

Eliana Volcato Nunes – São os membros do Ministério Público que formulam o sistema e inclusive acho que, para a empresa, é um excelente negócio, pois ela conta com uma equipe qualificadíssima de assessoria, que não teria como contratar, porque quem entende do Ministério Público são os seus próprios membros e servidores. Dessa forma, temos uma apropriação apreciável do programa, nós o desenvolvemos detalhadamente, discutimos as minúcias da questão, o que me parece não ser feito pelo Judiciário. Pelo pouco que já conversei com alguns membros da comissão do SAJ – Sistema de Automação da Justiça, me parecem menos donos do desenvolvimento do processo, pois acho que é mais delegado para a área técnica da informática e para a empresa terceirizada. Além dos diversos desencontros de integração, existem também problemas de tempo de resposta da empresa. Há aspectos que já discutimos há dois anos e ainda não foram implantados por eles. Também acho um problema estratégico sério o Ministério Público deixar toda a sua área de Tecnologia da Informação na mão de uma empresa terceirizada...

Memorial do MPSC – *Os softwares são abertos? A quem pertencem as fontes?*

Eliana Volcato Nunes – Por contrato, as fontes pertencem ao Ministério Público, mas, mesmo assim, sempre fui favorável a que nós fôssemos donos da nossa área de TI, eventualmente contratando empresas terceirizadas para elaboração de pequenas partes, como a necessidade de integrar mais gente à equipe ou de desenvolver um determinado programa. Acho um risco o SIG seguir sendo desenvolvido externamente, mas já manifestei isso em todas as instâncias.

Memorial do MPSC – *Quais são os grandes desafios do Ministério Público hoje?*

Eliana Volcato Nunes – O grande desafio passa por priorizar níveis de atuação e, conseqüentemente, de desenvolvimento da infraestrutura interna, o que se comunica diretamente com o desenvolvimento da unidade da instituição. O Ministério Público tem como característica a independência e a unidade, ele é uno e indivisível, onde está o promotor, está também a instituição inteira, mas, na prática, a questão da independência é mais forte do que a da unidade. Achar esse equilíbrio entre a independência e a unidade é o grande desafio do Ministério Público. Isso precisa ser trabalhado, pois se continuar cada um puxando para um lado, não vamos a lugar algum.

Memorial do MPSC – *E a Corregedoria é um órgão estratégico para essa busca do equilíbrio?*

Eliana Volcato Nunes – Não só a Corregedoria, mas o Conselho Superior e o Colégio de Procuradores também. O Conselho, na revisão das matérias de atuação e o Colégio, na questão política.

Memorial do MPSC – *Acabamos de assistir a instituição como que ser “salva pelo gongo”, em função das manifestações de rua em junho passado no Brasil, pois elas enterraram a PEC 37/2011, que tinha grandes chances de passar no Congresso, segundo os prognósticos então correntes. Como a senhora percebe a relação entre o Ministério Público, a opinião pública e os movimentos sociais?*

Eliana Volcato Nunes – Acho que essa revolução, se é que podemos chamá-la assim, é muito nova. Ainda é difícil fazer uma avaliação correta do que está por vir. Aliarmo-nos a esses anseios é a grande questão, porque parecem um pouco desconexos, não se percebendo uma unidade de pensamento. No entanto, nesse contexto, em princípio, o Ministério Público encerra uma vantagem, pois trabalhar com a diversidade de pensamento é bem-aceito dentro da instituição. Faz parte da nossa natureza e da nossa essência. Isso nos dá melhores condições institucionais para recepcionar esse novo quadro que se afirma nas ruas. Ainda assim, permanece

o desafio no sentido de identificar uma unidade e uma racionalidade de pensamento nessas manifestações tão dispersas. Isto é, qual problema deveremos atacar primeiro? Pois todos os anseios – educação, saúde, transporte... –, tudo o que estava sendo pedido nas ruas passa pela nossa atribuição. De forma que, um pensamento estratégico nunca foi tão urgente.

Memorial do MPSC – *O interessante é que a sociedade parece manter a confiança no Ministério Público...*

Eliana Volcato Nunes – É por isso que precisamos ter unidade: para alcançar com agilidade resultados mais efetivos para a população, a fim, justamente, de não correremos o risco de comprometer a confiança que em nós vem sendo depositada. Trata-se de um desafio tremendo! De alguma forma, falava disso no meu discurso de posse na Procuradoria, da necessidade de estabelecermos prioridades.

Acho que esses 25 anos de Constituição são incríveis! Para quem era jovem nos anos 1980, o salto que a Nação deu é muito evidente, pois a conquista das liberdades democráticas não tem preço. É difícil até de explicar para quem é jovem hoje em dia. Para além da dimensão institucional, da garantia de liberdade de expressão, por exemplo, havia todo um horizonte cultural autoritário, que impregnava as relações interpessoais no dia a dia, que vem sendo desconstruído. As pessoas às vezes não têm a justa noção disso, porque lhes falta uma percepção histórica. Isso se deve, sem dúvida alguma, à democracia. A grande questão agora é o que podemos fazer para preservar a democracia e para aprimorar as relações democráticas e as garantias efetivas ao cidadão.

Sou, a propósito, uma ferrenha defensora do direito da informação, tanto que essa é uma das minhas bandeiras no Colégio de Procuradores. Acho que não há outra maneira de se construir a democracia em um país se não pelo acesso à informação: as pessoas precisam saber, e entender, o que está acontecendo.

Memorial do MPSC – *Aplicado ao Ministério Público, isso significa o quê?*

Eliana Volcato Nunes – Já experimentamos algumas mudanças nesse último ano, porque algumas coisas deixaram de ser tratadas sigilosamente. Não há mais julgamento a câmaras fechadas, tudo está na internet, o que você quiser saber é só procurar.

Memorial do MPSC – *Mas na Corregedoria, por exemplo, nem tudo; há muitas coisas que são de sigilo interno.*

Eliana Volcato Nunes – O julgamento dos processos da Corregedoria que vão

ao Colégio já são todos públicos a partir do momento da sentença do corregedor. Só não é divulgado antes da decisão. Isso é importante, pois o Direito Administrativo Disciplinar, assim como o Direito Penal, tem essa função de prevenir. O princípio fundamental do Direito Penal é, justamente: “não vou cometer crimes, porque não quero correr riscos”; “o menor risco de ser punido já não me satisfaz”. Na Corregedoria é igual. Então, o fato de o julgamento agora se tornar público, faz com que a sensação de impunidade comece a se esvaír. O sigilo do julgamento tem por consequência indireta a sensação de impunidade por parte dos que não ficam cientes do resultado, e para a instituição é ruim ser vista como protectionista.

Memorial do MPSC – *Mais alguma coisa que gostaria de deixar registrada?*

Eliana Volcato Nunes – Acho que já falamos bastante...

Memorial do MPSC – *Muito obrigado pelo seu depoimento.*

